O ORGANON

O *Organon* é o conjunto de seis livros sobre a arte de filosofar, a propedêutica a toda a arte de filosofar.

Organizador da lógica dedutiva, baseada no silogismo, que funciona qual aritmética de matemática pura, ainda hoje a humanidade não dispõe de outro método que não seja a lógica fundamentada no sistema analítico e crítico de Aristóteles.

A presente tradução visa preencher uma grave lacuna da literatura portuguesa na na área das ciências filosóficas, porquanto, apesar de ser considerado mestre primeiro da nossa tradição escolástica, o *Organon* só agora fica, na íntegra, ao alcance de todos os leitores.

ORGANON

ORGANON

Primeiro Volume

I. CATEGORIAS
II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

III. ANALÍTICOS ANTERIORES

Terceiro Volume

IV. ANALÍTICOS POSTERIORES

Quarto Volume

V. TÓPICOS

Quinto Volume

VI. ELENCOS SOFÍSTICOS

ARISTÓTELES

ORGANON

I

Categorias

II

Periérmeneias

Tradução, Prefácio e Notas
de
PINHARANDA GOMES

LISBOA
GUIMARÃES EDITORES, LDA.
1985

Autor: ARISTÓTELES

Título: ORGANON (ὌΡΓΑΝΟΝ)

I. *Categorias*

II. *Periérmeneias*

Tradução: *Pinharanda Gomes*

1.ª edição: 1985

ERRATA

Por lamentável erro na fase final da paginação e introdução de tipo móvel em caracteres gregos, surgiram as gralhas abaixo detectadas, de que pedimos desculpa ao leitor.

Pág.	Linha	Leia-se
10	17	ἐπιστήμη
13	13	πρότεϑα
13	27	αποδεικτκή
13	29	Τὰ τοπικά
111	Nota 2	ζῷον
111	Nota 7	ὑποκείμενον
112	Nota 12	γένος
112	Nota 24	πρωτηουσία
114	Nota 42	Ποσόν
118	Nota 87	ἅμα
171	Nota 29 (l. 2)	καθέκαστον **(particular)**

PREFÁCIO

O ORGANON

O sistema de livros que a tradição liceal formulou com os escritos lógicos de Aristóteles e discípulos, destinado à escola peripatética, intitula-se Organon, Ὄργανον, *que se traduz por* órgão, instrumento. *Órgão é elemento de aparelho, e nesta acepção Aristóteles inventou o nome: elemento do aparelho analítico, a Analítica, que a escolástica latina baptizou com o nome de Lógica. O aparelho inclui, além da Analítica, a Gramática e a Retórica, mas os fundamentos do trívio constam deste compêndio do pensamento rigoroso e não paralogista dos livros orgânicos, fonte da lógica formal, a pontos de o próprio Aristóteles reconhecer que, antes dele, nada havia a citar, apesar da penosidade que sofreu em busca de eventuais fontes anteriores, de onde o seu exercício analítico e retórico constituir o primeiro na escola grega e, por efeito, nas demais escolas.*

Organizador da lógica dedutiva, baseada no instrumento racional do silogismo, que funciona qual operação aritmética de matemática pura, ainda hoje

a humanidade não dispõe de outra lógica dedutiva que não seja a de Aristóteles. Bacon, no Novum Organon, ensaiou uma lógica indutiva, mas não conseguiu, nem alterar as regras universais da lógica dedutiva, nem demonstrar erro nas teses de Aristóteles quanto à indução, que minorava, por achar que, nos acidentes, não há forma de progredir senão pela análise de acidente a acidente, sem hipótese de universalização de uma série, classe ou conjunto de acidentes. As tentativas francesas devidas, no século XVIII, a autores quais Destutt de Tracy, ficaram na mesma, e nada alteraram à regra do silogismo preconizada e construída por Aristóteles.

No Organon, o substantivo lógica está ausente. O uso da dedução racional é uma analítica, que melhor se exprime na forma verbal usada por Aristóteles, a épistémê, ἐπιστήμη. O substantivo λογική, lógica, é uma forma adjectivada, refere o próprio do logos, o discurso lógico, mas é forma tardia, mais devida ao eclectismo alexandrino e romano do que ao magistério liceal.

O Organon é o conjunto de seis livros sobre a arte de filosofar, a propedêutica a toda a arte de filosofar. Não é a filosofia propriamente dita, é a arte de exercitar a filosofia, como o adro que está antes do santuário.

O primeiro livro intitula-se Categorias, Κατηγορίαι e tem por tema o estudo dos dez géneros do ser, ou, como dizia Álvaro Ribeiro (achando que esta

definição é um barbarismo), as dez classes de predicados. O livro Δ *da* Metafísica *é mais elaborado do que o sumário constante das* Categorias, *mas este livro é o primeiro dos escritos acroamáticos de Aristóteles. Divide-se ele em duas partes distintas: do capítulo 1 ao capítulo 9, pela tradição posterior chamada* Predicamenta, *ou* Predicamentos, *de clara autoria aristotélica, e do capítulo 10 ao capítulo 15, chamada parte dos capítulos peripatéticos, atribuída a Teofrasto ou a Eudemo, discípulos de Aristóteles e reitores do Liceu, pelos latinos chamada de* Post--prædicamenta, *ou* Pós-predicamentos. *Sem o domínio absoluto das categorias, o discípulo está impotente para progredir na interpretação, na análise, nos tópicos e nos argumentos. A tradução do título deste livro não oferece dúvidas, dado o nome grego se ter generalizado às demais línguas, apesar das nominações que os latinos posteriores a Boécio lhe deram.*

O segundo livro intitula-se Περὶ ἑρμηνείας, Periérmeneias, *e entrou na escolástica latina como o* De Interpretatione, *por vezes como o* De Enuntiatone, *como se traduzia da* Isagoge *de Porfírio, embora o nome grego indique algo de diverso. Preparatório dos livros sobre os analíticos, escrito decerto por Aristóteles em resposta a Eubólido de Mégara, sobre os futuros contingentes (matéria de fundo dos livros) e as consecuções modais, é um escrito pouco cuidado, ainda que fundamente hermenêu-*

tico. O substantivo latino interpretatione *tem origem na feira, no negócio, na discussão dos preços ou do preço,* pretium, *face ao qual os interlocutores assumem posições diversas, de onde o* inter-pretium, *a* interpretatione, *a interpretação. Sem minorar a posterior e filosófica dignidade do verbo e do substantivo (aliás, o verbo* especular *é comum à filosofia e ao comércio), temos que o verbo* ερμηνεύω, ermenéuu, *e o substantivo* ερμηνεία, érmêneía, *aparecem desvinculados de ligação às coisas, e vinculados às palavras e às enunciações, significando a arte de analisar as locuções, proposições e juízos. Achámos, por isso, mais adequado recuperar o substantivo matinal grego, até por sua forma analógica com o título do primeiro livro, e preferir o nome* Periérmeneias, *sem sacrifício da proposição* peri *que, no português, pode verter-se por um simples* do, da, *pouco significativos.*

O terceiro livro chama-se Τὰ πρότεδα αναλυτικά tá próteda analutiká, *versando a teoria do silogismo. Divide-se em duas partes: o livro I, sobre a teoria do silogismo, e o livro II, sobre as propriedades do silogismo, as falsas conclusões e os raciocínios próximos dos silogismos. Porfírio nomeou o livro de modo a que os latinos traduziram por* Resolutionum Priorum, *Analíticos priores ou anteriores, forma patente em nomes tardios como o conimbricense* Priorum Analyticorum.

O quarto livro intiula-se Τά ὕστερα αναλυτικά

tà ústera analutiká, *e, a partir de Porfírio, a latinidade verteu para* Resolutionum Posteriorum, *isto é, resoluções posteriores ou ulteriores. Confundindo o ordinal da sequência com o categórico de lugar/ /tempo, os modernos preferiram traduzir os títulos por* Primeiros Analíticos *e* Segundos Analíticos, *mas, com efeito, se todo o primeiro é anterior, nem todo o anterior é primeiro e, se segundo é posterior, nem todo o posterior é segundo. Para que o ordinal ou adjectivo* primeiro *fosse aceitável, necessário seria que o livro segundo dos* Analíticos *se nominasse* δεύτερος, deúteros, *segundo, o que não acontece. O adjectivo que vem no terceiro livro,* πρότεδα, próteda, *significa que está antes, não que seja primeiro, em jogo análogo ao que se supõe na relação dos livros da* Física *e dos que vêm depois deles, os da* Metafísica. *Sendo assim, não hesitámos em adoptar os títulos conimbricenses, por justos:* Analíticos Anteriores *e* Analíticos Posteriores.

À semelhança do Analíticos Anteriores, *também o* Analíticos Posteriores *contém dois livros: o primeiro, acerca da demonstração, visando unicamente as condições formais, e o segundo, onde se expõe a teoria da definição e da causa. Por isso, na tradição peripatética, estes dois livros foram sujeitos aos títulos englobantes de* Τὰ αποδεικτικά, tà àpodeiktiká, e de απογεικτκὴ πραγματεία, àpodeiktkê pragmateía.

O quinto livro orgânico intitula-se Τα τοπκιά, tà

topicá, *e entrou na latinidade como o* De Locis, *ou* Topicorum, Dos Lugares, *uma vez que o texto analisa e expõe a doutrina acerca da dialéctica, com uma colecção de tópoi,* τόποι, *ou lugares comuns. Acerca da tradução deste título, dada a adopção geral do substantivo grego* tópico, *nada mais temos a acrescentar. O livro tem oito partes: introdução à dialéctica, lugares comuns do acidente, sequências dos lugares comuns do acidente, lugares comuns sobre o género, lugares comuns sobre o próprio, lugares comuns sobre a definição, lugares comuns sobre a identidade, e sobre a prática dialéctica.*

O sexto e último livro intitula-se Περὶ τῶν σοφιστικῶν ἐλέγχων perí tón sofistikón élénkón, *e constitui um apêndice ao livro dos* Tópicos. *O título foi vertido para* De Sophisticis Redargutionibus, *ou* Elenchis, *mas a escolástica conimbricense preferiu o nome* Elenchorum, *apesar de ser lícito traduzir* élenkon *por refutações. O respeito pelo substantivo grego, e a sua existência no léxico português, embora em adulterada acepção, levam-nos a preferir o substantivo* Elenco *para titular a tradução.*

A TRADUÇÃO

A presente tradução foi elaborada com base em três edições: a Aristotelis Opera Omnia *(Paris, 1848) do editor Ambrósio Firmino, que apresenta o texto grego e o texto latino, a par; a tradução francesa*

de J. Tricot (Paris, 1969), à qual recorremos com frequência para fixar a topografia do texto, segundo a edição (preferida) de E. Bekker, de Berlim, 1831; e a tradução castelhana das Obras de Aristóteles (Madrid, 1967), de P. Samaranch Kirner.

No esclarecimento de algumas dificuldades e na fixação nomenclatural, socorremo-nos de Pedro da Fonseca, S. J., conimbricense, de quem consultámos com frequência a Isagoge Filosófica (Coimbra, 1965) e Instituições Dialécticas (Coimbra, 1964) nas traduções de Joaquim Ferreira Gomes. Sempre que achámos adequado remetemos o leitor, em nota, para aquelas obras do mestre conimbricense.

Com referência ao Categorias, também nos servimos da tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira, cuja reedição em tempo preparámos.

Junto aos títulos portugueses mencionamos os títulos gregos e latinos, e, quanto aos capítulos, mantemos a numeração moderna que foi introduzida nos livros de Aristóteles pelos sucessivos tradutores do Ocidente.

A tradução portuguesa do Organon deverá apresentar-se ao público em cinco volumes, assim: 1.º — Categorias. Periérmeneias. 2.º — Analíticos Anteriores. 3.º — Analíticos Posteriores. 4.º — Tópicos. 5.º — Elencos Sofísticos. O tradutor e o editor tudo farão para que os cinco volumes apareçam com certa regularidade nos próximos tempos.

No início deste primeiro volume introduzimos

a biografia de Aristóteles segundo o historiador Dió-genes Laércio, por a considerarmos típica da his-toriografia clássica. Lembremos que a introdução ao Curso Conimbricense, publicada em 1592, tam-bém preferiu, para apresentação de Aristóteles, o texto de Laércio.

Considerando embora as muitas imperfeições do nosso trabalho, desejamos que o renovado es-tudo da arte de pensar contribua para a saúde do universal juízo.

PINHARANDA GOMES

A VIDA DE ARISTÓTELES

Segundo

Diógenes Laércio

Aristóteles[1], filho de Nicómaco e de Féstias, era oriundo de Estagira. Seu pai, Nicómaco, era filho de um outro Nicómaco, por sua vez filho de Macaon e descendente de Esculápio (cf. Hermipo, *Livro sobre Aristóteles*). Este Nicómaco era da estima de Amintas, rei da Macedónia, junto do qual viveu, por causa dos conhecimentos que possuía em medicina. Aristóteles foi o mais notável dos discípulos de Platão. Era um pouco tartamudo (cf. Timóteo de Atenas, *Vidas*). De pernas muito delgadas, segundo consta, tinha os olhos pequenos, gostava de vestir com sumptuosidade e rapava a barba. Teve um filho, Nicómaco, de sua mulher Herpília (cf. Timóteo). Abandonou Platão, sendo este ainda vivo, o que levou Platão a afirmar que Aristóteles o espezinhara como um potro, que dá uma parelha de coices na mãe. Quando Aristóteles se deslocou junto de Filipe na qualidade de embaixador de Atenas, Xenócrates assumiu a direcção da Academia (cf. Hermipo, *Vida de Aristóteles*). Ao

regressar, Aristóteles, vendo o seu lugar ocupado procurou no Liceu[2] um lugar para passear e para filosofar com os discípulos enquanto passeavam. De onde a sua escola haver recebido o nome de peripatética[3], enquanto outros pretendem ver a origem deste nome no facto de ele passear enquanto conversava com Alexandre, que convalescia de uma doença. Logo que começou a ter um maior número de ouvintes, passou a ensinar sentado, e dizia:

Seria indecente se me calasse e deixasse falar Xenócrates.

Exercitava os discípulos na discussão de uma proposta questão, e além disso também lhes ensinava retórica.

Mais tarde foi visitar o eunuco Hermias, tirano de Atarneia. Pretende-se que Hermias era seu favorito, mas há quem afirme que ele se tornou seu parente por ter desposado sua filha ou sua sobrinha (cf. Demétrio de Magnésia, *Livro dos Poetas e Escritores Homónimos*). Demétrio também declara que este Hermias foi escravo de Eubulo, oriundo da Bitínia, e assassino do seu senhor. Por outro lado, Aristipo, no primeiro livro dos *Prazeres dos Antigos*, afirma que Aristóteles se enamorou da concubina de Hermias, e que com a permissão deste casou com ela, tornando-se tão feliz, que chegou a oferecer-lhe sacrifícios ao modo como faziam

os Atenienses a Deméter de Elêusis, e que escreveu para Hermias um hino, que adiante transcreverei.

A seguir, Aristóteles viajou para a Macedónia, para a corte de Filipe, que lhe entregou o preceptorado de seu filho Alexandre[4]. Solicitou deste príncipe relevasse a sua pátria destruída por Filipe, e logrou a causa. Elaborou leis para os seus compatriotas. À imitação de Xenócrates, deu também um regulamento à sua escola, decidindo que um chefe escolar seria nomeado de dez em dez dias. Logo que achou já ter passado muito tempo junto de Alexandre, Aristóteles regressou a Atenas, depois de haver recomendado o seu familiar Calísteno de Olinto ao príncipe. Acerca desta personagem, diz-se que Aristóteles o censurou por usar perante o monarca de uma grande liberdade de linguagem, e que, em vista de Calísteno não aceitar o seu conselho, o repreendeu nos seguintes termos:

> *Depressa morrerás, meu filho, se falares como falas.*

O que deveras aconteceu. Foi acusado de participação na conjura de Hermolau contra Alexandre, encerrado numa gaiola de ferro, abandonado aos bichos e, por fim, lançado aos leões que limparam os restos.

Nessa altura Aristóteles voltou a Atenas, dirigiu a escola durante treze anos, e depois saiu em

segredo para Calcis, dado ter sido acusado de impiedade pelo hierofante Eurimédon ou por Demófilo (cf. Pavorino, *Miscelânias Históricas*), por causa de um hino que Aristóteles compusera acerca de Hermias, e por causa de um epigrama que escrevera acerca de uma estátua de Delfos, e que dizia:

Esse homem aí, com impiedade e violação da
[justiça divina,
Foi morto pelo rei dos Persas que trazem o arco;
Não foi vencido lealmente à lança num combate
[mortal,
Mas por um golpe pérfido e à má fé.

Morreu nesta região, ao que consta, depois de haver bebido cicuta (cf. Eumélos, *Histórias*, livro V) com a idade de setenta anos. O mesmo autor afirma que foi discípulo de Platão na idade de trinta anos, no que se engana, pois que de facto foi discípulo de Platão desde a idade de dezassete anos, tendo vivido sessenta e três anos. Quanto ao hino mencionado, ei-lo:

Virtude de aquisição tão difícil,
A mais bela caça que um homem pode cobiçar,
Tu és bela, ó jovem,
E é uma graça invejada na Grécia morrer por ti,
E sofrer sem ceder os males maiores,
Tanto tu pões nas almas

Um fruto imortal superior ao oiro,
Aos pais e ao suave repouso.
Foi por ti que Hércules e o filho de Leda
Suportaram tantos sofrimentos
Foi por te desejar que Aquiles
E Ajax às moradas do Hades,
Vieram, e foi ainda por amor
Pela tua beleza que um ateniense perdeu a vida,
Sendo por isso que é ilustre
E será imortalizado pelas Musas,
Filhas de Mnémosina,
Que exaltam a raça, a amizade, a glória do po-
[deroso Zeus hospitaleiro.

Acerca de Aristóteles escrevi o seguinte poema:

Aristóteles foi um dia acusado de impiedade
Por Eurimédon, sacerdote de Deméter, deusa
[dos mistérios.
Bebendo a cicuta, escapou: foi o modo
De se livrar de injustas calúnias com uma exígua
[pena[5].

Favorino (*Miscelânias Históricas*) diz que Aristóteles fez o seu primeiro discurso forense em autodefesa durante o processo de impiedade que lhe moveram, e que declarou aos Atenienses:

A pêra cresce na pereira e o figo na figueira.

Apolodoro também escreve nas *Crónicas* que Aristóteles nasceu no ano primeiro da nonagésima nona Olimpíada, que se encontrou com Platão aos dezassete anos e que viveu com ele durante vinte anos, que regressou a Mitilene durante o arcontado de Eubulo, no quarto ano da centésima oitava Olimpíada, que, falecido Platão no ano primeiro desta mesma Olimpíada, sob o arcontado de Teófilo, Aristóteles foi ao encontro de Hermias, em casa de quem viveu três anos, que no arcontado de Pítodoto, passou à casa de Filipe, no décimo segundo ano da centésima nova Olimpíada, e que se manteve durante treze anos como mestre escola no Liceu, que depois foi para Calcis, no terceiro ano de centésima décima quarta Olimpíada, e que morreu de doença por volta dos sessenta e três anos de idade, ao mesmo tempo que Demóstenes morria em Caláuria, no arcontado de Pítocles.

Também se diz que, por causa da conjura de Calísteno contra Alexandre, descontentou este monarca, que, para o castigar, cumulou de honras a Anaxímenes, e enviou presentes a Xenócrates. Teócrito de Quios ridicularizou-o em um epigrama (cf. Ambrion, *Livro sobre Teócrito*):

Do eunuco Hermias, escravo de Eubulo,
Aristóteles o espírito vazio elevou a vazio tú-
[mulo
(Como era um feixe de palha, escolheu para
[morar,
Em vez da Academia, a embocadura do atoleiro).

Timão, naturalmente, também o ataca:

Nem a futilidade nem a estupidez de Aristóteles.

Eis portanto que vida foi a deste filósofo. Tive a sorte de ler o seu testamento, cujo teor transcrevo:

«Tudo se passará em bem, mas se acontecer alguma fatalidade, aqui ficam as últimas vontades de Aristóteles. Antipater será em tudo o meu testamenteiro. Até à maioridade de Nicanor, Aristómeno, Timarco, Hiparco, Dióteles, Teofrasto, caso aceitem esta responsabilidade, serão tutores e curadores dos meus filhos, de Herpília e de todos os meus haveres. Logo que minha filha tiver a idade necessária, que seja dada por esposa a Nicanor; se algum mal acontecer a minha filha — praza aos deuses que não — antes ou depois de casar, antes de ter filhos, Nicanor será senhor de decidir sobre o meu filho e sobre os meus bens, conforme lhe pa-

recer digno dele e de mim. Nicanor tomará minha filha e meu filho Nicómaco a seu cuidado, e zelará para que nada lhes falte, sendo para eles como um pai e um irmão. Se algo acontecer antes a Nicanor — longe vá o agoiro — seja antes ou depois de casar com minha filha, antes de ter filhos, todas as suas decisões serão executórias, e se inclusivamente desejar que Teofrasto viva com minha filha, que tudo seja como para Nicanor. Caso contrário, os tutores decidirão com Antipater sobre minha filha e sobre meu filho, conforme lhes parecer melhor. Os tutores e Nicanor terão ainda em conta as relações havidas entre mim e Herpília, e como ela me foi leal, e caso ela deseje arranjar marido, zelarão para que não seja dada a um homem indigno de mim.

Dar-se-lhe-á, além do que já lhe dei, um talento de prata tirado da minha herança, três escravos se os quiser, a escravazinha que ela já possuía, e o pequeno Pirraio, e se desejar viver em Calcis, ser-lhe-á dada a casa que há no jardim; se preferir Estagira, ficará com a casa de meus pais. De qualquer modo, os tutores mobilarão a casa conforme lhes parecer melhor, e mais agradar a Herpília. Nicanor cuidará também de reconduzir convenientemente a casa de seus pais o meu benjamim Mirmex, com todos os dons que dele recebi. Ambracis será liberto, e dar-se-lhe-á, quando minha filha casar, quinhentos dracmas e bem assim a menina que ela tem

por serva. A Tales dar-se-á, além da menina que comprou, mil dracmas e uma escravazinha. A Simão, além do dinheiro que já lhe dei para comprar um escravo, comprar-se-lhe-á outro escravo, e entregar-se-lhe-á mais dinheiro. Tícon será libertado no dia do casamento de minha filha, e com ele Fílon e Olímpio e o seu protegido. Não será vendido nenhum dos rapazes que se achavam a meu serviço, proíbo-o, mas guardar-se-ão, e quando tiverem idade serão libertados em sinal de recompensa. Cuidar-se-á também das estátuas que encomendei a Grilion, e uma vez feitas, serão consagradas. Estas estátuas são as de Nicanor, de Próxeno, que tinha a intenção de mandar fazer, e a da mãe de Nicanor. A de Arimnesto, que já está pronta, será consagrada para que a sua memória não se perca, pois que morreu sem filhos. A imagem de minha mãe será colocada no templo de Deméter em Nemeia, ou noutro local que se preferir. De qualquer modo, no local onde o seu túmulo for erguido, devem ser depositadas as suas ossadas, como era seu desejo. Enfim Nicanor, em memória da sua salvação, consagrará, segundo o voto que em seu nome fiz, as estátuas de pedra de quatro côvados a Zeus salvador e a Ateneia salvatriz em Estagira.»

Este era o teor do seu testamento.

Também se diz que se acharam em sua casa numerosos vasos de cobre, e Lícon afirma que se ungia numa banheira cheia de azeite quente e que

a seguir vendia o azeite. Há quem acrescente que punha sobre o peito um pequeno vaso também cheio de azeite quente e que, antes de dormir, pegava numa bola de bronze e punha-a sobre uma bacia, para que a bola, ao cair na bacia, fizesse um ruído que o acordasse. São-lhe atribuídas muitas e belas sentenças, como as seguintes:

Foi-lhe perguntado o que se ganhava em mentir: «Não merecer crédito quando se diz a verdade». Reprovava-se-lhe o facto de ter dó de um malandro. Respondeu que cuidava do homem e não dos seus hábitos. Gostava de dizer com frequência aos amigos e aos discípulos, sempre que os encontrava, que a vista tira a luz do ar ambiente, e a alma da sabedoria. Indignava-se muitas vezes contra os Atenienses, e dizia: «Inventaram o trigo e as leis, mas enquanto utilizam o trigo esquecem as leis». «A educação — afirmava — tem raízes amargas, mas frutos bem doces». Foi-lhe perguntado: «— O que envelhece depressa?» — «A gratidão». — «Que é a esperança? «— O sonho de um homem acordado». Um dia, Diógenes ofereceu-lhe uns figos secos, com a intenção, se Aristóteles os recusasse, de o sujeitar a ridículo. Mas Aristóteles aceitou-os de boa mente, e disse a Diógenes que tinha perdido de uma só vez os figos e a graça. Diógenes voltou a oferecer-lhe figos. Aristóteles pegou no figo, ergueu-o no ar, e exclamou como as crianças: «Diógenes é grande», e devolveu-lhe o figo. Afirmava haver

três coisas necessárias à educação: um bom temperamento, um bom ensino, e trabalho. Sabendo que alguém o injuriara, respondeu: «— Pode bater-me como quiser, desde que eu esteja ausente». Defendia que a beleza era um apoio preferível a todas as cartas de recomendação. Vários autores afirmam no entanto que este dito pertence a Diógenes, que Aristóteles tinha a beleza como um dom divino, enquanto Sócrates a concebia como um tirano de pouca dura, Platão um dom da natureza, Teofrasto uma ilusão muda, Teócrito um mal de marfim, e Carnéades uma realeza sem guarda armada. Perguntava-se-lhe: — «— Qual a diferença entre os sábios e os ignorantes?» — «A que há entre os vivos e os mortos». «A sabedoria — declarava — serve de ornamento na graça, e de consolação na desgraça». «Os pais que ensinam os filhos são mais dignos de estima do que os que se contentam em lhes dar a vida, pois estes dão apenas o meio de viver e, os primeiros, o meio de bem viver». Um homem gabava-se na sua presença de ser natural de uma importante cidade: «O que importa não é isso, mas se somos dignos de ser naturais de uma cidade importante». Perguntaram-lhe: «— Que é um amigo?» — «Uma só alma em dois corpos». Dizia que entre os homens havia os que eram ecónomos, como se tivessem de viver sempre, e os que eram pródigos, como se fossem morrer daí a uma hora. Alguém queria saber o motivo porque se procura

mais o convívio dos belos. «— É uma questão — respondia — de cego». Perguntavam-lhe: «— Que benefício tira da filosofia? «— O de fazer sem constrangimento e de livre vontade o que outros fazem por temor da lei». «— Quando se consegue que os alunos progridam?» — «Quando os mais adiantados não esperam pelos outros». A um fala barato que lhe perguntava, depois de lhe ter massacrado a cabeça, se o não tinha incomodado, respondeu: «— De modo nenhum, porque não estive a escutá-lo». Alguém o censurou por ter dado uma esmola a um vadio; respondeu (o episódio também é relatado nesta versão): «Não dei ao indivíduo, mas ao homem». Interrogaram-no sobre o comportamento a ter com os amigos: «— Como gostaríamos que se comportassem connosco». Definia a justiça como uma virtude da alma, que leva a dar a cada um segundo o mérito. Dizia que o estudo era o melhor viático para chegar à velhice. Favorino também diz (*Memórias*, Livro II) que gostava de exclamar: «Ó meus amigos, não há amigo». E de facto podemos ler este dito no sétimo livro da *Ética*.

Aristóteles escreveu muitos livros, cuja lista achei por bem elaborar, dada a excelência deste homem em todos os géneros literários. São eles:

Da Justiça (quatro livros), *Dos Poetas* (três), *Da Filosofia* (três), *Da Política* (dois), *Grilos ou da Retórica, Nerinto, O Sofista, Menéxéno, Do Amor,*

O Banquete, Da Riqueza, O Protréptico, Da Alma, Da Oração, Da Aristocracia, Do Prazer, Alexandre ou dos Colonos, Da Realeza, Da Educação, Do Bem (três), *As Leis de Platão* (três), *Da Constituição* (dois), *Económica, Da Amizade, Da Paixão, Da Sabedoria, Da Polémica, Soluções dos temas de Polémica* (quatro), *Divisões Sofísticas* (quatro), *Dos Contrários, Das Ideias e dos Géneros, Do Particular, Memórias de Argumentação* (três), *Proposições sobre a Virtude* (três), *Objecções, Do que se diz de vários modos,* ou *Da Prótese, Da Ira, Ética* (cinco), *Dos Elementos* (três), *Da Sabedoria, Do Princípio, Divisões* (dezassete livros), *Dos Divisíveis, Da Pergunta e da Resposta* (dois), *Do Movimento* (dois), *Proposições, Proposições Contenciosas* (quatro), *Silogismos, Analíticos Anteriores* (oito), *Analíticos Posteriores* (dois), *Dos Temas de Controvérsia, Do Método* (oito), *Do Melhor, Da Ideia, Definições anteriores aos Tópicos* (sete), *Silogismos* (dois), *Silogística e Definições, Do Elegível e do Acidente, Do que está antes dos Tópicos, Tópicos anteriores às Definições* (dois), *Das Paixões, Dos Divisíveis, A Matemática, Definições* (treze), *Da Argumentação* (dois), *Do Prazer, Proposições, Do Voluntário, Do Belo* (vinte e cinco argumentos), *Proposições sobre o Amor* (quatro), *Da Amizade* (dois), *Da Alma, Questões políticas,* (duas), leituras políticas como as de Teofrasto (oito), *Dos Justos* (dois), *Compêndio das Artes* (dois), *Da Retórica*

(dois), *A Arte,* uma outra *Arte* (dois), *Tratado do Método, Introdução à Arte de Teodecta, Trabalhos de Poética* (dois), *Reflexões sobre a Retórica, Da Grandeza, Divisão das Reflexões, Da Dicção* (dois), *Do Conselho, Da Conclusão* (dois), *Da Natureza* (três), *Física, Filosofia de Arquitas* (três), *Da Filosofia de Espeusipo e de Xenócrates, Extractos do Timeu e de Arquitas, Contra Melisso, Contra Alcméon, Contra Pitágoras, Contra Górgias, Contra Zenão, Da Doutrina Pitagórica, Dos Seres Vivos* (nove), *Das Dissecações, Dos Animais Complexos, Dos Animais da Fábula, Das Plantas* (dois), *Fisionómica, Arte da Medicina* (dois), *Da Mónada, Dos Sinais das Tempestades, Astronomia, Óptica* (do movimento), *Da Música, Da Memória, Das Ambiguidades Homéricas* (seis), *Poética, Dos Naturais relativos aos Elementos* (trinta e oito), *Novas Reflexões* (dois), *Das Artes Liberais* (dois), *Mecânica, Reflexões extraídas de Demócrito* (dois), *Da Pedra, Parábolas, Miscelânias* (doze), *Exposições segundo os Géneros* (catorze), *Juízos, Olimpiónicas, Música Pitónica, Pítica, Argumento dos Jogos Píticos, Vitórias Dionisíacas, Das Tragédias, Didascálias, Provérbios, Da Força da Lei, Das Leis* (quatro), *Categorias, Da Interpretação, Das Constituições das Cidades* (cento e cinquenta e oito), e sobretudo *Das Constituições Democráticas, Oligárquicas, Aristocráticas e Tirânicas, Cartas a Filipe, Cartas dos Selembrianos,* quatro *Cartas a Alexandre,* nove a Anti-

pater, uma a Mentor, uma a Aríston, uma a Olímpia, uma a Hepéstion, uma a Temistágoras, uma a Filóxeno, uma a Demócrito, e uns versos que começam assim:

Deus puro, tu o mais antigo, que difundes teus [impulsos,

uma elegia que começa «Filha de mãe muito bela», no total de quarenta e quatro mil linhas mais cinco mil duzentas e setenta.

Foi isto exactamente tudo quanto este homem escreveu. Todo este conjunto é divisível em dois géneros de filosofia: uma filosofia prática e uma filosofia teórica. A filosofia prática compreende a Ética e a Política, em que se trata do que concerne às cidades e aos lares; a teórica compreende a física e a lógica, não sendo esta última uma disciplina aparte, mas o exacto meio de compreender todas as outras.

Atribui a esta arte duas finalidades, que são a de distinguir com clareza a diferença entre o verosímil e o verdadeiro. Para esclarecer cada um dos aspectos serviu-se de dois métodos, a dialéctica e a retórica para o verosímil, a analítica e a filosofia para o verdadeiro, nada esquecendo do que pudesse servir, já à invenção, já ao juízo, já à utilidade. Com efeito, para a invenção, forneceu os tópicos e o método como se fossem multidão de proposições se-

gundo as quais se pudessem achar argumentos prováveis para as questões arguidas; para o juízo, ofereceu os juízos analíticos anteriores e posteriores. Pelos primeiros podemos avaliar o valor das premissas, e pelos segundos, provam-se as conclusões. Enfim, para a simples utilidade, ofereceu os discursos agonísticos, as discussões sobre as questões propostas, e os elencos sofísticos, os silogismos, etc. Postulou como critério da verdade a noção dos actos resultante da imaginação, e quanto à ética definiu-a como o sentido dos problemas relativos à cidade, à família, e às leis.

Em princípio postulou que não havia senão um fim, a prática da virtude em uma vida perfeita, tendo afirmado que a felicidade resultava da junção de três bens: os da alma, que são os mais dignos de estima, os do corpo, a saúde, a força, a beleza, etc., os do mundo, a riqueza, a nobreza, a glória, etc.

Pensa que a virtude não basta para garantir a felicidade, pois se torna necessário juntar-lhe os bens do corpo e os bens do mundo, de modo que o sábio possa ser plenamente feliz, seja no sofrimento, seja na indigência, seja em qualquer outro mal análogo. Afirma, em contrapartida, que a maldade é suficiente para causar a infelicidade, ainda que dispuséssemos de todos os possíveis bens corporais ou mundanais. Também sustenta que as virtudes não são relativas umas às outras, bem po-

dendo acontecer que um sábio e justo seja ao mesmo tempo imoderado e incontinente. O sábio não é um homem isento de paixões, mas um homem que tem paixões moderadas.

Define a amizade, como a mútua benevolência, explicando-a pelo parentesco, pelo amor, pela hospitalidade. Amar, é filosofar e viver simultaneamente. O sábio, como qualquer outra pessoa, pode amar, negociar, casar, frequentar a corte. Há três espécies de vidas, a vida contemplativa, a vida activa, e a vida afectiva. Pensa que as artes liberais têm alguma importância na aquisição da virtude.

Nos tratados de história natural, preocupa-se com as causas, a pontos de chegar a expor as das coisas menores. Por isso a explicação para a quantidade de escritos seus acerca da história natural.

Concebe Deus, como Platão, qual um ser incorpóreo, cujo espírito se estende aos corpos celestes, e que ignora o movimento. Os corpos terrestres parecem-lhe regidos pelas mesmas leis dos corpos celestes, e aos quatro elementos anexa um quinto, o éter, cujo movimento circular é diverso do movimento dos outros elementos. A alma é, também ela, incorpórea, sendo a primeira enteléquia. O corpo é natural, orgânico, e tem a vida em potência.

O que designa por enteléquia ou perfeição e cuja forma é imaterial, é de duas espécies. Há uma perfeição em potência, a do Hermes que se modelou

na cera e que é susceptível de todas as espécies de formas, ou a da estátua que sairá do bronze. Há uma outra em acto, como a de este Hermes, ou a desta estátua acabada. Atribui ao corpo os nomes de natural, por haver corpos que são obra do homem quais as obras dos artistas, torres e navios, e outros que nascem da natureza, como os dos animais e das plantas; e de orgânico, isto é, por ordenado e composto em vista de um fim, como a vista para ver e o ouvido para entender, e de terem vida em potência, isto é, em si mesmos.

O que ele designa por potência tem dupla acepção: a passiva, e a activa, por exemplo, em acção, quando se diz que o homem acordado tem uma alma; em repouso, quando se diz o mesmo de um homem que dorme.

Para que o corpo pudesse entrar nesta definição, ajuntou o conceito de potência. Demonstrou ainda muitas outras coisas acerca de múltiplas questões, que seria moroso enumerar. Com efeito, trabalhou em todos os temas, tendo sido de uma fertilidade de invenção admirável, como se verifica pela quantidade de escritos que enumerei atrás, cerca de quatrocentos, e que não são discutidos, dado haver quem lhe atribua muitas outras obras, ditos e sentenças, não conservadas por escrito.

Houve dez Aristóteles: o primeiro é o nosso filósofo; o segundo governou Atenas, sendo-lhe atribuídos agradáveis discursos forenses; o terceiro es-

creveu acerca da *Ilíada*; o quarto é um orador siciliota, autor de um escrito contra o *Panegírico* de Isócrates; o quinto, cognominado Mitos, era um amigo de Ésquino, o discípulo de Sócrates; o sexto era de Cirene, autor de uma arte poética; o sétimo era Pedótribo, de que Aristóxeno faz menção na sua *Vida de Platão*; o oitavo foi um obscuro gramático autor de um escrito sobre o pleonasmo.

Quanto ao filósofo de Estagira, teve muitos discípulos, de que o mais brilhante foi Teofrasto, do qual falaremos a seguir[7].

(Diógenes Laércio, *Vida, Doutrina e Sentenças dos Filósofos Ilustres*, V, 1).

NOTAS

[1] Nasceu em 384 e morreu em 322 a. C.

[2] Liceu ou Ginásio, perto do templo de *Apolo Lykéios*, em Atenas.

[3] Do grego περίπατον, lugar de passeio.

[4] Que, então, andava pela idade de treze anos. Aristóteles esteve junto dele entre 343-335.

[5] O trocadilho é sensível em grego, pois cicuta diz-se ἀκονιτον e exígua diz-se ἀκονιτί.

[6] Mestre do Ginásio, Palestra ou Liceu.

[7] No Liceu sucederam a Aristóteles: Teofrasto, Estraton, Lícon de Troas e Aríston de Cós. Diógenes Laércio, ob. cit., livro V, traça as biografias de todos eles, excepto a de Aríston.

ORGANON

(Ὄργανον)

I

CATEGORIAS

Κατηγορίαι, Categoriae

1

Chamam-se homónimos[1] os nomes que só têm de comum o nome, enquanto a noção da sua essência é distinta. Por exemplo, animal tanto é um homem como um homem em pintura[2]; ambas estas coisas têm de comum apenas o nome, enquanto a noção[3] de essência designada pelo nome é diferente. Se nos pedirem para definirmos o que é ser animal no caso do homem e no caso da pintura, daremos, em cada caso, uma definição própria exclusiva a cada caso.

Chamam-se sinónimos[4] quando simultaneamente têm o mesmo nome e esse nome significa comunidade de nome e identidade de essência. Assim, por exemplo, tanto um homem como um boi recebem o nome de animal. O nome é o mesmo em ambos os ca-

sos, e de igual modo é a mesma a definição, pois, se nos perguntarem o que se pretende significar em ambos os casos com esse nome, em que referimos a essência de animal, a definição a dar será a mesma.

Denominam-se parónimos[5] os nomes que derivam de outros, por meio de flexão verbal[6], como, por exemplo, de gramática deriva gramático, e de coragem, corajoso.

2

Podemos combinar ou não combinar entre si as palavras, expressões ou frases. Casos de combinação de palavras são, por exemplo, o homem corre, o homem vence; casos de palavras sem combinação são, por exemplo, homem, boi, corre, vence.

Porém, quando usamos palavras sem as combinar, podemos predicar algo de um sujeito[7], ainda que não se achem presentes em nenhum sujeito, por exemplo: podemos predicar homem deste ou daquele homem, mas homem não se acha em nenhum sujeito. Outras estão em um sujeito, embora não possam ser predicadas de qualquer sujeito (por *em um sujeito*[8] entendo o que, não se

achando em um sujeito como as partes se acham no todo, não pode contudo ser independentemente do sujeito em que é). Por exemplo, algum saber gramatical existe em um sujeito, a saber na mente [9], mas não se pode dizer de nenhum sujeito; e uma certa brancura existe em um sujeito, por exemplo no corpo, pois toda a cor é em um corpo, mas não pode afirmar-se de qualquer sujeito. Há também outras coisas que se afirmam simultaneamente de um sujeito e em um sujeito, por exemplo: o saber é em um sujeito, 1b a mente e, por outro lado, afirma-se também de um sujeito, a gramática. Há por fim outras que não são, nem em um sujeito, nem predicadas de qualquer sujeito, por exemplo, este homem, este cavalo, pois nenhuma destas coisas se acha em um sujeito, nem pode ser predicada a um sujeito [10]. Falando de um modo geral, nunca podemos predicar do sujeito aquilo que em sua natureza é individual e numericamente una, embora em alguns casos nada impeça a sua presença em um sujeito, pois que, por exemplo, um certo saber gramatical é em um sujeito, mas não é afirmável de nenhum sujeito [11].

3

Quando predicamos uma coisa de outra coisa, como de um sujeito, tudo o que se predica do predicado predica-se também do sujeito, por exemplo: homem é predicado de homem individual, mas, por outro lado, também predicamos o nome animal ao termo homem, por conseguinte, podemos predicar o nome animal ao termo homem, porque um homem é ambas as coisas, homem e animal.

Quando os géneros[12] são heterogéneos e não subordinados uns aos outros, as diferenças serão especificamente distintas. Tomemos, por exemplo, animal e sabedoria: ser pedestre e bípede, alado e aquático, são diferenças próprias do género animal, todavia nenhuma delas é diferença por sabedoria, pois um saber não se diferencia de outro saber por ser bípede. Em contrapartida, nos géneros subordinados uns aos outros, nada impede que haja as mesmas diferenças, pois os géneros superiores são predicados dos géneros inferiores, de modo que todas as diferenças de predicado serão também diferenças de sujeito.

4

As palavras sem combinação umas com as outras significam[13] por si mesmas uma das seguintes coisas: o que (a substância)[14], o quanto (quantidade)[15], o como (qualidade)[16], com que se relaciona (relação)[17], onde está (lugar)[18], quando (tempo)[19], como está (estado)[20], em que circunstância (hábito)[21], actividade (acção)[22] e passividade (paixão)[23]. Dizendo de modo elementar, são exemplos de substância, homem, cavalo; de quantidade, de dois côvados de largura, ou de três côvados de largura; de qualidade, branco, gramatical; de relação, dobro, metade, maior; de lugar, no Liceu, no Mercado; de tempo, ontem, o ano passado; de estado, deitado, sentado; de hábito, calçado, armado; de acção, corta, queima; de paixão, é cortado, é queimado. 2a

Nenhum destes nomes em si mesmo e por si mesmo é afirmativo ou assertivo. As afirmações e as negações só se produzem quando eles são combinados entre si. Toda a asserção, afirmativa ou negativa, deve ser verdadeira ou falsa, enquanto as palavras não combinadas, por exemplo, homem, branco, corre, vence, não podem ser, nem verdadeiras, nem falsas.

5

Substância[24], na acepção mais fundamental, primeira e principal do termo, diz-se daquilo que nunca se predica de um sujeito, nem em um sujeito, por exemplo, este homem ou este cavalo. No entanto podemos falar de substâncias segundas[25], espécies em que se incluem as substâncias primeiras, e nas quais, se são géneros, ficam contidas as mesmas espécies. Por exemplo: o homem individual inclui-se na espécie[26] nominada homem, e, por sua vez, incluímos essa espécie no género chamado animal. Designamos portanto de segundas estas últimas substâncias, isto é, o homem e o animal, ou seja, a espécie e o género.

Do exposto deduz-se com evidência que o predicado deve ser afirmado já do sujeito, já do nome, já da definição, por exemplo, homem é predicado de um sujeito, ou seja, o homem individual; por um lado, o nome da espécie chamada homem predica-se afirmativamente de cada indivíduo; por outro, aplicamos a palavra homem a um homem, porque o homem individual é ao mesmo tempo homem e animal. De modo que, por

conseguinte, o nome e a noção de espécie são ambos categoria do sujeito. Quanto ao que está presente ou se acha em um sujeito, os seus nomes e definições não são predicáveis[27] do sujeito, pelo menos na maior parte dos casos. Noutros, contudo, nada impedirá que o nome seja predicado do sujeito, mas já o mesmo não se verifica para a definição, por exemplo: o nome branco é sem dúvida inerente a um sujeito, um corpo, porque o corpo é o que chamamos branco. Todavia, a definição de brancura jamais pode ser predicada de qualquer corpo.

Quanto ao mais[28], ou bem que se diz das substâncias primeiras, ou bem que se acha nelas como em seu sujeito. Tanto resulta manifesto nos exemplos particulares que se nos apresentam. Tomemos por exemplo o termo animal, que se predica[29] de homem. Animal é predicado de um homem determinado porque se o não fosse de nenhum homem determinado, não o seria também de homem em geral. Outro exemplo: a cor está no corpo, de modo que também está neste ou naquele corpo, pois se pudesse estar onde não estivesse qualquer corpo, a cor não estaria absolutamente no corpo em geral. De modo que todas as coisas, sejam elas quais forem, excepção feita às substâncias primei-

2b

ras, ou são predicados das substâncias primeiras, ou então acham-se nelas na acepção de sujeitos. E não havendo estas substâncias primeiras, não haveria nenhuma das outras substâncias.

Entre as substâncias segundas, a espécie é mais substância do que o género, por estar mais próxima da substância primeira, enquanto o género se acha mais longe dela. Se alguém nos perguntar «o que é isto», indicando uma substância primeira, a resposta mais didáctica consistirá em mencionar a espécie em vez do género, por exemplo: tomemos este ou aquele homem determinado. Daremos uma resposta mais explicativa acerca dele se determinarmos a espécie, homem, do que se dissermos animal, porque o primeiro carácter é mais próprio ao homem individual, enquanto o segundo é mais geral ou mais longínquo. De igual modo, para tornar compreensível a natureza desta ou daquela árvore, a explicação será mais instrutiva se dissermos que é uma árvore, do que se dissermos que é um vegetal.

Além disso, as substâncias primeiras, pelo facto de serem subjacentes a todas as outras, as quais, por sua vez, ou serão predicados, ou estarão nelas como em seu sujeito, são, por isso, substâncias por excelência. E tal

como as substâncias primeiras estão em todas as outras, também de igual modo as espécies o estão quanto aos géneros. A relação da espécie com o género é a mesma que há entre o sujeito e o seu predicado, porque predicamos os géneros das espécies, mas nunca podemos predicar as espécies dos géneros[30]. Então, é lícito concluir que a espécie é mais substância do que o género.

Quanto às espécies, nenhuma, a menos que seja também um género, é mais substância do que outra[31], pois não é mais apropriado chamar homem a um dado homem do que chamar cavalo a um dado cavalo. Esta regra vale também para as substâncias primeiras, pois nenhuma substância é mais substância do que outra, já que um determinado homem não é mais substância do que este ou aquele boi.

É por conseguinte com razão que, depois das substâncias primeiras, entre todas as demais, só a espécie e o género são nomeáveis substâncias segundas, porque entre todas as categorias possíveis, só elas definem a substância primeira. O homem determinado é definível de uma forma mais própria através da espécie, homem, do que através do género, animal. Em contrapartida, aplicar ao homem qualquer outra categoria, seria tor-

nar a explicação imprópria, como, por exemplo, se dissermos que ele é branco, ou que ele corre, ou predicados análogos. Assim, é evidente que só a espécie e o género se denominam substâncias segundas, fora das substâncias primeiras.

Outro argumento: as substâncias primeiras, porque subjazem a todas as mais, são por isso nomeadas substâncias na estrita acepção da palavra. Do mesmo modo que
3a a substância primeira é referível a todas as demais, também o são o género e a espécie quanto aos demais predicados não incluídos na espécie e no género, pois estes são sujeitos dos outros. Podemos dizer que um homem é gramático, isto é, por conseguinte, que o homem e o animal são gramático. E assim nos demais casos.

Propriedade comum a toda a substância é não estar em o sujeito[32], porque isso que chamamos substância primeira não pode estar em um sujeito, nem é predicável de qualquer sujeito. E quanto às substâncias segundas também é claro, pelas razões a seguir, que não se acham no sujeito[33]. Em primeiro lugar, a espécie homem é predicada de um homem, mas homem não se acha em um sujeito, porque homem não é uma parte de algum homem, e o que se diz da espécie

diz-se do género. O género animal, com efeito, predica-se assertivamente deste ou daquele homem, mas não se acha nele. Em segundo lugar, cumpre ter em conta que, quando uma coisa pode achar-se em um sujeito, nada nos impede de predicar o seu nome ao sujeito, mas nesse caso é impossível predicar-lhe a sua definição.

Ora, nas substâncias segundas, o nome e a definição, são categorias do sujeito. A definição de espécie — homem — e a de género — animal — são aplicáveis a um dado homem, de onde se segue que a substância não se conta no número das coisas que se acham em um sujeito. Mas esta propriedade de não se acharem em um sujeito é tão verdade para as substâncias como para as diferenças [34], pois, da espécie homem é assertivamente dizível pedestre e bípede. Contudo, estas diferenças de pedestre e bípede, predicadas ao homem, não se acham nele, nenhuma delas, com efeito, está em o homem. Por outro lado, quando se predica afirmativamente uma diferença, predica-se também a sua definição, por exemplo: se da espécie homem predicamos pedestre, a definição deste predicado aplicar-se-á também à sua espécie, porque o homem é pedestre.

Não nos perturbemos então se as partes

das substâncias estão ou se acham no todo como em um sujeito, receando nesse caso a necessidade de admitir que estas partes não são substâncias. Acaso não dissemos já que as coisas que estão em um sujeito, se não devem entender segundo o modo pelo qual as partes estão no todo?

O carácter das substâncias segundas e bem assim da diferença, tem de peculiar e comum que, sempre que as predicamos, as predicamos em acepção sinónima[35], porque todas as predicações têm sempre, por sujeito, ou indivíduos, ou espécies. A substância primeira nunca se predica de categoria alguma, e nem mesmo é predicável de um sujeito qualquer, mas, nas substâncias secundárias, a espécie predica-se de todos os exemplos individuais, e o género predica-se de todos 3b esses e ainda das espécies. O mesmo ocorre com as diferenças, que tanto se predicam das espécies como dos indivíduos. Além disso, a definição das espécies e dos géneros aplica-se às substâncias primeiras, e a do género à espécie, pois tudo quanto afirmamos do predicado é também afirmável do sujeito. De modo análogo, a definição das diferenças aplica-se aos indivíduos e às espécies, mas, como anotámos atrás, são sinónimas as categorias, cujo nome é comum, e cuja noção é

idêntica, de onde se segue que em todas as proposições que têm por predicado uma substância ou uma diferença, o predicado é sinónimo.

Toda a substância nos aparece como uma forma[36]. No que se refere às substâncias primeiras, é incontestável que elas significam um determinado, porque o expresso é uma forma e um uno indivisível. No caso das substâncias secundárias, em virtude da própria forma de nomeação, também podemos admitir que elas significam uma forma determinada, como ao dizermos, por exemplo, homem, animal. Contudo não é assim, pois tais palavras significam antes uma qualidade, porque o sujeito não é, como no caso da substância primeira, uno e singular. Na verdade, homem é atribuível a uma multiplicidade, e o mesmo se diz de animal. A espécie e o género não indicam uma qualidade de modo absoluto, como indica, por exemplo, branco, porque branco significa apenas uma qualidade, mas a espécie e o género indicam uma qualidade em relação à substância, dizem-nos do modo de ser de uma substância. No caso do género, contudo, esta qualificação é mais ampla do que no caso da espécie, pois o termo animal abarca muito maior número de seres do que o termo homem.

Outra propriedade das substâncias[37] é a de nunca terem contrários. Se considerarmos a substância primeira, qual poderia ser o seu contrário, por exemplo, deste homem, deste animal? Não há aqui, com efeito, contrário, não há contrário de homem, nem de animal, na acepção de espécie e de género. Esta característica particular não pertence apenas à substância, antes pertence a outras categorias, por exemplo, à quantidade. A expressão, por exemplo, dois côvados de comprido, ou três côvados de largo, não tem contrário, e o mesmo se afirma de dez, e de outros semelhantes, a menos que se pretenda que muito é contrário de pouco, e que grande é contrário de pequeno[38]. Contudo, as quantidades nunca têm contrários.

Nenhuma substância parece susceptível de receber mais e menos[39], e por isto não significa que uma substância não possa ser chamada substância com mais propriedade ou com menos propriedade do que outras, antes quero significar que nenhuma substância enquanto tal pode ser mais ou menos em si mesma, por exemplo: esta substância, este homem, não pode ser mais ou menos homem do que em outro tempo[40]. Este homem não é mais homem do que outro
4a homem, tal como se diz que o branco é mais

ou menos branco que um outro branco, e o belo mais ou menos belo que outro belo. Às vezes, a mesma qualidade, em um mesmo sujeito, pode variar de grau, por exemplo, um corpo branco pode dizer-se mais ou menos branco do que era, e um corpo quente pode dizer-se mais ou menos quente, mas a substância enquanto substância não é nem mais nem menos do que em si mesma. O homem não é mais homem agora do que era antes, e o mesmo vale para todas e cada uma das substâncias. Por conseguinte, a substância não é susceptível de mais e de menos.

Agora, a principal propriedade da substância, parece ser isto: que, apesar de permanecer idêntica, una, e a mesma, é capaz de receber qualificações contrárias[41]. De entre todas as categorias distintas da substância, só poderíamos aduzir um exemplo com esta característica, por exemplo, a cor, que é una em número e idêntica, não pode ser branca e preta, tal como uma acção, idêntica e una em número, não pode ser boa e má, e o mesmo ocorre em tudo o que não seja substância, mas a substância, permanecendo a mesma, admite contudo qualidades contrárias. Por exemplo: um determinado homem, sendo um e o mesmo, é umas vezes branco

outras preto, umas vezes quente, outras frio, umas vezes bom, outras mau. Nada de análogo ocorre em outras categorias, a menos que se objecte que as asserções e as opiniões admitem também contrários. Isto quer dizer que uma mesma afirmação pode parecer simultaneamente verdadeira e falsa. Se, por exemplo, a asserção «o homem está sentado» é verdadeira, logo que o homem se levante, tal asserção será falsa. O mesmo se verifica com a opinião. Podemos dizer a opinião verdadeira de que este ou aquele homem está sentado, e, não obstante, quando esse homem se puser de pé, aquela opinião será falsa, se for mantida acerca do mesmo homem. Ainda quando admitimos este argumento, ela diferencia-se pelo modo de receber os contrários. Quando a substância admite qualidades contrárias, tal ocorre em virtude de uma alteração em si mesma, pois é mediante uma alteração em si mesma que uma substância que estava quente passou a estar fria, passando de um estado a outro; ou que uma coisa branca se tornou preta, ou que era boa e se tornou má. O mesmo se verifica nos casos em que a substância admite determinadas qualidades, ainda que contrárias. No entanto, o juízo e a opinião permanecem imutáveis em si mesmos, em todos e em cada

um dos aspectos. Se passam a dispor de uma qualidade contrária sendo, umas vezes verdadeiros e, outras, falsos, o que mudou foi a assunção do contrário neles, dado que o juízo — tal homem está sentado — continua idêntico, mas, em relação às condições que 4b mudam, umas vezes é verdadeiro, outras é falso, e igual asserção vale para as opiniões. Assim, pelo modo como mais ou menos as coisas acontecem, é de facto característico da substância admitir qualidades contrárias, mediante uma alteração em si mesma. Por conseguinte, se alguém quiser abrir uma excepção a favor dos juízos e das opiniões, sustentando que também estes admitem qualificações contrárias, tal opinião é uma heterodoxia. Se dissermos que os juízos e as opiniões podem receber contrários, é porque não são eles mesmos os sujeitos da alteração, mas porque a alteração sobreveio em sujeito distinto. Com efeito, é a realidade ou a irrealidade da coisa que faz o juízo verdadeiro ou falso, não sendo possível que o próprio juízo possa admitir tamanhas qualidades contrárias. Porque, em síntese, nada pode alterar a natureza do juízo nem da opinião e, pois que neles não há alteração, não podem ser receptáculos de contrários. Mas a substância, ao poder receber em si mesma

os contrários, admite os contrários, pois ela recebe em si mesma a saúde, a brancura e a negrura. E como ela recebe em si mesma cada uma destas qualidades, é afirmável que ela recebe os contrários. Concluindo, diremos que a propriedade mais distintiva da substância é a de poder receber os contrários, mediante uma alteração em si mesma, apesar de permanecer uma e a mesma substância. É quanto basta dizer acerca da substância.

6

A quantidade é, ou discreta, ou contínua[42], e, além disso, a quantidade ou é formada por partes que têm, em relação umas às outras, posições relativas, ou por partes que não têm posições relativas entre umas e outras. São exemplos de quantidade discreta, o número e a oração[43], e de quantidade contínua, a linha, a superfície, e o sólido, às quais podemos juntar o tempo e o lugar.

Quanto às partes do número, convenhamos em que não há qualquer limite comum em que as ditas partes se possam unir, por exemplo, sendo cinco uma parte de dez, em nenhum limite comum cinco mais cinco se unem, pois estes cinco são distintos. O mesmo

ocorre com as parcelas três e sete, que não se unem em qualquer limite comum, pois em nenhum número acharemos um limite comum entre as suas partes, porque estas permanecem sempre distintas umas das outras. Por este motivo, o número é quantidade discreta, e não contínua, e o mesmo é predicável da oração, que também é uma quantidade discreta. Medida em sílabas longas e breves, a oração é uma quantidade, cujas partes não têm um comum limite. Não há um limite comum para união das sílabas e cada uma é, com efeito, uma quantidade discreta.

Quanto à linha, é uma quantidade contínua, dado ser concebível um limite comum em que as suas partes se tocam, ou unem, e este limite é o ponto. O mesmo se verifica com a superfície, e com o volume, ou sólido, cujas partes têm este limite, a linha, no primeiro caso, e a linha ou o plano no segundo caso. O tempo é um todo e uma quantidade contínua, pois o presente, o pretérito e o futuro estão concatenados; também o espaço[4] é uma quantidade contínua, pois, dado que as próprias partes do sólido ocupam um certo lugar, e que estas partes têm um limite comum, segue-se que também as partes do espaço, que ocupam essas mesmas partes, têm o mesmo limite comum, como as partes

5a

do sólido. Assim, o espaço, à semelhança do tempo, é contínuo, as partes, em um limite comum, unem-se umas às outras.

Há também quantidades constituídas por partes que têm entre elas uma posição recíproca, pois, cada uma delas deve estar em uma parte e distinguir-se da contígua. Podemos dizer em que parte do plano está e de que parte é contígua. O mesmo é exacto dos sólidos e do espaço. Quanto ao número, pelo contrário, o caso é distinto, pois jamais poderemos demonstrar que as suas partes ocupam uma dada posição recíproca, ou que sequer ocupem uma posição, pois é impossível determinar, já as partes, já qualquer contiguidade entre elas. O mesmo é dizível do tempo, porque nenhuma parte do tempo é duradoura, e como se poderia afirmar que o não durável tem uma posição? No caso do tempo melhor será dizer que as partes do tempo têm uma sucessão relativa, porque uma parte é anterior a outra, posterior, regra também aplicável ao número, já que os números são anteriores uns aos outros, pois, quando os contamos, o um é anterior a dois, e dois anterior a três. De modo que, também acerca do número, se pode afirmar que tem uma ordem relativa, mas destituída de posição. Tal característica é própria do dis-

curso, cujas partes carecem de subsistência já que, uma vez pronunciadas, se diluíram, de modo que, se deixaram de ser não ocupam, nem posição, nem lugar. Em resumo, há quantidades constantes de partes que têm uma posição, e outras quantidades constituídas por partes sem posição.

As mencionadas são as únicas que têm a propriedade de ser chamadas quantidades, e tudo o mais que assim seja chamado só o poderá ser por acidente[45], em virtude 5b de relação com as primeiras. Como exemplo: dizemos que o branco é grande dado a superfície coberta de branco ser grande; e a acção chama-se longa, por ser longo o tempo em que se passa, mas o nome de quantidade não se pode dar com propriedade a estas determinações. Se alguém nos perguntar qual é a duração de uma determinação acção, mencionaremos o tempo de que ela necessitou, respondendo um ano ou algo de equivalente. E se alguém nos perguntar qual a grandeza de uma coisa branca, mencionaremos a superfície que o branco cobre, pois é na medida em que a superfície é grande que do branco se pode dizer que é grande. Portanto, as únicas quantidades em acepção essencial só são as que mencionámos; qualquer outra não é quantidade em si mesma,

e, se como tal for entendida, é por derivação, ou acidente.

Além disso, a quantidade nunca tem contrário[46]. Quanto às quantidades discretas, é manifesto que elas não têm contrário, como vimos nos exemplos de dois côvados de comprimento, e três côvados de comprimento, ou da superfície ou de qualquer outra quantidade deste tipo, as quais não têm contrário. Não obstante, alguém pode dizer que muito é contrário de pouco, ou que grande é contrário de pequeno? Pode, mas nenhuma destas noções é quantidade, antes são relações, por isso que as coisas em si mesmo consideradas não são, nem pequenas, nem grandes, só assim sendo qualificadas por relação comparativa com outras, por exemplo: dizemos que um monte é pequeno, e que um grão de milho é grande, pois o grão de milho é maior que outras coisas do mesmo género, e o monte é mais pequeno do que outras coisas análogas. Estamos aqui em presença de uma relação comparativa, pois se esses termos se utilizassem em acepção absoluta, jamais se poderia afirmar que um monte é pequeno, ou que um grão de milho é grande[47]. De igual modo é lícito dizer que em uma aldeia há muitos habitantes, e que em Atenas há poucos, embora a população

de Atenas seja mais numerosa. Dizemos também que há muitas pessoas em uma casa, e que há poucas em um teatro, embora neste último lugar haja muitas mais. Enquanto dois côvados ou três côvados e qualquer grandeza desta espécie exprimem uma quantidade, os nomes grande e pequeno não significam quantidade, mas relação, a qual implica uma norma externa, ou algo que está para além deles. É pois evidente que estes últimos termos são também relativos. Além disso, sejam ou não sejam quantidades, estes termos não têm contrário, porque aquilo que não se toma em si mesmo, mas só em referência a outro, como se pode supor que tenha contrário? Admitamos que grande e pequeno são contrários. Segue-se, nesse caso, que um mesmo sujeito pode receber simultaneamente qualificações contrárias, e que as coisas são em si mesmas contrárias. Não sucede por vezes que uma mesma coisa é ao mesmo tempo grande e pequena, pois que, sendo pequena relativamente a uma, é grande relativamente a outra? Assim, uma mesma coisa vem a ser simultaneamente grande e pequena, e, por consequência, ela admite ao mesmo tempo qualificações contrárias. É inegável que nada pode admitir simultaneamente os contrários, como vimos para a 6a

substância. Se a substância está apta a receber contrários, um homem não pode, no entanto, estar doente e são ao mesmo tempo, assim como uma coisa não pode ser a um tempo branca e preta, e nenhuma é qualificável deste modo simultaneamente, porque então as coisas seriam em si mesmas os próprios contrários. Se grande é o contrário de pequeno, e se uma coisa for ao mesmo tempo grande e pequena, essa mesma coisa será contrária a si mesma; ora, é impossível que uma mesma coisa seja contrária a si mesma, logo grande não é contrário de pequeno, nem muito de pouco. Por conseguinte, não podemos considerar esses termos contrários, ainda que haja quem os denomine como categorias de quantidade e não como categorias de relação.

Quanto ao caso do lugar, assumido como quantidade, o contrário é mais plausível. Com efeito, definimos superior como o contrário de inferior, quando na verdade chamamos inferior à região que se acha no centro da terra, porque a distância máxima é a que vai do centro aos pontos cardiais do universo. Parece, até, que é destes contrários que se extrai a definição de todos os outros contrários, dado que os termos que, dentro

do mesmo género, estão mais distantes, são definidos como contrários.

Não parece que a quantidade seja susceptível de mais e de menos[48]. Dou como exemplo dois côvados de comprimento. Uma coisa com o comprimento de dois côvados não é mais do que de dois côvados. Esta regra é também válida para o número, por exemplo: três não é, digamos, três em mais alto grau do que outro três, e um cinco não é mais cinco do que outro cinco. Não dizemos que um tempo é mais tempo do que outro tempo, e de todas as quantidades que enumerámos não há nenhuma à qual o mais e o menos possam ser predicados. Concluo portanto que a categoria de quantidade não é susceptível de mais e de menos. Agora, o que acima de tudo é característico da quantidade, é a possibilidade de a predicarmos de igual e de desigual[49]. De cada uma das quantidades que mencionámos dizemos que ela é, ou igual, ou desigual. De um sólido diz-se, por exemplo, que é igual ou desigual a outro, do número, que é igual ou desigual a outro, do tempo, que é igual ou desigual a outro. Isto mesmo vale para todas as quantidades mencionadas e cada uma pode ser qualificada de igual ou de desigual. Em contrapartida, todas as outras categorias que

não sejam quantidades não podem, de modo algum, ser ditas iguais ou desiguais: o hábito, por exemplo, não é qualificável de igual ou de desigual, antes o qualificamos de semelhante ou diferente; o branco não pode ser qualificado também de igual nem de desigual, mas de semelhante e de diferente. A característica superior da quantidade é, portanto, a de ser qualificável de igual e de desigual.

7

Chamamos relativas[50] às coisas quando se diz que elas estão na dependência de outras, porque a sua existência está de algum modo relacionada com outras. Assim, maior diz-se maior porque consiste em ser dito em relação a outra coisa, porque maior diz-se de alguma coisa; e dizemos dobro o que é dito
6 b dobro de outra coisa; e o mesmo ocorre com todos os termos análogos. São também relativos termos quais: estado, disposição, sensação, conhecimento, posição, e todos eles se explicam mediante uma referência a outro, e por mais nada. O estado é dito estado de alguma coisa, o conhecimento, conhecimento de algo, a posição, posição de alguma coisa, e assim sucessivamente. São portanto relativos os termos cuja substância é a de serem

ditos dependentes de outros, ou de se referirem de algum modo a outros. Por exemplo, dizemos que um monte é alto apenas em comparação com outro, dado ser em relação a outro que o monte é alto; o semelhante diz-se do semelhante a qualquer coisa, e os demais termos da mesma natureza dizem-se por virtude do mesmo carácter de relação. Acrescento que o deitar-se, o estar de pé, o estar sentado, são posições determinadas, e a posição em sim mesma é um relativo; pelo contrário, estar deitado, estar levantado, estar sentado, não são em si mesmos posições, e mais não fazem do que tirar as suas designações, como parónimos, das posições acima enumeradas.

Por vezes, os relativos têm contrários[51], por exemplo: a virtude é o contrário do vício, mas cada um destes termos é relativo, e a sabedoria é o contrário da ignorância. No entanto, nem todos os relativos têm contrários: ao dobro não se opõe qualquer contrário, nem ao triplo, nem a qualquer termo deste género.

Também parece que os relativos admitem o mais e o menos[52]. Semelhante e diferente são dizíveis segundo o mais e o menos, o igual e o desigual também se dizem segundo o mais e o menos, sendo termos relativos,

porque o semelhante é dito semelhante a algo, e o mesmo vale para diferente[53]. No entanto, nem todos os relativos são susceptíveis de mais e de menos. Não dizemos, por exemplo, do dobro, que ele é mais dobro ou menos dobro, e o mesmo sucede com outros termos equiparáveis.

Todos os relativos têm os seus correlativos[54], por exemplo, escravo quer dizer escravo do senhor, e senhor quer dizer senhor do escravo; dobro quer dizer dobro da metade, e metade, metade do dobro; o maior é maior do que o seu menor, e o menor é menor do que o seu maior. Isto verifica-se em todos os casos relativos. Haverá, contudo, uma diferença no caso ou inflexão gramatical, assim: chamamos conhecimento ao conhecimento do cognoscível, e cognoscível o que é cognoscível ao conhecimento; sensação à sensação do sensível, e sensível, o sensível à sensação. Por vezes, apesar disto, a correlação não é patente; é quando se comete um erro e o termo ao qual o relativo se refere não é o apropriado. Por exemplo, se dermos asa como relativo à ave, não há correlação da ave e da asa. O termo justo é o de asa de ave, visto que asa é asa de uma
7a ave quando consideramos esta, não como ave, mas como alada, pois há muitos outros

alados que não são aves. Quando a relação é adequada, a correlação é imediata, como se dissermos a asa é asa de um alado, e o alado é em virtude da asa. Por vezes, sem dúvida, é necessário criar um nome derivado para designar de modo próprio e imediato uma correlação, quando não temos esse nome. Tomemos por exemplo a palavra leme que é relativa ao barco. Mas esta correlação não é evidenciada de um modo exacto, pois o leme não é do barco enquanto barco, visto haver barcos sem leme. Por isso, não há correlação, porque não podemos dizer que o barco é barco do leme, não havendo reciprocidade. Não obstante, a relação seria mais justa se disséssemos pouco mais ou menos o seguinte: o leme é leme de uma coisa lemeada ou qualquer outro modo aproximado, em vista da carência de nome. Se nos exprimirmos desta forma há correlação, reciprocidade, isto é, o lemeado é lemeado por leme. A norma vale para os demais casos, por exemplo, cabeça, melhor se dirá correlativa do cabeçudo, do que se for dita como correlativa de animal, pois não é enquanto animal que o animal tem cabeça, visto haver animais sem cabeça. A maneira mais fácil de compreender aquilo com que algo é relativo, nos casos em que nos falece o nome, con-

siste em derivar os nomes dos primeiros termos, aplicando-os às coisas com as quais os primeiros são correlativos, tal como nos exemplos precedentes, em que alado deriva de ala[55], e lemeado de leme.

Assim, pois, todos os relativos têm correlativo, suposto que estes hajam tido correlata definição, importando mencionar esta cláusula, porque, se o correlativo for definido com indeterminação e não com relação ao correlativo, os termos não serão desde logo correlativos. Melhor dizendo: mesmo para os correlativos acerca dos quais há analogia e aos quais atribuímos nomes, não há correlação se um dos termos for designado por um nome, que só por acidente exprime o correlativo, e não pelo nome do próprio correlativo. Por exemplo: escravo, se for expresso como escravo, não do senhor, mas do homem ou do bípede, ou de não importa que outro género, não é correlativo, uma vez que a relação é inadequada. Se a correlação for adequada, poderemos prescindir dos outros caracteres acidentais, fixando-nos apenas naquele que estabelece a correlação adequada, pois então esta correlação manter-se-á, por exemplo: se o correlativo de escravo é senhor, podemos omitir os caracteres acidentais do senhor (v. g. bípede, capaz de

conhecimento, homem) fixando apenas o carácter de senhor, que escravo será sempre relativo a este, porque escravo é dito escravo do senhor. Não obstante, se a correlação 7b for inadequada, e se despojarmos o termo de todos os seus caracteres, deixando ficar apenas aquele com o qual se definiu a relação, logo toda a correlação se desvanecerá. Definamos como correlativo de escravo, homem, e de alado, ave, e separemos do homem o carácter de senhor. Logo deixará de haver correlação entre senhor e escravo, pois que sem senhor não há escravo. O mesmo razoamento se fará, se separarmos de ave o carácter de alado; alado deixará de ser relativo, pois, se não há alado, a asa não terá correlativo. Concluo por dizer que é preciso definir com exactidão os correlativos. Se houver nome, a determinação será fácil, mas se não há nome, é necessário formar um nome, e sempre que a denominação dos termos for exacta, é evidente que todos os termos relativos são correlativos.

Os correlativos parece que têm simultaneidade natural[56], sendo esta regra verdadeira na maior parte dos casos. Há simultaneidade do dobro e da metade, e se há metade, há dobro, tal como se há senhor há escravo, e, se há escravo há senhor, e assim

em todos os casos análogos. Os correlativos anulam-se reciprocamente: se não há dobro, não há metade, se não há metade, não há dobro, e o mesmo se verifica nos casos semelhantes. Não obstante, não é verdade, segundo parece, que em todos os casos os correlativos sejam simultâneos por natureza, dado que o objecto do conhecimento é anterior ao conhecimento, pois comummente adquirimos conhecimento do que já existe, sendo difícil, senão impossível, haver conhecimento simultâneo do seu objecto. Se eliminarmos o objecto do conhecimento, anulamos o conhecimento em si mesmo, mas a eliminação do conhecimento não anula o seu objecto. Com efeito, se deixasse de haver objecto de conhecimento, não haveria conhecimento, pois nada haveria a conhecer, mas se é o conhecimento que não há, tanto não obsta a que haja o seu objecto[57]. É o que se verifica no exemplo da quadratura do círculo: mesmo admitindo, no mínimo, que há quadratura do círculo como objecto de conhecimento, ainda não dispomos do seu conhecimento, apesar de ela ser objecto de conhecimento. Se deixasse de haver todos os animais não haveria conhecimento deles, ainda que continuasse a haver um grande número de objectos de conhecimento. Análoga afir-

mação é factível da estesia: o sensível é, com efeito, e com toda a verosimilhança, anterior à sensação; se o sensível se anular, a sensação elimina-se, enquanto que, se eliminarmos a sensação, o sensível não é eliminado, pois que a sensação actua sobre um corpo e em um corpo, como sensação e acto de sentir. Por outro lado, uma vez eliminado o sensível, o corpo é também eliminado, uma vez que o corpo faz parte dos sensíveis, e, se não 8a há corpo, a sensação desaparece, pelo que a eliminação do sensível acarreta a eliminação da sensação. Todavia, a eliminação da sensação não implica a eliminação do sensível: eliminado o animal, a sensação é eliminada, mas o sensível subsiste, por exemplo, o calor, a doçura, a amargura, e todos os demais sensíveis. Outra prova: a sensação gera-se ao mesmo tempo que o sujeito sensível (que sente), pois que a sensação nasce com o ser animado, mas o sujeito sensível não é anterior nem ao ser animado nem à sensação, dado que objectos como fogo, água, e outros elementos da natureza, a partir dos quais o ser animado se compõe, já existiam anteriormente ao ser animado e à sensação. O sensível é anterior à sensação.

A questão de que nenhuma substância é relativa, como em geral se admite, poderia

dar azo a controvérsia. Uma excepção se daria, no entanto, no caso de certas substâncias segundas. Quanto às substâncias primeiras, é verdade que elas não são relativas, pois que nem os todos, nem as partes das substâncias primeiras, são relativos. Não dizemos do homem que é homem de algo, nem do boi que é boi de outra coisa. O mesmo quanto às partes: a mão não se diz uma mão de alguém, mas a mão de alguém, e uma cabeça não se diz uma cabeça de alguém, mas a cabeça de alguém. Assim também com as substâncias segundas, ou pelo menos com a sua maior parte: a espécie homem, a espécie boi, nunca se definem por relação a algo fora delas; nunca se define assim madeira, e se madeira for considerado relativo, é como propriedade, própria de alguma outra coisa, e não como substância. Nos casos deste tipo, é evidente que a substância não entra no grupo dos relativos. Somente com algumas substâncias segundas a questão é plausível, por exemplo, cabeça é dita cabeça disso de que ela é típico, e mão é dita mão disso de que ela é típico, e o mesmo ocorre com todas as partes da mesma natureza, de onde se segue que estes termos podem bem ser relativos. Se, portanto, a definição dada para relativos fosse suficiente, seria muito difícil,

senão impossível, demonstrar que nenhuma substância é relativa. Mas se a definição for insuficiente, e se considerarmos relativos apenas os termos cuja essência consiste em uma certa relação, talvez houvesse remédio para esta incerteza. A anterior definição aplica-se, sem qualquer dúvida, a todos os relativos, mas o facto de uma categoria se definir por referência a alguma outra fora dela, não a torna necessariamente relativa.

Do exposto fica esta evidência: se um relativo é conhecido de um modo definido, aquilo a que ele se refere é também conhecido de um modo definido, podendo ser chamado de evidente por si mesmo[58]; isto é, se sabemos que uma tal ou qual coisa particular é um relativo, sendo relativo àquelas coisas cuja existência verdadeira consiste na referência, de um ou de outro modo, a outra coisa, então sabemos o que é esse outro a que se refere o conhecido. Se não soubéssemos o que é esse outro a que aquela se refere, também não saberíamos se esta é ou não relativa. Demos alguns exemplos, que podem esclarecer esta asserção: se soubermos, com determinação, que uma coisa é dobro, sabemos logo com determinação de que ela é dobro, pois se não houvesse determinada coisa da qual não soubéssemos de 8b

que aquela é dobro, nem sequer saberíamos que ela é dobro de algo. Se sabemos que uma dada coisa é mais bela, também temos de saber necessariamente e imediatamente, a coisa em comparação com a qual uma coisa é mais bela. Não saberemos de modo vago e indeterminado o que é mais belo do que outro menos belo, pois então isso seria simples suposição, e não conhecimento. Com efeito, não conheceríamos de modo preciso que a dita coisa é mais bela do que uma coisa que é menos bela, dado poder acontecer que não houvesse nada de mais belo do que essa mesma coisa. É portanto necessário que um conhecimento definido dos relativos, equivale a um igual conhecimento das coisas às quais são relativos[59].

Quanto à cabeça, à mão e a qualquer parte da mesma natureza, que são substâncias, podemos conhecer com determinação o que elas são, embora não se siga necessariamente que conheçamos o seu correlativo, uma vez não sabermos de um modo determinado a que se refere esta cabeça ou esta mão. Sendo assim, somos compelidos a concluir que essas substâncias e suas análogas não são relativos, e, portanto, as substâncias não são relativos. É difícil, nestes casos, fazer afirmações positivas, sem uma constante

atenção aos casos, mas não é inútil evidenciar alguns aspectos deste tema.

8

Chamo qualidade a isso em virtude do que algo é dito tal ou qual, mas a qualidade está entre aquele número de categorias que podem ser entendidas em várias acepções[60].

Uma primeira espécie de qualidade é a que se denomina de hábito e disposição, mas o hábito difere da disposição por ser mais durável e mais estável. Entre os hábitos temos os de conhecimento e as virtudes, porque o conhecimento parece estar entre os estáveis e difíceis de alterar, mesmo se ele só for adquirido em pequeno grau, a menos que nele se haja produzido uma brusca alteração, causada por enfermidade ou causa análoga. O mesmo é dizível da virtude (por exemplo, a justiça, a temperança, e toda a qualidade da mesma espécie), se admitirmos que estas são difíceis de mudar e de alterar. As disposições, pelo contrário, são assim denominadas porque podem ser mudadas e rapidamente alteradas, como o calor e o frio, a doença e a saúde, e assim sucessivamente. Um homem tem uma certa disposição, mas rapidamente muda de disposição; estando

quente, pode ficar frio e, estando são, pode
9a ficar doente, e o mesmo ocorre com as demais disposições, a menos que uma disposição se tornasse natural com o tempo, inveterada e difícil de remover, de tal modo que a disposição passaria a chamar-se hábito[61].

É evidente que tendemos a designar pelo nome de hábitos aquelas qualidades mais duráveis e mais difíceis de mudar, pois os que possuem um conhecimento pouco estável e cujo humor é instável, podem apenas ser ditos como tendo uma certa disposição[62], mais ou menos boa, para o conhecimento. O hábito difere da disposição por esta última tender a mudar, enquanto que o hábito é mais durável e menos movível.

Os hábitos são disposições, mas as disposições não são necessariamente hábitos: ter hábitos é estar em uma certa disposição, mas ter disposições não é, em todo o caso, possuir um hábito equivalente.

Uma outra espécie de qualidade é aquela segundo a qual podemos falar de bons lutadores, de bons corredores, de saudáveis e de enfermiços, numa palavra, de tudo o que se diz segundo uma potência[63] ou uma impotência naturais. Não é em virtude de uma disposição que cada uma destas qualidades é afirmável, mas pelo facto de se possuir uma

potência natural, ou uma impotência natural, para levar a efeito uma coisa, ou para a não levar a efeito. Por exemplo: os bons lutadores são assim chamados, não por se acharem em uma certa disposição, mas por possuírem uma potência natural para fazer certos exercícios com facilidade. Os saudáveis são assim chamados atendendo a uma potência natural para reagir com facilidade a todas as ameaças de doença, e, pelo contrário, os enfermiços são assim chamados em virtude da sua natural impotência para reagirem às ameaças de doença. O mesmo se diz do mole e do duro. O duro é duro por possuir uma natural potência para resistir à desagregação, e o mole por virtude de impotência correlativa.

Uma terceira espécie de qualidade compreende as paixões e as afeições. Tais são, por exemplo, a doçura, a amargura, a acridez, com todos os seus afins, e tais são também o calor, o frio, a brancura, e a negrura, que são qualidades, porque os sujeitos que os possuem são ditos desta ou daquela qualidade em razão da sua presença nelas. O mel, diz-se que é doce por conter doçura, e um corpo diz-se branco por ter recebido a brancura. O mesmo se verifica em casos similares.

Qualidades afectivas não significa que os

sujeitos que recebem estas qualificações estejam em si mesmos afectados de algum modo, nem que experimentem mutação. Assim, não
9 b é por o mel sofrer qualquer modificação que é chamado doce, e o mesmo é equivalente para casos semelhantes. Quanto ao calor, e quanto ao frio, designam-se de qualidades passivas, não porque as qualidades de que são receptáculos, sejam passivas, mas porque cada uma destas qualidades tem potência para produzir a modificação das sensações; chamamos tais qualidades de qualidades passivas. A doçura produz a modificação do gosto e, o calor, a modificação do tacto. E o mesmo ocorre nas demais qualidades afins.

Todas as cores, incluindo a brancura e a pretura são também qualidades afectivas, porque elas mesmas são efeito de modificação. Há numerosas mutações de cor por causas afectivas. O facto é evidente: a vergonha faz corar, o desespero faz empalidecer, e assim sucessivamente. É por isso que, se alguém está sujeito a uma paixão deste género, em virtude de certas particularidades temperamentais, podemos concluir, sem injustiça, que esse homem tem uma tez correspondente ao temperamento, porque a disposição dos elementos corporais produzida espontanea-

mente num acesso de vergonha, pode ser o efeito da constituição natural do sujeito, destinada a produzir de modo natural a cor equivalente. Deste modo, todas as disposições deste género que têm origem nas paixões estáveis e permanentes, chamam-se qualidades afectivas. Ou então, é porque têm origem no temperamento natural do sujeito que a palidez ou a pretidão se chamam qualidades, pois são elas que nos permitem a qualificação; ou então é porque estas cores, a palidez e a negridão, sobrevieram após uma longa doença, ou um calor tórrido, e não são difíceis de apagar, caso não persistam para toda a vida. Também neste caso as denominamos de qualidades, porque, ainda aí, e por causa delas, recebemos a qualificação de pálidos ou de morenos. No que respeita às determinações provenientes de causas destruidoras mas logo afastadas, elas são nominadas afeições e não qualidades, pois ninguém é qualificado em relação a tais afeições. De quem cora por pudor não dizemos que é vermelho, nem dizemos que é pálido o que empalidece de medo, antes os dizemos afectados deste ou daquele modo. Estes fenómenos são afecções e não qualidades.

Análogo razoamento é aplicável às qualidades afectivas da alma[61]. Todas as deter-

minações que, no próprio instante do nascimento, têm como origem certas afecções estáveis, chamam-se qualidades, tal sendo o caso da demência, da ira, e de outras dispo-
10a sições análogas, pois toda a gente é qualificada, por causa disso, ou de colérica, ou de louca. Também as distracções da mente, que podem não ser em si mesmas inatas, antes provir de outras particularidades difíceis de evitar e até absolutamente inevitáveis, se chamam qualidades, pois que a gente é qualificada deste ou daquele modo conforme a elas. Quanto às determinações provenientes de causas de rápida dissipação, chamam-se afecções. Vejamos, por exemplo, alguém que, em vista de uma contrariedade, tem um acesso de ira. Um homem que, em tais circunstâncias emotivas, é acometido da ira, não se qualifica de irascível, antes afirmamos que está perturbado, afectado. Por isso, tais determinações se chamam afecções e não qualidades.

A quarta espécie[65] de qualidades compreende a figura e a forma[66] de cada coisa, incluindo a rectitude e a curvatura, e outras qualidades análogas. As coisas definem-se mediante estas qualidades, pois uma dada coisa é triangular ou quadrangular, uma coisa tem tal qualidade, ou pode ser direita ou

curva, sendo a figura que lhe dá a qualificação. O raro e o basto, o áspero e o suave significam por aparência uma coisa dessa qualidade, todavia, são estranhos às espécies de qualidade, por significarem antes as posições das partes de uma coisa. Com efeito, uma coisa é basta por causa da estreita união das suas partes, e rara, por recíproco afastamento; é suave em virtude da igualdade de nível dos citados componentes, e áspera, quando certas partes sobressaem e outras não. Poderíamos descobrir ainda outras espécies de qualidades, mas os modos enumerados são os principais e mais frequentes.

As determinações mencionadas são as qualidades. Quanto aos qualificados, são os que se denominam segundo tais qualidades ou que dependem delas de algum modo. Na maior parte dos casos, e quase sempre de resto, o nome do qualificado deriva da qualidade, por exemplo, brancura deu o nome a branco, gramática a gramatical, e justiça a justo, e assim sucessivamente. Em certos casos, no entanto, em que não se dá nome às qualidades, é impossível designar os qualificados pelos nomes derivados das qualidades, por exemplo, o nome dado ao corredor ou ao lutador, assim nominados em virtude de uma potência natural, não deriva de qual- 10b

quer qualidade, uma vez não haver nome para nomear as potências pelas quais aqueles homens recebem uma qualificação, como há para as ciências, cujo exercício lhes dá o nome de lutadores ou de aptos para a Palestra[67]. Aqui, tal arte chama-se disposição, recebe o nome da arte do pugilato, ou de «arte da luta», e os homens a ela predispostos recebem o nome dessas mesmas artes derivado.

Por vezes, mesmo quando há um nome particular para a qualidade, a coisa qualificada por ela tem um nome que não deriva dessa qualidade, por exemplo, homem honesto é assim qualificado por causa da virtude, pois é em vista da virtude que ele é dito honesto, embora o seu nome não derive do substantivo virtude. Contudo, casos como este são raros.

Assim, pois, dizemos que possuem esta ou aquela qualidade as coisas de nome derivado das qualidades indicadas, ou que, de qualquer outro modo, delas dependem.

A qualidade admite a contrariedade[68], por exemplo, justiça é contrário de injustiça, negrura de brancura, e assim por diante. O mesmo ocorre quanto aos qualificados de acordo com estas determinações: injusto é contrário de justo, branco de preto, embora

este caso nem sempre se verifique, por exemplo, o vermelho, o amarelo e as cores desta espécie não têm contrários, embora essas cores sejam qualidades. Se um dos contrários for qualidade, o outro será também qualidade, e isto é evidente se aplicarmos as outras categorias; assim, se a justiça é contrário de injustiça, e se justiça é uma qualidade, injustiça é também uma qualidade; nenhuma outra categoria convirá a injustiça, nem a quantidade, nem a relação, nem o lugar, nem, de um modo geral, qualquer outra categoria além da qualidade. E o mesmo se diz de todos os contrários considerados na categoria de qualidade.

As qualidades admitem também mais e menos[69]. Uma coisa branca é dita mais ou menos branca do que outra, e uma coisa justa mais ou menos justa do que outra. E uma qualidade pode ser predicada em maior ou menor grau: o branco pode ser ainda mais branco.

Esta propriedade, que vige para a maior parte dos casos, não vale como regra para todas as qualidades. Sustentar, por exemplo, que justiça admite grau maior ou menor cria dificuldades: há quem conteste, dizendo que justiça não é susceptível de mais e de menos, ao contrário do que ocorre com a

saúde. O máximo que se pode afirmar é que alguém é mais saudável do que outrem, e o 11a mesmo vale para a gramática e para outras disposições. Seja como for, é pelo menos evidente que as coisas denominadas segundo essas qualidades são susceptíveis de mais e de menos, pois é lícito dizer que um homem é melhor gramático do que outro, mais saudável, mais justo, e assim por diante.

Em contrapartida, triágono e tetrágono não admitem, tal como as demais figuras, graus maior e menor. As coisas a que se aplicam os nomes de triágono e de círculo são todas por igual triângulos e círculos; e quanto às coisas a que tal noção não é aplicável, não poderemos dizer que uma é mais triângulo ou mais círculo do que outra: o quadrado não é mais círculo do que o rectângulo, uma vez que a noção de círculo é inaplicável a qualquer uma dessas figuras. De um modo geral, se a noção do termo proposto não for aplicável a dois sujeitos, é logo indizível que um é mais do que outro. Nem todas as qualidades, por isso, admitem mais e menos.

Os caracteres mencionados não são aplicáveis à qualidade, mas é próprio da qualidade o receber os termos de semelhante e de diferente[70], os quais são exclusivos das quali-

dades. Uma coisa, com efeito, é semelhante a outra apenas em função da qualidade. De onde, por conseguinte, o próprio da qualidade ser a atribuição de idêntico e de diferente.

Não devemos recear a objecção de que, apesar de o nosso tema ser uma exposição sobre a qualidade, incluímos na enumeração muitos relativos. Acaso não dissemos que os hábitos e as disposições são da categoria da relação? Pois bem, pelo menos na maior parte dos casos, os géneros são termos relativos, embora nenhuma das espécies particulares o seja. O conhecimento considerado como género é, por essência, o que é relativo a outro, pois dissemos que o conhecimento é conhecimento de. Em contrapartida, nenhuma das ciências particulares é, por essência, relativa a outro, por exemplo, não dizemos que gramática é gramática de, nem a música, música de. Se elas são relativas somente o são pelo género, porque gramática é ciência de alguma coisa, e música é ciência de alguma coisa, e não música de. Por isso, as ciências particulares não se inccluem nos relativos. A gente é chamada isto ou aquilo conforme possui ou não conhecimento destas ciências particulares, e somos chamados sábios quando possuímos o conhecimento de

uma das ciências particulares. Por conseguinte, estas ciências particulares, em virtude das quais podemos ser qualificados, são em si mesmas qualidades e não relativos. Acrescento que, se houver alguma coisa que seja simultaneamente relação e qualidade, não será absurdo incluí-la ao mesmo tempo nas duas categorias.

9

11b A acção[71] e a paixão[72] também admitem a contrariedade e são passíveis dos graus maior e menor. Aquecer é o contrário de arrefecer, ser aquecido de ser arrefecido, alegrar-se de entristecer-se, o que é bem uma prova de admissão da contrariedade. O mesmo quanto ao mais e ao menos: pode aquecer-se mais ou menos, ou ser aquecido mais ou menos. A acção e a paixão são, por isso, susceptíveis de mais e menos. Eis o que temos a dizer destas categorias[73].

Já nos referimos à posição[74] no capítulo dos nomes relativos, onde dissemos que estas categorias derivam o nome de posições correspondentes. Quanto às restantes categorias, tempo, lugar e posse[75], em razão da

sua bem conhecida natureza, nada mais temos a acrescentar ao que já dissemos no começo, a saber, que a posse significa situações como, estar calçado, estar armado; o lugar é, por exemplo, no Liceu, e assim por diante, como já referimos[76].

10

Quanto às categorias propostas ao nosso estudo, já dissemos o suficiente. Passemos agora aos opostos[77], e distingamos as habituais acepções de oposição.

A oposição de um termo a outro tem quatro modos: oposição de relativos, oposição de contrários, privação à possessão, e da afirmação à negação[78]. Em cada um destes modos a oposição é exprimível de forma esquemática da seguinte maneira: a dos correlativos, expressa em termos como o dobro quanto à metade; a dos contrários, como o mal quanto ao bem[79]; a da privação quanto à possessão, como a cegueira quanto à visão, a da afirmação quanto à negação, como está sentado, ou não está sentado.

Os opostos, quando relativos, são aqueles cuja propriedade consiste em ser dito do seu oposto ou ao qual de algum modo se

refere, por exemplo, dobro é o que em si mesmo se diz acerca de uma outra coisa, pois de alguma coisa o dobro é dobro. Conhecimento e cognoscível são também opostos e relativos, pois o conhecimento em si mesmo diz-se conhecimento do cognoscível, e cognoscível, por sua vez, é em si mesmo dito do seu oposto, o conhecimento, pois o cognoscível é dito cognoscível de alguma coisa, isto é, o conhecimento. Os termos opostos mais relativos são, portanto, aqueles cuja essência consiste em serem ditos de outras coisas, ou que são, de algum modo, em relação recíproca, correlação[80].

Quando os opostos são contrários[81], não dependem um do outro, e entendem-se simplesmente por serem contrários um ao outro. Não dizemos que o bem é o bem do mal, mas o contrário do mal; não dizemos que o branco é o branco do preto, mas o contrário do preto. Por isso, estes dois tipos de oposição diferem entre eles. Sempre que os contrários são tais que os sujeitos em que 12a estão por natureza, ou dos quais são afirmados, um deve necessariamente conter o outro, não há intermédio entre eles; mas se são contrários não necessariamente contidos um ou outro pelo sujeito, há, sempre, algum intermédio, por exemplo: a doença e a saúde

acham-se naturalmente no corpo do animal, e, com toda a necessidade, uma ou outra pertencem ao corpo do animal, seja a doença, seja a saúde; o mesmo quanto ao ímpar e ao par, que são afirmados do número, e necessariamente um e outro pertencem ao número, seja o ímpar, seja o par. Ora, não há entre estes termos nenhum intermédio, nem entre a doença e a saúde, nem entre o ímpar e o par. Mas os contrários em que nem um nem outro pertencem necessariamente ao sujeito, há entre eles um intermédio. Por exemplo, o preto e o branco acham-se naturalmente em um corpo, mas não há necessidade nenhuma de que um ou outro pertençam ao corpo, pois nenhum corpo é obrigatoriamente branco ou preto; mais, o vil e o honesto são afirmados, já do homem, já de outros sujeitos, mas não é necessário que um ou outro pertençam aos seres dos quais são afirmados, pois nada é necessariamente vil ou honesto. Por isso, entre estes termos, há um intermédio, por exemplo, entre o branco e o preto há o cinzento e o amarelo e as outras cores, e entre o vil e o honesto, há o que nem é vil, nem é honesto.

Alguns dos intermédios têm nome próprio, por exemplo, entre o branco e o preto há o cinzento, o amarelo e todas as outras

cores. Noutros casos, pelo contrário, é difícil exprimir o intermédio por um nome, sendo a definição dele obtida pela negação dos extremos, por exemplo, o que não é bom, nem mau, o que não é nem justo, nem injusto.

Privação e possessão giram em torno do mesmo sujeito, por exemplo, a visão e a cegueira dizem-se do olho. E, por via de regra, o sujeito em que a possessão naturalmente ocorre, é o mesmo acerca do qual ambos os opostos são afirmados. Dizemos que a privação é predicado de todo o sujeito apto à possessão, quanto esta possessão não está de algum modo presente na parte do sujeito a que pertence por natureza, e no tempo em que por natureza lá deveria estar. Não dizemos que alguém é desdentado, só pelo facto de não ter dentes, nem cego, pelo simples facto de não ter vista, mas dizemo-lo antes porque alguém não tem dentes, nem vista, quando por natureza os deveria possuir. Há seres que, à nascença, não têm vista, nem dentes, e nem por isso dizemos que, portanto, são cegos ou desdentados.

Estar privado, ou estar possesso, não é o mesmo que privação ou possessão. A possessão, por exemplo, é a visão e, a privação, a cegueira; mas ter visão não é a visão, nem estar cego é a cegueira. A cegueira é

uma certa privação, enquanto estar cego é estar privado, mas não é a privação. Além disso, se cegueira fosse idêntica a estar cego, os dois termos seriam afirmáveis do mesmo sujeito; ora, se dissermos que o homem está cego, não dizemos com isso que 12b o homem seja cegueira. É claro que estar privado de um estado e possuir um estado são opostos, do mesmo modo que o são entre eles os termos privação e possessão, pois que o modo de oposição é o mesmo. Com efeito, tal como a cegueira é um oposto da visão, também estar cego é um oposto de ter vista.

O que se subordina à negação e à afirmação[63] não é em si mesmo a afirmação e a negação, pois a afirmação é uma proposição afirmativa, e a negação é uma proposição negativa, enquanto que os termos que se subordinam à afirmação e à negação não são proposições. Não obstante, dizemos que são opostos entre eles tal como a afirmação e a negação porque, também neste caso, o modo de oposição é idêntico. Assim como a afirmação é oposta à negação, como por exemplo, nas proposições «está sentado», «não está sentado», também são opostas as coisas que constam de ambas as proposições, por exemplo, este homem está sentado, e este homem não está sentado.

É evidente que a privação e a possessão não são opostos do mesmo modo em que os relativos o são, pois não se explicam por referência uma à outra. A vista não se diz da cegueira, nem usamos qualquer outra forma de asserção que ponha a vista em relação. Também a cegueira não é dizível cegueira da vista. É mais privação da visão do que cegueira da visão. Em contrapartida, todos os termos relativos são correlativos, de tal modo que, cegueira, supondo-a entre os relativos, seria correlativo disso com o que ela está em relação. Ora não há aqui correlação alguma, visto que não dizemos, da visão, que ela é visão da cegueira.

Além disso, os termos de possessão e de privação não são opostos no mesmo sentido em que o são os contrários, e eis a prova. Quanto aos contrários sem intermédio, é necessário que, no sujeito em que eles estão, ou do qual são afirmados, um deles esteja presente, pois, como já vimos, não há qualquer termo médio entre os contrários que, ou um ou outro, devam pertencer necessariamente ao sujeito que os recebe. Tal é o caso da doença e da saúde, do ímpar e do par. Quanto aos contrários que admitem um meio termo, não é necessário que um dos dois pertença ao sujeito; não é necessário,

deveras, que o sujeito que os recebe seja forçosamente branco ou preto, quente ou frio, uma vez que nada obsta a que, entre estes contrários, insiramos um termo médio. Comportam um intermédio os contrários que não pertencem necessariamente ao sujeito que os recebe, a menos que um deles pertença naturalmente ao sujeito, como, acerca do fogo, ser quente, e, acerca da neve, ser branca. Neste caso, é necessário que um único dos dois contrários pertença em definição ao sujeito, e não um ou outro indeterminadamente, uma vez não ser possível o fogo ser frio, nem a neve preta. A nenhum sujeito destinado a receber um ou outro dos contrários ele pertence necessariamente, a menos que hajamos em vista os sujeitos aos 13a quais apenas um contrário pertence, e que, então, jamais poderão receber mais do que um determinado contrário, nunca recebendo um ou outro indiscriminadamente.

Tratando-se da privação e da possessão, nada do que afirmámos é verdadeiro. Com efeito, o sujeito assumido como receptáculo não admite sempre e necessariamente um dos dois opostos, pois o que ainda não está potenciado a receber a vista, não se chama, nem cego, nem vidente. Resulta, daí, que tais determinações não fazem parte dos contrá-

rios para os quais não há meio termo. Mas também não pertencem aos contrários que admitem um meio termo, pois um deles deve, num dado momento, pertencer necessariamente ao sujeito assumido como receptáculo. Logo que um ser está apto a possuir vista, nessa altura será chamado, ou cego, ou vidente, e não apenas uma destas qualidades determinada, mas uma ou outra indeterminadamente, uma vez não ser necessário que seja cego ou vidente; o que é necessário é que haja um ou outro destes estados. Quanto aos contrários com intermédio, dissemos não ser necessário que um ou outro pertençam a um sujeito, mas somente que em certos sujeitos, um único dos dois contrários bem definido lhes pertença. Do precedente resulta que os possessivos e os privativos não são opostos uns aos outros, do mesmo modo que o são os contrários.

É também exacto dizer, quanto aos contrários, que, permanecendo o sujeito idêntico, pode haver mudança entre eles, a menos que só um deles não pertença ao sujeito por natureza, por exemplo, quanto ao fogo, ser quente. É possível, com efeito, que o são fique doente, que o branco se torne preto, e o frio, quente, e até é possível que o honesto se torne vil, e, o vil, honesto. O homem vil.

se proceder de um modo melhor por actos e palavras, poderá, mesmo que ligeiramente, progredir na senda do bem. E se esse homem melhora uma vez, mesmo que pouco, é evidente que poderá melhorar completamente, ou, pelo menos, realizar grandes melhorias, pois tendemos para a virtude, por pequeno que haja sido o progresso inicial. Daqui concluímos que realizará verosivelmente um progresso ainda maior e que este progresso, em constante aumento, fará com que o homem acabe por se fixar definitivamente no estado contrário, a menos que disso seja impedido por falta de tempo.

Quanto à possessão e à privação, a mudança recíproca é impossível, pois da possessão pode passar-se à privação, mas é impossível passar da privação para a possessão, uma vez que o homem que cegou não recupera a visão, o calvo não devém cabeludo, e o desdentado não vê os dentes a crescer de novo, na sua boca. Passemos agora ao que se opõe enquanto afirmação e negação. É evidente que a oposição não se efectua segundo 13b nenhum dos modos mencionados, pois aqui ocorre, e só aqui, que um oposto deve por necessidade ser verdadeiro, enquanto o outro deve ser sempre falso. No caso dos contrários e dos relativos, dos possessivos e priva-

tivos, não é sempre necessário que um dos opostos seja verdadeiro e o outro falso, por exemplo, saúde e doença são contrários, mas nem um nem outro é verdadeiro nem falso. Se tomarmos os correlativos dobro e metade, opostos enquanto relativos, nem um nem outro é verdadeiro ou falso, e a mesma afirmação vale para tudo quanto depende de privação e da possessão, como a visão e a cegueira. Em síntese, a menos que as palavras sejam combinadas entre si, os termos verdadeiro e falso não são aplicáveis, e todos os opostos de que falámos são simples palavra sem composição.

Pareceria, não obstante, que um tal carácter se encontraria principalmente em contrários expressos sem combinação. «Sócrates está bom» é, com efeito, o contrário de «Sócrates está doente», mas até nestas expressões não é sempre necessário que uma delas seja verdadeira e a outra falsa. Se, sem dúvida, Sócrates existe, uma será verdadeira e outra falsa mas, se não existe, ambas serão falsas, pois nem a expressão «Sócrates está doente», nem a expressão «Sócrates está bom», são verdadeiras, se Sócrates não existir. Quanto à privação e à possessão, se o sujeito não existe, nem uma nem outra são verdadeiras; e se o sujeito existe, nem sempre acontece que

uma seja verdadeira e a outra falsa. Na verdade, a expressão «Sócrates vê» é oposta a «Sócrates é cego», enquanto possessão e privação; se Sócrates existe, não é necessário que uma destas expressões seja verdadeira e a outra falsa, pois, se Sócrates ainda não for naturalmente capaz de ver, ambas as proposições são falsas; e se Sócrates não existe, ambas as expressões são igualmente falsas, isto é, a de que vê e a de que é cego.

Voltando à afirmação e à negação: haja ou não haja sujeito, uma delas será de qualquer modo falsa e outra verdadeira. Por exemplo: Sócrates está doente e Sócrates não está doente. Se Sócrates existe, é claro que uma destas duas proposições é verdadeira, e outra falsa; e se não existe, o mesmo acontece, pois, se não existe, afirmar que ele está doente é falso, mas afirmar que ele não está doente é verdadeiro. Assim, os opostos, como a afirmação e a negação, têm como exclusiva propriedade a de serem, sempre, um verdadeiro e outro falso.

11

O contrário de bem é necessariamente mal, e esta norma prova-se por epagoge[84], fundada em exemplos particulares: o con-

trário de saúde é doença, de coragem, cobar-
14a dia, e assim por diante. Mas o contrário de um mal tanto é um bem como um mal. A carência, que é um mal, tem por contrário o excesso, que é um mal, e a moderação, que é um bem, é também contrário a um e a outro. Portanto, só num pequeno número de casos semelhante ocorrência se verifica; na maior parte dos casos, mal tem sempre, por contrário, bem.

Não se segue necessariamente, nos contrários, que um obrigue a haver outro: se toda a gente está de saúde, há saúde, e a doença não há, e ainda, se tudo é branco, há brancura, excluindo a pretidão. Se Sócrates está bom é contrário a Sócrates está doente, como não é possível que dois estados contrários estejam simultaneamente no mesmo sujeito, será impossível que, estando presente um destes contrários, o outro esteja também presente. Supondo que está realmente bom, «está doente» não é verdade.

É evidente que os contrários devem achar-se por natureza em um sujeito da mesma espécie ou do mesmo género. Com efeito, a doença e a saúde acham-se por natureza no corpo do animal, a brancura e a pretidão em um corpo, sem outra distinção, a justiça e a injustiça na alma humana.

É também necessário que os pares de contrários pertençam, em todos os casos, ou ao mesmo género, ou a géneros contrários, ou então, que eles mesmos sejam géneros. O branco e o preto são o mesmo género, a cor, que é o seu género; a justiça e a injustiça são géneros contrários, pois o género da primeira é a virtude, e o género da segunda, o vício; quanto ao bem e ao mal, não pertencem a um género, pois eles mesmos são géneros, com espécies subordinadas.

12

Há quatro modos de dizer anterior[85].

Numa acepção primeira e fundamental é o tempo que nos leva a afirmar que algo é anterior a outro, por isso dizemos que uma coisa é mais velha do que outra, significando que o tempo ido é maior.

Em segundo lugar, é anterior o que não admite reciprocidade, e quando a ordem de ser entre duas coisas é fixa, por exemplo, o número um é anterior ao número dois, pois se há dois, segue-se que há um, enquanto, supondo que há um, não se segue necessariamente que haja dois. Assim, a presença

do número um não acarreta, por reciprocidade, a presença de outro número. Por consequência, a ordem da existência não é recíproca.

Em terceiro lugar, anterior diz-se por referência a uma certa ordem, como nas artes e no discurso. Com efeito, nas artes demonstrativas, há, segundo a ordem, anterior e posterior: os elementos são anteriores segundo a ordem, às proposições geométricas ou pro-
14b blemas,[86] e na gramática as letras são anteriores às sílabas. Também no discurso, o prólogo é anterior, segundo a ordem, à narração.

Além das acepções mencionadas há uma outra: o melhor e mais estimável parece ser anterior por natureza. Em linguagem vulgar, dos homens que estimamos e que amamos mais, dizemos que estão antes dos outros. Esta acepção é sem dúvida a mais rara de todas as acepções de anterior.

Tais são por isso, pouco mais ou menos, os diferentes modos de anterior. Parece que, além das acepções de anterior já enumeradas, poderia haver uma outra. Com efeito, nas coisas que admitem a reciprocidade e a existência de uma denota, por qualquer razão, a existência de outra, essa outra que parece causa, pode considerar-se anterior por

natureza. Ora, é evidente haver exemplos deste tipo: a existência do homem implica necessariamente a verdade do juízo pelo qual se afirma essa existência. Se, com efeito, o homem existe, a proposição pela qual afirmamos que o homem existe é também verdadeira; e reciprocamente, se a proposição pela qual dizemos que o homem existe é verdadeira, o homem existe. Todavia, a proposição verdadeira não é de modo nenhum a causa da existência da coisa; pelo contrário, é a coisa que parece ser, de algum modo, a causa da verdade da proposição, pois é da existência da coisa, ou da sua inexistência, que dependem a verdade ou a falsidade da proposição.

Há, portanto, cinco modos de dizer que uma coisa é anterior a outra.

13

Simultâneo[87] diz-se, em acepção simples e fundamental, das coisas cuja geração teve lugar ao mesmo tempo, nenhuma delas sendo anterior nem posterior à outra. Simultaneidade é significada no tempo.

São simultâneos por natureza os recí-

procos na ordem de existência, sem que um seja de algum modo a causa do outro. Tal é o caso de dobro e de metade: estes termos são recíprocos, porque se há dobro há metade, e se há metade, há dobro, embora nehum destes termos seja a causa de haver o outro.

As espécies que, provenientes da divisão do mesmo género, são opostas uma à outra, designam-se também simultâneas por natureza. Por opostos um ao outro na divisão entendo os termos opostos segundo a mesma divisão, por exemplo: alado é simultâneo em natureza ao pedestre e ao aquático. Estes termos são opostos na divisão, quando provém do mesmo género, pois o animal divide-se em espécies como alado, pedestre, e aquático, pois nenhuma delas é anterior ou posterior, antes são simultâneas por natureza. Cada uma das espécies, pedestre, alado 15a e aquático, é divisível por sua vez em outras espécies: haverá portanto simultaneidade natural para as últimas espécies provenientes do mesmo género, segundo a mesma divisão.

Por outro lado, os géneros são sempre anteriores às espécies, por não haver reciprocidade do ponto de vista da diferenciação, por exemplo, se há aquático, há animal, mas se há animal, não há necessariamente aquá-

tico. Assim, chamamos simultaneidade natural àquela que inere aos termos com uma conotação de existência de outro; e também as espécies que se opõem uma à outra na divisão a partir do mesmo género. Enfim, são simultâneos, em acepção simples, os seres cuja geração ocorre ao mesmo tempo.

14

Há seis espécies de movimento: geração, corrupção, aumento, diminuição, alteração e mudança de lugar[88].

Com uma única excepção — a alteração — todos os movimentos são claramente diferentes uns dos outros: a geração não é corrupção, e o aumento e a mudança de lugar não são, nem diminuição, nem mudança de lugar, e assim por diante. Em contrapartida, quanto à alteração, põe-se o problema de saber se a alteração do que se altera não seria factível segundo um dos outros movimentos. De facto, é inexacto: quase todas as nossas afecções, ou pelo menos a sua grande parte, produzem em nós uma alteração que nada tem de comum com os demais movimentos, pois o que é movido por afecção não é necessa-

riamente aumentado nem diminuído, e o mesmo se aplica às outras variedades de movimento. Por isso, a alteração deveria ser distinta dos outros movimentos, pois, se houvesse identidade, seria necessário que o alterado fosse imediatamente aumentado ou diminuído, ou seguido de uma outra espécie de movimento; ora, de facto, tal não é necessário. A mesma norma vale para o que é aumentado ou movido por qualquer outro movimento: seria necessário que fosse alterado. Há coisas que aumentam sem alteração, por exemplo, o quadrado, se for aumentado de um gnomon[89], aumenta sem ser alterado, e o mesmo sucede em figuras do mesmo tipo. A alteração e o aumento são duas espécies distintas de movimento. De um modo

15b geral, a inércia é contrário do movimento, mas cada espécie de movimento tem o seu contrário particular: a geração tem por contrário a corrupção, o aumento a diminuição, e a mudança de lugar o repouso local. Neste último caso, a mudança que parece mais oposta, é a mudança em sentido contrário; assim, o movimento descendente tem por contrário o movimento ascendente, e o movimento para cima, o movimento para baixo. Quando ao restante movimento que, para além destes casos, falta examinar, é difícil

estabelecer um contrário. Mais parece não haver contrário, a menos que opunhamos aqui, como contrário, já o repouso qualitativo, já a mudança para a qualidade contrária, tal como a mudança de lugar tem por contrário o repouso local, seja a mudança para um lugar contrário. A alteração é também mudança de qualidade, de sorte que isso que se opõe ao movimento qualitativo, é tanto o repouso qualitativo, como o movimento para uma qualidade contrária, como, por exemplo, o tornar-se branco é contrário ao tornar-se preto. Há alteração quando se produz uma mudança no sentido das qualidades contrárias.

15

O verbo ter assume-se em diversas acepções.

É aplicado às acepções de estado e de disposição e de qualquer outra qualidade. Dizemos, por exemplo, ter uma ciência ou uma virtude. Ou ainda em acepção de quantidade: por exemplo, da grandeza da estatura que alguém acha ter, pois se diz ter uma estatura de três côvados ou de quatro côvados. Ou como o que veste o corpo, como o manto ou a túnica. Ou como o que está

em uma parte do corpo, o anel no dedo. Ou mesmo ainda como uma parte do corpo: a mão, o pé. Ou como para uma vasilha: o alqueire contém trigo, e a jarra vinho, pois se diz que a jarra tem vinho, e o alqueire trigo. É ainda como a possessão: dizemos possuir uma casa ou um campo. Dizemos também de um homem que tem uma mulher, ou da mulher que tem um marido, mas a acepção presentemente enunciada do verbo ter parece ser mais rara, pois, ao dizermos ter uma mulher, não dizemos mais do que habitar com ela.

Talvez se pudessem evidenciar outras acepções do verbo ter, em todo o caso, as acepções enumeradas são, segundo julgo, as habituais[90].

NOTAS

[1] Ou equívocos, na tradição latina. Fonseca também lá aos ὁμώνυμα, homónimos, o qualificativo de múltiplos, os quais divide em equívocos por acaso e equívocos por intenção e razão. Cf. *Inst. Dial.*, I, 19.

[2] O substantivo ζῴου tanto significa o animal em si como a sua figuração, gráfica ou plástica.

[3] Isto é: λόγος, a essência da coisa na mente.

[4] Ou unívocos. Entenda-se συνώνυμον, coisas com identidade de nome e de essência. Fonseca di-los como sendo os nomes que significam os seus significados absolutamente segundo a mesma razão — «omnino ratione sua significata significat». Cf. *Inst. Dial.*, I, 21.

[5] Ou derivados, ou cognominados, ou denominativos. Entenda-se παρώνυμα, nomes intermédios entre os homónimos e os sinónimos. Cf. Fonseca, *ob. cit.*, I, 25.

[6] Isto é πτῶσις, caso, flexão verbal. Cf. Aristóteles, *Poética*, 1457 a 19.

[7] Entenda-se τὸ ὑποκείμενον, o sujeito, a sede dos contrários.

[8] Definição de acidente, o que está presente e ausente sem corrupção do sujeito, «accidens hoc modo sumptum, quod adest et abst sine subjecti corruptione». Cf. Fonseca, *Isagoge*, cap. 11.

[9] Leia-se ψυχή, *psiqué*. Os latinos traduziram por *anima*, alma.

[10] Definição de substância individual, τοδ τί.

[11] Porque são acidentes particulares.

[12] Género, γος, espécie, εἶδος. O género é aquilo a que as espécies se subordinam, «qua genus id dicitur, cui subiiciuntur species». Cf. Fonseca, *Isagoge*, cap. 7.

[13] Identificação e enumeração das categorias, ou predicados (gerais) do que é, noções irredutíveis. Todas as coisas que são agrupam-se em dez géneros, por Aristóteles nominados categorias, ou predicamentos, na tradução latina, *praedicamentum, praedicamenta.* Fonseca diz: «Predicamento é a disposição natural de algum género supremo real, e das coisas que estão sob ele». Cf. *Inst. Dial*, II, 8.

[14] Ou essência, οὐσια. «Ens reale, per se existens», na acepção de Fonseca, *Inst. Dial.*, II, 10. É o primeiro predicamento, ou primeira categoria, das dez categorias aristotélicas.

[15] Quantidade, ποσόν, ente por si extenso, «ens per se extensum». Cf. Fonseca, *Inst. Dial.*, II, 11.

[16] Qualidade, ποιόν, *qualitas*, isso pelo qual as coisas se dizem tal ou tal.

[17] Relação, πρός τι, *relatio*, isso pelo qual alguma coisa, pelo facto de ser, se refere a outra.

[18] Onde, lugar, πού, *ubi*, é estar contido num lugar, «ubi est loco contineri». Cf. *Inst. Dial.*, II, 15.

[19] Quando, tempo, πότε, estar contido num tempo, momento.

[20] Estado, situação, *situs*, κεῖσθαι.

[21] Hábito, acção permanente, *habitus*, ἔχειν.

[22] Acção, *actio*, ποιεῖν acção transeunte, acto ou perfeição do agente, enquanto agente. Cf. *Inst. Dial.*, II, 14.

[23] Paixão, πασχειν, *passio*, acto ou perfeição do paciente, enquanto paciente. Cf. ibidem.

[24] Substância primeira, πρώτηουσια. Alguns tradutores,

v. g. Silvestre Pinheiro Ferreira, traduzem substâncias primárias e substâncias secundárias.

[25] Convém notar que primeiro e segundo são numerais ordinais, e que primário e secundário são adjectivos, envolvendo acção, derivados dos verbos primar e secundar. É correcto dizer substância primeira e substância segunda, é menos correcto dizer substância primária e substância secundária.

[26] Espécie, εἶδος, diferente de γένος, género, como vimos na nota 12. A espécie subordina-se ao género, «speciem sumunt pro parte genere subjecto». Cf. Fonseca, *Isagoge*, cap. 8.

[27] Isto é, categorias.

[28] Tudo o que não é substância primeira.

[29] Ou é categoria.

[30] Ver notas n.os 12 e 26.

[31] Alusão à ínfima espécie, ἄτομον εἶδος, espécie indivisível quanto ao género e quanto à diferença.

[32] Primeira propriedade da substância, não está no sujeito, «non esse in subjecto», conforme ressalta da palavra. Cf. *Inst. Dial.*, II, 10.

[33] A substância segunda é καθ' ὑποκειμένῳ, ou seja, substância em si.

[34] Diferença, διαφορά, diáfora, diversidade do que, apesar disso, é da mesma natureza. «Differentia est diversitas eorum, quae alioqui sunt unius omnino rationes». Cf. Fonseca, *Isagoge*, cap. 9.

[35] Segunda propriedade da substância, a sinonímia. Cf. *Inst. Dial.*, II, 10.

[36] Isto é, como determinado, τόδε τι. Constitui a terceira propriedade da substância, que é a de não receber nem mais nem menos: «non suscipere magis, et minus, hoc est, quod non dicatur magis, aut minus talis». Cf. *Inst. Dial.*, II, 10.

[37] Quarta propriedade da substância, que é a de não ter contrário, distinção, ἁπλῶς, «non habere contrarium». Cf. *Inst. Dial.*, ibidem.

[38] Pouco e muito, pequeno e grande são relações, não são quantidades. Cf. atrás, 6, 5 b.

[39] Quinta propriedade da substância. Em Fonseca, *ob. cit.*, esta propriedade é considerada como a terceira.

[40] Tricot traduz «menos homem do que em si mesmo». Fonseca verte por «in alio tempore», em outro tempo. Seguimos Fonseca.

[41] Sexta propriedade da substância, receptáculo de contrários, δεκτικόν τῶν ἐναντίων. Fonseca, *ob. cit.*, considera-a a quarta.

[42] Ποσό; ποσόν ποσότης. Fonseca traduz: «quantitas est ens per se extensum ut superficies tabulae, et binarius hominum», isto é, quantidade é um ente por si extenso, como a superfície de uma tábua, e um binário (par) de homens. Esta é a primeira quantidade, a quantidade por essência.

[43] Aristóteles refere-se à locução, ou seja, ao discurso oral, προφορικός.

[44]Melhor se leria lugar, o limite imóvel e imediato do continente. Cf. Aristóteles, *Física*, IV, 1-5.

[45] Identificação da quantidade por acidente, diferente da quantidade por essência.

[46] Primeira propriedade da quantidade: nada ter contrário a si mesma, «nil habere contrarium». Cf. *Inst. Dial.*, II, 11.

[47] Definição dos *quanta* (quantitativos) e dos *relata* (relativos). Pouco e muito, pequeno e grande são *relata*.

[48] Segunda propriedade da quantidade, «non suscipere magis, et minus», não ser passível de receber mais e menos. Cf. *Inst. Dial.*, II, 11.

[49] Terceira propriedade da quantidade. Segundo ela, as coisas dizem-se iguais ou desiguais. Cf. *Inst. Dial.*, ibidem.

[50] Este capítulo trata da relação, πρός τι.

[51] Primeira propriedade da relação, segundo alguns exegetas. De facto, é uma propriedade aparente. Fonseca, *ob. cit.*, só considerou três propriedades, e omite, já esta, já a seguinte.

[52] Segunda propriedade aparente da relação.

[53] Fonseca, *ob. cit.*, II, 13, define: comparação do igual ou da mesma apelação (= equiparação) e comparação do desigual (desequiparação).

[54] Primeira propriedade autêntica da relação, a correlatividade: «omnio relata dici ad ea, quae convertuntur, hoc est, ad ea quae vicissum ad ipsa dicuntur» — todas as coisas se dizem relativas às que com elas se convertem.

[55] Ala ou asa.

[56] Segunda propriedade autêntica da relação, ἅμα τῇ φύσει. Todo o relativo é simultâneo, na natureza, com aquilo a que se refere. Cf. Fonseca, *ob. cit.*, ibidem.

[57] O cognoscível, τὸ ἐπιστητόν, e o sensível, τὸ αἰσθητόν são anteriores, respectivamente, ao conhecimento, sabedoria ou ciência, ἐπιστήμη, e à sensação, αἴσθησις, ou *estesia*.

[58] Terceira propriedade autêntica da relação: todo o relativo é de uma natureza tal que, se se conhecer, conhecer-se-á também aquilo a que se refere, e vice--versa. Esta propriedade garante o método da implicitividade.

[59] Ou correlativos.

[60] Qualidade, ποιόν. Na *Metafísica*, Δ, 14, Aristóteles distingue entre *qualitas*, ποιότης, e *quale*, ποιόν, sendo este a qualidade particular e, aquela, a universal. Segundo

Fonseca, *ob. cit.*, II, 12, «qualitas est, qua dicuntur res quales».

[61] Em traduções francesas, a categoria hábito é, não raro, traduzida por estado. Ora, a categoria em causa, variante da qualidade, é ἔχειν, acção permanente, e não situação ou estado, κεῖσθαι.

[62] Ou aptidão.

[63] Leia-se δύναμις, dinâmica, anterior ao acto, ἐνέργεια.

[64] Psiqué, ψυχή, alma, mente.

[65] Em resumo, Aristóteles divide a qualidade em quatro espécies: hábito e disposição, potência natural e impotência, qualidade passível e paixão, e forma e figura.

[66] Figura, σχῆμα, e forma, μορφή, também dita εἶδος. Os três nomes são de algum modo sinónimos, diferindo de ὕλη, matéria. Os latinos distinguem entre forma e figura. Forma é a qualidade que resulta da quantidade considerada em qualquer coisa natural; figura é a qualidade que resulta da delimitação da quantidade, simplesmente e em si mesmo considerada. Dizemos, assim, forma do homem e figura do triângulo. Melhor dizendo: *eidos* é a forma, *morfê* é o contorno, a figura. Cf. *Inst. Dial.*, II, 12.

[67] Lugar dos exercícios físicos na Grécia, παλαιστρα. Na acepção actual que tem na língua portuguesa (palestra, discurso) o seu sinónimo era homilia, ὁμιλία.

[68] Primeira propriedade da qualidade, ter algo contrário. Cf. *Inst. Dial.*, II, 12.

[69] Segunda propriedade da qualidade, receber mais e menos, como se prova pelos graus em que declinamos os adjectivos: positivo ou afirmativo, comparativo e superlativo.

[70] Terceira propriedade da qualidade, por ela as coisas dizem-se semelhantes e dissemelhantes, conforme

:êm uma só qualidade, ou qualidade diversa. Cf *Inst. Dial.*, ibidem.

[71] Actuar, agir, acção, τὸ ποιεῖν. «Actio est agentis, quatenus agens est, actus, seu perfectio». Cf. *Inst. Dial.*, II, 14.

[72] Ser paciente, *pati*, *passio*, τὸ πασχειν. «Passio vero est actus, perfectione patientis, ut patientis». Cf. *Inst. Dial.*, ibidem.

[73] Fonseca, *ob. cit.* atribui com Aristóteles duas propriedades à acção e à paixão: ambas têm contrário, ambas recebem mais e menos.

[74] Isto é, situação, τὸ κεῖσθαι.

[75] Tempo, ou quando, ποτέ, lugar ou onde, ποῦ, posse ou hábito, τὸ ἔχειν. Cf. *Inst. Dial.*, II, 15 e 16. Como Aristóteles, Fonseca não atribui especiais propriedades a estas categorias.

[76] Aqui termina o livro das *Categorias*, ou *Predicamentos*. Do cap. 10 em diante expõe-se o livro chamado *Post-Praedicamenta*, cuja autoria tem sido subtraída a Aristóteles, e onde se estudam as relações, constituindo como que um prólogo ao livro *Da Interpretação*.

[77] Oposto, ἀντικείμενα. Aristóteles diz, *Metafísica*, Δ, 10, que *oposto* se diz da contradição, dos contrários, dos relativos, da privação e da possessão, dos extremos, etc., sendo a base da antítese.

[78] Fonseca, *ob. cit.*, II, 17, estuda os opostos relativos, os opostos contrários, os opostos privativos e os opostos contraditórios.

[79] Logo, a oposição de mal e bem não é uma oposição de contrários; antes é uma oposição de privação e possessão, *per accidens*, por acidente.

[80] Opostos relativos são os que são alguma coisa do ser dos opostos ou de algum outro modo se dizem em relação a eles. Cf. *Inst. Dial.*, II, 17.

[81] Opostos contrários são as próprias coisas contrárias. Cf. *Inst. Dial.*, ibidem.

[82] Privação, στέρησις, e possessão, ἕξις. Cf. Aristóteles, *Metafísica*, Δ, 22. Em Fonseca, *ob. cit.*, ibidem, os privativamente opostos são o hábito ou forma e a privação da forma.

[83] Cf. Fonseca, *ob. cit.*, ibidem.

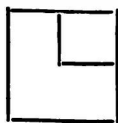
[84] Isto é: indução, ἐπαγωγή.

[85] Primeiro, anterior, πρότερον Cf. *Metafísica*, Δ, 11. Envolve o posterior, ὕστερον, que vem a seguir.

[86] Os elementos, στοιχεῖα, são anteriores às proposisições geométricas, diagramas ou διαγράμματα.

[87] Isto é, ἁ.α. Cf. *Aristóteles*, *Metafísica*. K. 12.

[88] Aristóteles distingue entre geração simples, γένεσις απλῶς,, e geração *secundum quid*, γ. τις. Ambas constituem a mudança em geral, μεταβολή. A primeira é movimento da substância, a segunda refere-se à mudança de categorias como a quantidade ou a qualidade, etc., que entram no movimento chamado κίνησις. Cf. Aristóteles, *Metafísica*, Z, 7.

[89] *Gnomon* é esta figura adjunta à figura do quadrado:

[90] Convém reflectir em que, na língua portuguesa, dispomos de um diferente leque de verbos, que permite maior grau de subtileza, v. g. *ter* e *haver*, *ser* e *estar*.

II

PERIÉRMENEIAS

Περὶ Ἑρμηνείας, *De Interpretatione*

1[1]

Em primeiro lugar cumpre definir o nome 16a
e o verbo; depois, a negação e a afirmação, a proposição e o juízo[2]. As palavras faladas são símbolos das afecções de alma, e as palavras escritas são símbolos das palavras faladas. E como a escrita não é igual em toda a parte, também as palavras faladas não são as mesmas em toda a parte, ainda que as afecções de alma de que as palavras são signos primeiros, sejam idênticas, tal como são idênticas as coisas de que as afecções referidas são imagens. Este tema foi versado no meu livro *Da Alma*[3], pois faz jus a diferente disciplina. E tal como na alma tanto há um conceito independente do verdadeiro e do falso, como um conceito a que necessariamente pertence um ou outro, o mesmo se diz da palavra,

pois é na composição e na divisão que o verdadeiro e o falso consistem[4]. Os nomes e os verbos em si mesmos são semelhantes à noção que não é, nem composição, nem divisão, como homem, branco, quando nada lhes juntamos, não sendo nem verdadeiros, nem falsos. Prova: hircocervo[5] significa deveras uma coisa, mas não é verdadeiro nem falso, a menos que lhe juntemos que há ou não há, universalmente falando, ou relativamente a um certo tempo.

2

O nome é uma locução, que possui um significado convencional, sem referência ao tempo, e de que nenhuma parte tem significação própria quando tomada separadamente[6]. No nome *kállippos*[7], com efeito, *íppos*[8] não tem em si mesmo, e por isso mesmo, qualquer significado, como o tem na expressão *kalós íppos*[9]. O que ocorre nos nomes simples não ocorre nos nomes compostos: quanto aos primeiros, a parte não tem qualquer significado, enquanto que, nos últimos, ela contribui para o significado do todo, ainda que, considerada em separado, não haja significado, por exemplo: na palavra *épaktrokélês*[10], o nome *kélês*[11] nada signi-

fica em si mesmo. Quanto à significação convencional, dissemos que nenhuma locução é por natureza um nome, mas só quando o nome se assume como símbolo [12], pois, mesmo quando sons inarticulados como os dos animais significam algo, nenhum deles é chamado nome. *Não — homem* não é um nome. Não temos, com efeito, qualquer nome para designar tal expressão, pois não constitui, nem uma afirmação, nem uma negação. Podemos admitir, quando muito, que é apenas um nome indefinido, pois se aplica paralelamente a não importa o que, ao que é, e ao que não é. De Fílon, para Fílon, e outras expressões deste tipo, não são nomes, são 16b casos [13] de um nome. A definição destes casos é no demais idêntica à do nome, mas a diferença é a de que, combinações feitas com é, era, será, não formam proposições verdadeiras nem falsas, contrariamente ao que ocorre sempre com o nome. Por exemplo, é de Fílon, ou não é de Fílon, são expressões nem verdadeiras nem falsas.

3

O verbo [14] é o que junta ao seu próprio significado o significado do tempo actual. Nenhuma das suas partes considerada sepa-

radamente significa seja o que for, e indica sempre algo que se predica de outro. Digo que ele significa, além do significado próprio, o tempo, por exemplo: saúde é um nome, mas está de boa saúde é um verbo, pois à sua própria significação acrescenta a actualidade desse estado. Por isso, o verbo é sempre o signo do que se afirma de outro, isto é, de coisas inerentes a um sujeito, ou contidas em um sujeito.

Uma expressão como está não-bem, ou está não-doente não é um verbo. Ainda que junte à sua significação a do tempo, e que pertença sempre a um sujeito, esta variedade não tem nome. Digamos ser, à falta de melhor, um verbo indefinido, pois se aplica indiscriminadamente ao ser e ao não-ser. As expressões estava bom, ou estará bom situam-se no mesmo grupo, não sendo um verbo, mas casos[15] de um verbo. Difere do verbo porque o verbo junta à sua significação a do tempo presente, enquanto o caso de tempo indica todos os tempos que envolvem o tempo presente[16].

Os verbos são em si mesmos nomes, e possuem uma significação determinada (pois, ao serem pronunciados, fixam o pensamento do ouvinte, o qual o tem em repouso), mas ainda não significam que algo é ou não é.

De facto, ser e não-ser não apresentam um significado relativo ao sujeito, e ainda mais o termo sendo[17], se nos limitarmos a utilizar tais formas isoladas. Em si mesmas tais expressões nada são, mas juntam ao próprio significado uma certa síntese que dificilmente poderíamos conceber sem as expressões compostas.

4

A locução[18] é um som oral com um significado convencional, em que cada parte, separadamente considerada, apresenta um significado como enunciação e não como afirmação ou negação. Pretendo dizer, por exemplo, que, a palavra homem significa algo, mas em si mesmo não afirma nem nega: só haverá afirmação ou negação se lhe juntarmos outro elemento. Todavia, cada uma das sílabas da palavra homem nada significa, como na palavra rato, a sílaba *-to* não é significativa, é apenas um som. Somente nas palavras compostas a sílaba é significativa, ainda que o não seja por si mesma, tal como já mostrámos atrás.

Toda a locução tem um significado, ainda que não orgânico[19], mas, como afirmámos, por convenção. Por conseguinte, nenhuma 17a

locução é uma enunciação, só o sendo a locução em que há verdade ou falsidade, o que não sucede em todos os casos[20]. Assim, uma súplica é uma enunciação, mas não é, nem verdadeira, nem falsa. Deixemos de lado os outros tipos de locução, pois o seu exame pertence mais à Retórica e à Poética[21]. Por agora, tentemos considerar a enunciação[22].

5

A primeira espécie de proposição simples é a catáfase, a segunda, é a apófase[23]. Todas as demais constituem uma unidade apenas, mediante a conjunção ou ligação das partes.

Toda a proposição depende necessariamente de um verbo ou da flexão de um verbo, e, com efeito, a noção de homem, à qual não acrescentemos, nem é, nem era, nem será, nem nada deste género, ainda não constitui uma proposição. Nesse caso, por que motivo uma expressão como animal pedestre bípede é admissível como una e não múltipla? Não é decerto por essas palavras serem pronunciadas umas a seguir às outras que a expressão é una, mas este problema inere a outra disciplina[24].

É uma proposição que exprime, seja uma coisa, seja uma unidade de coisas resultante

da ligação das partes; são compostas as proposições que exprimem multiplicidade, e não um uno, ou em que as partes não estão ligadas. Dizemos que o nome e o verbo são simples fases[25], pois é evidente que ao exprimirmos alguma destas coisas não formamos uma proposição, e isso ocorre quando expressamos uma opinião, ou alguém nos propõe uma questão, à qual damos uma resposta espontânea.

Uma espécie destas proposições é simples, por exemplo: afirmar algo de um sujeito e negar algo de um sujeito. A outra espécie compreende as proposições formadas por proposições simples, é o caso, por exemplo, de um juízo já feito[26]. A proposição simples é uma emissão de voz com um significado relativo à presença ou à ausência de um predicado em um sujeito, em conformidade com os tempos[27].

6

Catáfase é uma proposição de algo acerca de outro; apófase é a declaração de que algo está separado de outro. E como é possível afirmar o que pertence a uma coisa e o que não lhe pertence, o que não lhe pertence como pertencendo-lhe, e o que não lhe per-

tence como não lhe pertencendo, e isto se pode fazer por referência aos tempos que estão fora do presente, tudo o que se afirma é negável, e tudo o que se nega é afirmável. É portanto evidente que a toda a afirmação corresponde uma negação oposta, e a toda a negação corresponde uma afirmação. Chamamos antífase[28] à oposição de uma afirmação e de uma negação. E entendo por oposta a proposição que enuncia o mesmo predicado do mesmo sujeito, mas numa acepção que não seja meramente homónima, sem prejuízo de outras exactidões deste tipo, que compilamos, para enfrentar as subtilezas dos sofistas.

7

Há coisas universais e coisas particulares[29], e denomino universal isso cuja natureza é a de ser afirmada de vários sujeitos, e de particular o que não pode tal, por exemplo, homem é um termo universal, e Calias
17b um termo singular ou particular. Então é necessário que a proposição de que tal coisa pertence ou não pertence a um sujeito se aplique tanto ao universal como ao particular.

Se, por conseguinte, enunciarmos univer-

salmente de um universal, por um lado, que uma coisa lhe pertence; e, por outro lado, que não lhe pertence, teremos aí duas proposições contrárias. Ao dizer enunciar universalmente de um universal, entendo, por exemplo, formar proposições, tais como «todo o homem é branco», «nenhum homem é branco». Mas quando, tendo ainda por sujeito um universal, duas proposições não são universais, elas não são proposições contrárias, ainda que, por vezes, o significado seja contrário. Eis alguns exemplos de proposições acerca de universais, mas que não são de enunciado universal: o homem é branco, o homem não é branco. Homem é universal, mas a proposição não é enunciada de modo universal, pois o termo *todo* não exprime o universal, mas somente que o sujeito é assumido como universal. Ora, nenhuma das proposições acima contém o termo todo que, de resto, lhe pode conferir o carácter de universal, apesar de o sujeito não ser universal pelo facto de ser referido ao todo. Mas se ao predicado universal atribuímos o sujeito universal, a proposição não será verdadeira, pois não é verdadeira nenhuma afirmação em que o universal é atribuído ao predicado universal, como ocorre na proposição todo o homem é todo animal.

A oposição que denomino de contradição é a de uma afirmação que exprima um sujeito universal em universal acepção, a de uma negação que exprima o mesmo sujeito mas não na sua acepção universal. Por exemplo:

Todo o homem é branco	**Algum homem não é branco**
Nenhum homem é branco	**Algum homem é branco**

A oposição de contrariedade é a da afirmação de um sujeito universal à negação de um sujeito universal, por exemplo:

Todo o homem é branco	**Nenhum homem é branco**
Todo o homem é justo	**Nenhum homem é justo**

Vemos que estas últimas proposições [30] não podem ser simultaneamente verdadeiras, enquanto que as suas opostas podem eventualmente ser verdadeiras acerca do mesmo sujeito, por exemplo:

Algum homem não é branco	**Algum homem é branco**

Em todos os pares de contraditórios sobre os universais assumidos universalmente um deles é portanto necessariamente verda-

deiro, e o outro necessariamente falso. É este também o caso dos que se referem ao singular, por exemplo, Sócrates é branco, Sócrates não é branco. Mas das proposições que, referentes ao universal, não são enunciadas universalmente, nunca se pode dizer que uma é verdadeira e outra falsa. Com efeito, é verdadeiro dizer simultaneamente que o homem é branco e que o homem não é branco, que o homem é belo e que o homem não é belo, pois se o homem é feio não é belo, e se ele devém algo, ainda não é esse algo.

À primeira vista pode pensar-se que isto é um absurdo, já que a proposição o homem não é branco parece significar que nenhum homem é branco, mas tais proposições não têm o mesmo significado, nem são necessária e simultaneamente verdadeiras e falsas.

É também óbvio que a uma afirmação singular só pode equivaler uma negação singular, pois é necessário que a negação negue o mesmo predicado afirmado pela afirmação, requerendo-se, ainda, que o sujeito 18a seja em ambos os casos universal ou singular, e que o sujeito seja assumido ou não em toda a extensão, por exemplo: quando digo Sócrates é branco, Sócrates não é branco. Mas se negar outro predicado, ou se o predi-

cado sendo o mesmo, o sujeito é outro, estaremos então perante, não uma negação oposta, mas uma negação muito diferente. À proposição todo o homem é branco opõe-se a de que algum homem não é branco; a algum homem é branco, nenhum homem é branco; a o homem é branco, o homem não é branco[31].

Demonstramos assim que, a uma afirmação singular só se opõe, em oposição contraditória, uma negação simples, e já indicámos alguns exemplos de proposições. Também acrescentámos que os contrários são outra espécie de proposições, e também explicámos quais são essas proposições. Por fim, definimos que dois contraditórios nem sempre são, um verdadeiro, e falso o outro; dissemos as razões, e explicámos as condições em que uma é falsa, se a outra for verdadeira.

8

Uma proposição é una ou singular quando afirma ou nega um predicado, e não mais, acerca de um sujeito, seja o sujeito universal ou não, e seja a proposição universal ou não. Por exemplo:

Todo o homem é branco	**Algum homem não é branco**

O homem é branco	O homem não é branco
Nenhum homem é branco	Algum homem é branco

em que o adjectivo branco tem apenas um significado.

No entanto, se um nome tiver mais do que um significado, e for referido a duas coisas que não formam na realidade uma só coisa, a afirmação deixa de ser una, e também a negação deixa de ser una. Por exemplo, se referirmos a palavra hábito, ao mesmo tempo, a cavalo e a homem, a proposição «o hábito é branco» não é uma afirmação una, e nem a equivalente negação será una. Esta proposição, com efeito, nada difere da proposição «o homem e o cavalo são brancos», que, por sua vez, não difere destas duas proposições: o cavalo é branco, e o homem é branco. Se, por conseguinte, estas últimas duas exprimem várias coisas, quer dizer, são complexas, é também evidente que a primeira, ou significa várias coisas, ou nada significa, pois não há nenhum homem-cavalo. De onde resulta que, para esta espécie de proposições, duas contraditórias não são necessariamente verdadeira, uma, e necessariamente falsa, outra.

9

As afirmações e as negações acerca de coisas presentes ou pretéritas são necessariamente verdadeiras ou falsas, e as proposições contraditórias acerca de universais com sujeito universal, são também, e sempre, uma verdadeira e outra falsa. O mesmo é afirmável, como já dissemos, no caso dos sujeitos singulares. Pelo contrário, tratando-se de proposições de sujeito universal, mas que não são universais, esta necessidade não se verifica, e sobre este aspecto já demos a conveniente explicação.

No entanto, para as proposições singulares, cujo predicado se refere ao futuro, a solução é outra [32]. Se, na verdade, toda a afirmação ou toda a negação é verdadeira ou falsa, todo o predicado afirmado ou negado deve pertencer ou não ao sujeito. Por conseguinte, se alguém afirmar que algo será, enquanto outrem afirma algo não será, é evidentemente de toda a necessidade que um dos dois diga a verdade, pois toda a afirmação, ou toda a negação é, ou verdadeira, ou falsa [33]. A afirmação e a negação não podem ser simultaneamente verdadeiras em casos deste tipo, pois, se é verdade dizer que algo

é branco ou que algo não é branco, e também na recíproca, que algo é branco ou algo não é branco, a afirmação é tão verdadeira como a negação. Se não é branco, cometemos erro; e se cometemos erro, dizendo-o branco, esse algo não é branco, resulta que a afirmação ou a negação é necessariamente verdadeira ou falsa. 18b

Sendo assim, nada é, nem será (seja por efeito do acaso[34], seja de modo indeterminado), algo que, no futuro, possa indiferentemente ser ou não ser, por contingência, mas tudo se realiza por necessidade, sem qualquer determinação. Com efeito, ou bem quem sustente que algo será, ou bem quem sustente o contrário, há-de falar com verdade desse caso. Isso pode exacta e igualmente ocorrer ou não ocorrer, se uma ou outra afirmação não for necessariamente verdadeira, porque a palavra contingente não é mais do que a indeterminação quanto ao presente e quanto ao futuro, sendo aquilo que pode suceder deste, ou daquele modo.

Além disso, se uma coisa agora é branca, então foi verdadeira a afirmação anterior de que ela seria branca, de modo que seria sempre verdadeiro dizer não importa de que coisa, que ela é ou ela será. Mas se em todo o tempo fosse verdadeiro afirmar que uma

coisa é ou será, não é no entanto possível que ela não seja, ou não venha a ser; ora, o que não pode ser é impossível que seja, e o que não pode ser é necessariamente. De onde resulta que todos os futuros se produzem necessariamente, por conseguinte, nada acontece por contingência, nem por indeterminação, pois onde há acaso não há necessidade.

Não é todavia possível pretender que nem a afirmação, nem a negação são verdadeiras, que não se possa dizer, por exemplo, que um tal evento se realizará, ou que não se realizará. Primeiro, porque, se a afirmação fosse falsa, a negação não seria verdadeira, e porque, por sua vez, se esta fosse falsa, a afirmação poderia não ser verdadeira. Em segundo lugar, suponhamos como verdadeiro o dizer que algo é ao mesmo tempo branco e grande. Estas duas qualidades devem pertencer necessariamente ao sujeito, tanto uma como a outra; e se for verdadeiro afirmar que elas lhes pertencerão amanhã, amanhã elas hão-de pertencer-lhe realmente. Mas como, de um acontecimento, admitimos que não podemos dizer que ele se realizará ou não realizará amanhã, a contingência desaparecerá. Se tomarmos, por exemplo, uma batalha naval, será necessário dizer que a

batalha naval ocorrerá e que a batalha naval não ocorrerá.

Tais são, por isso, com outros de análogo teor, os absurdos em que caímos, se admitirmos que, para toda a afirmação e para toda a negação, — quer se trate de proposições universais de sujeito universal, quer de proposições singulares — uma das opostas é necessariamente verdadeira e outra falsa, e que não há contingência no futuro, mas que, pelo contrário, todas as coisas ocorrem por efeito da necessidade. Em virtude deste juízo, não haveria necessidade de deliberar, nem de ter preocupações, na certeza de que, adoptada uma dada conduta, o resultado estaria determinado, e que se não adoptássemos essa conduta, o resultado não se atingiria. Nada impede que, com uma antecedência de dez mil anos, alguém prediga um evento, e que outrem prediga o contrário; o que necessariamente se realizará é uma das duas predições, seja ela qual for, tornada verdadeira naquele momento. Pouco importa, aliás, que se haja feito uma afirmação ou uma negação, dado ser evidente que o real não é menos do que é, apesar da afirmação ou da negação de ser ou de poder ser, uma vez não ser a afirmação nem a negação que levará os acontecimentos à realização, mesmo que

anunciados com dez mil anos de antecedência, ou não importa com outra antecedência
19a qualquer. Daí resulta que, se uma das coisas se realizasse de tal modo que uma das proposições contraditórias fosse verdadeira, seria necessário que ela se tornasse real; e o conjunto dos acontecimentos processou-se sempre, por hipótese, de modo a acontecer necessariamente. Pois isso de que se disse com verdade que acontecerá, não pode deixar de acontecer; e do que aconteceu seria sempre verdadeiro dizer que aconteceria. Mas se estas consequências forem inadmissíveis (a experiência mostra-nos que os futuros têm por princípio a deliberação e a acção, e que, de um modo geral, as coisas que não estão sempre em acto possuem a potência de ser e de não ser, de modo indiferente) tais coisas tanto podem ser como não ser, e, pois, acontecer ou não acontecer. Temos numerosos exemplos à vista. Por exemplo, esta capa pode ser cortada em duas, mas também pode não ser cortada em duas; pode devir usada ou perder-se antes disso, e não pode ser cortada em duas; pois, a menos que este fosse o caso, a destruição prévia da capa não era possível. O mesmo é dizível de qualquer acontecimento ao qual se atribui análoga possibilidade; é por conseguinte evidente,

digo, que não é por necessidade que todas as coisas são ou serão. Há contingentes, e por isso, neste caso, a proposição afirmativa não é mais verdadeira do que a negativa, nem uma mais falsa do que outra, mesmo que a tendência num certo sentido seja mais forte e mais constante, ou que o acontecimento venha noutro sentido, que não aquele.

O que é deve ser necessariamente quando é[35], e o que não é, não pode ser, quando não é, eis uma afirmação necessária. Mas tanto não significa que tudo o que é será por necessidade, e que tudo o que não é, não será necessariamente.

De facto, não significa o mesmo dizer que todo o ser, quando é, é necessariamente, e dizer, como afirmação absoluta, que o ser é necessariamente. O mesmo se afirma de tudo o que não é, e idêntica distinção é aplicável às proposições contraditórias. Quer dizer, toda a coisa necessariamente é ou não é, será ou não será, e no entanto, se olharmos estas duas alternativas em separado, não podemos dizer qual delas é necessária. Por exemplo: necessariamente amanhã haverá uma batalha naval, ou amanhã não haverá uma batalha naval; mas não é necessário que amanhã haja uma batalha naval, e também não é necessário que amanhã não haja batalha naval.

Mas que amanhã haja ou não haja uma batalha naval, eis o que é necessário. E assim como a verdade das proposições consiste na sua conformidade com os sujeitos, torna-se evidente que, se estes sujeitos se comportam de um modo indeterminado, e estão na posse de contrários, o mesmo se verificará com as proposições contraditórias correspondentes. Encontramo-nos exactamente do mesmo modo face às coisas que não são sempre, ou que não são em todo o tempo. É portanto
19b necessário que uma das duas proposições contraditórias seja verdadeira e outra falsa, mas não é necessário que uma seja isto e outra aquilo. Não importa qual seja, e ainda que uma seja mais verosímil do que outra, ainda não é, por isso, e por enquanto, nem verdadeira, nem falsa. Por conseguinte, não é claramente necessário que, de duas proposições opostas entre si, como a afirmação e a negação, uma seja verdadeira e, a outra, falsa. Com efeito, não é ao modo dos actuais que se comportam os potenciais, ou que ainda não são em acto de ser ou de não ser, mas sim do modo que acabámos de explicar.

10[36]

Uma proposição afirmativa é a que afirma que algo se conforma com algo, e o sujeito tanto é um nome, como algo não nominado, sendo necessário que, na afirmação, o predicado seja uno, e o sujeito a que o predicado se refere, seja uno. Já expliquei atrás[37] o que se entende por nome e por não-nome[38]. Disse, com efeito, que o termo não-homem não é um nome propriamente dito, mas um nome indefinido, pois é algo de uno que o indefinido significa, também ele, em certo sentido. Do mesmo modo, a expressão não está de boa saúde não é um verbo propriamente dito, mas um verbo indefinido. Por conseguinte, as afirmações e as negações fazem-se a partir, já de um nome e de um verbo propriamente ditos, já de um nome e de um verbo indefinidos.

Sem verbo, não há nem afirmação, nem negação, porque os termos é, será, era, devém, e outros do mesmo tipo, são verbos em virtude da definição que demos de verbo, uma vez que à sua significação juntam a referência de tempo.

Por isso, a afirmação e a negação primeiras são, por exemplo, o homem é, o homem não é. As segundas são o não-homem é, o

não-homem não é; as terceiras são todo o homem é, e todo o homem não é, todo o não homem é, e todo o não homem não é. O mesmo razoamento aplica-se também aos casos dos tempos pretérito e futuro.

Quando há outros dois termos e o verbo ser na forma é se aplica como terceiro termo, o número de proposições opostas é duplicado. Digo, por exemplo, que, na proposição o homem é justo, o verbo é (chame-se nome ou verbo) constitui o terceiro elemento da afirmação. Por este motivo, teremos aqui quatro proposições, em que duas delas correspondem, na sua sequência, em referência à afirmação e à negação, a privações; as outras duas, não. Suponho que o verbo é se junta ao termo justo, ou ao termo não-justo, e por conseguinte teremos duas afirmativas, como teremos duas negativas se juntarmos o termo não é. Teremos então quatro proposições. A inteligência da exposição será facilitada pelo seguinte quadro exemplificativo:

O homem é justo	O homem não é justo
O homem é não-justo	O homem não é não-justo

Nestes diversos exemplos, vemos como é e não é serão juntos a justo e não justo.

Tal é a ordem na qual estas proposições estão dispostas, e que indicámos nos *Analíticos*[39].

Se utilizarmos os sujeitos em extensão universal, o modo de proceder é o mesmo. Assim:

Todo o homem é justo	**Algum homem não é justo**
Algum homem não é não-justo	**Todo o homem é não-justo**

Todavia, não é do mesmo modo que as proposições opostas no nosso quadro pela diagonal, podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, ainda que o possam ser em alguns casos.

Eis portanto os nossos dois pares de proposições opostas. Mas há ainda dois outros pares: é quando um terceiro termo é junto a não-homem, considerado como uma espécie de sujeito:

O não homem é justo	**O não homem não é justo**
O não homem não é não-justo	**O não homem é não-justo**

Não haverá, contudo, um número maior de proposições opostas, mas o último destes grupos permanecerá distinto dos precedentes, 20a

visto que têm por sujeito o nome indefinido não-homem.

Nas proposições onde o verbo é não pode entrar (como quando dizemos tem saúde, passeia), o verbo produz o mesmo efeito, como se o verbo aplicado fosse é. Por exemplo, as seguintes proposições:

Todo o homem tem saúde	Todo o homem não tem saúde
Todo o não-homem tem saúde	Todo o não-homem não tem saúde

Em tais casos convém evitar dizer *não todo o homem*, pois a partícula negativa não dever ser junta a homem, dado que o termo todo não significa que o sujeito é universal, mas significa que o sujeito enquanto tal é assumido em toda a sua extensão. Tanto resulta evidente em proposições, tais como:

O homem tem saúde	O homem não tem saúde
O não-homem tem saúde	O não-homem não tem saúde

Estas proposições distinguem-se das anteriores, por serem indefinidas e não universais na forma. Por conseguinte, os termos todo e nenhum não significam mais do que um sujeito tomado em toda a sua extensão.

O resto da proposição permanece o mesmo, logo a adjunção a efectuar deve ser a mesma.

A negação contrária à proposição todo o animal é justo é a que se exprime: nenhum animal é justo. É evidente que estas duas proposições nunca serão ao mesmo tempo verdadeiras, nem aplicáveis a um único sujeito. Em contrapartida, as suas opostas serão por vezes verdadeiras ao mesmo tempo; este será o caso de, por exemplo,

Algum animal não é justo	Algum animal é justo[40]

Eis agora como estas proposições se desenvolvem[41]: da proposição todo o homem é não-justo segue-se a proposição nenhum homem é justo; da proposição algum homem é justo segue-se a oposta de algum homem não é não-justo, isto é, algum homem é não-justo, pois que há um homem justo conclui-se necessariamente. É também manifesto que, no respeitante às proposições de sujeito singular, se a uma dada questão responde uma proposição negativa verdadeira, uma proposição afirmativa será também verdadeira, por exemplo, na pergunta Sócrates é sábio? — Não, podemos dizer, Sócrates é não-sábio. Em contrapartida, no relativo aos sujeitos universais, nenhuma proposição afirmativa univer-

sal indefinida é verdadeira, antes o sendo uma proposição negativa. Por exemplo, se é que pode dizer-se: todo o homem é sábio? e a resposta for negativa, inferir daí que todo o homem é não-sábio, seria falso, enquanto a inferência logo nem todo o homem é sábio, é verdadeira. Esta última é a proposição oposta, e a precedente a contrária.

As expressões negativas de nome ou de verbo indefinidos, como não-homem ou não-justo, poderiam considerar-se como negações sem nome ou sem verbo, enquanto tais. De facto, elas não são tal, porque a negação é necessariamente verdadeira ou falsa; ora, limitarmo-nos a dizer não-homem sem nada lhe acrescentar, é dizer apenas o que diz a palavra homem, é mesmo achar-se mais, já na verdade, já no erro.

A proposição todo o não-homem é justo não é idêntica por sentido a nenhuma das precedentes proposições, nem sequer do seu contraditório, algum não-homem não é justo. Em contrapartida, a proposição todo o não-homem é não-justo significa o mesmo que nenhum não-homem não é justo.

20b A metástase[12] do sujeito e do verbo não envolve qualquer mudança no sentido da proposição, assim: o homem é branco, branco é o homem. Se, na verdade, não fosse assim,

haveria várias negações para uma simples afirmação, mas já demonstrámos que a uma só negação corresponde uma única afirmação, pois a proposição o homem é branco tem por negação o homem não é branco, e se a proposição branco é o homem não tivesse o mesmo significado que o homem é branco, ela teria por negativa, por exemplo, branco não é o não-homem, ou branco não é o homem. Mas a primeira é a negação da proposição branco é o não homem, e a segunda, a da proposição o homem é branco. Haveria então duas contraditórias para uma única proposição, pelo que se torna evidente que a transposição do nome e do verbo não afecta o sentido, nem da afirmação, nem da negação.

11

Afirmar ou negar um só predicado de vários sujeitos, ou vários predicados de um único sujeito, sem que o que se exprime por uma pluralidade de palavras seja deveras uno, não é, nem uma afirmação una, nem uma negação una.

Não chamo uno às coisas que, sendo designadas por uma única palavra, não possuem todavia uma unidade na sua compo-

sição, por exemplo, o homem é sem dúvida animal, bípede e doméstico, mas estas coisas unem-se entre si em algo de uno, formado por aquelas determinações, enquanto de branco, o homem, e passear, não se forma uma coisa una. Então, se, destes três termos, assumidos como sujeitos, afirmarmos um único predicado, não haverá real unidade de afirmação, mas unidade meramente verbal, sendo múltiplas as afirmações. Se de um só sujeito afirmar esses três termos, a título de predicados, também não haverá unidade de afirmação, mas as afirmações serão por igual múltiplas.

Se a interrogação dialéctica é a procura de uma resposta requerida, seja à proposição em si mesma, seja a um dos dois componentes da contradição (e a proposição será componente por si mesma de uma contradição) a resposta a dar não deve ser uma proposição una, porque a interrogação carece também ela de unidade, mesmo se a resposta for verdadeira. No livro dos *Tópicos*[43] dou explicações sobre este assunto.

Ao mesmo tempo, é evidente que uma interrogação acerca da natureza de uma coisa não é uma interrogação dialéctica, porque a interrogação deve permitir a liberdade de enunciação indiferente de um ou outro com-

ponente da contradição, por isso que é, antes de mais, necessário definir a coisa e perguntar em seguida se essa é ou não é a definição da coisa, por exemplo de homem.

Os predicados tanto podem ser composições de predicados distintos unidos para formar em tudo um único predicado, como, ao contrário, isso não se verificar. Como surge esta diferença? Primeiro, acerca do homem é igualmente verdadeiro enunciar em separado que é animal e que é homem, ou reunir estas determinações numa só. Homem e branco são também predicados reuníveis, enquanto com sapateiro remendão e bom não é lícito dizer bom-sapateiro-remendão. Admitir que a verdade de cada predicado separado obriga à de predicado composto, é caminho para muitos absurdos.

Acerca do homem é verdadeiro afirmar homem e branco, e pois é verdadeiro afirmar o predicado total[44]. Sendo assim, resulta que o composto terá branco e bem assim o predicado total, o que vem a dar homem branco-branco, e assim, até ao infinito[45]. Se tomarmos os nomes músico, branco e passeia, poderemos multiplicar as combinações destes 21 a predicados, de modo que, se é lícito dizer Sócrates é Sócrates e homem, também podemos dizer Sócrates homem, ou que, se Só-

crates é homem e bípede, é também homem bípede. Afirmar, portanto, de forma absoluta, que as combinações dos predicados são possíveis sem excepção, é evidentemente uma queda em múltiplos absurdos. Digamos, pois, qual o princípio que importa.

Os predicados e os termos de que podemos fazer uma afirmação, mas que são acidentais, já em relação ao sujeito, já em relação um ao outro, esses não podem ser combinados em unidade, por exemplo: o homem é músico e branco. Branco e músico não podem formar uma unidade, pois só por acidente ambos pertencem simultaneamente ao mesmo sujeito. E ainda que fosse verdadeira a afirmação de que o branco é músico, os termos músico e branco ainda não formariam uma coisa una, pois é por acidente que os termos branco e músico se combinam para formar uma unidade. Assim, é por isso que não podemos dizer, com absolutidade, bom-sapateiro-remendão, enquanto é lícito dizer animal-bípede, porque, neste último caso, a predicação não ocorre por acidente. Também não podemos formar unidade com predicados em que um contenha ou implique o outro, por isso não podemos combinar repetidamente branco, nem dizer homem como

homem-animal ou homem-bípede, pois animal e bípede já estão contidos em homem.

Podemos, contudo, aplicar um predicado simples acerca de um caso singular, por exemplo, é lícito afirmar de um determinado homem que é homem, ou de um determinado homem branco que é homem branco. No entanto, nem sempre isto é possível, como, por exemplo, quando no termo adjunto se acha contido algum oposto, que importa contradição. Assim, não é verdadeiro, é mesmo falso, dizer que um homem morto é homem; mas se o termo adjunto não contiver a contradição, a predicação será válida. Será que a presença de uma contradição no termo torna sempre a predicação incorrecta, enquanto que a sua ausência nem sempre a torna correcta? Vejamos a proposição Homero é isto, por exemplo, poeta. Segue-se ou não que há Homero? É só por acidente que o verbo é se afirma de Homero, e a afirmação é exprime apenas que Homero é poeta e não que Homero é, em absoluta acepção. Por isso, só nas predicações que não estão sujeitas a qualquer contradição, quando os nomes se substituem por definições, em que a predicação se faz por essência e não por acidente, é que temos o direito de afirmar um predicado de um sujeito singular

em acepção absoluta. Quanto ao não-ser não é verdadeiro dizer que é, já que é apenas um domínio da opinião, e a opinião acerca do não-ser não é a de de que ele é, mas a de que o não-ser não é.

12

Uma vez feitas as distinções precedentes, importa analisar como se comportam entre elas as negações e as afirmações que exprimem o possível e o não possível, o contingente e o não contingente, o impossível e o necessário[46]. A questão apresenta algumas dificuldades[47].

Admitimos que, entre as enunciações compostas, as que se opõem por serem contraditórias são as que se correspondem uma à outra pelo verbo é ou pelo verbo não é, 21b por exemplo: o homem é tem por negativa o homem não é, e não esta: o não-homem é; e o homem é branco tem por negativa o homem não é branco, e não o homem é não branco. Se assim não fosse, como a afirmação e a negação são verdadeiras quanto a todos os sujeitos, seguir-se-ia a licitude da afirmação que dissesse que o lenho é o homem não branco.

Sendo assim, também será para as pro-

posições em que o verbo é não vem adjunto e em que o verbo que o substitui assume a sua função, por exemplo, o homem passeia não terá por negação o não-homem passeia, mas o homem não passeia. Não há, de facto, nenhuma diferença entre dizer o homem passeia e o homem passeante.

Se a regra, portanto, vale em todos os casos, a enunciação é possível teria por negação é possível que não, e não é possível mas parece que a mesma coisa pode ser ou não ser indiferentemente: tudo o que pode ser cortado ou possa passear também pode de igual modo não ser cortado ou não passear, porque tudo o que assim é em potência nem sempre o é em acto, de sorte que a negação também lhe pertence, porque o que é capaz de passear é também capaz de não passear, e o que pode ver também pode não ver. Todavia, é impossível que duas proposições opostas sejam verdadeiras se ditas do mesmo sujeito, por exemplo: é possível que seja não tem por negativa é possível que não seja, de onde se infere, ou que não podemos afirmar e negar ao mesmo tempo o mesmo predicado do mesmo sujeito, ou que não é a adjunção dos verbos é e não é que contribui para formar as proposições afirmativas e negativas. Ora, se é exacto que a primeira consequência

é inadmissível, torna-se necessário adoptar a outra.

A negação de é possível que seja é: não é possível que seja. De modo semelhante dizemos na proposição é contingente que isso aconteça, que tem, por negação, não é contingente que isso aconteça. As outras proposições análogas sujeitam-se à mesma regra, quando se referem ao necessário e ao impossível. Isto passa-se como nas proposições já estudadas acima, em que os verbos é e não é estavam adjuntos nas proposições que tratavam, uma, do branco e, outra, do homem. O mesmo aqui: é possível e não é possível desempenham a função de sujeito, e as expressões é possível e é contingente são adjuntas e determinam, tal como acima, os verbos é e não é, no relativo ao verdadeiro e ao falso, a possibilidade ou não possibilidade de uma coisa.

É possível que não seja não tem por negativa não é possível que seja, mas não é possível que não seja, e a negação de é possível que seja não é possível que não seja, mas não é possível que seja. Parece, nesse caso, haver correlação entre as proposições é possível que seja e é possível que não seja. Com efeito, a mesma coisa implica ser e não ser, pois estas proposições não são contradi-

tórias entre si. Pelo contrário, as proposições é possível que seja e não é possível que seja não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo do mesmo sujeito, porque são opostas; também as proposições é possível que não seja e não é possível que não seja nunca são simultaneamente verdadeiras do mesmo sujeito. 22a

De igual modo, é necessário que seja não tem por negativa é necessário que não seja, mas não é necessário que seja; a negação de é necessário que não seja é não é necessário que não seja. E assim, é impossível que seja não tem por negativa é impossível que não seja, mas não é impossível que seja; a negação de é impossível que não seja é não é impossível que não seja.

De um modo geral, como dissemos, as enunciações como que isto seja ou que isto não seja devem ser postas como matéria do discurso; quanto aos modos em causa que fazem a afirmação e a negação, temos de os juntar a essas afirmações ou negações, que seja e que não seja.

Os pares de proposições seguintes devem considerar-se proposições opostas contraditórias:

É possível	Não é possível
É contingente	Não é contingente

É impossível	Não é impossível
É necessário	Não é necessário
É verdadeiro	Não é verdadeiro

13

As consecuções efectuam-se de modo regular se dispusermos as proposições da forma a seguir. Da proposição é possível ser segue-se é contingente ser, proposição que é recíproca com a primeira, assim como não é impossível ser e não é necessário ser[48]. Da proposição é possível não ser ou é contingente não ser, seguem-se não é necessário não ser, e não é impossível não ser. Da proposição não é possível ser, ou não é contingente ser, segue-se é necessário não ser e é impossível ser. Enfim, da proposição não é possível não ser, ou não é contingente não ser, segue-se é necessário ser e é impossível não ser. Com a ajuda deste quadro, consideremos o exposto:

É possível ser	Não é possível ser
É contingente ser	Não é contingente ser
Não é impossível ser	É impossível ser
Não é necessário ser	É necessário não ser
É possível não ser	Não é possível não ser

É contingente não ser	Não é contingente não ser
Não é impossível não ser	É impossível não ser
Não é necessário não ser	É necessário ser

As proposições é impossível ser e não é impossível ser, são consecutivas ou implicadas nas proposições é possível, é contingente, e não é possível, não é contingente, de uma forma contraditória por inversão, pois à proposição é possível segue-se a negativa é impossível, quer dizer, a negação de é impossível. É impossível, afirmativa, implica a negação de é possível, ou, o que vem a dar no mesmo, de não possível.

Vejamos agora como se comporta o modo do necessário. Este caso é distinto, e as proposições contrárias serão consecutivas das contraditórias do possível e do contingente, enquanto que as contraditórias estarão separadas uma da outra. Com efeito, a proposição não é necessário ser não é a negação da proposição é necessário não ser, pois estas 22b duas proposições podem ser verdadeiras, uma e outra, do mesmo sujeito, pois quando é necessário que uma coisa seja ela é necessariamente. A razão pela qual, dizemos, o ne-

cessário não segue as mesmas regras de consecução dos outros modos, é porque, ao utilizar-se com um sujeito contrário, predicar a impossibilidade é o mesmo que afirmar a necessidade. Isto é: supondo que para uma ou outra coisa é impossível ser logo é necessário, não que seja, mas que, pelo contrário, não seja. Supondo ainda que uma ou outra coisa não seja, ela deve necessariamente ser; assim, pois, se estas proposições que afirmam o impossível ou, na inversa, negam, se acham como consecutivas das que predicam a possibilidade ou a não possibilidade, as que predicam a necessidade seguir-se-ão àquelas com o sujeito contrário. As proposições é necessário e é impossível não têm significado idêntico, e unem-se ou relacionam-se, como dissemos, de modo inverso.

Não poderíamos postular também que é impossível que os contraditórios do necessário se comportem deste mesmo modo? Porque, quando é necessário que uma coisa seja, é também possível que ela seja, caso contrário teríamos a negação implícita, pois é preciso afirmar ou negar; se, portanto, não é possível, ela é impossível, e sendo assim é impossível que seja uma coisa que deve necessariamente ser, o que é absurdo. Ora, da proposição é possível segue-se, por conse-

quência, não é impossível, e desta última segue-se que não é necessário; de onde resulta que o que deve ser necessariamente não é necessariamente, o que é um absurdo. Além disso, da proposição é possível que seja não se segue, nem é necessário que seja, nem é necessário que não seja, porque desta proposição extrai-se uma dupla potencialidade, pois, se uma das duas mencionadas proposições fosse verdadeira, não teríamos então duas alternativas. Uma coisa pode ser e todavia não ser, mas se é necessário que seja, ela não pode simultaneamente ser e não ser. Fica-nos, assim, que só a proposição não é necessário que não seja se segue à proposição é possível que seja, ou é possível. Esta proposição é verdadeira também quanto à proposição é necessário que seja. Por outro lado, esta proposição é a contraditória da que se segue à proposição não pode ser, ou não é possível que seja, pois a esta última seguem-se é impossível que seja, e é necessário que não seja, proposição cuja negação é não é necessário que não seja. Assim, a consecução destes contraditórios faz-se, também ela, do modo já indicado, e nenhuma impossibilidade provém de uma disposição deste tipo.

Poderíamos interrogar-nos se, da propo-

sição é necessário que seja, se segue é possível que seja, caso contrário, dela segue-se a contraditória não é possível. E se pretendermos que tal não é a contraditória, teremos de admitir que ela é possível não ser. Ora, estas duas proposições são igualmente falsas, quanto aplicadas ao que é necessariamente, portanto, é evidente que uma coisa pode ser cortada, ou não cortada, ser ou não ser, de modo que daí resultaria que o que é necessariamente poderia não ser, o que é falso. Mas é manifesto que não é sempre verdadeiro que o que pode, ou ser, ou passear, seja também, em potência, os contrários, pois há casos em que isto não é verdadeiro. Antes de mais, temos a potência dos possíveis não racionais, por exemplo o fogo, que tem a capacidade de emitir calor, outra potência não racional. As potências racionais

23a são as que são em potência de vários efeitos, isto é, de contrários, enquanto as potências irracionais não se acham todas nesse caso. Como disse, o fogo não pode ao mesmo tempo emitir calor e não emitir calor, e o mesmo se diz de todas as outras coisas que estão em acto. Todavia, certas potências irracionais são também capazes de receber simultaneamente os contrários, mas quanto dissemos tem por mero propósito demons-

trar que nenhuma potência recebe os opostos, mesmo quando eles equivalem à mesma noção do possível. Por vezes, certas potências dizem-se sem acepção homónima; com efeito, possível é em si mesmo ambíguo, pois tanto exprime o real em acto, quando dizemos, por exemplo, que um homem pode passear porque passeia de facto, e, de um modo geral, algo é possível porque já se encontra em acto isso que se afirma ser possível; como possível exprime que a coisa poderia tornar-se acto, quando dizemos, por exemplo, que um homem pode passear, porque poderá passear. Esta última espécie de potência pertence apenas aos seres móveis, enquanto a primeira pode também predicar-se dos imóveis. Nos dois casos, tanto quanto ao homem que passeia e está em acto, como para o que tem apenas a potência, é verdadeiro dizer que não é impossível que ele passeie, enquanto não é verdadeiro afirmar uma tal possibilidade do necessário, mas podemos afirmá-la da outra espécie de necessidade. Conclusão: tal como o universal se segue do particular, o possível segue-se do necessário, embora a regra não envolva todo o possível.

Podemos dizer, fora de dúvida, que o necessário e o não-necessário são, para as coisas, o actual, o princípio de ser e de não

ser, e que tudo o mais deve ser considerrado como derivado. O que acabámos de dizer mostra desde já com clareza que o que é necessariamente é em acto, por conseguinte, se os seres eternos têm anterioridade, o acto também deve ser anterior à potência. Certos seres são acto sem potência, por exemplo, as substâncias primeiras; outras estão em acto com a potência, e são anteriores por natureza, mas posteriores segundo o tempo; enfim, outros nunca estão em acto, sendo puras potências[49].

14

Põe-se agora a questão de saber se a afirmação tem o seu contrário na negação ou em outra afirmação, se a proposição que enuncia todo o homem é justo tem por contrário nenhum homem é justo, ou se todo o homem é justo tem por contrário todo o homem é injusto. Tomando como exemplos Calias é justo, Calias não é justo, Calias é injusto, é preciso indagar quais destas proposições são contrárias.

Supondo, como supomos, que os sons emitidos pela voz acompanham o que se passa na dianóia e que, na dianóia, é contrário o juízo que tem um predicado contrário como,

por exemplo, o juízo todo o homem é justo é contrário ao juízo todo o homem é injusto, deve necessariamente ocorrer o mesmo com as afirmações pronunciadas. Mas se na dianóia não for o juízo de predicado contrário que é contrário, também a afirmação não será contrária à afirmação, antes será a negação enunciada. Por conseguinte, é necessário examinar qual o juízo verdadeiro contrário ao juízo falso: é o juízo da negação, ou esse que enuncia afirmativamente o contrário?

Dou um exemplo: Temos aqui um juízo verdadeiro acerca do sujeito bom, enunciando que ele é bom; um outro, que é falso, enunciando que não é bom; um terceiro, enfim, distinto dos outros dois, que diz é 23b mau. Qual destes dois últimos juízos é contrário ao juízo verdadeiro? E como há um único contrário, segundo o qual destes dois juízos haverá contrariedade? Pensar que basta definir juízos contrários pelo facto de terem sujeitos contrários é um erro. Dizer do bom que ele é bom, ou dizer do mal que ele é mau, é sem dúvida enunciar um único e o mesmo juízo, e exprimir a verdade, pois, sejam um, ou sejam mais, são sempre verdadeiros, e portanto, aqui, os sujeitos são contrários. Agora bem, o que faz os juízos

contrários não é o referirem-se a sujeitos contrários, é o facto de se assumirem contrários face ao mesmo sujeito. Tomemos o juízo de que o bom é bom, e outro, de que o bom não é bom; admitamos também haver outro predicado que não pertence, nem pode pertencer, a bom. Nestas condições, não deveremos propor, como contrários ao juízo verdadeiro, nem os juízos que atribuem ao sujeito o que não lhe pertence, nem os que recusam atribuir-lhe o que lhe pertence (com efeito, em ambos os casos, os juízos serão em número infinito, já os que atribuem ao sujeito o que não lhe pertence, já os que não lhe atribuem o que lhe pertence). Ora, serão somente contrários os juízos em que há erro. Tais juízos têm por origem coisas sujeitas à geração, e geração significa passagem ou transição de um extremo a outro, por isso dizemos que o erro[50] é como uma transição.

Sendo assim, o bom é ao mesmo tempo bom e não mau; a primeira destas qualidades pertence-lhe por essência, e a segunda, por acidente, pois só por acidente o bom é mau. Mas se o juízo verdadeiro é mais verdadeiro quando se refere à essência do sujeito, o juízo falso é por isso mais falso. O juízo bom não é bom é um juízo falso rela-

tivo ao que pertence por essência ao bom, enquanto o juízo o bom é mau se refere ao que pertence ao bom por acidente. Daí resulta que o juízo enunciador da negação de bom será mais falso do que o que enuncia o contrário de bom. E o erro máximo consiste, em vista de qualquer sujeito, em formular o juízo contrário à verdade, porque os contrários são o que há de mais diferente ao mesmo género. Se, portanto, dos dois juízos um é contrário ao verdadeiro, e se o que exprime a negação é mais contrário, torna-se evidente que este último será o verdadeiro contrário. Quanto ao juízo o bom é mau, é uma simples combinação de juízos, pois é necessário subentender sempre que o bom não é bom.

Por outro lado, se é verdade que, mesmo em outros casos, as coisas só podem comportar-se de modo análogo a este, então, no caso vertente, a exactidão do que dissemos pode parecer garantida, pois, ou a contrariedade reside sempre na negação, ou não reside em parte alguma. Ora, para os termos sem contrários, o juízo falso é o contrário ao verdadeiro, por exemplo, julgar que o homem não é homem é formular um falso juízo. Se estas negações forem contrárias, as demais negações sê-lo-ão também.

Dizer que o bom é bom é um juízo paralelo do que diz o não bom não é bom; e julgar que o bom não é bom, é julgar também que o não bom é bom. Se tomarmos o juízo o não bom não é bom (juízo verdadeiro), qual será o contrário? Não é de certeza o juízo o não bom é mau, pois este poderia ser verdadeiro, quando um juízo verdadeiro não pode ser contrário a um juízo verdadeiro; e, com efeito, como pode suceder que algo que não é bom seja mau, resulta daí que os dois juízos podem ser simultaneamente verdadeiros. Também não é o juízo o não bom não é mau, visto que este poderia, também ele, ser verdadeiro, pois estas qualidades podem estar presentes a um tempo. Res-
24a ta-nos que o juízo o não bom não é bom tem por contrário o não bom é bom, que, de facto, é um juízo falso. Pelo mesmo modo concluímos que o juízo o bom não é bom é o contrário do juízo o bom é bom.

Não haverá nenhuma diferença manifesta, mesmo se fizermos a afirmação universal, só que, então, o contrário será a universal negativa. Por exemplo, o juízo que se enuncia tudo o que é bom é bom terá por contrário o juízo nada do que é bom é bom. O juízo o bom é bom, se bom for assumido universalmente, é idêntico ao juízo que ex-

prima que o que é bom é bom, e este não difere em nada do juízo que diz tudo o que é bom é bom. O mesmo se afirma dos juízos acerca do não-bom.

Se, pois, tudo se passa deste modo no 24b juízo, e se as afirmações e as negações proferidas pela voz são símbolos das que estão na mente, conclui-se que a afirmação tem por contrário a negação acerca do mesmo sujeito universal. Assim, as proposições tudo o que é bom é bom ou todo o homem é bom têm por contrários nada do que é bom é bom, ou nenhum bom é bom, ou nenhum homem é bom.

É evidente que nem um juízo verdadeiro, nem uma proposição verdadeira, podem ser contrários de outro juízo verdadeiro e de outra proposição verdadeira. As proposições contrárias são as que afirmam e predicam qualidades contrárias, enquanto as proposições verdadeiras são susceptíveis de ser verdadeiras ao mesmo tempo: ora, os contrários não podem pertencer simultaneamente ao mesmo sujeito.

NOTAS

[1] Este livro versa sobre as proposições e os juízos, em síntese, sobre a λέξις, dicção, ou elocução.

[2] Nome, ὄνομα; Verbo, ῥῆμα; Negação, ἀπόφασις; Afirmação, φάσις; Proposição, πρότασις; Juízo, κρίσις. Nesta acepção, de *crise*, distingue-se do conceito mais geral de *lógos*.

[3] Provavelmente no *De Anima*, III, 6.

[4] Cf. Aristóteles, *Metafísica*, E, 4 e *Θ*, 10.

[5] Quimera, χίμαιρα, signo zoológico, misto de bode e de veado.

[6] «Nome é a voz que significa por convenção, definidamente e sem tempo, da qual nenhuma parte em separado significa, e a qual, juntando-se-lhe é ou não é, faz uma oração que significa o verdadeiro ou o falso». Cf. Fonseca, *Inst. Dial.*, I, 12. Os pronomes estão excluídos dos nomes.

[7] Cavalo formoso, κάλιππος.

[8] Cavalo, ἵππος.

[9] Um cavalo formoso, καλὸς ἵππος.

[10] Barco-pirata, ἐπακτροκέλης.

[11] Barco, κέλης.

[12] «Os nomes que residem na voz são sinais dos que

estão na mente; e os escritos são-no daqueles que residem na voz». Cf. *Inst. Dial.*, I, 7, e o desenvolvimento em *ob. cit.*, I, 13.

[13] Ou flexões verbais, πτῶσις, casos das declinações.

[14] Verbo, ῥῆμα, nome próprio das categorias da acção e da paixão. Cf. Aristóteles, *Poética*, 20, 1457 a. Segundo Fonseca, «vox significans et instituto, definite ac cum tempore praesenti, cuius nulla pars significat separatim, et semper eorum, quae de alio praedicantur», ou seja — verbo é uma voz que significa por convenção, definidamente e com tempo no presente, da qual nenhuma parte significa em separado, e é sempre nota daquelas coisas que se predicam de outro». Cf. *Inst. Dial.*, I, 14.

[15] Leia-se: tempos e modos.

[16] Isto é: pretérito e futuro, que estão fora do presente.

[17] Ou estando. Em grego não se distingue ser e estar, já que o verbo é traduzível indiferentemente por ser e estar. Em língua portuguesa, o uso distinto de um verbo ou de outro permite afirmar e negar em graus mui diferentes, por ex.: ser alto e estar alto, ou ser doente e estar doente.

[18] Neste lugar, λόγος, em acepção vaga, mas palavra do pensamento, locução, enunciação, proposição. «Oratio est vox ex instituto significans». Cf. *Inst. Dial.*, III, 1.

[19] Aristóteles distingue entre natural, orgânico, ὄργανον, e artificial ou convencional, κάτα συνθήκην.

[20] «A enunciação é uma oração que significa o verdadeiro ou o falso, e ser predicado é ser afirmado ou negado acerca de algo». Cf. *Inst. Dial.*, I, 14.

[21] Cf. *Poética*, 19, 1456 b, 11.

[22] Ou proposição, apófase, ἀπόφασις, ou λόγος ἀποφαντικός,

lógos apofantikós. É a oração perfeita que significa o verdadeiro, ou o falso. Cf. *Inst. Dial.*, III, 3.

[23] Proposição afirmativa, κατάφασις; proposição negativa, ἀπόφασις.

[24] Problema da definição. Cf. Aristóteles, *Metafísica*, Δ, 6. Aí, diz que o Uno o é, ou por acidente, ou por essência, e dá os demonstrativos exemplos.

[25] Ou enunciações, φάσις.

[26] Ou pré-juízo.

[27] Que são: o presente, o pretérito e o futuro.

[28] Ou contradição, ἀντίφασις. Nesta passagem sobre a oposição, Aristóteles implica a oposição contraditória, ἀντίκεισθαι ἀντιφατικῶς, a contrariedade, ἐναντίωσις; a oposição de contrários, ἀντικεῖσθαι ἐναντίως. Cf. *Inst. Dial.*, III, 6.

[29] Universal, ou católico, καθόλου; e particular, ou καθέκαστου Universal é o que, sendo algo de uno, é apto por sua natureza para existir em vários — «verum universale simpliciter, et absolute, ac minime singulare, id solum esse definitur, quod cum sit unum quid, aptum natura sua ut sit in pluribus». Particular é qualquer uno que se pode subordinar a algum universal — «est enim particulare unum quippiam quod universali alicui subiici potest». Cf. Fonseca, *Isagoge*, caps. I e 3.

[30] As proposições contrárias.

[31] Aristóteles identifica três tipos de proposições universais, quanto à oposição: universal afirmativa em acepção universal, universal afirmativa em acepção particular, e universal afirmativa em acepção indefinida.

[32] Exposição sobre os futuros contingentes.

[33] Enunciação contingente. «É a que, não sendo necessária, pode, todavia, ser verdadeira, ou a que pode ser, quer verdadeira, quer falsa». Cf. *Inst. Dial.*, III, 5.

[34] Ou por efeito da fortuna, ὁπότερ ἔτυχεν. Este conceito difere de azar, destino, αὐτόματον.

[35] Distinção entre o necessário *simpliciter*, ἁπλῶς, e o necessário por hipótese, ἐξ ὑποθέσεως. A enunciação da matéria necessária é aquela cujo predicado não pode deixar de convir ao sujeito; a enunciação de matéria contingente é aquela cujo predicado pode convir, ou ao não convir, ao sujeito. Cf. *Inst. Dial.*, III, 5.

[36] Exposição sobre as proposições ditas *de secundo adjacente* e de *tertio adjacente.*

[37] Cf. infra, cap. 2, 16 a.

[38] Isto é, por definido e por indefinido.

[39] *Analíticos Anteriores*, I, 46, 51 b.

[40] A oposição é contrária se as enunciações opostas forem universais, e subcontrárias, se forem particulares. Este exemplo é de uma oposição subcontrária. Cf. *Inst. Dial.*, III, 6.

[41] Exposição sobre a equipolência e equivalência das enunciações. «Dizem-se equipolentes e equivalentes, as enunciações absolutas que constam do mesmo sujeito e do mesmo predicado, as quais diferem por uma só ou duas negações, mas valem o mesmo e se inferem uma da outra». Cf. *Inst. Dial.*, III, 7.

[42] Isto é, transposição. Cf. *Inst. Dial.*, III, 8.

[43] *Tópicos*, VIII, 7.

[44] Isto é, homem branco.

[45] Ou tautologia, ou truísmo.

[46] Possível, τὸ δυνατὸν: não-possível, τὸ μὴ δυνατόν; contingente, τὸ ἐνδεχόμενον: não-contingente, τὸ μὴ ενδεχόμενον; impossível, τὸ ἀδυνατόν; necessário, τὸ ἀναγκαῖον.

[47] Todo este capítulo versa sobre a oposição das proposições ou enunciações modais, a *crux logicorum*, como soe dizer-se. A este tema dedica Fonseca, *ob. cit.*, vários capítulos, onde divide as enunciações modais em:

de necessário, de contingente, de possível e de impossível.

[48] Por serem proposições equipolentes ou equivalentes: se é possível, é contingente.

[49] Hierarquia ôntica: 1.º, actos puros ou substâncias primeiras; 2.º, acto com potência; 3.º, puras potências.

[50] Erro, ἀπάτη, decepção.

ÍNDICE

Composto e impresso
em Setembro de 1985
nas oficinas de
GUIMARÃES EDITORES
(Imp. Lucas & C.ª, Ld.ª)
Rua Diário de Notícias, 61
1200 Lisboa

Depósito Legal n.º 9170/85

COLECÇÃO FILOSOFIA & ENSAIOS

ARISTÓTELES

ORGANON

III

Analíticos Anteriores

GUIMARÃES EDITORES • LISBOA

ORGANON

O *Organon* é o conjunto de seis livros sobre a arte de filosofar, a propedêutica a toda a arte de filosofar.

Organizador da lógica dedutiva, baseada no silogismo, que funciona qual aritmética da matemática pura, ainda hoje a humanidade não dispõe de outro método que não seja a lógica fundamentada no sistema analítico e crítico de Aristóteles.

A presente tradução visa preencher uma grave lacuna da literatura portuguesa na área das ciências filosóficas, porquanto, apesar de ser considerado mestre primeiro da nossa tradição escolástica, o *Organon* só agora fica, na íntegra, ao alcance de todos os leitores.

ORGANON

ORGANON

Primeiro Volume

I. CATEGORIAS
II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

III. ANALÍTICOS ANTERIORES

Terceiro Volume

IV. ANALÍTICOS POSTERIORES

Quarto Volume

V. TÓPICOS

Quinto Volume

VI. ELENCOS SOFÍSTICOS

ARISTÓTELES

ORGANON

III
Analíticos Anteriores

Tradução e Notas
de
PINHARANDA GOMES

LISBOA
GUIMARÃES EDITORES, LDA.
1986

Autor: ARISTÓTELES

Título: ORGANON (ÓPΓANON)

III. *Analíticos Anteriores*

Tradução: *Pinharanda Gomes*

1.ª edição: 1986

ORGANON

III

ANALÍTICOS ANTERIORES

(Τὰ προτεδα ἄναλυτικά, *Analytica Priora*)

LIVRO I[1]

1

O que primeiro temos de considerar é o sujeito da nossa análise e de que arte ela trata: o sujeito é a demonstração, e a arte é a arte demonstrativa[2]. Cumpre-nos, a seguir, dar a definição de premissa[3], de termo[4], de silogismo[5], do que é um silogismo perfeito e do que é um silogismo imperfeito. Depois é necessário definir o que significa dizer que um termo está contido universalmente em outro termo, e o que significamos com a expressão ser afirmado universalmente e ser negado universalmente. 24 a

A premissa é a oração que afirma ou nega algo acerca de algum sujeito, e este pode ser universal[6], particular[7] e indefinido[8]. Por universal, entendo a predicação ou a não predicação de um sujeito universalmente considerado; por particular, a predicação ou a não predicação de um sujeito considerado particularmente, ou não univer-

salmente; por indefinido, a predicação ou a não predicação feita sem signo, nem de universal, nem de particular, por exemplo: *os contrários estão na mesma ciência,* ou *o prazer não é o bem.*

A premissa demonstrativa difere da premissa dialéctica em que, na premissa demonstrativa, se toma uma das duas partes da contradição, porque demonstrar não é perguntar, é propor; na premissa dialéctica interroga-se o opositor para se escolher entre as duas partes da contradição. Todavia, esta diferença não afecta a produção do silogismo, nem num caso, nem no outro, porque, seja a demonstrar, seja a interrogar, o silogismo constrói-se, propondo que um predicado se predica, ou não se predica, de um sujeito. Resulta, assim, que uma premissa silogística em geral[9] consiste ou na afirmação ou na negação de algum predicado acerca de algum sujeito, tal como acabámos de expor. É demonstrativa, se for verdadeira e obtida através dos axiomas fundamentais, 24 b enquanto que, na premissa dialéctica, o que interroga pede ao opositor para escolher uma das duas partes de uma contradição, mas, desde que silogize, propõe uma asserção acerca do aparente e do verosímil, tal como já indicámos nos *Tópicos*[10]. A natureza da premissa, e a diferença entre as premissas silogísticas, demonstrativa e dialéctica, serão definidas com maior rigor mas, para uso imediato, o exposto basta-nos.

Designo por termo aquilo em que uma premissa se resolve, isto é, o predicado e o sujeito acerca do qual ele se afirma, quer o verbo ser lhe esteja junto, quer o não-ser esteja separado.

O silogismo é uma locução em que, dadas certas proposições, algo distinto delas resulta necessariamente, pela simples presença das proposições dadas[11]. Por *simples presença das proposições dadas* entendo que é mediante elas que o efeito se obtém; por sua vez, a expressão *é mediante elas que o efeito se obtém* significa que não se carece de qualquer outro termo a elas estranho, para obter esse necessário efeito.

Chamo silogismo perfeito[12] ao silogismo que não requer mais do que o que está compreendido nele, para que a necessidade da conclusão seja evidente; e silogismo imperfeito[13], o silogismo que carece de uma ou mais proposições, que resultam necessariamente dos termos postos, mas não estão explícitas nas premissas[14].

Dizer que um termo está contido totalmente em outro termo, ou dizer que um

termo é predicado a um outro termo assumido universalmente é dizer o mesmo. Dizemos que um termo se predica universalmente quando no sujeito não se acha alguma parte acerca da qual se possa predicar outro termo; quanto à expressão *não é predicável de nenhum,* a explicação a dar é a mesma.

2

25 a Toda a premissa apresenta uma predicação assertiva, ou uma predicação necessária, ou uma predicação contingente, e estas diferentes premissas são em si mesmas, umas, afirmativas, outras, negativas, conforme as modalidades de predicamentação; por sua vez, as premissas afirmativas e negativas são, umas universais, outras particulares, outras indefinidas. Assim, na predicamentação pura universal os termos da premissa negativa são necessariamente convertíveis [15], por exemplo, se nenhum prazer é um bem, nenhum bem será um prazer. Em contrapartida, na premissa afirmativa, a conversão, sendo embora necessária, não o é universalmente, mas só particularmente [16], por exemplo, se todo o prazer é um bem, algum bem é um prazer. No caso das proposições particulares, a afirmativa converte-se necessária

e particularmente [17] porque, se algum prazer é um bem, então algum bem será outrossim um prazer, enquanto que, para a negativa, a conversão não é necessária [18], pois se *homem* não pertence a qualquer *animal,* daí não se segue que *animal* não se predique de qualquer *homem.*

Tomemos em primeiro lugar a premissa universal negativa A B. Se A não se aplica a nenhum B, também nenhum B se aplicará a nenhum A. Se B se aplicasse a algum A, por exemplo a C, não seria verdade que A não se predica de nenhum B, pois C é um B. Mas se A se aplica a todo B, B também se aplica a qualquer A, porque se B não se aplicasse a nenhum A, A também não se aplicaria a nenhum B; ora, tínhamos admitido que A se predica de todo B. A mesma conversão é verificável se a premissa for particular. Se A se predica de algum B, B predica-se também necessariamente de algum A, pois se B não se predicasse de nenhum A, A não se predicaria de nenhum B, mas se A não se predica de algum B, não é necessário que B não se aplique a algum A. Admitamos por exemplo, que B é *animal* e A *homem:* animal não é homem, mas homem é animal.

3

A conversão efectua-se do mesmo modo no caso das premissas apodíticas. A universal negativa converte-se universalmente, enquanto as afirmativas, cada uma por si, se convertem particularmente. Se é necessário que A não se diga de nenhum B, é também necessário que B não se diga de nenhum A, pois se B predicasse algum A, seria outrossim possível que A se predicasse de algum B. Se é necessário que A se diga de todo B, ou de algum B, é também necessário que B se diga de algum A, porque, se isto não é necessário, A também não se dirá necessariamente de algum B. Em contrapartida, a particular negativa não é convertível, pela mesma razão já anteriormente indicada.

Quanto às premissas contingentes, suposto que o termo contingente[19] se toma em múltiplas acepções — designamos por contingente, tanto o necessário como o não-necessário e o possível[20] — todas as afirmativas se comportam, na conversão, do mesmo modo que precede. Se é possível que A 25 b se predique de todo B, ou de algum B, será então possível que B se diga de algum A porque, se fosse possível que não se predicasse de nenhum A, seria possível também que A não se predicasse de nenhum B, o que já foi demonstrado acima.

A solução não é, porém, a mesma quanto às negativas. Tudo o que se diz ser contingente, em virtude, já duma predicamentação necessária, já de uma predicamentação não-necessária, converte-se do mesmo modo que as demais negativas; se dissermos, por exemplo, ser contingente que o homem não é cavalo, ou que branco não se predica de nenhum traje. No primeiro exemplo, é necessário que um termo não se diga do outro, no segundo, é necessário que o termo se aplique, e a premissa converte-se do mesmo modo que nas demais negativas. Se é contingente que nenhum homem seja cavalo, é também possível que nenhum cavalo seja homem, e se é possível que nenhum traje seja branco, é possível também que nenhum branco seja traje, uma vez que, se é necessário que algum branco seja traje, será também necessário que algum traje seja branco, o que já demonstrámos atrás. A solução será ainda a mesma que precede, caso se trate da particular negativa, mas se estiverem em causa os contingentes relativos a factos constantes e naturais — e deste modo definimos o contingente — a conversão das

premissas negativas não se efectuará como nas negativas simples. A premissa universal negativa não se converte, enquanto a particular se converte. Esta solução tornar-se-á evidente quando tratarmos do contingente, por agora, limitemo-nos a aditar o seguinte esclarecimento, ao que já explicámos: a proposição de que é contingente que um predicado não se aplica a sujeito, ou a algum sujeito, tem a forma afirmativa. A expressão *é contingente* equivale a *é,* e *é,* em todas as predicações onde aparece, cria sempre e em todos os casos uma afirmação, por exemplo: *ele é não-bom, ou ele é não-branco,* ou em síntese, *é não-isto,* mas tudo será demonstrado a seguir. Quanto à conversão, estas premissas comportar-se-ão como as outras proposições afirmativas.

4

Uma vez feitas estas distinções, digamos agora através de que meios, quando e como, o silogismo se gera. Mais tarde [21], teremos de falar da demonstração. No entanto, o silogismo deve ser estudado antes da demonstração, em virtude do seu carácter universal. A demonstração é uma espécie de

silogismo, mas nem todo o silogismo é uma demonstração [22].

Quanto três termos estão em relação de forma a que o menor está contido totalmente no termo médio, e o termo médio contido, ou não contido totalmente no termo maior, então há necessariamente um silogismo perfeito entre os extremos. Designo por termo médio aquele que é contido por outro e contém outro termo em si mesmo, ocupando uma posição intermédia; chamo extremos, quer ao termo que por si mesmo está contido em outro, quer ao termo em que outro está contido. Se A se predica de todo B, e B de todo C necessariamente que A se diz de todo C. Ainda há pouco explicámos o que entendemos por um *termo que se diz de todos os sujeitos de outro termo.* De modo análogo, se A não se diz 26 a de nenhum B, e se B se diz de todo C, resulta que A não se diz de nenhum C. Se o termo maior se predica do médio universal, mas se o médio não se diz do menor em acepção universal, não haverá silogismo de extremos, pois nada resulta necessariamente destes dados. É todavia possível que o maior se aplique ou não se aplique ao menor em acepção universal, de modo que, daí, não deriva, nem uma conclusão particular, nem

uma conclusão universal, e, na ausência de conclusão necessária, estas premissas não produzem silogismo. Como termos de predicação universal tomemos, por exemplo, *animal, homem, cavalo;* e de predicação não-universal *animal, homem, pedra.* Não há qualquer vantagem, pois quando nem o maior se diz do médio universal, nem o médio do menor universal, não há lugar a silogismo. Termos de predicação: *ciência, linha, medicina;* de não predicação: *ciência, linha, mónada.*

Assim, na presença de termos universais, é evidente que, nesta figura, tanto pode haver como não haver silogismo; que, se houver silogismo, os termos deverão comportar-se necessariamente como já indicámos, e que, na inversa, se eles se comportarem desse modo, haverá silogismo[23].

Admitamos que um dos termos se refere universalmente ao sujeito, e o outro se lhe refere particularmente. Quando o universal se refere ao termo maior, seja afirmativa, seja negativamente, e quando o particular se refere ao menor afirmativamente, temos um silogismo perfeito. Pelo contrário, quando o universal se refere ao termo menor, ou quando os termos têm outra relação entre si, nesse caso é impossível haver silogismo.

Designo por termo maior esse em que o médio está contido, e por termo menor o que se subordina ao médio. Tomemos, por exemplo, que A se diz de todo B e que B se diz de algum C. Se *ser dito de todos os sujeitos de um termo* significa o que antes dissemos, então necessariamente que A se diz de qualquer C. E se A não se diz de nenhum B, e se B se diz de algum C, é necessário que A não se diga de algum C, o que ainda concorda com a nossa definição de *não ser dito de nenhum.* Teremos aí silogismo perfeito. A mesma solução se apresenta se a premissa BC for indefinida, desde que seja afirmativa; sendo assim, teremos o mesmo silogismo, seja a premissa indefinida ou particular.

Mas se o universal se referir ao termo menor, seja na afirmativa, seja na negativa, não haverá silogismo, seja a maior afirmativa, negativa, indefinida ou particular, por exemplo, se A se diz ou não diz de algum C, e se B se diz de todo C. Termos de predicação: *bom, estado, prudência;* de não-predicação: *bom, estado, ignorância.* Se, por outro lado, B não se diz de nenhum C, e se A se diz de algum B, ou não se diz, ou não se diz de todo B, também aqui não há lugar a silogismo. Exemplos de termos: *branco, cavalo, cisne; branco, cavalo, corvo.*

Os mesmos termos podem servir, caso a premissa A B seja indefinida.

Não há lugar a silogismo quando o universal se refere no termo maior, seja afirmativa, seja nagativamente, e quando o particular se refere ao menor negativamente; se, por exemplo, A se diz de todo B, e se B não se diz de algum C, ou se não se diz de todo C. O maior será afirmado ou não afirmado da totalidade do menor, termo ao qual, assumido particularmente, o médio não se aplica. Tomemos os termos *animal*, *homem*, *branco*, e, a seguir, entre os brancos dos quais não se predica homem, escolhamos cisne e neve. Animal é afirmado totalmente de um e negado totalmente de outro, de modo que não haverá silogismo. Admitamos agora que A não se diz de nenhum B e que B não se diz de algum C, e tomemos como termos: *inanimado*, *homem*, *branco*; a seguir tomemos, entre os brancos de que homem não se predica, cisne e neve. Inanimado afirma-se totalmente de um, e nega-se totalmente de outro. Além disso, como se trata de uma expressão indefinida, o dizer-se que B não se aplica a algum C, — e é exacto que, ou B não se diga de nenhum C, ou que B não se diga de todo C, de qualquer modo B não se diz de algum C — e como, se os ter-

26 b

mos deste género forem assumidos de tal modo que B não se diga de nenhum C, nenhum silogismo se forma, tal como já indicámos acima. Torna-se então manifesto que de tal relação de termos não se extrairá qualquer silogismo. Se assim não fosse haveria silogismo entre os termos escolhidos. Semelhante demonstração também pode ser feita se tomarmos uma premissa universal negativa.

Também não pode haver silogismo quando as relações do sujeito e do predicado são particulares, tanto na afirmativa como na negativa; ou se uma for afirmativa e outra negativa; ou ainda uma indefinida, e outra definida; ou se ambas forem indefinidas. Exemplos de termos comuns a todos estes casos: *animal*, *branco*, *cavalo*; *animal*, *branco*, *pedra*.

De quanto expusemos resulta que, em um silogismo particular desta figura, os termos devem estar em relação conforme indicado, de outro modo nenhum silogismo é possível. É também evidente que os silogismos incluídos nesta figura são silogismos perfeitos, porque todos recebem acabamento das premissas originais, e porque todas as conclusões são demonstráveis por meio desta figura, tanto as universais como as parti-

culares, tanto as afirmativas como as negativas. A esta espécie de figura chamo *primeira figura*[24].

5

Quando um mesmo termo se diz de um sujeito universal, e não se diz de qualquer outro sujeito na acepção universal; ou quando se diz ou não se diz, tanto de um como de outro sujeito tomado universalmente, esta figura chama-se *segunda figura*[25]. E nela designo por médio o termo que é afirmado de ambos os sujeitos; os dois extremos são os termos de que o médio é afirmado; o maior, o que fica mais próximo do médio, e o menor, o que fica mais afastado do médio. O termo médio está fora dos extremos, sendo o primeiro pela sua posição. O silogismo não 27 a será perfeito nesta figura, embora seja válido, quer os termos sejam universais, ou não universais.

Se os termos forem universais, haverá lugar a silogismo, sempre que o termo médio se diz de um sujeito tomado universalmente, e não pertença a outro sujeito tomado universalmente, seja qual for o termo negativo, de outro modo o silogismo não é possível. Tomemos o termo M, que não se diz de

nenhum N, mas de todo O. Como a negativa é convertível, N não se dirá de nenhum M; mas tínhamos suposto que M se diz de todo O, por conseguinte, N não se diz de nenhum O, o que já havíamos demonstrado atrás. Mas, se M se diz de todo N, mas não se diz de nenhum O, N não se dirá de nenhum O, pois, se M não se diz de nenhum O, O também não se diz de nenhum M, mas M, como dissemos, aplica-se a todo N, logo, O não se dirá de nenhum N, pois vimos a cair na primeira figura. No entanto, como a negativa é convertível, N não se dirá de nenhum O, por conseguinte teremos o mesmo silogismo que antes. É também possível demonstrar estas conclusões por redução ao absurdo, ou impossível[26].

Que um silogismo seja formável quando os termos se relacionam deste modo, eis o que é evidente, mas tal silogismo não é perfeito, visto que a sua necessidade não recebe acabamento das premissas originais, requerendo outras para se concluir.

Todavia, se M se diz de todo N e de todo O, não pode haver silogismo. Tomemos como termos predicáveis: *substância*, *animal*, *homem*, e de de não-predicáveis, *substância*, *animal*, *número*, sendo substância o termo médio. Também não há silogismo quando M

não é afirmado, nem de nenhum N, nem de nenhum O. Exemplos de termos predicáveis: *linha, animal, homem,* e de não-predicáveis: *linha, animal, pedra.*

Vemos assim que, no caso do silogismo cujos termos são universais, os termos devem necessariamente estar em relação como já explicámos atrás; se estiverem dispostos de outra maneira, nenhuma conclusão será necessária. Suponhamos que o médio se aplica universalmente a um dos extremos. Todas as vezes que ele se aplica ao maior universalmente, seja na afirmativa, seja na negativa, e quando se aplica ao menor particularmente e em oposição à proposição universal, — por *oposição* entendo que se a proposição universal for negativa, a particular é afirmativa, e que se a universal for afirmativa, a particular é negativa — aí obtemos necessariamente um silogismo particular negativo. Se M não se diz de nenhum N, mas se diz de algum O, então N não se diz de qualquer O, porque uma vez que a negativa é convertível, N não se dirá de nenhum M; ou suponha-se que M se dizia de algum O, e também N não se dirá de algum O; pelo que se obtém um silogismo da primeira figura. Agora, se M se diz todo N, mas não de algum O, N não se diz necessariamente de

algum O. Porque se N se diz de todo O, e se M se afirma de todo N, então M diz-se necessariamente de todo O. Ora, havíamos 27 b suposto que M não se diz de algum O; e se M se diz de todo N, e não de algum O, neste caso há-de haver silogismo, concluindo que N não se diz de algum O. A demonstração é a mesma de antes. Não obstante, se M se afirma de todo O, mas não de algum N, não pode haver silogismo. Exemplos de termos: *animal, substância, corvo*; *animal, branco, corvo.* Também não haverá silogismo quando M não se disser de nenhum O, mas for afirmado de algum N. Exemplos de termos predicáveis: *animal, substância, mónada*; de não predicáveis: *animal, substância, ciência.*

Quanto ao caso em que o universal se opõe ao particular, já definimos quando há e quando não há silogismo, mas quando as premissas são semelhantes na forma, isto é, ambas negativas, ou ambas afirmativas, o silogismo não é possível. Tomemos em primeiro lugar as negativas, e suponhamos que o termo maior é universal. Digamos, por exemplo, que M não se diz de nenhum N, nem de nenhum O. Neste caso, N pode dizer-se, ou que se aplica a todo O, ou que não se aplica a nenhum O. Exemplos de termos não-predicáveis: *negro, neve, animal.* Quanto

a achar termos de predicado universal, tal não é possível, se M se diz de algum O, e não se diz de algum O, pois se N se diz de todo O, mas se M não se diz de nenhum N, logo M não se diz de nenhum O. Mas tínhamos visto que M se dizia de algum O. Nestas condições, não é possível achar os termos, por isso temos de recorrer à demonstração por indefinição. Como é exacto que M não se diz de algum O, mesmo quando não se aplica a nenhum O, e como, quando não se diz de nenhum O, vimos não haver silogismo, é também óbvio que não há lugar a silogismo.

Tomemos agora as premissas afirmativas, em que o universal é posto como no caso anterior, a saber, M diz-se de todo N, e de algum O. É então possível que N se diga de todo O, e não se diga de nenhum O. Exemplos de termos de não-predicação universal: *branco, cisne, pedra.* Quanto a achar termos predicáveis universais é impossível, pelo mesmo motivo que vimos atrás, e temos de nos socorrer da demonstração por indefinição. Mas se o universal se aplicar ao termo menor, isto é, se M não se disser de nenhum O, e se, além disso, M não se disser de algum N, é possível que N se diga, ou de todo O, ou de nenhum O. Exemplos de termos predicáveis: *branco, animal, corvo*; termos não-predicáveis: *branco, pedra, corvo.* Mas se as premissas forem afirmativas, os termos de não-predicação podem ser, por exemplo, *branco, animal, neve;* e de predicação, *branco, animal, cisne.*

Vemos então que, quando as premissas são de forma semelhante, e que uma é universal e a outra particular, o silogismo nunca é possível. Também não é possível se o termo médio se aplicar a cada extremo tomado particularmente, ou se não pertence a um particularmente ou se não pertence a nenhum deles tomados universalmente, ou se lhes pertence de modo indefinido. Exemplos de termos comuns a estes casos: *branco, animal, homem*; *branco, animal, inanimado.*

28 a

Quanto acabamos de expor mostra com clareza que, se os termos se acham entre eles nas relações indicadas, obtemos necessariamente silogismo, e que, havendo silogismo, é porque os termos estão neste esquema de relações. É também evidente que os silogismos desta figura são imperfeitos, porque só se concluem mediante ajuda de proposições suplementares, as quais, ou estão contidas necessariamente nos termos dados, ou surgem como hipóteses, como no caso, por exemplo, da demonstração pelo absurdo, — e que um

silogismo de conclusão afirmativa não é factível por meio desta figura, onde todos os silogismos são de conclusão negativa, tanto os universais como os particulares.

6

Quando um termo se predica e outro não se predica universalmente de um sujeito, ou se ambos se predicam, ou se nenhum se predica do mesmo sujeito universalmente, temos uma figura que denomino de *terceira figura*[27]. Nela significo por médio o termo cujos dois extremos são predicados e, extremos, os próprio predicados; extremo maior, o mais afastado do médio, e extremo menor o mais próximo. O termo médio situa-se fora dos extremos ocupando o último lugar. Nesta figura, o silogismo não pode ser perfeito, apesar de válido, desde que os termos se apliquem universalmente ou não universalmente ao médio. Se eles estão numa relação universal, quando, por exemplo, P e R se predicam de todo S, segue-se que P se dirá necessariamente de algum R. Com efeito, como a afirmativa é convertível, S dir-se-á de algum R; por conseguinte, como P se aplica a todo S, e S a algum R, logo P aplica-se necessariamente a algum R, e temos aqui um

silogismo da primeira figura. A demonstração também é possível pelo absurdo, bem como por ectese[28]; se, neste último caso, P e R pertencem ambos a todo S, e se tomarmos um dos S, por exemplo N, para este último, P e R dir-se-ão ambos dele, por isso que P se predicará de algum R. De igual modo, se R se predica de todo S, e P de nenhum S, haverá silogismo concluindo que P não se predica necessariamente de algum R, o que pode ser demonstrado do mesmo modo que o precedente, pela conversão da premissa RS. Também é demonstrável pelo absurdo, como atrás.

Mas se R não se predica de nenhum S, e se P se predica de todo S, não haverá lugar a silogismo. Exemplos de termos de predicação: *animal, cavalo, homem*; de não-predicação: *animal, inanimado, homem.* Não haverá silogismo quando os dois termos não forem ambos afirmados de nenhum S. Exemplos de termos de predicação: *animal, cavalo, inanimado*; de não-predicação: *homem, cavalo, inanimado*, sendo *inanimado* o termo médio.

Vemos assim que, também nesta figura, tanto pode haver como não haver silogismo, sendo os termos universais. Quando ambos os termos são afirmativos haverá um silo-

gismo a concluir que um extremo se predica de outro extremo tomado particularmente; pelo contrário, se são negativos, não haverá 28 b silogismo; mas quando um é negativo e outro afirmativo, se o negativo for o maior e afirmativo o outro, haverá silogismo, a concluir que um extremo não se diz do outro extremo tomado particularmente; e se a inversa ocorrer, não haverá silogismo.

Se um termo está em relação universal com o termo médio, e o outro em relação particular, e sendo ambos afirmativos, há necessário silogismo, seja qual for o termo universal. Se R se predica de todo S, e P se predica de algum S, P predica-se necessariamente de algum R, porque, sendo a afirmação convertível, S diz-se de algum P, de modo que, como R se diz de todo S, e S de algum P, R pertence também a algum P, de onde resulta que P se diz de algum R.

Se, por sua vez, R se diz de algum S, e P de todo S, P diz-se necessariamente de algum R, o que se pode demonstrar tal como fizemos atrás. A prova também é aduzível pelo absurdo e por ectese, como nos casos anteriores.

Não obstante, se um termo for afirmativo e outro negativo, e se o termo afirmativo for universal, haverá silogismo, caso o termo

menor seja afirmativo. Se R se diz de todo S, e se P não se diz de algum S, necessariamente que P não se diz de algum R, porque se P se dissesse de algum R, e R de todo S, P não se diria de todo S, no entanto, já afirmámos que de facto não se lhe predica. Podemos também fazer a prova sem redução ao absurdo, tomando um dos S do qual P não se predica.

Quando o termo maior é afirmativo, não há silogismo; se, por exemplo, P se predica de todo S, e se R não se diz de algum S. Exemplos de predicação universal: *animado, homem, animal.* Mas, para a não-predicação universal, não é possível achar termos, caso R se diga de algum S, e não se diga de algum S, porque se P se predicasse de todo S, e R de algum S, P também se diria de algum R; ora, tínhamos admitido não se dizer de algum, pois, na verdade, o que cumpre é proceder como antes. A expressão *não se dizer de um termo tomado particularmente* é indeterminada, por isso é dizível que o que não se diz de um termo assumido universalmente não se diz de um termo tomado particularmente. Mas se R não se diz de nenhum S, não pode, conforme ensinámos, haver silogismo, sendo claro que, neste caso, também não haverá silogismo.

Mas se um dos termos for negativo e uni-

versal, enquanto o maior é negativo e o menor afirmativo, haverá lugar a silogismo, pois se P não se diz de nenhum S, e se R se diz de algum S, P não se dirá de algum R. Voltaremos, assim, à primeira figura por conversão da premissa RS; em contrapartida, quando o menor é negativo, não pode haver silogismo. Exemplos de termos predicáveis: *animal, homem, selvagem,* sendo o termo médio, em ambos os casos, *selvagem.* Também não haverá silogismo quando um e outro termo forem negativos, sendo um universal e outro particular. Exemplos de termos em

29 a

que o menor se relaciona universalmente com o médio: *animal, ciência, selvagem*; *animal, homem, selvagem.* Para o caso em que o maior está nesta relação, podemos tomar como exemplos de termos não-predicáveis: *corvo, neve, branco.* Termos de predicação não se acham quando R se diz de algum S e não se diz de algum S, dado que se P se diz de todo R, e R de algum S, P diz-se também de algum S — ora, tínhamos suposto não se dizer de nenhum. A prova tem de aduzir-se por indefinição. Além disso, se cada um dos extremos se predica particularmente do médio, ou se não se predica, ou se um se predica e outro não, ou ainda se um se diz particularmente do médio e o outro

não se predica universalmente do médio, ou ainda se as premissas forem indefinidas, não haverá lugar a nenhum silogismo. Exemplos de termos comuns a todos estes casos: *animal, homem, branco*; *animal, inanimado, branco.*

Assim, também nesta figura tanto pode haver como não haver silogismo, e é também evidente que sempre que os termos guardam a relação indicada, há necessariamente silogismo; e que, havendo silogismo, os termos estão necessariamente nessa relação. É também óbvio que todos os silogismos desta figura são imperfeitos, porque todos recebem a perfeição de proposições suplementares; e que, enfim, mediante esta figura, não será possível obter uma conclusão universal, seja negativa, seja afirmativa.

7

Resulta também evidente que em todas as figuras com as quais não obtemos um silogismo, em que os termos sejam ambos afirmativos ou negativos, é impossível chegar a qualquer conclusão; pelo contrário, se um dos termos for afirmativo e outro negativo, e se o termo negativo for tomado universalmente, obtém-se sempre um silogismo, em

que o termo menor é atribuído ao maior. Tal é o caso: se A se diz de todo B ou de algum B, e se B não se diz de nenhum C, porque, por conversão das premissas, necessariamente que C não se diz de algum A. O mesmo ocorre em outras figuras, em que se obtém sempre um silogismo por conversão. É ainda evidente que a substituição de uma indefinida por uma particular afirmativa dará origem ao mesmo silogismo em todas as figuras.

É também óbvio que os silogismos imperfeitos se tornam perfeitos mediante a primeira figura, porque todos são conduzidos à conclusão, já pela prova directa, já pela redução ao absurdo; ora, tanto num caso como noutro, obtém-se a primeira figura. Para os silogismos tornados perfeitos pela prova directa temos a primeira figura, porque, como já dissemos, a conclusão é sempre o resultado da conversão à primeira figura; para os que carecem de demonstração pelo absurdo, é ainda a primeira figura, porque, dada a proposição falsa, o silogismo é produzido mediante a primeira figura. Assim, na última figura, se A e B se dizem de todo C, resulta que A se diz de algum B, porque se A não se diz de nenhum B, e se B se diz de todo C, A não se dirá de nenhum C; ora,

nós vimos que pertence a todo C. O mesmo acontece nos outros casos.

29b Podemos, deste modo, reduzir todos os silogismos aos silogismos universais da primeira figura. Os da segunda figura são tornados perfeitos graças àqueles, ainda que o modo não seja idêntico para todos. Os silogismos universais tornam-se perfeitos pela conversão da negativa, e cada um dos silogismos particulares pela redução ao absurdo. Quanto aos silogismos da primeira figura, que são particulares, recebem a perfeição deles mesmos, mas também são demonstráveis mediante a segunda figura, por redução ao absurdo. Se, por exemplo, A se diz de todo B, e B de algum C, segue-se que A se diz de algum C, pois se não se diz de nenhum C, e se pertence a todo B, B não se dirá de nenhum C, o que já conhecemos pela segunda figura. A demonstração é factível do mesmo modo para o silogismo negativo. Se A não se diz de nenhum B, e se B pertence a algum C, A não se dirá de algum C, porque se pertencesse a todo C e não pertencesse a nenhum B, B não se diria de nenhum C, o que, já dissemos, está na segunda figura. Por conseguinte, e uma vez que, por um lado, todos os silogismos da segunda figura são redutíveis aos silogismos universais da pri-

meira, e que, por outro lado, os silogismos particulares da primeira figura são redutíveis aos silogismos da segunda, é evidente que os silogismos particulares da primeira figura são, também eles, redutíveis aos silogismos universais da primeira figura. Quanto aos silogismos da terceira figura, se os termos forem universais, eles são de imediato perfectíveis por estes últimos silogismos; mas se os seus termos forem tomados particularmente, serão perfectíveis pelos silogismos particulares da primeira figura; ora estes, como dissemos, são redutíveis aos silogismos universais da primeira figura, e, por consequência, também o são os silogismos particulares da terceira figura. Vemos assim que todos os silogismos são redutíveis aos silogismos universais da primeira figura.

Explicámos deste modo como é que os silogismos que demonstram que o predicado se predica ou não se predica de um sujeito, se comportam, tanto em si mesmos, dentro da mesma figura, como em relação uns aos outros, entre distintas figuras.

8

Posto haver uma diferença entre predicação simples, predicação necessária e predicação contingente — já que muitos predica-

dos se predicam, embora não necessariamente, enquanto outros não se predicam nem necessariamente, nem simplesmente, mas só por contingência — é evidente que também haverá silogismo diferentes para cada uma das predicações, e que os respectivos termos não se comportam do mesmo modo, podendo o silogismo concluir, tanto por termos apodíticos, como assertivos, como contingentes.

Os silogismos apodíticos [29] seguem as mesmas regras dos silogismos de predicação simples. Sendo os termos dados do mesmo modo como nos casos de predicação pura e simples e de atribuição apodítica — ou de não atribuição — haverá sempre, ou não haverá, silogismo, com esta simples diferença, que teremos de juntar aos termos *predicar-se* ou *não se predicar apoditicamente.* 30 a

A premissa negativa converte-se de igual modo em ambos os casos, e as expressões *estar contido na totalidade de um termo* ou ser *afirmado universalmente* terão o mesmo significado. Em todos os demais casos, a necessidade da conclusão será provável mediante a conversão, tal como na predicação simples. Mas, na segunda figura, quando a universal for afirmativa e a particular negativa, e na terceira figura, quando a universal

for afirmativa e a particular negativa, o modo de demonstração não há-de ser o mesmo. Nesse caso, antes de mais, é preciso, recorrendo à ectese, e considerando a parte do sujeito à qual o predicado, em cada silogismo, não pertence, constituir o silogismo relativamente a esta parte, pelo que obteremos uma conclusão com os termos dispostos dessa maneira; mas se a relação apodítica se aplicar por ectese à parte separada, deve também predicar-se a qualquer outra parte do termo dado, pois a parte separada é parte do termo. Cada um destes silogismos tem uma figura própria.

9

Sucede por vezes que obtemos um silogismo apodítico, não quando uma premissa qualquer, mas a premissa maior, é apodítica. É o caso, por exemplo: se A for dito como predicável ou não predicável de B, e se B se predicar somente de C, porque se as premissas forem assim ordenadas, é necessário que A se diga ou não diga necessariamente de C. De facto, como A se diz ou não se diz necessariamente de todo B, e como C é um dos B, segue-se que uma destas relações se dirá necessariamente de C; pelo contrário, se

a premissa AB não for necessária, e se só C for necessária, a conclusão não será necessária. Se o fosse, resultaria daí, em virtude da primeira e da terceira figuras, que A se diria necessariamente de algum B; o que é falso, porque B pode ser de uma natureza que seja possível a A não se dizer de nenhum B. Além do mais, se nos servirmos de termos nominais, vemos que a conclusão não será necessária, por exemplo, se A for *movimento*, B *animal* e C *homem*: homem é necessariamente animal, mas animal não se move necessariamente, logo também homem não se move necessariamente. A mesma solução ocorre se a premissa AB for negativa, sendo a mesma a demonstração.

Nos silogismos particulares, se o universal for necessário, a conclusão será também necessária; mas se a particular for necessária, a conclusão não será necessária, seja a premissa universal neagtiva ou afirmativa. Admitamos em primeiro lugar que a universal é necessária, e suponhamos que A se diz necessariamente de todo B, e que B se diz simplesmente de algum C. É logo necessário que A se diga necessariamente de algum C, porque C se acha subordinado a B, e A era suposto dizer-se necessariamente de todo B. O mesmo ocorre se o silogismo for 30 b

negativo, pois a demonstração será idêntica, mas se a premissa particular for a necessária, a conclusão não será necessária, porque não é impossível que não seja verdadeira, tal como nos silogismos universais. A mesma solução vale para os termos negativos. Exemplos de termos: *mover-se animal, branco.*

10

Na segunda figura, se a premissa negativa for apodítica, a conclusão também será necessária, mas se for afirmativa, a conclusão não será necessária. Antes de mais admitamos que a negativa é necessária, e que A não se pode dizer de nenhum B, mas que se diz simplesmente de C; como a premissa negativa é convertível, B não se pode predicar de nenhum A; mas A diz-se de todo C, logo, B não se pode dizer de nenhum C, porque C é subordinado de A. A mesma solução se aplica se a premissa relativa a C for negativa. Se A não se diz de nenhum C, C também não se pode dizer de nenhum A; mas A predica-se de todo B, logo C não pode dizer-se de nenhum B, porque aí obtemos um exemplo da primeira figura. Logo B não se pode predicar de C, já que a premissa é convertível, como antes.

Se a premissa afirmativa for apodítica, a conclusão não será apodítica. Suponhamos que A se predica necessariamente de todo B, e que não se predica simplesmente de nenhum C. Então, se convertermos a premissa negativa, obtemos a primeira figura; ora, já demonstrámos que, na primeira figura, se a negativa relativa ao termo maior não for necessária, a conclusão também não é necessária. De onde resulta que, no caso em vista, a conclusão também não é apodítica. Por outro lado, se a conclusão fosse necessária, seguir-se-ia que C não se diria necessariamente de algum A. Se, com efeito, é necessário que B não se diga de nenhum C, será também necessário que C não se predique de nenhum B; mas B deve, seja como for, dizer-se necessariamente de algum A, pois havíamos suposto que A se dizia necessariamente de todo B, de onde deriva que C deve necessariamente não dizer-se de algum A. Nada impede, contudo, de tomar A de forma a que seja possível dizer-se totalmente de C. Poder-se-ia também mostrar, através de exemplos escolhidos, que a conclusão não é necessária absolutamente, mas que é simplesmente a conclusão necessária, em vista das premissas dadas. Por exemplo, admitamos que A é *animal*, B *homem*, e C *branco*, e su-

ponhamos que as premissas são entendidas tal como antes: pode dizer-se que animal não se diz de nenhum branco. Então homem não se diria de nenhum branco, mas isso não seria necessariamente, pois é possível que homem seja branco, ainda que o não possa ser até ao ponto de que animal não se predique de algo que seja branco. Por conseguinte, só nestas condições a conclusão será necessária, ainda que não absolutamente necessária.

31 a A solução será a mesma para os silogismos particulares. Quando a premissa negativa é ao mesmo tempo universal e apodítica, a conclusão também será apodítica; mas quando a afirmativa é a universal, e a negativa a particular, a conclusão não será necessária. Suponhamos primeiro a negativa universal e necessária, e admitamos que A não se diz de nenhum B e que se diz de algum C. Como a negativa é convertível, B não se pode predicar de nenhum A; mas como A se predica pelo menos de algum C, é necessário que B não se predique de algum C. Agora, suponhamos a afirmativa universal e necessária, e postulemos a premissa relativa a B como afirmativa. Se A se predica necessàriamente de todo B, e não se predica de algum C, é evidente que B não

se dirá de algum C, só que isto não necessariamente. A demonstração far-se-á mediante os mesmos termos que serviram para os silogismos universais. A conclusão também não será apodítica, se a negativa o for em acepção particular, o que podemos demonstrar pelos mesmos termos.

11

Na última figura, quando os termos extremos se relacionam universalmente com o médio, e quando ambas as premissas são afirmativas, se uma delas, seja qual for, é necessária, a conclusão também é necessária, mas quando uma é negativa e a outra afirmativa, se a negativa for necessária, a conclusão também é necessária, enquanto se for a afirmativa, a conclusão não será necessária.

Em primeiro lugar admitamos que as premissas sejam ambas afirmativas, e admitamos que A e B se predicam de todo C, sendo AC a premissa necessária. Como B se diz de todo C, C dir-se-á também de algum B pela conversão da universal em particular, logo, se A se diz necessariamente de todo C, e C simplesmente de algum B, é necessário que A se diga também de algum B, uma vez que B é subordinado de C. Obtemos deste

modo a primeira figura, e a demonstração é feita como se a premissa BC fosse a necessária. Converte-se em algum A, de modo que se B se predica necessariamente de todo C, B predica-se também necessariamente de algum A.

Em segundo lugar, admitamos que a premissa AC é negativa, e que a premissa BC é afirmativa, sendo a premissa negativa a necessária. Como C se converte em algum B, e como é necessário que A não se predique de nenhum C, é necessário que A não se predique de algum B, porque B se subordina a C. Mas se for a premissa afirmativa a necessária, a conclusão não será necessária. Postulemos então a premissa BC como afirmativa e necessária, e a premissa AC como negativa e não necessária. Como a afirmativa se converte, C dir-se-á necessariamente de algum B; de onde resulta que se A não se diz de nenhum C, e como C se diz necessariamente de algum B, A não se dirá de algum B, ainda que isto não seja necessariamente, pois já demonstrámos que, na primeira figura, também a conclusão não será necessária. Também podemos evidenciar isto com a ajuda de nomes.

31 b

Designemos, por exemplo, A como *bom*, B como *animal*, e C como *cavalo*. Pode fazer-se com que bom não se predique de nenhum animal, mas é necessário que animal se predique de todo o cavalo, mas não é necessário que algum animal não seja bom, pois é possível que todo o animal seja bom. Ou, caso não seja possível, só temos que tomar termos como *velar* ou *dormir*, que se aplicam a todos os animais.

Assim, nos casos em que os termos se relacionam universalmente com o médio, advertimos que a conclusão é necessária, mas se uma premissa for universal, e outra particular, e se ambas forem afirmativas, todas as vezes que a universal for necessária, a conclusão sê-lo-á também. A demonstração é como a anterior, pois a particular afirmativa também se converte. Se, pois, for necessário que B se diga de C, e se A se subordina a C, é necessário que B se diga de algum A; mas, se B se predica necessariamente de algum A, A deve predicar-se necessariamente também de algum B, em vista da conversão. O mesmo resultado se obtém se a premissa AC for necessária, sendo universal, porque B se subordina a C. No entanto, se a premissa necessária for a particular, a conclusão não será necessária. Admitamos a premissa BC como particular e necessária, e A como dizendo-se, ainda que não

necessariamente, de todo C. Pela conversão de BC, obtemos a primeira figura, e a premissa universal não é necessária, a necessária é a particular. E quando as premissas se dispõem deste modo, já vimos como a conclusão não era apodítica, de onde resulta não o ser agora. Também podemos evidenciar este caso com a ajuda de termos nominais. Admitamos que A significa *velar*, B *bípede* e C *animal*. É apodítico que B se diga de algum C, mas só A pode predicar-se de C, embora A não se predique necessariamente de B, pois não é necessário que qualquer bípede durma ou vele. Poderemos servir-nos da mesma demonstração, mediante recurso aos mesmos termos, se a premissa AC for simultaneamente particular e necessária.

Nos casos em que um termo é afirmativo e outro negativo, se o universal for simultaneamente negativo e necessário, a conclusão também será necessária; de facto, se A não pode dizer-se de nenhum C, e se B se diz de algum C, é necessário que A não se diga de algum B; mas quando a afirmativa é necessária, ou quando a negativa é particular, a conclusão não será apodítica. Quanto ao mais, só temos que repetir o já explicado. São exemplos de termos, para o caso em que a universal afirmativa é necessária, *velar*, *animal*, *homem*, sendo *homem* o termo médio; e no caso em que a particular afirmativa é necessária, *velar*, *animal*, *branco*. É deveras necessário que animal se diga de algum branco, mas pode dizer-se que velar não se diz de nenhum branco, e não é necessário que velar não se diga de algum animal. Mas quando a negativa é particular e necessária, podemos tomar como termos *bíbede*, *mover-se*, *animal*, sendo *animal* o termo médio.

32 a

12

Resulta que, nos casos de predicação simples, só há silogismos se as premissas forem ambas assertóricas, mas, no caso de predicação apodítica, há silogismo, ainda que só uma das premissas seja apodítica. Nestes dois casos, tal como nos silogismos afirmativos e nos silogismos negativos, é necessário que uma das premissas seja análoga da conclusão. Por *semelhante* queremos dizer que, se a conclusão for assertórica, a premissa é apodítica. Torna-se claro que a conclusão será necessária ou assertórica conforme a premissa for necessária ou assertórica.

13

Quanto à predicação apodítica, ao seu modo de constituição e à sua diferença relativamente à predicação simples, já dissemos o que tínhamos a dizer. Passemos agora ao estudo do contingente. Diremos quando, como, e por quais meios haverá silogismo.

Pelas expressões *ser contingente*[30] e *contingente*[31] entendo o que não é apodítico mas que é possível sem risco da impossibilidade. Bem podemos, em acepção homónima, dizer do necessário que ele é contingente, mas que o contingente propriamente dito equivale à nossa definição, resulta das proposições pelas quais negamos, ou pelo contrário, afirmamos, a contingência. As expressões *não é contingente predicar-se, é impossível predicar-se, é necessário não predicar-se* são, ou idênticas, ou consecutivas umas das outras; logo, as suas opostas *é contingente predicar-se, não é impossível predicar-se, não é necessário não predicar-se* são, também elas, ou idênticas, ou consecutivas umas das outras, pois há sempre afirmação[32] ou negação. O contingente é o não-necessário, e o não-necessário é o contingente, e todas as premissas acerca do contingente se convertem reciprocamente. Com isto significo, não que as afirmativas se convertam em negativas, mas que todas as proposições de forma afirmativa são convertíveis por oposição, por exemplo, *ser contingente predicar* converte-se em *ser contingente não predicar; ser contingente de predicar de todo A* e *ser contingente de não predicar de nenhum A,* ou *de não predicar de algum A,* e *ser contingente de predicar de algum A* e *ser contingente de não predicar de algum A.* Quanto às outras proposições, o modo de conversão é o mesmo. Dado que o contingente não é necessário, e que o não necessário não é predicável, é óbvio que se é contingente que A se predique de B, é contingente também que dele não se predique; e se é contingente que A se predique de B, é contingente também que dele não se predique; e se é contingente que A se predique de todo B, é contingente também que não se predique de todo B. O mesmo se diz das particulares afirmativas porque a demonstração é idêntica, e as premissas deste género são afirmativas e não negativas, porque ser 32 b contingente equivale a ser como dissemos há pouco.

Feitas estas distinções, podemos ainda anotar que a expressão *ser contingente* é dita

de dois modos: pelo primeiro, dizemos o que sucede ordinariamente, mas carece de necessidade por exemplo, quanto ao homem, o sucesso de embranquecer, de crescer, de se desgastar, ou, de um modo geral, o que dele naturalmente se predica — isto não tem, com efeito, uma necessidade constante, pois o homem não vive sempre, mas, se vive, as mais das vezes estas predicações verificam-se necessariamente —; pelo segundo, dizemos que o contingente é o indefinido, o que pode ser assim ou assado, por exemplo, quanto ao animal, caminhar, ou ainda, que haja um terramoto enquanto ele caminha, ou, de um modo geral, o que sucede fortuitamente, pois nada disto se produz naturalmente num sentido, mais do que no sentido oposto.

A conversão do contingente em cada um destes dois sentidos é feita entre proposições opostas, só que não do mesmo modo; todavia, o natural converte-se, dado não se predicar necessariamente do sujeito — nesta acepção é contingente que um homem não embranqueça — e o indefinido, dado não haver razão para que o sucesso ocorra mais num sentido do que noutro. Não há conhecimento do silogismo demonstrativo dos indefinidos, em virtude da incerteza do termo médio, havendo-o apenas dos naturais, po-

dendo afirmar-se que as polémicas e os discursos só têm por tema os contingentes entendidos nesta última acepção. No primeiro caso pode haver silogismo, mas habitualmente não se requer.

Estes temas serão versados em pormenor a seguir, por agora só nos resta indicar quando, como, e de que natureza, será o silogismo constituído por premisas contingentes. E como a expressão *ser contingente que isto se predique daquilo* pode ser entendida em dupla acepção, ou podemos entender que algo se predica daquilo, ou que simplesmente se pode predicar, porque a expressão *A pode predicar-se do sujeito de que se predica B* oferece uma das duas seguintes alternativas: *A predica-se do sujeito de que se predica B*, ou *A pode predicar-se do sujeito de que B é predicável*; e entre A predica-se do sujeito de que se predica B e A pode predicar-se a todo B, não há qualquer diferença — é então evidente que podemos entender em dupla acepção a expressão é possível que A se predique de todo B. Digamos antes de mais, no caso de B ser possível do sujeito de C, e A do sujeito de B, qual a natureza e a qualidade do silogismo resultante. Deste modo, as premissas são tiradas uma da outra segundo o contingente, enquanto que se A

é possível de predicar-se do que de B se predica simplesmente, uma das premissas é assertórica, e a outra contingente. Daí resulta que importa começar, como nos demais casos, pelas premissas de qualidade semelhante.

14

Quando A é predicável de todo B, e B de todo C, haverá silogismo perfeito concluindo ser possível que A se predique de todo C, e isto resulta com nitidez da nossa definição, porque a possibilidade de predicação de um termo universal foi por nós 33 a assim exposta. Se a predicação de A não for possível a nenhum B, e de nenhum B de todo C, é possível que A não se predique de nenhum C, porque a proposição é possível que A não se predique do sujeito de que se predica B significa, como dissemos, que nenhuma das possibilidades subordinadas ao termo B é defeituosa.

Quando A pode predicar-se de todo B, e quando é possível que B não se predique de nenhum C, as premissas não dão qualquer silogismo, mas se a premissa BC for convertida pelo contingente, obtemos o mesmo silogismo que anteriormente obtivéramos. Como

é possível que B não se predique de nenhum C, e como é possível também que B se predique de todo C, como já antes foi dito, logo, se B se diz de todo C, e A de todo B, obtemos então o mesmo silogismo. O mesmo ocorre se, nas duas premissas, a negação vier junta a ser contingente; é o caso, por exemplo, de: se é possível que A não se predique de nenhum B, e B de nenhum C. As premissas não podem servir à formação de qualquer silogismo, mas, se as convertermos, obteremos um silogismo idêntico ao anterior. Vemos, neste caso, que se a negação for anexa ao termo menor, ou às duas premissas ao mesmo tempo, ou não obtemos silogismo, ou, se o obtivermos, ele não será perfeito, pois a necessidade da conclusão deriva da conversão.

Se uma das premissas se tomar como universal e a outra como particular, todas as vezes que a premissa maior for universal teremos silogismo perfeito. Se, com efeito, é possível que A se diga de todo B, e B de algum C, é então possível que A se diga de algum C, e tanto resulta da definição de a possibilidade se predicar de um termo concebido como universal. Se for possível que A não se predique de nenhum B, e se B pode predicar-se de algum C, segue-se necessaria-

mente que A não se diz de algum C. A demonstração é feita como antes.

Se a premissa maior foi particular e entendida na negativa, e a universal na afirmativa, e se mantiverem a mesma relação, por exemplo, — *é possível que A se diga de todo B,* e *é possível que B não se diga de algum C* — neste caso as premissas não dão azo a um silogismo evidente; mas se convertemos a particular, postulando ser possível que B se predique de algum C, obteremos a mesma conclusão antes obtida, como nos casos antevistos no começo.

Se a premissa maior for particular, e a menor universal, sejam ambas afirmativas ou negtivas, ou de forma desigual, ou se uma e outra forem indefinidas ou particulares, não haverá silogismo de modo nenhum, pois nada impede que B seja mais extensa do que A, e que não sejam igualmente afirmativas. Admitamos que C é a diferença que há entre a extensão de A e de B. Não é contingente que a este último termo A se predique ou não predique, quer C seja tomado universal ou particularmente, pois as premissas relativas ao contingente são convertíveis, sendo possível que B se predique de mais sujeitos do que A. Podemos ainda tornar claro este exemplo com a ajuda de termos nominais,

33 b

porque, quando as premissas estão assim relacionadas, é tão impossível que o maior se predique, como necessário que se predique ao menor assumido como universal. Exemplos de termos comuns, quanto à predicação necessária: *animal, branco, homem*; quanto à predicação impossível: *animal, branco, vestido*. É deste modo claro que, se os termos forem assim dispostos, não se obterá silogismo. Todo o silogismo é de predicação, ou simples, ou necessária, ou contingente; ora, que não estamos perante uma predicação simples, nem necessária, é evidente, pois a afirmativa é destruída pela negativa, e a negativa pela afirmativa. Resta-nos nesse caso um silogismo do contingente, mas este é impossível, pois já demonstrámos que se os termos se acham relacionados de tal modo, é simultaneamente necessário que o maior se predique e impossível que não se predique de menor, tomado como universal. De onde resulta não poder haver silogismo do contingente, pois já vimos que o necessário não era o contingente.

Se os termos são universais, nas premissas contingentes obtemos sempre um silogismo da primeira figura, sejam eles afirmativos ou negativos; só no caso de termos afirmativos o silogismo é perfeito, enquanto, no

caso de termos negativos, ele é imperfeito. Importa, no entanto, compreender a contingência, não como nas proposições apodíticas, mas em conformidade com a definição dada atrás. Eis o que algumas vezes é descuidado.

15

Se uma das premissas for assertórica e a outra contingente, quando a premissa maior significa a contingência, todos os silogismos serão perfeitos e serão do tipo contingente, definido conforme o explicado; mas se for a premissa menor a significar o contingente, todos os silogismos serão imperfeitos, e os que forem negativos não concluirão pela contingência, tal como a definimos, mas somente concluirão por uma desnecessidade de predicação à totalidade ou a uma parte do termo menor. Quando um termo não é predicável necessariamente da totalidade ou de uma parte de outro termo, dizemos ser possível ele não se predicar da totalidade ou de parte deste termo.

Admitamos que é possível que A se predique de todo B, e que B se predique de todo C. Como C se acha subordinado a B, e como é possível que A se predique de

todo B, é clara a possibilidade de A se dizer também de todo C. Neste caso obtemos um silogismo perfeito. O mesmo quando a premissa AB é negativa, e a premissa BC afirmativa; se a primeira for tomada como contingente e a segunda como puramente predicável, há silogismo perfeito, concluindo ser possível que A não se predique de nenhum C.

34 a

A formulação de silogismos perfeitos quando a predicação simples afecta o extremo menor, eis que é evidente, mas que a disposição contrária das premissas pode gerar silogismos, é quanto importa provar por absurdo. Ao mesmo tempo será evidente que tais silogismos hão-de ser imperfeitos, dado que a prova não resulta das premissas dadas.

Convém, em primeiro lugar, assentar em que, se de A se segue necessariamente B, da possibilidade de A segue-se necessariamente a possibilidade de B. Suponhamos, com efeito, que se os termos estiverem segundo esta relação, o designado por A é possível, e o designado por B é impossível. Se o possível, quando é possível ser, pudesse acontecer, então o impossível, enquanto impossível, podia não acontecer, e se, ao mesmo tempo, A é possível e B impossível, seria possível que A fosse sem B, e, se acontece, de ser também, pois o que acontece, uma

vez acontecido, é. Mas importa aplicar o possível e o impossível não apenas no caso da geração, mas ainda no caso da afirmação verdadeira e de toda a predicação, e em todas as demais acepções significadas, quando dizemos que algo é possível: o possível comportar-se-á do mesmo modo em todos os casos. Além disso, quando se diz que do ser de A se segue necessariamente o ser de B, não é preciso entender por isso que se uma coisa singular, por exemplo, A é, B será, pois nada se segue necessariamente de uma simples coisa ser. São pelo menos necessárias duas, como nas premissas, quando se comportam do modo indicado no silogismo. Se C se diz de todo D, e se D se diz de E, C também se diz necessariamente de E; e se cada uma destas proposições for possível, a conclusão também é possível. Se, por exemplo, designarmos as premissas por A, e a conclusão por B, pode resultar, não apenas que se A é apodítico, B é apodítico, mas ainda que se A é possível, B é possível.

Uma vez isto demonstrado, é evidente que, admitindo uma hipótese falsa, mas não impossível, o resultado consequente desta suposição também será falso, e não impossível. Por exemplo, se A é falso, mas não impossível, e se B é consequência de A, B também será falso, e não impossível. Demonstrámos que, se B é consequência de haver A, a possibilidade de B será então consequência da possibilidade de A, e A foi suposto como possível, pelo que, nestas condições, B será possível, pois, se fosse impossível, o mesmo seria simultaneamente possível e impossível. Feitas estas distinções, admitamos que A se predica de todo B, sendo possível que B se predique de todo C. Então, é necessário que B se predique de todo C. Rejeitemos esta possibilidade, mas postulemos B como sendo predicável assertórico de todo C — isto é falso, mas não impossível. Se A não é possível de todo C, e se B se diz de todo C, então A não é possível de algum B, obtendo-se um silogismo da terceira figura. Ora, tínhamos suposto possível A predicar-se de todo B, logo necessariamente é possível que A se diga de todo C, pois, dado termos posto o falso e o não impossível, a consequência é impossível. 34 b Também se pode atingir o impossível mediante a primeira figura, pondo que B se predica de C. Com efeito, se B se diz de todo C, e se A pode predicar-se de todo B, é possível que A se predique de todo C. Ora, tínhamos admitido que não é possível A ser dito de todo C.

Convém entender a expressão *predicar-se*

de um termo tomado universalmente sem qualquer qualificação de tempo, como o presente, ou em tal tempo, mas de um modo absoluto. É com a ajuda de premissas deste tipo que fazemos silogismos, pois, se tomarmos a premissa no tempo presente não haverá silogismo. Nada impede, sem dúvida, que o termo *homem* se predique, em um dado momento, de todo o *móvel*, por exemplo, se nenhuma outra coisa nesse instante se movesse; mas é possível que *móvel* se predique de todo o *cavalo*, todavia não é possível que *homem* se diga de algum *cavalo*. Mais, admitamos que o termo maior é *animal*, o médio *móvel* e o menor *homem*. As premissas são como as anteriores, mas a conclusão será necessária, e não contingente, pois homem é necessariamente animal. Vemos, assim, que o universal deve ser entendido absolutamente, sem qualificação crónica.

Admitamos agora que a premissa AB seja universal e negativa, e digamos que A não se diz de nenhum B, mas que é possível B dizer-se de todo C. Uma vez dadas estas proposições, segue-se necessariamente ser possível que A não se diga de nenhum C. Suponhamos que esta conclusão não é possível, e que B se diz de C, como atrás; logo

é necessário que A se diga de algum B, em virtude de um silogismo da terceira figura, o que é impossível. Por conseguinte, é contingente que A se não diga de nenhum C, porque se esta proposição é suposta como falsa, a consequência é impossível. Este silogismo não estabelece a contingência tal como a havíamos definido, mas somente a não-necessidade da predicação à totalidade do sujeito (esta proposição é a contraditória da suposição feita, pois esta suposição consistia em que A se diz necessariamente de algum C, mas o silogismo por absurdo também estabelece a contraditória oposta a esta suposição). Ademais, um exemplo de termos concretos mostra que a conclusão não estabelecerá a contingência. Admitamos que A *é corvo*, B *inteligente*, e C *homem*. A não se diz de nenhum B, pois nada de inteligente é corvo. Pelo contrário, é possível a B dizer-se de todo C, pois é possível que todo o homem seja inteligente, mas A não se diz necessariamente de nenhum C, pelo que a conlusão não define a contingência, logo ela não é sempre necessária. Admitamos que A é *móvel*, B *ciência* e C *homem*. A não se dirá de nenhum B, mas é possível a B dizer-se de todo C, e a conclusão não será necessária, pois não é necessário que nenhum homem

se mova; mas também não é necessário que 35 a algum homem se mova. É portanto evidente que a conclusão define apenas que um termo não se predica necessariamente de um outro termo tomado como universal. Contudo, os termos devem ser melhor escolhidos.

Se apusermos a negação ao termo menor, que significa a contingência, das premissas que adiantámos não se formulará nenhum silogismo, mas se a premissa contingente for convertível, teremos um, como nos casos precedentes. Admitamos, com efeito, que A se diz de todo B, e que é possível a B não se dizer de nenhum C. Com os termos na mesma posição, nada se obterá de necessário, mas se convertermos a premissa BC, e se tomarmos B como predicando-se de todo C, obteremos um silogismo como o anterior, porque os termos se acham na mesma posição. A forma de proceder utiliza-se quando as relações forem ambas negativas, se a premissa AB significar a não-predicação assertórica e se a premissa BC indicar a possibilidade de não ser predicada de nenhum termo universal. Destas proposições que tomámos, não obtemos alguma conclusão necessária, mas a premissa contingente, uma vez convertida, dará lugar a silogismo. Suponhamos que A não se predica de nenhum B, e que é

possível B não se predicar de nenhum C; estas proposições nada formulam de necessário, mas se supusermos que é possível a B predicar-se de todo C — o que é exacto — e se deixarmos a premissa AB na mesma posição, teremos de novo silogismo. Em contrapartida, se supusermos que B não se diz de todo C, e não que é possível que B não se diga de todo C, nunca haverá silogismo, seja a premissa AB negativa ou afirmativa. Como exemplos de termos comuns a estes casos temos, quanto à predicação necessária: *branco, animal, neve*, e quanto à impossibilidade de predicação necessária: *branco, animal, resina*. É portanto evidente que, se os termos forem universais, sendo uma das premissas assertórica e a outra contingente, sempre que a premissa menor for contingente, teremos silogismo; mas este silogismo tanto se constitui a partir das suas premissas, como mediante a conversão de uma premissa. Explicámos já quando cada um destes casos ocorre, e qual a causa.

Se uma das relações dadas for universal, e a outra particular, sempre que a premissa maior for assumida como universal e contingente, seja afirmativa ou negativa, e quando a particular for afirmativa e assertórica, haverá silogismo perfeito, como no caso dos

termos universais, A demonstração é como anteriormente. Quando a premissa maior é universal, mas assertórica e não contingente, e quando a outra premissa é particular e contingente, sejam elas negativas ou afirmativas, ou seja uma negativa e afirmativa a outra, o silogismo será sempre imperfeito. Só que a demonstração tanto é factível pelo absurdo,
35 b como pela conversão do contingente, como vimos nos exemplos precedentes. E haverá silogismo por conversão quando a premissa maior, tomada universalmente, indicar a predicação ou a não-predicação assertórica, e quando a outra premissa, sendo particular negativa, é tomada em acepção contingente, por exemplo: se A se predica ou não se predica de B tomado universalmente e se for possível que B não se diga de algum C. Se a premissa BC se converte pela contingência, obtemos um silogismo; mas quando a premissa particular assinala a não-predicação assertórica, não pode haver silogismo. Exemplos de termos de predicação: *branco, animal, neve*; de não-predicação: *branco, animal, resina.* Cumpre recorrer à demonstração por indefinição. E se a premissa menor for tomada como universal, e a premissa maior como particular, sendo indiferente que uma e outra sejam ou negativa ou afirmativa, con-

tingente ou assertórica, não pode haver silogismo de modo nenhum. Também não haverá silogismo deste género quando as premissas forem particulares ou indefinidas, sejam elas contingentes ou assertóricas, ou contingente uma e assertórica outra. A demonstração é a mesma de antes. Exemplos de termos comuns a todos estes casos: de predicação necessária, *animal, branco, homem*; de impossibilidade de predicação, *animal, branco, vestido.* Vemos assim que, se a premissa maior for posta como universal, obtemos sempre um silogismo, mas se for a premissa menor a ser assim posta, nada se demonstra.

16

Quando uma das premissas indica predicação necessária, e a outra predicação contingente, haverá silogismo sempre que os termos estiverem na mesma relação como anteriormente, e o silogismo será perfeito quando o necessário se ache na premissa menor, e a conclusão, se os termos forem afirmativos, será contingente e não assertórica, sejam tomados como universais ou como não universais. Mas se uma premissa for afirmativa, e a outra negativa, sempre que a afirma-
5

tiva for necessária, a conclusão será contingente, e não assertórica negativa, mas se a necessária for a negativa, a conclusão será ao mesmo tempo contingente negativa e assertórica negativa, quer os termos sejam universais ou não-universais. A contingência da conclusão deve ser compreendida como no caso precedente. Todavia, da necessária negativa, não se extrairá nenhum silogismo, pois não ser *necessariamente predicável* é bem diferente de *não se predicar necessariamente.*

De termos afirmativos não se extrai uma conclusão necessária. Admitamos que A se diz de todo B necessariamente, sendo possível que B se diga de todo C; haverá silogismo imperfeito concluindo ser possível a A predicar-se de todo C. A imperfeição resulta 36 a da demonstração, porque a prova será a mesma, como antes. Admitamos agora que é possível que A se predique de todo B, e que B se predica necessariamente de todo C. Teremos então um silogismo concluindo ser possível que A se predica de todo C, e não que se lhe predica assertoricamente. E este silogismo será perfeito, e não imperfeito, pois recebe a perfeição directamente das premissas.

Vejamos o caso em que as premissas não

são análogas. Suponhamos primeiro que a premissa negativa é necessária, que necessariamente é possível a A não se predicar de nenhum B, enquanto é possível a B predicar-se de todo C; resulta daí a necessidade de A não se dizer assertivamente de nenhum C. Suponhamos que A se diz de todo C ou de algum C; mas havíamos suposto não ser possível a A predicar-se de nenhum B, e como a premissa negativa é convertível, B não é predicável de nenhum A. Mas A supõe dizer-se de todo C ou de algum C, logo não será possível a B dizer-se de algum C ou de todo C. No entanto, no princípio supusemos ser possível a B predicar-se de todo C. É claro que o silogismo formulado também conclui pela não-predicação contingente, pois conclui pela não-predicação assertórica. Admitamos agora que a premissa necessária é a afirmativa, e suponhamos a possibilidade de A não se predicar de nenhum B, e de B se predicar necessariamente de todo C. O silogismo será perfeito, mas a conclusão será, não uma assertórica negativa, mas uma contingente negativa, pois é deste modo que se toma a premissa dependente do termo maior, e, por outro lado, a redução ao absurdo não é possível. Se admitirmos que A é predicável de algum C, e se também admitirmos que A

é possível de não predicar-se de nenhum B, destas premissas não se extrai qualquer impossibilidade. Mas se a negação estiver no termo menor, se a premissa indicar a contingência, teremos silogismo por conversão, como no caso que antecede. Se ela não indicar a contingência, não haverá silogismo. Também não o haverá quando as duas premissas forem ambas negativas e a que se referir ao termo menor não for contingente. Os mesmos termos já vistos podem servir de exemplos. Quanto à predicação, *branco, animal, neve*; quanto à não-predicação, *branco, animal, resina.*

O mesmo vale para os silogismos particulares. Quando a premissa negativa for necessária, a conclusão será assertórica negativa, por exemplo: se A não pode predicar-se de nenhum B, e B é predicável de algum C, é necessário que A não se predique assertoricamente de algum C. Se A se diz de todo C, sendo necessário que não se diga de nenhum B, é necessário também que B não se diga de nenhum A, de onde resulta que se A se diz de todo C, é necessário que B não se diga de nenhum C. Ora, tínhamos admitido a possibilidade de B se predicar de algum C. Em contrapartida, quando a necessária é a particular afirmativa, — por esta entendo a

que se acha no silogismo negativo, por exemplo a premissa BC — ou quando, no silogismo afirmativo a necessária é a universal, 36 b por exemplo AB, não haverá silogismo de conclusão assertórica, e a demonstração faz-se como acima. Se a universalidade residir no termo menor, seja a premissa afirmativa ou negativa, desde que contingente, e se a premissa maior for particular e necessária, não haverá silogismo. Exemplos de termos de predicação apodítica afirmativa: *animal, branco, homem*; de predicação apodítica negativa: *animal, branco, vestido.* Quando a premissa universal for necessária, e a particular contingente, se a universal for negativa, podemos tomar como termos de predicação, *animal, branco, corvo*, e como termos de não-predicação, *animal, branco, resina.* E se a universal for afirmativa, podemos tomar como termos de predicação apodítica afirmativa, *animal, branco, cisne* e, como termos de predicação apodítica negativa, *animal, branco, neve.* Também não haverá silogismo deste tipo quando as premissas forem indefinidas, ou quando ambas forem particulares. Exemplos de termos comuns a todos estes casos: de predicação, *animal, branco, homem*; e, de não-predicação, *animal, branco, inanimado.* De facto, a predicação de animal

a algum branco, e de branco a algum inanimado, é ao mesmo tempo necessária afirmativa e necessária negativa. Quanto ao contingente o mesmo se passa, sendo este o motivo porque estes termos servem em todos os casos.

De quanto expusemos infere-se que, das relações análogas entre os termos, tanto no caso de predicação assertórica, como no caso de predicação apodítica, tanto obtemos como não obtemos silogismo. Só quando a premissa negativa for assertórica temos, como já vimos, um silogismo de conclusão contingente, enquanto que se a premissa negativa for apodítica, o silogismo terá uma conclusão ao mesmo tempo contingente e assertórica negativa. É também evidente que todos estes silogismos são imperfeitos, e recebem o seu acabamento das figuras atrás mencionadas.

17

Na segunda figura, quando as duas premissas são contingentes ou problemáticas, não haverá silogismo, quer as premissas sejam afirmativas ou negativas, universais ou particulares; mas quando uma exprime uma predicação simples, e a outra uma predicação contingente, se a universal afirmativa

for assertórica, nunca haverá silogismo, enquanto que se a universal negativa for assertórica, haverá sempre silogismo. A mesma solução vale quando uma das premissas é dada como apodítica e, a outra, como contingente. Nestes casos ainda, convém tomar o termo contingente, contido nas conclusões, na acepção que anteriormente postulámos.

Devemos demonstrar, em primeiro lugar, que não há conversão de uma premissa negativa contingente, por exemplo, se for possível que A não se predique de nenhum B, não é necessário que B tenha de predicar-se de nenhum A. Todavia vamos admiti-lo: partamos do princípio de que B não se diz de nenhum A. Como as afirmativas contingentes se convertem com as negativas, sejam contrárias ou opostas, e como é possível que B não se predique de nenhum A, é evidente que será possível que B se diga de todo A, o que é falso. Se isto pode ser aquilo, não se deriva daí necessariamente que isto possa ser aquilo, de onde resulta não haver conversão pela proposição negativa. Além disso, nada impede a impossibilidade de A não se predicar de nenhum B, e que não seja necessário a B não se predicar de algum A, por exemplo: é possível que branco não se predique de nenhum homem,

37 a

assim como é possível predicar-se de todo o homem, mas não é verdade o dizer ser possível que homem não se predique de nenhum branco, porque há muitas coisas brancas das quais homem não se predica necessariamente, e já dissemos que o necessário não é o contingente. Mas também não é possível provar a convertibilidade pelo absurdo, raciocinando, por exemplo, como segue: se é falso que B pode não predicar-se de nenhum A, é verdade que não pode predicar-se de nenhum A, pois a primeira proposição é afirmativa, e a segunda negativa. E, sendo assim, é verdade que B se predica necessariamente de algum A, por conseguinte, A predica-se necessariamente de algum B, o que é impossível. Este raciocínio é ineficaz, porque se não é possível a B predicar-se de nenhum A, não se segue a necessidade de B se predicar de algum A. A expressão *não é possível que B não se predique de nenhum A* tem duplo significado: tanto entendemos *é necessário que B se predique de algum A*, como *é necessário que B não se predique de algum A*, porque, do que *necessariamente não se predica de algum A* não é verdadeiro dizer que *é possível não se predicar de todo A*, assim como não podemos dizer do que necessariamente se predica de algum

A, que é possível predicar-se de todo A. Se, portanto, pensássemos que, dado não ser possível a C predicar-se de todo D, necessariamente C não se predica de algum A, cometeríamos erro. Com efeito, C diz-se de todo D, mas, como em certos casos se predica necessariamente, por causa disso dizemos não ser possível predicar-se de todo D. Por conseguinte, à contingente universal afirmativa opõem-se, ao mesmo tempo, a apodítica particular afirmativa e a apodítica particular negativa, e a oposição é a mesma quanto à contingente universal negativa. É pois evidente que, acerca do que é possível e acerca do que não é possível na acepção definida no começo, cumpre entender tanto a expressão *é necessário que A se diga de algum B*, como *é necessário que A não se diga de algum B*. No entanto, desta última proposição não resulta nenhuma impossibilidade, de modo que não obtemos silogismo. Quanto acabamos de expor mostra com clareza a inconvertibilidade da negativa.

Uma vez isto demonstrado, suponhamos ser possível que A não se predica de nenhum B, e que se predica de todo C. Não haverá silogismo por conversão, pois já dissemos que uma premissa deste género não é convertível, e também não haverá demonstra-

ção pelo absurdo, porque afirmar que é possível B predicar-se de todo C, não origina qualquer falsidade, pois seria possível que A se predicasse de todo C, e não se predicasse de nenhum C. De um modo geral, havendo silogismo, é evidente que terá de haver uma conclusão contingente, pois nenhuma das premissas é tomada em acepção assertórica, e esta conclusão deve ser, ou afirmativa, ou negativa. Acontece que não pode ser, nem 37 b uma coisa, nem outra. Se pusermos a afirmativa, provaremos, com a ajuda de termos concretos, que o predicado não tem a possibilidade de se aplicar ao sujeito; se pusermos a negativa, provaremos que a conclusão não é contingente, mas apodítica. Admitamos, por exemplo, que A seja *branco*, B *homem* e C *cavalo*. É possível a A, isto é, branco, predicar-se de todo C e de não se predicar de nenhum B; mas não é possível a B predicar-se ou não predicar-se de C. Que não é predicável de C, eis o que é evidente, pois nenhum cavalo é homem, mas não lhe é também possível predicar-se de C, porque é necessário que nenhum cavalo seja homem; ora o necessário, como já vimos, não é contingente. Por isso, não se obtém um silogismo.

A demonstração será semelhante se operarmos uma transposição da negativa, ou se as duas premissas forem afirmativas ou negativas. A prova há-de ser feita com recurso a exemplos. E quando uma premissa for universal, e outra particular, ou quando ambas forem particulares ou indefinidas, ou forem de outro modo variável, servir-nos-emos sempre dos mesmos termos para a demonstração. Vemos, assim, que se as premissas forem contingentes, não se obterá silogismo.

18

Se uma premissa for de predicação assertórica e outra de predicação contingente, e a afirmativa for assertórica e a negativa contingente, não haverá silogismo, sejam os termos entendidos como universais ou como particulares. A demonstração é a mesma que atrás, e faz-se com recurso aos mesmos termos. Em contrapartida, quando a afirmativa é contingente, e a negativa assertórica, haverá silogismo. Suponhamos que A não se predica de nenhum B, mas que é possível predicar-se de todo C. Pela conversão da negativa, B não se dirá de nenhum A, contudo, admitíramos ser possível A predicar-se de todo C. Obtemos assim um silogismo, con-

cluindo, por meio da primeira figura, ser possível que B não se predique de nenhum C. A mesma solução vale se a negação se aplicar ao termo C, mas se ambas as premissas forem negativas, exprimindo uma a predicação assertórica e outra a não-predicação contingente, destas proposições nada se segue imediatamente; todavia, se a premissa contingente for convertida, obtemos o silogismo em que é possível a B não se dizer de nenhum C, como nos casos anteriores, uma vez voltarmos à primeira figura. Contudo, se as duas premissas forem afirmativas, não haverá silogismo. Exemplos de termos predicáveis: *saúde, animal, homem*; de não-predicação: *saúde, cavalo, homem*.

O mesmo procedimento vale para os silogismos particulares. Quando a afirmativa é assertórica, seja universal ou particular, não
38 a haverá silogismo — e a prova é feita como atrás, com a ajuda dos mesmos termos; mas quando a negativa é assertórica, haverá silogismo por conversão, como na caso precedente. Se, por sua vez, as duas relações forem negativas, e desde que a assertórica negativa seja universal, nenhuma conclusão se extrairá das premissas, mas pela conversão da premissa contingente, poderemos, como antes, obter um silogismo. Se a negativa for assertórica, mas particular, não haverá silogismo, seja a outra premissa afirmativa ou negativa; o mesmo sucede se ambas as premissas forem indefinidas, sejam elas afirmativas, negativas ou particulares. A demonstração será a mesma, e factível com os mesmos termos.

19

Se uma premissa é apodítica e outra contingente, quando a apodítica é negativa, haverá um silogismo, com uma conclusão, não somente contingente negativa, mas ainda assertórica negativa; mas quando a apodítica é afirmativa, não haverá silogismo. Ponhamos por exemplo que é necessário que A não se predique de nenhum B, mas que é possível que se predique de todo C. Se a negativa for convertida, também B não se predicará de nenhum A. Todavia, dissemos ser possível A predicar-se de todo C, logo caímos num silogismo da primeira figura, concluindo ser possível que B não se predique de nenhum C. Ao mesmo tempo é evidente que B não se predicará assertoricamente de nenhum C. Admitamos nesse caso uma predicação assertórica negativa: se é possível que A não se predique de ne-

nhum B, e como B se predica de algum C, não é possível que A se diga de algum C. Mas havíamos admitido que era predicável de todo C. Igual modo demonstrativo se segue, se a negação se referir a C.

Admitamos ainda que a premissa negativa é necessária e a outra contingente; que é possível, por exemplo, que A não se predique de nenhum B, mas que lhe é necessário predicar-se de todo C. Mediante tal disposição dos termos, não haverá silogismo, dada a possibilidade de acontecer que B não se predique necessariamente de C. Admitamos, por exemplo, que A é *branco*, B *homem*, e C *cisne*. *Branco* predica-se necessariamente de *cisne*, mas é possível que não se predique de *qualquer homem*; e é necessário que *homem* não se predique de *cisne*. Que não haja silogismo de conclusão contingente, é evidente, pois o que é necessário não é, repetimos, contingente. Portanto, também não haverá silogismo de conclusão necessária, dado que o necessário só se desprende se ambas as premissas forem necessárias ou se, pelo menos, a premissa negativa for necessária. Além disso, também se pode obter, quando os termos forem dispostos de tal modo que B se predique de C: nada obsta a que C se subordine a B, que seja possível

a A dizer-se de todo B, e que seja necessário a A dizer-se de C. Admitamos, por exemplo, que C é *estar acordado*, B *animal*, e C *movimento*: o movimento diz-se necessariamente de estar acordado, é possível dizer-se de todo o animal, e tudo o que está acordado é animal. Resulta por conseguinte claro que a conclusão não é uma assertórica negativa se, quando os termos estiverem nesta relação, a conclusão for necessariamente assertórica afirmativa. Também não podemos estabelecer afirmações opostas. Não haverá silogismo. Uma prova similar se fará quando a premissa afirmativa for objecto de transposição.

38 b

No entanto, se as premissas forem análogas na forma, quando negativas, obtemos sempre um silogismo pela conversão da premissa contingente, como indicámos atrás. Suponhamos ser necessário que A não se predique de B, mas que é possível A não se dizer de C: pela conversão das premissas, B não se predica de nenhum A, e A pode dizer-se de todo C, o que nos dá um silogismo da primeira figura; e se a negação se referir a C, a solução é idêntica. Pelo contrário, se as duas premissas forem afirmativas, não haverá silogismo. É evidente que a conclusão não será, nem assertórica nega-

tiva, nem necessária negativa, uma vez que não pusemos nenhuma premissa negativa, nem na predicação simples, nem na predicação necessária. A conclusão não será por isso contingente negativa, porque, dada esta relação dos termos, será necessário que B não se predique de C. É o caso, por exemplo, quando temos que A é *branco*, B *cisne*, e C *homem*. Não podemos concluir por afirmações opostas, pois foi demonstrado que B não se predica necessariamente de C, por isso que não se obtém qualquer silogismo.

As soluções serão as mesmas quanto aos silogismos particulares. Quando a negativa é universal e necessária, haverá sempre silogismo de conclusão ao mesmo tempo contingente e assertórica negativa, fazendo-se a demonstração por conversão; mas, se a universal e necessária for a afirmativa, não pode haver silogismo. A demonstração é análoga da relativa às proposições universais, e com a ajuda dos mesmos termos. Não há conclusão quando as premissas são ambas afirmativas, o que se pode demonstrar tal como acima, mas quando as premissas são ambas negativas, e se a premissa que indica a não-predicação for universal e necessária, das premissas tal qual são postas não se segue necessariamente qualquer conclusão, mas a

conversão da premissa contingente dará um silogismo, como nos exemplos anteriores. Se as premissas forem ambas indefinidas ou particulares, não haverá silogismo. A demonstração é tal como acima, e factível com os mesmos termos dos exemplos.

Resulta óbvio de quanto afirmámos, que, se dermos a universal negativa como necessária, obtemos sempre um silogismo, não só de conclusão contingente negativa, mas ainda de conclusão assertórica negativa; se, pelo contrário, a necessária é a afirmativa, nunca haverá silogismo. É também claro que, das relações do mesmo tipo entre os termos, tanto no caso de predicação necessária, como no caso de predicação assertórica, tanto obtemos como não obtemos um silogismo. É enfim evidente que todos estes silogismos são imperfeitos, recebendo a perfeição das figuras anteriormente indicadas. 39 a

20

Na última figura, quando as premissas são ambas contingentes, ou só uma delas é contingente, haverá silogismo. Quando as premissas exprimem a contingência, a conclusão também será contingente, e sê-lo-á também quando uma das premissas for con-

tingente, e a outra assertórica; mas quando a outra premissa for dada como necessária — se for afirmativa, a conclusão não será, nem necessária, nem assertórica; e se for negativa, haverá silogismo de conclusão assertórica negativa, como anteriormente. Importa considerar, na mesma anterior acepção, o contingente contido nas conclusões.

Suponhamos antes de mais as premissas contingentes, em que é possível que A se predique de todo C. Como a afirmativa se converte parcialmente, e como é possível que B se predique de todo C, também será possível que C se predique de qualquer B, por conseguinte, sendo possível que A se predique de todo C, e C de qualquer B, é possível também que A se predique de qualquer B. Obtemos assim a primeira figura. E sendo possível que A não se predique de nenhum C, e se B se predica de todo C, segue-se necessariamente ser possível que A não se predique de qualquer B. Voltaremos à primeira figura, mediante conversão, mas se as premissas forem ambas negativas, destas proposições não sairá nenhuma consequência necessária, enquanto que pela conversão das premissas teremos um silogismo, tal como nos casos anteriores. Na verdade, sendo possível que A e B não se prediquem de C,

substituindo as contingentes negativas, obteremos ainda a primeira figura por conversão.

Se um dos termos for universal, e o outro particular, haverá ou não haverá silogismo segundo a mesma relação dos termos, como sucede nas proposições assertóricas. Suponhamos ser possível que A se predica de todo C, e B de algum C. Cairemos na primeira figura por conversão da premissa particular; se é possível que A se predique de todo C, e C de algum B, A poderá também predicar-se de algum B. E se o universal estiver em BC, o mesmo se dará. Mais ainda, se a premissa AC for negativa, e a premissa BC afirmativa, teremos de novo por conversão a primeira figura. Pelo contrário, se ambas as premissas forem negativas, sendo uma universal e outra particular, das premissas assim dadas não se extrairá silogismo, 39 b mas se as convertermos, haverá silogismo, como nos casos anteriores.

Quando as premissas são ambas indefinidas ou particulares, não haverá silogismo, porque A deve necessariamente predicar-se de todo B, e também não se predicar necessariamente de todo B. Exemplos de termos predicáveis: *animal, homem, branco;* de não predicáveis: *cavalo, homem, branco.* O termo médio é branco.

21

Se uma das premissas for de predicação assertórica, e a outra contingente, a conclusão será contingente e não assertórica, e haverá silogismo conforme as mesmas relações de termos dos casos precedentes. Admitamos, em primeiro lugar, que os termos são afirmativos e que A se predica de todo C, enquanto é possível que B não se predique de todo C. Pela conversão das premissas BC teremos a primeira figura, sendo a conclusão que é possível que A se predique de algum B. Quando uma das premissas, na primeira figura, exprime a contingência, dissemos que a conclusão é contingente. A mesma é a conclusão se a premissa BC for assertórica, e a premissa AC contingente, ou se a premissa AC for negativa, e a premissa BC afirmativa, seja qual delas for a assertórica. Tanto num como noutro caso, a conclusão será contingente. Obtemos sempre a primeira figura, e demonstrámos que, nesta figura, se uma das premissas exprimir a contingência, a conclusão será também contingente. Se aplicarmos a negação ao termo menor, ou se as duas premissas forem negativas, as premissas assim dadas não podem levar a

um silogismo, mas se as convertermos haverá silogismo, tal como nos exemplos precedentes.

Se uma das premissas for universal e outra particular, então, sendo ambas afirmativas, ou se a negativa for universal e a afirmativa particular, teremos o mesmo modo de silogismo, pois todos serão perfeitos, mediante a primeira figura. É neste caso evidente haver silogismo de conclusão contingente, e não de conclusão assertórica. Mas se a afirmativa for universal, e a negativa particular, a demonstração far-se-á por absurdo. Suponhamos que B se predica de todo C, e que é possível A não se predicar de qualquer C. Segue-se necessariamente que é possível a A não se predicar de qualquer B. De facto, se A se predica necessariamente de todo B, e se B for dado como predicável de todo C, logo A será predicável necessariamente de todo C, como aliás demonstrámos antes. Ora, tínhamos suposto a possibilidade de A não se predicar de qualquer C. Quando as premissas são ambas, ou indefinidas, ou particulares, não haverá silogismo. A demonstração é a mesma da proporcionada para o caso das universais, sendo factível mediante os mesmos termos. 40 a

22

Se uma das premissas for necessária e a outra contingente, sendo os termos afirmativos, haverá sempre silogismo de conclusão contingente. Mas quando uma das premissas é afirmativa e outra negativa, se a afirmativa for necessária, a conclusão será contingente negativa; se for a negativa, a conclusão será ao mesmo tempo contingente negativa e assertórica negativa. Mas não haverá silogismo de conclusão necessária negativa, tal como nas demais figuras.

Suponhamos que os termos são afirmativos e que A se predica necessariamente de todo C, e que B é predicável de todo C. Por conseguinte, como todo A se predica de C e como todo C se predica de algum B, A predicar-se-á de algum B de um modo contingente, não assertórico, pois era este o resultado obtido na primeira figura. A demonstração será análoga, caso a premissa BC seja proposta como necessária, e a premissa AC como contingente. Conjecturemos agora uma premissa afirmativa e outra negativa, em que a afirmativa é necessária, em que, por exemplo, é possível A não se predicar de nenhum C e é necessário B predicar-se de todo C. Voltaremos à primeira figura, e,

como é evidente a conclusão é contingente porque, quando as premissas se dispõem desta forma na primeira figura, e conforme já dissemos, a conclusão era contingente. Contudo, se a premissa negativa for necessária, teremos uma conclusão não somente contingente particular negativa, mas assertiva particular negativa. Suponhamos que é necessário que A não se predique de C, e que é possível B dizer-se de todo C. Mediante a conversão da premissa afirmativa BC teremos a primeira figura, e a premissa negativa é necessária. Ora, quando as premissas se dispõem nesta ordem, já vimos que se concluía simultaneamente que A podia não ser predicável de algum C e que A não se dizia assertoricamente de algum C, por conseguinte, segue-se necessariamente que A não se predica assertoricamente de algum B, mas quando a negação se aplica ao termo menor, se a premissa assim obtida for contingente, haverá lugar a silogismo por mudança da premissa, como nos casos referidos; pelo contrário, se a premissa for necessária, não haverá silogismo, sendo a conclusão, indiferentemente, ou uma necessária universal afirmativa ou uma necessária universal negativa. Exemplos de termos para predicação universal: *sono*, *cavalo dormente*, *homem*; de não

predicação universal: *sono, cavalo acordado, homem.*

Resultados similares podem obter-se se um dos termos for junto universalmente, e outro particularmente, ao termo médio. Se as premissas foram ambas afirmativas, haverá 40 b silogismo de conclusão contingente, não de conclusão problemática, e a mesma solução se verificará se tomarmos uma premissa negativa e outra afirmativa, sendo a afirmativa necessária; mas quando a necessária é a negativa, a conclusão também será assertórica negativa; o modo da prova será o mesmo, sejam os termos universais ou não-universais. É necessário que estes silogismos se tornem perfeitos mediante a primeira figura, de modo que o que acontece necessariamente nos silogismos da primeira figura se produz também nos silogismos da terceira figura. Todavia, quando a negação, assumida universalmente, está junta ao termo menor, se for contingente, teremos silogismo por conversão —, mas se não for necessária, não haverá silogismo. A demonstração faz-se do mesmo modo, próprio dos universais, e com o recurso aos mesmos termos.

Verificamos também quando e como, nesta figura, haverá silogismo, e quando a conclusão é contingente e quando é assertórica. É evidente, afinal, que todos estes silogismos são imperfeitos e que recebem a perfeição da primeira figura.

23

Segundo a análise efectuada, é óbvio que os silogismos destas figuras se tornam perfeitos mediante os silogismos universais da primeira figura, a estes sendo redutíveis, e que todo o silogismo se comporta de modo análogo, tudo isto sendo evidente, desde que tenhamos demonstrado como todo o silogismo é consituído por uma destas figuras.

Toda a demonstração e todo o silogismo provam necessariamente uma predicação ou uma não-predicação de um sujeito, seja na acepção universal, seja na acepção particular, seja a demonstração efectuada de modo directo ou de modo hipotético, e a redução pelo absurdo é parte da demonstração pela hipótese. Falemos antes de mais dos silogismos de demonstração directa: o que definirmos acerca deles esclarecerá o que se refere aos silogismos demonstrados por absurdo ou, de um modo geral, aos silogismos demonstrados por hipótese[33].

Se tivermos de concluir silogisticamente que A se predica ou não predica de B, é neces-

sário supor uma predicação qualquer de um sujeito qualquer. Por conseguinte, supondo que A se diz de B, teremos aí uma petição de princípio, mas se A for dito de C, e se C não for dito de nenhum outro termo, nem outro termo de C, nem outro termo de A, nesse caso, não obteremos qualquer silogismo. A predicação de uma coisa a uma outra coisa não acarreta uma consequência necessária, sendo por isso necessário tomar outra premissa. Se, portanto, A for dito de outro termo, ou outro termo for dito de A, ou um outro termo de C, nada obsta à existência de um silogismo, o qual, todavia, não concluirá qualquer relação a B, em vista das premissas aduzidas. Assim também, quando C se diz de algum outro termo, e este de outro ainda, e assim sucessivamente, sem que algum destes termos se diga de B, também não haverá

41 a silogismo conclusivo de uma relação a B, porque, conforme já dissemos, de um modo geral, não pode haver um silogismo que predique uma coisa da outra, sem a presença de um termo médio que seja, de alguma forma, relacionado pelas predicações com cada termo. O silogismo é constituído por premissas, mas o silogismo que estabelece uma relação com tal sujeito, parte de premissas aduzindo uma relação para este sujeito, e o

silogismo que estabelece uma relação de tal predicado a tal sujeito, de premissas nas quais o predicado se relaciona com este sujeito. No entanto, é impossível assumir uma premissa aduzindo uma relação com B, sem nada afirmar, ou sem nada negar; ou ainda, uma premissa estabelecendo uma relação de A com B, não apresentando qualquer predicado comum mas afirmando ou negando a cada termo os predicados que lhes são próprios. Daqui resulta necessário um termo intermédio entre os dois, que garantirá a ligação dos predicados, caso desejemos obter um silogismo que defina uma relação de tal predicado a tal sujeito. Se, por conseguinte, for necessário aduzir algo de comum aos dois termos, e se tal for possível de três modos (ou predicando A de C e C de B ou C de ambos, ou os outros dois de C), que equivalem às figuras já mencionadas, é óbvio que todo o silogismo deriva necessariamente de uma destas figuras. O juízo é idêntico se a relação com B se fizer através de vários termos médios, porque aí teremos a mesma figura, mesmo no caso de pluralidade de termos médios.

Que os silogismos de demonstração directa se constroem com as figuras já mencionadas, eis o que é óbvio, e que o mesmo ocorra com os silogismos demonstrados pelo

absurdo, também é evidente, em virtude das considerações seguintes. Sempre que efectuamos um raciocínio pelo absurdo, concluímos o falso por silogismo, mas a proposição inicial a demonstrar é provada por hipótese, quando uma impossibilidade resulta da proposição contraditória. Prova-se, por exemplo, a incomensurabilidade da diagonal, pela razão de que os números ímpares se tornariam iguais aos números pares, se a diagonal fosse aduzida como comensurável. Extraímos a conclusão de que os números ímpares se tornam iguais aos números pares, e prova-se a incomensurabilidade da diagonal, pelo que da proposição contraditória se extrai uma conclusão falsa. Assim se apresenta o raciocínio pelo absurdo, que consiste em provar a impossibilidade de uma coisa por meio da hipótese concedida na origem. Por conseguinte, como o falso, nas reduções ao absurdo, se obtém por um silogismo de demonstração directa, e como a proposição inicial é provada hipoteticamente, e como já definimos anteriormente que os silogismos de demonstração directa se efectuam por figuras, é óbvio que os silogismos de redução pelo absurdo também se efectuarão por estas figuras. A solução é a mesma para todos os demais silogismos hipotéticos. Em todos

estes casos o silogismo refere-se à proposição inicial, mas esta obtém-se ou por concessão, ou por qualquer outra hipótese. Se tudo isto for verdadeiro, toda a demonstração e todo o silogismo devem necessariamente produzir-se através das três figuras indicadas. E uma vez demonstrado este caso, é óbvio que todo o silogismo se torna perfeito mediante a primeira figura, sendo redutível aos silogismos universais desta figura.

41 b

24

Além disso, em todos os silogismos, requere-se que um dos termos seja afirmativo[34], e que haja uma predicação universal. Sem o universal, ou não haverá silogismo, ou este não será relativo à questão aduzida, ou não será mais do que uma petição de princípio. Admitamos que nos incumbe demonstrar que o prazer da música é honesto. Se aduzirmos que o prazer é honesto sem acrescentar *todo*, não haverá silogismo, se professarmos que qualquer prazer é honesto, ou que um outro prazer, que não o da música, e nesse caso a conclusão nada tem a ver com a questão aduzida; ou então este prazer é a música e há uma petição de princípio. Ainda podemos dar-nos conta deste caso nas figu-

ras geométricas, para afirmar, por exemplo, que os ângulos da base de um triângulo isósceles são iguais[35]. Suponhamos que as linhas A e B são traçadas até ao centro de uma circunferência. Se tomarmos o ângulo A+C igual ao ângulo B+D sem aduzir que os ângulos inscritos nos semicírculos são iguais, se, por sua vez, tomarmos o ângulo C como sendo igual ao ângulo D, sem aduzir a igualdade de todos os ângulos inscritos no mesmo segmento de círculo, se, enfim, aduzirmos que os ângulos iguais restam da totalidade dos ângulos, os ângulos restantes, E e F, são iguais, cometeremos uma petição de princípio, a menos que admitamos o princípio de que quantidades iguais que restam de quantidades iguais, são iguais.

Verificamos então que em todo o silogismo tem de haver predicação universal, e que o universal só se demonstra a partir de termos universais, enquanto o particular tanto se demonstra por este último modo como pelo primeiro. Por conseguinte, se a conclusão for universal, os termos serão necessários universais, mas se os termos forem universais pode a conclusão não ser universal. É também óbvio que em todo o silogismo, sejam ambas as premissas, seja uma delas, é necessariamente semelhante à con-

clusão, quero dizer: não que sejam meramente semelhantes no serem afirmativas ou negativas, mas também no serem necessárias, assertóricas ou contingentes. Também importa levar em linha de conta, de um modo geral, quando haverá e quando não haverá silogismo, quando o silogismo é válido e quando é perfeito, e quando, havendo silogismo, os termos devem estar dispostos segundo um dos modos já indicados.

25

É também claro que toda a demonstração se realiza mediante três termos e não mais, ainda que a mesma conclusão se obtenha mediante diferentes combinações de termos, por exemplo, a conclusão E pode obter-se mediante as proposições A e B, e pelas proposições C e D, ou pelas proposições A e B, ou A e C, ou B e C. Nada obsta a que haja vários meios para obter as mesmas conclusões. No entanto, neste caso, temos, não um silogismo, mas vários silogismos. É o que ocorre quando cada uma das premissas A e B é obtida em si mesma por silogismo, por exemplo, A por meio de D e de E, e, por sua vez, B por meio de F e de G. Uma destas proposições pode ainda ser o resultado de

42 a

uma indução, e a outra de um silogismo. Ainda aqui, porém, haverá pluralidade de silogismos, porque há pluralidade de conclusões, a saber A, B e C. Caso queiramos que não haja, no caso vertente, pluralidade de silogismos, mas apenas um único silogismo, podemos não obstante obter a mesma conclusão através de mais de três termos, mas não o poderemos fazer de tal modo que C resulte de A e de B. Suponhamos que E seja concluído das proposições ABCD. Torna-se necessário que uma destas seja assumida relativamente a uma outra como o todo em relação à parte, porque já mostrámos acima que, onde houver silogismo, certos termos têm de guardar esta relação entre si. Admitamos a proposição A nesta relação com a proposição B. Há uma conclusão a extrair, e que não pode ser outra que a proposição E, ou uma ou outra das proposições C e D, ou outra, enfim, destas diferentes. Se a conclusão for E, é a partir das premissas A e B que o silogismo se constituirá, mas se as proposições C e D estiverem numa relação tal, que uma é o todo e outra a parte, delas se extrairá igualmente uma conclusão — que será, ou a proposição E, ou uma das proposições A e B, ou uma ou outra, diferente daquelas. E se for E, ou A, ou B, ou há-de

haver pluralidade de silogismos, ou sucede que a mesma coisa é concluída através de vários termos, na acepção que já indicámos como possível. Apesar disso, se a conclusão for diferente destas proposições, teremos vários silogismos, sem relação uns com os outros. E caso C não esteja em relação a D de modo a produzir um silogismo, as proposições terão sido aduzidas em vão, a menos que se haja tido em vista uma indução, ou uma dissimulação, ou qualquer outro efeito deste género. Mas, se as proposições A e B não derem por resultado E, mas alguma outra conclusão, e se de C e de D extrairmos uma das duas proposições A ou B, ou outra que não estas, nesse caso obteremos vários silogismos sem relação com o sujeito, uma vez termos estabelecido que o silogismo demonstrava E. Caso nenhuma conclusão se extraia de C e D, sucede que estas proposições foram aduzidas em vão, e que o silogismo não prova a tese proposta no início. Resulta manifesto que toda a demonstração, todo o silogismo, se constrói somente mediante três termos.

Esclarecido este aspecto, torna-se evidente que uma conclusão depende de duas premissas e não de maior número de premissas, porque três termos perfazem duas

premissas, a menos que se junte uma nova, tal como dissemos no início, para se tornarem os silogismos perfeitos. Vemos, assim, que em todo o argumento silogístico em que as premissas das quais decorre a conclusão principal, porque algumas das conclusões precedentes são necessariamente premissas, não forem em número par, tal argumento ou não foi obtido por dedução silogística ou envolveu mais questões do que as necessárias à demonstração da tese.

42 b Se consideramos os silogismos quanto às premissas, todo o silogismo constará de um número par de premissas e de um número ímpar de termos, porque o número de termos é sempre de mais um do que o número de premissas, e o número de conclusões será o de metade das premissas. Mas quando se obtém uma conclusão através de prossilogismos, ou através de vários termos médios contíguos, por exemplo, a proposição AB mediante os termos C e D, o número de termos será parelhamente superior em uma unidade ao das premissas, porque o termo que se acha junto será colocado fora ou dentro[36] — tanto num caso como noutro, acontece que o número de relações é inferior em um ao dos termos, e o número das premissas será igual ao das relações. As premissas não

serão sempre pares e os termos ímpares, mas, em alternância, quando as premissas são pares, os termos são ímpares, e, quando os termos são pares, as premissas são ímpares. Com efeito, junta-se uma premissa ao mesmo tempo que se junta um termo, pois onde se junta um termo junta-se também uma premissa. Daqui resulta que, sendo as premissas em número par e os termos em número ímpar, temos de os tornar alternadamente pares e ímpares em cada adição. Em contrapartida, as conclusões não obedecem à mesma regra, nem quanto aos termos, nem quanto às premissas. Quando se adiciona um termo, o número de conclusões aditadas será inferior em um ao dos termos precedentes, pois é somente em relação ao último termo que não há conclusão, mas há uma conclusão relativamente a todos os demais, se, por exemplo, a ABC aditar o termo D, duas conclusões são por isso mesmo adicionadas, uma em relação a A, a outra em relação a B. A regra é a mesma para todas as demais adições. E se o termo for colocado como intermédio, acontecerá o mesmo, pois só em relação a um termo não fará silogismo. As conclusões serão mais numerosas do que os termos ou do que as premissas.

26

Uma vez que já conhecemos os sujeitos dos silogismos, a natureza da conclusão obtida em cada uma das figuras, e quantos os modos, vemos também que espécie de problema é de solução difícil ou fácil. O que se conclui mediante várias figuras e vários modos é de mais fácil demonstração, enquanto o que se conclui mediante um pequeno número de figuras e de modos é mais difícil. A universal afirmativa demonstra-se somente pela primeira figura, e, mediante esta figura, de um único modo. A universal negativa demonstra-se simultaneamente através da primeira e da segunda figuras; mediante a primeira, através de um único modo e mediante a segunda, através de dois modos. A particular afirmativa demonstra-se pela primeira e pela última figuras, através de um único modo, se pela primeira, ou de três modos, mediante a última. Enfim, a particular negativa demonstra-se em todas as figuras, mas na primeira de um só modo, na segunda de dois modos, na terceira por três modos.

43 a Torna-se evidente que a universal afirmativa é a de mais difícil enunciação e a de mais fácil refutação[37]. A refutação das universais é mais fácil do que a refutação das particulares, porque a universal afirmativa é refutada tanto pela universal negativa como pela particular negativa. Ora, a particular negativa demonstra-se em todas as figuras, e a universal negativa em duas, o mesmo ocorrendo com as universais negativas, porque a proposição inicial é refutável, tanto pela universal afirmativa como pela particular afirmativa, e já vimos que a universal negativa se encontrava em duas figuras. Em contrapartida, as particulares só são refutáveis de um único modo, mediante a demonstração da universal afirmativa, ou da universal afirmativa, ou da universal negativa. As particulares são de mais fácil enunciação, porque a demonstração é possível num maior número de figuras e mediante maior número de modos e, de uma forma geral, convém não esquecer a possibilidade de refutação das proposições uma mediante a outra, as universais mediante as particulares, e as particulares mediante as universais. Pelo contrário, não é possível enunciar as universais através das particulares, ainda que as últimas sejam enunciáveis mediante as primeiras. Ao mesmo tempo, a refutação é mais fácil do que a enunciação.

27

Importa referir de que modo podemos encontrar sempre em abundância os silogismos em vista da questão proposta, e por que modo atingiremos os princípios relativos a cada questão, uma vez que, além de termos de conhecer o modo pelo qual os silogismos se produzem, temos de saber construí-los[38].

De tudo quanto há, temos coisas que são de uma natureza tal que não podem ser afirmadas universalmente de outra coisa, por exemplo, Cléon e Cálias, ou dito de outro modo, o singular e o sensível, enquanto há outras coisas que são predicáveis por outras, uma vez que cada um destes singulares é ao mesmo tempo homem e animal. Outras coisas são em si mesmas predicáveis de outras, enquanto que delas nada se predica previamente; outras, por fim, são ditas de outras, e têm outras que se predicam delas, por exemplo, *homem*, de Cálias, e *animal*, de *homem*. Algumas não são naturalmente predicáveis de qualquer outra, em virtude da sua natureza, como é evidente: podemos afirmar que todo o sensível é tal que se não predica de qualquer outra coisa, a não ser por acidente, como, por exemplo, em dizermos que *este branco é Sócrates* ou *o que se*

aproxima é Cálias. Por outro lado, também explicaremos que a ascensão da predicação tem um limite, mas por agora limitemo-nos a definir o que se segue. Destes últimos predicados não é possível demonstrar outro predicado, salvo a título de mera opinião[39], mas podem ser predicados de outros sujeitos. Os indivíduos também não podem ser predicados de outras coisas, enquanto há coisas que podem ser predicadas dos indivíduos. Quanto aos termos intermédios, podem ser afirmados de dois modos, podem em si mesmos ser ditos de outros termos e outros termos podem ser ditos deles, e quase todos os argumentos e todas as indagações se lhes referem.

43b Cumpre-nos escolher as premissas relativas a cada problema do modo seguinte: antes de mais importa determinar o sujeito, as definições e todas as propriedades da coisa, a seguir, todos os predicados que derivam logicamente do sujeito, e, por sua vez, todos os predicados dos quais o sujeito em si mesmo é consequência e, por fim, os predicados não predicáveis do sujeito. Mas esses aos quais o sujeito não se liga, não devem ser considerados à parte, em virtude da convertibilidade da negativa. Entre os consequentes convém distinguir os que são

da essência do sujeito, os que dele se predicam a título de propriedade, e, por fim, os que dele se predicam por acidente, e entre estes convém distinguir os que são supostos dos que são reais no sujeito. Quanto maior for o número destes últimos mais fácil é chegar a uma conclusão, e quantos mais predicados apreendermos fundados no real mais perfeita será a demonstração. Todavia, cumpre escolher não os consequentes de um particular, mas os que dependem da coisa na na sua totalidade, por exemplo, não o consequente de homem singular, mas o de homem universal, pois o silogismo procede de premissas universais. Se a proposição for indefinida, não entenderemos se a premissa é universal, enquanto que se a proposição for determinada, logo nos aperceberemos se é ou não universal. Do mesmo modo, é na totalidade que cumpre escolher os antecedentes do sujeito, pela mesma causa já indicada. Quanto ao consequente em si mesmo, não o podemos tomar como dependente, na totalidade, da coisa, pois não é lícito afirmar, por exemplo, que todo o animal é consequente de homem, nem que toda a sabedoria é consequente de música. O consequente deriva sem qualificação, ao modo de como procedemos numa proposição; a outra pro-

posição é inútil e impossível, por exemplo, todo homem é todo animal, ou que a justiça é todo o bem, mas é esse, cujo predicado é consequente, que recebe a característica de *todo*. Quando o sujeito, cujos consequentes temos de apreender, se acha contido em uma outra noção, não é necessário que os consequentes, afirmativos ou negativos, do termo geral estejam compreendidos entre os consequentes do sujeito, porque os predicados já foram compreendidos entre os consequentes da noção superior, uma vez que o que deriva de animal deriva também de homem, e quanto ao que é propriedade do animal o mesmo acontece, pelo que importa apreender os consequentes de cada sujeito. Alguns predicados são próprios da espécie, ainda que o não sejam do género, sendo necessário que certos predicados próprios se digam das espécies, enquanto distintas do género. Também não é necessário seleccionar para antecedentes da noção geral os antecedentes da noção que ela envolve, por exemplo, tomar como antecedente de animal o que na verdade é antecedente de homem, porque se animal é consequente de homem, também é consequente de todas as coisas das quais homem em si mesmo é consequente. Contudo, estas per-

tencem antes de mais à selecção de conceitos, que são associados ao termo homem. Também cumpre anotar o que se produz de modo constante, tanto para os consequentes como para os antecedentes. As conclusões relativas a factos constantes precedem também de silogismos cujas premissas, todas ou por menos algumas, são relativas a factos constantes, porque, em todo o silogismo, a conclusão é análoga às premissas iniciais. Enfim, não é necessário tomar todos os predicados consequentes de todos os termos, porque a partir de tais premissas não se construiria silogismo. Quanto à razão disto, é um aspecto que esclareceremos a seguir.

28

Quando se pretende estabelecer que um predicado inere a um termo universal, é necessário olhar, por um lado, para os sujeitos do predicado a enunciar e acerca dos quais ele mesmo é afirmado; e, por outro lado, para os predicados que são consequência acerca do que algo é afirmável. Se um destes sujeitos se identificar com um destes predicados, obtemos necessariamente a predicação de um dos termos a outro, mas se nos interessa definir que um predicado se diz,

não de um termo universal, mas de um termo particular, importa considerar os antecedentes de ambos os termos. Se um destes 44a antecedentes for idêntico ao outro, obtemos uma predicação necessária particular. Quando um termo não se predica de nenhum outro termo universal, importa considerar os consequentes disso a que o predicado se não atribui, e os predicados que são impossíveis de inerir ao que não se deve predicar do sujeito; ou, inversamente, por um lado, os predicados que estão na impossibilidade de ser inerentes ao que não se predica do sujeito e, por outro lado, os consequentes do que não se deve atribuir ao sujeito, pois, tanto num caso como em outro, se estes termos forem idênticos, chegamos a uma conclusão negativa universal, porque tanto obtemos o silogismo da primeira figura, como o silogismo da segunda figura. Se pretendemos definir uma predicação particular negativa, é preciso ver, por um lado, os antecedentes disso de que o predicado não se diz e, por outro lado, os predicados que não podem predicar-se do que se predica do sujeito. Se um destes termos for o mesmo que um outro, daí resulta necessariamente uma predicação particular negativa. Talvez, quanto acabamos de dizer, se torne mais claro se o dissermos

do seguinte modo. Suponhamos que os consequentes de A estão designados por B, que os seus antecedentes estão designados por C, e que os predicados não predicáveis de A estão designados por D; suponhamos ainda que os predicados de E estão designados por F, os antecedentes por G e que os predicados não predicáveis de E, por H. Se qualquer C for idêntico a qualquer F, A deve predicar-se de todos os E, uma vez que F se predica de todos os E e C se predica de todos os A, de modo que A se predica de todos os E. Se C e G são idênticos, é necessário que A se predique de algum E, porque A é consequente de C e E é consequente de todo o G. Caso F e D sejam idênticos por causa de um prossilogismo, A não se predicará de nenhum, pois a proposição negativa é convertível e sendo F idêntico a D, A não se predicará de nenhum F, mas F predica-se de todos os E. Se B e H forem idênticos, A não se predicará de nenhum E, porque B se predicará de todo A, mas não se predicará de nenhum E, pois já dissemos que B era idêntico a H e que H não se predica de nenhum E. Se D e G forem idênticos, A não se predicará de alguns E, pois não se predicará de G na mesma medida em que não se predicará de D. Pois bem, G subordina-se a E, de modo que A não se predicará de alguns E. Se B for idêntico a G teremos um silogismo de conclusão por conversão, porque E se predicará de todo A, uma vez que B se predica de A, e E de B, já que, segundo dissemos, B era idêntico a todo G. Não se infere necessariamente que qualquer A se predique de todo E, ainda que se predique de alguns, porque é possível converter a predicação universal em predicação particular.

Vemos então que em todos os problemas cumpre considerar as relações acima mencionadas, pois delas procedem todos os silogismos, mas também é preciso, no que se refere aos antecedentes e aos consequentes de cada termo, considerar os que são primeiros e universais, por exemplo, no caso de E importa considerar KF antes de simplesmente F e, no caso de A importa considerar KC em vez de simplesmente C, pois se A se predica de KF, também se predicará de ambos, de F e de E, e não sendo consequente do último pode, não obstante, ser consequente de F. De modo análogo, cumpre considerar os antecedentes do próprio A, pois, se for um consequente dos primeiros antecedentes, o mesmo se verificará com os termos subordinados, mas se não for con- 44b

sequente do primeiro, ainda o pode ser do último.

Torna-se evidente também que esta pesquisa se efectua mediante três termos e duas premissas, e que todos os silogismos procedem destas figuras que descrevemos. Demonstrámos que A se predica de todo E quando se toma um termo idêntico entre C e F. Se este termo idêntico for o termo médio e os extremos forem A e E, obteremos a primeira figura. A predica-se de alguns E quando C e G se consideram idênticos, pelo que obtemos simultaneamente a primeira e a segunda figuras. A primeira, porque A não se predica de nenhum F, uma vez que seja exacto que a negativa é convertível e que F se predica de todo E; a segunda, porque D não se predica de nenhum A e se predica de todo E; e A não se predicará de qualquer E, quando D e G forem idênticos, pelo que, assim, obtemos a última figura, porque A não se predica de nenhum G e A predicar-se-á de todo G. Vemos então que todos os silogismos procedem das figuras acima estudadas, e que não podemos extrair consequentes de todos os termos, pois daí não procede qualquer silogismo. Já vimos que não há modo absoluto de estabelecer uma proposição baseada nos consequentes,

e não podemos refutar uma proposição mediante o consequente de todos os termos, porque o termo médio, podendo aplicar-se a um, pode não se aplicar ao outro. Temos ainda que os outros modos de escolher os termos médios são inúteis à produção de um silogismo, por exemplo, se os consequentes de cada termo forem idênticos, ou se os antecedentes de A forem idênticos aos predicados que não se podem dizer de E, ou se os predicados que não se dizem, nem de um, nem de outro termo, forem idênticos; através destes termos não se obtém silogismo. Se os consequentes forem idênticos, por exemplo B e F, obteremos a segunda figura com premissas afirmativas; se os antecedentes de A forem idênticos aos predicados que não se podem dizer de E, por exemplo, C e H, teremos a primeira figura, cuja premissa relativa ao termo menor será negativa; e se os predicados que não se podem dizer, nem de um, nem de outro termo forem idênticos, por exemplo D e H, ambas as premissas serão negativas, seja na primeira, seja na segunda figura, mas deste modo nenhum silogismo será possível.

É também óbvio que importa descobrir quais são os termos idênticos e não os que são diferentes ou contrários, em primeiro

lugar, porque é em vista do termo médio que a nossa dedução se efectua, e o termo médio a adoptar não deve padecer de diversidade, mas ser um e o mesmo. A seguir, em todos
45 a os casos em que suceda que o silogismo resulte de termos assumidos como contrários, isto é, de termos que não se predicam do mesmo sujeito, poderá haver sempre redução aos modos já estudados, por exemplo, se B e F forem contrários, se não forem predicáveis do mesmo sujeito. Tomando estes termos, teremos deveras um silogismo concluindo que A não se predica de nenhum E; mas esta conclusão não se extrai das premissas propostas, mas do modo anteriormente indicado, porque B se dirá de todo A, mas não se dirá de nenhum E, de modo que necessariamente B deve ser idêntico a qualquer H. Se, por sua vez, B e G não se disserem do mesmo sujeito, segue-se que A não se dirá de qualquer E. Ainda deste modo, obteremos a segunda figura, pois B se dirá de todo A e não se dirá de qualquer E. Por conseguinte, B é necessariamente idêntico a algum H, porque não há qualquer diferença entre dizer que B e G não se dizem do mesmo sujeito, e dizer que B é idêntico a qualquer H, já que em H compreendemos tudo quanto não se predica de E. Vemos assim

que estes métodos não dão só por si qualquer silogismo. Mas se B e F forem contrários, não haverá necessariamente identidade entre B e qualquer H, e que o silogismo procede destes últimos termos. Ao querermos investigar os termos deste modo, não conseguimos mais do que orientar a nossa atenção para outra via que não a necessária, por descuidarmos a identidade que há entre B e H.

29

Os silogismos de redução ao impossível obedecem às mesmas regras dos silogismos ostensivos[40], porque também eles são constituídos pelos consequentes e pelos antecedentes dos termos maior e menor. O método de dedução é o mesmo em ambos os casos: o que se demonstra por modo ostensivo pode também ser objecto de um silogismo por absurdo, por meio dos mesmos termos, e, reciprocamente, o que se demonstra pelo absurdo também o pode ser por demonstração ostensiva, por exemplo: que A não se predica de nenhum E. Admitamos que A se predica de alguns E; como B se diz de todo A, e como A se diz de algum E, B dir-se-á de algum E. Mas já admitimos que não

se predica de nenhum E. Podemos ainda provar que A se predica de algum E. Se A se não predicar de nenhum E, e como E se diz de todo G, A não se dirá de nenhum G; mas já admitimos que A se predicava de todo G. O mesmo ocorre nos demais problemas, porque sempre, e em todos os casos, a prova pelo absurdo será feita a partir dos consequentes e dos antecedentes de cada termo. E seja em que problema for, o método é sempre o mesmo, tanto para o silogismo ostensivo como para o de redução ao absurdo, pois ambas as demonstrações procedem dos mesmos termos. Por exemplo, se ficou demonstrado que A não se predica de nenhum E porque daí resultaria que B se predicava de algum E, o que se torna impossível; e se admitimos que B não se predica de nenhum E mas que se predica de todo A, torna-se evidente que A não se dirá
45 b de nenhum E. Se na inversa ficou provado por demonstração ostensiva que A não se diz de nenhum E, supondo que A se predica de algum E, provaremos por absurdo que não se diz de nenhum E. O mesmo acontece nos restantes casos. Todavia, é indispensável assumir um termo comum, distinto dos anteriormente propostos, ao qual se refira o silogismo que prove a falsa conclusão, de tal

modo que, se esta premissa for convertida, e a outra ficar na mesma, o silogismo será ostensivo através dos mesmos termos. A diferença entre o silogismo demonstrativo ou ostensivo e o silogismo de redução ao absurdo é a de que, no silogismo ostensivo, as premissas são ambas propostas em conformidade com a verdade, enquanto, no silogismo de redução ao absurdo, uma é posta como sendo falsa.

Estas observações resultarão mais evidentes quando tratarmos do absurdo. De momento, baste-nos ver que temos de considerar os mesmos termos, quer desejemos fazer demonstração ostensiva, ou demonstração por absurdo.

No caso dos demais silogismos hipotéticos, isto é, desses que procedem por substituição ou por qualificação, a investigação far-se-á pelos sujeitos que devem ser, não os últimos, mas os originais, que foram substituídos, e o método de dedução será o mesmo. Mas cumpre-nos considerar e determinar os diversos tipos de silogismos hipotéticos.

A demonstração de todas estas proposições far-se-á como indicámos, mas há ainda outro modo de demonstrar através de silogismo algumas de entre elas. Podemos demonstrar, por exemplo, as proposições uni-

versais, procurando uma conclusão particular, com ajuda de uma hipótese. Se C e G forem idênticos, e E se predicar apenas de G, segue-se que A se predicará de todos os E; e se, por sua vez, os D e os G forem idênticos e que E só se predicasse dos G, daí resultaria que A não se predicaria de nenhum E. Vemos também que cumpre considerar os problemas deste ponto de vista. Análogo método é aplicável ao necessário e ao contingente. A pesquisa será a mesma, sendo pelos mesmos termos, dispostos segundo a mesma ordem, que o silogismo procede, seja ele de conclusão contingente ou de conclusão assertórica. E nos casos de relações inerentes ao contingente, importa tomar também os termos que, mesmo não se predicando do sujeito, podem dele ser predicáveis, pois demonstrámos ser destes termos que procede o silogismo relativo ao contingente. O mesmo acontecerá com os outros modos de predicação. De quanto acabamos de dizer parece não somente que todos os silogismos podem ser construídos por esta via, mas também que não podem ser construídos de outro modo. Demonstrámos que todo o silogismo é formado por uma das figuras que descrevemos, e que estas não podem ser construídas por outros elementos

que não sejam os consequentes e os antecedentes de cada termo. É destes termos que derivam as premissas e o termo médio, por conseguinte, um silogismo não pode ser construído senão com estes termos. 46a

30

O método é o mesmo em todas as artes, tanto em filosofia como não importa em qualquer outra arte ou disciplina [41]. Convém procurar os predicados e os sujeitos de cada um dos termos, obter o maior número possível de predicados e de sujeitos, e considerá-los mediante os três termos, tanto de um modo como de outro, quer se trate de refutação ou de demonstração e, quando o raciocínio tiver por objecto a verdade, partir de premissas em que os termos estejam dispostos, de modo a formar uma predicação conforme à verdade, enquanto que, nos silogismos dialécticos, temos de partir de premissas conforme à probabilidade [42].

Expusemos os princípios do silogismo em geral, como se comportam, e como temos de os procurar, para evitar que a nossa atenção não considere a totalidade do que se diz dos termos do problema, ou sobre os

mesmos termos, sem distinguir entre a afirmação e a negação, ou ainda entre a afirmação universal e a afirmação particular e entre a negação universal e a negação particular; mas é preciso considerar um pequeno número de termos bem definidos. Também estabelecemos como importa proceder a uma escolha para todo o sujeito dado, por exemplo, a bondade ou a ciência. Mas em cada ciência os princípios peculiares são os mais numerosos, por conseguinte, compete à experiência fornecer os princípios aferidos a cada sujeito. Quer dizer, por exemplo, é a experiência astronómica que fornece os princípios da astronomia, pois até que os fenómenos celestes fossem convenientemente apreendidos, as demonstrações da astronomia não puderam ser descobertas. O mesmo ocorre com as demais ciências. A seguir, os predicados de cada sujeito apreendidos, podemos formular a sua demonstração. Se nenhum dos verdadeiros predicados do sujeito tiver sido omitido na nossa investigação, seremos capaz, em tudo o que admite uma demonstração, de descobrir esta prova e de a demonstrar, e, em tudo o que não admite naturalmente prova, de o dilucidar.

Explicámos, de um modo geral, como se faz a escolha das premissas, mas acerca de

tudo demos explicações pormenorizadas no nosso tratado sobre a dialéctica [43].

31

É fácil de ver que a divisão por géneros é um caso menor do método exposto [44]. A diarése é algo como um silogismo impotente: por um lado, pede que lhe seja acordado o que tem de demonstrar e, por outro, conclui sempre algum predicado superior ao que se espera. O problema em si mesmo escapou a todos quantos usaram a divisão, e tentaram convencer-nos de que é possível obter uma demonstração da substância e da essência. Daqui resulta que eles não sabiam, ao utilizar a divisão, nem o que é de possível conclusão, nem o que é de possível demonstração mediante o silogismo, tal como acabámos de expor. Nas demonstrações, quando se trata de provar por silogismo uma predicação afirmativa, importa que o termo médio, pelo qual o silogismo é engendrado, seja sempre menor do que o termo maior e não mais geral. A divisão visa a um resultado contrário, porque assume o universal como termo médio. Admitamos que *animal* seja significado por A, *mortal* por B, *imortal* por C e *homem*, cuja definição temos de

46b

dar, por D. Propomos então que todo o animal é ou mortal ou imortal, que tudo o que é A é ou B ou C. Prosseguindo a divisão, propomos que, por sua vez, o homem é animal; pomos deste modo a predicação, ou de A, ou de D. O silogismo conclui que todo o D será ou B ou C, de onde resulta que o homem é necessariamente ou mortal ou imortal, mas que seja animal mortal não resulta necessariamente daí, embora seja essa a questão proposta, e que seja isso a demonstrar por silogismo. Pondo agora A como *animal mortal*, B como *com pés*, C *sem pés*, e D como *sendo homem*, tomamos do mesmo modo A como incluído ou em B ou em C, porque todo o animal mortal é provido de pés ou sem pés, e afirma-se A de D, porque propusemos que o homem era um animal mortal. A seguir, é necessário que o homem seja, ou um animal com pés, ou um animal sem pés; que tenha pés não é necessário mas somente proposto, embora fosse isso que tínhamos de demonstrar. Portanto, como a divisão se desenrola sempre deste modo, estes autores são induzidos a tomar como termo médio universal e como termos extremos o sujeito da prova e as diferenças. Enfim, quer se trate de definir o que seja o homem ou não importa qual outro

sujeito, não conseguem aportar qualquer claridade susceptível de garantir a necessidade, porque percorrem todo o caminho que lhes resta sem suspeitar das ricas possibilidades que se lhes oferecem. É evidente que a refutação por este método é impossível, tanto como tirar uma conclusão sobre um acidente, ou uma propriedade, ou um género, não sendo também aplicável aos casos em que se ignora se a questão é certa ou incerta, se, por exemplo, a diagonal é comensurável ou incomensuurável. Se supusermos que toda a linear *é comensurável* ou *incomensurável*, e que a diagonal é uma linear, tiraremos a conclusão de que a diagonal é, ou incomensurável, ou comensurável; e se a tomarmos como incomensurável, sê-lo-á, pressupondo que tanto se deve concluir por silogismo. Não podemos demonstrá-lo porque, por aquele método, não se pode demonstrar de modo nenhum. Admitamos que, ou *incomensurável* ou *comensurável* é designado por A, *linear* por B e *diagonal* por C. É evidente que este método de dedução não se adapta a toda a investigação, e que carece de utilidade, mesmo nos casos em que se supõe ser útil.

É evidente, pelo que dissemos, quais são os elementos e o modo de formação das de-

monstrações, e o que importa considerar em cada problema.

32

Quanto ao modo de redução dos silogis- 47 a mos às figuras indicadas, é quanto nos propomos explicar a seguir, pois ainda nos falta examinar este aspecto. Se consideramos a construção dos silogismos e possuímos o poder de os descobrir, e se também somos capazes de os reduzir, uma vez formulados, às figuras anteriormente descritas, o nosso empenho inicial será levado a bom termo. A exactidão das nossas precedentes explicações será ao mesmo tempo confirmada e esclarecida pelas anotações que ora faremos, porque tudo o que é verdadeiro deve ser, de um modo pleno, coerente em si mesmo.

Antes de mais cumpre-nos escolher as duas premissas do silogismo, porque a análise das partes maiores é mais fácil do que a análise das partes menores, e os compostos são maiores do que as suas partes; a seguir, teremos de procurar qual a premissa universal e qual a premissa particular e, caso as duas premissas não hajam sido aduzidas, aduziremos a que estiver em falta. Por vezes,

aduzindo a universal, negligenciamos a premissa nela contida, tanto quando escrevemos, como quando interrogamos; ou aduzimos premissas, passando em silêncio aquelas das quais elas se concluem, enquanto pedimos a concessão de outras desnecessárias. Temos, portanto, de nos interrogar se aduzimos algo de inútil ou se omitimos algo de necessário, e aduzir um e rejeitar o outro, até havermos formulado as duas prermissas, porque sem estas condições não é possível reduzir os argumentos apresentados do modo que indicámos. A inadequação ou a ineptitude de alguns argumentos são facilmente visíveis, mas outros escapam à nossa atenção e parecem concluir em forma de silogismo, por implicarem alguma conclusão necessária. Por exemplo, se pusermos, de um lado, que a substância não se destrói pela destruição da não-substância e que, por outro lado, a destruição dos elementos importa na destruição da coisa que eles compõem; destas proposições aduzidas conclui-se necessariamente que toda a parte de substância é substância, o que constitui uma conclusão que não deriva silogisticamente das proposições aduzidas e, na realidade, as premissas são deficientes. Outro exemplo, se, existindo o homem, se torna necessário que exista

animal, e, existindo o animal, se torna necessário que a substância exista, torna-se então necessário que, existindo o homem, exista a substância. Mas esta conclusão ainda não é uma conclusão silogística, porque as premissas não se apresentam segundo a forma indicada. Somos vítimas de uma ilusão em casos deste género, quando algo de necessário resulta das proposições aduzidas, porque o silogismo é também algo de necessário; mas o necessário tem uma extensão maior do que o silogismo — todo o silogismo é necessário, mas nem tudo o que é necessário é um silogismo. Ainda que alguma conclusão se extraia das hipóteses aduzidas, não devemos procurar imediatamente a redução do argumento a silogismo, mas cumpre, antes de mais, propor as duas premissas e, depois, proceder à análise dos termos. E devemos assumir como termo médio o termo que se acha em ambas as premissas, pois é necessário que em todas as figuras o termo médio seja presente nas duas premissas.

47 b Se o termo médio é predicado e tem por seu lado um predicado, ou se ele mesmo é um predicado e há algo que acerca dele possa ser negado, teremos aí a primeira figura; se ele for simultaneamente afirmado e negado de algum sujeito, teremos a segunda figura;

se, por fim, ambos os termos se negam dele, ou se um deles se nega e outro se afirma, teremos a última figura. Tal é a posição do médio em cada figura. Esta posição é ainda a mesma se as premissas não forem universais, porque a definição do termo médio é a mesma. Assim, é evidente que, se em algum argumento, um mesmo termo não se afirma mais de uma vez, não há silogismo por falta de termo médio. E como sabemos que espécie de proposição se conclui em cada figura, e em que figura se conclui o universal, e em que figura o particular, é evidente que não temos de considerar todas as figuras, mas apenas a mais adequada a cada questão. No entanto, se a conclusão for obtida mediante várias figuras, a figura será reconhecida pela posição do termo médio.

33

Ocorre com frequência, como já afirmámos atrás, que nos enganamos nos silogismos por causa da necessidade da conclusão. Por vezes, enganamo-nos por causa da similitude da disposição dos termos, sendo este um aspecto que não deve escapar à nossa atenção. Por exemplo, se A se predica de B, e B de C, pareceria que, estando os termos nesta

disposição, haveria silogismo; de facto, não obtemos nenhuma necessidade, nem qual-qual silogismo. Admitamos que A significa *estar sempre*, B *Aristómeno inteligível*, e C *Aristómeno*. É exacto afirmar-se que A se diz de B, porque Aristónemo inteligível é eterno. Mas B também se diz de C, pois que Aristómeno é Aristónemo inteligível. Mas A não se diz de C, porque Aristónemo é perecível. Nenhum silogismo se poderia obter com os termos dispostos de tal maneira, sendo necessário assumir a premissa A como universal. Ora, é um erro pensar que todo o Aristónemo inteligível é eterno, pois Aristónemo é perecível. Admitamos que C significa *Mícalo*, B *músico Mícalo*, e *A morrer amanhã*. É verdade dizer B de C, porque Mícalo é o músico Mícalo. A também pode ser afirmado de B, porque o músico Mícalo poderia deixar amanhã (de ser músico), mas de qualquer modo, é falso afirmar A de C. Este argumento é idêntico ao anterior, porque não é universalmente verdadeiro dizer que o músico Mícalo vai morrer amanhã e, a menos que este ponto seja suposto universalmente, também não há qualquer silogismo.

Este erro origina-se na ignorância de uma ligeira distinção, porque damos o nosso consentimento à conclusão como se não houvesse qualquer diferença entre os juízos *isto predica-se daquilo* e *isto predica-se de todos os casos de aquilo*.

34

Acontece ainda muito que nos enganamos não expondo como cumpre os termos da premissa. Admitamos, por exemplo, que A significa *saúde*, B *doença*, e C *homem*. É verdade afirmar que A não pode dizer-se de nenhum B, porque a saúde não se diz de qualquer doença, e que por sua vez B se diz de todo C, porque todo o homem está sujeito à doença. Poder-se-ia concluir, parece, que a saúde não se diz de nenhum homem. A causa deste erro reside na incorrecta exposição dos termos no discurso, porque, se os substituirmos pelas disposições correspondentes a esses estados, não haverá lugar a silogismo. Tal é o caso se substituirmos *saúde* por *são*, e *doença* por *doente*. Com efeito, não é verdade dizer que seja impossível para o doente estar de saúde. Se não tivermos isto em conta, não obteremos silogismo, ou pelo menos não obteremos mais do que um silogismo de tipo contingente, mas uma tal conclusão não é impossível, posto que a saúde não é predicável de ne-

48a

nhum homem. Passemos à segunda figura: o erro produzir-se-á do mesmo modo. *A saúde não pode predicar-se de nenhuma doença, mas pode predicar-se de todo o homem; portanto a doença não se predica de nenhum homem.* Quanto à terceira figura, o erro reside na contingência da conclusão, pois é possível que a saúde e a doença, a ciência e a ignorância, e, de um modo geral, os contrários, se prediquem do mesmo sujeito, mas é impossível que estes termos se prediquem um do outro. Ora isto não concorda com o que dissemos antes, onde determinámos que, quando várias coisas se podem predicar do mesmo sujeito, elas também se podem mutuamente predicar.

É então óbvio que, em todos os casos, o erro nasce da exposição dos termos, uma vez que, se pusermos no lugar exacto as disposições equivalentes aos estados, o erro desaparece. É por conseguinte evidente que, nas premissas deste tipo, cumpre pôr sempre como termo, em vez do estado, as disposições equivalentes a esse estado.

35

Nem sempre interessa expressar os termos por um único nome, já que poderemos

com frequência recorrer a locuções compostas às quais não se deu nome. Esta é a causa da dificuldade em reduzir os silogismos deste género. Por vezes também o erro, num exercício deste tipo, virá de julgarmos que possa haver silogismo através de proposições sem termo médio. Admitamos que A significa *dois ângulos rectos*, B *triângulo*, e C *triângulo isósceles*. A predica-se de C por B, mas em contrapartida só se predica de B por mediação de outro termo, pois é propriedade do triângulo o ter dois ângulos rectos, de modo que não haverá termo médio da proposição AB, ainda que seja demonstrável, porque o termo médio nem sempre se deve tomar na acepção individual, havendo vezes em que se deve tomar como uma locução composta, como justamente ocorre no exemplo que citámos.

36

A afirmação de que o termo maior se predica do médio, e este último do menor, não deve entender-se como se eles pudessem predicar-se sempre um ou do outro, ou que o termo maior se predica do médio como o médio se predica do menor, e isto mesmo 48b

acontece no caso de premissas negativas. Cumpre pensar que o verbo *predicar* tem distintas acepções, como sucede com o verbo ser ou em ser verdade o dizer de uma coisa que ela é. Vejamos, por exemplo, a proposição que diz haver uma ciência dos contrários. Admitamos que A significa *há uma ciência una*, e B *coisas contrárias entre elas*. Então A predica-se de B, não porque os contrários sejam por si mesmos uma ciência una, mas porque é verdade afirmar que, deles, há uma ciência una.

Acontece por vezes que o termo maior se afirma do médio, enquanto o médio não se afirma do terceiro termo, por exemplo, se a sabedoria é ciência, e se a sabedoria tem relação com o bem, conclui-se que do bem há uma ciência. O bem não é ciência, ainda que a sabedoria seja ciência. Outras vezes, o médio afirma-se do terceiro termo, enquanto o maior não se predica do médio, por exemplo, se há uma ciência de tudo o que é qualidade, ou é um contrário, e que o bem seja ao mesmo tempo um contrário e uma coisa com qualidade, concluímos haver uma ciência do bem, embora o bem não seja uma ciência, nem a coisa com qualidade, nem o contrário, ainda que o bem seja simultaneamente uma qualidade e um contrário. Outras

vezes ainda, nem o maior é predicado do médio, nem este último do terceiro, enquanto o maior tanto é predicado como não predicado do terceiro, por exemplo, se há género disso de que há ciência, e se há uma ciência do bem, a conclusão é a de que há um género de bem, mas aqui nada se predica de nada. Porém, se isso acerca do qual há ciência é um género, e se do bem há uma ciência, a conclusão é a de que o bem é um género. O termo maior é então afirmado do menor, ainda que, nas premissas, os termos não se prediquem um do outro.

Cumpre proceder de modo análogo na predicação negativa, porque *isto não se predica daquilo* não significa sempre *isto não é aquilo*, mas significa, por vezes, *isto não é daquilo* ou *isto não é para aquilo*. Ao dizermos, por exemplo, *não há movimento do movimento* (ou *geração da geração*); ora, há geração do prazer, logo o prazer não é geração. Outro exemplo: quando dizemos *do riso há um signo*; *ora do signo não há signo*; *logo o riso não é um signo*. O mesmo ocorre em outros casos em que o problema se refuta, pelo facto de o género ser afirmado de um modo particular na sua relação com os termos deste problema. Outro exemplo ainda: *a ocasião não é o tempo oportuno, porque*

a ocasião pertence a Deus, enquanto o tempo oportuno não lhe pertence, pois nada é útil a Deus. Importa assumir como termos *ocasião, tempo oportuno* e *Deus*, mas a premissa deve ser tomada consoante o caso do nome. O que dizemos de um modo geral e universal é que os termos devem ser dispostos sempre no caso nominativo, por exemplo, *homem, bem, contrários*, e não *do homem, do bem, dos contrários*[45], enquanto as premissas de- 49 a vem ser tomadas segundo o caso de cada nome, seja o dativo (*igual a isto*), o genitivo (*dobro disto*), acusativo (*o que fere ou vê isto*), ou o nominativo (*o homem é um animal*), ou de qualquer outro modo que o nome se ache na premissa.

37

Os juízos *isto predica-se daquilo* e *é verdade afirmar isto daquilo* devem ser entendidos de tantos modos quantas as diferentes categorias, sendo estas categorias entendidas, seja em acepção particular, seja universal, e, ainda, ou como simples, ou como compostas. O mesmo vale para os juízos negativos equivalentes. Cumpre considerar estes aspectos e defini-los com maior cuidado.

38

O termo que se ache em duplicado nas premissas deve ser referido ao termo maior, e não ao médio. Quero dizer que, por exemplo, se nos for dado um silogismo concluindo que da justiça há uma ciência que é um bem, a expressão *que é um bem* (ou enquanto bem) deverá ser junta ao termo maior. Admitamos que A significa *ciência que é um bem*, B, *bem*, e C *justiça.* A predica-se com verdade de B, porque há uma ciência do bem que é um bem. Também é verdade afirmar B de C, porque a justiça é um vero bem. Deste modo obtemos uma resolução do argumento; pelo contrárrio, se a expressão *que é um bem* for junta a B, não haverá silogismo, porque A será verdadeiro de B, mas B não será verdadeiro de C, porque afirmar da justiça o juízo o bem que é um bem é falso e ininteligível. A mesma solução se usaria caso se demonstrasse que o são é objecto de ciência enquanto bom, ou o unicórnio enquanto não-ser, ou o homem perecível enquanto sensível. Em todos os casos onde o predicado receba uma adição deste tipo, a duplicação deve ser aditada ao termo maior.

A disposição dos termos não é a mesma quando a dedução se faz por silogismo de modo simples, e quando se deduz com uma determinação, seja essencial, seja condicional, seja de qualquer outro modo, quando, por exemplo, o bem é provado ser simplesmente objecto de ciência, e quando é provado como sendo um objecto de ciência que é bom. Se acaso foi simplesmente demonstrado como objecto de ciência, temos de pôr no lugar do termo médio o verbo *ser*; mas, se aditarmos que *é bom*, o termo médio deve ser o que é algo. Por exemplo, proponhamos A como significando *saber que é algo*, B, *o que é algo*, e C *bem*. É verdadeiro afirmar A de B, porque há um saber que algo é algo, e também é verdade predicar B de C, pois C representa algo, de onde também ser verdade a predicação de A de C. Haverá portanto uma ciência de que o bem é bom, pois o termo o que é algo significava a substância própria desse algo. Mas se ser for aduzido como termo médio e ser, como expressão inqualificada, junto ao termo maior, e não a locução ser algo, não teríamos um silogismo concluindo que do bem há ciência que ele é bom, mas apenas que ele é. Tomemos por exemplo A significando *ciência de* 49 b *que é*, B *ser* e C *bom*. Vemos que, nos silo-

gismos llimitados por duplicação, o modo de dispor os termos é este.

39

Temos ainda de substituir os termos equivalentes, palavras por palavras, locuções por locuções, palavra e locução por palavra e locução, e preferir sempre uma palavra a uma oração, evitando assim a exposição dos termos. Por exemplo, se é indiferente dizer *o objecto da suposição não é o género do objecto da opinião*, e dizer *o objecto da opinião não é idêntico com algum objecto de suposição*, o sentido é o mesmo nos dois juízos. Em vez da locução enunciada, é preferível utilizar termos como *suspicável* e *opinável*.

40

Como não há identidade entre as proposições *o prazer é bom* e *o prazer é o bom*, não se torna necessário dispor os termos de análogo modo, mas se houver silogismo a demonstrar que o prazer é *o* bom, o termo deve ser *o bom*, enquanto, se houver silogismo a demonstrar que o prazer é *bom*, o

termo será *bom*, e assim em todos os demais casos.

41

Não há identidade, nem formal, nem verbal, entre dizer *A predica-se de todos os casos de que se predica B* e *A predica-se de todos os casos de tudo de quanto B se predica*. Nada obsta, contudo, a que B se predique de C, ainda que não se predique de todo C, por exemplo: que B seja *belo*, e C *branco*. Se belo se predica de branco, é verdade dizer que belo se predica de branco, mesmo que não talvez de todo o branco. Se A se predicar de B, mas se não se predicar de tudo isso de que se predica B, então quer B se predique de todo C, quer se predique simplesmente de C, é necessário que A não se predique de todo os C, mas que não se predique de todo C. Pelo contrário, se A se predica de tudo isso de que se predica B, acontecerá que A é predicável de tudo o que B predica. Se, por conseguinte, A for predicado de tudo o que se predica com B, nada obsta a que B não se predique de C, e que, todavia, A não se predique de todo o C, nem mesmo de C em absoluto. Tomando três termos, vemos que a expres-

são *A predica-se de todos os casos a que se predica B* significa: *A predica-se de todas as coisas de que se predica B*, e se B for dito na totalidade do terceiro termo, A também será dito da totalidade do terceiro termo; mas se B não foi dito da totalidade do terceiro termo, não é necessário que A seja dito da totalidade deste termo. Não é necessário julgar que a exposição dos termos conduza ao absurdo, porque não nos servimos de um exemplo concreto, antes procedemos como o geómetra, que enuncia que uma linha com o comprirmento de um pé, ou uma linha recta sem largura, existe ainda que não exista, pois não se serve destas figuras para deduzir delas um silogismo. A não ser que duas coisas se relacionem como o todo com a parte e como a parte com o todo, quem pretende demonstrar algo não pode demonstrar seja o que for a partir delas e, portanto, não obtém silogismo. Pelo contrário, nós (e por nós entendo quem estuda) recorremos 50a aqui à exposição dos termos tal como nos servimos da percepção, o que não significa que seja impossível demonstrar sem termos, como é impossível demonstrar um silogismo sem as premissas.

42

Não esqueçamos que, no mesmo silogismo, nem todas as conclusões se obtêm através de uma só figura, mas que umas se concluem por uma, e outras por outra. É evidente que as resoluções devem efectuar-se tendo em conta esta situação. E como toda a proposição se prova por não importa que figura, mas certos problemas por cada figura, a conclusão faz ressaltar através de que figura temos de obter a resolução.

43

Acerca destes argumentos que, em vista de uma definição, se dirigem a provar qualquer elemento da definição, importa pôr como termo a mesma parte da definição que é objecto da discussão, e não a definição na íntegra, não nos arriscando ao embaraço resultante da extensão do termo, por exemplo: se tiver de demonstrar-se que a água é um líquido potável, potável e água são os termos a aduzir.

44

Além disso, não temos de intentar a redução dos silogismos hipotéticos, porque a redução não é possível a partir das premissas dadas, posto que não foram demonstradas mediante um silogismo, mas todas foram admitidas por convenção ou assentimento. Por exemplo, suponha-se que, a menos que haja uma potencialidade para os contrários, não pode haver uma só ciência que os estude, se nos objecta que não há potencialidade alguma, ou que nem toda a potencialidade se refere aos contrários, por exemplo, como a saúde e a doença. Procedendo assim, demonstrou-se que não há uma só potencialidade para todos os contrários, mas não se demonstrou que acerca deles não haja uma só ciência. E, portanto, cumpre admiti-lo: só que isso não resulta do silogismo, mas da hipótese. Logo, este argumento não é redutível, mas pode ser reduzido o argumento de que não há uma única potencialidade na medida em que este último argumento era um silogismo, enquanto o primeiro era uma hipótese.

O mesmo ocorre quanto aos argumentos que concluem pelo impossível. Estes argumentos também não podem ser objecto de uma resolução, mas a redução ao impossível pode ser, uma vez provada por silogismo, enquanto a outra parte do argumento não pode ser, uma vez que a conclusão deriva

de uma hipótese. A diferença com os silogismos hipotéticos precedentes é a de que, nos primeiros, é necessária uma convenção preliminar para se obter o assentimento quanto à conclusão, por exemplo: se for demonstrado que há uma só potencialidade para os contrários, a ciência que os estuda é também a mesma, mas, como neste caso, mesmo na falta de um acordo preliminar, assente-se, em virtude da evidência do erro, por exemplo: se a diagonal for comensurável, os números ímpares serão iguais aos números pares.

Muitos outros silogismos concluem por hipótese. Cumpre examiná-los e explicá-los 50 b com clareza. Quais são as suas diferenças, e quais os modos de construir silogismos hipotéticos, eis o que diremos ulteriormente. Agora, baste-nos mostrar a impossibilidade da resolução, em figuras dos silogismos deste tipo, cuja razão indicámos.

45

Para todos os problemas que se demonstram através de várias figuras, caso tenham sido demonstrados por silogismo em uma figura, é possível reduzir o silogismo a outra figura, por exemplo: o silogismo negativo

da primeira figura é redutível à segunda, e o silogismo da segunda à primeira, não em todos os casos, mas somente em certos silogismos, tal como diremos mais adiante. Se A não se predica de nenhum B, e se B se predica de todo C, A não se dirá de nenhum C. Temos, assim, a primeira figura, mas por conversão da negativa obteremos a segunda, pois B não se predica de nenhum A e predica-se de todo C. O mesmo se verifica se o silogismo não for universal, mas particular. Se, por exemplo, A não se predica de nenhum B, e se B se predica de algum C; por conversão da negativa teremos a segunda figura.

Os silogismos universais da segunda figura são redutíveis à primeira, enquanto que, para os silogismos particulares, só um dos silogismos é redutível. Admitamos que A não se predica de nenhum B e se predica de todo C. Pela conversão da negativa teremos a primeira figura: B não se predica de nenhum A, e A predica-se de todo C. Mas se a afirmativa se referir a B, e a negativa a C, o primeiro termo a pôr é C, porque não se predica de nenhum A, e A predica-se de todo B; por conseguinte, C não se predica de nenhum B e B também não se predica de nenhum C, por a negativa ser convertível.

Se o silogismo for particular, quando a negativa se referir ao termo maior, poderá haver redução à primeira figura: por exemplo, se A não se predica de nenhum B e se predica de algum C. Por conversão da negativa teremos a primeira figura: B não se predicará de nenhum A, e A predicar-se-á de algum C. Mas quando a afirmativa se referir ao termo maior, não haverá redução, por exemplo, se A se predica de todo B, e não se predica de algum C, porque a proposição AB não admite conversão, e, se houvesse conversão, não haveria silogismo.

Por sua vez, os silogismos da terceira figura não poderão ser resolúveis à primeira, enquanto todos os da primeira são resolúveis à terceira.

Os silogismos da terceira figura não podem resolver-se todos pela primeira, enquanto que todos os da primeira o podem ser pela terceira. Como exemplo, suponhamos que A se predica de todo B, e B de alguns C; logo que haja uma conversão da afirmativa particular, C predicar-se-á de alguns B, mas A predica-se de todo B, de modo que obtemos a terceira figura. Se o silogismo for negativo, o mesmo se diz, porque a conversão da afirmativa particular fará com que A não se

predique de nenhum B, e que C se predique de algum B.

Dos silogismos da terceira figura há só um irredutível à primeira: quando a negativa não é universal, mas todas as outras são redutíveis. Seja, por exemplo, A e B afirmados de todo C; C pode ser parcialmente convertido com A ou com B e, por conseguinte, predicar-se de algum B. Logo teremos a primeira figura, se A se predica de todo C, e C de algum B; e se A se predicar de todo C, e B de algum C, o argumento é o mesmo, por haver conversão de B em relação a C, mas se B se predicar de todo C, e A de algum C, o primeiro termo a pôr é B, porque B se predica de todo C, e C de algum A, e logo B predica-se de algum A; mas, como a particular é convertível, A também se predicará de algum B. Se o silogismo for negativo, e quando os termos forem universais, devemos utilizá-los do mesmo modo. Admitamos que B se predica de todo C, e que A não se predica de nenhum C; então C predicar-se-á de algum B, e A não se predicará de nenhum C, pelo que C será o termo médio. Do mesmo modo, se a negativa for universal, e a afirmativa particular: A não se dirá de nenhum C, e C dir-se-á de algum B. Se a negativa for assumida como particular,

51a

não haverá lugar a resolução, se, por exemplo, B se disser de todo C, e se A não se predicar de qualquer C, porque, pela conversão da premissa BC, ambas as premissas serão particulares.

Vemos como, para reduzir uma figura à outra, a premissa relativa ao termo menor deve ser convertida em uma ou outra das figuras, porque, uma vez esta premissa convertida, efectua-se a passagem para a outra figura.

Quanto aos silogismos da segunda figura, um pode ser, e outro não pode ser, reduzido à terceira figura. Quando a universal for negativa, a redução é possível. Se, por exemplo, A não se predicar de nenhum B e se predicar algum C, B e C serão ambos convertíveis por relação a A, de modo que B não se predica de nenhum A, e que C se predica de algum A. Por conseguinte, A é o termo médio. No entanto, quando A se predicar de todo B, e não se predicar de algum C, não haverá redução, porque nenhuma das premissas é, por conversão, universal.

Os silogismos da terceira figura são redutíveis à segunda quando a negativa for universal, por exemplo se A não se predicar de nenhum C e se B se predicar, ou de algum C, ou de todo C, porque C não se

dirá de nenhum A e dir-se-á de algum B. Se a negativa for particular, não haverá lugar a redução, porque a particular negativa não admite a conversão.

É evidente que os silogismos irredutíveis a estas figuras são precisamente os mesmos 51b que também não são redutíveis à primeira figura e, quando os silogismos são redutíveis à primeira figura, esta só se justifica por redução ao absurdo.

Pelo que precede, vemos como os silogismos podem ser reduzidos; vemos ainda como há redução de umas figuras a outras.

Na confirmação ou na refutação de uma conclusão, há a seguinte diferença conforme se considera idêntico ou diferente o significado das expressões *não ser deste modo* e *ser não deste modo*, por exemplo: *não ser branco* e *ser não branco*. O sentido não é o mesmo e a negação de *ser branco* não é *ser não branco*, mas deveras *não ser branco*. A causa é a seguinte: a relação de *ele pode andar com ele* e *pode não andar* é análoga à relação de *é branco* com *é não branco*, e à relação de *ele conhece o bem* com *ele conhece o não bem*. De facto, entre *ele conhece o bem* e *ele está conhecendo o bem* não há qualquer diferença, tal como não a há entre *ele pode andar* e *ele é capaz de andar*, nem, por con-

seguinte, entre os seus opostos, *ele não pode andar, ele não é capaz de andar.* Se, portanto, ele não é capaz de andar significa o mesmo que ele é capaz de não andar ou de não andar, estes predicados dir-se-ão ao mesmo tempo do mesmo sujeito, — porque o mesmo sujeito pode, ao mesmo tempo, andar e não andar, e conhece ao mesmo tempo o bem e o não bem. Porém, uma afirmação e uma negação opostas não se predicam ao mesmo tempo do mesmo sujeito; assim, tal como não há identidade entre *não conhecer o bem* e *conhecer o não-bem*, também não há identidade entre *ser-não-bom* e *não ser bom*, porque, nos análogos, se uns são diferentes, outros também o são. Também não significam o mesmo *ser não igual e não ser igual*, porque, no primeiro, em *isto que é não igual* encontra-se um sujeito definido, a saber, o desigual, enquanto que no segundo não há sujeito definido. É por isto que nem tudo é igual ou não igual, enquanto tudo é igual ou desigual. Por outro lado, os juízos *há madeira não branca* e *não há madeira branca* não são predicáveis do mesmo sujeito: se há madeira não branca, haverá madeira, mas o que não é madeira branca não é necessariamente madeira. Vemos, assim, que *ele é não-bom* não constitui a ne-

gação de *ele é bom.* Se de cada uma das duas proposições for verdade dizer que é, ou uma afirmação ou uma negação, no caso de não ser uma negação, é evidente ser, de algum modo, uma afirmação. Mas a toda a afirmação responde uma negação, por conseguinte a afirmação *ele é não bom* tem por negação *ele não é não bom.*

A ordem dos predicamentos é a seguinte: admitamos que *ser bom* é figurado por A, *não ser bom* por B, *ser não bom* por C como caso particular de B, e *não ser não bom* por D, como particular de A. Neste caso, ou A ou B se predicam de todo o sujeito, nunca se predicando do mesmo simultaneamente. De igual modo, ou C e D se predicarão de todo o sujeito, mas nunca simultaneamente do mesmo; e B deve necessariamente predicar-se de tudo aquilo de que C se predica, porque se é verdade dizer ele é não branco, também é verdade dizer ele não é branco, pois é impossível que ao mesmo tempo algo seja branco e não-branco, ou ainda que se trate de madeira não branca e que seja madeira branca, de modo que, no caso de o predicável não ser a afirmação, terá de predicar-se a negação. Em contrapartida, C nem sempre é consequente de B, porque o que não é madeira também não será madeira

52a

não branca. Por outro lado, D predica-se de tudo isso de que A se predica, porque, ou C ou D se predica de tudo quanto A se predica; mas como não é possível que algo seja ao mesmo tempo não branco e branco, D dir-se-á de tudo quanto de A se predica, pois do que é branco é verdade o dizer-se que não é branco. De modo inverso, A nem sempre é consequente de D, do que não é madeira não é verdade afirmar A, a saber, que é branco; de onde resulta que D é verdadeiro, mas que A não é verdadeiro, a saber, que é madeira branca. Também é óbvio que A e C nunca podem predicar-se em conjunto ao mesmo sujeito, e que, pelo contrário, B e D podem predicar-se do mesmo sujeito.

A relação dos termos negativos com os termos afirmativos é a mesma quando dispostos nesta posição: podemos dispor A para significar *igual,* B *não igual,* C *desigual,* e D *não desigual.*

Em muitos casos em que o mesmo predicado se predica de alguns sujeitos e não se predica de outros, a negação pode ser verdadeira tal como precedentemente, quando dizemos, por exemplo, que todas as coisas não são brancas, ou que cada coisa não é branca, enquanto que a afirmação que cada

coisa é não branca, ou que todas as coisas são não brancas é falsa. De modo análogo, *todo o animal é branco* tem por negação, não *todo o animal é não-branco* (ambas as proposições são falsas) mas sim *não todo o animal não é branco.* Como é evidente que o sentido é diferente entre é não branco e não é branco sendo uma destas proposições afirmativa e outra negativa, é também evidente que o método demonstrativo não é o mesmo em ambas. Que, por exemplo, tudo o que é animal não é branco, ou pode não ser branco, e que é verdade dizê-lo não branco, pois esta última locução significa que é não branco. Pelo contrário, provar que é verdade dizê-lo branco, ou que é verdade dizê-lo não branco, far-se-á de modo análogo, porque ambas as proposições são demonstradas pela construção equivalente à primeira figura. A expressão *é verdade* deve ser situada no mesmo plano de *é,* por a negação de *é verdade dizê-lo branco* não ser *é verdade dizê-lo não branco,* mas *não é verdade dizê-lo branco.* Se queremos demonstrar ser verdade dizer que tudo o que é homem é músico, ou que é não músico, devemos também propor que tudo o que é animal é, ou músico, ou não músico, sendo a demonstração efectuada. Quanto à proposi-

ção que tudo o que é homem não é músico, demonstra-se pela refutação, segundo os três modos que expusemos.

Em geral, quando A e B são tais que se não podem predicar ao mesmo tempo do mesmo sujeito, ainda que um ou outro se predique necessariamente de todo o sujeito; 52 b que por sua vez C e D se acham na mesma situação; que A é o consequente de C, sem que esta relação possa ser recíproca; nestas condições, D será o consequente de B, mas sem reciprocidade, e, por outro lado, A e D poderão predicar-se do mesmo sujeito, enquanto que B e C não serão predicáveis. Que, antes de mais, D seja o consequente de B, é quanto as considerações a seguir mostrarão, pois, ou C ou D se predicam necessariamente, um ou outro, de todo o sujeito, e C não pode predicar-se disso que se predica B, porque implica A e A e B não são predicáveis do mesmo sujeito, é evidente que D será o consequente de B. Por sua vez, C não é recíproco de A, mas como C ou D se predicam de todo o sujeito, é possível que A e D se prediquem do mesmo sujeito. Pelo contrário, B e C não são predicáveis, porque A é o consequente de C; chegamos, deste modo, a uma impossibilidade. É então evidente que B também não

é recíproco de D, pois é possível que D e A se prediquem simultaneamente do mesmo sujeito.

Ocorre também por vezes que, nesta disposição dos termos, cometemos erro porque os opostos não são apreendidos com rectidão, isto é, ou um ou outro predicáveis de todo o sujeito. Por exemplo, se A e B não são predicáveis simultaneamente do mesmo sujeito, mas se for necessário que um deles se predique de algo do qual o outro não se predica; o mesmo acontece com C e D; e se, por fim, A é o consequente de tudo quanto de que C é consequente, resultará que B se predica de tudo de que C é consequente; resultará que B se predica necessariamente de tudo quanto D predica. Ora isto constitui um erro. Tomemos por negação de A e B o termo F, e, por negação de C e D, por sua vez, o termo G. Torna-se então necessário que A ou F se prediquem de todo o sujeito, porque ou a afirmação ou a negação devem predicar-se do sujeito. E, por sua vez, ou C ou G devem predicar-se de todo o sujeito, porque um é afirmação e outro negação. E A é suposto predicar-se de tudo quanto C predica; por conseguinte, G diz-se de tudo quanto F predica. Como por sua vez, ou F ou B se predicam ou um ou outro a todo o sujeito, como

o mesmo acontece para G e D, e como G é o consequente de F, B será o consequente de D, como sabemos. Se, portanto, A for o consequente de C, B deve ser o consequente de D. Ora isto é falso, porque já dissemos que havia consecução inversa nos termos assim dispostos. Não há, sem dúvida, necessidade de que A ou F se prediquem de todo o sujeito, nem que tal haja de verificar-se com F ou B, pois F não é a negação de A. Na verdade, a negação de *bom* é *não bom*, e *o não bom*, não é idêntico *a nada bom, ou não bom*. O mesmo se diz de C e D, porque em ambos os casos se tomaram duas negações para um mesmo termo.

LIVRO II

1

São estes os temas sobre os quais versaram as nossas explicações até aqui: número de figuras, qualidade e número das premissas, quando e como se obtém um silogismo; explicámos também o que importa ter em mente na refutação e na definição das conclusões, como temos de procurar a solução de um problema dado segundo um método[46] 53a qualquer, e, enfim, através de que caminhos atingiremos os princípios em cada caso. Todavia, como os silogismos são, uns, universais, outros, particulares, todos os silogismos universais facultam sempre várias conclusões, enquanto que, para os silogismos particulares, os afirmativos produzem várias conclusões e os negativos só produzem uma conclusão. Com efeito, todas as premissas são convertíveis, salvo a negativa particular

que, esta, não se converte; e a conclusão estabelece algo de determinado acerca de um sujeito determinado. Também todas as premissas, que não a particular negativa, geram várias conclusões, por exemplo: se demonstrámos que A se predica de todo B ou de algum B, necessariamente que B se predica de algum A; e se demonstrámos que A não se predica de nenhum B, B também não se predicará de nenhum A, conclusão que difere da precedente. Pelo contrário, se A não se predicar de algum B, também não é necessário que B não se predique de algum A, pois pode predicar-se de todo A.

Esta a razão comum a todos silogismos, universais e particulares, mas podemos apresentar um outro motivo para os silogismos universais. Todos os sujeitos subordinados, seja ao termo médio, seja à conclusão [47], podem ser demonstrados pelo mesmo silogismo, se uns forem situados no termo médio e os outros na conclusão, por exemplo: se a conclusão AB for provada por C, tudo quanto se subordina a B ou a C deve receber o predicado A, porque se D se acha na totalidade de B, e B em A, D também se achará incluído em A. Se, por sua vez, E estiver incluído na totalidade de C, e C em A, E também será incluso em A, e o mesmo ocorre com o silo-

gismo negativo. Na segunda figura, só será possível dar como conclusão do silogismo o que for subordinado à conclusão. Por exemplo: se A não se predicar de nenhum B, e se for predicável de todo C, a conclusão será que B não se predica de nenhum C. Se D for subordinada de C, é evidente que B não se lhe predica. Pelo contrário, que B não se predica ao que se acha subordinado a A não se torna evidente pelo silogismo e, portanto, B não se predica de E, se E for subordinado de A; só que, como foi provado pelo silogismo, que B não se predica de nenhum C, foi sem prova que admitimos que B não se predica de A, de modo que não é pelo silogismo que se conclui que B não se predica de E.

Passemos aos silogismos particulares: quanto aos sujeitos subordinados à conclusão, não haverá dedução necessária, por não se obter silogismo quanto esta premissa é tomada em acepção própria; pelo contrário, quanto a todos os sujeitos subordinados ao termo médio, haverá dedução necessária, porque não se obterá qualquer silogismo. Seja, por exemplo, que A se predica de todo B, e B de algum C: do subordinado a C não haverá silogismo mas, do que for subordinado a B, haverá lugar a conclusão, ainda

que não se obtenha através do silogismo precedente. Não haverá prova possível para um termo subordinado à conclusão, mas de um termo subordinado ao médio poderemos haver prova, não pelo silogismo, mas do
53 b mesmo modo que, nos silogismos universais, partindo de uma premissa indemonstrada, se provam como vimos, as subordinadas ao termo médio. Por conseguinte, ou no caso dos silogismos universais não há conclusão, ou havê-la-á no caso dos silogismos particulares.

2

É possível que as premissas, pelas quais o silogismo atinge a conclusão, sejam verdadeiras, ou falsas, ou que uma seja verdadeira e outra falsa. Quanto à conclusão, ela é necessariamente, ou verdadeira, ou falsa. Das premissas verdadeiras não se pode extrair uma conclusão falsa, mas das premissas falsas podemos extrair uma conclusão verdadeira, com a reserva de que ela se referirá, não ao *porquê* mas ao *facto*[48], porque *o porquê* não pode ser objecto de um silogismo de premissas falsas, e a causa disto indicá-la-emos a seguir.

Antes de mais, de premissas verdadeiras

não é possível extrair uma conclusão falsa, eis o que se torna evidente de quanto a seguir diremos. Se é necessário que, sendo A, B seja, torna-se necessário que, se B não é, A também não seja. Portanto, se A for verdadeiro, necessariamente B é verdadeiro, ou de outro modo sucederá que a mesma coisa, ao mesmo tempo, é e não é, o que constitui um absurdo. Não devemos supor, a pretexto de que propomos A como um termo singular, que de uma só coisa dada resulte necessariamente alguma coisa. Tal é impossível. O que necessariamente resulta é a conclusão, e esta não se logra senão mediante a ajuda de pelo menos três termos, e de dois intervalos ou premissas. Se, portanto, for verdade que A se predica de tudo isso de que se predica B e que B se predica de tudo de quanto se predica C, necessariamente que A se predica de tudo quanto se predica C, e isto não pode ser falso, porque então haveria, ao mesmo tempo, predicação e não predicação. Deste modo, A é aduzido como termo singular, significando a união de duas premissas. O mesmo sucede com os silogismos negativos — não é possível, partindo de premissas verdadeiras, demonstrar uma conclusão falsa.

Todavia, de premissas falsas é possível extrair uma conclusão verdadeira, seja

quando as duas premissas são falsas, ou quando só uma delas é falsa; mas, neste último caso, não se trata de uma delas indistintamente, caso a tomemos como totalmente falsa; se, pelo contrário, não tomarmos a premissa como totalmente falsa, pode ser indiferente qual delas seja a falsa.

Suponha-se que A se predica da totalidade de C, mas que não se predica de nenhum B, e que B não se predica de C. Este exercício é factível, por exemplo: *animal* não se predica de nenhuma *pedra*, nem *pedra* de nenhum *homem*. Se tomarmos A como predicante de todo B, e B de todo C, A predicar-se-á de todo C, de modo que, partindo de duas premissas falsas, a conclusão é verdadeira, pois que todo o homem é animal. A mesma solução ocorre no caso negativo. É de facto possível que nem A, nem B se prediquem de nenhum C, e que, contudo, A se predique de todo B, se, por exemplo, tomando os mesmos termos, pusermos *homem* no termo médio: nem *animal*, nem *homem* se predicam de qualquer *pedra*, mas *animal* predica-se de todo o *homem*. Por conseguinte, se tomarmos como princípio que o predicável de tudo não se predica de nada, e o que não se predica, se predica de tudo, ainda que ambas as premissas sejam

falsas, a conclusão será verdadeira. Demonstraremos uma conclusão semelhante se tomarmos cada uma das premissas como parcialmente falsa. 54a

Não obstante, quando só uma das premissas aduzidas é falsa, se for a primeira a ser totalmente falsa, por exemplo AB, a conclusão não será verdadeira; pelo contrário, se for a premissa BC, a conclusão será verdadeira. Designo por *totalmente falsa* a premissa contrária à verdadeira, por exemplo, se o que não se predica de coisa alguma for tomado como predicante de tudo, ou se o que se predica de tudo se assume como não se predicando de coisa alguma. Seja, com efeito, que A não se predica de nenhum B, e que B se predica de todo C. Se tomar a premissa BC como verdadeira e a premissa AB como totalmente falsa — isto é, que A se diz de todo B — é impossível que a conclusão seja verdadeira, porque A não se dizia de nenhum C, uma vez ser verdade que A não se predica de nada de que se predica B, enquanto B se predica de todo C. De modo análogo não há conclusão verdadeira se A for predicável de todo B, e B de todo C, mas se aduzirmos como verdadeira a premissa BC, poremos também a premissa AB como totalmente falsa, quer dizer, que A

não se predica de nada de que B se predica. A conclusão será falsa. Com efeito, A dir-se-á de todo C, se for verdadeiro que A se diz de tudo quanto B se diz, e B de todo C. Vemos então que, se a primeira premissa for totalmente falsa, seja ela afirmativa ou negativa, e a outra premissa verdadeira, não obteremos um conclusão verdadeira.

Se a premissa não for totalmente falsa, haverá lugar a uma conclusão verdadeira. Se, com efeito, A se disser de todo C e C de algum B, e B de todo C, por exemplo: *animal* de todo o *cisne* e de algum *branco*, e *branco* de todo o *cisne*, então, se dissermos que A se predica de todo B, e B de todo C, A dir-se-á com verdade de todo C, porque todo o cisne é animal. A mesma conclusão terá lugar se a premissa AB for negativa, por ser possível A dizer-se de algum B e não se dizer de nenhum C, e quanto a B dizer-se de todo C, por exemplo, *animal* de algum *branco*, mas de nenhuma *neve*, e *branco* de toda a *neve*. Portanto, se tomarmos C como não predicável de nenhum B, e B como predicável de todo C, A não se dirá de nenhum C.

Se a premissa AB for tida como totalmente verdadeira e a premissa BC como totalmente falsa, haverá silogismo verdadeiro,

por nada obstar a que A se predique de todo B e de todo C, embora B não se predique de nenhum C, tais, por exemplo, estas espécies do mesmo género não subordinadas entre si: porque *animal* diz-se de *cavalo* e de *homem*, mas *cavalo* não se diz de nenhum *homem*. Se tomarmos A como predicável de todo B, e B de todo C, a conclusão será verdadeira, ainda que a premissa BC seja totalmente falsa. O mesmo ocorre quando a premissa AB for negativa, por ser possível que A não se predique de nenhum B nem de nenhum C, e que B não se predique de nenhum C, tal o género de relação entre as espécies de outro género: porque *animal* não se predica de *música* nem de *medicina*, e *música* não se predica de *medicina*. Se, portanto, A for tomado como não se predicando de nenhum B, e B como predicando todo C, a conclusão será verdadeira. 54b

Se a premissa BC for falsa, não na totalidade, mas parcialmente, mesmo assim a conclusão será verdadeira, por nada impedir que A se predique da totalidade de B e de C, enquanto B se predica de algum C, por exemplo, o género predica-se da espécie e da diferença, porque *animal* diz-se de todo *homem* e de todo *pedestre*, e *homem* diz-se de algum *pedestre* mas não de todo o *pedestre*. Se,

pois, A for assumido como predicável de todo B, e B de todo C, A dir-se-á de todo C, o que, tínhamos suposto, é verdadeiro. O mesmo acontece quando a premissa AB é negativa, pois é possível que A não se predique de nenhum B nem de nenhum C, ainda que B se predique de algum C, por exemplo: o género em relação à espécie de outro género e à sua diferença, porque animal não se predica de nenhuma prudência nem de nenhuma mística[49], mas prudência predica-se de alguma mística. Se tomarmos A como não predicável de nenhum B, e B como predicável de todo C, A não será predicável de nenhum C, o que, tínhamos suposto, é verdadeiro.

No caso dos silogismos particulares, é possível, quando a primeira premissa é totalmente falsa e a outra é verdadeira, que a conclusão seja verdadeira; o mesmo acontece quando a primeira premissa é parcialmente falsa e a outra verdadeira, ou quando a primeira é verdadeira e a particular falsa, ou quando as duas premissas são falsas. Nada obsta a que A não se predique de nenhum B, e se predique de algum C, e B de algum C, por exemplo: *animal* não se diz de nenhuma *neve*, mas diz-se de algum *branco*, e *neve* diz-se de algum *branco*. Se aduzirmos *neve* como termo médio, e como termo maior *animal*, e se tomarmos A como predicável da totalidade de B, e B como predicável de algum C, a premissa AB é totalmente falsa, a premissa BC é verdadeira e a conclusão por igual verdadeira. A mesmo solução vale quando a premissa AB for negativa, por ser possível que A se diga da totalidade de B e não se diga de algum C, ainda que B se diga de algum C, por exemplo: *animal* diz-se de todo *homem*, mas não é o consequente de algum *branco*, enquanto *homem* se diz de algum *branco*. Daqui resulta que, sendo *homem* posto em termo médio, tomarmos B como não predicável de nenhum B, e B como predicável de algum C, a conclusão será verdadeira, ainda que a premissa AB seja totalmente falsa.

Se a premissa AB for parcialmente falsa, a conclusão será verdadeira. Nada, com efeito, obsta a que A se predique à vez de B e de algum C, e B de algum C, por exemplo: *animal* diz-se de algum *belo* e de algum *grande*, e *belo* de algum *grande*. Se, portanto, tomarmos A como predicando todo B, e B algum C, a premissa AB será falsa em parte, 55a a premissa BC verdadeira, e a conclusão por igual verdadeira. A mesma solução ocorre se a premissa AB for negativa: os termos se-

rão os mesmos e a mesma a relação, em vista da demonstração.

Se, por sua vez, a premissa AB é verdadeira, e a premissa BC falsa, a conclusão será verdadeira, por nada obstar a que A se predique da totalidade de B e de algum C, e que B não se predique de nenhum C, por exemplo: *animal* diz-se de todo o *cisne* e de algum *negro*, embora *cisne* não se predique de nenhum *negro*. Por conseguinte, se tomarmos A como predicando todo B, e B algum C, a conclusão será verdadeira, ainda que a premissa BC seja falsa. A mesma conclusão se verificará quando a premissa AB for negativa. É possível que A não se predique de nenhum B, e não se diga de algum C, enquanto B não se predica de nenhum C, por exemplo: o género não se predica da espécie de outro género e, nalguns casos, não se predica de um acidente da sua própria espécie, porque *animal* não se predica de nenhum *número* e não se predica de algum *branco*, e *número* não se predica de nenhum *branco*. Se, portanto, tomarmos número como termo médio, e se assumirmos A como não predicável de nenhum B, e B como predicável de algum C, A não predicará qualquer C, o que, tínhamos suposto, é verdadeiro. Então, a

premissa AB é verdadeira, e a premissa BC é falsa.

Se a premissa AB for parcialmente falsa, e a premissa BC falsa, a conclusão será verdadeira, por nada obstar a que, efectivamente, A se predique em cada premissa de algum B e de algum C, ainda que B não se predique de nenhum C, por exemplo: se B for o contrário de C, sendo ambos acidentes do mesmo género, porque animal predica-se de algum branco e de algum negro, mas branco não se predica de nenhum negro. Se tomarmos A como predicando todo B, e B algum C, a conclusão será verdadeira, e o mesmo ocorre quando a premissa AB for negativa: os mesmos termos, dispostos do mesmo modo, servirão ao fim da demonstração.

Finalmente, quando as premissas são ambas falsas, a conclusão será verdadeira. É possível que A não se predique de nenhum B e se predique de algum C, ainda que B não se predique de nenhum C, por exemplo: o género em relação à espécie de outro género e ao acidente das suas espécies, porque *animal* não se diz de nenhum *número*, mas diz-se de algum *branco*, e *número* não se diz de nenhum *branco*. Se tomarmos A como predicável de todo B, e B de algum C, a con-

clusão será verdadeira, ainda que as duas premissas sejam falsas. A mesma solução quando a premissa AB for negativa. Nada impede que A não se predique da totalidade de B e não se diga de algum C, enquanto B não se diz de nenhum C, por exemplo: *animal* diz-se de todo o *cisne* e não se diz de algum *negro*, e *cisne* não se diz de nenhum *negro*. Daqui resulta que, se tomarmos A como não predicável de nenhum B, e B como dizendo-se de algum C, A não se dirá de
55 b nenhum B. A conclusão é neste caso verdadeira, ainda que as premissas sejam falsas.

3

Na segunda figura é possível deduzir uma conclusão verdadeira através de premissas falsas, se ambas as premissas forem totalmente falsas, ou se cada uma delas for parcialmente falsa; ou se uma for verdadeira e a outra totalmente falsa, qualquer que seja a falsa; ou quando as duas premissas são parcialmente falsas; ou quando uma é completamente verdadeira e a outra parcialmente falsa; e isto, tanto nos silogismos universais como nos silogismos particulares.

Se A não se predica de nenhum B, e se é predicável de todo C, se, por exemplo, *animal* não se predica de nenhuma *pedra* e se

predica de todo o *cavalo*, quando as premissas forem tomadas em sentido contrário, e se tomarmos A como predicando todo B e como não predicando nenhum C, então, premissas totalmente falsas conduzirão a uma conclusão verdadeira. A mesma solução quando A se disser de todo B e não se disser de nenhum C, porque o silogismo será o mesmo.

É também este o caso, se uma premissa for totalmente falsa, e outra totalmene verdadeira. Nada impede que A se predique de todo B e de todo C, embora B não se predique de nenhum C, como o género em relação às suas espécies não subordinadas, porque *animal* predica-se de todo o *cavalo* e de todo o *homem*, e nenhum *homem* é *cavalo*. Se, portanto, tomarmos animal como predicável de todos os elementos da mesma espécie e de nenhum da outra espécie, uma premissa será totalmente falsa e outra totalmente verdadeira, e a conclusão será verdadeira, não importando a qual dos termos a negativa se refira. O mesmo acontece se uma premissa for parcialmente falsa, e outra totalmente verdadeira. É possível, com efeito, que A se predique de algum B e de todo C, ainda que B não se predique de nenhum C, por exemplo: *animal* predica-se de algum *branco* e de todo

o *corvo*, e *branco* não se predica de nenhum corvo. Se tomarmos A como não predicando nenhum B, e como predicando todo C, a premissa AB é parcialmente falsa, a premissa AC totalmente verdadeira, e a conclusão verdadeira. E se transpusermos a premissa negativa, acontecerá o mesmo, a demonstração far-se-á segundo os mesmos termos. Esta situação também se verificará se a premissa afirmativa for falsa em parte, e a negativa totalmente verdadeira, porque nada obsta a que A se predique de algum B e não se predique totalmente de C, por exemplo: *animal* diz-se de algum *branco*, mas não se diz de nenhuma *resina*, e *branco* não se diz de nenhuma *resina*. Por conseguinte, se tomarmos A como predicando-se da totalidade de B e como não se predicando de nenhum C, a premissa AB é parcialmente falsa, a premissa AC totalmente verdadeira, e a conclusão verdadeira. E se as duas premissas forem parcialmente falsas, a conclusão será verdadeira. É possível que A se diga de algum B e de algum C, e que B não se diga de nenhum C, por exemplo: *animal* diz-se de algum *branco* e de algum *negro*, e *branco* não se diz de nenhum *negro*. Se tomarmos A como predicando todo B e como não predicando C, as premissas serão ambas parcialmente falsas,

56 a

e a conclusão verdadeira. A mesma solução ocorrerá no caso de transposição da premissa negativa, servindo-nos dos mesmos termos.

É evidente também que o exposto se aplica aos silogismos particulares. Nada impede que A se diga de todo B e de algum C, e que B não se diga de algum C, por exemplo: *animal* diz-se de todo o *homem* e de algum *branco*, e *homem* não se diz de algum *branco*. Se pusermos A como não predicando nenhum B e predicando algum C, a premissa universal é totalmente falsa, a premissa particular verdadeira, e a conclusão verdadeira. O mesmo, se a premissa AB for negativa. É possível, com efeito, que A não se diga de nenhum B e não se diga de algum C, e que B não se diga de algum C, por exemplo: *animal* não se diz de nenhum *inanimado* e não se diz de algum *branco*, e *inanimado* não se dirá de algum *branco*. Se tomarmos A como predicável de todo B e como não predicável de algum C, a premissa AB, universal, é totalmente falsa, a premissa AC verdadeira, e a conclusão verdadeira. A conclusão é ainda verdadeira quando se coloca a premissa universal como verdadeira, e a particular como falsa. Nada impede que A não seja o consequente nem de B nem de C, ainda que B não se predique de algum C, por exem-

plo: *animal* não se diz de nenhum *número* nem de nenhum *inanimado*, e *número* não é o consequente de *inanimado*. Se pusermos A como não predicando nenhum B e como predicando algum C, a conclusão será verdadeira, a premissa universal verdadeira, e a particular falsa. E se a premissa universal for afirmativa, verificar-se-á o mesmo. É possível que A se diga simultaneamente da totalidade de B e de C, ainda que B não seja o consequente de algum C, por exemplo: o género em relação à espécie e à diferença, porque *animal* é consequente de todo o homem e de *pedestre* tomado na sua totalidade, mas *homem* não é o consequente de todo o *pedestre*. Daqui resulta que, se tomarmos A como predicando a totalidade de B, e como não predicando algum C, a premissa universal é verdadeira, a particular falsa, e a conclusão verdadeira.

Também é evidente que duas premissas falsas podem levar a uma conclusão verdadeira, por ser possível que A se predique simultaneamente de B e de C na sua totalidade, embora B não seja o consequente de algum C. Se tomarmos A como não predicando nenhum B, e como predicando algum C, ambas as premissas serão falsas, enquanto a conclusão é verdadeira. O mesmo se veri-

fica quando a premissa universal for afirmativa, e a particular negativa, por ser possível que A não seja o consequente de nenhum B, e seja o consequente de todo C, e que B não se predique de algum C, por exemplo: *animal* não é consequente de nenhuma *ciência*, mas é consequente de todo o *homem*, e *ciência* não é o consequente de todo o *homem*. Se, pois, aduzirmos A como predicável de todo B, e como não consequente de algum C, as premissas são falsas, mas a conclusão será verdadeira. 56b

4

Na última figura[50] também haverá uma conclusão verdadeira extraída de premissas falsas: quando ambas as premissas são totalmente falsas, quando cada uma delas é parcialmente falsa, quando uma é totalmente verdadeira, e a outra falsa, quando uma é parcialmente falsa, e a outra totalmente verdadeira; e inversamente, em todos os outros casos em que a transposição das premissas é possível.

Nada obsta, com efeito, a que nem A, nem B, se prediquem de nenhum C, ainda que A se predique de algum B, por exemplo: nem *homem*, nem *pedestre*, são consequentes de nenhum *inanimado*, enquanto *homem* se

predica de algum *pedestre*. Se, portanto, A e B forem tomados como predicáveis de todo C, as premissas são totalmente falsas, mas a conclusão é verdadeira. O mesmo quando uma premissa é negativa, e, a outra, afirmativa. É possível, de facto, que B não se diga de nenhum C, que A se diga de todo C, e que A não se diga de algum B, por exemplo: *negro* não se predica de nenhum *cisne*, *animal* diz-se de todo o *cisne*, e *animal* de algum *negro*. Por conseguinte, se tomarmos B como predicado de todo C, e A como não predicável de nenhum C, A não se dirá de algum B; e a conclusão é verdadeira, enquanto as premissas são falsas.

Também é assim, se cada uma das premissas for parcialmente falsa, porque a conclusão pode ser verdadeira. Nada obsta a que A e B se digam de algum C, e que A se diga de algum B, por exemplo: *branco* e *belo* dizem-se de algum *animal*, e *branco* de algum *belo*. Se pusermos A e B como predicando todo C, as premissas são parcialmente falsas, mas a conclusão é verdadeira. E se a premissa AB for negativa, o mesmo acontecerá. Nada impede que A não se diga de algum C, e que B não se diga de algum C, enquanto A não se diz de todo B, por exemplo: *branco* não se diz de algum *animal*, *belo* diz-se de

algum *animal*, e *branco* não se diz de todo o *belo*. Por conseguinte, se tomarmos A como não predicável de nenhum C, e B como dizendo-se de todo C, ambas as premissas são parcialmente falsas, mas a conclusão é verdadeira.

A solução é a mesma se uma premissa for totalmente falsa, e outra totalmente verdadeira. É possível que A e B sejam consequentes de todo C, ainda que A não se predique de algum B, por exemplo: *animal* e *branco* são consequentes de todo o *cisne*, embora *animal* não se predique de todo o *branco*. Sendo postos termos deste género, se tomarmos B como predicável da totalidade de C, e A como não predicável de C na sua totalidade, a premissa BC será totalmente verdadeira, a premissa AC totalmente falsa, e a conclusão verdadeira. O mesmo acontece, se a premissa BC for falsa, e a premissa AC verdadeira. Para a demonstração, servir-nos-emos dos mesmos termos. Este é também 57a o caso, se ambas as premissas forem afirmativas, porque nada obsta a que B seja o consequente de todo C, e que A se predique de todo C, ainda que A não se diga de algum B, por exemplo: *animal* diz-se de todo o *cisne*, *negro* não se diz de nenhum *cisne*, e *negro* diz-se de algum *animal*. Por conseguinte, se

tomarmos A e B como predicáveis de todo C, a premissa BC é totalmente verdadeira, a premissa AC totalmente falsa, e a conclusão verdadeira. A solução é a mesma, se a premissa AC for verdadeira, e a demonstração é factível mediante os mesmos termos.

Tira-se a mesma conclusão, se uma das premissas for totalmente verdadeira, e a outra parcialmente falsa. É possível que B se diga de todo C, e A de algum C, enquanto A se diz de algum B, por exemplo: *bípede* predica todo o *homem*, *belo* não predica todo o *homem*, e *belo* predica algum *bípede*. Se, então, tomarmos A e B como predicáveis da totalidade de C, a premissa BC é totalmente verdadeira, a premissa AC parcialmente falsa, e a conclusão verdadeira. A solução é a mesma, se a premissa AC for verdadeira, e a premissa BC parcialmente falsa, e a transposição dos mesmos termos atrás indicados tornará a demonstração possível. O resultado será idêntico, se uma premissa for negativa, e outra afirmativa, pois é possível que B se predique de todo C, e A de algum C, e, quando a disposição dos termos é esta, em que A não se predique de todo B, daí resulta que, se tomarmos B como predicável de todo C, e A como não predicável de nenhum C, a premissa negativa é parcialmente falsa,

a outra totalmente verdadeira, bem como a conclusão. Agora que foi demonstrado que A não se predica de nenhum C e B se predica de algum C, torna-se possível que A não se predique de algum B, sendo evidente que, se a premissa AC é totalmente verdadeira, e a premissa BC parcialmente falsa, a conclusão poderá ser verdadeira. Se tomarmos A como não predicável de C, e B como predicável de todo C, a premissa AC é totalmente verdadeira, e a premissa BC totalmente falsa.

É evidente ainda que, nos silogismos particulares, pode haver, em casos idênticos, conclusão verdadeira extraída de premissas falsas. Os termos a utilizar são os mesmos dos casos das premissas universais, termos afirmativos nos silogismos afirmativos, negativos nos silogismos negativos. Na verdade, pouco importa, na exposição dos termos, que o que não se predica de um sujeito na sua totalidade seja aduzido como se fosse predicável da sua totalidade, ou que o que se predica particularmente de um sujeito seja aduzido como predicando-se da sua totalidade; e o mesmo se diz das proposições negativas.

Vemos então que, se a conclusão é falsa, as proposições de onde o raciocínio parte devem necessariamente ser falsas, sejam to-

das, sejam somente algumas; pelo contrário, se a conclusão for verdadeira, não é necessário que as premissas sejam verdadeiras, quer se trate de uma delas, ou de ambas; mas é possível, mesmo quando nenhuma das partes do silogismo for verdadeira, que a conclusão não seja menos verdadeira, embora isto não seja necessariamente assim. A causa é que, quando os termos se relacionam entre si de um modo tal que um envolve necessariamente o outro, a inexistência do último envolverá a inexistência do primeiro, enquanto a existência do último não envolve necessariamente a existência do primeiro. Mas é impossível que a existência e a inexistência da mesma coisa causem necessariamente a existência da mesma coisa. Quero dizer que, por exemplo, é impossível que a brancura de A implique necessariamente a grandeza de B e que a não brancura de A implique necessariamente a grandeza de B, e que a não brancura de A implique necessariamente a grandeza de B, pois a brancura disto, A, envolve necessariamente a grandeza disso, B, e que a grandeza de B implica a não brancura de C, é então necessário que se A é branco, C não seja branco. E como, dados dois termos, um implica necessariamente o outro, é necessário que a inexistência de um

implique a inexistência do outro, A, por exemplo. Se, nesse caso, B não é grande, A não pode ser branco; mas, quando A não for branco, torna-se necessário que, B não sendo grande, o próprio B é grande — o que constitui absurdo —, porque se B não é grande, A não será necessariamente branco. Assim, pois, quando este último não é branco, B deve ser grande, resulta que se B não for grande, B é grande, tal como se havia demonstrado mediante os três termos.

5

A demonstração[52] circular e recíproca consiste, por meio da conclusão e de uma das premissas com a predicação invertida, em extrair a proposição restante que se havia tomado no silogismo inicial. Por exemplo, suponhamos ser necessário demonstrar que A se predica de todo C, sendo a demonstração efectuada mediante B; e que temos de demonstrar que A se predica de todo B, tomando A como predicável de C, e C de B e, assim, A de B. Ora, no primeiro silogismo, havíamos tomado a proposição inversa, a saber, que B se predica de C. Ou suponhamos que se torna necessário demonstrar que B se predica de C, e que se toma A como predicando C, como estava na con-

clusão do primeiro silogismo, e B como predicando A. Ora, no primeiro silogismo tínhamos aduzido a proposição inversa, que A predica B. De qualquer outro modo, a demonstração recíproca é impossível. Se, com efeito, tomarmos um termo médio diferente, a prova não será circular, porque nenhuma das proposições aduzidas será a mesma da precedente. Por outro lado, se tomarmos alguma delas, devemos tomar uma só, pois se tomamos as duas, teremos a mesma conclusão anterior, quando a conclusão deveria ser diferente. No caso dos termos inconvertíveis, uma das premissas de onde deriva o silogismo está indemonstrada, pois não é possível demonstrar, por estes termos, que a terceira se predica do médio, nem o médio da primeira. Pelo contrário, no caso de termos convertíveis, a demonstração recíproca é possível em todos os casos.

Assim, por exemplo, que A, B e C são interconvertíveis. Admitamos que demonstrámos AC por meio de termo médio B, e que demonstrámos AB por meio da conclusão e da premissa BC convertida, e do mesmo modo, a proposição BC por meio da conclusão e 58 a pela premissa AB convertida. Temos então de demonstrar as premissas CB e BA, porque são estas as únicas de que nos servimos

para a demonstração. Se, pois, tomarmos B como predicáveis de todo C, e C de todo A, haverá um silogismo que dá a relação entre B e A. Se, por sua vez, tomarmos C como predicável de todo A, e A de todo B, logo é necessário que C se predique de todo B. Em ambos os silogismos, a premissa CA foi tomada sem prévia demonstração, porque as outras premissas haviam sido demonstradas. Por conseguinte, se demonstrarmos esta premissa, todas as outras terão sido demonstradas reciprocamente. Se tomarmos C como predicável de todo B, e B de todo A, ambas as premissas tomadas foram demonstradas, e C predica-se de A, necessariamente. Vemos assim que a demonstração circular e recíproca só é possível nos casos de termos convertíveis, e que, nos demais casos, tudo se passa como explicámos acima. Acontece também que nestes últimos silogismos, nos servimos do demonstrado para a demonstração, porque provamos C de B, e B de A, tomando C como enunciado de A, e C é provado de A por estas mesmas premissas, de modo que a conclusão nos serve em vista da demonstração. Nos silogismos negativos, a demonstração recíproca faz-se do seguinte modo: seja B predicável de todo C, e A não predicável de nenhum B: concluímos que A não

se predica de nenhum C. Se for preciso demonstrar que, por sua vez, A não se predica de nenhum C (o que se enunciara anteriormente), A não se dirá de nenhum C, e C dir-se-á de todo B, pois deste modo a premissa é invertida. Mas se for necessário extrair a conclusão que B se predica de C, já não podemos converter como convertêramos a proposição AB, por haver identidade entre a premissa *B não é predicável de nenhum A* e a premissa *A não é predicável de nenhum B.* Teremos então de supor que B se predica de todos os casos dos quais não se predica A. Por conseguinte, B deve predicar-se de todo C. Sendo assim, cada uma das três proposições foi inferida como uma conclusão, sendo a isto que se chama demonstrar circularmente, quer dizer, tomar a conclusão e a inversa de uma das premissas, para deduzir a premissa restante.

Nos silogismos particulares, a premissa universal não se pode demonstrar por meio das outras, mas a premissa particular pode ser demonstrada. Que não é possível demonstrar a premissa universal, eis que é evidente — a universal prova-se através de proposições universais, enquanto a conclusão não é universal e enquanto a demonstração deve efectuar-se a partir da conclusão e de

outra premissa, de outro modo não obtemos 58b qualquer silogismo pela conversão da outra premissa, pois o que obtemos é somente duas premissas particulares. Pelo contrário, a premissa particular é demonstrável. Suponhamos que A haja sido demonstrado de algum C através de B; se tomarmos B como predicável de todo A, e se mantivermos a conclusão, B dir-se-á de algum C, porque se obtém a primeira figura, em que o termo médio é A. Se o silogismo for negativo, a premissa universal é indemonstrável, pelo motivo atrás indicado, mas podemos demonstrar a premissa particular, se convertermos a premissa AB de modo idêntico ao que usámos nos silogismos universais, dizendo que B se predica do termo particular do qual A é particularmente negado. Se não for assim, não obtemos qualquer silogismo, porque a premissa particular é negativa.

6

Na segunda figura, a proposição afirmativa não é demonstrável por este modo, mas a negativa pode sê-lo. A proposição afirmativa não se demonstra, porque as duas premissas não são afirmativas, uma vez que a conclusão é negativa, enquanto a proposição afirmativa é, como já vimos, demonstrada a

partir de premissas afirmativas. Quanto à negativa, eis como se demonstra: seja A predicável de todo B e não predicável de nenhum C — a conclusão será: B não se predica de nenhum C. Se tomarmos B como predicável de todo A, necessariamente que A não se predicará de nenhum C, porque obtemos a segunda figura, sendo B o termo médio. Se a premissa for negativa, e a outra afirmativa, teremos a primeira figura, porque C predica-se de todo A, e B de nenhum C, de modo que B não se predica de nenhum A. Por conseguinte, A não se predica de B. Através da conclusão e de uma só premissa, não obtemos, neste caso, um silogismo; mas se juntarmos uma outra premissa, haverá silogismo.

Se o silogismo não for universal, a premissa universal não é demonstrável, precisamente pela mesma razão já atrás indicada, enquanto a premissa particular é demonstrável quando a premissa universal for afirmativa. Admitamos que A se predica de todo B e não se predica de algum C: a conclusão é BC. Se, então, tomarmos B como predicável de todo A, e como não predicável de algum C, A não se predicará de algum C, sendo B o termo médio. Pelo contrário, se a premissa universal for negativa, a premissa AC não será demonstrada pela con-

versão de AB, porque o resultado obtido é o de que as duas premissas, ou pelo menos uma delas, são negativas, o que fará com que não haja silogismo. A demonstração será a mesma dos silogismos universais, se tomarmos B como predicável do termo particular, do qual B não se predica.

7

Na terceira figura, quando as premissas são ambas aduzidas universalmente, a sua demonstração recíproca não é possível: o universal demonstra-se através de proposições universais, enquanto que, nesta figura, a conclusão é sempre particular. Por conseguinte, é evidente a total impossibilidade de demonstração da premissa universal através desta figura. Mas, se uma premissa for universal e outra particular, a prova tanto é possível, como impossível. Quando ambas as premissas forem afirmativas, e quando a universal estiver em relação ao termo menor, a prova será possível. Se a universal se referir ao outro termo, a prova será impossível. Suponhamos, aliás, que A se predica de todo C, e B de algum C — a conclusão é a proposição AB. Se tomarmos C como predicável de todo A, demonstramos que C é

59a

predicável de algum B, mas não demonstrámos que B é predicável de algum C. Portanto, é necessário que, se C é predicável de algum B, B também se predique de algum C. Mas a proposição *isto predica-se daquilo* e a proposição *aquilo predica-se disto* constituem casos diferentes. É preciso acrescentar ainda que, se *isto* se predica daquilo particularmente, *aquilo* predica-se *disto* também particularmente. Só fazendo assim, o silogismo não resulta da conclusão e de outra premissa. Mas se B se predica de todo C, e A de algum C, será possível provar a proposição AC, se tomarmos C como predicando todo B, e A predicando algum B. Se C se predica de todo B, e A de algum B, logo A predica-se necessariamente de algum C, sendo B o termo médio. E quando uma premissa for afirmativa, e a outra negativa, e quando a afirmativa for universal, a outra premissa é demonstrável. Admitamos que B se predica de todo C, e que A não se predica de algum C: a conclusão diz que A não se predica de algum B. Se aduzirmos que C se predica de todo B, é necessário que A não se predique de algum C, sendo B o termo médio. Quando a premissa negativa for universal, a outra premissa não é demonstrada, a menos que procedamos como nos casos

anteriores, isto é, que tomemos *aquilo* como predicando o termo particular do qual *isto* se nega particularmente, por exemplo: se A não se predica de nenhum C, e se B se predica de algum C, a conclusão é a de que A não se predica de algum B. Se, portanto, tomarmos C como predicando o termo particular do qual A é particularmente negado, é necessário que C se predique de algum B. De outro modo não é possível, pela conversão da premissa universal, demonstrar a outra, porque de nenhum modo haverá silogismo.

Vemos que, na primeira figura, a demonstração recíproca se efectua, já pela terceira, já pela primeira figura. Se a conclusão for afirmativa, pela primeira figura, e se for negativa, pela última, pois tomámos aquilo como predicável de tudo o que de isto é negado universalmente. Na segunda figura, quando o silogismo for universal, a prova efectua-se, tanto através da mesma segunda figura, como através da primeira, mas quando o silogismo for particular, a demonstração efectua-se, já através da segunda, já da última. Na terceira figura, a demonstração efectua-se sempre através desta mesma figura. É também evidente que, na terceira e na segunda figuras, os silogismos que não se obtém atra-

vés destas mesmas figuras, ou não são demonstráveis pela circular, ou são silogismos imperfeitos.

8

59 b A conversão de um silogismo consiste na inversão[53] da conclusão, construindo um silogismo, cuja conclusão seja a de que o termo maior não se predicará do termo médio, ou de que o termo médio não se predicará do termo menor. Quando a conclusão foi convertida e uma das premissas foi mantida, é necessário que a premissa restante seja refutada, porque se ela subsistir também a conclusão subsistirá.

Todavia há uma diferença, consoante a conclusão for convertida na sua contraditória, ou na sua contrária: não obtemos o mesmo silogismo conforme a conversão se faça de um ou de outro modo. Isto tornar-se-á claro através da explicação a seguir. Designo por *oposição de contradição predicar-se de todos, não se predicar de todos, oposição de contrariedade a de todo a nenhum e de algum, não se predicar de algum.* Suponhamos que provámos A de C, através de B tomado como termo médio. Se, nesse caso, tomarmos A como não predicável de

nenhum C, mas como predicável de todo B, B não será predicável de nenhum C. E se A não se predicar de nenhum C, e se B se predicar de todo C, a conclusão será a de que A não se predica de algum B, A não se predicará de nenhum B, pois vimos como a universal não se demonstra através da última figura. Em resumo, não é possível refutar universalmente por conversão a premissa relativa ao termo maior, porque a refutação se efectua sempre através da terceira figura, pois é em relação ao termo menor que nos cumpre tomar as duas premissas. Se o silogismo for negativo, a solução é idêntica. Admitamos, com efeito, que foi demonstrado que A não se predica de nenhum C, através de B. Então, se tomarmos A como predicável de todo C, e como não predicável de nenhum B, B não se predicará de nenhum C; e se A e B se disserem de todo C, A não se dirá de algum B, enquanto que, no anterior silogismo, não se predicava de nenhum B.

Contudo, se a conclusão for convertida na sua contraditória, os silogismos serão contraditórios e não universais, obtemos uma premissa particular, de modo que a conclusão também será particular. Admitamos que o silogismo é afirmativo e que se converte do modo que explicámos. Então, se A não se

diz de algum C, mas se predica de todo B, B não se dirá de algum C; e se A não se predica de algum C, e se B se predica de todo C, A não se dirá de algum B. Porque se A se predica de algum C e não se predica de nenhum B, a conclusão é a de que B não predicará de nenhum C. Se A se predica de algum C, e B de todo C, — como havíamos suposto antes — A dir-se-á de algum B.

No caso dos silogismos particulares, quando a conclusão for convertida na sua contraditória, ambas as premissas são refutadas, mas se ela for convertida em sentido contrário, nenhuma das premissas é refutada. O resultado deixa de ser, como nos silogismos universais, uma refutação em que a conclusão obtida por conversão é falha de universalidade, não chegando a haver refutação. 60 a Admitamos que se demonstrou A de algum C. Se tomarmos A como não predicável de nenhum C, e B como predicável de algum C, A não se dirá de algum B; e se A não se predica de nenhum E e se predica de todo B, B não se predicará de nenhum C. Daqui resulta que ambas as premissas são refutadas. Pelo contrário, se a conclusão for convertida na sua contrária, nenhuma das premissas será refutada. Se A não se predicar de algum C, mas se for predicável de todo B, B não se dirá de algum C. Mas a premissa inicial não se acha ainda refutada, pois é possível que B se predique à vez de algum C e não se predique de algum C. Quanto à premissa universal AB, não pode haver nenhum silogismo para a refutar, porque se A não se diz de algum C, e como B se diz de algum C, nenhuma das premissas é universal. O mesmo ocorre se o silogismo for negativo; se tomarmos A como predicável de todo C, as premissas são ambas refutadas, mas se A for tomado como predicável de algum C, nenhuma delas é refutada. A demonstração faz-se como anteriormente.

9

Na segunda figura, seja qual for o modo de conversão, não é possível refutar pela sua contrária a premissa relativa ao termo maior. Sempre teremos a conclusão na terceira figura, e já vimos como, nesta figura, não há lugar para o silogismo universal. Pelo contrário, poderemos refutar a outra premissa de um modo análogo ao da conversão. Pela expressão de *modo análogo*, entendo que, se a conversão da conclusão se efectua segundo a contrariedade, a refutação há-de efectuar-se

segundo a contrariedade, mas se a conversão se faz segundo a contradição, a refutação há-de fazer-se segundo a contradição. Suponhamos que A se predica de todo B e de nenhum C. A conclusão é BC. Se, nesse caso, tomarmos B como predicável de todo C, e se mantivermos a proposição AB, A predicar-se-á de todo C, porque obtemos a primeira figura. Se B se predicar de todo C, e se A não se predicar de nenhum C, A não se há-de predicar de algum B — e esta é a última figura. Contudo, se a conclusão for convertida na contraditória, a premissa AB será demonstrada do mesmo modo que anteriormente, enquanto que a premissa AC o será pela sua contraditória. Porque, se B se predica de algum C, e se A não se predica de nenhum C, A não se predicará de algum B. Se, agora, B se predicar de algum C, e A de todo B, A dir-se-á de algum C, de modo que o silogismo terá por conclusão a contraditória da premissa. A demonstração será a mesma, caso façamos a transposição das premissas.

Se o silogismo for particular, se a conclusão for convertida pela contrariedade, nenhuma das premissas será refutada, tal como nenhuma delas era refutada na primeira figura; pelo contrário, se a conversão se efectuar segundo a contradição, ambas as premissas serão refutadas. Ponhamos A como não predicável de nenhum B e como predicável de algum C. A conclusão é BC. Se, nesse caso, colocarmos B como predicável de algum C, e se mantivermos a premissa AB, a conclusão será a de que A não se predica de algum C. Todavia, a proposição inicial não foi refutada, pois é possível que A se predique ao mesmo tempo de algum C e não se predique de algum C. Se, no entanto, B se disser de algum C, e A de algum C, não haverá silogismo, porque nenhuma das premissas tomadas é universal, logo, a proposição AB não é refutada. Em contrapartida, se a conversão for convertida na sua contraditória, ambas as premissas são refutadas. 60b Se, na verdade, B se diz de todo C e se A não se diz de nenhum B, A não se dirá de nenhum C; mas tínhamos dito que A se predicava de algum C. Se, agora, B se predica de todo C, e A de algum C, A dir-se-á de algum B. A demonstração é a mesma, se a proposição universal for afirmativa.

10

Na terceira figura, quando a conclusão é convertida segundo a contrariedade, ne-

nhuma das premissas, em nenhum silogismo, é refutada, mas quando a conversão se efectua segundo a contradição, as premissas podem ser ambas refutadas, e isto em todos os silogismos. Admitamos ter sido demonstrado que A se predica de algum B tomando-se C como termo médio, e que as premissas são universais. Suponha-se demonstrado que A não se predica de algum B, e B como predicável de todo C, logo não obteremos silogismo concluindo por AC. Se A não se predicar de algum B mas se for predicável de todo C, não haverá silogismo concluindo BC. Se as premissas não forem universais, a demonstração será análoga. Com efeito, ou as premissas obtidas através da conversão devem ser ambas particulares, ou então a premissa universal deve referir-se ao termo menor. No entanto, já vimos que, deste modo, não havia silogismo, nem na primeira figura, nem na segunda. Pelo contrário, quando as conclusões forem convertidas nas suas contraditórias, as premissas serão ambas refutadas. Se A não se predicar de nenhum B, e se B se predicar de todo A, A não se dirá de nenhum C. Se A não for predicável de nenhum B e for predicável de todo C, B não se dirá de nenhum C. E se uma das premissas não for universal, a solu-

ção é idêntica. Se A não se predicar de nenhum B, e se B for predicável de algum C, A não se dirá de algum C; e se A não se disser de nenhum B e se for predicável de todo C, B não se se dirá de nenhum C.

A solução é ainda a mesma se o silogismo for negativo. Admitamos, com efeito, ter sido demonstrado que A não se predica de algum B, sendo a premissa BC afirmativa e a premissa AC negativa, porque já vimos ser deste modo que o silogismo se obtinha. Quando tomamos o contrário da conclusão, não há silogismo, porque se A se predica de algum B, e B de todo C, já o dissemos, não havia silogismo concluindo AC. Acontece o mesmo se A se disser de algum B e não se disser de nenhum C, pois também aqui não haverá silogismo concluindo BC. Por conseguinte, as premissas não são refutadas. Todavia, quando se usa a contraditória da conclusão, as premissas são refutadas. Se A se predicar de todo B, e B de C, A predica-se de todo C. Ora, havíamos dito que A não se predica de nenhum C. Se, agora, A se predica de todo B e não se predica de nenhum C, B não se predica de nenhum C; ora, havíamos dito que B se predicava de todo C. A demonstração faz-se do mesmo modo se as premissas não forem universais.

Com efeito, a premissa AC é nesse caso universal e negativa, enquanto a outra é particular e afirmativa. Se, portanto, A se predica de todo B, e B de algum C, resulta que A se predica de algum C; ora, tínhamos suposto

61 a que não era predicável de nenhum C. Se, agora, A se predica de todo B e não se predica de nenhum C, B não se diz de nenhum C; mas se A se predica de algum B, e B de algum C, não obtemos qualquer silogismo, e também não obteremos silogismo se, deste modo, A se predicar de algum B, e não se predicar de nenhum C. Assim, pelo primeiro modo, as premissas são refutadas, mas de outro modo não o são.

Torna-se evidente, pelo que dissemos, como, pela conversão da conclusão, obtemos um silogismo em cada figura; e também quando o resultado é contrário à premissa e quando é contraditório da premissa. É também evidente que, na primeira figura, os silogismos procedem pela segunda e pela última figuras, e a premissa que se refere ao termo menor é sempre refutada pela segunda figura, e a que se refere ao termo maior, pela última; na segunda figura, o silogismo procede pela primeira e pela última premissas, e a premissa relativa ao termo menor é sempre refutada pela primeira figura, e a

relativa ao termo maior pela última; na terceira figura, o silogismo procede pela primeira e pela segunda, e a premissa relativa ao termo maior é sempre refutada pela primeira figura, e a relativa ao termo menor, pela segunda.

Esclarecemos deste modo a natureza da conversão, o modo pelo qual ela se efectua, em cada uma das figuras e, por fim, o silogismo que dela resulta.

11

Há pıova do silogismo pelo absurdo, quando se aduz a contraditória da conclusão, e quando se lhe junta outra premissa, o que é realizável nas três figuras. Este silogismo é semelhante à conversão, com esta diferença, não obstante, que a conversão supõe a constituição prévia de um silogismo e a adopção de duas premissas, enquanto que, na redução ao absurdo, a verdade da oposta não depende do acordo da adversária, mas da sua própria evidência. Em ambos os casos os termos são os mesmos, e as premissas são tomadas de igual modo. Seja, por exemplo, A predicável de todo B, com C em termo médio. Se supusermos que A não se predica de algum B, ou que não se predica de ne-

nhum B, mas pertence a todo C (proposição que de facto admitimos como verdadeira), C deve necessariamente, ou não se predicar de nenhum B, ou não se predicar de algum B, o que é impossível; por conseguinte, a suposição é falsa; logo, a sua oposta é verdadeira. A mesma solução vale para as outras figuras, porque todos os modos passíveis de conversão são susceptíveis de redução ao absurdo.

Todas as proposições são demonstradas em todas as figuras pelo absurdo, exceptuando a universal afirmativa, que se demonstra na segunda e na terceira figuras, mas não através da primeira. Admitamos que A não se predica de algum B, ou que não se predica de nenhum B, e juntemos outra premissa, cuja posição é indiferente, por exemplo, que C é predicável de todo A, ou B como predicável de todo D — teremos a primeira figura. Se, então, supusermos que A
61 b não se predica de algum B, não obtemos qualquer silogismo, seja qual for a posição da premissa adoptada. Em contrapartida, se admitirmos que A não se predica de nenhum B, e se juntarmos a premissa BD, haverá silogismo demonstrativo de que a primeira proposição é falsa, mas o problema a demonstrar fica indemonstrado. Se A não

se predica de nenhum B, e se B se predica de todo D, A não se predica de nenhum D. Ora, tínhamos admitido que tal era impossível. É então falso que A não se predique de nenhum B. Se a universal negativa for falsa, a universal afirmativa não fica provada como sendo verdadeira. Se for a premissa CA a ser adicionada, não obtemos silogismo, o qual também não é obtido se admitirmos que A não é predicável de algum B. Vemos, neste caso, que a predicação universal não se demonstra pelo absurdo na primeira figura.

Pelo contrário, a particular afirmativa, a universal negativa e a particular negativa são demonstráveis. Admitamos que A não se predica de nenhum B, e tomemos B como predicável de todo C ou de algum C. Torna-se então necessário que A não se predique de nenhum C, ou não se predique de algum C. Todavia é impossível — porque admitimos ser verdadeiro e evidente que A se predica de todo C — de onde resulta que se esta proposição é falsa, se torna necessário que A se predique de algum B. Se a outra premissa adoptada se refere a A, não haverá silogismo. Também não há silogismo quando se admite a contrária da conclusão, por exemplo, que

A não é predicável de algum B. Temos, neste caso, que admitir a contraditória.

Admitamos agora que A se predica de algum B, e tomemos C como predicável de todo A. Torna-se por conseguinte necessário que C se predique de algum B. Admitamos, contudo, que tal seja impossível, logo, a suposição é falsa. Neste caso, é verdadeiro que A não se predica de nenhum B. O mesmo modo de procedimento tem lugar se a premissa CA for negativa. Pelo contrário, se a premissa adoptada for relativa a B, não haverá silogismo; mas haverá silogismo se for suposta a proposição contrária, embora a conclusão seja impossível, e o problema proposto não seja demonstrado. Suponhamos que A se predica de todo B, e tomemos C como predicável de todo A. Torna-se então necessário que C se predique de todo B, o que é impossível; por conseguinte, é falso que A seja predicável de todo B. Só não demonstrámos ainda que seja necessário A não se predicar de nenhum B, caso se diga de todo B.

O mesmo ocorre se a outra premissa adoptada se referir a B, porque haverá silogismo e uma conclusão impossível, embora a hipótese não seja refutada. Temos, então, de admitir a contraditória.

Para demonstrar que A não se predica de algum B, importa admitir que ele se predica de todo B, porque se A se predica de todo B, e C de todo A, então C predica-se de todo B, de tal modo que, se esta última proposição for impossível, a suposição é falsa. No caso de a outra premissa adoptada se referir a A, a solução é idêntica. E se a premissa CA fosse negativa, o resultado seria o mesmo, porque também deste modo obtemos um silogismo. No entanto, se a premissa relativa a B for a negativa, nada se demonstra. Se, pelo contrário, supusermos que A se predica não de todo B, mas de algum B, não se demonstra que A não se predique de algum B, mas que A não se predica de nenhum B. Porque se A se diz de algum B, e C de todo A, C dir-se-á de algum B. Se isto é impossível, é falso que A se diga de algum B, de modo que é verdadeiro A não se predicar de nenhum B. Mas sendo isto provado, a proposição refutada é a verdadeira, porque se tratava de provar que A se predicava de algum B, e que não se predicava de algum B. Além disso, o impossível não deriva da hipótese, porque, nesse caso, a hipótese seria falsa, pois é impossível tirar uma conclusão falsa de premissas verdadeiras, mas na realidade ela é verdadeira, por- 62a

que A se diz de algum B. Por conseguinte, não temos de supor que A se predica de algum B, mas antes, que se predica de todo B. O mesmo se verificaria se tivéssemos de demonstrar que A não é predicável de algum B porque, se há identidade entre *não se predicar de algum termo* e *não se predicar de todo o termo*, a demonstração será a mesma em ambos os casos.

É pois evidente que em todos os silogismos temos de supor, não a contrária, mas a contraditória, porque, deste modo, obteremos uma conclusão necessária, em que a proposição questionada seja aceite por todos. Se acerca de todas as coisas há afirmação ou negação, se provarmos que a negação não é verdadeira, é necessário que o seja a afirmação; inversamente, se não admitimos a verdade da afirmação, a proposição de que a negação é verdadeira será aceite por todos. Pelo contrário, a contrária não poderia, em nenhum destes dois modos, ser levada em consideração, pois não é necessário, se a universal negativa for falsa, que a universal afirmativa seja verdadeira, e também ninguém aceita que, se uma for falsa, a outra é verdadeira.

12

Vemos, sendo assim, que, na primeira figura, todas as proposições são demonstradas pelo absurdo, com excepção da universal afirmativa, a qual não é demonstrável deste modo. Mas, na segunda e na terceira figuras, há lugar para a mesma demonstração. Ponhamos, por exemplo, que A não se predica de algum B, e tomemos A como predicável de todo C. Se, neste caso, A não se predica de algum B, e se é predicável de todo C, C não se predicará de algum B. Tal resulta impossível, uma vez termos admitido que C se predica de todo B, de onde deriva que a hipótese é falsa. Logo, é verdadeiro que A se predica de todo B.

Todavia, se supusermos a contrária, haverá silogismo e uma conclusão impossível, ficando somente indemonstrada a proposição aduzida. Se, com efeito, A não se predica de nenhum B e se é predicável de todo C, C não se predica de nenhum B. Ora isto é impossível, de modo que é falso que A não se predica de nenhum B.

No entanto, não é verdade que, porque tal é falso, A se deva predicar de todo B. Quanto ao caso onde se trate de demonstrar que A se predica de algum B, suponha-

mos que A não se predica de nenhum B, e admitamos que A se predica de todo C. É nesse caso necessário que C não se predique de nenhum B. Por conseguinte, se isto é impossível, A deve predicar-se necessariamente de algum B. Mas se admitirmos que A não se predica de algum B, os resultados serão exactamente os mesmos da primeira figura.

Suponhamos agora que A se predica de algum B, e admitamos que A não se predica de nenhum C. É então necessário que C não se predique de algum B. Mas tínhamos admitido que ele se predicava de todo B, de modo que a proposição suposta é falsa; logo, A não se predicará de nenhum B.

Quando se trate de demonstrar que A não é predicável de algum B, suponhamos que ele se predica de todo B, e não se predica de nenhum C. É então necessário que 62 b C não se predique de nenhum B, o que é impossível, de modo que é verdadeiro que A não se predica de algum B. É portanto evidente que todos os silogismos podem ser obtidos através da segunda figura[54].

13

De modo análogo podem obter-se por meio da última figura. Ponhamos que A não

se predica de algum B, e que C se predica de todo B. A não se predicará, nesse caso, de algum C. Se, pois, tal é impossível, é falso que A não se predique de algum B, de modo que é verdade A predicar-se de todo B. Contudo, se conjecturarmos que A não é predicável de nenhum B, haverá silogismo e conclusão impossível, mas a proposição não fica demonstrada, porque, se admitirmos a hipótese contrária, obteremos exactamente os mesmos efeitos dos casos precedentes.

Para demonstrar que A se predica de algum B, importa supor esta última hipótese, porque se A não se predica de nenhum B, e se C é predicável de algum B, A não se predicará de algum C. Caso tal seja falso, então é verdade que A se predica de algum C.

Quando se trate de provar que A não se predica de nenhum B, suponhamos que A se predica de algum B, e que tomámos C como predicável de todo B. Então, é necessário que A se diga de algum C; mas nós admitimos que não se predicava de algum C, por conseguinte, é falso que A se predique de algum B. Pelo contrário, se supusermos que A se predica de todo B, o problema aduzido não fica demonstrado.

Quando A não se predica de nenhum B, importa tomar esta última hipótese. Se A

se predica de todo B, e C de algum B, A dir-se-á de algum C. Ora, admitimos que não se predicava de nenhum, de modo que resulta falso que A pertença a todo B. Se assim é, resulta ser verdade que A não se predica de algum B. Se, pelo contrário, supusermos que A se predica de algum B, teremos análogos resultados aos dos casos atrás indicados.

Vemos assim que, em todos os silogismos procedentes pelo absurdo, importa supor a contraditória. É também óbvio que em algum sentido se pode demonstrar a proposição afirmativa pela segunda figura, e a universal pela última figura.

14

A demonstração por redução ao absurdo difere da demonstração directa neste particular: admite isso que procura refutar, reduzindo-o a uma falácia admitida, enquanto que a demonstração directa parte de proposições admitidas. Portanto, ambas partem de duas premissas admitidas[55], só que a demonstração directa toma as premissas constitutivas do silogismo inicial, enquanto a redução pelo absurdo toma somente uma das premissas, e outra proposição que é a con-

traditória da conclusão. Na prova directa, não se torna necessário que a conclusão seja conhecida, nem que se pressuponha ser ou não ser verdadeira, enquanto que, na demonstração pelo absurdo, temos de pressupor que ela não é verdadeira. Também não importa que a conclusão seja afirmativa ou negativa, e o procedimento é comum a ambos os casos.

Toda a conclusão obtida mediante a demonstração directa pode também ser demonstrada pelo absurdo, e o que se demonstra pelo absurdo pode sê-lo directamente usando os mesmos termos. Quando o silogismo é da primeira figura, o verdadeiro aparecerá na segunda ou na última figuras, e será negativo na segunda e afirmativo na última. Quando o silogismo é da segunda figura, o verdadeiro obtém-se, para todas as proposições, na segunda figura. Enfim, quando o silogismo é da terceira figura, o verdadeiro obtém-se na primeira e na segunda, sendo afirmativo na primeira, e negativo na segunda. 63a

Admitamos como demonstrado que A não se predica de nenhum B, ou se predica de algum B, mediante a primeira figura. Então, a hipótese era a de que A se predica de algum B, e as premissas eram que C se

predica de todo A e não se predica de nenhum B, pois era deste modo que havíamos obtido o silogismo e o argumento de redução ao absurdo. Mas se C se predica de todo A e não se predica de nenhum B, temos a segunda figura, sendo óbvio que destas premissas resulta que A não se predica de nenhum B. O mesmo, caso hajamos demonstrado que A não se predica de algum B. A hipótese é a de que A se predica de todo C, e as premissas diziam que C se predica de todo A e não se predica de algum B. Se a premissa CA fosse negativa, o resultado seria idêntico, porque também deste modo obteremos a segunda figura.

Admitamos agora que demonstrámos A como predicável de algum B. A hipótese é a de que A não se predica de nenhum B, e as premissas diziam que B é predicável de todo C, e A de todo C ou de algum C, pois deste modo teremos uma conclusão por absurdo. Se A e B se predicam de todo C, temos a terceira figura, resultando obviamente destas premissas que A deve predicar-se necessariamente de algum B. O resultado seria o mesmo, se B ou A fossem predicáveis de algum C.

Admitamos que, na segunda figura, se provou A como predicável de todo B. A hipó-

tese era, então, a de que A não se predica de algum B, e as premissas, que A se predica de todo C, e C de todo B, pois deste modo teremos uma conclusão impossível. Mas teremos a primeira figura se A for predicável de todo C, e C de todo B. O resultado seria o mesmo se demonstrássemos que A se predica de algum B, porque, então, a hipótese era a de que A se predica de todo C, e C de algum B. Se o silogismo for negativo, a hipótese é que A se predica de algum B, e as premissas eram que A não se predica de nenhum C, e C de todo B, de modo que vimos a obter a primeira figura. Se o silogismo não for universal, mas se tivermos demonstrado que A não se predica de algum B, a solução é a mesma. A hipótese é que A se predica de todo B, e as premissas, que A não se predica de nenhum C, e que C se predica de algum B, pois assim obtemos a primeira figura. Admitamos agora que, na terceira figura, demonstrámos que A se predica de todo B. Então, a hipótese era que A não se predicava de algum B, e as premissas diziam que C se predica de todo B, e A de todo C, pois deste modo obtemos uma conclusão impossível. As premissas formam a primeira figura. O mesmo se verificará se a demonstração estabelecer uma 63b

predicamentação particular afirmativa. A hipótese era a de que A não se predica de nenhum B, e premissas, que C se predica de algum B, e A de todo C. Se o silogismo for negativo, a hipótese é que A se diz de algum B, e as premissas eram que C não se predica de nenhum A e se predica de todo B, pelo que temos a segunda figura. O mesmo, se a demonstração não for universal. A hipótese será que A se predica de todo B, e as premissas eram que C não se predica de nenhum A, mas se predica de algum B; e temos a segunda figura.

Vemos, deste modo, como é possível, através dos mesmos termos, fazer demonstração directa de todas as proposições. Também a poderemos efectuar, quando os silogismos são de demonstração directa, a redução ao absurdo com os termos dados, desde que tomemos por premissa a contraditória da conclusão. Com efeito, os silogismos tornam-se idênticos aos que se obtém mediante a conversão, de tal modo que obtemos de imediato as figuras através das quais se resolverá cada silogismo. É então evidente que todo o problema se demonstra através destes dois modos, por absurdo e por demonstração directa, não sendo possível separar um do outro.

15

Em que figuras podemos deduzir uma conclusão, partindo de premissas opostas, e em que figuras isto não é possível, tornar-se-á evidente na explanação a seguir. Na acepção puramente verbal, há quatro modos de oposição das premissas: oposição da universal afirmativa à universal negativa, da universal negativa à particular negativa, da particular afirmativa à universal negativa, da particular afirmativa à particular negativa. Todavia, na realidade, há somente três modos de oposição, porque a oposição da particular afirmativa à particular negativa é somente verbal. Destas proposições opostas denomino de *contrárias* as universais, isto é, a oposição da universal afirmativa à universal negativa, por exemplo: *toda a ciência é boa* opõe-se a *nenhuma ciência é boa*; as demais são contraditórias.

Na primeira figura, as premissas opostas não produzem silogismo, nem afirmativo, nem negativo. Não há silogismo afirmativo, porque as duas premissas devem ser ambas afirmativas, enquanto as opostas são, uma afirmativa e, outra, negativa. Não há silogismo negativo, porque as opostas afirmam e negam respectivamente o mesmo predi-

cado do mesmo sujeito. Ora, na primeira figura, o termo médio não é afirmável dos extremos, sendo a partir dele que um outro termo é negado, sendo ele mesmo afirmado de outro termo e, como assim é, tais premissas não são opostas.

Na segunda figura, tanto as contraditórias como as contrárias podem produzir um silogismo. Admitamos, por exemplo, que A significa *bom*, e B e C *ciência*. Se pusermos que toda a ciência é boa, e logo que nenhuma ciência é boa, A predica-se de todo B e não se predica de nenhum C, de modo que B não se predica de nenhum C, logo, nenhuma ciência é ciência. O mesmo se, depois de termos aduzido que toda a ciência é boa, aduzíssemos que a medicina não é boa, porque: A predica-se de todo B e não se predica de nenhum C, de sorte que uma ciência particular não será ciência. É também este o caso se A se predica de todo C e não se predica de nenhum B, significando B *ciência*, C *medicina*, e A *crença*, porque depois de termos aduzido que nenhuma ciência é crença, aduzimos que uma ciência particular é crença. Este silogismo difere do anterior, por se terem invertido os respectivos termos. Enquanto no primeiro caso a afirmativa se referia a B, agora refere-se a C. E se

64 a

uma premissa não é universal, dará o mesmo, pois o termo médio é sempre o que diz negativamente de um termo e afirmativamente de outro. Por conseguinte, é possível que as opostas conduzam a uma conclusão, ainda que esta nem sempre se ache, nem em quaisquer condições, mas somente se os termos subordinados ao termo médio forem tais que, ou há relação de identidade, ou do todo à sua parte. De outro modo é impossível, porque as premissas não podem ser, de nenhum outro modo, nem contrárias, nem contraditórias.

Na terceira figura, um silogismo afirmativo jamais procederá de premissas opostas, pela razão que explicámos quanto à primeira figura, mas poderá haver silogismo negativo, sejam os termos universais ou não universais. Admitamos que B e C significam *ciência*, e A *medicina*. Se aduzimos que toda a medicina é ciência e que nenhuma medicina é ciência, tomámos B como predicável de todo A, e C como não predicável de nenhum A, de onde resulta que uma ciência particular não será ciência. A conclusão é a mesma se a premissa BA não for tomada universalmente, porque se uma ciência médica é ciência, e a seguir se nenhuma ciência médica é ciência, resulta que uma ciência

particular não é ciência. Se os termos forem assumidos universalmente, as premissas são contraditórias, mas se um for particular, serão contraditórias.

Cumpre-nos observar ser possível tomar as opostas do modo indicado, a saber, que toda a ciência é boa, e, a seguir, que nenhuma ciência é boa, ou que uma ciência particular não é boa. Neste caso, a contradição não nos costuma escapar. Mas é também possível concluir um termo de uma contradição através de outras interrogações, ou ainda de a tomar, como descrevemos em *Tópicos*[56]. E como as oposições às afirmações são três, segue-se que há seis modos de entender as proposições opostas. Podemos ter, já a universal afirmativa e a universal negativa, já a universal afirmativa e a particular negativa, já a particular afirmativa e a universal negativa, e as relações entre os termos

64 b são convertíveis, por exemplo: A predica-se de todo B e não se predica de nenhum C, ou A predica-se de todo C e não se predica de nenhum B, ou A predica-se de um na universal e não se predica de outro na particular, e, mais, as relações entre os termos são convertíveis. O mesmo acontece na terceira figura. Vemos, por aqui, em quantos modos

e em quais figuras se consegue produzir um silogismo, mediante premissas opostas.

É também óbvio que, de premissas falsas, podemos tirar uma conclusão verdadeira, como explicámos atrás, enquanto não a podemos tirar de premissas opostas, porque, neste caso, o silogismo é contrário à realidade. Por exemplo, se algo é bom, vimos a concluir que não é bom, ou se é animal, que não é animal, porque o silogismo parte de uma contradição, e porque os termos em que o silogismo se baseia são, ou idênticos, ou estão em relação como o todo à sua parte. Também é óbvio que, nos paralogismos, nada obsta a que se obtenha uma conclusão contraditória da hipótese, por exemplo: se um número é ímpar, concluímos que não é ímpar. As premissas contraditórias tornavam o silogismo contrário; se, pois, adoptarmos premissas deste tipo, a conclusão será a contraditória da hipótese. Importa sublinhar que os contrários não são deduzíveis nem sequer de um único silogismo de modo a obtermos uma conclusão em que o que não é bom seja bom, ou qualquer coisa deste quilate, a menos que aduzamos uma premissa qual, *todo o animal é branco e não branco*, ou *o homem é animal*... Todavia, ou temos de juntar a contraditória, dizer por exemplo

que toda a ciência é crença, e aduzir que se a ciência médica é ciência, nenhuma ciência médica é crença, conforme o modo de efectuar as refutações; ou então, teremos de concluir através de dois silogismos. Para que as premissas sejam realmente contrárias, não podem ser assumidas senão do modo que acabámos de explicar.

16

Postular e supor o ponto de partida[57] é um raciocínio que, do ponto de vista do género ao qual pertence, consiste num vício de demonstração do problema proposto. O defeito desta demonstração produz-se de vários modos. Ocorre, se não obtivermos conclusão através do silogismo, ou se utilizarmos premissas menos conhecidas ou desconhecidas, ou se, enfim, provarmos o antecedente pelos consequentes, porque a demonstração se efectua mediante premissas mais certas e anteriores. Nada disto é, porém, a petição de princípio. Como algumas coisas são conhecidas pela sua própria natureza, mas há outras que somente são conhecidas por intermédio de factores estranhos (os princípios são conhecidos por si mesmos, e o que se acha subordinado aos princípios, através

de outros dados), é quando se tenta demonstrar uma verdade que não é conhecida como tal através de si mesma, que cometemos uma petição de princípio.

Esta petição de princípio[58] é factível tomando-se de imediato a proposição a demonstrar; ou é factível mediante o recurso a proposições intermédias que seriam, em virtude da sua natureza, demonstradas pela proposição inicial, e demonstrar então mediante estas mesmas proposições. É o caso, 65a por exemplo, se tivéssemos demonstrado A por B, e B por C, ainda que fosse próprio de C o ser demonstrado por A. O resultado deste raciocínio é o demonstrarmos A pelo próprio A, sendo isto o que faz quem pensa estar traçando linhas paralelas. Não se apercebe de que está fazendo suposições que não podem ser demonstradas, se as paralelas não existirem já. Pensando deste modo, acontece que nos limitamos simplesmente a dizer que algo é, se é. Deste modo, tudo será conhecido por si mesmo, o que é impossível.

Se então, uma vez ser incerto que A se predica de C, e A se predica de B, se pede a concessão de A ser predicável de B, não vemos ainda com clareza se estamos a postular o que estava em causa no início; pelo contrário, o que temos de ver com clareza,

é que não há demonstração, porque o princípio de demonstração não pode ser o que é tão incerto quanto a questão a resolver. No entanto, se B e C se acham em relação de identidade, seja porque ambos se possam converter, seja porque um é predicável do outro, postulamos a questão inicial. Com efeito, poder-se-ia demonstrar que A se predica de B por meio destes termos, se eles fossem convertidos. Se são inconvertíveis, a sua inconvertibilidade impede a demonstração, e não o modo utilizado. Se operássemos a conversão, faríamos o que indicámos, e obteríamos uma demonstração recíproca por meio de três proposições. Seria o mesmo se disséssemos que B se predica de C, proposição que é tão incerta como a questão de saber se A se predica de C; a questão do princípio não se acha ainda postulada, mas ainda não há demonstração. Se a A e B são idênticos, seja porque são convertíveis, seja porque A é o consequente de B, a petição de princípio ocorre pela mesma causa acima, porque indicámos a natureza da petição de princípio. Ela consiste em demonstrar pelo mesmo algo que por si mesmo não é evidente. Se postular a questão inicial é demonstrar pla própria coisa algo que não é evidente por si mesmo; dito de outro modo,

falhar na demonstração, quando são igualmente incertas, já a proposição a demonstrar, já as demonstrativas, ou porque os predicados se dizem do mesmo sujeito, ou porque o mesmo predicado se diz de sujeitos idênticos; então, nas figuras segunda e terceira, a petição de princípio poderia postular-se com a reserva de que, para um silogismo afirmativo, só terá lugar na terceira e na primeira figuras. Se o silogismo for negativo, há petição de princípio quando os mesmos predicados são negados do mesmo sujeito, e as premissas não postulam ambas a questão de igual modo (o mesmo é dizível da segunda figura) por não haver conversão de termos nos silogismos negativos. A petição de princípio efectua-se, nos silogismos demonstrativos, com termos relativos à realidade, tal como indicámos; nos silogismos dialécticos, efectua-se com termos relativos à opinião.

17

A objecção *isto não é a causa da falácia*, que estamos habituados a ouvir enunciar nos argumentos, encontra-se antes de mais nos silogismos de redução ao impossível, quando se contradiz o que foi demonstrado por re- 65b

dução ao absurdo, pois, se o oponente não contradiz esta proposição, não dirá que *isto* não é a causa da falácia, mas admitirá ter havido somente uma suposição falsa nos prolegómenos do argumento. Tão pouco se utilizará a objecção na demonstração directa, pois aí não se inclui a contradição da conclusão, e, por outro lado, quando se refuta alguma proposição por demonstração directa mediante os termos ABC, não é possível dizer que o silogismo não depende da suposição, porque usamos a expressão *isto não é a causa daquilo* senão quando, estando a hipótese refutada, o silogismo não atinge a conclusão. Tal não é possível nos silogismos ostensivos, pois, quando uma hipótese é refutada, não haverá silogismo que se lhe refira. Vemos, portanto, ser somente nos casos de redução ao impossível que podemos dizer *isto não é a causa daquilo*, e mesmo assim é necessário que entre a hipótese inicial e a conclusão impossível exista uma relação tal que, seja a hipótese enunciada ou não, sendo a conclusão impossível, esta se obtém.

O caso mais óbvio em que a concluão falaciosa não depende da hipótese, é quando o silogismo vai dos termos médios à conclusão impossível, independentemente das hipóteses, conforme explicámos em *Tópicos*[59]. É a isto que se chama dar como causa o que não é causa, se, por exemplo, querendo provar a incomensurabilidade da diagonal, procurássemos demonstrar o argumento de Zenão acerca da impossibilidade do movimento, e que, em vista desta proposição, procedêssemos por redução ao absurdo; a conclusão falaciosa não está de nenhum modo em conexão com a proposição original.

Outro caso ocorre quando a conclusão impossível, estando em conexão com a hipótese, não resulta todavia dela. Isto pode acontecer, quer a conexão seja ascendente, quer descendente. Se, por exemplo, pusermos A como prdicável de B, B de C, e C de D, sendo falso que B se diga de D; porque, sendo A eliminado, B predica-se não menos de C, e C de D, pelo que a falácia não dependerá da hipótese inicial. Ou ainda, se a conexação for ascendente quando, por exemplo, supomos que A se predica de B, E de A, e F de E, será falso que F se predica de A, porque, também deste modo, a conclusão impossível se deduzirá, mesmo se a hipótese inicial for eliminada. Importa porém que a conclusão impossível esteja em conexão com os termos iniciais. Deste modo, dependerá da hipótese, por exemplo, quando a conexão é descendente, a conclusão impos-

sível deve estar em conexão com o termo predicado, pois, se for impossível A predicar-se de D, eliminando A não haverá falácia. Se a conexão for ascendente, a conclusão impossível deve estar em conexão com o sujeito da hipótese, porque se não é possível F predicar-se de B, uma vez B eliminado, não haverá conclusão falaciosa. A mesma solução vale quando os silogismos são negativos.

66 a Vemos então que, se a conclusão impossível não está em relação com os termos iniciais, a falácia não resulta da hipótese. Mesmo quando a conclusão tenha essa dita relação, a falácia nem sempre será devida à hipótese; supondo que A não se predica de B, mas de K, K de C, e C de D, mesmo assim a conclusão impossível permanece. De modo análogo, se tomarmos os termos da série ascendente. Por conseguinte, ainda que a conclusão impossível se siga, tanto se a hipótese original for válida como se não, esta conclusão pode ser independente da hipótese. Talvez não possamos tomar a expressão seguinte: na ausência da hipótese, a conclusão falaciosa não deixa de obter-se, na acepção de que, se fosse enunciada qualquer outra hipótese, resultasse impossibilidade; antes pretendemos dizer que, sendo

eliminada a hipótese, a mesma conclusão impossível resulta das restantes premissas, pois que, possivelmente, não é pelo absurdo que uma conclusão falaciosa resulta de várias premissas; que, por exemplo, as linhas paralelas encontram-se, se deduzisse da hipótese de que o ângulo interno é maior do que o ângulo externo, ou da hipótese de que o triângulo encerra mais de dois ângulos rectos.

18

O argumento falso[60] provém de um juízo inicial falso. É a partir de duas ou mais premissas que todo o silogismo se constrói. Se a falácia decorre de duas premissas, uma destas premissas, ou mesmo ambas, são necessariamente falsas, pois já dissemos que a partir de premissas verdadeiras não se poderia construir um silogismo falso. Se houver mais de duas premissas, se, por exemplo, a proposição C for obtida através das proposições A e B, e estas através de D, E e F e G, uma destas últimas proposições anteriores deve ser falsa, sendo dela que resulta a falsidade do argumento, pois é através de D, E, F e G que concluímos A e B. Por conseguinte, há-de ser a partir de alguma delas que precede a conclusão, ou seja, a falácia.

19

Se nos cumpre evitar o sermos atingidos por um catassilogismo, é preciso ter cuidado, quando o opositor nos pede o argumento sem revelar as conclusões, não concedendo duas vezes o mesmo termo nas premissas, pois sabemos que, sem termo médio, não obtemos silogismo pois o termo médio é o que se toma mais de uma vez. Quanto ao modo como importa considerar o médio em relação a cada conclusão, ele resulta claramente de quando sabemos a que tipo de conclusão chega a demonstração de cada uma das figuras. Isso não nos escapará, se soubermos a forma de sustentar o nosso argumento.

Mas o que recomendamos evitar na resposta, devemos procurar escondê-lo na argumentação. Conseguiremos ocultá-lo se, em vez de tirarmos conclusão dos prossilogismos, tomarmos as premissas necessárias e deixarmos as conclusões na penumbra; depois, se, em vez de procurarmos as proposições contíguas, tomarmos as desprovidas de termos comuns. Admitamos, por exemplo, que importa concluir A de F, com BCD e E em termos médios. Perguntaremos se A é predicável de B e, a seguir, se B não se predica de C, mas se D é predicável de E, e só

depois se B é predicável de C; e assim sucessivamente. Se o silogismo for obtido através de um só termo médio, é por ele que temos de começar. Deste modo esconderemos melhor o jogo ao que responde.

66b

20

Suposto que sabemos quando se pode obter um silogismo, e qual a relação entre os seus termos, vemos também com clareza quando poderá haver, e quando não poderá haver elenco[61]. Se todas as proposições forem aceites, ou se as respostas forem alternantes (sendo uma, por exemplo, negativa, e outra afirmativa), pode haver elenco. Vimos que um silogismo era possível com ambas as disposições de termos do primeiro ou do segundo modos; logo, se o enunciado for contrário à conclusão, há necessariamente lugar para um elenco, porque o elenco é um silogismo que demonstra a proposição contraditória. Pelo contrário, se não há acordo, o elenco torna-se impossível. Dissemos não haver silogismo quando todos os termos são negativos, de modo que também não há refutação, porque, havendo refutação, há necessariamente silogismo, mas havendo silogismo não há necessariamente refutação. O elenco

também não é possível se a resposta não afirmar nenhuma relação universal, pois a definição do elenco e do silogismo é a mesma.

21

Acontece que, às vezes, nos enganamos quanto à posição dos termos, e também cometemos erro de juízo[62] acerca deles, por exemplo: pode fazer-se predicável o mesmo predicado de vários sujeitos de modo imediato, mas se ignore um destes sujeitos, e se pense que o predicado não se lhe aplica, enquanto se lhe conhece outro. Suponhamos que A se predica de B e de C em virtude da sua natureza, e B e C a D do mesmo modo. Se pensarmos que A se predica de todo B, e B de D, mas que A não se predica de nenhum C, e que C se predica de todo D, teremos conhecimento e ignorância da mesma coisa em relação à mesma coisa. O mesmo erro ocorria num equívoco com termos pertencentes à mesma série, se, por exemplo, A se predicar de B, B de C, e C de D, mas julgarmos que A se diz de todo B mas não se diz de nenhum C, ao mesmo tempo que sabemos que A se predica de D, pensaremos que ele não é deste predicável. Saberá este que se predica e ao mesmo tempo pensa que não

se predica? Com efeito, sabe em que sentido A se predica de C através de B, quer dizer, como se conhece o particular pelo universal; daí resulta que o que é cognoscível num sentido, se julga que não se pensa do todo, o que é impossível. Quanto ao que inicialmente dissemos, quer dizer, no caso em que o termo médio não depende da mesma série, não é possível pensar ao mesmo tempo as duas premissas relativas aos termos médios, por exemplo: que A se predica de todo B mas não se predica de nenhum C, e que, ao mesmo tempo, B e C são predicáveis de todo D. Acontece então que a primeira premissa, seja universal, seja particularmente, é contrária. Se pensarmos que A se predica de tudo isso de que B se predica, e se soubermos que B se predica de D, sabemos também que A se predica de D. Logo, se, na inversa, pensarmos que A não se predica disso de que C se predica, pensamos que A não se predica disso que, na acepção particular, B não predica. Se pensarmos que A se predica de tudo o que B predica, e se a seguir pensarmos que A não se predica disso que, na acepção particular, B predica, eis uma contrariedade de juízos, seja absoluta, seja parcial. 67a

Tal modo de pensar não é possível; pelo 15

contrário, nada impede que não se pense uma premissa relativa a cada um dos termos, ou pensar duas premissas referidas a um termo, por exemplo: A predica-se de todo B, e B de D, e, por outro lado, A não se predica de nenhum C. Um erro deste tipo é análogo a esse em que caímos relativamente aos particulares. Por exemplo, se A se predica de todo B e B de todo C, A predicar-se-á de todo C; se, no entanto, sabemos que A se predica de tudo isso de que se predica B, sabemos também que A se predica de C. Mas nada obsta à ignorância de que C existe. Por exemplo, seja A significando *dois ângulos rectos*, B *triângulo*, e C *triângulo sensível*. Podemos julgar que C não existe, mesmo sabendo que todo o triângulo contém dois ângulos rectos, de modo que ao mesmo tempo conheceremos e ignoraremos o mesmo sujeito, porque, saber que todo o triângulo tem os ângulos iguais a dois rectos, não é de significado simples: tanto pode significar um saber universal, como um saber particular. Assim, pelo saber universal sabemos que C contém dois ângulos rectos, mas isto não é sabido por saber particular, logo o conhecimento não será, aqui, contrário à ignorância. Podemos criticar de modo análogo o argumento do *Ménon*[63], segundo

o qual o conhecimento é uma reminiscência. Em nenhum caso nos encontraremos numa posição de conhecimento particular, mas encontrar-nos-emos, ao mesmo tempo que a indução tem lugar, com o conhecimento adquirido dos particulares, como se não houvesse mais do que o seu reconhecimento. Há coisas que conhecemos de modo imediato, por exemplo, que os ângulos do triângulo são iguais a dois ângulos rectos, desde que saibamos haver triângulo, e o mesmo acontece nos demais casos.

É pelo conhecimento do universal que vemos os particulares, e assim não os conhecemos pelo conhecimento particular. Por conseguinte, o erro acerca deles é possível, sem que isso leve a que o nosso saber e a nossa ignorância sejam contrários; na realidade, o saber é relativo ao universal, e o erro é relativo ao particular. O mesmo se diz do caso de que falámos mais acima: o erro cometido quanto ao termo médio não é contrário ao saber aquirido pelo silogismo, nem são contrários os juízos relativos aos dois termos médios. Nada obsta a que, mesmo sabendo que A se predica de todo B, e, por sua vez, B de C, pensemos que A não se predica de C. Por exemplo, sabendo que toda a mula é estéril, e que tal animal é uma

mula, podemos julgar que este animal está prenho, porque não sabemos que A se predica de C, se não considerarmos as duas proposições em conjunto. É evidente que, se conhecemos uma delas, e ignoramos a outra, cometeremos erro. É esta a relação que há entre o saber do universal e o saber do particular. Não conhecemos, de facto, nenhum dos sensíveis, quando se acham fora dos nossos sentidos, nem sequer se antes os per- 67 b cebemos a não ser mediante o conhecimento universal e habitual, mas não actual, porque saber assume-se em três acepções: saber universal, saber objectivo e saber actual, de onde resulta que podemos cometer três tipos de erro. Nada impede saber e errar acerca de erro. Nada impede saber e errar acerca de algo, desde que este saber e este erro não sejam contrários. É o que ocorre no caso em que o saber se acha limitado a cada uma das premissas e em que não se considerou previamente a questão, pois, no suposto de que a mula está prenha, não possuímos o saber em acto, se ao mesmo tempo a hipótese não fizer o erro contrário ao seu conhecimento, porque o erro contrário ao saber do universal é um silogismo.

Por outro lado, se pensarmos que a natureza do bem é a natureza do mal, pensaremos que o mesmo é a essência do bem e a

essência do mal. Designemos essência do bem por A, essência do mal por B, e, uma vez mais, essência do bem por C. Como julgamos haver identidade de B e de C, julgaremos que C é B, que por sua vez B é A, e que, portanto, C é A. Tal como se, efectivamente, disséssemos que se B fosse verdadeiro disso acerca do que C é verdadeiro, e A disso de que B é verdadeiro, A também era verdadeiro de C, assim é quanto ao verbo *julgar*. Analogamente quanto ao verbo *ser*, porque dissemos que, se C era idêntico a B, e por sua pez B a A, C também era idêntico de A, logo, para o verbo *opinar* acontece o mesmo. Será isto uma consequência necessária se admitirmos a hipótese inicial? Pois bem, é possivelmente falso julgar que se pode pensar que a natureza do bem é a natureza do mal, a não ser por acidente, dada a variedade de sentidos em que isto é pensável. Importa, contudo, examinar de mais de perto esta questão.

22

Quando os termos extremos são convertíveis[64], o termo médio deve também ser convertível com ambos. Seja A predicável de C por B — se A e C são convertíveis e se

C se predica de tudo o que A predica, B converte-se em A e B predica-se de tudo o que A predica, sendo C o termo médio. Caso se trate de uma predicação negativa, faz-se o mesmo. Se, por exemplo, B se predica de C e A não se predica de B, A também não se predicará de C. Se B for convertido com A, C também é convertível com A. Admitamos que B não é predicável de A; C não se lhe predicará, porque supusemos que B se predicava de todo C. Se C for convertível com B, B converte-se com A, porque C é afirmado de tudo de quanto B se afirma. E se C se converte em relação a A e a B, B também se converte em relação a A, porque C é predicável do que se predica com B, mas C
68 a não se predica do que for predicado por A. Somente neste caso se parte da conclusão; os outros casos não se comportam como no silogismo afirmativo. Agora, se A e B forem convertíveis, e de igual modo C e D, e se A ou C se predicarem necessariamente de tudo, então B e D comportar-se-ão de tal modo que, ou um, ou outro, serão predicáveis de tudo. Com efeito, como B se predica do que A predica, e D do que C predica, e como A ou C é predicável de tudo, embora não simultaneamente, é óbvio que ou A ou D é também predicável de tudo,

embora não simultaneamente. Por exemplo, se o não gerado é incorruptível, e o incorruptível não gerado, é necessário que o gerado seja corruptível, e que o corruptível seja gerado, porque os dois silogismos foram enunciados em conjunto. Se A ou B forem predicáveis de tudo assim como C ou D, mas se esta predicação não for simultânea, então, se A e C são convertíveis, B e D também se convertem. Se B não se predica do que, particularmente, D não predica, é evidente que A o predicará. E se A o predica, o mesmo ocorre com C, pois são convertíveis. Logo, C e D serão predicáveis em conjunto, o que é impossível. Quando A se diz da totalidade de B e de C, e não se afirma de mais nada, e quando B se predica de todo C, é necessário que A e B sejam convertíveis; pois A só é dito de B e de C, e como B é simultaneamente afirmado de si mesmo e de C, torna-se evidente que B se dirá de tudo quanto A predica, exceptuando o próprio A. Quando A e B se predicam na totalidade de C, e C se converte com B, é necessário que A seja predicável de todo B, pois, de facto, A é predicável de todo C, e C de B por conversão. Logo, A será predicável de todo B.

Quando, de dois termos opostos, A e B,

A for preferível a B, e parelhamente D a C, então, se A e C, tomados em conjunto, forem preferíveis a B e D, tomados em conjunto, A é preferível a D, porque A deve ser tão procurado como B deve ser evitado, pois são opostos. O mesmo se diz de C em relação a D, pois também eles são opostos. Se A for igualmente preferível a D, B também deve ser evitado, tal como C, porque o evitável deve ser evitado quando cada uma das coisas a indagar tem de ser indagada. Logo, A e C, tomados em conjunto serão, relativamente a B e a C, tomados em conjunto, ou de indagar, ou de evitar. No entanto, como A e C são preferíveis a B e a D, A não é tão desejável quanto D, porque, nesse caso, B tomado com D seria tão desejável como A tomado em conjunto com C. Mas se D for preferível a A, então B deve ser menos evitável que C, porque o menos é oposto ao menos. Mas um bem maior e um mal menor são preferíveis a um bem menor e a um mal maior, logo o grupo BD é preferível ao grupo AC. Mas, na realidade, não é assim. A é preferível a D e, por conseguinte, C é menos de evitar que B. Se todo o amante, em virtude do amor, prefere A, a saber, que o amado esteja disposto a conceder-lhe os seus favores sem todavia lhos

conceder (o que figuramos em C), do que conceder-lhe os seus favores (o que se figura em D) sem estar disposto a conceder-lhos (figurado em B), é evidente que A é de uma natureza tal, que se torna preferível ao partido de ver o amado conceder-lhe favores. Ser amado é, portanto, em amor, preferível aos favores. O amor depende, assim, mais da afeição do que dos favores. E se assim é, se importa acima de tudo ser amado, a concessão de favores não é absolutamente um fim, ou não o é senão em vista de ser amado; o mesmo princípio rege os demais desejos e as demais artes.

68b

23

Vemos, assim, qual é a relação dos termos nas conversões e o que é preferível, ou escolher, ou evitar. Temos agora de estabelecer que não só os silogismos dialécticos e os silogismos demonstrativos se constroem por meio das figuras anteriormente estudadas, mas também ou silogismos retóricos e, de um modo geral, toda a forma de persuasão, seja qual for a forma que ela assuma[65]. Toda a convicção é adquirida, ou assenta no silogismo, ou parte da indução[66].

A epagoge, ou silogismo indutivo, con-

siste em concluir, com apoio num dos termos, que o outro é predicável do termo médio, por exemplo: sendo B o termo médio entre A e C, demonstraremos por C que A se predica de B. É assim que procedemos para efectuarmos induções. Admitamos que A significa *vida longa,* B *desprovido de fel,* e C os *indivíduos de vida longa,* como *homem, cavalo, mula.* A diz-se então de todo C, porque todo o animal sem fel tem longa vida. Mas B também se predica (desprovido de fel) de todo C. Se C é convertível com B, e se o termo médio não for mais extenso do que C, logo A predica-se de B. Atrás demonstrámos que, se dois predicados se dizem do mesmo sujeito, e se o termo extremo for convertível com um deles, o outro predicado há-de dizer-se do predicado convertido, mas importa conceber C enquanto composto de todos os casos particulares, uma vez que a indução procede pela enumeração de todos os particulares.

Este tipo de silogismo relaciona-se com a premissa primeira ou imediata, porque nos casos onde há termo médio, o silogismo procede pelo termo médio, e nos casos onde o não há, por indução. De um modo geral, a indução opõe-se ao silogismo, já que este demonstra, pelo termo médio, que o termo maior se predica do terceiro termo, enquanto a indução prova, pelo terceiro termo, que o termo maior predica o termo médio. Assim, por natureza, o silogismo que procede pelo termo médio é anterior e mais conhecido, embora para nós o silogismo indutivo seja mais claro.

24

Há paradigma[67] quando se demonstra que o termo maior é predicável do termo médio através de um termo análogo do terceiro, mas cumpre saber que o termo médio se predica do termo terceiro, e que o primeiro é análogo do terceiro. Admitamos, por exemplo, que A significa *mal,* B *fazer guerra aos vizinhos,* C *os Atenienses contra os Tebanos,* e D *os Tebanos contra os Fócidos.* Se desejarmos demonstrar que fazer a guerra aos Tebanos é um mal, importa supor que fazer guerra aos vizinhos é um mal. A crença nesta última proposição resulta de casos similares, por exemplo, que foi mal para os Tebanos terem feito a guerra aos Fócidos. Como fazer guerra aos vizinhos é um mal, e como a guerra contra os Tebanos é uma guerra contra os vizinhos, logo, fazer guerra aos Tebanos é um mal. Agora, que B

69a

se predica de C e de D, eis o que é evidente, porque, em ambos os casos, se trata de fazer guerra aos vizinhos; é também óbvio que A se predica de D, porque a guerra contra os Fócidos não foi vantajosa para os Tebanos. Se A é predicável de B, terá de ser demonstrado por D. A demonstração far-se-á ainda de igual modo, se a demonstração da relação do termo médio com o extremo tiver sido obtida para vários casos análogos.

Verificamos assim que o raciocínio paradigmático não representa a relação da parte ao todo, nem a relação do todo à parte, mas a relação de parte a parte, quando os dois casos particulares se subordinam ao mesmo termo, e quando um deles é conhecido. A diferença relativamente à indução é a de que, na época, partindo de casos singulares, se demonstrava que o termo maior é predicável do médio, não aplicando o silogismo ao termo menor, enquanto o paradigma o aplica, e não utiliza todos os casos singulares na demonstração.

25

Há apagoge quando o primeiro termo se predica evidentemente do termo médio, embora seja incerto se o médio se predica do

último, ainda que esta relação seja provável também, ou mesmo mais provável do que a conclusão; ou, ainda, quando os termos intermédios entre o último termo e o termo médio são em pequeno número. Em todos estes casos nos aproximamos do conhecimento. Admitamos, por exemplo, que A significa *ensinável*, B *ciência*, e C *justiça*. É evidente que a ciência é ensinável, embora seja incerto que a virtude seja uma ciência. Se, pois, a proposição BC for também provável, ou mais provável, do que AC, logo aí temos apagoge: estamos, com efeito, mais perto do conhecimento, por termos juntado à conclusão AC a proposição BC, porque antes disso nada sabíamos. Admitamos agora que os termos intermédios B e C são em pequeno número: deste modo ainda, estamos muito perto do conhecimento. Admitamos, por exemplo, que A significa *quadrado*, E *figura rectilínea*, e F *círculo*. Se entre E e F houvesse apenas um termo intermédio (por exemplo, se, socorrendo-nos das lúnulas, o círculo fosse igual a uma figura rectilínea), estaríamos perto do conhecimento.

Pelo contrário, quando BC não for mais provável do que AC, e quando os intermédios não forem poucos, este método não se chamará apagoge; também não haverá apa-

goge quando a proposição BC for imediata, porque essa proposição implica conhecimento.

26

A instância[69] é uma premissa contrária a outra premissa. Difere da premissa que contraria, porque a instância pode ser particular, enquanto a premissa contrariada pode não ser absolutamente particular, não o sendo pelo menos nos silogismos universais. A ins- 69 b tância apresenta-se de duas formas, e por meio de duas figuras: de duas formas, porque toda a instância é, ou universal, ou particular; de duas figuras, porque as objecções se apresentam como opostas à premissa, e porque as opostas só são demonstráveis mediante a primeira e a terceira figuras. Quando o opositor sustenta uma universal afirmativa, replicamos com uma universal negativa, ou com uma particular negativa; nestas proposições, a universal negativa conclui-se pela primeira figura, e a particular negativa mediante a terceira figura. Admitamos, por exemplo, que A significa há *ciência una*, e B *os contrários*. Se anteciparmos que a ciência dos contrários é una, a objecção consiste em que, ou que a ciência dos opostos nunca

é una e a mesma e que os contrários são opostos, de modo que obtemos a primeira figura; ou então, que não há ciência una do cognoscível e do incognoscível, e tal se obtém pela terceira figura, por ser verdadeiro de C (o cognoscível e o incognoscível) que se trata de contrários, mas é falso que sejam sujeitos de uma só ciência.

Se a premissa for negativa, sucede o mesmo. Quando o interlocutor defende que a ciência dos contrários não é una, replicamos, ou que todos os opostos, ou que alguns contrários, como são e doente, são sujeitos de uma mesma ciência. No primeiro caso, a conclusão decorre da primeira figura, no segundo, da terceira. A regra geral é a de que, em toda a instância universal, é necessário dirigir a contradição contra o termo universal que inclui os termos apresentados pelo opositor. Se o opositor defender, por exemplo, que a ciência dos contrários não é una, temos de responder que a ciência de todos os opostos é una. Deste modo temos de utilizar a primeira figura, porque a universal continente do sujeito inicial torna-se termo médio.

Pelo contrário, na objecção de tipo particular, a contradição deve visar o termo relativo ao qual o sujeito da premissa aduzida

é universal. Diremos, por exemplo, que o cognoscível e o incognoscível não são sujeitos da mesma ciência: contrários é universal relativamente a estes termos. Obtemos então a terceira figura, pois temos como termo médio o termo assumido na particular, isto é, o cognoscível é incognoscível. As premissas das quais podemos extrair a conclusão contrária são também aquelas de que partimos quando procuramos enunciar as nossas instâncias. Logo, só nestas figuras as apresentamos, é somente nelas que se acham os silogismos opostos, dado que, na segunda figura, não se pode atingir uma conclusão afirmativa. Além disso, uma instância efectuada através da segunda figura necessitaria de um raciocínio mais demorado: se, por exemplo, não acordássemos que A se predica de B, porque C é consequente de B. Este raciocínio só se torna evidente por recurso a outras premissas. Ora, a objecção não deve recorrer a outras proposições, mas a outra proposição que ela aduz como de imediata evidência. Ainda por este motivo, é esta a única figura da qual é impossível efectuar prova mediante signos.

Importa considerar também os outros modos de instância, por exemplo, os extraídos do contrário, do similar, da opinião, e ver se

a objecção particular não pode ser formada na segunda. 70a

27

O verosímil[70] e o signo[71] não são sinónimos. O verosímil é uma proposição provável, pois o que se sabe pode ocorrer ou não ocorrer, é o que se designa por verosímil. Por exemplo, *detestar os invejosos, mostrar afecto aos que amamos.* O signo, pelo contrário, pretende ser uma proposição demonstrativa, seja necessária, seja provável, algo que implica outro algo, seja anterior, seja posterior, eis o que é um signo da produção ou da existência de outro algo.

O entimema[72] é um silogismo que assenta em premissas verosímeis ou em signos. Um signo pode ser entendido em três acepções, correspondentes à posição do termo médio nas figuras: pode ser entendido como na primeira figura, como na segunda, ou como na terceira, por exemplo: a demonstração de que uma mulher está grávida porque *tem leite*, resulta da primeira figura, porque *ter leite* é termo médio; podemos significar *estar grávida* por A, *ter leite* por B, e *mulher* por C. Por outro lado, a prova de que os sábios são honestos, pois Pítaco é honesto,

resulta da terceira figura, significando-se *honesto* por A, *os sábios* por B e *Pítaco* por C. É, nesse caso, justo afirmar ao mesmo tempo A e B de C; mas passamos em silêncio a última proposição por ser conhecida, e aduzimos somente a primeira. Enfim, a prova de que uma mulher está grávida por estar pálida, relaciona-se com a segunda figura, pois, com efeito, a palidez é a sequência e a consequência da gravidez na mulher, e então pensamos que a demonstração consiste em ela estar grávida. *Palidez* pode ser significada por A, *grávida* por B, e *mulher* por C. Se, nesse caso, enunciarmos uma única premissa, obtemos apenas um signo; mas se, além desta, aduzirmos outra premissa, obtemos um silogismo, por exemplo: Pítaco é liberal, pois que os ambiciosos são liberais e Pítaco é ambicioso, ou ainda, que os sábios são bondosos, mas Pítaco, além de bondoso, é sábio. Deste modo, obtemos silogismos, mas, enquanto um silogismo da primeira figura, se for verdadeiro, não é refutável, por ser universal, um silogismo da terceira figura é refutável, mesmo que a conclusão seja verdadeira, porque o silogismo não é universal, nem sequer aplicável ao que se visa demonstrar; porque, ainda que Pítaco seja honesto, daí não resulta necessariamente

que todos os outros sábios o sejam também. Quanto ao silogismo da segunda figura, é sempre e em todos os casos refutável, porque um silogismo, cujos termos hajam esta relação, nunca podem ser obtidos. De facto, deles não se segue necessariamente que a mulher grávida seja pálida, e do facto de esta mulher estar pálida, não se segue necessariamente que esteja grávida. O verdadeiro pode achar-se então em todas as espécies de signos, mas com as diferenças que enumerámos. Cumpre-nos, ou distinguir os signos deste modo, e, entre eles, designar o termo médio como o seu indício, porque o indício é, por via de regra, o que nos leva a conhecer, e é sobretudo o termo médio que tem esta propriedade; ou descrever os argumentos derivados dos extremos como signos, e os que derivam do termo médio como indício; porque o mais provável e o mais verdadeiro é o que se conclui mediante a primeira figura. 70b

É possível julgar segundo a fisiognomia, se acordarmos em que as afecções naturais provocam uma modificação simultânea do corpo e da alma (o estudo da música produz, sem dúvida, modificação na alma, mas não se trata aí de uma afecção natural, antes constituindo paixões e desejos, por exemplo,

que são movimentos naturais). Se concordarmos nesta primeira condição, e se admitirmos também que um só sinal corresponde a uma única afecção, e se, por fim, pudermos identificar a afecção e o signo particulares em cada espécie animal, poderemos julgar segundo a fisiognomia. Se houver uma afecção própria de uma ínfima espécie, por exemplo, a coragem nos leões, é necessário que haja um signo, pois supusemos que o corpo e a alma padecem um com o outro. Admitamos que este signo consiste em ter longas hastes. Este carácter é também predicável de outras espécies, ainda que não de todos os indivíduos que integram estas espécies, porque o signo é peculiar na acepção indicada, porque a afecção é peculiar em si mesma a toda a espécie, mas não peculiar a uma só espécie, como temos o costume de dizer. A mesma afecção é encontrável noutra espécie, o homem pode ser corajoso, tanto como qualquer outro animal. Estas espécies terão signo, pois supusemos que um só signo equivalia a uma só afecção se, portanto, assim é, e se formos capazes de reunir signos deste tipo nos animais que têm uma só afecção peculiar (cada afecção com seu signo, pois ela deve dispor necessariamente de um só signo), estaremos aptos a julgar segundo

as aparências corporais. Se, pelo contrário, a espécie, entendida no seu todo, apresentar duas afecções peculiares (o leão, por exemplo, que é simultaneamente corajoso e generoso), como havemos de conhecer que signo, entre os que acompanham estas afecções, se refere especificamente a uma ou a outra das afecções? Provavelmente se as duas afecções se acharem em alguma outra espécie, embora não como em um todo, isto é, quando entre as espécies em que cada um deles se acha, determinados membros possuem um mas não o outro, por exemplo, se um homem é corajoso sem, não obstante, ser generoso, mostrando apenas um dos dois signos, é evidente que, também no leão, o signo é a valentia. Torna-se portanto possível julgar segundo as aparências corporais, na primeira figura, se o termo médio se converter no primeiro termo, sendo mais extenso que o terceiro e com este inconvertível. Admitamos, por exemplo, que A significa *coragem*, B *grandes hastes* e C *leão*. B predica-se então disso de que C se predica, mas também de outros sujeitos. Pelo contrário, A predica-se de tudo quanto B se predica, e não mais, embora seja convertível com B. De outro modo, não haveria um único signo para uma única afecção.

NOTAS

[1] O tratado *Analíticos Anteriores* é unanimemente atribuído à autoria de Aristóteles, e a maioria dos exegetas aceita que a sua redacção é efectivamente anterior à do tratado *Analíticos Posteriores*, ainda que alguns comentadores postulem que a redacção dos capítulos 1 e 46 é posterior a este último tratado, baseando o postulado no facto de, nestes capítulos, aparecer matéria que só foi adquirida na elaboração do *Analíticos Posteriores*. É possível que, no entanto, o *Analíticos Anteriores* seja de redacção mais tardia do que *Tópicos*, dada a frequência com que Aristóteles nos remete para este quinto tratado do *Organon*.

Todo o tratado versa a teoria do silogismo, abordada em dois livros. No Livro I, em 46 capítulos (há edições em que a junção de uns a outros reduz os capítulos a 40) os temas maiores são os da teoria do silogismo, da conversão, das figuras do silogismo, dos silogismos modais — os silogismos modais ocupam os capítulos 8 a 22 —, dos silogismos apodíticos, da dedução, da refutação, dos conselhos contra o perigo de erros, das provas hipotéticas, da resolução e da contradição. No Livro II, em 27 capítulos (algumas edições desdobram para 30), expõe aspectos diversos e propriedades do silogismo, e outros métodos de demonstração, como a prova circular, a redução ao absurdo, a prova ostensiva, as falácias, o silogismo e o argu-

mento na refutação, o risco dos equívocos, a convertibilidade dos termos, e, por fim, a indução, a redução, a objecção e a demonstração por probabilidade ou signo.

[2] Arte demonstrativa, ἐπιστήμης ἀποδεικτικῆς.

[3] Premissa, πρότασις. Aristóteles emprega também os termos ὑποθέσεις e τά διαστήματα, para designar o conceito de premissa.

[4] Termo, τί ὅρος.

[5] Silogismo, συλλογισμός.

[6] Universal, τό καθόλου.

[7] Particular, μέρει.

[8] Indefinido, ἀδιόριστος.

[9] Isto é, *simpliciter*, ἁπλῶς.

[10] *Tópicos*, I, 1, 100 a.

[11] «Syllogismus... est oratio, in qua quibusdam positis aliud quiddam ab iis, quae posita sunt, ex necessitate accidit, eo quod haec sunt». «O silogismo é a oração na qual, postas algumas coisas, surge necessariamente qualquer outra coisa delas diferente, só pelo facto de serem estas». (Pedro da Fonseca, *Instituições Dialécticas*, VI, 8.)

[12] Silogismo perfeito, τέλειον συλλογισμόν.

[13] Silogismo imperfeito, ἀτελής συλλογισμός.

[14] «Perfectus dicitur is, qui nulla re indiget, ut colligendi necessitas sit evidens» — «Diz-se perfeito aquele que nada carece para que a necessidade de concluir seja evidente».

«Syllogismus imperfectus est, qui una re, aut pluribus indiget, ut colligendi necessitas evidens fiat» — «Silogismo imperfeito é aquele que carece de uma ou de várias coisas para que a necessidade de deduzir se torne evidente». (Fonseca, *ob. cit.*, VI, 21, 22).

[15] Conversão das universais negativas.

[16] Conversão das universais afirmativas.

[17] Conversão das particulares afirmativas (por acidente).

[18] Impossibilidade de conversão da particular negativa.

[19] Contingente, τὸ ἐνδεχόμενον.

[20] Possível, τὸ δυνατόν.

[21] Cf. *Analíticos Posteriores*.

[22] Nomenclaturas que, de ora em diante, convém reter:

Termo maior — τὸ μεῖζον ou τὸ πρῶτον ἄκρον.
Termo médio — τὸ μέσον ou ὁ μέσος ὅρος.
Termo menor — τὸ ἔλαττον ou τὸ ἔσχατον ἄκρον.
Premissa maior — ἡ πρώτη πρότασις.
Premissa menor — ἡ δευτέρα πρότασις.
Conclusão — συμπέρασμα.

[23] «As figuras do silogismo são três. A primeira é aquela em que o termo médio é sujeito de um extremo e predicado do outro. A segunda é aquela em que ele é predicado de ambos. A terceira é aquela em que é sujeito de ambos» (Fonseca, *ob. cit.*, VI, 12). Considera-se também a quarta figura, chamada *figura de Galeno*, posterior às figuras aristotélicas, sendo que esta figura é um modo indirecto da primeira, em que o termo médio é predicado na primeira premissa e sujeito na segunda.

Pedro Hispano criou, nas *Súmulas Logicais*, um método mnemónico que nos permite conhecer de imediato os 19 modos possíveis e legítimos das regras do silogismo. Esse método consiste em 19 palavras em que: a vogal da primeira sílaba indica a natureza da premissa maior; a vogal da segunda, o símbolo da premissa menor; e a vogal da terceira a qualidade e quantidade da conclusão. Essas 19 palavras trissilábicas são:

1.ª Figura: *Barbara, Celarent, Darii, Ferio.*

2.ª Figura: *Cesare, Camestres, Festino, Baroco.*
3.ª Figura: *Darapti, Disamis, Datisi, Felapton, Bocardo, Ferison.*
4.ª Figura: *Bramantip, Camenes, Dimaris, Fesapo, Fresison.*

Se substituirmos as sílabas por vogais, os esquemas figurativos são os seguintes:

1.ª Figura: AAA - EAE - AII - EIO.
2.ª Figura: EAE - AEE - EIO - AOO.
3.ª Figura: AAI - IAI - AII - EAO - EIO - OAO.
4.ª Figura: AAI - AEE - IAI - EAO - EIO.

Pedro da Fonseca, *ob. cit.*, VI, 13 e seguintes, efectua uma exposição destas figuras, exposição essa de notável funcionalidade didáctica. Do perfeito manejo teórico e prático destas figuras depende a verdadeira iniciação na arte da lógica.

[24] Primeira Figura, σχῆμα πρῶτον.

[25] Segunda Figura, σχῆμα δεύτερον.

[26] Redução ao absurdo ou ao impossível, απαγωγὴ εἰς τὸ ἀδυνάτον.

[27] Terceira Figura, σχῆμα τρίτον.

[28] ἔκθεσις, isto é, exposição.

[29] Silogismo apodítico ou necessário, ἀποδεικτικός, por oposição a silogismo assertórico ou problemático.

[30] Ser contingente, ευδέχεσθαι,

[31] Contingente, τό ἐνδεχόμενόν,

[32] Ou catáfase.

[33] Como se a redução ao absurdo fosse uma espécie de demonstração por hipótese.

[34] Ou seja, uma das premissas deve ser afirmativa.

[35] A demonstração remete para a geometria de Euclides. O problema é enunciável como segue: A a B são os raios de um círculo, e a corda que os une é a base de um triângulo isósceles. E e F são os ângulos situados entre os lados iguais e a corda da base. AC e BD são os ângulos formados por A e B com as tangentes à circunferência, e CD são os ângulos formados pela corda e pelas tangentes.

[36] Isto é, temos quatro termos e três proposições. Aristóteles usa o conceito de διάστημα (diásιema) para distinguir de premissa enquanto tal, ou seja, πρότασις.

[37] Aristóteles usa aqui, não o substantivo ἔλεγχω (elenco) mas a forma ανασκευασαι (destruição).

[38] Primado da teoria, θεωρεῖν, em aliança com o conhecimento prático, ποιεῖν.

[39] Opinião, κατὰ δόξαν, sinónimo de dialéctica, διαλεκτικῶς.

[40] Silogismo ostensivo é o que prova directamente o estabelecido e, portanto, difere do hipotético, que prova por hipótese, ou condição posta. «Syllogismus directo probat institutum, et ideo vocatur δεικτικός quasi ostensivus: posterior non confirmat propositum, nisi ex pacto, et conventione cum altero, et ideo dicitur ἐξ ὑποθέσεως, quasi ex conditione posita». (Fonseca, *ob. cit.*, VI, 22).

[41] Τέχνην... καί... μάθημα, nas acepções de arte poética e de disciplina.

[42] Ou opinião.

[43] Cf. *Tópicos*, I, 14.

[44] Aristóteles destina este capítulo ao tema da divisão, διαιρεσις e, nele, refuta ou impugna a teoria dicotómica de Platão.

[45] Os termos devem ser usados no caso do sujeito, nominativo, κλῆσις ὀνόματος, Aristóteles usa o substantivo πτῶσις para designar os demais casos.

[46] Método, μεθόδον, sinónimos de ὁδός.

[47] Termo menor. Aristóteles escreve συμπέρασμα, o termo para que a conclusão tende.

[48] Διότι ἀλλ ὅτι, *quoad causam, quod res sit.*

[49] No texto, θεωρητική, faculdade contemplativa.

[50] Isto é, na terceira figura.

[51] Aristóteles assume que o cisne é sempre branco.

[52] Ou prova, δεῖξις.

[53] Invertendo a qualidade, invertendo ou não a quantidade.

[54] Todos os tipos de proposição são demonstráveis por redução ao absurdo ou impossível.

[55] Como verdadeiras. O texto contém o termo ἀληθῶν, que os tradutores em geral omitem.

[56] Cf. *Tópicos*, VIII, 1.

[57] Ou petição de princípio, ἀρχῆ οἰτεῖσθαι.

[58] Aristóteles enumera os modos de petição de princípio em *Tópicos*, VIII. «A falácia de petição de princípio é o lugar apto para enganar, pelo facto de a conclusão a provar se tomar como prova de si mesma» (Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 13).

[59] Cf. *Tópicos*, V.

[60] Argumento falso, ψευδὴς λόγος, equivalente ao silogismo pseudógrafo ou mentiroso.

[61] Ou refutação.

[62] Erro de juízo ἀπάτη κατά τὴν μπόληψιν, também inerente ao erro de crença. Cf. II, 15, 64 a.

[63] Diálogo de Platão.

[64] Ou têm a mesma extensão.

[65] «A argumentação é, muitas vezes, dividida por Aristóteles em quatro géneros: silogismo, indução, entimema e exemplo; outras, apenas nos dois primeiros, visto o entimema ser um silogismo imperfeito, e o exemplo uma indução imperfeita» (Fonseca, *ob. cit.*, VI, 8).

[66] Indução, épagoge, ἐπαγωγή, natureza do silogismo indutivo, ἐπαγωγῆς συλλογισμός.

[67] Ou exemplo παράδειγμα.

«Exemplum est oratio, in qua singulare aliquid ex uno, aut perpaucis similibus confirmari contenditur» (Fonseca, *ob. cit.*, VI, 35).

O exemplo é duplo, baseando-se, ou na autoridade de um facto real, ou em coisa fictícia. Neste último caso, há duas variantes: a parábola e o apólogo. O exemplo é uma indução imperfeita.

[68] Apagoge, abducção, ἀπαγωγή, raciocínio pelo absurdo.

[69] Instância ou objecção, ἔνστασις.

[70] Verosímil ou consentâneo, εἰκός.

[71] Signo, σημεῖον. O verosimil e o signo são os elementos do entimema.

[72] Entimema, ’ενθυμημα. «Do entimema diz Aristóteles que é um silogismo imperfeito... em virtude da omissão de uma proposição» (Fonseca, *ob. cit.*, VI, 33).

ÍNDICE

Composto e impresso
em Setembro de 1986
nas oficinas de
GUIMARÃES EDITORES
(Imp. Lucas & C.ª, Lda.)
Rua Diário de Notícias, 61
1200 Lisboa

Depósito Legal n.º 11024/86

ORGANON

Primeiro Volume

I. CATEGORIAS

II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

III. ANALÍTICOS ANTERIORES

Terceiro Volume

IV. ANALÍTICOS POSTERIORES

Quarto Volume

V. TÓPICOS

Quinto Volume

VI. ELENCOS SOFÍSTICOS

COLECÇÃO DE FILOSOFIA E ENSAIOS

A UTOPIA, de Tomás Morus
ELOGIO DA LOUCURA, de Erasmo
ESTÉTICA, de Hegel (7 vols.)
A CIDADE DO SOL, de Campanela
O BANQUETE, de Kierkegaard
A CONQUISTA DA FELICIDADE, de B. Russell
VIDA NOVA, de Dante
MONARQUIA, de Dante
O PRÍNCIPE, de Maquiavel
ENTRE DOIS UNIVERSOS, de F. de Figueiredo
UM FERNANDO PESSOA, de Agostinho da Silva
O RISO, de Bergson
PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, de Descartes
AS APROXIMAÇÕES, de Agostinho da Silva
OS CAVALEIROS DO AMOR, de Sampaio Bruno
ECCE-HOMO, de Nietzsche
O ENIGMA PORTUGUÊS, de F. da Cunha Leão
OPÚSCULOS, de Pascal
ESTUDOS GERAIS, de Álvaro Ribeiro
TEORIA DO SER E DA VERDADE, de José Marinho
INICIAÇÃO FILOSÓFICA, de K. Jaspers
CINCO MEDITAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA, de N Berdiaeff
UM COLECCIONADOR DE ANGÚSTIAS, de F. de Figueiredo
A REPÚBLICA, de Platão (3 vols.)
O HOMEM, de T. Rostand
ASSIM FALAVA ZARATUSTRA, de F. Nietzsche
ORGANON, de Aristóteles. (5 vols.)

GUIMARÃES, EDITORES, LDA.

COLECÇÃO FILOSOFIA & ENSAIOS

ARISTÓTELES

ORGANON

IV

Analíticos Posteriores

GUIMARÃES EDITORES · LISBOA

ORGANON

O *Organon* é o conjunto de seis livros sobre a arte de filosofar, a propedêutica a toda a arte de filosofar.

Organizador da lógica dedutiva, baseada no silogismo, que funciona qual aritmética da matemática pura, ainda hoje a humanidade não dispõe de outro método que não seja a lógica fundamentada no sistema analítico e crítico de Aristóteles.

A presente tradução visa preencher uma grave lacuna da literatura portuguesa na área das ciências filosóficas, porquanto, apesar de ser considerado mestre primeiro da nossa tradição escolástica, o *Organon* só agora fica, na íntegra, ao alcance de todos os leitores.

ORGANON

ORGANON

Primeiro Volume

I. CATEGORIAS
II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

III. ANALÍTICOS ANTERIORES

Terceiro Volume

IV. ANALÍTICOS POSTERIORES

Quarto Volume

V. TÓPICOS

Quinto Volume

VI. ELENCOS SOFÍSTICOS

ARISTÓTELES

ORGANON

IV
Analíticos Posteriores

Tradução e Notas
de
PINHARANDA GOMES

LISBOA
GUIMARÃES EDITORES, LDA.
1987

Autor: ARISTOTELES

Título: ORGANON (ὌΡΓΑΝΟΝ)

IV. *Analíticos Posteriores*

Tradução: *Pinharanda Gomes*

1.ª edição: 1987

ORGANON

IV

ANALÍTICOS POSTERIORES

(Τὰ ὕστερα ἀναλυτικά, *Analytica Posteriora*)

LIVRO I

1

Toda a didascália[1] e toda a disciplina[2] dianoética[3] se adquirem de um saber que precede o conhecimento. Isto é evidente seja qual for o saber considerado: a ciência matemática[4] adquire-se deste modo, tal como as outras artes[5]. O mesmo acontece com os raciocínios dialécticos, sejam eles feitos por silogismo ou por indução, porque todos eles ensinam através de um conhecimento anterior: no primeiro caso, assumindo que as premissas são admitidas pelo outro, no segundo caso, demonstrando o universal mediante o particular já conhecido. Por outro lado, é de análogo modo que os argumentos retóricos persuadem, uma vez utilizarem, ou paradigmas, o que é uma espécie de indução, ou entimemas, o que não deixa de constituir um silogismo. 71 a

O pré-conhecimento necessário é de duas

espécies. Nalguns casos tem de se pressupor que algo é, noutros importa compreender o significado do termo utilizado e, noutros, importam ambos os pressupostos. Dizer que para todo o sujeito a verdade se acha, seja na afirmação, seja na negação, é afirmar que o sujeito é; e que triângulo significa tal ou tal coisa; enfim, quanto à mónada[8], fazemos uma suposição dupla, a do significado da palavra e a de que a mónada é. O motivo é porque em nenhum destes casos a evidência é para nós igual. É possível que um conhecimento derive, já de conhecimentos anteriores, já de conhecimentos adquiridos ao mesmo tempo que aquele conhecimento ocorre, por exemplo, os singulares que se colocam sob o universal, e dos quais por isso mesmo se possui conhecimento. A proposição *todo o triângulo tem os ângulos iguais a dois ângulos rectos* é um conhecimento prévio, mas a proposição *esta figura, inscrita no semicírculo, é um triângulo*, só foi conhecida no momento em que se induziu, porque certos sujeitos só desse modo se aprendem, não sendo através do termo médio que se conhece o termo menor. Todas estas coisas são singulares, não são afirmáveis de qualquer sujeito. Antes de induzir ou de concluir o silogismo, importa dizer, sem dúvida, que, de certo modo, já conhecemos a conclusão e que, de outro

modo, não a conhecemos. Se não houvéssemos um saber simples do termo[7], que este triângulo é, como poderíamos conhecer, em simples acepção, que os seus ângulos são iguais a dois ângulos rectos? É claro que o saber ocorre assim: conhecemos na acepção universal, mas na acepção particular não conhecemos. Se não efectuarmos esta distinção cairemos no dilema proposto pelo *Ménon*[8]: ou nada se aprende, ou só se aprende o que se conhece. Quanto a nós, não podemos aceitar a solução por alguns proposta. *Sabes ou não sabes que toda a díade é par?* Como a resposta é afirmativa, propõe-se uma determinada díade que o interlocutor julgava não haver e que, por conseguinte, não sabia se era par. A solução proposta consiste em responder que não se sabe que toda a díade é par, mas apenas que tudo quanto sabe é que tudo o que é díade é par, portanto, o saber refere-se a isso cuja demonstração detemos, ou cuja demonstração admitimos. A demonstração admitida refere-se, não a todo o triângulo ou número que se sabe ser triângulo ou número, mas, sem excepção, a todo o número e a todo o triângulo. Nunca se implica uma premissa tal como o *número que tu sabes ser número* ou *a figura rectilínea que tu sabes ser figura rectilínea*; antes se propõem premissas aplicáveis, ou ao

71 b

número, ou à figura em geral, enquanto nada obsta a que, segundo julgo, o que se aprende de certo modo se conhece, e de certo modo se não conhece. O absurdo não seria dizer que se conhece já de certo modo o que se aprende, mas dizer que se conhece à medida e do modo que se aprende.

2

Arbitramos possuir a ciência absoluta de algo e não, ao modo dos Sofistas, de um modo acidental, quando julgamos que conhecemos a causa pela qual esse algo é, quando sabemos que essa causa é a causa desse algo [9], e quando, além disso, não é possível que esse algo seja outro que não este. O conhecimento da ciência é evidentemente desta natureza e prova disso está tanto nos que não sabem como nos que sabem: os primeiros acreditam proceder como indicámos, e os que sabem comportam-se na realidade de igual modo. Daí resulta que o sujeito próprio da ciência enquanto tal é algo que não pode deixar de ser o que é.

Pode haver ainda um outro modo de conhecimento, que será examinado mais adiante. O que agora designamos por saber é o acto de conhecer através da demonstração. Por demonstração entendo o silogismo que leva ao saber [10], e digo que leva ao saber

o silogismo cuja inteligência é para nós a ciência. Supondo que o conhecimento por ciência consiste deveras nisso que propusemos, é necessário também que a ciência demonstrativa arranque de premissas verdadeiras, primeiras, imediatas, mais conhecidas do que a conclusão, anteriores a esta, e da qual elas são as causas. É nestas condições que os princípios do demonstrável serão também apropriados à conclusão. Pode haver silogismo sem estas características, mas não será uma demonstração, pois ele não será causador de saber. As premissas devem ser verdadeiras, pois o que não é não se pode conhecer, por exemplo, a comensurabilidade da diagonal. Devem ser primeiras e indemonstráveis, pois de outro modo necessitam de demonstração para serem conhecidas, pois o saber dos demonstráveis, caso não se trate de um conhecimento acidental, não é mais do que a capacidade da sua demonstração. Devem as causas da conclusão ser mais conhecidas do que ela, e a ela anteriores. Causas, porque só conhecemos algo quando conhecemos a sua causa; anteriores, por serem causas; anteriores ainda ao conhecimento, sendo que este pré-conhecimento não consiste apenas em ser compreendido como já indicámos, mas também em compreender que algo é. Aliás, anterior e mais conhecido têm duplo significado, pois não há

identidade entre o anterior por natureza e o que é anterior em relação a nós, nem entre o que é mais conhecido por natureza e mais 72a conhecido em relação a nós. Designo por anteriores e mais conhecidos por nós os objectos mais próximos da sensação, e anteriores e mais conhecidos de modo absoluto os objectos mais distantes dos sentidos. E quanto às causas, as mais universais são as mais afastadas dos sentidos, enquanto as causas particulares são as mais próximas, e opõem-se exactamente assim umas às outras. As premissas devem ser primeiras, ou seja, devem ser princípios, porque identifico premissa primeira e princípio [11]. Um princípio de demonstração é uma proposição imediata. Uma proposição imediata é a que não tem outra proposição anterior a ela. Uma proposição é uma parte ou outra parte de uma enunciação, quando predica um só predicado de um só sujeito [12]; é dialéctica, se propõe uma ou outra parte da enunciação indistintamente; é demonstrativa, se propõe uma parte porque esta é verdadeira. Enunciação é uma ou outra parte de uma contradição. Uma contradição é uma oposição que não admite por si mesma qualquer termo intermédio [13]. A parte de uma contradição que une um predicado a um sujeito é uma afirmação, e a parte que nega um predicado de um sujeito, uma negação. Chamo

tese ao princípio imediato do silogismo quando, mesmo não sendo susceptível de demonstração, não é indispensável a quem queira aprender; se, pelo contrário, a sua posse for indispensável a quem queira aprender algo, é um axioma [11], pois há, com efeito, certas verdades deste tipo, sendo sobretudo a tais verdades que habitualmente damos o nome de axiomas. Se uma tese tomar uma ou outra parte da enunciação, quando digo, por exemplo, que algo é, ou que algo não é, temos uma hipótese; caso não afirme nem negue, temos uma definição. A definição é uma tese, porque, em Aritmética, estabelecemos que a mónada é o quantitativamente indivisível, mas isto não é uma hipótese, porque definir o que é a mónada e afirmar que a mónada é não são a mesma coisa. Posto que a nossa crença em algo, o conhecimento que temos dele, consiste no domínio de um silogismo do género que chamámos demonstrativo, e posto que este silogismo só é tal, dada a natureza dos princípios de que o silogismo se constitui, é necessário conhecer não somente antes da conclusão as premissas primeiras, sejam todas, sejam pelo menos algumas delas, mas também é necessário conhecê-las melhor do que à conclusão. A causa da inerência de um predicado a um sujeito encontra-se ela mesma mais inerente ao sujeito do que este predicado, por

exemplo: a causa de amarmos é-nos mais querida do que o amado. Logo, se o nosso conhecimento, se a nossa crença, provierem de premissas primeiras, são estas que nós conhecemos melhor e nas quais acreditamos mais, por ser através delas que conhecemos as consequências. Em todo o caso, não é possível que a nossa crença quanto ao que achamos nem conhecer, nem estar em posição de apreender através de um saber mais alto que o conhecimento, seja maior que a crença nas coisas que conhecemos. Ora isso acontecerá se alguém, cuja crença assenta na demonstração, não possuir um conhecimento prévio, porque é necessário que a crença seja mais firme quanto aos princípios, senão quanto a todos, pelo menos quanto a alguns, do que quanto à conclusão.

Além disso, se quisermos possuir a ciência que procede por demonstração, não basta que o conhecimento dos princípios seja maior, a convicção formada mais sólida do que o que 72 b é demonstrado; é também necessário que não haja algo que nos seja mais garantido nem melhor conhecido do que os opostos dos princípios, de onde partirá o silogismo que conclui pelo erro contrário, pois a convicção da ciência pura deve ser imperturbável.

3

Alguns sustentam que, em virtude da necessidade de conhecer as premissas primeiras, parece não haver ciência. Outros pensam que há uma ciência, mas que todas as verdades são demonstráveis. As duas opiniões não são, nem verdadeiras, nem necessária dedução das premissas. A primeira, que supõe não haver outro modo de conhecimento além da demonstração, acha que isso equivale a um retrocesso ao infinito [15] considerando que não podemos conhecer os posteriores pelos anteriores, caso estes últimos não sejam também precedidos pelos primeiros princípios, aspecto em que estes autores têm razão, uma vez ser impossível percorrer séries infinitas; se, por outro lado — dizem — a série estancar e houver primeiros princípios, estes princípios serão incognoscíveis, pois não serão passíveis de demonstração, (de acordo com esses autores), a única forma de conhecimento. E posto que, deste modo, não podemos conhecer os primeiros princípios, as conclusões deduzidas também não podem ser um conhecimento em acepção simples e própria; pois assenta na mera suposição de que as premissas primeiras são verdadeiras. Quanto aos que professam a segunda opinião, concordam com os ante-

riores quanto ao conhecimento, uma vez defenderem que ele só é possível por demonstração, mas não têm dificuldade em admitir que toda a verdade é demonstrável, podendo esta ser circular e recíproca.

A nossa doutrina é a de que nem todo o conhecimento é demonstrativo, mas que o conhecimento das proposições imediatas é, pelo contrário, independente da demonstração. (Que tal seja uma necessidade, eis o que é evidente. Se for necessário conhecer as premissas anteriores, das quais a demonstração deriva, e se a regressão deve terminar no momento em que atingimos as verdades imediatas, estas verdades serão necessariamente indemonstráveis). Esta é a nossa doutrina, e também dizemos que, para além do conhecimento enquanto ciência, há também um princípio de ciência que nos habilita a conhecer as definições.

E que seja impossível que a demonstração pura e simples seja circular, é evidente, uma vez que a demonstração deve partir de princípios anteriores à conclusão e mais conhecidos do que ela. É impossível que as mesmas coisas sejam, relativamente às mesmas coisas, anteriores e posteriores ao mesmo tempo, a menos que estes termos se concebam de outro modo, e que digamos que uns são anteriores e mais claros para nós, e os outros anteriores e mais

claros em absoluto, sendo justamente deste modo que a indução gera o conhecimento. No entanto, neste caso, a nossa definição de saber propriamente dito não seria exacta, e tal saber seria, de facto, de duas espécies. Quiçá, não obstante, a segunda forma de demonstração que precede de verdades melhor conhecidas, não seja demonstração na exacta acepção do termo?

Os partidários da demonstração circular encontram-se não somente na dificuldade que acabámos de expor, mas ainda a sua teoria se resume a afirmar que algo existe porque existe, modo bem fácil de demonstrar seja o que for [16]. Podemos mostrar ser justamente isso que acontece, tomando três termos, pouco importando que o círculo seja constituído por um grande número ou por um pequeno número de termos, ou tomar apenas dois. Assim, na demonstração directa, se A existe, B deve existir, e se B existe deve existir C. Se, pois, A existe, B deve existir, e se B existe, A deve existir (e nisto consiste a demonstração circular), e A pode ser colocado no lugar de C. 73 a Então, dizer que se B existe, A existe, é dizer que se B existe, C existe, o que dá a conclusão de que se A existe, C existe. Mas C é idêntico de A, por conseguinte, os que defendem a demonstração circular nada mais podem afirmar do que, se A existe, A existe, meio fácil

de demonstrar. Além disso, tamanha demonstração nem sequer é possível, a não ser nos casos dos predicados que são consequentes uns dos outros, como sejam as propriedades particulares.

Demonstrámos [17], enfim, que se nos contentarmos em propor uma só coisa, nunca outra coisa dela derivará necessariamente (por uma só coisa significo um só termo, uma só tese), pois somente duas teses constituem o ponto de partida primeiro e mínimo que torna possível toda a conclusão, por ser esta também uma condição do silogismo. Portanto, se A for consequente de B e de C, e se estes dois últimos termos forem o consequente recíproco um do outro e também de A, é possível, neste caso, provar um pelo outro, na primeira figura, todas as proposições solicitadas, tal como demonstrámos nos nossos tratados *Do Silogismo* [18]. E também demonstrámos como, nas demais figuras, ou não se obtém silogismo circular, ou a conclusão do silogismo não prova as premissas anteriores. As proposições cujos termos não são convertíveis não podem ser objecto de demonstração circular. De modo que, como as proposições deste tipo são poucas nas demonstrações, resulta vão e impossível sustentar que a demonstração é recíproca e que, por este motivo, tudo é demonstrável.

4

Posto que o objecto da ciência em acepção absoluta não pode ser outro senão o que é, o que é conhecido através da arte demonstrativa será necessário; mas a arte demonstrativa é essa de que dispomos quando temos a demonstração, por conseguinte, a demonstração é um silogismo elaborado com base em premissas necessárias. É nesse caso necessário investigar as premissas da demonstração, e qual a sua natureza. Definamos, para começar, o significado de predicado de todo o sujeito[19], *per se*[20] e universal[21].

Pela expressão *predicado de todo o sujeito,* entendo o que em todos os casos sem exclusão de algum, e em todos os momentos, se pode predicar em verdade, e não somente neste ou naquele, por exemplo, se animal se predica de todos os casos de homem, e se é verdadeiro dizer que isto é um homem, é também verdadeiro dizer que isto é um animal; e se a primeira proposição for agora verdadeira, a outra também é verdadeira simultaneamente. E se o ponto for predicado de toda a linha, o mesmo acontece. E a prova de quanto acabámos de dizer é que as instâncias por nós suscitadas quando somos interrogados sobre a questão de saber se

um predicado é verdadeiro de todo o sujeito, se referem ao que, em tal ou tal momento, é verdadeiro ou não verdadeiro.

São predicados *per se*, em primeiro lugar, os predicados que pertencem à essência do sujeito: é assim que ao triângulo pertence a linha, e à linha o ponto, porque a essência do triângulo e da linha é composta por estes elementos, os quais entram na definição, que exprime a essência do sujeito. Em segundo lugar, são os predicados contidos nos sujeitos que são eles mesmos compreendidos na definição que exprime o carácter destes predicados. É deste modo que o rectilíneo e o redondo pertencem à linha, o par e o ímpar, o 73 b primo e o múltiplo, o quadrado e o rombo ao número; e em virtude de todos estes predicados, a definição que exprime a sua natureza contém o sujeito, tanto a linha como o número. O mesmo ocorre com os demais predicados, os que pertencem, como indicámos, aos respectivos sujeitos, que designo por predicados *per se*, e os que, pelo contrário, não se dizem dos seus sujeitos de nenhum destes dois modos, e que designo por acidentes [22], por exemplo, músico ou branco, quanto ao animal. Além disso, diz-se *per se* o que não se predica de nenhum outro sujeito, por exemplo, quanto ao passeante, passeia e é branco em virtude de ser também outra coisa, enquanto a essência, pelo

contrário, dito de outro modo, o que significa algo de determinado, não é o que é, por ser, além disso, distinto de si mesmo. Assim, as coisas que não são afirmadas de um sujeito chamo-as predicados *per se*, e as que são afirmadas de um sujeito, acidentes.

Noutra acepção ainda, é essencial algo que pertence por si mesmo a uma coisa *per se*, e uma coisa que não pertence por si mesma a outra chama-se acidente. Por exemplo, enquanto passeia, relampeja: trata-se de um acidente, pois não é o passear que causa o relampejar, mas é, dizemos, uma coincidência acidental. Se, agora, alego pertencer a um sujeito, dizemos que o predicado é *per se*, como se vê no caso, por exemplo — se um animal morre decapitado, do facto da decapitação, é por ter sido decapitado que morreu, havendo relação, mais do que acidental, entre a decapitação e a morte.

Então, quanto aos objectos da ciência em acepção simples, os predicados chamados *per se*, ou porque os seus sujeitos estão contidos neles, ou porque eles estão contidos nos seus sujeitos, são simultânea e necessariamente *per se*. Não lhes é possível deixar de predicar-se dos seus sujeitos, seja em acepção absoluta, seja ao modo dos opostos, como quando dizemos que à linha deve predicar-se o rectilínio ou o curvo, e ao número o ímpar, ou o

par. Dentro de um género idêntico, o contrário é, ou uma privação, ou uma contradição: nos números, o par é o não-ímpar, enquanto um resulta necessariamente do outro. Logo, se é necessário, ou afirmar, ou negar, um predicado de um sujeito, os predicados *per se* devem também predicar-se necessariamente dos seus sujeitos. Estabelecemos assim a distinção entre predicado de *omni* e predicado *per se*. Designo por *universal* o predicado que pertence a todo o sujeito, *per se*, e enquanto tal. Daí resulta que todos os predicados universais pertencem necessariamente aos seus sujeitos. O *per se* e o enquanto tal são, além disso, uma só e a mesma coisa, por exemplo: é à linha *per se* que o ponto pertence, assim como o rectilínio, pois eles lhe pertencem enquanto linha; e o triângulo enquanto triângulo tem dois ângulos rectos, porque o triângulo é *per se* igual a dois ângulos rectos.

Um predicado diz-se universalmente do sujeito, quando podemos demonstrar que ele se predica de qualquer caso concreto do sujeito, e quando o sujeito é a primeira coisa a que ele pertence. Por exemplo: ter ângulos iguais a dois rectos não é um predicado universal para a figura. Ainda que seja possível demonstrar que uma figura tem os ângulos iguais a dois rectos, não podemos todavia demonstrar isso de qualquer figura, tanto

mais que na demonstração não nos servimos de qualquer figura. De facto, um quadrado é uma figura, e no entanto os seus ângulos não são iguais a dois rectos. Por outro lado, um qualquer triângulo isósceles tem os ângulos iguais a dois rectos, mas o triângulo isósceles não é, apesar disso, o sujeito primeiro; o triângulo é que é anterior. Portanto, isso que, assumido como sujeito qualquer e primeiro, se demonstra ter os ângulos iguais a dois rectos, ou possuir não importa que outro predicado, é isso a que, assumido como sujeito primeiro, o predicado pertence universal- 74 a mente, e a demonstração em sentido essencial consiste em provar que ele pertence universalmente a esse sujeito; pelo contrário, provar que este predicado pertence a outros sujeitos, é uma demonstração em certa acepção e não em acepção simples. Nem a equivalência a dois ângulos rectos é um predicado universal do triângulo isósceles, pois este predicado pertence a um género mais extenso.

5

Cumpre-nos não omitir que muitas vezes nos enganamos, e que a conclusão demonstrada não é de facto primeira e universal, na acepção em que julgamos demonstrá-la enquanto primeira e universal[23]. Cometemos

este erro, primeiro, quando não podemos apreender nenhuma noção mais elevada acima dos sujeitos particulares; segundo, quando somos capazes de conceber uma, mas ela não tem nome, no caso de sujeitos de espécies diferentes; quando, enfim, o que na verdade é uma parte do todo, se toma, na demonstração, pelo todo porque, neste caso, para os casos particulares compreendidos nesta parte haverá demonstração, e ela aplicar-se-á a todos os sujeitos, mas, não obstante, primeiro e universal não será demonstrado. Digo que a demonstração é verdadeira do sujeito primeiro enquanto tal, quando é verdadeira de um sujeito primeiro e universal. Se demonstrássemos que as rectas não se encontram, suporíamos que este é o sujeito próprio da demonstração, pois ela vale para todas as perpendiculares, mas não é assim, caso seja verdade que o seu paralelismo depende, não da igualdade dos seus ângulos a dois rectos concebida de um certo modo, mas desta igualdade concebida de qualquer modo. E se, por outro lado, só houvesse triângulo isósceles, seria enquanto isósceles que pareceria ter os ângulos iguais a dois rectos. Por fim, a convertibilidade das proporções estava demonstrada em separado dos números, das linhas, das figuras e dos tempos, ainda que fosse possível prová-la de todas estas noções, através

de uma demonstração única. Devido à falta de um nome único para designar algo em que todas estas noções — os números, as longitudes, os tempos e os sólidos —, são uma só e a mesma coisa, e porque diferem especificamente umas das outras, esta propriedade era demonstrada separadamente para cada uma. Mas agora a prova é universal, pois não é enquanto linhas, ou enquanto números, que estas noções possuem o predicado em questão, mas enquanto revelam este predicado genérico, que se supõe possuírem universalmente. De onde, ainda quando se demonstre de cada espécie de triângulo que os seus ângulos são iguais e dois rectos, por meio de uma mesma prova ou de uma prova distinta, no entanto, na medida em que se trate em separado do triângulo equilátero, escaleno ou isósceles, não se conhece, senão de uma forma sofística, que o triângulo tem os ângulos iguais a dois rectos, nem que o triângulo possui universalmente esta propriedade, ainda que não haja outra espécie de triângulo fora destas. Ignoramos, com efeito, que o triângulo a detém, a não ser que *todo* se entenda apenas por *cada um*. Mas demonstrar segundo a forma não é demonstrar somente a totalidade das suas espécies, porque a forma do género é outra que não a das espécies.

Quando o nosso conhecimento não é

universal, e quando é absoluto?[24] O nosso conhecimento é absoluto quando há identidade da essência do triângulo com o equilátero, dito de outro modo, com cada um dos triângulos equiláteros, ou com todos. Se, pelo contrário, não houver identidade, mas diversidade de essência, se o predicado pertencer ao equilátero enquanto triângulo, o nosso conhecimento não é universal. Perguntar-se-á: esta predicação ocorre pelo sujeito enquanto triângulo ou enquanto isósceles? E quando o sujeito de predicação for o primeiro? A que sujeito, afinal, se pode demonstrar que o predicado pertence universalmente? Neste aspecto é o primeiro termo ao qual, por exclusão, se liga a predicação. Por exemplo: os ângulos de um triângulo isósceles de bronze são iguais a dois ângulos rectos, mas uma vez o bronze e o isósceles eliminados, o predicado permanece. Contudo, se eliminarmos ou limitarmos a figura, o predicado também desaparece? Sim, mas figura e limite não
74 b são sujeitos primeiros. Qual é, então, o sujeito primeiro? — Se for um triângulo, é apenas em razão do triângulo que o predicado também se diz dos outros sujeitos, e o triângulo é o sujeito do qual o predicado é universalmente demonstrável.

6

Se o conhecimento demonstrativo[25] descansa em princípios necessários (o objecto do conhecimento não pode ser distinto do que é) e se os predicados essenciais pertencem necessariamente aos sujeitos (porque uns pertencem à essência dos seus sujeitos, e outros contém os seus sujeitos a título de elementos da própria natureza, e, para estes últimos predicados, os opostos pertencem necessariamente ao sujeito) é evidente ser de certas premissas deste tipo que o silogismo demonstrativo se constituirá; todo o predicado pertence a um sujeito, ou deste modo, ou de modo acidental, mas os acidentes não são necessários.

É deste modo que temos de nos exprimir; podemos ainda aduzir em princípio que a demonstração tem por objecto uma conclusão necessária, e que uma conclusão demonstrada não pode ser outra senão a que é, com a consequência de que o silogismo deve assentar em premissas necessárias. Ainda que de premissas verdadeiras seja possível extrair uma conclusão sem demonstrar, no entanto, se partimos de premissas necessárias, não é possível extrair delas uma conclusão que não seja uma demonstração — e temos aqui um predicado da demonstração. A prova de que

a demonstração procede de premissas necessárias resulta também de que as objecções suscitadas contra os que julgam trazer-nos uma demonstração, consiste na contestação da necessidade de uma das premissas, seja por pensarmos que não é necessária, seja porque o oponente se vale dela. Isto mostra bem como são ingénuos os que julgam ser suficiente tomar por princípios proposições simplesmente prováveis e mesmo verdadeiras, como é o caso da seguinte proposição sofística: conhecer é ter o conhecimento [26]. Ora, o provável e o não-provável não são princípio, pode sê-lo apenas o que é primeiro [27], no género que a demonstração tem por objecto; além disso, uma proposição verdadeira nem sempre é apropriada.

Uma prova mais de que para se constituir o silogismo temos de partir de premissas ne-necessárias, é a seguinte. Se, aí, onde a demonstração é possível, não soubermos a razão pela qual a coisa é, não dispomos de conhecimento por ciência. Admitamos então que A se predica necessariamente de C, mas que B, o termo médio, pelo qual a demonstração se efectua, não é necessário. Nestas condições, não conhecemos o porquê da questão. A conclusão não deve a sua necessidade ao termo médio, pois que o termo médio pode não ser, enquanto que a conclusão é necessária. Além disso, se

não conhecemos agora uma coisa, retendo o progresso do argumento, ainda que não haja nele nenhuma mudança tal como na coisa, continuando ele a existir tal como a coisa, e nada se tendo esquecido, então é porque não se teve nenhum conhecimento prévio da coisa. Ora, o termo médio pode ter-se destruído entretanto, por não ser necessário. Daí resulta que, mantendo o argumento, e continuando ele presente tal como a coisa, não conhecemos esta, e, por conseguinte, não a conhecíamos antes. E mesmo se o termo médio não tiver sido destruído, mas apenas corre o risco de se destruir, esta consequência será possível e poderá ocorrer. No entanto, numa situação deste tipo, é impossível que se disponha de conhecimento.

75 a Quando a conclusão é necessária, nada obsta a que o termo médio, razão da demonstração, não seja necessário, por ser possível concluir o necessário mesmo do não-necessário, assim como o verdadeiro pode extrair-se do não-verdadeiro. Por outro lado, quando o médio é necessário, a conclusão também é necessária, do mesmo modo que premissas verdadeiras dão sempre uma conclusão verdadeira. Se A se diz necessariamente de B, e B de C, é necessário que A se diga de C, mas quando a conclusão não é necessária, tão-pouco pode ser necessário o termo médio.

Admitamos que A não se predica necessariamente de C, mas que A se predica necessariamente de B, e B necessariamente de C; logo, A predica-se necessariamente de C, o que, por hipótese, não é assim.

Uma vez que a arte demonstrativa deve atingir uma conclusão necessária, é evidentemente necessário que a demonstração se efectue através de um termo médio necessário. De outro modo, não se conhecerá, nem o porquê de a conclusão ser necessária, nem sequer se é necessária. Ou bem que se julgará conhecer a necessidade da conclusão ainda que não se conheça, quando supuser como necessário o não-necessário; ou bem que nem sequer julgaremos ter este conhecimento, seja, não importa como, que se saiba simplesmente que a coisa é verdadeira, através de proposições mediatas, seja porque se sabe o porquê através de proposições imediatas.

Dos acidentes que não são *per se*, no sentido em que definimos os predicados *per se*, não há arte demonstrativa. Não podemos demonstrar a necessidade da conclusão porque o acidente, na acepção em que falo aqui de acidente, pode não se predicar do sujeito. Não obstante, poderíamos propor a questão de saber porque é preciso pedir ao interlocutor que concorde, na discussão dialéctica, com as proposições não-necessárias, se a conclusão a ex-

trair não é necessária? O efeito não seria diferente se, pedindo ao interlocutor que aceitasse as proposições tomadas ao acaso, tirássemos a seguir a conclusão. Na realidade, importa solicitar ao interlocutor que conceda as proposições, não por a conclusão ser necessária em virtude das proposições pedidas, mas porque é necessário que, concedendo estas proposições, se admita também a conclusão e que se conclua pela verdade, se elas próprias forem verdadeiras [28].

Posto que, em cada género, os predicados que pertencem essencialmente aos seus sujeitos enquanto tais são necessários, é claro que as demonstrações epistémicas têm por objecto as conclusões essenciais e se fazem a partir de premissas em si mesmas essenciais. Os acidentes, com efeito, não são necessários, de modo que não conhecemos necessariamente uma conclusão por sua causa, mesmo com proposições sempre verdadeiras, caso elas não sejam *per se*; é quanto ocorre nos silogismos semióticos [29]. Neste caso, o que é em realidade *per se* não será conhecido como *per se*, e também não se conhecerá a causa; ora, conhecer o porquê é conhecer através dele a causa. É portanto necessário que, *per se*, o termo médio predique o menor e, o maior, o médio.

7

Deduz-se de tudo isto que, na demonstração, não podemos passar de um género ao outro. Não podemos demonstrar uma proposição geométrica por razão aritmética. Na demonstração há três elementos: em primeiro lugar, o que se demonstra, ou seja a conclusão, ou seja um predicado que, *per se*, se predica de um género; em segundo lugar, os axiomas, que são premissas da demonstração; em terceiro lugar, o género, o sujeito cuja 75 b demonstração revela as propriedades e os predicados essenciais. Os axiomas, com a ajuda dos quais a demonstração se efectua, podem ser os idênticos, mas no caso de géneros diferentes, como para a Aritmética e a Geometria, não podemos aplicar a demonstração aritmética às propriedades das grandezas, a menos que admitamos que as grandezas não são números. Mais adiante, diremos como é que em determinados casos a transição é possível.

A demonstração aritmética tem sempre o género do sujeito próprio da demonstração, e, quando às demais ciências, o mesmo ocorre. De onde resulta que o género deve ser necessariamente o mesmo, ou em acepção absoluta, ou pelo menos de um certo modo, se a demonstração for transferida de uma ciência

para outra. Se assim não for, a transferência é impossível, por ser do mesmo género que os termos extremos e médios devem derivar, porque se os termos não são *per se*, então são acidentes. É este o motivo porque não podemos provar através da Geometria que a ciência dos contrários é una, ou que dois cubos têm por produto um cubo[30]. Não podemos demonstrar um teorema seja de que ciência for mediante outra ciência, a menos que os teoremas guardem entre si uma relação de inferior a superior, por exemplo, os teoremas da Óptica em relação à Geometria, e os da Harmónica em relação à Aritmética. A Geometria não pode demonstrar nenhuma propriedade das linhas que não lhe sejam próprias enquanto linhas, isto é, em virtude dos princípios que lhes são próprios; não pode provar, por exemplo, que a linha recta é a mais bela das linhas, ou que ela é o contrário do círculo, porque estas qualidades não se predicam das linhas em virtude do seu género, mas enquanto constituem uma propriedade comum a outros géneros.

8

É também evidente que, se as premissas de onde o silogismo procede são universais, a conclusão de uma demonstração tal, de uma demonstração assumida em acepção absoluta,

é necessariamente também eterna[31]. Não há, para os corruptíveis, nem demonstração, nem ciência absoluta, havendo-a somente por acidente, pois que a ligação do predicado ao sujeito não tem valor universal, mas só temporal e modal. Quando se faz uma demonstração deste tipo, é necessário que uma das premissas seja não-universal e corruptível (corruptível, por ser somente enquanto corruptível que a conclusão o será também; não-universal, porque o predicado será atribuído a certos casos compreendidos no sujeito, com exclusão de outros), de maneira que não poderemos obter uma conclusão universal, mas apenas uma conclusão sobre uma verdade momentânea. O mesmo se diz das definições, porque a definição[32] é, ou um princípio de demonstração, ou uma demonstração que difere de outras pela posição dos seus termos, ou uma conclusão de uma demonstração. As demonstrações e a demonstração dos eventos que se repetem, como por exemplo um eclipse da Lua, são, enquanto tais, eternas, mas, enquanto não-eternas, também são particulares. O que dizemos do eclipse também se aplica a outros casos.

9

É manifesto que um sujeito só pode ser demonstrado a partir dos seus princípios se o que for demonstrado se predicar do sujeito en-

quanto tal, logo, não é possível conhecê-lo, mesmo que extraíamos a demonstração de premissas verdadeiras, indemonstráveis e imediatas. Esta é uma demonstração análoga à de Brísson [33] para a quadratura do círculo: os raciocínios deste tipo provam segundo um carácter comum, que também se predica de outro sujeito e, por conseguinte, estes raciocínios aplicam-se também a outros sujeitos que não pertencem ao mesmo género. Deste modo conhecemos o sujeito, não enquanto tal, mas por acidente, caso contrário a demonstração não se aplicaria bem a outro género.

76 a

O nosso conhecimento de uma predicamentação é acidental, a não ser que conheçamos esta predicamentação por meio do termo intermédio, por meio dos princípios peculiares ao sujeito como tal; é o caso, se conhecermos, por exemplo, a propriedade de possuir ângulos iguais a dois rectos como predicando-se do sujeito ao qual a dita propriedade é predicada *per se*, e como uma inferência das premissas próprias deste sujeito. Daqui resulta que, se esta propriedade também se predicar *per se*, disso a que ela pertence, o termo médio entra necessariamente no mesmo género dos extremos. As únicas excepções a esta regra são os casos dos teoremas da Harmónica, demonstráveis pela Aritmética. Estes teoremas são demonstrados do mesmo modo, com uma di-

ferença — o facto depende de uma arte diferente (porque o género que lhe serve de sujeito é distinto), enquanto o porquê depende da ciência mais elevada à qual os predicados pertencem por essência. Assim, mesmo as excepções mostram como não há demonstração de um predicado, em acepção simples, senão a partir dos seus princípios próprios; somente os princípios destas ciências subordinadas possuem o exigido carácter comum.

Se tal é evidente, é ainda evidente que os princípios próprios de cada sujeito não são susceptíveis de demonstração, porque os princípios de que eles se deduziriam seriam os princípios de todos os sujeitos, e a ciência deles seria a ciência soberana por excelência. Com efeito, conhecemos melhor quando conhecemos a partir de premissas primeiras, quando se conhece a partir de causas em si mesmas incausadas. Por isso, se conhecemos melhor ou mais perfeitamente, um tal conhecimento será também uma ciência mais elevada, ou mesmo no grau máximo. Seja como for, a demonstração não é aplicável a outro género, senão, como explicámos, na aplicação das demonstrações geométricas aos teoremas da Mecânica ou da Óptica, ou das demonstrações aritméticas aos teoremas da Harmónica.

É difícil reconhecer se alguém sabe ou não sabe, porque é difícil saber se conhecemos ou

não a partir dos princípios de cada sujeito, que é a diferença característica do conhecer. Julgamos que dominar um silogismo constituído por premissas verdadeiras e primeiras, é ciência, mas não é assim: a conclusão deve ser do mesmo género das premissas.

10

Designo por princípios de cada género, esses cuja existência é impossível de demonstrar. O significado do nome é simplesmente suposto, tanto para as verdades primeiras como para os predicados delas derivados. Quanto ao ser, se estão em causa os princípios, é necessário supô-lo, mas se o que está em causa é o resto, é necessário demonstrá-lo, por exemplo: supomos indiferentemente o significado de mónada, recto e triângulo, mas, logo que supomos o ser da mónada e da grandeza, quanto ao resto a demonstração é necessária.

Entre os princípios dos quais nos servimos nas artes demonstrativas, uns são peculiares a cada ciência, outros comuns, mas esta comunidade é de analogia, dado que o seu uso se limita ao género subordinado à ciência em questão. São princípios próprios, por exemplo, as definições da linha e do recto; os princípios comuns são proposições, como, se tomares partes iguais de coisas iguais os restos são iguais.

No entanto, a aplicação de cada um destes princípios limita-se ao género de que se trata, pois terá o mesmo valor, mesmo se não for
76 b aplicado na generalidade, mas aplicado, por exemplo, em Geometria, às grandezas somente, ou, em Aritmética, somente aos nomes. São peculiares ainda a uma ciência os sujeitos cujo ser ela supõe e cujos predicados essenciais ela contempla — tais são as unidades em Aritmética, e os pontos e as linhas em Geometria. Estes sujeitos são supostos simultaneamente quanto ao ser e quanto ao significado, enquanto que em relação aos seus predicados essenciais, só o significado de cada um deles se acha suposto. Por exemplo, a Aritmética supõe o significado do par e do ímpar, do quadrado e do cubo, e a Geometria o de incomensurável, ou de linha quebrada, ou oblíqua; enquanto que o ser destas noções é demonstrado, tanto mediante axiomas comuns, como mediante conclusões anteriormente demonstradas. A Astronomia procede de modo análogo. Toda a arte demonstrativa gira em torno de três elementos: isso cujo ser se supõe (ou seja, o género cujas propriedades essenciais ela contempla); os princípios comuns, chamados axiomas, verdades primeiras através das quais se processa a demonstração; e, em terceiro lugar, as propriedades, de que a ciência supõe, para cada uma delas, o significado. Todavia,

algumas ciências podem, sem inconveniente, negligenciar alguns destes elementos, por exemplo: uma ciência pode dispensar-se de propor o ser do género, se este ser for evidente (é assim que o ser do número não é tão óbvio como o ser do frio e do calor); podemos ainda não propor o significado das propriedades quando elas são óbvias. Não há também necessidade de propor o significado de axiomas comuns quais estes — *se de coisas iguais subtraímos coisas iguais, os restos são iguais*, pois este princípio é bem conhecido. Mas não é menos verdadeiro que, por natureza, os elementos da demonstração são deveras três: o sujeito da demonstração, as propriedades que se demonstram, e os princípios de que se parte [35].

O necessariamente essencial e necessariamente crível não é, nem uma hipótese, nem um postulado, porque a demonstração, e ainda mais o silogismo, não visa o discurso exterior, mas sim o discurso interior da *psiqué*. Podemos encontrar sempre objecções ao discurso exterior, mas nem sempre as encontrar ao discurso interior. Isso que, sendo todavia demonstrável, é proposto pelo mestre sem demonstração, isso é, se for admitido com o consentimento do discípulo, uma hipótese, ainda que não seja uma hipótese em acepção absoluta, mas uma hipótese somente relativa ao

discípulo. Se o discípulo não tiver nenhuma opinião, ou se tiver uma opinião contrária, esta mesma suposição é, nesse caso, um postulado, e daqui vem a diferença entre a hipótese e o postulado[36]: o postulado é o que é contrário à opinião do discípulo, demonstrável, mas proposto e utilizado sem demonstração.

As definições não são hipóteses (pois elas não se pronunciam sobre o ser e o não-ser), mas as hipóteses entram nas premissas. As definições requerem somente o serem compreendidas, e este não é o predicado da hipótese, a menos que se julgue que tudo quando se ouve é também uma hipótese. Há hipótese quando, sendo feitas certas proposições, o simples facto de elas serem feitas envolve uma conclusão. Também não é necessário admitir que o geómetra propõe hipóteses falsas, conforme alguns sustentaram, segundo os quais, embora não se deva utilizar o falso, o geómetra se serve dele quando afirma, não obstante, que a linha que ele traça tem o comprimento de um pé, ou é recta, embora não tenha o comprimento de um pé, nem seja recta. O geómetra não tira qualquer conclusão da linha particular a que se refere, mas somente das noções que as figuras simbolizam. Por outro lado, toda a hipótese, como todo o postulado, é, ou universal, ou particular, enquanto as definições são neutras.

77 a

11

Não é neecssário admitir o ser das ideias[37] nem da Unidade separada da Multiplicidade para que a demonstração seja possível. Necessário é, todavia, que um mesmo predicado seja afirmável de sujeitos vários; sem isto não haveria universal. Ora, não havendo universal, não haverá termo médio, nem, por conseguinte, demonstração. É neste caso necessário que haja algo de uno e de idêntico que seja afirmado da multiplicidade de sujeitos, sem risco de homonímia.

O princípio pelo qual é impossível afirmar e negar ao mesmo tempo um predicado de um sujeito, não é proposto por nenhuma demonstração, a não ser quando a conclusão se expressou também segundo esta forma. Neste caso, a demonstração toma como premissa maior que é verdadeiro afirmar o maior do médio e não verdadeiro o negá-lo. Mas, quanto ao médio, não interessa propor simultaneamente, a afirmação e a negação, e o mesmo ocorre quanto ao terceiro termo. Se admitimos um termo (menor) acerca do qual é verdade afirmar homem, mesmo sendo verdade afirmar também não-homem, provido apenas que se concorde que homem é animal em vez de não-animal, será sempre verdade afirmar que

Cálias, mesmo que seja verdade dizê-lo de Não-Cálias, não é animal e não não-animal. A razão disto é a de que o termo maior se afirma, não apenas do médio, mas também de outro sujeito, por se predicar de um maior número de indivíduos; daí resulta que a conclusão não é afectada, ainda quando o médio se estenda a cobrir o termo médio original, e também o que não era o termo médio original.

O princípio segundo o qual, em todo o predicado, a afirmação ou a negação é verdadeira [38], é proposta pela demonstração por redução ao absurdo, e nem sempre de forma universal, mas apenas consoante se torna necessário, dentro do limite do género em questão. Por *género em questão* entendo o género ao qual a demonstração se aplica, conforme já indiquei atrás [39].

Todas as ciências comunicam umas com as outras através de princípios comuns. Chamo princípios comuns aos que têm uma função básica na demonstração, e não aos sujeitos acerca dos quais a demonstração se efectua, nem aos predicados demonstrados. Por sua vez, a dialéctica comunica com todas as ciências, e com qualquer ciência que procure demonstrar de um modo geral princípios como estes: *a afirmação ou a negação é verdadeira, para todas as coisas,* ou *se de coisas iguais*

tirarmos partes iguais... e outros axiomas do mesmo tipo. A dialéctica não tem por objecto sujeitos determinados deste modo, considerando que não se confina a um único género. De outro modo, o seu método não seria interrogativo. Com efeito, na demonstração, não é possível interrogar, quando não se podem utilizar os opostos para demonstrar uma conclusão. Já o demonstrei no meu tratado *Sobre o Silogismo*[40].

12

Se uma interrogação silogística equivale a uma premissa que parte de um dos termos de uma contradição, e se, em cada ciência, há premissas a partir das quais se constrói o silogismo que lhe é peculiar, há-de haver certamente uma espécie de interrogação epistémica, sendo destas premissas interrogativas que se consegue a conclusão peculiar a cada ciência. Nem toda a interrogação será geométrica ou médica, e o mesmo se dirá de outras ciências: serão somente geométricas as interrogações a partir das quais se demonstre, já (77 b) um dos problemas da Geometria, já os problemas que se demonstram pelos mesmos princípios da Geometria, e da Óptica, por exemplo.

O geómetra é obrigado a dar explicação

destes problemas tomando por fundamento os princípios geométricos e as conclusões próprias; em contrapartida, quanto aos princípios em si mesmos, o geómetra, enquanto geómetra, não tem de os explicar. E esta regra vale para as demais ciências. Há um limite nas questões que devemos pôr a qualquer sábio, nem o sábio tem de responder a toda a interrogação, sobre um sujeito qualquer; é preciso que as interrogações fiquem nos limites da sua ciência. Se, nestes limites, argumentarmos com um geómetra enquanto geómetra, é evidente que a discussão será correcta quando partamos de premissas geométricas para demonstrar qualquer problema; caso contrário, a discussão não é correcta, e também não se pode refutar o geómetra, a não ser por acidente. Por conseguinte, não se deve discutir geometria com gente que não é geómetra, pois que um argumento irrazoável poderia passar desapercebido. Esta regra vale também, em equivalente grau, para as outras ciências.

Dado haver interrogações geométricas, segue-se que também haverá interrogações não-geométricas? Mais ainda: em cada ciência — a Geometria, por exemplo — que espécie de erro pode viciar as questões e, no entanto, não as excluir desta ciência? Mais: o silogismo assente na ignorância é um silogismo

constituído sobre premissas opostas ao verdadeiro, ou é um paralogismo, extraído de premissas geométricas? Ou talvez que a falsidade de conclusão se deva ao ser deduzida de premissas de outra ciência? Por exemplo, a interrogação musical é não-geométrica, mas a concepção segundo a qual as paralelas se encontram é geométrica de um ponto de vista, e não-geométrica de outro ponto de vista. O termo *não-geométrico* é entendido em dupla acepção, como aliás o termo *não-rítmico;* num caso, significa o que é não-geométrico por nada ter de geométrico, no outro, significa um simples erro geométrico, sendo esta última ignorância, ou seja, o que depende de princípios desta espécie, que é contrário à ciência. O paralogismo não é tão comum nas Matemáticas, porque a homonímia reside sempre no termo médio: o maior afirma-se da totalidade do médio, e este, por sua vez, da totalidade do termo menor, pelo que o predicado nunca é precedido do pronome *todo,* e, nas Matemáticas, podemos intuir esses termos médios mentalmente enquanto que, na Dialéctica, a duplicidade nos escapa. Por exemplo: *todo o círculo é uma figura?* Um simples desenho mostra que assim é mas, se acrescentarmos — *os poemas épicos são círculos?* É manifesto que não é tal [41].

Contra um argumento cuja premissa é in-

dutiva não se pode objectar, porque não há nenhuma premissa que não se aplique a vários casos, de outro modo ela não seria verdadeira de todos os casos, não obstante o silogismo proceder de premissas universais, sendo evidente que o mesmo ocorre na objecção: neste particular, as premissas e as objecções devem ser de tal modo idênticas que, algo que se apresente como objecção, possa também assumir a forma de uma premissa, seja demonstrativa, seja dialéctica. Por outro lado, os argumentos formalmente ilógicos podem produzir-se, quando tomarmos os consequentes dos dois termos extremos como médios. Temos um exemplo na demonstração de Caeneus segundo o qual *o fogo cresce em* 78 *proporção geométrica. O fogo* — diz ele — *aumenta rapidamente e o mesmo acontece na proporção geométrica.* Tamanho raciocínio não é um silogismo, só há silogismo se a proporção que aumenta mais rapidamente tiver por consequente a proporção geométrica, e se a proporção que aumenta mais rapidamente for predicável do fogo em movimento. Deste modo, por vezes, não é possível construir um silogismo assente em premissas de tal natureza, embora outras vezes seja possível, ainda que esta possibilidade nos passe por alto. Se fosse impossível demonstrar o verdadeiro partindo do falso, a resolução seria fácil, porque

então as premissas e a conclusão seriam inevitavelmente recíprocas. Admitamos, por exemplo, que A é e que o facto de A ser implica tais e tais coisas que eu sei serem, por exemplo B; partindo destas últimas, posso demonstrar que a primeira é. Esta reciprocidade ocorre sobretudo nas Matemáticas, porque as Matemáticas tomam como premissas as definições, mas nunca o acidental, sendo esta ainda uma diferença entre as Matemáticas e as controvérsias dialécticas.

As demonstrações não progridem pela interposição de novos termos médios, mas progridem pela adição de novos termos extremos, por exemplo, A predica-se de B, B de C, C, por sua vez, de D, e assim indefinidamente. Mas o progresso também se efectua lateralmente, por exemplo: A pode ser demonstrado de C e de E. Assim, admitimos que um número, seja finito ou infinito, seja designado por A; o número ímpar infinito, por B, e qualquer número ímpar determinado, por C. Então, A é afirmado de C. A seguir, admitimos que um número par finito seja designado por D, e um número par determinado, por E. Então, A é afirmado de E.

13

O conhecimento do *que*[42] difere do conhecimento do *porquê*.[43]

Primeiramente diferem em uma mesma ciência, por duas razões: a primeira, quando o silogismo procede de causas não imediatas, porque a causa anterior[44] não se acha contida nelas, enquanto o conhecimento do porquê equivale ao conhecimento da causa anterior; a segunda, quando o silogismo procede através de premissas imediatas mas, em vez da causa, se toma como termo médio o mais conhecido de dois termos recíprocos, pois, de dois predicados recíprocos, o que não é causa pode muito bem ser mais conhecido e, deste modo, funcionar como termo médio da demonstração. É o caso de quando, por exemplo, demonstramos a proximidade dos planetas por eles não cintilarem. Admitamos que C seja *Planetas*, B *não cintilar*, e A *estar próximo*. B afirma-se com verdade de C, porque os Planetas não cintilam, mas A também se afirma de B, pois o que não cintila está próximo — e cumpre compreender que esta proposição se obtém por epagoge[45], melhor, por sensação. Logo, A predica-se necessariamente de C, pelo que está demonstrado que os Planetas estão próximos. Em todo o caso, este

silogismo não se refere ao porquê, refere-se simplesmente ao que. Os Planetas não estão próximos por não cintilarem mas, pelo contrário, não cintilam porque não estão próximos. Mas também podemos demonstrar o efeito pela causa, e teremos aí a demonstração do porquê. Seja, por exemplo, C *Planetas,* B *estar próximo,* e A *não cintilar.* B diz-se de C, e A, não cintilar, de B; logo, A diz-se também de C, e o silogismo contempla o porquê, pois se tomou a causa próxima para termo médio. Outro exemplo: quando se demonstra a esfericidade da Lua pelo aumento da sua luminosidade. Se, na verdade, o que assim aumenta é esférico, e se a Lua aumenta, torna-se evidente que a Lua é esférica. Enunciado desta forma, obtemos um silogismo relativo ao que, mas se a posição do termo médio for invertida, teremos um silogismo relativo ao porquê, por não ser em virtude dos aumentos que a Lua é esférica, pois é em virtude de ser esférica que ela cresce (a *Lua* pode figurar-se por C, *esférica* por B, e *crescimento* por A). Além disso, nos casos em que não há reciprocidade dos termos médios, e onde o termo mais conhecido é o que não constitui a causa, demonstra-se o que, e não o porquê. É quanto ocorre nos casos em que o termo médio cai fora do maior e do menor porque, ainda aqui, é sobre o que, e não sobre

78 b

o porquê, que a demonstração recai, porque a causa próxima não aparece mencionada, por exemplo: *porque não respira uma parede?* — *Porque não é um animal,* respondemos. Se esta fosse na verdade a causa da ausência de respiração, ser um animal deveria ser a causa da respiração, de acordo com a norma de que, sendo a negação a causa da não-predicação, a afirmação é a causa da predicação. Por exemplo: se o desequilíbrio do quente e do frio é a causa de má saúde, o seu equilíbrio é a causa da boa saúde. E, na inversa, se a afirmação é causa da não-predicação, a negação é causa de não-predicação. Todavia, no exemplo oferecido, esta consequência não se produz, porque nem todo o animal respira. O silogismo que se socorre deste tipo de causa forma-se na segunda figura. Admitamos, por exemplo, que A significa *animal,* B *respirar,* e C *parede.* Nesse caso, A diz-se de todo B (pois tudo o que respira é animal), mas não se diz de nenhum C, de modo que B não se predica de nenhum C; por isso, o muro não respira. As causas desta natureza parecem-se com as hipérboles, isto é, torna-se a causa demasiado remota, como, por exemplo, no trecho de Anacársis [46], segundo o qual, os escitas não tem flautistas porque não têm vinhas.

Tais são, em a mesma ciência, e conforme

à disposição dos termos médios, as diferenças entre o silogismo do *que* e o silogismo do *porquê.* Há, contudo, um outro modo em que o que e o porquê diferem, modo este que se dá quando cada um deles se considera em ciências distintas. São assim os problemas entre si relacionados, em que um é subordinado de outro; tal é o caso, por exemplo, dos problemas da Óptica relativamente à Geometria, da Mecânica à Estereometria, da Harmonia relativamente à Aritmética, dos dados da observação do céu à Astronomia (algumas destas ciências são quase sinónimas, por exemplo: a Astronomia matemática e a Astronomia náutica, a Harmónica matemática e a Harmónica acústica). O conhecimento do que inere aos observadores empíricos [47], e o conhecimento do porquê aos matemáticos, porque estes últimos estão de posse das demonstrações pelas causas, e muitas vezes ignoram o que, do mesmo modo que se nos entregarmos à contemplação do universal, ignoramos muitas vezes alguns dos casos particulares, por defeito de observação. Tais são todas as ciências que, sendo diferentes por essência, só se ocupam das espécies. As Matemáticas só se ocupam das espécies, não demonstram um substracto porque, mesmo se as propriedades geométricas forem as de um certo substracto, não é enquanto tais que elas

79 a

se demonstram. O que a Óptica é para a Geometria, assim outra ciência é para a Óptica, a saber, a teoria do arco-íris — o conhecimento do que, neste caso, inere à física, e o conhecimento do porquê, ou ao óptico enquanto óptico, ou enquanto matemático. É o caso da Medicina em relação à Geometria, porque o conhecimento de que as feridas circulares curam mais lentamente pertence ao médico e o conhecimento do porquê ao geómetra.

14

Entre todas as figuras, a primeira é a mais epistemónica. Ela serve de veículo às demonstrações das matemáticas, tais como a Aritmética, a Geometria e o Óptica, e, podemos afirmá-lo, às de todas as ciências que investigam as causas, ou o porquê; pois, senão de um modo absoluto, pelo menos na maior parte do tempo, e na maioria dos casos, é através desta figura que o silogismo do porquê se constrói. Daqui resulta, por este motivo, que a primeira figura é a mais epistesmónica, porque a propriedade principal da ciência é a da consideração da causa. Outra prova: o conhecimento da essência só é possível através desta figura. Na segunda figura, não obtemos silogismo afirmativo, e o conhc-

cimento da definição inere à afirmação; na terceira, o silogismo é afirmativo, mas não é universal, e a definição pertence ao número dos universais, pois não é somente em acepção particular que homem é um animal bípede. Última razão: a primeira figura não carece das outras, mas é por ela que as demais figuras preenchem os intervalos e se desenvolvem, até terem atingido as premissas imediatas. Resulta por isto, evidente, que a figura mais acomodada à ciência é a primeira figura.

15

Assim como A pode ser afirmado imediatamente de B, também pode, deste modo, ser negado. Digo que a predicação ou a não-predicação são imediatas, quando não há termo médio a interceder, porque, nesse caso, a predicação ou a não-predicação não seria mediatizada por algo distinto dos mesmos termos. Por conseguinte, se A ou B, ou mesmo A e B em conjunto, estiverem contidos em um todo, é impossível que a não-predicação de A a B seja imediata. Admitamos que A se acha contido em um todo, C. Então, se B não se achar nesse todo, em C (dado ser possível que A se ache num todo que não contém B), teremos um silogismo com a conclusão de que A

79 b não se predica de B. Se C se diz de todo A, e não se diz de nenhum B, A não se predica de nenhum B. De igual modo, se B estiver contido em um todo, a designar por D: se D é predicável de todo B, e se A não se predicar de nenhum D, resulta daí, por silogismo, que A não se dirá de nenhum B. A demonstração é factível de igual modo se ambos os termos se acharem contidos simultaneamente em um todo. Que, portanto, B possa não se achar no todo onde A se acha, e que inversamente A possa não se achar no todo onde B se acha, resulta evidente das séries de predicamentações que nunca se confundem umas com as outras. Se nenhum dos termos da série ACD for predicado dos termos da série GEF, e se A, termo da primeira série, se achar em G, é evidente que B não se achará em G, caso contrário as séries não se excluiriam mutuamente. O mesmo se B se achar contido em um todo. Se, por outro lado, nenhum de ambos os termos se achar em um todo, e se A não se predicar de B, esta não predicação será necessariamente imediata. Se entre eles houver um termo médio, um ou outro deve estar contido em um todo, porque o silogismo se formará tanto na primeira como na segunda figura. Se for na primeira figura, B estará em um todo — porque a premissa relativa a B deve ser afirmativa: se for

na segunda, está-lo-á não importa qual dos termos, uma vez obtermos um silogismo, podendo a premissa negativa referir-se a um ou a outro; mas se ambas as premissas forem negativas, não haverá silogismo.

É portanto óbvia a possibilidade de um termo poder ser imediatamente negado de um outro, e já indicámos quando e como isto é possível.

16

A anóia[46] entendida, não enquanto diarése, mas enquanto apatia, é um erro produzido por um silogismo.

Ela ocorre antes de mais nas predicações e nas não-predicações imediatas, apresentando-se com duplo aspecto: ela surge, ou quando se crê directamente numa predicação ou numa não-predicação, ou quando essa crença se adquire através de um silogismo. Todavia, o erro provém duma crença directa e simples, enquanto que o erro adquirido por silogismo reveste múltiplas formas. Admitamos, por exemplo, que A não se predica de nenhum B imediatamente; se concluirmos que A se predica de B tomando C por termo médio. tal constituirá um erro produzido por silogismo. Agora bem, dois casos são possíveis: ou ambas as premissas são falsas, ou só uma

delas é falsa. Se A não predicar nenhum B, nem C predicar nenhum B, enquanto em ambos os casos se afirma a contrário, ambas as premissas serão falsas (a relação de C com A e B pode ser tal que C não seja, nem subordinado de A, nem predicado universal de B, porque, de um lado, B não pode achar-se num todo, pois dizíamos que A não se predicava imediatamente de B e, de outro lado, A não é necessariamente um predicado universal de todos os sujeitos. De onde resulta que ambas as premissas podem sofrer de falsidade). Além disso, uma das premissas pode ser verdadeira, embora não indistintamente, mas apenas a

80 a maior, AC. Neste caso, a premissa CB será sempre falsa, porque B não se acha em nenhum género, enquanto que a premissa AC pode ser verdadeira, como se, por exemplo, A se predicasse imediatamente de C e de B. Quando o mesmo termo se predica imediatamente de vários, nenhum destes termos se predicará de outro. Pouco importa, além disso, que a predicação não seja imediata.

O erro de predicamentação gera-se por estas razões e somente desta forma, pois já afirmámos que nenhum silogismo de predicamentação universal era possível noutra figura, a não ser na primeira. Quanto ao erro de não-predicação, ocorre tanto na primeira como na segunda figura. Expliquemos antes

de mais as formas que ele reveste na primeira figura, e qual o comportamento das premissas em cada um dos casos.

O erro é produzível quando as duas premissas são falsas. É o caso, por exemplo, se supusermos que A se predica imediatamente de C e de B; se tomarmos A como não predicando nenhum C, e C como predicando todo B, ambas as premissas serão falsas. O erro é também possível quando uma das premissas é falsa. Esta pode ser indistintamente uma ou outra. Pode acontecer que a premissa AC seja verdadeira, e a premissa CB falsa, sendo a premissa AC verdadeira porque A não se predica de todos os sujeitos, e a premissa CB sendo falsa porque C, que, nunca tem o predicado A, não é predicável de B; se a premissa CB fosse verdadeira, a premissa AC não seria verdadeira, e, ao mesmo tempo, se ambas as premissas fossem verdadeiras, a conclusão também seria verdadeira. Ou ainda, a premissa CB pode ser verdadeira, sendo a outra premissa falsa, por exemplo: se B estiver contido simultaneamente em C e em A, torna-se necessário que um destes últimos termos seja subordinado, de modo que, se tomarmos A como não predicável de nenhum C, tal premissa será falsa. Isto põe a claro que, se uma das duas premis-

sas é falsa, ou se ambas são falsas, o silogismo será também falso.

Na segunda figura as duas premissas não podem ser ambas totalmente falsas. Quando A se predica de todo B, não poderemos tomar qualquer termo médio que seja afirmável universalmente de um extremo e negar-se universalmente do outro; importa tomar as premissas de tal modo que o termo médio seja afirmado de um extremo e negado do outro, caso desejemos obter silogismo. Se, tomadas deste modo, as premissas forem totalmente falsas, é evidente que inversamente os seus contrários serão totalmente verdadeiros. Mas isto é impossível. Em contrapartida, nada obsta a que cada uma das premissas seja parcialmente falsa. Seja C actualmente predicável de algum A e de algum B: se assumirmos A como dito de todo A e como não dito de nenhum B, ambas as premissas serão falsas, ainda que não na totalidade, mas apenas em parte. E se invertermos a posição da negativa, o mesmo acontecerá. Também pode ocorrer que uma qualquer das premissas seja totalmente falsa. Admitamos que o predicável de todo A se predica também de todo B; então, se tomarmos C como predicável da totalidade de A e como não predicável de nenhum B, a
80 b premissa CA será verdadeira, mas a premissa CB será falsa. Aliás, o que não se predica de

nenhum B também não se predica de todo A, pois se predicasse todo A também predicaria todo B; ora, havíamos admitido que não o predicava. Se, então, e sem embargo, tomarmos C como predicável da totalidade de A, e como não predicável de nenhum B, a premissa CB é verdadeira, mas a outra é falsa. O mesmo ocorre se houver transposição da negativa, pois o que actualmente não predica nenhum A também não predica nenhum B. Se tomarmos C como não predicando a totalidade de A, mas como predicando a totalidade de B, a premissa AC será verdadeira, e, a outra, falsa. Inversamente, é falso assumir o que se diz de todo B não se diz de nenhum A, pois é necessário que o predicável de todo B também seja predicável de algum A. Se, não obstante, tomarmos C como predicável de todo B e como não predicável de nenhum A, a premissa CB será verdadeira, e a premissa CA falsa.

Torna-se então evidente que, se ambas as premissas forem falsas, ou se apenas uma for falsa, no caso das proposições imediatas teremos silogismo erróneo.

17

No caso dos predicados ou não predicados não imediatos, quando o silogismo conclui

pelo falso mediante o termo médio próprio, não é possível que ambas as premissas sejam falsas, podendo sê-lo apenas a que se refere ao termo maior. (Entendo por *termo médio próprio* [40] o termo médio através do qual obtemos o silogismo verdadeiro e contraditório ao silogismo do erro). Admitamos que A é predicável de B por meio de C. Como é necessário tomar a premissa CB na afirmativa para se obter um silogismo, é claro que esta premissa deve ser sempre verdadeira, pois não sofre conversão. No entanto, a premissa AC é falsa, por ser através da conversão que o silogismo se torna contrário. O mesmo acontece se o termo médio for tomado de outra série de predicamentação. Admitamos que D seja não somente contido em A como seu todo, mas que seja ainda afirmado de todo B. Logo, torna-se necessário manter a premissa DB imutável, enquanto se muda a qualidade da outra, de tal modo que a primeira é sempre verdadeira e, a segunda, sempre falsa. Esta forma de erro é quase a mesma que resulta do termo médio apropriado.

Suponhamos agora que o silogismo não se obtém pelo termo médio apropriado; quando o médio for subordinado de A mas não predicar nenhum B, é necessário que ambas as premissas sejam falsas, pois, havendo uma conclusão, ambas devem ser formuladas afir-

mando o contrário do que na realidade ocorre; ora, se as tomarmos assim, ambas se tornam falsas. Se, por exemplo, A se predica da totalidade de D, e se D não se predica de nenhum B, por conversão destas premissas obteremos um silogismo cujas premissas serão ambas falsas. Pelo contrário, quando o médio, por exemplo D, não for subordinado de A, a premissa AD será verdadeira, e a premissa 81 a DA falsa. A premissa AD é verdadeira, porque D não se achava em A, e a premissa AB é falsa, porque, se fosse verdadeira, a conclusão também seria verdadeira; mas, na nossa hipótese, é falsa.

Quando o erro deriva da segunda figura, não é possível que ambas as premissas sejam totalmente falsas (quando B é subordinado de A, nenhum termo pode ser afirmado da totalidade de um extremo e negado da totalidade do outro, como já explicámos acima) [50], mas uma das premissas, não importa qual, pode ser falsa. Se C é predicável simultaneamente de A e de B, e se tomarmos C como predicável de A, e como não predicável de B, a premissa AC será verdadeira, e a outra falsa. Se, na inversa, tomarmos C como predicável de B, e como não predicável de nenhum A, a premissa CB será verdadeira e, a outra, falsa.

Determinámos quando e em virtude de

que espécies de premissas se obtém um erro, nos casos de silogismo negativo. Quando o silogismo é afirmativo, se a conclusão for obtida através do termo médio apropriado, é impossível que ambas as premissas sejam falsas, pois é necessário manter imutável a premissa CB, caso queiramos obter silogismo, como já explicámos atrás; por conseguinte, a premissa CA será sempre falsa, porque a sua qualidade foi convertida. Ocorre a mesma solução se tomarmos o termo médio de outra série, tal como já indicámos, para o caso do erro negativo: importa manter a premissa DB e converter a premissa AD, e o erro resultante é como o anterior. Quando o silogismo afirmativo não procede através do termo médio apropriado, então, se D for subordinado de A, esta premissa será verdadeira, e a outra falsa, porque A pode ser predicável de vários termos não subordinados um ao outro. Mas se D não for subordinado de A, esta premissa será claramente falsa — pois é assumida afirmativamente — enquanto que a premissa DB tanto pode ser verdadeira como falsa. Nada impede que A não se predique de nenhum D, e que D se predique de todo B, por exemplo: animal não se predica de nenhuma ciência, mas ciência predica-se de toda a música. Nada obsta também a que A não se diga de nenhum D, e D de nenhum B. Resulta evidente que, onde

o termo médio não for subordinado de A, não somente ambas as premissas devem ser falsas, mas ainda o pode ser apenas uma delas, seja ela qual for.

Assim, vemos de que modos e por quais espécies de premissas os erros decorrentes do silogismo se produzem, tanto no caso das proposições imediatas como no caso das proposições demonstráveis.

18

Resulta também evidente que a perda de cada um dos sentidos equivale à perda de um conhecimento que se torna de aquisição impossível [51], pois aprendemos, ou por indução, ou por demonstração. Ora, a demonstração efectua-se a partir dos universais, e a in- 81 b dução, a partir dos particulares. Todavia, é impossível adquirir o conhecimento dos universais a não ser por epagoge, pois mesmo isso que designamos por abstracções matemáticas [52], só podem ser acessíveis por indução, quer dizer, somente porque cada sujeito possui, em virtude de um determinado carácter, certas propriedades estas podem ser tratadas como autónomas, mesmo quando não sejam separadas. Mas a epagoge é impossível a quem não dispõe de sensação, pois a sensação aplica-se aos particulares; e, para estes, não pode

haver ciência, pois não a podemos extrair dos universais por indução, nem obtê-la por indução sem a sensação.

19

Todo o silogismo se constrói com três termos. Uma espécie de silogismo serve para demonstrar que A é predicável de C, porque A se predica de B, e B de C; outra espécie é o silogismo negativo, em que uma das premissas exprime que um termo se predica de outro, e a segunda, pelo contrário, que um termo não se predica de um outro. É evidente que estas são as formas principais e que designamos por hipóteses silogísticas. Ao tomarmo-las deste modo, podemos demonstrar, por exemplo, e necessariamente, que A se predica de C através de B, e que A se predica de B através de outro termo médio, e também que B se predica de C. Para quem se contenta em silogizar segundo a opinião, ou segundo a dialéctica, é claro que o único aspecto a ter em conta é o de saber se o silogismo procede das premissas o mais prováveis possível — daí resulta que, se entre os termos A e B não houver um verdadeiro termo médio, ainda que possa ter aparência disso, e se nos apoiarmos nele para silogizar, estaremos a proceder dialecticamente. Pelo contrário, para atingir

a verdade, só as predicamentações actuais nos devem servir de guias. Tudo se passa deste modo: como há predicados afirmados de um sujeito por outra causa que não por acidente (chamo *predicados por acidente* quando, por exemplo, dizemos *isto branco é um homem*, que não significa o mesmo que dizer *o homem é branco* — o homem é branco, não por ser outra coisa, mas por ser homem, enquanto branco é homem, porque acontece que o homem é branco) há portanto termos de uma natureza tal, que são predicáveis de outros. Admitamos que C seja um termo tal que não se predica de qualquer outro, mas que seja o sujeito imediato de B, sem haver qualquer termo intermédio entre eles; suponhamos que, por sua vez, E se predica de F do mesmo modo que F a B; esta série deve terminar-se ou prosseguir-se até ao infinito? Suponhamos também que nada se afirma de A em si mesmo, mas que A se predica imediatamente de H sem se predicar de outro intermédio mais próximo, H de G, e G de B — também esta série deve terminar ou progredir até ao infinito? Esta segunda questão difere da primeira pelo seguinte: a primeira consiste em saber se é possível partir do que por si mesmo não é predicável de outro, mas que é sujeito dos predicáveis, e se é possível ascender até ao infinito; a segunda consiste em saber se é possí-

82 a vel partir do que é um predicado mas não é por si mesmo sujeito de predicados, e descer por aí até ao infinito. Importa perguntar, em terceiro lugar, se podemos inserir um número infinito de termos médios entre os termos extremos. Quero dizer: admitamos que A inere a C, e que B é termo médio, mas que entre B e A há outros termos médios, e entre estes outros ainda. Podem estes aumentar até ao infinito, ou não? Isto equivale a indagar se as demonstrações vão até ao infinito, se tudo é demonstrável, ou se os termos extremos se limitam um ao outro.

Acrescento que as mesmas questões se erguem também para os silogismos negativos e para as premissas negativas. Por exemplo, se a A não se predica de nenhum B, então, ou esta predicação será imediata, ou haverá um intermédio anterior a B, do qual A não se predica (digamos G que é predicável de B) e pode ainda haver um outro termo anterior, por exemplo G, que se diga de todo H. Também nestes casos a série dos termos aos quais A não se predica pode ascender ao infinito, ou terminar.

Estas mesmas questões não são de pôr quanto aos termos recíprocos, pois, quando o sujeito e o predicado são convertíveis, não há nem sujeito anterior, nem sujeito posterior, todos os recíprocos, enquanto sujeitos, es-

tando uns perante os outros na mesma relação, tanto se dissermos que os predicados do sujeito são infinitos, como se dissermos que tanto os sujeitos como os predicados são infinitos. Estas questões não são de pôr, a não ser quando a reciprocidade dos termos varia, fazendo-se a predicamentação acidental nuns casos, e a predicação própria noutros casos.

20

Se a série ascendente e a série descendente de predicados (entendo por *série ascendente* a que se orienta para o mais universal, e por *série descendente* a que se dirige para o mais particular) terminam, é portanto impossível que haja, entre dois termos, um número infinito de termos médios. Se atribuirmos A a F, e se os intermédios representados por B forem infinitos, é evidente que partindo de A, será possível acrescentar indefinidamente predicados uns aos outros na série descendente, pois, antes de atingirmos F, teremos um infinito número de intermédios; de igual modo, a partir de F, e seguindo a série ascendente, teremos de percorrer um infinito número de intermédios antes de chegarmos a A, de modo que se é impossível, também será impossível que entre A e F haja um número infinito de médios. E não leva a nada pretender que certos ter-

mos da série AB...F, são contíguos entre si, de modo que excluem os intermédios, enquanto os demais não se podem considerar. Seja qual for o termo que se tomar entre os B, o número de intermédios no sentido de A ou de F deve ser, ou infinito, ou finito. O ponto de partida das séries infinitas, seja o termo anterior, seja o posterior, não importa, porque os termos que se sucedem são, em qualquer caso, em número infinito.

21

Se numa demonstração negativa a série de termos for finita na demonstração afirmativa, ela será finita em ambas as direcções. Admitamos que não é possível proceder até ao infinito, nem ascendendo do termo último (e chamo *último* [53] ao termo por si mesmo não predicável de um sujeito, mas ele mesmo sujeito dos predicados, por exemplo, F) nem a partir do termo primeiro para este último (e digo *primeiro* [54] do termo que é predicável de um sujeito, mas não sujeito ele mesmo). Se assim for, também haverá limite no caso da negação. Com efeito, demonstramos uma conclusão em três modos. Podemos dizer, em primeiro lugar: B predica-se de tudo que C predica, e A não se predica de nada que B predique. Quanto à proposição BC, e é o caso

82 b

quanto a um dos dois intervalos, é necessário chegar a proposições imediatas, pois este intervalo é afirmativo. Quanto à outra premissa, se a maior for negada de um outro termo, por exemplo D, anterior a B, D deverá predicar-se de todo B; e se o maior ainda for negado de um outro termo anterior a D, este termo deve predicar-se de todo D, daí resultando que, em vista da finitude da série ascendente, a série descendente também será finita, havendo um sujeito primeiro de que A é negado. Podemos ainda silogizar assim: se B se predica de todo A e não se predica de nenhum C, A não se predica de nenhum C. Se for necessário demonstrar esta proposição, é evidente que se demonstrará, seja pela primeira figura, como acima, seja pela figura que ora consideramos, a terceira. Acabámos a explicação da primeira, vamos explicar a segunda. A demonstração far-se-á propondo, por exemplo, que D se predica de todo B e não se predica de nenhum C, pois se requer que B seja um sujeito do qual se afirma um predicado. Logo, uma vez termos de provar que D não se predica de nenhum C, então outro predicado que se nega de C, predica-se de D. Como a predicação afirmativa de um termo mais universal é sempre limitada, a predicação negativa sê-lo-á também. A terceira figura procede, já o explicámos, como segue: se A se

predica de todo B, e se C não se predica de algum B, C não se predicará de tudo de quanto A se predica. Esta premissa será demonstrável, seja através das figuras indicadas, seja por esta mesma figura. Nas duas primeiras figuras, a série é finita; na última, proporemos de novo que B se predica de E do qual C, assumindo na particular, é negado; e esta proposição será, por sua vez, demonstrada de modo análogo. Mas como supusemos que também a série descendente é finita, torna-se claro haver um limite para a predicação negativa de C.

Vemos como, mesmo que a prova se efectue, sem se cingir a um só método, e utilizando-os a todos, tanto pela primeira figura, como pela segunda, como pela terceira, mesmo assim a série será finita, porque os processos são em número finito, e os finitos são multiplicados por um número finito, o que dá necessariamente um produto finito.

Assim, é evidente haver um limite para a negação, sempre que haja um limite para a afirmação. Que de facto assim seja neste último caso, é quanto tentaremos demonstrar pelas proposições lógicas adiante.

22

Quanto aos predicados definitivos [35], é manifesto que estes predicados são em número

limitado. Se a definição é possível, melhor, se a essência é cognoscível, e se, além disso, não é possível percorrer uma série infinita, torna-se necessário que os predicados definitivos sejam finitos. Mas, quanto aos predicados aci- 83 a dentais, eis o que temos a dizer. É possível enunciar *o branco anda* e *esta coisa grande é de madeira*, e ainda que *a madeira é grande* e que *o homem anda.* Não obstante, há uma diferença entre o primeiro enunciado e o segundo. Quando digo *o branco é de madeira*, entendo que sucede acidentalmente ao que é branco ser de madeira, mas não que o branco é a substância da madeira, porque não é enquanto branco ou enquanto espécie de branco, que a coisa se torna madeira, de modo que o branco só é madeira por acidente. Pelo contrário, quando digo a *madeira é branca*, não significo que alguma outra coisa, à qual aconteça também ser madeira, seja branca (como diria *o músico é branco*, pois, então, pretendo dizer que o homem, ao qual acontece por acidente ser músico, é branco), pelo contrário, aqui, madeira é a substância que, na sua definição, se afirma branca, e que se afirmou tal enquanto madeira, ou espécie de madeira. Se tivermos de estabelecer uma regra, designemos o último enunciado por *predicação*; quanto ao primeiro, ou dizemos que não constitui uma predicação ou, pelo menos, que não

é uma predicação propriamente dita, mas apenas uma predicação acidental. Admitamos, nesse caso, que o predicado é *branco* e o sujeito *madeira*.

Digamos então que o predicado se predica como próprio e não como acidente do sujeito, pois desta predicação dependem as demonstrações demonstrativas. Deduzimos que a predicação se refere à definição, seja da qualidade, seja da quantidade, da relação, da acção, do lugar ou do tempo, quando um predicado singular se predica de um sujeito singular.

Os predicados que significam a essência significam que o sujeito do qual são predicados é idêntico ao predicado ou a uma espécie do predicado. Os predicados que, pelo contrário, não significam a essência, mas são afirmados de um sujeito diferente deles mesmos, o qual não é esse predicado em si mesmo, nem uma espécie desse predicado, são acidentes, por exemplo: branco é um acidente de homem, porque homem não é por definição, nem branco, nem qualquer espécie de branco, embora possamos dizer que é animal, pois homem é por definição uma espécie animal. Os predicados que não significam essência devem ser atribuídos a algum sujeito, e não há qualquer branco que seja branco sem que seja outra coisa que não a coisa branco. Convém, por isso, omitir as ideias, as quais não

passam de sons vãos, e ainda quando fossem actualmente, elas nada têm a ver com a presente disputa, uma vez que as demonstrações se referem aos predicados, tal como os definimos.

Além disso, um sujeito não pode ser uma qualidade de outro sujeito, e esta uma qualidade da primeira; por outras palavras, um sujeito não pode ser uma qualidade da sua qualidade, sendo impossível que sejam afirmadas sem falsidade uma da outra, mas não podem ser afirmadas com verdade uma da outra. Uma possibilidade seria a que se predicasse uma da outra reciprocamente, afirmando-se do predicado o género, ou a diferença, por exemplo. Ora, demonstrámos que estas predicações não são infinitas, nem na série descendente, nem na série ascendente; nem, por exemplo, a série *o homem é bípede, o bípede animal, o animal*... etc., nem a série predicando *animal a homem, homem a Cálias, Cálias a outro sujeito,* como elemento da sua definição. Toda a essência desta natureza é definível e o pensamento não pode transitar por uma série infinita, de onde resulta que nem a série ascendente nem a série descendente são infinitas, pois é impossível definir uma essência cujos predicados fossem em número infinito. Por conseguinte, não se predicarão cada um como género de outro, dado

83 b

que isso equivaleria a identificar o género com uma das suas espécies. A qualidade também não pode afirmar-se reciprocamente de outra qualidade, e o mesmo sucede com as demais categorias, a não ser por acidente, porque todos estes predicados são apenas acidentes, que se predicam das essências. Por outro lado, também não haverá série ascendente infinita, porque isso que se afirma de cada sujeito é de tal qualidade, ou de tal quantidade, ou inere a categorias deste género, ou exprime os elementos da essência: estes últimos predicados são em número finito e os géneros das categorias são também em número finito, uma vez eles serem, ou qualidade, ou quantidade, ou relação, ou agente, ou paciente, ou lugar, ou tempo.

Pressupomos que um único predicado se afirma de um único sujeito, e, além disso, que os predicados que exprimem a essência são predicáveis uns dos outros. Tais predicados são meros acidentes e, ainda que alguns sejam predicados essenciais, e outros de tipo diferente, dizemos que todos estes predicados são igualmente afirmados de algum substrato e que um acidente nunca é um substrato; com efeito, não catalogamos como acidentes algo que não sendo outro que ele mesmo, se diz do que se diz, mas dizemos que ele é afirmado de um sujeito outro que ele mesmo, e que

estes predicados podem ser diferentes, conforme diferentes sujeitos. Logo, nem a série ascendente, nem a série descendente de predicados, quando um único predicado se afirma de um único sujeito, pode ser considerada infinita. Os sujeitos cujos acidentes se afirmam são tantos quantos os elementos constitutivos de cada essência singular, e estes elementos não são em número infinito. A série ascendente compreende tanto estes elementos constitutivos como os acidentes, que não são, nem uns, nem outros, em número infinito. Concluímos ser necessário haver um dado sujeito do qual algum predicado primeiro seja afirmado, que haja um outro afirmável do primeiro, e que a série termine num predicado que não seja mais afirmável de outro termo anterior, e do qual nenhum termo anterior seja predicável. Esta é uma primeira forma de demonstração de quanto dissemos, mas há ainda uma outra, uma vez que a demonstração se refere aos sujeitos aos quais os predicados anteriores são aplicados, uma vez que, quanto às proposições que são demonstráveis, não há nada melhor do que conhecê-las; além disso, é impossível conhecê-las sem demonstração, pois, como a conclusão só é conhecida pelas premissas, se não as conhecemos ou se não as virmos, numa melhor situação do que a da demonstração, também não conhecería-

mos as conclusões daí decorrentes. Se, portanto, admitimos que através da demonstração é possível conhecer algo de modo absoluto, não ficando dependentes dos postulados ou das hipóteses, necessário é que as predicações intermédias sejam limitadas. Se

84 a não forem limitadas, se houver sempre um termo superior ao último termo enunciado, toda a proposição será demonstrável. Daí advém que, não nos sendo possível transitar pelo infinito, não conheceremos as proposições que se conhecem por demonstração. Se, portanto, não dispomos acerca delas de nada de melhor do que o conhecimento, não poderemos dispor de qualquer conhecimento absoluto, por demonstração, mas apenas disporemos de conhecimento por hipótese.

Quanto às provas lógicas, as que indicámos bastam para garantir a certeza de quanto dissemos, mas uma prova analítica mostrará mais rapidamente ainda que nem a série ascendente nem a série descendente de predicados podem ser em número infinito, nas artes demonstrativas, que são o objecto da nossa pesquisa. A demonstração prova a inerência dos predicados aos sujeitos. Ora os predicados são *per se* por duas ordens de razões: ou porque se acham contidos na definição dos seus sujeitos, ou porque os seus sujeitos são elementos da definição. Tal é,

neste último caso, por exemplo, o ímpar a respeito do número, pois, ainda que se predique do número, o número em si mesmo está contido na definição de ímpar. Como exemplo do primeiro caso, temos a pluralidade ou a indivisibilidade, que são elementos da definição do número. Em nenhuma destas séries de predicados os termos são infinitos. Não é possível tal coisa, em primeiro lugar, no caso em que ímpar se predica de número, porque de outro modo haveria no ímpar algum outro predicado dele constitutivo, e do qual o ímpar se predicaria. Então, o número seria um sujeito último destes predicados, a cada um das quais se atribuiria. Como não é possível que uma infinidade de predicados deste género se ache contida em um único sujeito, a série ascendente também não será infinita. De qualquer modo, é necessário que todos este predicados caibam ao sujeito primeiro (por exemplo: ao número, e o número a eles) de modo que haja convertibilidade e não tenham uma extensão maior. Os predicados contidos na definição do seu sujeito também não são em número infinito, de outro modo a definição seria impossível. Por conseguinte, se todos os predicados afirmados *per se*, e se todos estes predicados, não forem infinitos, a série ascendente será finita e, portanto, também o será a série descendente.

Sendo assim, segue-se que os intermédios entre dois termos também são em número finito. Neste caso, é desde logo evidente que, nas demonstrações, deve haver necessariamente princípios, e também que nem todas as verdades são susceptíveis de demonstração, contrariamente ao que julgam alguns a que aludimos no princípio. Se há princípios, nem todas as verdades são demonstráveis, e não é possível um trânsito até ao infinito. Admitir que uma destas regras não é actual, significaria que nenhum intervalo é imediato e indivisível, mas que todos são divisíveis, uma vez ser por interposição e não por aposição de um novo termo que a conclusão se demonstra. Se a interposição fosse prosseguível até ao infinito, haveria entre dois termos um número infinito de termos médios, o que é impossível, por haver um limite para as séries de predicados, tanto ascendente como descendente. 84 b Que há um limite, já o demonstrámos, primeiro por via lógica e, no mesmo instante, por via analítica.

23

Isto demonstrado, torna-se claro que, se o mesmo predicado, A, pertencer a dois termos, C e D, que não são de modo nenhum predicáveis um do outro, ou que não são uni-

versalmente predicáveis um do outro, este predicado não se dirá sempre deles segundo um termo médio comum. Por exemplo, o isósceles e o escaleno possuem a propriedade de ter ângulos iguais a dois rectos segundo um termo médio comum: é enquanto ambos são uma certa figura, que este predicado se diz deles, não enquanto são diferentes um do outro. Mas nem sempre assim sucede. Admitamos que B seja o termo segundo o qual A se predica de C e D — é evidente que B se dirá de C e de D segundo um outro termo comum, este último segundo um outro termo ainda; de modo que entre estes dois virá interpor-se uma infinidade de intermédios, o que é impossível. Assim, não é sempre necessário que a predicação de um mesmo predicado a vários sujeitos se faça segundo um termo comum, pois deve haver vários intervalos imediatos. No entanto, é necessário que os termos médios participem do mesmo género e sejam extraídos das mesmas premissas indivisíveis, caso o predicado comum participe dos predicados da definição, pois já dissemos não ser possível transitar de um género para outro nas demonstrações. É também claro que, dizendo A e B, havendo um termo médio, poderemos demonstrar que A se diz de B. Além disso, os elementos desta conclusão são as premissas contendo o médio em causa, e são

tão numerosos quanto os termos médios: porque as premissas imediatas são as que — ou todas, ou as universais — constituem os elementos. Em contrapartida, não havendo termo médio, não há demonstração, por isso que nos achamos no caminho dos princípios. De modo análogo, se A não se predicar de B, se houver um termo médio ou um termo anterior a B, ao qual A não predique, a demonstração será possível, senão não será possível, pelo que nos acharemos perante um princípio. Há, além disso, tantos elementos de conclusão demonstrativa quantos os termos médios, já que as premissas são os continentes destes termos, os princípios da demonsração. E assim como há certos indemonstráveis que afirmam que isto é aquilo, ou que isto se predica daquilo, também há outros que negam que isto seja aquilo, ou que isto se predique daquilo, de forma que, entre os princípios, uns afirmam que tal é tal, e outros afirmam que tal não é tal.

Quando tenhamos de provar uma conclusão, convém tomar um predicado primeiro de B, por exemplo C, do qual A seja similarmente predicável. Se procedermos desta forma, a proposição e o atributo nunca se tomam na prova fora de A, mas o médio continuará cada vez mais reduzido, até que as proposições se tornem indivisíveis e se reduzam à

mónada. Há mónada quando a premisssa é imediata, pois só a premissa imediata é una, na absoluta acepção da palavra. E assim, como em outros domínios, o princípio é um singular, embora não o mesmo em todos os casos (no peso o princípio é a mina[56], na harmonia musical o quarto de tom, e assim sucessivamente), assim, no silogismo, a mónada é uma premissa imediata, e, na demonstração e no conhecimento, é o intelecto[57]. Por isso, nos silogismos que demonstram a inerência de um predicado, o termo médio nunca fica fora do maior.

85 a

Nos silogismos negativos da primeira figura, o médio nunca fica de fora do maior, cuja inerência é problemática: quando provamos, por exemplo, que A não é B, através de C, porque se C se diz de todo B, A não se diz de nenhum C. Se, por sua vez, tivermos de provar que A não se predica de nenhum C, importa tomar um médio entre A e C; e continuaremos sempre através deste modelo. Mas se tivermos de provar que D não se predica de E, enquanto C se predica de todo D mas não de nenhum E, ou de algum E, o médio nunca ficará fora de E, e E é o sujeito do qual a predicação de D importa negar. Na terceira figura, o médio nunca ficará fora dos limites do termo do qual um outro é negado, nem de fora do termo que tem de ser negado.

24

Como a demonstração é, ou universal, ou particular, afirmativa ou negativa, importa saber qual destas formas é a melhor. A mesma questão surge acerca da demonstração denominada directa, e de redução ao absurdo. Para começar, examinemos a demonstração universal e a demonstração particular. Uma vez este ponto esclarecido, falaremos da demonstração chamada directa, e da que se chama por redução ao absurdo.

A melhor demonstração é a que nos oferece um melhor conhecimento, pois este é a virtude própria da demonstração, e conhecemos melhor quando conhecemos algo por si mesmo do que quando o conhecemos por intermédio de outro, por exemplo: conhecemos melhor o músico Corisco, quando sabemos que Corisco é músico, do que quando sabemos que o homem é músico. O mesmo sucede em outros casos. A demonstração universal prova apenas que algo diferente do sujeito, e não o sujeito enquanto sujeito, possui tal predicado, por exemplo: quanto ao isósceles, ela prova apenas o triângulo, e não o isósceles, que possui tal propriedade. A demonstração particular, pelo contrário, prova que o próprio sujeito dispõe de tal predicado. Assim,

a demonstração de que um sujeito enquanto tal possui um predicado é superior, e, sendo assim, se a demonstração particular demonstrar isto melhor do que a demonstração universal, segue-se que a demonstração particular é melhor.

Se a universal não existe fora dos particulares, e se, todavia, a demonstração conduz à opinião de que há algo que condiciona a demonstração e de que há uma certa entidade autónoma no real, por exemplo, a do triângulo para além dos triângulos particulares, da figura para além das figuras particulares, e do número para além dos números particulares; se, além disso, a demonstração do que é for superior à do que não é, e a que não nos engana superior à que nos engana, e se a demonstração universal for desta última espécie (nesta demonstração procedemos como no argumento da proporção definida, que não é nem linha, nem número, nem sólido, nem volume, mas algo fora de tudo isto); se esta demons- 85 b tração é mais universal, e se ela é menos aplicável do que a demonstração particular, e produz uma falsa opinião; segue-se que a demonstração universal é inferior à particular.

O primeiro argumento não convém menos à demonstração universal do que à demonstração particular? Se a igualdade a dois ângulos rectos é uma propriedade do sujeito, não

enquanto isósceles, mas enquanto triângulo, quem souber que o isósceles possui este predicado conhece menos o sujeito em si mesmo do que quem souber que o triângulo possui o dito predicado. Em suma, se o sujeito, enquanto triângulo, não possuir um predicado, e provarmos que o possui enquanto triângulo, não faremos uma demonstração; se o sujeito possuir o predicado enquanto triângulo, aplica-se a regra de que conhece melhor o que conhece o sujeito como possuidor do predicado. Se triângulo for o termo mais extenso, se houver uma só e a mesma noção de triângulo, dito de outro modo — se o triângulo não for enunciado de forma equívoca — e se a igualdade a dois rectos for pertença de todo o triângulo, não é o triângulo enquanto isósceles, mas antes o isósceles enquanto triângulo, cujos ângulos são como dissemos. Daí resulta que, quem conhece uma predicação universal, a conhece mais por si do que quem conhece uma predicação particular. A demonstração universal é, portanto, melhor do que a particular.

Se houver uma noção singular e única, se a noção de universal não for homónima, então haverá não menos, antes mais, universal, do que os particulares, pois que os universais englobam os corruptíveis, enquanto os mais corruptíveis são os particulares.

Não é necessário supor que o universal é separado dos particulares por significar algo de uno, e também não é necessário supor, para o que não significa essência, mas apenas qualidade, uma relação ou uma acção. Quando mantemos uma tal suposição, quem compreende mal não é a demonstração, mas o ouvinte.

Outro argumento. Se a demonstração é o silogismo que prova a causa e o porquê, o universal é mais causa (o que possui um predicado por si mesmo é por si mesmo a causa da predicação; ora, o universal é um sujeito primeiro; a causa é, portanto, universal). Por conseguinte, a demonstração universal é superior, por demonstrar melhor a causa e o porquê.

A nossa pesquisa do porquê cessa, e julgamos que conhecemos quando a geração ou o ser do sujeito não se devem nem à geração nem ao ser de outro sujeito — a última fase de uma pesquisa assim desenvolvida é por si mesma o fim e o limite do problema. Por exemplo. *Porque veio ele? Para arranjar dinheiro; e isso, para pagar o que devia; a fim de não cometer uma injustiça.* Quando, assim progredindo, não atingimos outra causa eficiente ou final, dizemos que é por esta razão, assumida como fim, que um tal veio, ou que algo é, ou devém, sendo só então que dizemos

ter o maior conhecimento da razão pela qual ele veio. Se, portanto, todas as causas e todos os porquês forem semelhantes ao que dissemos, e se, no caso das causas finais, tal como as expusemos, é desta maneira que melhor as conhecemos, segue-se que, também nos casos das outras causas, atingimos o maior conhecimento, quando um predicado deixa de ser inerente a uma causa situada fora dele. Assim, quando conhecemos que os ângulos externos são iguais a quatro rectos, porque o triângulo que tem estes ângulos é isósceles, fica ainda por saber a razão porque o isósceles tem esta propriedade; é por ser um 86 a triângulo, e o triângulo possui esta propriedade por ser uma figura rectilínea. E se a figura rectilínea a não possui por outra razão que não seja a da sua definição, é nesse preciso momento que temos o maior conhecimento. O nosso conhecimento torna-se universal. Por isso, a demonstração universal é superior.

Quanto mais particular uma demonstração se torna, mais cai no infinito, enquanto a demonstração universal tende para a simplicidade e para a finitude. Enquanto infinitos, os particulares são incognoscíveis, só enquanto finitos são cognoscíveis. É portanto como universais, mais do que como particulares, que os conhecemos. Os universais são mais de-

monstráveis, e quanto mais demonstráveis são mais a demonstração se lhes aplica, pois que os relativos aumentam simultaneamente. De onde se conclui que a demonstração universal, sendo mais demonstração, é superior.

A demonstração que mostra duas coisas é preferível à que nos faz conhecer somente uma. Ora, quem detém o universal também conhece o particular, enquanto o que conhece o particular não conhece o universal. De onde resulta que, ainda por esta razão, a demonstração universal é preferível.

Temos, por fim, um último argumento. O universal é de mais fácil demonstração porque se demonstra através de um termo médio mais próximo do princípio; e o que há de mais próximo, é a premissa imediata, que se confunde com o próprio princípio. Se, portanto, a demonstração que parte do princípio é mais rigorosa do que a que dele não parte, a demonstração que está mais ligada ao princípio é também mais rigorosa do que a que se lhe liga menos. Ora, como a demonstração universal se caracteriza pela mais estrita dependência do seu princípio, a demonstração universal será superior. Por exemplo, se fosse necessário demonstrar A de D, tendo B e C por termos médios: sendo B o termo superior, a demonstração efectuada através dele será mais universal.

Alguns destes argumentos são apenas dialécticos. A prova mais clara da superioridade da demonstração universal é: se, de duas proposições, conhecermos a anterior, conhecemos também, de certo modo, a posterior — conhecemo-la em potência. Se soubermos, por exemplo, que todo o triângulo tem os ângulos iguais a dois rectos, sabemos de certo modo, isto é, em potência, que o isósceles também tem os ângulos iguais a dois rectos, mesmo que ignoremos que o isósceles é um triângulo. Pelo contrário, quando conhecemos a proposição posterior, não conhecemos nulamente a universal, nem em potência, nem em acto.

Dizemos, enfim, que a demonstração universal é totalmente inteligível, enquanto a demonstração particular finda na sensação.

25

São estes os argumentos que nos levam a preferir a demonstração universal à demonstração particular. Que a demonstração afirmativa seja superior à demonstração negativa, eis o que podemos mostrar.

Admitamos que, em igualdade de condições, a melhor demonstração é a que deriva de um menor número de postulados ou de hipóteses, isto é, de premissas. Sendo as premissas igualmente conhecidas, é mediante as

menos numerosas que adquirimos mais rapidamente o conhecimento, sendo isto preferível. O argumento implícito na nossa asserção sobre a superioridade da demonstração derivada de um menor de proposições pode ser encarado de um modo geral da seguinte maneira. Se, num caso como em outro, os médios forem conhecidos, e se os anteriores forem portanto mais conhecidos, podemos supor uma demonstração, através dos médios BCD, em que A se predica de E, e uma outra, FG, em que A se predica de E. A predicação de A a D é conhecida, tal como a de A a E. Mas a predicação de A a D é anterior à de A a E, e mais conhecida do que ela, pois que a última é provada pela precedente, e porque, isso através de que se demonstra, é mais certo do que isso que é demonstrado. 86 b

Assim, a demonstração que se processa através de um menor número de premissas é a melhor. A demonstração afirmativa e a demonstração negativa fazem-se ambas através de três termos e através de duas premissas, mas enquanto a primeira assume apenas que algo é, a segunda assume ao mesmo tempo que algo é, e que algo não é; ela opera, portanto, através de um maior número de premissas; logo, é inferior. Também demonstrámos que duas premissas negativas não produzem nenhum silogismo, sendo necessário que

uma seja negativa e outra afirmativa. Somos então levado a ditar a seguinte regra: quando a demonstração se desenvolve, as proposições afirmativas tornam-se necessariamente mais numerosas, mas não pode pode haver mais de uma premissa negativa em cada silogismo. Admitamos, por exemplo, que A não se predica dos sujeitos predicados por B, e que B se predica de todo C. Se for necessário desenvolver as duas premissas, temos de interpor um médio: seja D, médio de AB, e E, médio de BC. É evidente que E se põe na afirmativa e também D na afirmativa relativamente a B, mas na negativa relativamente a A; porque D se diz de todo B, enquanto A não deve dizer-se de nenhum D. Obtemos então uma só premissa negativa, AD. O modo de proceder em outros silogismos é idêntico, porque, nos termos de um silogismo afirmativo, o médio é sempre afirmativo relativamente aos extremos, enquanto que, num silogismo negativo, é necessário que o médio seja negativo apenas relativamente a um dos termos, de modo que só há esta premissa negativa, enquanto as outras são afirmativas. Se o médio demonstrativo é mais conhecido e mais seguro do que o sujeito demonstrado, e se a proposição negativa é provada pela afirmativa, e não a afirmativa pela negativa, como a demonstração afirmativa é anterior, mais conhecida e mais certa,

ela será melhor. Mais: se o princípio do silogismo é a premissa universal imediata, e se a premissa universal é afirmativa na demonstração afirmativa, e negativa na demonstração negativa; se, além disso, a afirmativa é anterior à negativa, e mais conhecida do que ela (a negação conhece-se mediante a afirmação, e a afirmação é anterior, tal como o ser é anterior ao não-ser), resulta que o princípio da demonstração afirmativa é superior ao da demonstração negativa. Ora, a demonstração que se serve de princípios superiores é também superior.

Enfim, a natureza da demonstração afirmativa está mais próxima da natureza do princípio, pois sem demonstração afirmativa não há demonstração negativa.

26

87a Como a demonstração afirmativa é superior à demonstração negativa, torna-se evidente que é também superior à demonstração por redução ao absurdo.

Antes de mais, temos de conhecer bem qual a diferença entre a demonstração negativa e a redução ao absurdo. Admitamos que A não se predica de nenhum B, e que B se predica de todo C — logo, é necessário que A não se diga de nenhum C. Com estas

premissas, a demonstração negativa de que A não se diz de C é directa. Quanto à demonstração por redução ao absurdo, eis como procede. Admitamos que temos de provar que A não se diz de B. Temos de propor que se diz, e também que B se diz de C, de modo que o resultado é que A se predica de C. Admitamos como conhecido e como consentido que tal é impossível. Deduzimos então que A não se pode predicar de B. Se concordarmos que B se predica de C, é impossível que A se predique de B.

A ordem dos termos é a mesma em ambas as demonstrações. Diferem na aplicação, consoante qual das proposições negativas for mais conhecida, a que nega a predicação de A a B, ou a que nega a predicação de A a C. Quando a conclusão mais conhecida é a da impossibilidade de AC, utilizamos a redução ao absurdo; quando a mais evidente é a premissa maior do silogismo, utilizamos a demonstração directa. Na ordem natural, a proposição de que A não se predica de B é anterior à proposição de que A não se predica de C, porque, se as premissas de onde se extrai a conclusão são anteriores à própria conclusão, a conclusão é A não se predica de C, e uma das premissas de onde a conclusão se extrai é A não se predica de B. O resultado negativo que se atinge pela redução ao absurdo não é uma

conclusão propriamente dita, nem os seus antecedentes são premissas propriamente ditas. Pelo contrário, os elementos integrantes do silogismo são premissas relacionadas uma com a outra, como o todo em relação à parte, ou a parte em relação ao todo, enquanto que as premissas AC e AB não guardam entre elas idêntica relação.

Se a demonstração que procede de premissas mais conhecidas e anteriores for superior, e, ainda, se ambas as demonstrações geram que algo não é, se, no entanto, o ponto de partida de uma for anterior ao da outra, resulta que a demonstração negativa será absolutamente superior à da redução ao absurdo, e como a demonstração afirmativa é superior à demonstração negativa, também será superior à da redução ao absurdo.

27

Uma ciência é mais exacta e anterior[58], quando conhece ao mesmo tempo o que e o porquê, e nunca o *que* separado do seu porquê. Além disso, a ciência que não se ocupa do substrato é mais exacta do que a ciência que se ocupa do substrato, por exemplo, a Aritmética é mais exacta do que a Harmónica. Uma ciência que se define a partir de princípios menos numerosos é também mais exacta do que a ciência que repousa em princípios

apositivos, como é o caso da Aritmética, mais exacta do que a Geometria. Pela expressão *princípios apositivos* significa que, por exemplo, a mónada é uma essência sem posição, enquanto o ponto é uma essência com posição; este último contém um princípio apositivo.

28

Ciência una é a que contém género uno, ou seja, todos os sujeitos constituídos a partir dos primeiros princípios do género, as partes do sujeito total, e as suas propriedades definitivas.

Uma ciência é diferente de outra quando os seus princípios não têm, nem uma origem comum, nem derivam uns dos outros. Temos 87 b prova disto quando alcançamos as premissas indemonstráveis de uma ciência, já que elas, juntamente com as suas conclusões, devem encontrar-se dentro do mesmo género; e temos a prova disto quando as conclusões demonstradas por meio delas se encontram no mesmo género, isto é, são homogénas.

29

Demonstrações plurais da mesma conclusão são possíveis, já tomando das mesmas séries de predicados termos médios distintos

do termo, que faz o nexo imediato, por exemplo, C, D, ou F para demonstrar A-B; já tomando um termo médio procedente de outra série. Por exemplo, admitamos que A significa *mudança*, D *alteração de uma propriedade*, B *sentir prazer*, e G *repouso*. Podemos predicar sem falsidade D de B, e A de D, pois o que sente prazer sofre uma mudança, e o que sofre uma mudança sofre uma alteração. Por sua vez, A não se pode predicar em verdade de G, e G de B, pois todo o que sente prazer repousa, e o que repousa muda. Logo, o silogismo pode ocorrer mediante termos médios diferentes, isto é, que não pertencem à mesma série; contudo, não de modo que nenhum destes termos médios seja predicável do outro, pois é necessário que ambos se prediquem de um mesmo sujeito.

Uma questão ulterior que merece ser examinada é a de quantos modos se pode demonstrar a mesma conclusão pela variação dos outros silogismos.

30

Não há arte demonstrativa do que acontece por acaso[59]. O que acontece por acaso não acontece, nem por necessidade, nem as mais das vezes, antes acontece fora destas duas ordens. Ora, a demonstração só se aplica

a um ou a outro dos casos, pois todo o silogismo procede através de premissas necessárias ou simplesmente constantes, sendo a conclusão necessária quando as premissas são necessárias, e constante, se as premissas forem constantes. Portanto, dado que o acaso não é, nem constante, nem necessário, não é demonstrável.

31

Não há também arte demonstrativa do conhecimento adquirido por sensação. Mesmo que a sensação tenha por objecto uma qualidade, e não apenas uma quididade, temos de sentir pelo menos necessariamente tal coisa determinada, num lugar, e num tempo definidos. Mas o que é universal, o que se aplica a todos os casos, é impossível de perceber, pois o universal não é, nem algo de determinado, nem um tempo determinado, de outro modo não seria universal, porque designamos por universal o que é sempre e em toda a parte. Como as demonstrações universais, e como as noções universais não são sensíveis, é evidente não haver uma ciência de sensação. É também evidente que, mesmo sendo possível sentir que o triângulo tem os ângulos iguais a dois rectos, ainda aí buscaríamos uma demonstração, pelo que não teríamos (como

alguns pretendem)[60] um conhecimento epistémico, porque a sensação inere necessariamente ao singular, enquanto a ciência inere ao universal. Se estivéssemos na Lua, e se víssemos a Terra interpor-se no trajecto da luz solar, não conheceríamos a causa do eclipse — perceberíamos haver naquele instante um eclipse, mas não saberíamos o porquê, dado que a sensação, como dissemos, não inere ao universal. Não nego, sem dúvida, que observando a frequente ocorrência deste fenómeno, não possamos, perseguindo o universal, chegar a uma demonstração, considerando que o universal brota da pluralidade dos singulares. 88 a

O mérito do universal é o de ser ele a dar o conhecimento da causa, de modo que, no caso de fenómenos que têm uma causa distinta deles mesmos, o conhecimento universal é superior às sensações e à intuição (no que releva dos princípios primeiros, a razão é totalmente diferente). Daqui resulta a impossibilidade de adquirir a ciência do demonstrável pela sensação, a menos que designemos por percepção a posse de uma ciência por arte demonstrativa. Contudo, há certas questões que, em ordem à sua explicação, podem ser imputadas a uma imperfeição da sensação. Há, por exemplo, casos em que um acto de visão pode dar por concluída a nossa pesquisa, não porque vendo conhecêssemos, mas

porque teríamos decantado o universal a partir do acto de visão. Se, por exemplo, víssemos os poros do vidro e a luz passando através deles, é evidente que conheceríamos a causa da transparência porque, vendo este fenómeno repetir-se em todos os vidros, compreenderíamos que assim acontece em todos os vidros.

32

Os princípios não podem ser os mesmos para todos os silogismos. Podemos mostrá-lo, antes de mais, através de simples juízos lógicos. Alguns silogismos são verdadeiros, enquanto outros são falsos. Ainda que possamos concluir o verdadeiro mediante premissas falsas, contudo, isto ocorre só uma vez, quero dizer, se A, por exemplo, for verdadeiro de C, e se o médio de B for falso (sendo falsas as predicações de A a B, e de B a C) e se tomarmos os médios para demonstrar as premissas, elas serão falsas, porque toda a conclusão falsa parte de premissas falsas, enquanto as conclusões verdadeiras saem de premissas verdadeiras, e o falso e o verdadeiro diferem na espécie. As conclusões falsas nem sempre derivam de princípios idênticos, havendo falsidades entre si contrárias que não podem coexistir, por exemplo, *a jus-*

tiça é injustiça e a *justiça é cobardia; o homem é cavalo* e *o homem é boi; o igual é maior* e *o igual é menor*. Partindo dos princípios já definidos, podemos extrair a seguinte conclusão. As conclusões verdadeiras nem sempre repousam sobre os mesmos princípios; quanto a muitas delas, os princípios diferem em género, e não são convertíveis, por exemplo: as mónadas não podem ter a posição dos pontos, porque as mónadas carecem de posição, e os pontos têm uma posição. Seria pelo menos necessário que os termos se adaptassem, seja enquanto médios, seja para o maior, seja para o menor, uns interiores e outros exteriores aos extremos. Mas alguns dos princípios comuns também não são susceptíveis de servir como premissas demonstrativas de todas as conclusões (designo de *princípios comuns* [61], por exemplo, o princípio segundo o qual é sempre necessário, ou afirmar, ou negar), porque os géneros são diferentes, e alguns predicados dizem-se das quantidades, enquanto outros se dizem apenas das qualidades, predicações pelas quais, mediante a ajuda dos princípios comuns, se cumpre a demonstração. 88 b

Além disso, os princípios não são muito menos numerosos do que as conclusões, porque os princípios são as premissas, e as premissas formam-se, já por aposição, já por in-

terposição de um termo. As conclusões são em número infinito, ainda que os termos sejam em número finito. Enfim, uns princípios são necessários, e outros contingentes[62].

Considerando desta forma, parecerá ser impossível que os princípios sejam idênticos, ou em número limitado, dado que o número de conclusões é infinito. Se, por outro lado, aplicarmos a identidade noutra acepção, diremos, por exemplo, que estes princípios são os da Geometria, que aqueles são os do Cálculo, e aqueloutros da Medicina; será, então, que diremos haver princípios diferentes para as diferentes ciências? Denominá-los idênticos por serem idênticos entre si mesmo seria ridículo, porque tudo se pode identificar com tudo, segunda esta acepção de identidade. Sustentar que uma conclusão qualquer se demonstra a partir de todos os princípios possíveis também não significa que os princípios são os mesmos em todos os casos — tal seria deveras simplista, porque não acontece assim nas ciências da evidência, e também não é possível na análise silogística, porque as premissas imediatas são os princípios, e porque uma conclusão diferente se obtém somente juntando uma nova premissa imediata. E se afirmarmos que os princípios são estas premissas primeiras imediatas, é porque há uma para cada género. Se, todavia, não pretender-

mos demonstrar uma qualquer conclusão através de todas as premissas possíveis, e se, portanto, não admitirmos que os princípios são diferentes a pontos de serem diferentes em cada uma das ciências, falta-nos saber se, enquanto os princípios de todas as conclusões se acham no mesmo género, tais conclusões especiais não deveriam ser demonstradas por premissas especiais, e outras por aqueloutras. É no entanto evidente que, ainda aí, tal não é possível, pois foi demonstrado que os princípios dos sujeitos, diferentes pelo género, são em si mesmos diferentes em género. Há duas espécies de princípios: os que servem de premissas à demonstração, e o género seu sujeito. E ainda que os princípios que servem à demonstração sejam comuns, os outros, os géneros-sujeitos, são peculiares, tais, por exemplo, o número e a grandeza.

33

A ciência e o seu objecto diferem da opinião[63] e do seu objecto, porque a ciência é universal e procede através de proposições necessárias, e o que é necessário não pode ser dito de outro modo. Embora haja sujeitos verdadeiros e existentes, e que todavia podem ser de outra maneira, é evidente que a ciência não se refere a eles; se o fizesse, aquilo que

pode ser de outra maneira não poderia ser de outra maneira. Essas coisas também nada têm a ver com a inteligência (por *inteligência* significo um princípio da ciência) nem com a ciência indemonstrativa, que consiste na apreensão da premissa imediata. Assim como a razão, a ciência e a opinião, e o que elas exprimem,
89 a podem ser verdadeiras, fica-nos, por conseguinte, que a opinião se refere ao que, sendo verdadeiro ou falso, pode ser de outro modo. Na verdade, a opinião é a apreensão de uma premissa imediata e não-necessária. Este modo de ver acomoda-se aos factos observados, porque a opinião é instável, e tais são também os seus objectos. Além disso, quando se pensa que uma verdade não pode ser de outro modo, sempre se pensa conhecê-la, nunca se pensa opinar acerca dela; pelo contrário, pensa-se que se possui a ciência. É só quando se pensa que a coisa é apenas assim, mas que nada obsta a que não possa ser de outro modo, que se pensa termos uma opinião, pois julgamos ser isso o objecto da opinião, enquanto que o necessário é o objecto da ciência.

Em que acepção, portanto, um sujeito pode ser objecto simultâneo da opinião e da ciência? E porque motivo a opinião não é ciência, se postulamos que tudo quanto sabemos pode ser objecto de opinião? O que sabe e o que

tem opinião prosseguem o mesmo caminho através dos mesmos termos médios, até atingirem as premissas imediatas, de sorte que, se é verdadeiro que o primeiro detém a ciência, o segundo, não tendo mais do que uma opinião, também detém a ciência; é possível, aliás, opinar sobre o *que* e sobre o *porquê*; ora, o porquê é o termo médio.

A verdade encontra-se quiçá em que, se apreendemos verdades que não podem ser diferentes do que são, ao modo como apreendemos as definições por cujo médio as demonstrações se efectuam, teremos conhecimento delas e não opinião. Se, por outro lado, apreendemos estes predicados como inerentes ao seu sujeito, mas não em virtude da sua definição e da essência dos sujeitos, teremos opinião, e não ciência; e esta opinião refere-se, além disso, ao que e ao porque, quando for obtida através de premissas imediatas, mas se não for obtida através de premissas imediatas só se refere ao *que*. O objecto da opinião e da ciência não é totalmente idêntico; tal como o objecto da opinião falsa e da opinião verdadeira pode ser o mesmo num certo sentido, é deste mesmo modo que o objecto da ciência e o objecto da opinião podem ser o mesmo. A pretensão de que a opinião verdadeira e a opinião falsa têm o mesmo objecto, na acepção que alguns entendem [64],

conduz, entre outros absurdos, a admitir que o que tem uma opinião falsa não tem opinião. Na verdade, o termo *idêntico* tem várias acepções: numa, o objecto da opinião verdadeira e o objecto da opinião falsa podem ser o mesmo, mas noutra não pode ser o mesmo. Assim, ter a opinião verdadeira de que a diagonal é comensurável é um absurdo; mas, como a diagonal a que as duas opiniões se referem é a mesma, as duas opiniões têm, nesta acepção, um só e o mesmo objecto; só que a quididade expressa na definição não é a mesma em cada um dos casos. O mesmo se diz acerca da identidade do objecto da ciência e da opinião. A ciência apreende o predicado *animal*, por exemplo, de tal modo, que isso não pode deixar de ser animal; para a opinião, pelo contrário, o predicado pode ser outro que não o que é. Por exemplo, no primeiro caso, temos a apreensão de animal como elemento definitivo de homem; no segundo, a apreensão de animal como um predicado de homem, mas não como elemento definitivo de homem. Tanto num como noutro o sujeito é o mesmo — o homem —, mas o modo de conhecimento não é o mesmo.

Infere-se disto que o mesmo não pode ser simultaneamente objecto de opinião e objecto de ciência, porque, então, apreenderíamos o mesmo como podendo e não po-

dendo ser ser outro que não é, o que não é possível. A ciência e a opinião de uma mesma coisa podem coabitar deveras em mentes diferentes, na acepção indicada, mas nunca simultaneamente na mesma mente. Se assim fosse, apreenderíamos simultaneamente, por exemplo: por um lado, que o homem é por definição animal (era isso que entendíamos ao dizer que não pode ser outra coisa que animal) e, por outro lado, que o homem não é definitivamente animal, pois era isso que entendíamos ao significar o poder ser outra coisa que animal. 89 b

Quanto ao mais, a saber, as distinções que cumpre estabelecer entre a dianóia, a inteligência [65], a ciência, a arte, a prudência, a sabedoria, estas questões pertencem preferencialmente, umas, à Física, outras, à Ética.

34

A perspicácia [66] é a faculdade de descobrir instantaneamente o termo médio. É o caso, por exemplo, quando, vendo que a Lua tem a face luminosa sempre voltada para o Sol, imediatamente compreendemos a causa deste fenómeno, isto é, que a Lua recebe a luz do Sol; ou se, observando alguém a conversar com um homem rico, adivinhamos que lhe está a pedir dinheiro; é ainda o facto de adi-

vinhar que o que torna duas pessoas amigas é o terem um inimigo comum. Em todos estes exemplos, bastou ver os extremos para logo se conhecerem os termos médios, que são as causas.

Suponhamos que A designa a *face luminosa está voltada para o Sol,* que B *designa tirar a sua luz do Sol,* e que C *significa a Lua.* Então B, *tirar a sua luz do Sol,* diz-se de C, a *Lua*, e A, *ter a face luminosa voltada para a fonte da sua luz*, de B. Por isso, A predica-se de C mediante B.

LIVRO II

1

O número de questões que nos propomos é proporcional ao que conhecemos. As questões que nos propomos são de quatro espécies: *o que*, *o porquê*, *se é* e, por fim, *o que é*[67]. Assim, quando, envolvendo uma pluralidade de termos, nos interrogamos se isso é isto ou aquilo, se, por exemplo, o Sol experimenta ou não um eclipse, então estamos a interrogar-nos sobre o *que*. Dada a prova, ou seja, logo que descubramos que o Sol experimenta um eclipse, não vamos mais longe, e se, desde o princípio, soubéssemos que o Sol experimenta um eclipse, não inquiriríamos se o experimenta ou não experimenta. Quando conhecemos o *que*, procuramos saber o *porquê*, por exemplo, sabendo que o Sol experimenta um eclipse, e que a Terra treme, inquirimos o porquê do eclipse e o porquê do terramoto. São estas as questões que nos pro-

pomos quando abrangemos uma pluralidade de termos, embora haja casos em que nos pomos a questão de outro modo, por exemplo, se isto é ou não um Centauro ou um *Deus.* (Assumo a expressão *se é ou não* em acepção simples, e não como se dissesse se é ou não é branco). Logo que sabemos que é, procuramos saber o que isso é, por exemplo, *que é Deus, ou que é homem*?

São estas, pois, as quatro espécies de questões que nos propomos, e é nas respostas a estas questões que o nosso saber consiste.

2

Quando inquirimos o que, ou quando procuramos saber se algo é em acepção simples, procuramos saber se aí há ou não há um termo médio; e uma vez sabido o que, ou sabido que isso é — melhor, quando sabemos que algo é, seja parcialmente, seja em absoluto — e quando procuramos o porquê ou a essência da coisa, nesse caso estamos a inquirir qual é o termo médio (se a inquirição se refere ao que, refiro-me ao *ser parcial* da coisa, e se se refere ao que é, refiro-me ao *ser absoluto* da coisa. Há ser parcial quando, por exemplo, interrogo: *a Lua experimenta eclipse*? ou ainda: *a Lua cresce*? porque, nas

90 a

questões deste tipo, procuramos saber se algo é algo, ou não é algo. Quanto ao ser da coisa em acepção absoluta, é quando interrogamos se a Lua ou a Noite existem). O resultado é o de que em ambas estas ordens de questões nos interrogamos sobre, já se há um termo médio, já qual é esse termo médio. O termo médio é a causa, sendo ele o objecto de todas as nossas inquirições. A pergunta a *Lua experimenta um eclipse?* significa: *há ou não há alguma causa do eclipse?* Depois de sabermos que há uma causa, transitamos para a pergunta: *qual é, então, essa causa?* A causa em virtude da qual algo é, não isto ou aquilo, mas em acepção simples e substancial, tanto como a causa pelo qual algo é, não é simplesmente, mas é isto ou aquilo enquanto possui um predicado essencial ou algum acidente, são ambas, por igual, o termo médio. Pelo que é simplesmente, entendo o sujeito em si mesmo, por exemplo, a Lua, a Terra, o Sol, o triângulo; pelo que o sujeito é entendo a qualidade predicada do sujeito, quero dizer, o eclipse, a igualdade, a desigualdade, a interposição ou a não-interposição da Terra. É claro haver, em todos estes paradigmas, identidade entre o que a coisa é e o porquê de ela ser o que é. A questão *que é o eclipse?* e a resposta — *a privação da luz da Lua pela interposição da Terra*, são idênticas à questão — *porque há*

eclipse? ou *porque experimenta a Lua um eclipse?* e a sua resposta — *por causa da falta de luz quando a Terra se interpõe.* O mesmo se verifica neste exemplo — *que é um acorde musical? É uma proporção numérica no agudo e no grave,* uma vez que podemos operar a seguinte substituição: *Porque motivo o agudo acorda com o grave? Porque há uma proporção numérica entre o agudo e o grave.* Ainda mais: *o agudo e o grave fazem acorde?* vem a dizer: *a sua proporção é numérica?* E uma vez isso sabido, perguntamos — qual é, nesse caso, essa proporção? Que a inquirição se refere sempre ao termo médio, é quanto se manifesta nos casos em que o termo médio se torna sensível. Nós inquirimos o termo médio, somente porque não o sentimos; inquirimos se há, ou não há, um médio, causando, por exemplo, um eclipse. Mas se estivéssemos na Lua, não inquiriríamos, nem se há eclipse, nem a causa porque o há, pois o que e o porquê seriam simultaneamente evidentes. O acto de percepção ter-nos-ia capacitado para conhecer também o universal, porque a sensação ensina-nos haver agora uma interposição da Terra, por ser evidente que actualmente a Luz sofre um eclipse, a partir disto brotando o universal.

Assim, tal como temos dito, conhecer o que é significa conhecer a causa pela qual o

que é é, sendo isto igualmente verdadeiro das coisas enquanto elas são simplesmente, e não apenas enquanto qualificadas por qualquer predicado, tal *como igual a dois ângulos rectos*, ou *maior*, ou *menor*.

É, pois, evidente, que todos os problemas consistem na inquirição do termo médio.

3

Determinemos agora de que modo mostramos o que algo é, e de que modo a definição é redutível à demonstração, o que é a definição[68] e do que há definição. Em primeiro lugar discutamos algumas dificuldades que estas questões suscitam[69], e principiemos o que nos cumpre dizer pela análise de um aspecto que mais se aproxima das nossas imediatas e precedentes observações. Poderíamos interrogar-nos se é possível conhecer a mesma coisa segundo o mesmo processo, simultaneamente por definição e por demonstração, ou se é impossível. Porque a definição parece realmente referir-se ao que o que é é, e tudo o que explica o que é, é universal e afirmativo, enquanto os silogismos podem ser, uns, negativos, e, outros, não-universais. Por exemplo: todos os da segunda figura são negativos, e os da terceira são não-universais. E mais, nem todas as conclusões afirmativas

90 b

da primeira figura são definíveis, por exemplo — *todo o triângulo tem os ângulos a dois rectos.*

A razão é esta: saber o que é demonstrável é deter a demonstração, por conseguinte, se pode haver demonstração destas conclusões, é porque não pode haver definição delas; de outro modo, poder-se-ia também conhecer uma destas conclusões em virtude da definição, sem demonstração da mesma, porque nada obsta a que possuamos uma sem a outra.

Também a epagoge nos pode convencer bastante desta diferença, porque nunca conhecemos por definição algo que seja afirmado de outro, seja a título de predicado essencial, seja acidental. Além disso, se a definição nos leva a adquirir a conhecimento de uma essência, de qualquer modo tais predicados não são essências. Que, portanto, não há definição de tudo para quanto há demonstração, eis que se torna evidente.

Mas, nesse caso, há demonstração para tudo de quanto há definição, ou tal não é possível? Há uma razão, tal como anteriormente, ainda aqui aplicável. Uma só e mesma coisa, enquanto una, só é cognoscível de um modo, de onde, conhecer o demonstrável é possuir a demonstração; chegaremos a esta impossibilidade de que a posse da defi-

nição, sem a demonstração, dará o conhecimento do demonstrável.

Os princípios das demonstrações são as definições, pelas quais não haverá demonstrações possíveis, tal como já anteriormente provámos porque: ou bem que os princípios são demonstráveis, tal como os princípios dos princípios [70], e assim até ao infinito, ou bem que os princípios primeiros são definições indemonstráveis.

Agora bem, se o definível e o demonstrável não são inteiramente o mesmo, podem, todavia, ser parcialmente idênticos? Ou isso é impossível, dado não poder haver nenhuma demonstração do definível? Na verdade, a definição refere-se à essência, sendo evidente que todas as demonstrações propõem e assumem a essência, por exemplo: as demonstrações matemáticas propõem a essência da mónada e a essência do ímpar e, nas demais ciências, o mesmo é verificável. Além disso, toda a demonstração demonstra um predicado de um sujeito, quer lhe seja predicável ou não-predicável, mas, na definição, não se predica um elemento de outro, por exemplo, não afirmamos, nem animal de bípede, nem bípede de animal; também não afirmamos figura de plano, porque o plano não é figura, nem a figura é plano. De resto, há uma diferença entre o demonstrar o que algo é, e demons-

trar uma predicamentação. A definição dá o
91 a conhecimento da essência do sujeito, e a demonstração, que tal predicado se predica ou não predica de tal ou tal sujeito; ora, sujeitos diferentes requerem demonstrações diferentes, a não ser que uma demonstração esteja relacionada com outra, como a parte em relação ao todo. Acrescento esta restrição porque, se demonstrámos que todo o triângulo tem os ângulos iguais a dois rectos, provámos de igual modo que esta propriedade é predicável do isósceles, porque o isósceles é uma parte do triângulo enquanto todo, embora, no caso vertente, a predicamentação e a essência do sujeito não apresentem relações comuns deste género, pois que um não é, aqui, parte de outro.

Torna-se óbvio não haver demonstração de tudo de quanto há definição, nem definição de tudo do que há demonstração. Podemos concluir que do mesmo sujeito não podemos possuir ao mesmo tempo a definição e a demonstração, sendo evidente que a definição e a demonstração não podem ser idênticas, nem estar contidas uma em outra, pois, se assim fosse, os seus sujeitos estariam relacionados entre si, ou por uma relação de identidade, ou como o todo em relação à parte. Baste, com isto, o que inere às dificuldades preliminares da nossa exposição.

4

Da essência, o silogismo, dito de outro modo, a demonstração, é possível, ou impossível, ao modo como a presente argumentação o supõe? O silogismo demonstra um predicado de um sujeito através do termo médio, e, além disso, a sua natureza definível é própria de um sujeito, e predica-se dele como pertencente à sua essência. Mas, neste caso, o sujeito, a sua definição e o termo médio são necessariamente recíprocos, porque se A é peculiar a C, torna-se evidente que A é peculiar a B, e B a C, de modo que todos estes termos são peculiares uns aos outros; e, por outro lado, se A estiver contido na essência de todo B, e se B for afirmado universalmente de todo C como pertencendo à essência de C, A deve necessariamente afirmar-se de C como pertencendo à sua essência. Mas se não for assim em ambas as premissas, ou seja, se A for afirmado como predicando a essência de B, mas se B não pertencer à essência dos sujeitos dos quais é afirmado, A não será necessariamente afirmado de C como pertencendo à sua essência. Desse modo, as duas premissas afirmarão ambas a essência, e por conseguinte B também será afirmado de C como sua essência. Como as premissas afir-

mam ambas a essência, isto é, a quididade, a quididade de C será no termo médio, antes de a conclusão ser extraída.

Podemos generalizar, supondo ser possível provar a essência de homem. Admitamos que C é *homem*, e A *essência do homem*, ou seja, animal-bípede, ou seja o que for. Se quisermos construir um silogismo, torna-se necessário que A seja predicado de todo B, mas esta premissa terá um novo termo médio, que, por conseguinte, será também a essência de homem. Portanto, o argumento pressupõe o que tem de demonstrar, pois também B é a essência de homem. No caso em que há apenas duas premissas, isto é, quando as premissas são primeiras e imediatas, é esse que temos de inquirir, por ser ele o que esclarece melhor o que dizemos. Os que demonstram a essência da alma, ou a essência do homem, ou de qualquer outro sujeito em termos recíprocos, cometem uma petição de princípio. Se pretendessemos que a alma é a causa de si mesma, e que o que é causa de si mesmo é um número que a si mesmo se move, importaria postular que a alma é na essência um número que se move a si mesmo, havendo perfeita identidade da alma e deste número.
91 b Com efeito, se A é um simples consequente de B, e B de C, A não será a quididade de C, sendo apenas o que era verdadeiro dizer de C.

O mesmo se verifica de A, afirmado de todo B, enquanto B for idêntico a uma espécie de A: a essência de animal é afirmada da essência de homem, por ser verdade que, em todos os casos, a essência de homem é a essência de animal, pois é verdade que todo o homem é animal, mas não enquanto idêntica à essência de homem.

Assim concluímos que, a menos que se tomem ambas as premissas como predicados da essência, não podemos concluir que A é a quididade e a essência de C; mas se as tomarmos assim, ao pressupor B assumiremos, antes da conclusão, que B é a quididade de C, de onde se conclui não ter havido demonstração, mas somente uma petição de princípio.

5

A diarése também não é um método de conclusão, conforme dissemos na análise relativa às figuras [71], porque nunca obtemos de modo necessário que um sujeito seja, porque tais outros são: a diarése não demonstra mais do que a épagoge. Na demonstração não é preciso que a conclusão seja uma interrogação, nem que ela dependa de uma concessão do opositor, mas é necessário que seja deduzida, uma vez dadas as premissas, mesmo se quem responde a nega. Perguntamos, por exemplo:

o *homem é animal ou inanimado?* A seguir adiantamos, mas não concluímos, que é animal. Acrescentamos depois que todo o animal, por sua vez, sem excepção, é, ou pedestre, ou aquático, e propomos então que o homem é pedestre. De resto, que o homem seja uma forma destas duas ideias, ou seja, animal-pedestre, eis que isso não resulta necessariamente do que dissemos, mas constitui ainda um novo postulado. Pouco importa que a divisão se efectue mediante um número grande ou pequeno de diferenças, pois, em ambos os casos, o juízo é o mesmo. Quanto aos que procedem por este método, o uso da diarése é tão inútil que nem sequer podem concluir o que poderia ser demonstrado através de silogismo. Porque não há-de ser verdadeira aplicada ao homem toda esta fórmula e, no entanto, não revelar a sua essência ou a sua forma definível? Que garantia há contra a adição de algo mais à essência, ou contra a omissão de algo, ou que passemos por cima de algum predicado essencial?

Tudo isto são defeitos, mas podemos evitá-los se tomarmos todos os elementos contidos na essência, e se, uma vez postulado o elemento primeiro, continuarmos por diarése a série ininterrupta dos termos, sem omissão de nenhum. E estas condições devem ser necessariamente preenchidas, pois que a divisão

deve concluir pelo indivisível. Contudo, nisto não há silogismo, e se a divisão nos leva a conhecer algo, é de outro modo. E não é de admirar, porque a épagoge não é de facto uma demonstração, embora ela mostre algo. Todavia, não fazemos silogismo quando tiramos a definição da divisão, porque, tal como nas conclusões obtidas sem os respectivos termos médios, se dissermos que, dadas tais premissas, é necessário que algo seja, podemos interrogar porquê: assim também nas definições que se apoiam na divisão, por exemplo: *que é o homem? Animal, mortal, que tem pés, bípede, sem asas.* Mas porquê?, podemos nós perguntar a cada adição de um novo predicado. Dir-se-á, e até se demonstrará — assim se crê — por divisão, que todo o animal é, ou mortal, ou imortal. Mas uma tal fórmula, mesmo na sua totalidade, não é uma definição. De modo que, mesmo quando a divisão demonstrasse a fórmula, a definição não resultaria em conclusão.

92 a

6

É ainda possível a demonstração da definição que exprime a essência de algo, procedendo agora por hipótese, quer dizer, pondo, de um lado, que a quididade de algo é constituída por elementos peculiares à sua

essência, e, por outro, que estes elementos são os únicos da sua essência e que a sua síntese é própria do sujeito? É isto a essência do sujeito. Ou é que, tendo a prova de se dar pelo termo médio, a forma definível também se pressupõe nesta premissa?

Aliás, assim como no silogismo não pomos como premissa o próprio silogismo, pois que sempre que uma das premissas que constitui o silogismo está para a outra como o todo para a sua parte, assim a quididade também não deve estar contida no silogismo, devendo estar fora das premissas propostas. É somente a quem duvida se a conclusão é silogística ou não, que temos de responder que é silogística, porque se conforma com a definição que do silogismo havíamos dado. E é somente a quem duvida que a conclusão seja a quididade, que temos de responder que de certeza é, porque ela está em conformidade com a definição que demos de quididade. Por conseguinte, devemos poder, mesmo sem a definição do silogismo, mesmo sem a definição da definição, obter uma conclusão.

O mesmo acontece na demonstração por hipótese no modelo seguinte. Se a definição de Mal é a divisibilidade, e se a definição do contrário de algo (no caso em que as coisas têm contrário) é o contrário da definição desse algo, então, se Bem é o contrário de

Mal, e o indivisível do divisível, temos que a definição de Bem é a indivisibilidade. Eis que estamos perante uma petição de princípio, porque ainda aqui só demonstramos, pondo a definição da definição como premissa, e como premissa posta, com vista a demonstrar a quididade. Portanto, há outra quididade? Admito que sim, porque, também nas demonstrações, pomos como premissa que tal é predicado de outro; só que o termo predicado não é nem o mesmo que o maior, nem a ele idêntico por definição, ou por conversão.

Por fim, quanto a estas duas espécies de demonstração, na prova por diarése e na prova por um silogismo tal como o descrito, enfrentamos a mesma dificuldade, — porque havia o homem de ser animal-pedestre-bípede, e não animal e pedestre? Das premissas adoptadas não resulta necessária a unidade de predicado; pode suceder como no caso em que *músico* e *gramático* são predicados do mesmo homem.

7

Como poderemos, por definição, demonstrar a essência ou a quididade? Não podemos, como quando se demonstra a partir de proposições cuja verdade é admitida, mostrar que, admitidas umas coisas, alguma outra é

necessariamente, porque isto é uma demonstração; não poderemos demonstrar também, como na indução, apoiando-nos na evidência dos particulares, que o universal é assim porque nenhum dos particulares é de outro modo. A indução não demonstra a essência, mas demonstra quc ela tem ou não tem algum pre-
92 b dicado. Que método nos resta, sendo assim? De facto, não podemos provar a essência pela sensação, nem apontando-a com o dedo.

De outro modo: como demonstraríamos a essência pela definição? Quando sabemos o que o homem ou outro sujeito qualquer é, sabemos também necessariamente que ele é, porque isso que não é ninguém sabe o que é — podemos saber apenas o significado ou da locução ou do nome, como ao dizer *hircocervo*, mas o que seja um hircocervo eis o que é de saber impossível. Se a definição pode provar o que algo é, pode também ela provar que é? E como provará ela ao mesmo tempo a essência e a existência mediante o mesmo juízo, uma vez que a definição, tal como a demonstração, dá o conhecimento de uma só e única coisa? Ora, a essência de homem é uma coisa, e a existência do homem é outra. Também afirmamos ser necessariamente através de uma demonstração que se demonstra que algo é, excepção feita à essência.

Ora, o ser nunca é a essência seja do que

for, porque o ser não é um género. A demonstração terá, nesse caso, por objecto, a existência do sujeito, sendo deveras isto que as ciências actuais fazem: o geómetra propõe o significado do termo *triângulo*, mas prova que ele tem esse predicado. Que provaremos então pela definição da essência? Será isso o triângulo? Assim, conhecendo por definição o que algo é, não saberemos se esse algo existe, o que é impossível.

Resulta claro ainda, se considerarmos os actuais métodos de definição, que a definição não prova a existência do definido, pois que, mesmo existindo algo equidistante de um centro, porque teria de existir o que a definição define? Por outras palavras, porque será esta a fórmula da definição do círculo? Também poderíamos dizer que é a definição do oricalco[72], porque as definições não chegam ao ponto de demonstrar que o definido existe, nem que o definido é o que se pretende definir — há sempre a possibilidade de indagar porquê.

Como definir é mostrar, já o que algo é, já o que o nome significa, podemos concluir que a definição, se não demonstra em nenhum sentido a essência do sujeito, é apenas uma síntese de palavras com homónimo significado do nome definido, o que constitui um absurdo. Tal seria estranho, pois então haveria defini-

ção tanto para o que não é essência, como para o que não é existência, uma vez podermos exprimir por um nome, até o que não existe. Além disso, todas as orações seriam definições, uma vez podermos impor sempre um nome a uma oração qualquer, de sorte que tudo quanto dizemos seria definição, e até a *Ilíada* seria uma definição. Nenhuma demonstração pode provar que este nome significa tal sujeito, e as definições, por conseguinte, também não nos dão esse conhecimento.

Destas considerações resulta que nem a definição nem o silogismo são uma mesma e única coisa, nem que o objecto da definição e o objecto do silogismo são idênticos. Resulta ainda que a definição nem demonstra nem prova, e que a essência não é cognoscível, nem por definição, nem por demonstração.

8

93 a Cumpre-nos começar de novo a análise de quais destas conclusões são bem ditas e quais as que não são bem ditas, qual a essência da definição, e se a essência pode, num certo sentido, ser ou não ser demonstrável.

Conhecer o que algo é significa — como já dissemos — conhecer a causa da sua existência e a prova disto depende de esse algo ter

uma causa. Por outro lado, esta causa é ou idêntica, ou distinta da essência, sendo apenas no caso de ser distinta que a essência se torna, ou demonstrável, ou indemonstrável. Por conseguinte, se a causa é distinta da essência, e se a demonstração é possível, a causa é necessariamente o termo médio, fazendo-se a prova na primeira figura, uma vez que a provada conclusão é simultaneamente universal e afirmativa. O método que expusemos seria a primeira forma de atingir o fim que perseguimos: demonstrar a definição de algo através de uma outra das suas definições. As conclusões continentes das definições devem ser necessariamente obtidas através de um médio, que seja em si mesmo uma definição, tal como os predicados próprios são obtidos através de um termo médio apropriado; de modo que das duas quididades do mesmo sujeito, provaremos uma, e não provaremos outra.

Dissemos atrás [78] que este método não é uma demonstração, mas que consiste apenas em um silogismo dialéctico da definição. Retomemos agora o tema no seu ponto de partida, e expliquemos por que forma a definição se pode demonstrar. Quando conhecemos o que, procuramos o porquê, e, embora por vezes o que e o porquê nos sejam simultaneamente conhecidos, não é todavia possível

conhecer o porquê antes de o que; assim, é também claro que a quididade de um sujeito não se apreende sem a sua existência, pois é impossível conhecer a essência do sujeito quando se ignore, do sujeito, a existência.

Para além disso, sabemos se algo existe ou não, já apreendendo um elemento essencial, já um acidente, como, por exemplo, quando sabemos apenas que o trovão é um ruído das nuvens, o eclipse uma privação de luz, o homem uma espécie de animal, e a alma o que a si mesmo se move. Todas as vezes que conhecemos a existência por acidente, estamos necessariamente em uma total ignorância da essência, pois nessas condições nem podemos dizer que conhecemos verdadeiramente isso que existe, e procurar o que algo é sem saber que esse algo existe, significa nada procurar. Pelo contrário, quando apreendemos um elemento do sujeito, a pesquisa da essência é facilitada, de onde resulta que, quanto mais conhecemos que algo existe, mais estamos aptos a conhecer a sua essência. Falemos então de sujeitos dos quais conhecemos um elemento essencial, e comecemos pelo exemplo seguinte. Admitamos que A é *eclipse*, C a *Lua*, e B *interposição da Terra*. Inquirir se há eclipse ou não é inquirir se B se produz ou não, o que não difere nada de inquirir se há uma pausa

para A. Se esta causa existe, dizemos também que A existe. Outro exemplo: podemos perguntar qual dos dois membros de uma contradição a razão determina: torna os ângulos de um triângulo iguais ou não iguais a dois rectos? Uma vez achada a resposta, conhecemos simultaneamente o que e o porquê, na condição de as premissas serem imediatas; se o não forem, conhecemos o que, mas não o porquê. Seja C *a Lua*, A *eclipse*, e B *impossibilidade de projectar, na fase da Lua cheia, uma sombra, ainda quando não se interponha entre nós e a Lua nenhum corpo aparente.* Se B, a *impossibilidade de projectar uma sombra, ainda quando não se interponha nenhum corpo aparente entre nós e a Lua,* se predicar de C, e A, *experimentar um eclipse*, se predicar de B, torna-se evidente que a Lua sofre um eclipse, mas ainda não sabemos o porquê; mas que há eclipse nós o sabemos, embora não saibamos o que é. Como é evidente, no entanto, que A se predica de C, procurar o porquê desta predicação é procurar saber o que B é — a interposição da Terra, ou a rotação da Lua, ou a extinção da sua luz? Mas este novo termo médio é a própria definição do outro extremo, isto é, nestes exemplos, de A: porque o eclipse é somente a interposição da Terra. *Que é o trovão? É a extinção do fogo em uma nuvem*, significa: *Por-*

93 b

que troveja? Porque o fogo da nuvem se extingue. Seja C *nuvem*, A *trovão*, e B *extinção do fogo.* Então, B predica-se de C, *nuvem*, porque o fogo se extingue nela; e A, *trovão*, diz-se de B; e B é a certa definição de A, o termo maior. Se fosse necessário um outro termo médio como causa de B, este seria uma das restantes definições de A.

Estabelecemos assim como se inquire a essência, e como se consegue conhecê-la, e vemos como, mesmo não havendo silogismo, ou seja, demonstração da essência, é pelo silogismo, ou seja, pela demonstração, que a essência se conhece. Concluímos que, sem demonstração, não é possível conhecer a essência de algo que tenha uma causa distinta, e também não pode ser demonstrada, assim como indicámos nas nossas discussões preliminares [74].

9 [75]

Enquanto algumas coisas têm uma causa distinta de si mesmas, noutras, a causa não é distinta de si mesmas. De onde resulta evidente que, também entre as essências, há essências imediatas, ou seja, princípios, e quanto a estas essências temos de postular não somente que são, mas ainda o que elas são, tornando-as conhecidas de outro modo.

É precisamente isto o que o aritmeta faz, pois postula ao mesmo tempo o que é a mónada e que a mónada é. Quanto ao que tem um termo médio, isto é, uma causa distinta da essência, é possível, do modo que explicámos, mostrar a sua definição pela demonstração, sem contudo a demonstrar.

10

Dado que definição é definida como a frase que explica o que uma coisa é[76], logo é evidente que uma das suas espécies será um juízo explicativo do significado do nome, quer dizer, um juízo puramente nominal, diferente desse que explica a essência. Será isso que significa, por exemplo, o termo *triângulo*, que significa uma figura enquanto triângulo nominada. Uma vez sabermos que há triângulo, inquirimos o seu porquê. Porém, deste modo, é difícil apreender a definição daquilo cuja existência desconhecemos, a causa desta dificuldade sendo, como dissemos atrás[77], o só conhecermos por acidente se algo existe ou existe. Um juízo pode ser uma unidade em um ou outro destes dois modos, seja por justaposição, como a *Ilíada*, seja por expressão de um único predicado acerca de um sujeito singular, ao qual não pertença por acidente.

Temos aqui, portanto, uma primeira definição de definição: essa que acabámos de dar. Uma outra espécie de definição é o discurso que mostra o porquê da coisa. Enquanto a primeira dá uma significação, mas não demons-
94 a tra, a segunda será obviamente uma para-demonstração da essência, diferindo da demonstração apenas pela posição dos termos. Há uma diferença entre afirmar porquê o trovão troveja e afirmar o que o trovão é; no primeiro caso, diremos porque o fogo se extingue nas nuvens, mas para definir o que o trovão é, diremos que é o ruído do fogo a extinguir-se nas nuvens. Temos então um mesmo discurso assumido em diferente forma: numa, temos uma demonstração contínua, em outra uma definição. O trovão é ainda definível como um ruído nas nuvens, o que vem a consistir na conclusão da demonstração da essência. A definição dos termos imediatos é um dado indemonstrável da essência.

Concluímos com isto que a definição é, na primeira acepção, um discurso indemonstrável da essência, na segunda acepção, um silogismo da essência que não difere da demonstração, a não ser pela posição dos termos e, na terceira acepção, a conclusão da demonstração da essência.

De quanto dissemos vemos o seguinte: em primeiro lugar, em que sentido há, e em que

sentido não há, demonstração da essência, a que sujeitos ela se aplica e a que sujeitos não se aplica; em segundo lugar, em quantas acepções a definição é assumível, em que sentido ela mostra a essência, e em que sentido não a mostra, a que sujeitos se aplica e se não aplica; enfim, qual a relação da definição com a demonstração, e como ela é aplicável ao mesmo sujeito, e como não é aplicável ao mesmo sujeito da demonstração.

11

Sabemos conhecer quando conhecemos a causa. As causas são em número de quatro: uma, a forma definível ou quididade; outra, que, dado um antecedente, há necessariamente um consequente; outra, o princípio do movimento ou causa eficiente; e, por último, o fim em vista do qual algo é, a causa final [78]. Todas estas causas podem servir de termos médios à demonstração, pois, ainda que a inferência de um antecedente a um consequente não é necessária, quando se propõe uma só premissa, se pusermos duas, a inferência obtém-se se tiverem um único termo médio comum. Este único termo médio proposto, a conclusão segue-se necessariamente. Também podemos demonstrar isso pelo exemplo a seguir: porquê o ângulo inscrito num semi-círculo é

recto? ou ainda: de que pressuposto se segue que ele é um ângulo recto? Admitamos que A seja *ângulo recto,* B a *metade de dois ângulos rectos*, e C *ângulo inscrito no semi-círculo.* Neste caso, B é a causa porque A, *ângulo recto*, se diz de C, *ângulo inscrito no semi--círculo*, pois B é igual a A, e C a B, pois que C é a metade de dois ângulos rectos. Logo B, *metade de dois ângulos rectos*, é o dado de onde se segue que A se diz de C, quer dizer, como dissemos, que o ângulo inscrito no semi-círculo é recto. Pelo demais, B é idêntico à forma da definição de A, pois ele é o que a definição de A significa, e já demonstrámos que o termo médio é a causa formal.

A frase *porque fizeram os Medos guerra aos Atenienses?* significa: *qual é a causa da guerra feita aos Atenienses?* e a resposta vem 94 b a ser: *porque os Atenienses invadiram Sardes com os Eritreanos,* pois foi este facto que provocou a guerra. Suponhamos que A significa *guerra,* B *invasão não provocada,* e C os *Atenienses*. Sendo assim, B, *invasão não provocada,* diz-se de C, *os Atenienses*, e A de B, já que se guerreia o agressor injusto. Assim, fazer a guerra, A, pertence a B, os agressores iniciais, e B a C, os Atenienses, pois foram estes os agressores iniciais. Também aqui a causa, isto é, o princípio do movimento, é o termo médio.

Isto não é menos verdade quando a causa é a causa final, por exemplo: *porque passeamos depois de jantar? Por causa da saúde*, e *porque temos uma casa? — Para guardarmos os bens.* No primeiro caso, a causa final é a saúde, no segundo, a guarda dos bens. Mas entre perguntar porque passeamos depois de jantar, e perguntar com que fim se passeia, não há qualquer diferença. Seja C *passeio depois de jantar*, B *a comida não ficar no estômago*, e A *ter saúde*. Admitamos que passear depois de jantar tem a propriedade de evitar que os alimentos fiquem no estômago, o que será bom para a saúde; parece que B, *evitar que os alimentos fiquem no estômago*, pertence a C, *passeio depois de jantar*, e que A, *ter saúde*, pertence a B. Qual é, neste caso, a causa final, a causa pela qual A se diz de C? É B, evitar que fiquem no estômago. B é uma espécie de definição de A, pois é através dele que apreendemos A; mas porque é B a causa da ligação de A a C? Porque ter saúde é estar numa condição qual a de B. Procedamos à transposição das definições, e tudo ficará mais claro. Por caso, aqui, a ordem da geração é inversa à das causas eficientes. Na ordem das causas eficientes, o termo médio deve produzir-se primeiro enquanto que, na ordem das causas finais, o primeiro é o menor, C, vindo a causa final em último lugar.

Também pode acontecer que algo se produza simultaneamente em vista de um fim e que seja produzido pela necessidade, por exemplo: *porquê a luz atravessa a lanterna?* Em primeiro lugar, porque o que é composto de partículas mais pequenas passa necessariamente através de poros maiores, supondo, obviamente, que a luz sai para fora por penetração; e, em segundo lugar, isto ocorre em vista de um fim, qual seja o de evitar que tropecemos. Se, na verdade, algo pode ser em virtude de duas causas, pode ela ser produzida por duas causas, como, por exemplo, se o trovão é um silvo e um ruído necessariamente produzido pela extinção de fogo nas nuvens, e se ele tem também por fim, como dizem os Pitagóricos, aterrar os habitantes do Tártaro, para que fiouem cheios de temor? Exemplos deste tipo são numerosos, principalmente entre os seres cuja geração e formação são naturais, porque a natureza tanto gera em vista de um fim, como por necessidade. Há duas espécies de necessidade: uma, é a que opera conforme a tendência natural de uma coisa, a outra opera por violência, contrariamente à tendência, por exemplo: uma pedra é levada tanto para cima como para baixo, por necessidade, mas não pela mesma necessidade.

95 a

Qunto aos produtos da inteligência, uns, como uma casa ou uma estátua, nunca são

causados, nem por acaso, nem por necessidade, mas sempre produzidos em vista de um fim; outros, como a saúde e a conservação, também podem resultar do acaso. Na maior parte dos casos em que o produtor é indeterminado — mas apenas quando a geração não é ocasional e o fim é, portanto, um bem — o produto ou efeito deve-se a um fim, seja na natureza, seja na arte. Em contrapartida, o que se produz em ordem a um fim, nunca se produz por acaso.

12

Quando se trata de efeitos, quer em transe, quer pretéritos, quer futuros, a causa é tal e qual a mesma que nos seres, porque a causa se acha no termo médio, com a diferença de que, nos seres, a causa é, enquanto que nos efeitos presentes ela devém, nos efeitos passados ela passou, e nos efeitos futuros ela é futura. Por exemplo: *porque houve eclipse? porque houve interposição da Terra; o eclipse ocorre porque ocorre a interposição da Terra; ocorrerá eclipse, porque ocorrerá interposição da Terra,* e *há eclipse porque há interposição. Que é o gelo?* Admitamos que o gelo é água solidificada, e figuremos *água* por C, *solidificada* por A, e o termo médio, ou causa, por B, a *total falta de calor.* Logo

B pertence a C, e A, a *solidificação,* a B: *o gelo* forma-se quando se produz B, forma-se quando B é produzido, formar-se-á quando se produzir B.

Este espécie de causa [70] e o seu efeito produzem-se simultaneamente quando em processo de geração, e existem simultaneamente enquanto actualmente existem; e o mesmo se diz quando são pretéritos, e quando são futuros. Nos casos onde não há simultaneidade de causa e de efeito, podem causas e efeitos distintos uns dos outros formar, como parece que formam, um tempo contínuo, resultando o efeito passado de uma causa passada, dele distinta, um efeito futuro resultado de uma causa futura distinta dele e a ela anterior? Nesse caso, é do efeito posterior no pretérito que o silogismo parte, ainda que os efeitos posteriores tenham como origem os anteriores, o que mostra como, nos casos dos efeitos em geração, o juízo tem o mesmo ponto de partida. A partir do efeito anterior não há silogismo possível; não podemos concluir, por exemplo, que, porque algum efeito pretérito ocorreu, tal outro efeito pretérito ocorreu, posteriormente, e, quanto aos efeitos futuros, o mesmo dizemos. Quer o tempo intermédio seja indeterminado ou determinado, jamais será possível concluir que, por ser verdade dizer que algo ocorreu, seja por isso verdade

dizer que outro algo posterior teve lugar, porque, no intervalo de um para o outro, este último enunciado será falso, ainda que o primeiro efeito se haja produzido. O mesmo argumento vale quanto ao futuro: não podemos concluir que, por se ter dado tal efeito, um efeito futuro se dará; o termo médio deve ser homogéneo, pertencer ao mesmo género dos extremos, passado quando os extremos foram passados, futuro quando eles forem futuros, e actuais quando forem actuais. Ora, com extremos respectivamente passado e futuro, não há termo médio homogéneo. Há ainda outro motivo, e é o de que o tempo intervalar não pode ser, nem definido, nem indefinido, pois que, durante ele, a inferência será falsa. Também nos cumpre inquirir que 95 b é que garante a continuidade dos efeitos. de tal modo que, a geração dos actuais é efeito de um passado. Um acontecimento presente não é contíguo — podemos dizê-lo — a um acontecimento pretérito, pois nem sequer dois acontecimentos pretéritos são contíguos, sendo apenas limites e indivisíveis; tal como os pontos não são contíguos uns aos outros, os acontecimentos pretéritos também não são contíguos, porque, em ambos os casos, são indivisíveis. Pela mesma razão, um acontecimento presente não pode ser contíguo de um pretérito, porque o processo é divisível e o

sucesso indivisível. Deste modo, a relação do processo com o sucesso é análogo à da linha com o ponto, pois que um processo contém uma infinidade de sucessos. Estas questões, não obstante, deverão ser explicitadas na nossa teoria geral do movimento[80].

Quanto se segue deve bastar-nos como explicação do modo em que o termo médio se identificaria com a causa, no suposto de que a geração fosse uma série de sucessos consecutivos. Mesmo nos silogismos, o termo médio e o termo maior devem necessariamente formar uma premissa imediata, por exemplo: dizemos que, porque houve C, houve A, e C foi posterior, enquanto A foi anterior; mas o princípio do raciocínio é C, por ser o mais próximo do que acontece no presente, e o ponto de partida do tempo é o presente. A seguir, dizemos que houve C, se houve D, e concluímos então que, como houve D, houve necessariamente A. A causa é C, porque, como houve D, C deve necessariamente ter havido, e se houve C, A deve necessariamente ter havido anteriormente.

Se, desta forma, conseguimos o termo médio, a série terminará em uma premissa imediata, ou melhor, posto que, tal como dissemos, não há dois sucessos contínuos, interpor-se-á sempre um novo termo médio, dado haver infinidade de termos médios?

Não, mesmo quando dois sucessos sejam contíguos, temos de partir de uma premissa formada pelo termo médio e no sucesso presente como termo maior. O mesmo se diz dos futuros, pois, se é verdade dizer que haverá D, deve ser anteriormente necessário dizer que haverá A, sendo C a causa desta conclusão. Se D deve haver no futuro, C haverá antes dele, e se C deve haver no futuro, A será antes dele. E também aqui poderia urgir-se a mesma divisibilidade infinita, pois que os sucessos futuros não são contíguos; mas também aqui temos de pressupor como princípio uma premissa imediata. No mundo dos feitos passa-se o mesmo: se uma casa foi construída, necessariamente que se extraiu e cortou pedra. Porquê? Porque os alicerces foram necessariamente lançados, uma vez que a casa foi construída; e se houve alicerces, foram necessárias pedras anteriormente talhadas. De igual modo, se uma casa for construída no futuro, as pedras deverão ser também talhadas anteriormente, e a demonstração faz-se pelo termo médio, do mesmo modo, porque os alicerces serão feitos antes da casa.

Nós observamos na natureza uma espécie de geração circular [81], que também se acha na demonstração: se o médio e os extremos forem recíprocos, a conversão será possível. Ora, a convertibilidade das conclu-

sões e das premissas foi demonstrada nos
96 a capítulos precedentes e dela é exemplo a geração circular. Nos feitos actuais, ela poderia exemplificar-se assim: quando a terra for molhada, eleva-se necessariamente um vapor; uma vez produzido este vapor, forma-se uma nuvem; formada a nuvem, produz-se a chuva; e uma vez ter chovido, a terra fica necessariamente molhada. Era precisamente este o nosso ponto de partida, de modo que fechámos o círculo, pois, dado qualquer um destes termos, outro se segue, e deste um outro, e deste outro, o primeiro.

Há alguns sucessos universais, porque são, ou vêm a ser, o que são, sempre e em todos os casos; quanto a outros, nem sempre o são, mas somente o são as mais das vezes, por exemplo: nem todo o homem pode deixar a barba no queixo, mas na maior parte dos casos deixa-a. No caso de nexos deste tipo, é necessário que o termo médio constitua também uma regra geral. Se A for dito universalmente de C, é também necessário que A seja sempre e em todos os casos afirmado de C, pois a natureza do universal deve ser predicada sempre, e em todos os casos. Aqui, pelo contrário, apenas admitimos uma regra geral; é necessário também que o termo médio, B, constitua uma regra geral. Haverá portanto, igualmente para as conclusões de regra

geral, premissas imediatas — são as conclusões, que as mais das vezes se produzem deste modo.

13

Já antes explicámos de que modo a essência se mostra nos termos de uma demonstração e de que modo há, ou não há, demonstração ou definição da essência. Expliquemos agora através de que método importa inquirir os predicados inerentes à essência.

Dos predicados que se predicam sempre de um sujeito, há uns mais extensos do que o sujeito, mas que nunca são mais extensos do que o género do sujeito (entendo por predicados mais extensos os que, sendo predicados universais de cada sujeito particular, podem ser predicados de outros sujeitos). Por exemplo: enquanto que há um predicado predicável de toda a tríade e que todavia pertence ao que não é tríade (tal como ser se diz da tríade, e também de isso que não é número) ímpar, pelo contrário, é ao mesmo tempo um predicado de toda a tríade e um predicado mais extenso do que ela, pois também se diz ímpar da pentada, mas não sai para fora do género, uma vez que a pentada é um número e que nada, além do número, é ímpar. São estes predicados que nos cum-

pre escolher, até ao ponto exacto em que sejam mais extensos que o sujeito, mas onde colectivamente sejam coextensivos, porque esta totalidade é a própria substância do sujeito. Toda a tríade tem como predicados o ser um número, um número ímpar, e também um número primo nas duas acepções do termo, já como indivisível por qualquer número, já como não sendo a soma de números. Eis em que consiste a tríade: um número ímpar primo, e primo na dupla acepção do termo, porque estes predicados, separadamente assumidos, predicam, os dois primeiros, todos os números ímpares, e o último, tanto a díade como a tríade, enquanto que, colecti-
96 b vamente assumidos, só se predicam da tríade.

Como demonstrámos mais atrás [63] que predicados necessários são os predicados inerentes à essência, e como os predicados universais são necessários, e como os predicados que assumimos como necessários à tríade, ou a qualquer outro sujeito análogo, são afirmados como inerentes à sua essência, a tríade possuirá, desse modo, estes predicados de uma forma necessária. Além disso, que a substância da tríade é constituída pela colecta destes predicados, eis o que mostraremos. Se isso não for a essência da tríade, deve a colecta estar relacionada com a essência da tríade, ao modo de um género, nominado seja,

ou inominado, pelo que seria mais extenso do que a tríade, pois importa admitir que o género tem como propriedade o possuir, ao menos em potência, uma extensão maior do que o seu conteúdo. Se, portanto, esta síntese de predicados não se predicar senão das tríades, ela será a própria essência da tríade, uma vez podermos admitir ainda, que a essência de cada sujeito particular é esta espécie de predicamentação última que se predica dos individuais. De onde se infere que qualquer outra síntese de predicados, assim demonstrados, será análoga da essência própria do sujeito.

Quando quisermos definir um género, cumpre dividir o género nas suas ínfimas espécies indivisíveis, por exemplo, o número em tríade e em díade, e a seguir tentar apreender, como já indicámos, a definição das espécies ínfimas, por exemplo, a de linha recta, de círculo ou de ângulo recto; depois, uma vez definido o género, se ele pertence ou à quantidade, ou à qualidade, temos de considerar os predicados próprios do género, mediante as propriedades comuns e primeiras das espécies. Como as espécies particulares, cujo género é composto, foram definidas, conheceremos por estas mesmas definições quais os predicados essenciais do género. De facto, o princípio de todas estas noções é a

definição, ou seja, a espécie ínfima, simples, pois que os predicados se predicam essencial e exclusivamente destas ínfimas espécies, só se predicando do género mediante os graus intermédios.

As divisões que se efectuam mediante as diferenças são uma útil ajuda para se proceder como acabámos de explicar. Quando à sua capacidade probante, já explicámos atrás[84], pelo que mostraremos agora como elas servem para extrair somente uma conclusão sobre a essência. Poderia parecer que não têm qualquer utilidade, senão que antes pressupõem tudo no mesmo ponto de partida, tal como sucede quando pomos um postulado inicial, sem divisão. Todavia, a ordem dos predicados, conforme um é afirmado em primeiro ou em último lugar, não é indiferente: não vale o mesmo, por exemplo, dizer *animal--manso-bípede* e dizer *bípede-animal-manso,* porque se todo o indefinível se compõe de dois elementos, e se *animal-manso* é uma unidade, e se por sua vez esta noção, junta a uma diferença, vem a significar homem (ou seja o que for, desde que seja uma noção única), os elementos propostos foram necessariamente atingidos pela divisão. Por outro lado, a diarése é o único método possível para evitar todas as omissões na definição da essência. Uma vez proposto o género primeiro, se

tomarmos uma das divisões inferiores, o sujeito a dividir não ficará totalmente sujeito a esta diarése, por exemplo: não são todos os animais que são holópteros ou esquizópteros, mas somente todos os animais alados, pois é a esta última noção que a diferença pertence. 97 a A primeira diferenciação de animal é aquela na qual todo animal se compreende, e o mesmo acontece com os outros géneros, tanto com os que ficam fora do género animal, como com os que lhe são subordinados, por exemplo, neste último caso, a primeira diferenciação de ave é aquela que abrange toda a ave, a de peixe a que abrange todo o peixe. Quando procedemos destarte, podemos estar certos de nada ter esquecido na definição, mas quando procedemos de outro modo, provocamos necessariamente omissões, sem delas termos conhecimento.

Para definir e dividir não temos precisão de conhecer a totalidade dos seres. Não obstante, alguns pretendem que é impossível conhecer as diferenças que distinguem umas coisas das outras, sem primeiro conhecer todos os singulares; acrescentam que não podemos conhecer cada uma das coisas sem conhecer as diferenças, porque tudo é idêntico àquilo de que não difere, e porque é distinto de tudo de quanto difere. Antes de mais, esta asserção é uma falácia: nem toda a diferença

elimina a identidade, porque muitas diferenças pertencem a coisas especificamente idênticas, embora essas diferenças não afectem a essência, nem sejam essenciais. Quando tomamos um par de opostos e uma diferença, e quando admitimos que todo o conteúdo do género é abrangido por um ou por outro dos opostos, e quando o sujeito que tentamos definir se acha presente em um deles, e quando o conhecemos em verdade, então, nada importa que conheçamos ou não conheçamos todos os demais sujeitos, cujas diferenças são também afirmadas. Se, por meio deste método, alcançarmos sujeitos não susceptíveis de diferenciação, teremos atingido a definição de essência. Postular que todo o conteúdo do género é abrangido pela divisão não é ilegítimo, caso se trate de opostos que excluem um termo médio, pois é necessário que tudo o que um género abrange se ache em uma das duas partes da divisão, caso tenhamos tomado a diferença deste género.

Quanto à construção de uma definição por divisões, importa observar três regras: admitir apenas os predicados contidos na forma definível, dispô-los segundo a respectiva ordem, indicar qual o primeiro e qual o segundo; e admiti-los todos, sem excepção. A primeira regra é realizável, porque, tal como quanto ao acidente podemos concluir

que inere ao sujeito, também podemos definir o género e a diferença mediante o género. Os predicados serão ordenados segunda uma ordem correcta, se tomarmos como primeiro o predicado recto, e será este o caso se o termo adoptado for o consequente de todos os outros, e se nenhum dos outros for consequente dele, pois deve haver apenas um termo desta categoria. Uma vez proposto este termo, faremos o mesmo com os termos inferiores, porque o segundo termo será o primeiro dos restantes termos, e o terceiro o primeiro dos seguintes, porque, uma vez excluído o termo superior, o termo restante que se lhe segue será o primeiro. Quanto à enumeração completa de todos os predicados, ela resulta claramente do nosso modo de proceder — tomámos a diferença que se apresenta na divisão em primeiro lugar, de modo que todo o animal, por exemplo, é isto ou aquilo, e que lhe pertence um destes predicados. A seguir tomámos a diferença do todo, e mostrámos que, neste este último todo, já não há diferença, ou seja, uma vez que admitamos a diferença última para formar o composto, este composto já não admite mais qualquer divisão em espécies. É evidente não haver aí nenhuma adição supérflua, pois todos os termos admitidos compõem a essência; e nada omitimos, pois, se termo omisso houvesse,

97 b

ele seria, ou um género, ou uma diferença. Ora, o que se tomou em primeiro lugar e foi admitido com as suas diferenças, é o género, e, por sua vez, as diferenças acham-se todas compreendidas, não havendo qualquer diferença ulterior, e, se a houvesse, o composto último diferiria da definição, contrariamente ao que dissemos, que não diferia.

Cumpre começar por considerar um grupo de sujeitos semelhantes e indiferenciados, e inquirir qual o elemento idêntico que todos esses sujeitos apresentam. A seguir, faremos outro tanto para outro grupo de sujeitos que, sendo abrangidos pelo género dos primeiros, são especificamente idênticos entre eles, mas especificamente diferentes dos primeiros. Uma vez que, para todos os sujeitos do segundo grupo, definimos qual o elemento idêntico a todos eles, e uma vez que fizemos o mesmo quanto aos outros, cumpre considerar se, por sua vez, os dois grupos têm um factor idêntico, até termos atingido uma só e única fórmula, pois esta será a definição do sujeito. Contudo, se, em vez de atingirmos uma única fórmula, atingirmos duas ou mais, é claro que isso que tentamos definir não é singular, mas múltiplo. Dou um exemplo. Se inquirimos o que é a megalomania, convém prestar toda a nossa atenção a alguns homens megalómanos, bem nossos conhecidos, e considerar qual o

factor comum a todos eles, enquanto megalómanos, por exemplo: se Alcibíades fosse megalómano, ou Aquiles, ou Ajácio, perguntar-nos-íamos sobre qual o factor comum a todos eles — é o de não consentirem uma ofensa; e foi isso deveras que levou o primeiro à guerra, o segundo à ira, e o último ao suicídio. Em continuação analisaremos outros casos, Lisandro, por exemplo, ou Sócrates, e, então, se estes tiverem de comum a indiferença à boa e à má fortuna, tomaremos estes dois factores comuns, e inquiriremos que factor comum tem a equanimidade da alma face às vicissitudes da fortuna e à impaciência de suportar a desonra. Se não houver nenhum factor em comum, é porque haverá duas espécies de megalomania. Quanto ao mais, toda a definição é sempre universal — o médico não diz somente o que é salutar para um olho particular, mas prescreve para todos os olhos, ou para uma dada espécie de olhos. É também mais fácil definir a espécie particular do que a universal, sendo por isto que devemos passar das espécies particulares aos géneros universais; outra razão ainda, é a de que as homonímias escapam mais à observação nos géneros universais do que nas espécies, onde já não há diferenças. Tal como nas demonstrações, a perspicácia concludente é necessária, assim nas definições é necessária

a clareza. E atingi-la-emos se, mediante os grupos particulares que tivermos construído, pudermos obter separadamente a definição de cada espécie (por exemplo, a definição de semelhante, não em geral, mas somente nas cores e nas figuras; a definição de agudo, mas apenas na voz), e se avançarmos para o elemento comum, evitando cautelosamente o perigo da homonímia. Acrescento: se, na controvérsia dialéctica, temos de evitar as metáforas, é também evidente que não nos devemos servir de metáforas, nem de expressões metafóricas na definição, de contrário também a dialéctica utilizaria as metáforas.

14

98 a Em ordem à correcta formulação dos problemas a solucionar, temos de escolher as secções e as divisões[35]. O método de selecção consiste em estabelecer um género comum a todos os sujeitos da nossa pesquisa, por exemplo, se são animais, quais as propriedades inerentes a todo o animal. Uma vez estas adquiridas, continuaremos com o primeiro dos subgéneros: inquiriremos quais os consequentes que pertencem à totalidade desta classe; se for, por exemplo, a ave, quais são as propriedades inerentes a toda a ave; e assim sucessivamente, limitando-nos sempre

às propriedades do subgénero mais próximo. Tanto nos habilitará a afirmar em virtude de que propriedade os subgéneros subordinados ao género comum possuem os seus predicados, por exemplo, em virtude de que propriedade o homem ou o cavalo possuem os seus predicados. Suponhamos que A é *animal*, B *predicados de cada animal*, e CDE *diversas espécies de animais*. Temos aí claramente porque a propriedade B pertence a D — é em virtude de A; e é também em virtude de A que pertence às outras espécies. E quanto aos demais subgéneros aplica-se a mesma regra.

Por agora, temos tomado os exemplos dos nomes comuns, mas não nos devemos limitar a considerar estes. Se tivermos observado qualquer outro predicado comum, cumpre-nos, depois de o observarmos, ver de que espécies ele é predicado, e que propriedades lhe inerem. Nos animais com cornos, salientamos como propriedades comuns a posse de um terceiro estômago, e de uma única fila de dentes. A questão seguinte é: de que espécies a possessão de cornos é predicado? pois vemos porque estes predicados pertencerão a estes animais — porque têm cornos.

Por fim há um outro método, o de selecção por analogia. Não é possível, deveras, encontrar um só e o mesmo nome para designar o tentáculo do polvo, a espinha do peixe e o

osso do animal, ainda quando tudo isso possua também propriedades comuns, como se fossem uma única natureza.

15[86]

Alguns dos problemas resolúveis são idênticos, enquanto têm um termo médio idêntico, porque tudo quanto compõe o grupo de factos a provar é um efeito de uma substituição recíproca e, entre estes, uns são idênticos pelo género, a saber, todos aqueles cuja diferença consiste em serem relativos a diferentes sujeitos, ou em seu peculiar modo de manifestação. É este o caso, se perguntarmos qual a causa do eco, ou a causa da reflexão das imagens, ou a causa do arco-íris. Todos estes problemas não passam em geral de um só e do mesmo problema, pois todos estes fenómenos são formas de reverberação[87], ainda que especificamente sejam distintos.

Quanto a outros problemas, a diferença consiste apenas em que o termo médio de um é subordinado do termo médio de outro, por exemplo, porque motivo o Nilo sobe no fim do mês? — porque o mês é mais húmido no seu declínio. E porque o mês é mais húmido no seu declínio? — porque a Lua está em minguante. A subordinação destes factos é deveras a que indicámos.

16

Quanto à causa e ao seu efeito, poderíamos interrogar-nos se, estando o efeito presente, também a causa está presente, se, por exemplo, quando a uma planta lhe caem as folhas, ou a Lua está em eclipse, a causa do eclipse ou a causa das folhas caídas se achará também presente, isto é, no primeiro caso, a causa de as folhas serem largas, e, no caso do eclipse, a interposição da Terra. Se esta causa não estiver presente, alguma outra será a causa destes fenómenos; se a causa estiver presente, o efeito estará simultaneamente presente, por exemplo: quando a Terra se interpõe há eclipse, e quando as folhas são largas há queda de folhas; mas, sendo assim, a causa e o efeito serão simultâneos e serão demonstráveis um pelo outro. Suponhamos que *perder as folhas* se representa por A, *ter folhas largas* por B, e *vide* por C. Se A se disser de B, porque toda a planta de folha larga perde as folhas, e se B se disser de C, porque toda a vide é uma planta de folha larga, então A diz-se de C, ou seja, toda a vide perde a folha, sendo a causa representada pelo termo B. Também podemos demonstrar que a vide é uma planta de folhas largas, porque perde a folha. Admitamos que D significa *planta de*

98 b

folha larga, E *folhas caducas*, e F *vide*. Neste caso, E diz-se de F, porque toda a vide perde a folha, e D de E, porque toda a planta que tem folhas caducas é uma planta de folha larga; logo, toda a vide é uma planta de folha larga, e a causa disso é o ela perder a folha. No entanto, se cada uma destas causas não for efectivamente a causa da outra — uma vez que a causa é anterior a isso de que é causa, sendo a interposição da Terra a causa do eclipse, e não o eclipse a causa da interposição da Terra —, se a demonstração da causa equivale à do porquê, e a demonstração que não se faz mediante a causa tem por objecto o simples efeito, quando conhecemos o eclipse, conhecemos somente a interposição, mas não conhecemos o porquê disso. Além disso, que o eclipse não é causa da interposição, mas que a interposição é causa do eclipse, eis o que se torna evidente, pois que na própria definição de eclipse se acha contida a interposição da Terra. Daí resulta, sem dúvida, que conhecemos o eclipse por causa da interposição da Terra, e não a interposição da Terra por causa do eclipse.

Pode um efeito singular ter múltiplas causas? Se o mesmo predicado for afirmado de múltiplos sujeitos entendidos como sujeitos primeiros, B, por exemplo, sendo o sujeito primeiro do predicado A, e C outro sujeito

de A, e D e E de outros sujeitos primeiros de B e de C respectivamente, nesse caso, A pertenceria a D e a E, e B seria a causa da predicação de A a D, e C da predicação de A a E. Assim, estando presente a causa, é necessário que o efeito esteja presente, mas existindo o efeito não é necessário que tudo o que é causante exista. O necessário é que exista uma causa e não todas as causas. Podemos, contudo, sugerir que, se a relação a demonstrar é sempre universal, não somente a causa será um todo, mas também o efeito será universal? Por exemplo, a caducidade das folhas pertencerá apenas a um sujeito que seja um todo, e, se este todo tiver espécies, corresponderá universalmente a estas espécies também, seja a todas as espécies de plantas, seja a uma singular espécie de plantas. Nos silogismos como estes deve haver adequação do termo médio e dos seus efeitos, eles devem ser convertíveis um ao outro. Por exemplo: porquê as árvores perdem as folhas? Supondo que as percam por coagulação da seiva, se uma árvore perde as folhas, a coagulação deve estar presente, e se a coagulação estiver presente, não num sujeito qualquer, mas na árvore, a árvore deverá perder as folhas.

17[88]

99 a A causa de um efeito idêntico pode não ser idêntica mas distinta em cada efeito? Ou isso é impossível? Quiçá seja impossível, se o efeito for demonstrado como essencial, e não somente como signo, ou acidente do sujeito, porque então o termo médio é a definição do termo maior. Pelo contrário, se a demonstração não for feita pelo essencial, a multiplicidade de causas é possível. Podemos considerar um efeito e o seu sujeito como que formando uma união acidental, mas parece que isto não constitui um verdadeiro problema. Se, todavia, uma união acidental for tida como objecto do problema, o termo médio será similar aos termos extremos; se estes últimos forem homónimos, o médio será homónimo, e se forem genericamente unos, o médio sê-lo-á também. Por exemplo: — porque motivo os termos de uma proporção são convertíveis? A causa é diferente para as linhas e para os números, mas é no fundo a mesma: enquanto são linhas, ela é distinta, mas enquanto implicando um aumento definido, é a mesma. O mesmo se verifica em todas as proporções. Em contrapartida, a causa da analogia entre cor e cor é diferente da de analogia entre figura e figura, porque a analogia é aqui um

termo homónimo significando, no primeiro caso, a proporcionalidade dos lados e a igualdade dos ângulos, e, no caso das cores, a unidade de sensação que as percebe, ou qualquer outro motivo do género. Mas os sujeitos idênticos, somente por analogia terão o termo médio análogo.

A verdade é que a causa, o efeito e o sujeito são reciprocamente afirmados um do outro do modo seguinte. Se considerarmos as espécies em separado, o efeito é mais extenso do que o sujeito (por exemplo, ter os ângulos externos iguais a quatro ângulos rectos é um predicado que se estende para além do triângulo e do quadrado), mas se considerarmos as espécies na sua totalidade, o efeito é-lhes coextensivo (o predicado é coextensivo, neste exemplo, a todas as figuras, cujos ângulos externos são iguais a quatro rectos). A reciprocidade do termo médio faz-se do mesmo modo, porque o termo médio é uma definição do maior, sendo por este motivo que toda a ciência parte de uma definição. O perder as folhas é ao mesmo tempo um predicado da vide e um predicado de uma extensão maior do que ela; é também um predicado da figueira, e um predicado de maior extensão do que ela, mas este predicado não ultrapassa a totalidade das espécies, sendo-lhes, pelo contrário, coextenso. Se, pois, tomarmos o termo

médic, que é o próximo do maior, temos uma definição de caducidade das folhas. Na verdade, teremos aí um termo médio primeiro relativamente ao menor, e uma premissa que afirma o médio do sujeito colectivo, e, depois disto, um médio, a coagulação da seiva, ou algo deste tipo. Que é perder as folhas? É a coagulação da seiva no ponto de junção das folhas ao ramo. Se nos pedissem uma explicação esquemática da ligação da causa ao seu efeito, proporíamos esta. Admitamos que A se diz de todo B, e B de algumas espécies de D, mas de tal sorte que A e B sejam mais extensos do que os respectivos sujeitos. Então, B será um predicado universal de todas as espécies de D (pois designo por universal esse predicado, mesmo que não seja recíproco, e designo-o predicado primeiro universal, se for recíproco, não com cada uma das espécies, mas com todas) sendo mais extenso do que cada uma das suas espécies separadamente consideradas. Assim, B é causa da predicação de A às espécies de D, logo, A deve ser de uma extensão maior do que B, de outro modo como poderia B ser a causa de A se predicar de D, com maior razão do que faria que A fosse a causa da inerência de B a D? Agora bem, se A se predicar de todas as espécies de E, todas as espécies de E formarão uma unidade, por possuírem uma causa comum

diferente de B, de contrário como poderíamos dizer que A é predicável de tudo o que predica, uma vez que E não é predicável de tudo quanto A é predicável? Porque não haveria uma causa de predicação de A a E, como havia uma de predicação de A a todas as espécie de D? Então, as espécies de D também formarão uma unidade, por possessão de uma causa que deve ser igualmente considerada, e que podemos designar por C. 99 b

Concluímos, pois, que o mesmo efeito pode ter mais de uma causa, não em sujeitos especificamente idênticos, por exemplo, a causa da longevidade dos quadrúpedes é a falta de bílis, e, nas aves, a secura da sua constituição, ou algo distinto do que sucede nos quadrúpedes.

18 [89]

Se as premissas imediatas não se conseguem de uma vez, e se também não há simplesmente um termo médio, mas vários, ou seja, se as causas são múltiplas, é porque, entre os médios, a causa da predicamentação da propriedade às diferentes espécies é o médio que mais se aproxima do termo universal e primeiro, ou o que se aproxima mais das espécies? É evidente que são causas os médios mais próximos de cada espécie separadamente considerada, porque a causa é o que faz com

que o sujeito seja contido pelo universal. Por exemplo, digamos que C é a causa da predicação de B a D; logo, C é a causa da predicação de A a D, B a de A a C, enquanto a causa da predicação de A a B é o mesmo B.

19

No que concerne ao silogismo e à demonstração, fica já clara a definição de um e de outra, e bem assim o modo como se constroem, e com isso fica também claro o conhecimento da arte demonstrativa, uma vez ela ser idêntica à demonstração propriamente dita. Quanto aos princípios, como chegam a ser conhecidos, e qual a aptidão [90] que os conhece, suscita algumas dificuldades preliminares.

Já ensinámos não ser possível saber por demonstração sem o conhecimento dos primeiros princípios imediatos, mas, quanto ao conhecimento destes princípios imediatos, podemos suscitar algumas questões: podemos perguntar, já se este conhecimento é ou não é da mesma espécie da ciência demonstrativa, já se há ou não há ciência para cada um destes casos, ou ainda, se é somente mediante conclusões que há ciência, enquanto que haveria um género de conhecimento diferente para os princípios; se, enfim, as aptidões que nos permitem o conhecimento dos princípios não

são inatos mas adquiridos, ou se são inatos mas, de começo, latentes.

É estranho que os possuamos inatos, porque, embora possuindo conhecimentos mais rigorosos do que a demonstração, não temos deles advertência. Se, por outro lado, os adquirimos sem os possuirmos antes, como poderemos conhecê-los e apreendê-los, sem partirmos de um conhecimento prévio? Estamos perante uma impossibilidade, como já indicámos quanto à demonstração. Resulta evidente, por isso, que não podemos possuir um conhecimento inato dos princípios, e que os princípios não podem também formar-se em nós, porque não tínhamos, nem qualquer conhecimento, nem qualquer aptidão. Por conseguinte, temos de possuir qualquer potência para a sua aquisição, sem que esta potência seja superior em categoria ao próprio conhecimento dos princípios. E isto é, sem dúvida, um género de conhecimento que se acha em todos os animais, porque eles possuem uma potência inata de discriminação, que designamos por percepção sensível. Todavia, embora a percepção sensível seja inata em todos os animais, em alguns ocorre uma persistência da percepção sensível, que não se verifica em outros. Assim, nos animais em que esta persistência não ocorre, ou não têm nenhum conhecimento fora do próprio acto da percepção,

ou não têm nenhum conhecimento dos objectos cuja sensação não é duradoura; pelo contrário, nos animais em que esta persistência ocorre, eles retêm ainda, depois da sensação,
100 a a impressão sensível na mente. E quando esta persistência se repete muitas vezes, brota uma ulterior distinção que, a partir da persistência de tais impressões, forma uma noção, distinguindo os que a formam dos que a não formam. É por isto que, da sensação, deriva o que chamamos a memória, e da repetição frequente dos actos da memória deriva a empireia, porque uma multiplicidade numérica de memórias constitui uma única empireia, e é da empireia, por sua vez, — ou seja, de todo o universal em repouso na alma como uma unidade apesar da multiplicidade, e que reside una e idêntica em todos os sujeitos particulares — que deriva o princípio da arte e da ciência, da arte na esfera da criação, e da ciência na esfera do conhecimento do ser.

Concluímos que estas aptidões não são em nós inatas numa forma definida, e que também não são provenientes de outras aptidões mais conhecidas, mas que derivam da percepção sensível. É por isso que, numa batalha, em plena derrota, um combatente desiste, outro desiste, e depois outro, até se refazer a formação original. Também a alma está for-

mada de modo a experimentar algo de análogo.

Já discutimos este tema, mas, como não fomos suficientemente claros, não hesitamos na repetição. Quando um, de entre muitos especificamente indiferenciados, se detém, o primeiríssimo universal está presente na alma, pois embora o acto de percepção tenha por objecto o particular, a sensação tem o universal por conteúdo, por exemplo, o homem, e não Cálias. A seguir, entre estas primeiras 100 b noções universais, uma nova paragem ocorre na alma, até que, por fim, parem as noções indivisíveis e verdadeiramente universais. Assim, tal espécie animal é uma fase rumo ao género animal, e esta última noção é também em si mesma uma fase, rumo a uma noção superior.

É evidente ser necessariamente a indução que nos faz conhecer os princípios, pois é desta forma que a sensação produz em nós o universal. Quanto às aptidões do entendimento, pelas quais adquirimos a verdade, umas são sempre verdadeiras, enquanto outras são passíveis de erro, como a opinião, por exemplo, e o cálculo, a ciência e a intuição são sempre verdadeiras; além disso, excepção feita à intuição, nenhum género de conhecimento é mais exacto do que o da ciência, enquanto os princípios são mais cognoscíveis

do que as demonstrações, e todo o conhecimento epistemológico é discursivo. Daí resulta não haver ciência dos princípios. E como, excepção feita à inteligência, nenhum género de conhecimento pode ser mais verdadeiro do que a ciência, é a inteligência que apreende os princípios. Esta conclusão resulta tanto das considerações expendidas como do facto de o princípio da demonstração não constituir em si mesmo uma demonstração, nem, por conseguinte, uma ciência da ciência. Se, portanto, fora da ciência não possuimos nenhum outro género de conhecimento verdadeiro, resta-nos que a inteligência será o princípio da ciência, e a inteligência é princípio do próprio princípio, e toda a ciência se comporta face ao conjunto de todas as coisas como a inteligência se comporta face ao princípio.

NOTAS

[1] Didascália, διδασκαλία, doutrina, na acepção de conhecimento transmitido.

[2] Disciplina, μαθησις, doutrina na acepção de conhecimento recebido.

[3] Do substantivo dianóia, διανοητική, significa conhecimento por via intelectual. É lícito interpretar que o substantivo utilizado por Aristóteles engloba os anteriores conceitos de didascália e de disciplina.

[4] Μαθηματικαὶ τῶν 'επιστημῶν.

[5] Τεχνῶν, nominativo τέχνη, entendida como conhecimento dianoético.

[6] Unidade, μονάδα, mónada.

[7] Simples ou absoluto, ἁπλῶς εἰδέναι.

[8] Diálogo de Platão. O dilema a que Aristóteles alude é este: não é possível inquirir o que se ignora, porque se ignora; não é possível inquirir o que se sabe, porque se sabe. Platão resolveu este aporético dilema pela proposta da teoria da reminiscência.

[9] Causa em acepção global, τ' αἰτίαν, entendendo-se como designação única das causas eficiente ou próxima, e final ou telónica.

[10] Ou silogismo epistemónico, συλλογισμὸν ἐπισ-

τημονικόν. É este carácter epistémico ou epistemónico que diferencia os silogismos dialécticos dos silogismos retóricos.

[11] No original: πρώτων καὶ ἀρχήν.

[12] Cf. *Periermeneias*, 5, 17 a.

[13] Cf. *Categorias*, 10, 13 a.

[14] Axioma, ἀξίωμα.

[15] O substantivo ἄπειρον tem uma gradação conceptual que o substantivo de raiz latina *infinito* não traduz com todo o rigor.

[16] A demonstração circular não passa, segundo a doutrina de Aristóteles, de um dos modos possíveis da demonstração tautológica, ou da tautologia, mas, adiante, recorre à geração circular para valorizar o processo demonstrativo.

[17] Cf. *Analíticos Anteriores*, I, 25.

[18] Cf. *Analíticos Anteriores*, II, 5 e 6.

[19] Predicado afirmável de todo o sujeito, τὸ κατά παντὸς que a escolástica verteu para o conceito *de omni*.

[20] Predicado afirmável da essência do sujeito τὸ καθ' αὑτὸ, *per se*.

[21] Predicado afirmável de todo o sujeito por si e enquanto tal, τὸ καθόλου, *universale*.

[22] Acidentes, *accidentia*, συμβεβηκότα.

[23] Ou universal primeiro, *universale primum*, καθόλου πρῶτον.

[24] Os termos καθόλου e ἁπλῶς são sinónimos.

[25] Arte ou ciência demonstrativa, ἡ ἀποδεικτική ἐπιστήμη.

[26] Alusão à tese constante do diálogo platónico *Eutidemo*, 277 b, aliás exposta por Temístocles, que a atribuiu à autoria de Protágoras. O argumento da tese consiste na seguinte sequência: o que sabe algo possui a ciência, ora, o que possui a ciência sabe o que a ciência é;

por isso, o que sabe algo sabe o que a ciência é. O erro provém de o termo maior não ser necessário, mas apenas provável.

[27] Princípio, ἀρχή, primeiro, πρῶτον. Cf. *supra*, 72 a.

[28] Cumpre assinalar, aqui, a leitura que Pedro da Fonseca fez das regras gerais das consequências, extraídas da lógica aristotélica. Essas regras são oito: 1.ª — Do verdadeiro não se segue senão o verdadeiro; porém, o verdadeiro segue-se tanto do verdadeiro como do falso. 2.ª — Do falso pode seguir-se o verdadeiro e o falso; porém, o falso não se segue senão do falso. 3.ª — Do necessário não se segue senão o necessário; o necessário, porém, segue-se de qualquer outro, isto é, do necessário, do contingente e do impossível. 4.ª — Do contingente nunca se segue o impossível, mas o necessário ou o contingente; o contingente, porém, nunca se conclui do necessário, mas do contingente ou do impossível. 5.ª — Do impossível segue-se qualquer outro, isto é, o necessário, o contingente, ou o impossível; o impossível, porém, não se segue senão do impossível. 6.ª — Tudo o que está com o antecedente está com o consequente; mas nem tudo o que está com o consequente está com o antecedente. 7.ª — Tudo o que repugna ao consequente repugna ao antecedente; todavia, nem tudo o que repugna ao antecedente repugna ao consequente. 8.ª — De onde se seguir o antecedente segue-se o consequente; e tudo o que se seguir do consequente, segue-see do antecedente. Cf. Pedro da Fonseca, *Instituições Dialécticas*, VI, 5.

[29] Ou signos, σημείων. Entre o signo e o significado, mesmo havendo relação necessária e

causal, pode não haver uma relação racional, pelo que, ainda aí, conheceremos por acidente.

[30] Aristóteles alude ao problema de Delos, ou problema da duplicação do cubo, que consiste em construir, mediante régua e compasso, o lado de um cubo cujo volume seja o dobro do cubo proposto. Se designarmos o lado do cubo de volume duplo por *b*, e o lado do cubo a duplicar por *a*, teríamos a fórmula $b^3 = 2 a^3$. O problema não oferece solução dentro da Geometria.

[31] Conclusão eterna, τὸ συμπέρασμα ἀΐδιον, conclusão irrevogável.

[32] Definição, ὁρισμός. Tal como a demonstração, a definição deve ser necessária, e definir a essência do sujeito.

[33] Bríssom de Mégara, havido como mestre de Pirro, tentou a quadratura do círculo tomando como ponto de partida o axioma segundo o qual o que é respectivamente maior e menor do que outro é-lhe igual. Cf. *Analíticos Anteriores*, II, 25 e *Elencos Sofísticos*, 11, 171 b e 172 a.

[34] Δ' ἀρχάς.

[35] Fundamento da trilogia escolástica *quo, quae, quibus: de quo demonstrat* (περὶ ὅ τε δεικνύσι); *et quae demonstrat* (καὶ ἃ δείκνυσι) *et quibus demonstrat* (καὶ ἐξ ὧν). Para uma relação com os tipos de predicados cf. *supra*, I, 4.

[36] Postulado, αἴτημα, proposição indemonstrável que se pede seja aceite, ou consentida, como forma de progredir na argumentação.

[37] Ideias, ou espécies, εἴδη. Aristóteles efectua a crítica da teoria platónica das Ideias, que, aliás, desenvolve na *Metafísica*, A, 9.

[38] Princípio do terceiro excluído, que é um outro modo de contradição, e se utiliza apenas na demonstração por absurdo.

[39] Cf. *supra*, 7. 75 a.

[40] Cf. *Analíticos Anteriores*, I, 1 e II, 15.

[41] O paralogismo resulta da homonímia já que, no grego, *ciclo* e *círculo* são homónimos, κύκλος. Formação do silogismo: Todo o círculo é uma figura / Os poemas épicos são um círculo / Os poemas épicos são uma figura. A modulação vocabular de ciclo e de círculo (ciclo poético, círculo geométrico) obsta a que, por exemplo no português, um paralogismo como este seja possível.

[42] De o que, τὸ ὅτι (*quod res sit*).

[43] O porquê, τὸ διότι (*quamobrem sit*).

[44] No original, τὸ πρῶτον αἴτιον, causa próxima (= anterior). Causa primeira é chamada, por Aristóteles, τὸ ἀκρότατον αἴτιον. Cf. *Física*, II, 3, 195 b.

[45] Ou indução. Nesta passagem, Aristóteles liga de modo ínitmo os conceitos de epagoge, ἐπαγωγῆς, e de estesia (sensação) αἰσθήσεως, Cf., adiante, capítulo 18.

[46] Anacársis, poeta e sofista, um dos sete sábios. A sua breve biografia consta de Diógenes Laércio, *Vida, Doutrina e Sentenças*, I. O desenvolvimento do silogismo hiperbólico de Anacársis seria: não haver vinhas é a causa de não haver uvas / não haver uvas é causa de não haver vinho / não haver vinho é causa de não haver inebriamento / não haver inebriamento é causa de não haver flautistas.

[47] Empíricos, αἰσθητικῶν, estéticos ou conhecedores *quod res sit;* Matemáticos, μαθηματικῶν, conhecedores *quamobrem sit*. Poderia inferir-se que à empireia equivale a estesia, e que à matemática equivale a dianóia.

[48] Ou ignorância, ἄγνοια. A palavra é da fa-

mília de dianóia, metanóia e outras, radicadas no substantivo νοῦς.

[49] Médio próprio, οἰκεῖον μέσον.

[50] Cf. *supra*, 16, 80 a.

[51] Aristóteles valoriza de novo o conhecimento por via da sensação, garantindo, no que aos singulares inere, a regra escolástica: ***nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensu.***

[52] Ou, segundo a escolástica, *ex abstractione percepta.*

[53] Último, ὕστατον.

[54] Primeiro, πρῶτον.

[55] Ou essenciais, que são em número limitado.

[56] Mina, unidade grega de peso.

[57] Ou inteligência, ἐπιστήμη ο νοῦς.

[58] No texto: ἐπιστήμη ἐπιστήμης καὶ προτέρα.

[59] Por acaso, *quod est fortuna*, ἀπὸ τύχης, pois o acaso é uma forma do acidente.

[60] Talvez Protágoras. Cf. *Metafísica*, B, 2, 997 b.

[61] Ou gerais, ou vulgares, κοινῶν ἀρχῶν.

[62] Necessários, ἐξ ἀνάγκης; Contingentes, δ'ἐνδεχόμεναι.

[63] Δόξα.

[64] Alusão a Protágoras, que postulava a verdade de toda a opinião e a ortodoxia do que parece.

[65] ... καὶ νοῦ.

[66] Leia-se: ἀγχίνοια (= *sagacitas*), sagacidade.

[67] O que, τὸ ὅτι *(quod res sit)*; o porquê, τὸ διότι ***(cur sit)***; se é εἰ ἔστι *(an sit)*; o que é, τί ἐστί *(quid sit)*. Cf. *supra*, I, 13.

[68] O que é, enquanto ***quod sit.***

[69] Ou provocam, por desenvolvimento das

aporias. A forma verbal é διαπορήσαντες do verbo διαπορῆσαι.

[70] Leia-se: τῶν ἀρχῶν ἀρχαι, *praeterea principia.*

[71] Περὶ τὰ σχήματα. Cf. *Analíticos Anteriores,* I, 31.

[72] Liga de cobre e de zinco. Platão refere este metal, Cf. *Crítias,* 114 e.

[73] Cf. *supra,* II,2.

[74] Cf. *supra,* II,3.

[75] Na edição de F. Didot, que temos seguido, o capítulo IX vem incluso no capítulo X, se bem que devidamente referenciado à margem.

[76] «Os filósofos acostumaram-se a dividir a definição em definição da coisa *(definitione rei)* e definição do nome *(definitone nominis),* visto que é extremamente comum e usual a distinção entre coisas e nomes. Assim, a definição do nome, a que Aristóteles chama interpretação do nome *(nominis interpretationem)* (...) é a oração pela qual se declara a quididade ou natureza do nome». Pedro da Fonseca, *ob. cit.,* V,2.

[77] Cf. *supra,* II, 8, 93 a.

[78] As causas são quatro: material, formal, eficiente e final. A causa final é a causa por excelência no realismo aristotélico. «O fim costuma dizer-se de todas as causas, porque antecede as outras causas na ordem da natureza». «A causa eficiente, se não for movida pelo desejo do fim, nunca realizará nada». Pedro da Fonseca, *ob. cit.,* VII, 22.

[79] A causa formal.

[80] Referência ao *De Motu,* περὶ κινήσεως. Cf. *Física,* VI.

[81] Geração circular, κύκλῳ τινὰ γένεσιν. Aristóteles compara o processo demonstrativo ao processo da natureza, em que sucessivos ciclos de

geração se fecham e desenvolvem. A conclusão é o termo de um ciclo.

[82] Cf. *supra*, II,3-10.

[83] Cf. *supra*, I,4,73b.

[84] Cf. *supra*, II,5,91b.

[85] Sobre esta díade, συναγωγὰς διαιρέσεις, cf. Pedro da Fonseca, *ob. cit.*, V,7, que atribui o método de colecção e de divisão a Platão, embora, com restrições, Aristóteles o houvesse adoptado.

[86] Na edição de Didot, o capítulo XV vem incluso, embora referenciado, ao capítulo XIII (XIV).

[87] Reverberação, repercussão, ἀνάκλασις.

[88] Na edição de Didot, este capítulo acha-se incluso no capítulo XIV (XVI), embora devidamente referenciado.

[89] Na mesma edição, este capítulo também se acha incluso em XIV (XVI).

[90] Hábito superior, faculdade, ἕξις.

ÍNDICE

ORGANON

Primeiro Volume

I. CATEGORIAS
II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

III. ANALÍTICOS ANTERIORES

Terceiro Volume

IV. ANALÍTICOS POSTERIORES

Quarto Volume

V. TÓPICOS

Quinto Volume

VI. ELENCOS SOFÍSTICOS

COLECÇÃO DE FILOSOFIA E ENSAIOS

A UTOPIA, de Tomás Morus
ELOGIO DA LOUCURA, de Erasmo
ESTÉTICA, de Hegel (7 vols.)
A CIDADE DO SOL, de Campanela
O BANQUETE, de Kierkegaard
A CONQUISTA DA FELICIDADE, de B. Russell
VIDA NOVA, de Dante
MONARQUIA, de Dante
O PRÍNCIPE, de Maquiavel
UM HOMEM NA SUA HUMANIDADE, de Fid. Figueiredo
A CONQUISTA DA FELICIDADE, de B. Russel
PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA DO DIREITO, de Hegel
A VERDADE DO AMOR, de Soloviev
ESCOLA FORMAL, de Álvaro Ribeiro
REFLEXÃO, de Agostinho da Silva
INTRODUÇÃO À MEDICINA EXPERIMENTAL, de C. Bernard
AS DUAS ESPANHAS, de F. Figueiredo
ENTRE DOIS UNIVERSOS, de F. de Figueiredo
PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, de Descartes
AS APROXIMAÇÕES, de Agostinho da Silva
OS CAVALEIROS DO AMOR, de Sampaio Bruno
O ENIGMA PORTUGUÊS, de F. da Cunha Leão
INICIAÇÃO FILOSÓFICA, de K. Jaspers
ECCE-HOMO, F. Nietzsche
A REPÚBLICA, de Platão (3 vols.)
O HOMEM, de J. Rostand
ASSIM FALAVA ZARATUSTRA, de F. Nietzsche
A GAIA CIÊNCIA, de F. Nietzsche
UMA INTERPRETAÇÃO DE FERNANDO PESSOA, de Pradelino Rosa

GUIMARÃES EDITORES, LDA.

COLECÇÃO FILOSOFIA & ENSAIOS

ARISTÓTELES

ORGANON

V

Tópicos

GUIMARÃES EDITORES • LISBOA

ORGANON

O *Organon* é o conjunto de seis livros sobre a arte de filosofar, a propedêutica a toda a arte de filosofar.

Organizador da lógica dedutiva, baseada no silogismo, que funciona qual aritmética da matemática pura, ainda hoje a humanidade não dispõe de cutro método que não seja a lógica fundamentada no sistema analítico e crítico de Aristóteles.

A presente tradução visa preencher uma grave lacuna da literatura portuguesa na área das ciências filosóficas, porquanto, apesar de ser considerado mestre primeiro da nossa tradição escolástica, o *Organon* só agora fica, na íntegra, ao alcance de todos os leitores.

ORGANON

ORGANON

Primeiro Volume

I. CATEGORIAS
II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

III. ANALÍTICOS ANTERIORES

Terceiro Volume

IV. ANALÍTICOS POSTERIORES

Quarto Volume

V. TÓPICOS

Quinto Volume

VI. ELENCOS SOFÍSTICOS

ARISTÓTELES

ORGANON

V
Tópicos

Tradução e Notas
de
PINHARANDA GOMES

LISBOA
GUIMARÃES EDITORES, LDA.
1987

Autor: ARISTÓTELES

Título: ORGANON (ὌΡΓΑΝΟΝ)

V. *Tópicos*

Tradução: *Pinharanda Gomes*

1.ª edição: 1987

ORGANON

V

TÓPICOS

(Τοπικῶν — *Topicorum*)

LIVRO I

1

A pragmática deste tratado [1] é a invenção de um método que nos ensine a argumentar acerca de todas as questões propostas, partindo de premissas prováveis, e a evitar, quando defendermos um argumento, dizer seja o que for que lhe seja contrário. Cumpre-nos, em primeiro lugar, definir o que é um silogismo e quais as suas variedades, a fim de entendermos o que é o silogismo dialéctico, uma vez que ele será o objecto da nossa investigação no tratado que se segue. — 100 a

O silogismo [2] é um argumento em que, dadas certas proposições, algo distinto delas resulta necessariamente, pela simples presença das proposições aduzidas. O silogismo é uma demonstração quando parte de premissas evidentes e primeiras [3], ou de premissas tais que, o conhecimento que delas temos, radica nas premissas primeiras e evidentes. É dialéctico

o silogismo que conclui a partir de premissas
100 b prováveis [4]. São evidentes e primeiras as coisas que garantem a sua certeza, não por outras, mas por elas mesmas, porque, nos princípios da ciência, não devemos inquirir o porquê fora deles, mas cada um destes princípios deve achar garantia em si mesmo. Prováveis são as opiniões recebidas por todos, ou pela maioria, ou pelos sábios, e, entre estes últimos, pelos mais notáveis e pelos mais ilustres. Erístico [5] é o silogismo que assenta em opiniões que, na aparência prováveis, na realidade não são, e também o silogismo que só na aparência conclui a partir de opiniões prováveis, ou de aparência provável. Nem tudo o que parece provável é provável, pois nada do que se considera provável apresenta à primeira vista uma garantia de falsidade, como se verifica com os princípios erísticos, porque nestes a falácia é de imediata revelação, e isto a maior parte das vezes, mesmo para os espíritos dotados de medíocre entendimento. Por isso, dos
101 a silogismos erísticos, a que acabámos de nos referir, também designamos o primeiro por silogismo, mas o outro designamo-lo por silogismo erístico e não simplesmente por silogismo, pois ele parece concluir, embora não conclua.

Além dos silogismos mencionados, há ainda os paralogismos, que se formam com

premissas próprias de algumas ciências, como na Geometria e nas ciências congéneres. Esta forma de silogismo parece diferir dos silogismos antes enumerados. Quem, por exemplo, desenhe figuras falsas não conclui, nem a partir de premissas evidentes e primeiras, nem a partir de premissas prováveis, não é abrangido pela nossa definição, uma vez não assumir as proposições recebidas, seja por todos, seja pela maioria, seja pelos sábios, e, entre estes, seja por todos, seja pela maioria, seja pelos mais ilustres; mas efectua um silogismo baseado em proposições que, embora adequadas à ciência em causa, não são evidentes. Ele raciocina, ou descrevendo erroneamente os semicírculos, ou traçando certas linhas de uma forma indevida, cometendo assim paralogismo. Aceitemos por isso, e mantendo-nos nos limites de um esboço, que as diferentes variedades de silogismos são exactamente as mencionadas[7]. Quanto ao que diz respeito a todos os silogismos que indicámos, e aos que adiante referiremos, podemos findar aqui as nossas distinções. O nosso propósito não é o de dar uma rigorosa definição de cada um deles, pois desejamos efectuar apenas uma descrição sumária, e estimamos que seja bastante, para o método que adoptámos, o sermos capazes de reconhecer de alguma maneira cada um deles.

2

Prosseguindo, cumpre-nos enumerar e descrever as utilidades que se podem extrair deste tratado. Por três formas é útil: como exercício, nos encontros quotidianos casuais, e nas ciências filosóficas[8]. Que seja útil como exercício é por si mesmo óbvio, pois que o domínio deste método nos capacitará mais para argumentar acerca do tema proposto. É também útil nos fortuitos encontros do dia a dia, porque, uma vez inventariadas as opiniões do vulgo, poderemos confrontar-nos com ele no campo das suas próprias opiniões, e não no campo dos dogmas[9], que lhe são estranhos, deitando abaixo todo o argumento que nos não pareça bem fundamentado. Quanto ao estudo das ciências filosóficas, a possibilidade de trazer os argumentos pró e contra às diaporias[10] levar-nos-á a descobrir com maior facilidade a verdade e o erro em cada caso. Outra utilidade ainda, quanto aos princípios primeiros de cada ciência: é impossível sujeitá-los a discussão a partir dos mesmos princípios da ciência particular em causa, posto que os princípios são os elementos ante-
101 b riores a tudo o mais; estes devem discutir-se à luz e em virtude das opiniões prováveis relativas a cada um deles, e esta tarefa é própria,

ou mais apropriada, à dialéctica porque, em virtude da sua natureza indagatriz[11], ela nos abre o caminho aos princípios de todo o método.

3[12]

Dominaremos o método na perfeição, quando estivermos numa posição análoga da que temos face à Retórica, à Matemática e a outras faculdades[13] deste género, quer dizer, fazer o que temos de fazer com a ajuda dos meios disponíveis. Não é de qualquer maneira que o retórico persuadirá, ou que o médico curará, mas se não for omitida nenhuma das possibilidades disponíveis, diremos que domina correctamente a sua arte.

4

Temos de considerar, em primeiro lugar, quais as partes do nosso método[14]. Se conseguíssemos apreender, por um lado, o número e a natureza das coisas às quais se aplicam os raciocínios dialécticos, bem como os factores em que eles assentam, e, por outro lado, de que modo podemos possuí-los em abundância, teríamos deveras conseguido o propósito a que nos decidimos.

Os factores a partir dos quais os argumen-

tos dialécticos se constituem são iguais em número e idênticos aos sujeitos sobre os quais se argumenta. Os argumentos dialécticos derivam de proposições, enquanto os silogismos constituem problemas. Toda a proposição e todo o problema indicam, já o próprio, já o género, já o acidente, porque também a diferença, porque é da natureza do género, deve ser colocada junto do género. Embora o próprio tanto signifique como não signifique a quididade do sujeito, dividamos o próprio nestas duas partes acima mencionadas — uma, a que significa a essência, chamar-se-á definição, e a outra chamar-se-á próprio, conforme ao nome commumente dado a estas noções. Quanto dissemos mostra bem que, de acordo com a nossa presente diarése, os elementos obtidos são quatro: o próprio [15], a definição [16], o género [17] e o acidente [18]. Que não se suponha que com isto pretendemos dizer que cada um deles é por si mesmo uma proposição ou um problema; queremos dizer que é destas noções que se formam os problemas e as proposições [19]. A diferença entre problema e proposição decorre da arquitectura da frase, por exemplo; se dizemos *animal-pedestre-bípede é a definição de homem, não é?* ou *animal é o género de homem, ou não?*, temos uma proposição; se, diversamente, dizemos: *animal--pedestre-bípede é ou não é a definição de ho-*

mem? temos um problema, e de modo análogo se verifica nos demais casos. Portanto, o número de problemas e de proposições é igual, pois de toda a proposição podemos formular um problema, bastando modificar o modelo da frase.

5

Chegou o momento de declararmos o que é a definição, o género, o próprio e o acidente. A definição é uma oração que significa o que é o sujeito. Ela apresenta-se, já na forma de uma frase em vez de um termo, ou de uma frase em vez de outra frase, pois certos sujeitos significados por uma frase podem também ser definidos por um termo. Quando se explica o sujeito a definir mediante um simples termo, é evidente que isso não constitui a definição do sujeito, atendendo a que uma definição é sempre uma oração de uma determinada espécie. O próprio da definição deve todavia ser reconhecido em casos como *o honesto é belo* ou ainda como na questão — *a sensação e a ciência são o mesmo ou distintos?*, porque, nas definições, ocupamo-nos sobretudo do aspecto da identidade ou da diferença. Numa palavra, podemos conceder o carácter de definição a tudo quanto se situa no campo de pesquisa como as defi-

102 a

nições. Ora, todos os exemplos indicados possuem esta propriedade, como é evidente. Se formos capazes de arguir que dois sujeitos são idênticos ou diferentes, também seremos capazes de achar abundantes argumentos em vista das definições; quando tivermos demonstrado que os sujeitos não são idênticos, teremos destruído a definição. Registemos, por conseguinte, que não há reciprocidade para a regra acabada de expor, porque não basta, para construir a definição, demonstrar a identidade de dois sujeitos, enquanto que, para destruir a definição, basta demonstrar que não são idênticos.

O próprio é o que, sem exprimir a essência do sujeito [20], só a este pertence, de maneira que é com ele convertível, por exemplo, é próprio do homem a capacidade de aprender gramática, porque, se A é homem, é capaz de aprender gramática, e se é capaz de aprender gramática, é homem. Nunca chamamos próprio ao que pode pertencer a outro, por exemplo, quanto ao homem, dormir, ainda que isto possa ocorrer numa dada altura que somente a ele corresponda. Quer dizer, se uma definição deste género pode ser designada como próprio, ela seria chamada próprio não em absoluta acepção, mas numa acepção temporária ou relativa, pois, estar à direita é um próprio na acepção de tempo, enquanto bí-

pede é designado próprio em acepção relativa. Quanto ao homem, é-o relativamente ao cavalo e ao cão. Nada do que é pertença de qualquer outro sujeito, que não seja o seu sujeito, é recíproco deste, pois não se segue necessariamente que, se um ser dorme, ele seja um homem.

O género é o que se predica por essência de múltiplos sujeitos que diferem em espécie e cumpre haver como predicados essenciais todos os termos, de uma forma tal, que se adequem com propriedade à questão: — *Que é o sujeito que está na nossa frente?* Por exemplo, no caso do homem, se perguntamos quem é, a resposta com propriedade é que *é um animal.* A pergunta: *está algo no mesmo género que outro ou está num género diferente?* é também uma pergunta relativa ao género, pois uma pergunta como essa situa-se no mesmo âmbito de pesquisa do género. Uma vez demonstrado, na controvérsia, que animal é o género de homem, e também de boi, teremos demonstrado que ambos pertencem ao mesmo género, mas se mostrarmos que animal é o género de um, e não de outro, teremos demonstrado que eles não são do mesmo género. 102 b

O acidente é o que, não sendo nada de quanto precede, nem definição, nem próprio, nem género, todavia é característico do su-

jeito; ou melhor, é o que pode ser ou não característico de um só e mesmo sujeito, seja ele qual for, como, por exemplo: *estar sentado* pode dizer-se ou não se dizer de um determinado sujeito, e o mesmo acontece com *branco,* pois nada obsta a que o mesmo sujeito seja, ou branco, ou não-branco. Destas duas definições de acidente, a segunda é a mais perfeita, porque, se adoptarmos a primeira, é necessário que, se a quisermos compreender, conheçamos já o que é a definição, o próprio e o género, enquanto a segunda se basta a si mesma para nos dar o conhecimento exacto do significado do termo. Podemos referir também ao acidente todas as comparações de sujeitos entre eles, pois, ocorram elas como ocorram, dizemos que são originadas por acidente. É o caso destas perguntas: *é preferível o belo ou o útil?* e *qual é mais agradável — a vida virtuosa ou a vida gozosa?* e de todo o problema que seja enunciável de forma análoga. Em todos os casos deste tipo, o que perguntamos é: *a qual dos dois termos o predicado em causa se aplica com rigor?* É evidente que nada obsta a que o acidente se assuma um próprio temporário ou relativo; assim, estar sentado, que é um acidente, pode, sempre que só o homem está sentado, ser um próprio temporário, enquanto que se não for só o homem a estar sentado, pode ser um

próprio relativo aos que não estão sentados. Nada se opõe a que o acidente seja um próprio relativo, ou um próprio temporário, mas nunca será, em acepção simples, um próprio.

6

Não podemos ignorar que tudo quanto dissemos acerca do próprio, do género e do acidente, é também aplicável às definições. Uma vez termos demonstrado que o predicado em questão não se predica unicamente do termo definido — tal como, aliás, fazemos no caso do próprio — ou que o género expresso na definição não é o verdadeiro género, ou que um dos elementos mencionados na definição não pertence ao definido — o que também é assinalável por acidente — teremos destruído a própria definição, de modo que, de acordo com a explicação anterior, todas as noções enumeradas poderiam, num certo sentido, ser da essência da definição.

Para tanto, não precisamos de indagar um único método universalmente aplicável a todas estas noções, pois não é fácil achá-lo e, mesmo se o achássemos, esse método seria de total obscuridade e de fraco recurso para o nosso presente tratado. Todavia, se definirmos um método próprio para cada um dos géneros distinguidos [21], nesse caso, partindo

de regras apropriadas a cada noção, a exploração do nosso sujeito será certamente mais fácil. Assim, tal como já dissemos atrás [22], teremos de nos limitar a uma divisão esquemática, e, quanto às nossas questões, teremos de as juntar à questão que naturalmente mais lhe convenha, referindo-as como questões relativas à definição e ao género. Refiro-me às questões que foram já aditadas a cada um dos seus diversos ramos.

103 a

7

Em primeiro lugar, cumpre-nos definir quais as significações do termo idêntico. De um modo simples, poderíamos pensar que idêntico se divide em três espécies: geralmente entendemos, por idêntico, uma identidade, ou numérica, ou de espécie, ou genérica. A identidade é numérica no caso de haver várias denominações, mas apenas um sujeito, por exemplo: *túnica* e *vestido*. É de espécie, quando há vários sujeitos que não apresentam nenhuma diferença segunda a espécie, por exemplo, um homem é idêntico a um homem, um cavalo a um cavalo, pois os sujeitos que pertencem à mesma espécie são ditos idênticos, em função da espécie. Também são idênticos segundo o género os sujeitos que pertencem ao mesmo género, tais como o cavalo e o homem.

Poderia parecer que o sentido em que a água de uma mesma fonte se chama a mesma água é algo distinto dos casos anteriores, mas, na verdade, uma identidade deste tipo deve ser colocada na mesma categoria das coisas que são, de um modo ou de outro, chamadas idênticas, em virtude da unidade da espécie, porque essas coisas são, todas, segundo parece, da mesma família, e muito vizinhas umas das outras. Toda a água se diz especificamente idêntica de toda a outra água, por apresentar uma certa similitude com ela, e a única diferença que há, no caso citado da água que brota da mesma fonte, é o de a semelhança ser mais enfática. Eis porque não a colocamos fora das coisas que, de um modo ou de outro, se chamam idênticas, em função da espécie.

Supõe-se que o termo idêntico é de preferencial utilização na identidade numérica, mas, apesar disso, é utilizável em múltiplas acepções. No seu significado literal e primeiro, o idêntico expressa-se por um nome ou por uma definição, por exemplo: quando *manto* é idêntico a *túnica*, e *animal-pedestre-bípede* a *homem*. Um segundo significado é quando a identidade se expressa pelo próprio, por exemplo: quando o capaz de receber a ciência é idêntico a homem, e o que naturalmente se orienta para cima é o fogo. Um terceiro signi-

ficado é quando o idêntico se extrai do acidente, por exemplo: quando, quem, ou está sentado, ou é músico, é idêntico a Sócrates. Em todos estes casos o que pretendemos significar é a unidade numérica. Que o exposto é verdadeiro pode ver-se melhor numa forma em que uma apelação é substituída por outra. Muitas vezes, quando ordenamos que se chame uma das pessoas que estão sentadas, indicando-a pelo seu nome, mudamos a apelação da mesma, quando a pessoa a quem damos a ordem não nos entende; entender-nos-á melhor, julgamos, se a apelarmos por algum acidente, e lhe dizemos que nos chame o homem que está sentado, ou que está a discutir, supondo, como é óbvio, que significamos o mesmo predicando, ao mesmo sujeito, quer o nome, quer o acidente.

8

103 b Por isso, o termo idêntico apresenta-se, como afirmámos [24], tripartido. Que os elementos acima indicados são aqueles a partir dos quais se constituem os argumentos dialécticos, pelos quais eles procedem, e aos quais eles se aplicam, temos um modo de nos convencer — é pela indução [25]. Se examinarmos as proposições e as questões uma por uma, veremos que cada uma delas provém, seja da definição

de um sujeito, seja do próprio, seja do género, seja do acidente. Um outro modo de nos convencermos é por raciocínio. De facto, todo o predicado de um sujeito é necessariamente recíproco ou necessariamente não-recíproco com o sujeito. Se for recíproco, é porque ele é, ou a sua definição, ou o seu próprio: a definição, se exprimir a essência, o próprio, se não a exprimir, pois, como dissemos, um próprio é recíproco com o sujeito sem, não obstante, lhe exprimir a essência. Se, pelo contrário, o predicado não for recíproco com o sujeito, é, ou não é, um dos termos contidos na definição do sujeito; se for um dos termos compreendidos na definição, será um género ou uma diferença, porque a definição se compõe de género e de diferenças, enquanto que, se não estiver compreendido na definição, será um acidente, uma vez designarmos por acidente o que, não sendo, nem definição, nem próprio, nem género, todavia se predica do sujeito.

9

Continuando, importa distinguir os géneros de categorias nos quais se acham os quatro predicáveis [26] de que falámos.

As categorias são dez: essência, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado,

hábito, acção e paixão [27]. O acidente, o género, o próprio e a definição estarão sempre em uma destas categorias, pois todas as proposições formadas por estas quatro noções significam, já a essência, já a qualidade, já a quantidade, já uma das outras categorias. É por si mesmo evidente que, significar a essência de algo significa, já a essência, já a qualidade [28], já uma das outras categorias.

Quando nos encontramos perante um homem, e dizemos que isso que está perante nós é um homem, ou um animal, indicamos o que isso é, e significamos a essência, mas, quando estamos perante uma cor branca e dizemos que isso é branco, ou que é uma cor, indicamos o que isso é, e significamos uma qualidade. Se estivermos perante uma grandeza de um côvado, dizemos que isso que está perante nós é uma grandeza de um côvado, pelo que indicaremos o que ela é e, portanto, significamos uma quantidade. Situações análogas ocorrem nas demais categorias: por cada uma destas noções, se, de uma dada noção, afirmamos, já o sujeito em si mesmo, já o género, exprimimos a essência; se, pelo contrário, tivermos em mente outra coisa que não o próprio sujeito, não indicamos a essência, antes predicamos a quantidade, a qualidade, ou uma das outras categorias. Esses, e em tal número [29], são os sujeitos e os elementos [30] dos

argumentos dialécticos. Quanto ao modo da sua aquisição, e aos meios de os adquirir em abundância, é quanto vamos dizer adiante. 101a

10

Em primeiro lugar, definamos o que é uma proposição dialéctica [31] e o que é um problema dialéctico [32]. Não devemos considerar que toda a proposição é dialéctica, ou que todo o problema é dialéctico, pois nenhum homem prudente postularia algo que não é admitido por ninguém, nem poria em dúvida o que é evidente a todas ou à maioria das pessoas; no segundo caso, não há dificuldade, e, no primeiro, ninguém daria a sua concordância.

A proposição dialéctica é uma interrogação provável, já por toda a gente, já pela maioria, já pelos sábios, e, entre estes, já por todos, já pela maioria, já pelos mais notáveis; esta interrogação não pode ser paradoxal, pois é admissível que o admitido pelos sábios não seja necessariamente contrário às opiniões comuns. Proposições dialécticas são também as opiniões prováveis, e bem assim as proposições contraditórias dos contrários das opiniões havidas como prováveis, e todas as opiniões que concordam com o que é ensinado pelas artes reconhecidas. Se é opinião que a ciência dos contrários é uma e a mesma, en-

tão parecerá também provável que a sensação dos contrários é uma e a mesma. Se é opinião provável que gramática é numericamente una, parecerá provável também que a arte de tocar a flauta é numericamente una, mas se for opinião provável que há várias ciências gramaticais, parecerá também provável que há várias artes de tocar flauta. Todas estas opiniões parecem análogas e afins. As proposições que contradizem os contrários das opiniões prováveis parecerão, também elas, prováveis. Se é opinião provável que é preciso ser bondoso para com os amigos, é também opinião provável que não é preciso ser maldoso para com eles. Ora, a proposição *é preciso ser maldoso para com os amigos* é contrária à opinião pública, e a proposição *não é preciso ser maldoso* contradiz esta proposição contrária. Se é preciso ser bondoso para os amigos, não é preciso ser bondoso para os inimigos — também isto contradiz as opiniões comuns, pois a opinião contrária é a de que é preciso ser bondoso com os inimigos, e analogamente ocorre nos demais casos. Também na comparação parecerá conforme à opinião comum que o predicado contrário se diga do sujeito contrário, por exemplo: se é preciso ser bondoso com os amigos, é preciso ser maldoso com os inimigos. Pode parecer que ser bondoso com os amigos é contrário de

ser maldoso com os inimigos, mas o saber se de facto assim é, ou não é, constituirá o tema da nossa discussão acerca dos contrários[33]. Por fim, é óbvio que todas as opiniões concordantes com os ensinamentos das artes são proposições dialécticas, uma vez estarmos dispostos a aceitar as opiniões sustentadas pelos doutos nestas artes, por exemplo: acerca da medicina, opinaremos como o médico, sobre questões de geometria como o geómetra, e assim por diante.

11

Um problema dialéctico é um teorema[34] 104 b que tende, ou a escolher, ou a evitar, ou a verdade e o conhecimento, e que faz isso, ou por si mesmo, ou como adjuvante, na solução de qualquer problema deste género. Tem de ser algo acerca do qual o vulgo não tem qualquer opinião, nem num sentido, nem noutro, ou tem uma opinião contrária à dos sábios, ou em que os sábios opinam contrariamente ao vulgo, ou, enfim, acerca do qual há discordância, já entre os sábios, já entre o vulgo. Há certos problemas cujo conhecimento é útil para se fazer, ou uma escolha, ou uma rejeição, por exemplo, se é preciso ou não escolher o prazer. Pelo contrário, quanto aos outros problemas, a utilidade envolve o puro conheci-

mento, por exemplo, saber se o cosmos é eterno ou não-eterno. Outros, finalmente, não são úteis, nem em si mesmos, nem por si mesmos, para nenhum destes problemas, constituindo meros adjuvantes em qualquer problema deste género: há muitas coisas que não desejamos conhecer, nem em si mesmas, nem por si mesmas, mas apenas em vista de outras, de modo a conhecermos, por seu intermédio, outra coisa.

Os problemas incluem também as questões acerca das quais há juízos contrários, — consistindo a dificuldade em saber se tal ou tal coisa é assim ou não é assim, uma vez podermos aduzir argumentos convincentes em ambos os casos; e também as questões acerca das quais não dispomos de argumento, por serem muito extensas, e acharmos dificuldade na exposição das nossas razões. Se, por exemplo, o cosmos é ou não eterno, pois também é possível teorizar sobre questões deste género.

Os problemas e as proposições devem ser definidos como dissemos. Tese [35] é um juízo contrário à opinião comum, emitido por alguém famoso na filosofia, por exemplo, que não há contradição possível, como sustentava Antístenes [36], ou que tudo é móvel [37], segundo Heraclito, ou que o Ser é uno [38], como afirma Melisso. Digo famoso, pois constituiria uma estultícia o preocuparmo-nos com estas opi-

niões, contrárias às comuns, se professadas por qualquer arrivista. A tese também pode constituir uma asserção justificável por um juízo contrário às opiniões comuns, por exemplo: que tudo o que é não é, nem gerado, nem eterno, como dizem os Sofistas, porque, afirmam, um músico que é gramático é assim, sem se ter gerado gramático, e sem que o seja eternamente. Esta asserção, mesmo que não a aceitemos, poderia ser aceite desde que razoavelmente demonstrada. A tese é também um problema, mas nem todo o problema é uma tese, porque há problemas de uma natureza tal que, nesse caso, não temos qualquer opinião acerca dele. Que a tese possa ser também um problema é evidente, pois tanto resulta necessariamente de quanto dissemos, — ou que o vulgo discorda dos sábios, ou que os sábios discordam entre eles, ou que o próprio vulgo discorda, visto que a tese é um juízo contrário à opinião comum. Na prática damos hoje o nome de teses a todos os problemas dialécticos, mas seja qual for o termo, pouco importa, pois o nosso escopo não é o de criar uma nomenclatura, ao efectuarmos estas diferenciações, antes não queremos perder de vista que diferenças são possíveis entre ambas as noções. 105 a

Não é necessário analisar, nem toda a tese, nem todo o problema. Basta que se faça a aná-

lise quando a dificuldade proposta pode dificultar alguma das que necessitam argumento, e não as que pedem um castigo, ou para as quais basta ter os olhos bem abertos. Quem proponha a questão de saber, por exemplo, se é preciso ou não louvar os deuses e amar os pais, não pede mais do que uma boa correcção, e quem pergunta se a neve é branca ou não, só têm que abrir os olhos. A controvérsia nunca se deve criar, nem acerca de assuntos cuja demonstração é próxima, nem acerca de assuntos cuja demonstração é longínqua. No primeiro caso, não há qualquer dificuldade e, no segundo, as aporias são muito grandes para um simples exercício disputativo.

12

Efectuadas estas distinções, temos agora de distinguir quantas são as espécies de argumenos dialécticos. Por um lado, temos a epagoge [39] e, por outro, o silogismo. Sobre o silogismo já acima dissemos [40]. Quanto à indução, é a passagem dos particulares ao universal. Se o piloto mais hábil é o que sabe, e se a regra vale também para o cocheiro, então, de um modo geral, é o homem que sabe que, em cada um dos casos, é o melhor. A indução é um método mais convincente e mais claro, mais facilmente conhecível mediante a sensa-

ção, e por conseguinte, acessível ao vulgo, mas o silogismo é mais forte e mais eficaz para enfrentar os antilógicos [41].

13

Os géneros aos quais os argumentos dialécticos se aplicam, e a partir dos quais se constroem, devem ser divisíveis, como já indicámos acima [42]. Os meios que nos fornecerão maior abundância de silogismos e de indução são quatro: um, a aquisição de proposições; dois, a capacidade de distinguir em quantas acepções uma expressão particular pode considerar-se; três, a descoberta das diferenças; e, quatro, consideração da identidade. Estes três últimos meios são também, em certo sentido, proposições, pois podemos fazer, para cada um deles, uma proposição por exemplo: o desejável tanto pode ser o belo, como o gozoso, como o útil; a sensação difere da ciência, porque esta pode recuperar-se uma vez perdida, enquanto a primeira não é recuperável; e, por fim, o são está para a saúde como o vigoroso para o vigor. A primeira destas proposições é tirada da diversidade de significados do mesmo termo, a segunda, das diferenças e, a terceira, das identidades.

14

As proposições são seleccionáveis de tantos modos quantos os que equivalem às espécies de proposição. Podemos considerar as opiniões comuns, ou da maioria, ou as dos sábios, e, entre estes, as de todos, ou as da maioria, ou as dos mais famosos; e também as opiniões contrárias às que parecem comummente aceites; ou todas as opiniões conformes ao ensinamento das artes. Também podemos considerar como proposições as opiniões contraditórias das opiniões contrárias às que parecem comummente aceites, tal como indicámos atrás[43]. Também é útil considerar na nossa selecção de proposições, tanto as opiniões prováveis, como as que se lhes assemelham, por exemplo: que a sensação dos contrários é uma e a mesma, pois também a ciência dos contrários é uma e a mesma, e que a visão é recepção de algo em nós, e não a emissão vinda de nós, pois o mesmo sucede com as outras sensações, pelo que a audição é a recepção de algo em nós, e não uma emissão ida de nós, e o mesmo se verifica no gosto e nos outros sentidos. As proposições que parecem evidentes em todos os casos e na maior parte dos casos também devem ser consideradas em princípio, como tese admitida por to-

dos, pois são propostas pelos opositores, que não se apercebem da excepção que aí possa haver. Podemos também efectuar a selecção nas recolhas de argumentos escritos, elaborando listas para cada género, e colocando-os em capítulos separados, tais como *Do Bem*, ou *Do Animal*, devendo *Do Bem* ser considerado na generalidade, a começar pela sua essência. Também deveremos anotar à margem as opiniões [44] de cada filósofo: por exemplo, que, segundo a doutrina de Empédocles, os elementos dos corpos são quatro [45], uma vez podermos dar o nosso assentimento à asserção de uma autoridade considerada.

Abarcando a questão num simples esboço, dizemos haver três espécies de proposições e de problemas. As proposições são, umas, proposições éticas, outras, proposições físicas, e outras, proposições lógicas. Proposições éticas são as proposições como: *deve obedecer-se antes aos pais ou às leis, no caso de haver discordância entre os dois?* proposições lógicas, como: *a ciência dos contrários é, ou não, uma e a mesma?* e proposições físicas, como: *o cosmos é eterno ou não?* A divisão é a mesma para os problemas. A natureza de cada uma das espécies susoditas não é facilmente dada por definição; temos somente de reconhecer cada uma delas mediante a indução,

examinando-as à luz dos paradigmas acima mencionados.

Em filosofia é necessário estudar estes temas segundo a evidência[46], mas em dialéctica basta atermo-nos à opinião. Todas as proposições devem ser assumidas na sua forma mais universal, tirando várias de uma, por exemplo: dizemos que a ciência dos contrários é uma e a mesma; a seguir, que ela é a mesma para os contrários e para os relativos. De igual modo, estas duas últimas proposições devem, por sua vez, ser divididas tão extensamente quanto possível. Diremos, por exemplo, que é uma e a mesma a ciência do bem e do mal, ou do branco e do preto, ou do frio e do calor, e assim por diante. Sobre a escolha das proposições, o que dissemos é suficiente.

15

106 a Quanto à pluralidade de significados de um termo, importa, quer estudar os termos que apresentam diferentes significados, quer tentar elaborar definições deles. Acabamos de dizer não somente que a justiça e a coragem[47] se dizem ser bem numa acepção, e o vigoroso e o são noutra, mas também que as primeiras destas noções são assim designadas por exprimirem uma certa qualidade intrínseca, e as últimas por produzirem um certo resul-

tado, e não porque exprimam em si mesmas uma certa qualidade. Analogamente também nos demais casos.

Se um termo é assumido por definição em várias acepções, ou em uma só, ele deve ser considerado da seguinte maneira. Em primeiro lugar, verificar se o contrário do termo tem vários significados, quer a diferença seja especial, seja apenas nominal. Em alguns casos, a diferença revela-se de imediato nos nomes, por exemplo: o agudo, no caso do canto, tem por contrário grave, e no caso de um sólido, tem por contrário obtuso. Sendo assim, agudo terá vários significados, pois a cada um dos precedentes termos equivale um diferente contrário. Não é o mesmo o significado de agudo como contrário de obtuso e de grave, ainda que, em ambos os casos, agudo seja o termo contrário. Por sua vez, o grave no canto tem por contrário agudo, mas no caso de um sólido o contrário é leve, de modo que grave tem vários significados, tal como o seu contrário. O mesmo é dizível de belo, que, aplicado a um animado, tem por contrário feio, e, aplicado a uma casa, tem por contrário ruinoso, uma vez que belo é um homónimo.

Em alguns casos, não há qualquer diferença de nomes, mas uma diferença específica entre eles revela-se de imediato, sendo o

caso de claro e de escuro. De uma voz dizemos que é clara ou escura, e o mesmo dizemos da cor. Quanto a estas coisas não há diferença de nomes, mas uma diferença de espécie que nelas se revela de imediato, pois a cor não se diz clara pelo mesmo motivo que se diz clara a voz. Também isto é evidente na sensação, pois, de coisas que são em espécie as mesmas, temos a mesma sensação, embora não julguemos a claridade pela mesma sensação no caso do som e da cor, pois, enquanto no segundo caso é pela vista, no primeiro caso é pelo ouvido. O mesmo se diz de agudo e de obtuso nos casos do sabor e dos sólidos, pois, neste último caso, é pelo tacto e, no primeiro, pelo gosto. Ainda aqui não há diferença entre os nomes, nem quanto aos termos originais, nem quanto aos seus contrários, uma vez nominarmos obtuso o contrário aos dois significados de agudo.

Há que ver, além disso, se um significado do termo tem contrário, enquanto que outro significado o não tem. Por exemplo, o prazer de beber tem por contrário o sofrimento de ter sede, mas o prazer de ver que a diagonal
106 b é incomensurável com o lado não tem nenhum contrário. Por isso, prazer reveste-se de vários significados. Outro exemplo: na acepção de estado de ânima, amar tem um contrário, odiar, mas, concebido no signifi-

cado de coito, não tem contrário, pelo que se torna evidente como amar é um homónimo. Quanto aos termos intermédios, importa ver se alguns significados e os seus contrários têm intermédio, enquanto outros o não têm, ou se, em ambos os casos, há um, embora não seja o mesmo, por exemplo: claro e obscuro [48], a respeito da cor, têm um intermédio, o cinzento, mas na voz não há intermédio, ou se houver um intermédio é rouco, pois há quem pretenda que rouco é um intermédio. Por isso, claro é um homónimo, tal como escuro. Além disso, cumpre ver se alguns destes significados têm mais de um intermédio, embora haja outros que o não têm, como se vê em claro e escuro. Nas cores há vários intermédios, mas na voz não há mais de um, o rouco.

No caso da oposição contraditória, temos de ver se o termo apresenta vários significados. Se tiver vários, o seu oposto terá vários, por exemplo, não ver entende-se de vários modos: um, é não ter a faculdade de ver, outro, não fazer acto de visão; mas se não ver for tomado em várias acepções, segue-se de imediato que ver também se toma em várias acepções, pois a cada um dos significados de não ver equivale um oposto, por exemplo: não ter a faculdade de ver tem por oposto ter a faculdade de ver, e não fazer acto de visão, fazer acto de visão.

Por outro lado, importa verificar o caso dos termos opostos segundo a privação e a possessão. Se um dos termos tiver vários significados, o termo restante também os terá, por exemplo, se sentir tem vários significados, conforme se refere ao ânimo ou ao corpo, não sentir também terá vários significados, conforme se aplique ao ânimo ou ao corpo. É evidente que a oposição entre os termos a que nos referimos, é entre a privação e a possessão, pois os seres animados possuem naturalmente cada uma das duas espécies de sensações, tanto no ânimo como no corpo. Também importa atentar nas inflexões das palavras. Se *justamente* se assume em várias acepções, também *justo* terá várias acepções, pois a cada uma das acepções de *justamente* equivale um significado de *justo,* por exemplo: se justamente se diz tanto do acto de julgar segundo o critério próprio como segundo o dever, o mesmo ocorrerá com justo. Também, se *são* tem vários significados, *sãmente* também os terá, por exemplo: se são é simultaneamente o que produz a saúde, o que a conserva e o que a anuncia, sãmente também significará de um modo que produz, ou de um modo que conserva, ou de um modo que anuncia a saúde. O mesmo se passa em outros casos, quando o termo original tem vários
107 a significados, também a derivação que dele se

forma terá vários significados. Inversamente, se a inflexão tiver vários significados, o termo original terá vários significados.

Também temos de considerar os géneros da categoria às quais o termo se refere, e de verificar se são os mesmos em todos os casos. Se não forem os mesmos, o termo é homónimo. Por exemplo: o bem, no caso do alimento, é agente de prazer, e, em medicina, agente de saúde, mas, se referido à alma, significa uma certa qualidade, como moderado, corajoso, justo; e o mesmo se diz, se referido a homem [40]. Por vezes, *bem* é categoria de tempo; por exemplo: bem que chega no momento oportuno. Muitas vezes é a categoria de quantidade, quando o bem se refere a uma justa medida, pois a justa medida é também chamada um bem. Por isso, bem é um termo homónimo. O mesmo se diz de claro que, referido ao corpo, é uma cor, e, referido à voz, significa o que é fácil de ouvir e entender. O agudo está pouco mais ou menos no mesmo caso, pois o mesmo termo não tem o mesmo significado em todas as aplicações. Assim, uma voz aguda é uma voz rápida, como garante a teoria matemática da Harmonia, enquanto um ângulo agudo é um ângulo menor do que um ângulo recto, e um sabre agudo é um sabre de ponta afiada.

Há que observar também os géneros rela-

tivos ao mesmo nome, e ver se são diferentes, sem serem subordinados, por exemplo, o nome *burro* [30], que ao mesmo tempo significa *animal* e *engenho,* uma vez que a definição do nome é diferente em ambos os casos — num, dir-se-á de um animal de uma certa espécie, noutro, de um engenho de uma certa espécie, mas se os géneros forem subordinados um ao outro, não é necessário que as definições sejam diferentes. Animal é género de corvo, e ave também. Se dizemos que corvo é ave, logo dizemos que é uma espécie de animal, de modo que ambos os géneros são dele predicados. Quando dizemos que corvo é um *animal-alado-bípede,* dizemos que é ave, por isso que, também neste caso, ambos os géneros são afirmados de corvo, assim como as suas definições. Quanto aos géneros não-subordinados, isto não acontece — quando designamos uma coisa por máquina não a chamamos animal, nem quando designamos um animal o chamamos máquina.

Há que atender ainda se os géneros são diferentes não sendo subordinados, tanto no que respeita ao termo proposto, como no que respeita ao seu contrário. Se o contrário for atendido em várias acepções, é evidente que o mesmo deve suceder com o termo proposto.

É igualmente útil avaliar a definição do termo composto, por exemplo, *corpo claro*

ou *voz clara.* Se abstrairmos o próprio de cada caso, deverá ficar uma mesma definição. Ora, tal não acontece nos homónimos que acabámos de citar. O primeiro será definido 107 b como um corpo de uma dada cor, mas o segundo será uma voz fácil de ouvir e entender. Se abstrairmos de corpo e de som, o que fica não é idêntico em cada caso. Se claro fosse sinónimo, seria necessário que tivesse a mesma definição em ambos os casos. Muitas vezes, é nas próprias definições que a homonímia desliza imprevistamente, sendo por esta razão que também importa analisar as definições. Se, por exemplo, definirmos o que anuncia e o que produz a saúde como isso que se refere em justa medida à saúde, não devemos rejeitar esta definição, mas ver em que acepção o termo *em justa medida* foi utilizado em cada um dos casos, por exemplo: se, no último caso, significa o quantitativamente capaz de produzir a saúde, e, no primeiro, o que é qualitativamente capaz de indicar o estado do sujeito.

Além disso, há que ver se os termos incomparáveis segundo o grau de mais, de menos e de igualdade, como no caso de uma voz clara e de um manto claro, dum gosto acre e duma voz aguda. Estas coisas não podem ser ditas claras ou agudas, nem no mesmo grau, nem uma mais que a outra. O claro e o agudo

são, por isso, termos homónimos, e os sinónimos são sempre comparáveis, pois deles sempre diremos que são do mesmo grau, ou que um é mais do que outro.

E como dos géneros diferentes não subordinados as diferenças são também diferentes na espécie, por exemplo, as de animal e de ciência — pois as diferenças destas noções são diferentes — cumpre ver se os significados compreendidos na mesma denominação são diferenças de géneros diferentes não subordinados, como o agudo é uma diferença da voz e do sólido. Uma voz difere de uma voz por ser aguda, e um sólido de um sólido, por ser agudo, de onde resulta que agudo é um termo homónimo, pois constitui diferenças de géneros diferentes, não subordinados entre eles.

Também há que ver se os significados compreendidos na mesma denominação têm eles mesmos distintas diáforas [31], por exemplo, a cor nos corpos, e a cor nas melodias, pois as diferenças de cor são, no corpo, distinguíveis e comparáveis pela vista, enquanto nas melodias as diferenças não são as mesmas, de onde resulta que cor é um homónimo, pois os idênticos têm as mesmas diferenças. Quanto ao mais, como a espécie nunca é uma diferença, cumpre examinar se, das acepções compreendidas no mesmo nome, uma é espécie,

e, outra, diferença, como, por exemplo, *claro* que, referido a corpo, é uma espécie de cor, e, referido a uma voz, é uma diáfora, pois uma voz distingue-se de outra por ser clara.

16

Os diferentes significados de um termo devem ser examinados através dos meios indicados e por outros de análogo valor.

As diferenças que as coisas nos apresentam umas relativamente às outras têm de ser consideradas dentro do mesmo género, por exemplo: é preciso inquirir porque razão a justiça difere da fortaleza e a prudência da temperança [32], pois tudo isto pertence ao mesmo género. E também de um género a outro, desde que não se achem excessivamente afastados, como, por exemplo, se inquirirmos porque a sensação difere de ciência. Quanto aos que estão muito afastados uns dos outros, as diferenças são deveras conspícuas.

108 a

17

A semelhança deve ser antes de mais estudada nos sujeitos de géneros diferentes, do seguinte modo: o que um termo é para um segundo, um terceiro é-o para um quarto, por exemplo: o que a ciência é para o seu sujeito,

a sensação é-o para o sensível. E, como um termo está num segundo, também um terceiro está num quarto, por exemplo, se a vista está nos olhos, a razão está na alma [33], e se a calma está no mar, o silêncio dos ventos está no ar [34]. É sobretudo nos termos muito afastados um do outro que é preciso exercitar a procura das analogias, porque, nos demais casos, podemos descobrir facilmente os pontos semelhantes. Também será necessário ver os sujeitos do mesmo género para verificar se um predicado idêntico pertence a todos, ao homem, ao cavalo e ao cão, por exemplo, pois é na medida em que eles têm um predicado idêntico que são semelhantes.

18

É útil ter-se feito o exame do número de acepções de um termo, tanto pela clareza da discussão — uma vez podermos conhecer melhor o que afirmamos, pois esclarecemos a diversidade dos significados — como por causa de termos a certeza de que os nossos juízos se aplicam ao próprio sujeito, e não apenas ao seu nome. Caso falhemos em ver com clareza quantos os sentidos de um termo, pode acontecer que o respondente, tal como o interrogante, não considere o mesmo termo. Pelo contrário, uma vez postas a claro as dife-

rentes acepções de termo, e uma vez sabermos acerca do qual o interlocutor propõe a sua asserção, o que interroga pareceria ridículo se não aplicasse o seu argumento ao sentido proposto. Este estudo é-nos útil, tanto para não sermos enganados, como para não enganarmos os outros através de paralogismos. Conhecido o número de significações de um termo, nunca seremos enganados por paralogismos, e veremos se o interrogante não orienta o seu juízo para o mesmo ponto; e se formos nós o interrogante, poderemos enganar o outro com paralogismos, a menos que o respondente não conheça todos os significados do termo. Isto não é sempre possível, só quando os diferentes sentidos são, uns, verdadeiros e, outros, falsos. Esta espécie de argumentação não é, aliás, própria da dialéctica. Os dialécticos devem evitar a todo o custo este género de polémica verbal, a menos que se seja absolutamente incapaz de discutir o sujeito proposto de outra forma.

O descobrimento das diferenças serve para os juízos sobre a identidade e a diferença, e bem assim para o conhecimento da essência de cada particular. Que isto nos ajuda ao silogismo sobre o que se refere à identidade e à diferença, é evidente, pois, uma vez achada uma diferença, seja ela qual for, entre os sujeitos propostos, logo teremos demonstrado

108 b

que os sujeitos não são um e o mesmo. Além disso, é útil por causa do conhecimento da essência, pois distinguimos logo o que é próprio da essência de cada sujeito, mediante as diferenças deste sujeito.

A teoria dos semelhantes é útil, tanto para os argumentos indutivos como para os silogismos hipotéticos, e também para formular definições. É útil para os argumentos indutivos, uma vez ser pela epagoge dos casos particulares semelhantes que concluímos o universal, não sendo fácil induzir sem conhecer as semelhanças. É também útil para os silogismos hipotéticos, pois costuma admitir-se que o verdadeiro de um dos casos semelhantes é também de todos os outros. Se, pois, acerca de cada uma destas coisas, estivermos bem providos de argumentos para a discussão, garantiremos a aceitação de um conceito preliminar — o de que, o que vale para um caso, vale também para o caso em questão. Uma vez demonstrado o primeiro, teremos por isso mesmo provado, pela hipótese, o caso proposto, porque, tendo admitido por hipótese que tudo o que vale para este caso vale também para o caso em questão, já efectuámos a demonstarção solicitada. A procura das semelhanças também é útil para a formulação de definições, uma vez que, sendo capazes de perceber o que é idêntico em cada caso, não

teremos de sofrer a indagar a que género temos de referir o sujeito em questão, quando o definirmos, pois, entre os predicados comuns, o que mais pertence à essência é o género. Quando os sujeitos estiverem muito afastados um do outro, o estudo das semelhanças é útil, por causa das definições, por exemplo, a calma no mar é o mesmo que a calma do vento no ar — sendo ambos uma forma de quietude — e o ponto na linha o mesmo que a unidade no número, porque ponto e unidade são ambos um princípio. Se expressarmos como género o comum a todos os casos, não estaremos a formular, ao que parece, uma definição imprópria. É um pouco assim que, quem define, formula ordinariamente as definições, pois diz que a unidade é o princípio do número, e que o ponto é o princípio da linha. É evidente que se põe como género o comum a cada uma destas noções.

Tais são os órgãos pelos quais se efectuam os silogismos. Quanto aos tópicos em vista dos quais os órgãos descritos são úteis, são os seguintes.

LIVRO II

1

Os problemas são, uns, universais, outros particulares[55]. Universais são os do tipo *todo o prazer é bom*, e *nenhum prazer é bom*; particulares são: *algum prazer é bom* e *algum prazer não é bom*. Os lugares que servem 109 a para confirmar ou refutar o universal são comuns a estes tipos de problemas, porque, uma vez provada uma predicação universal afirmativa, logo teremos, por isso mesmo, demonstrado a predicação particular afirmativa, e o mesmo ocorre quando, tendo demonstrado uma predicação universal negativa, logo teremos demonstrado a predicação particular negativa.

Em primeiro lugar, temos de falar dos tópicos que servem para refutar uma proposição universal, porque esses são comuns tanto aos problemas universais como aos problemas particulares, e também porque, como o interlo-

cutor põe habitualmente mais teses afirmativas do que teses negativas, quem argumenta tem de proceder à sua refutação. Em todo o caso, a conversão da denominação própria tirada do acidente é muito difícil, pois só nos casos dos acidentes algo pode ser verdadeiro de um certo modo, mas não no modo universal. As denominações assentes na definição, no próprio e no género, são necessariamente convertíveis, por exemplo: se ser animal-pedestre-bípede for predicado de algum sujeito, será verdadeiro afirmar, por conversão, que este sujeito é um animal-pedestre-bípede. O mesmo se diz quando a denominação se baseia no género: se ser animal é um predicado de algum sujeito, este sujeito é um animal. Igual afirmação equivale ao caso da denominação extraída do próprio: se ser capaz de aprender Gramática se diz de algum sujeito, este sujeito será capaz de aprender Gramática. Nenhum destes predicados é predicável ou não-predicável do sujeito de modo relativo, mas a predicação ou não-predicação é absoluta. Já no caso dos acidentes, nada obsta a que um predicado, por exemplo, a brancura, ou a justiça, não se predique acidentalmente do sujeito, pois não basta demonstrar que a brancura ou a justiça são predicados de homem para demonstrar que homem é branco, ou é justo, pois isto se presta à discussão e

podemos dizer, somente por acidente, que o homem é branco, ou que o homem é justo. Por isso, não há necessária conversão para os acidentes.

Cumpre definir ainda os erros que podem emergir dos problemas. São eles de duas espécies: ou nos enganamos, ou transgredimos a terminologia tradicional [56]. Quem se engana e diz que isso que não se predica de um sujeito se predica, comete um erro, e quem denomina os sujeitos pelos nomes de outros (chamando, por exemplo, *plátano* a um *homem*) transgride a denominação aceite na terminologia comum.

2

Um primeiro tópico é o de observar se o interlocutor predicou de um sujeito, por acidente, um predicado que se diz do sujeito por outra causa. Este erro comete-se principalmente quanto aos géneros, por exemplo, se disséssemos que branco é uma cor por acidente, pois não é por acidente que branco é uma cor, já que cor é o género de branco. Pode acontecer que o propositor da tese defina o predicado empregando a denominação derivada do acidente, dizendo que é por acidente que a justiça é uma virtude. Amiúde, mesmo sem esta definição, é evidente que se

109 b

tomou o género por acidente; se dissemos que brancura é colorida, ou que passear está em movimento. O predicado derivado do género nunca é, na sua forma derivada, afirmado da espécie, pois os géneros predicam-se das respectivas espécies, sempre por sinonímia, recebendo, as espécies, o nome e a definição dos respectivos géneros [57]. Se, portanto, dissermos que o branco é colorido, não assumimos colorido como género, pois utilizámos uma forma derivada, nem o assumimos como próprio ou como definição, pois definição e próprio só se predicam do sujeito, enquanto há muitas coisas para além do branco que se dizem coloridas, a madeira, a pedra, o homem, o cavalo, sendo evidente que o predicado é expresso como acidente.

Outro tópico é o de examinar todos os casos em que um predicado foi afirmado ou negado universalmente de um sujeito. Há que considerá-los espécie por espécie e não na multidão infinita, porque, aí, a pesquisa será elaborada por via mais rigorosa, e através de fases menos numerosas. E cumpre proceder a este exame começando pelos grupos primeiros, descendo progressivamente até às espécies indivisíveis. Se o interlocutor afirmou que há uma e a mesma ciência dos opostos, cumpre verificar se, nos relativos, contrários, opostos pela privação e pela possessão, e nos opostos

segundo a contradição, a ciência é também uma e a mesma. E se nestes últimos casos não atingirmos qualquer resultado, cumpre sujeitá-los também a divisão, até atingirmos casos que já não sejam passíveis de divisão, por exemplo: verificar se isso mesmo ocorre com justo e injusto [58], dobro e metade [59], cegueira e vista [60], ser e não-ser[61]. E se, num destes casos, foi demonstrado que a ciência não é uma e a mesma, teremos assim refutado o problema? O mesmo acontece quanto à predicação universal negativa. Este tópico emprega-se reciprocamente, tanto para construir uma asserção como para a destruir, porque, se alguma vez exigimos uma divisão, o predicado parece manter-se em todos ou em grande número de casos, e podemos, então, exigir ao interlocutor que afirme a asserção na universal, e, caso contrário, que dê um exemplo negativo, para mostrar em que caso a regra não se verifica, porque, se não fizer, nem uma coisa, nem outra, parecerá absurdo que recuse a tese.

Outro tópico é o de formular definições do acidente e do sujeito de que o acidente se predica, ou de ambos em separado, ou de um deles apenas, e ver a seguir se um elemento não-verdadeiro foi assumido como verdadeiro nas definições, por exemplo, se o problema for: *é possível injuriar a Deus* [62]?, perguntare-

mos. — *Que é injuriar*? Se for causar dano deliberadamente, é claro que não se pode injuriar a Deus, pois é impossível causar dano a Deus. Outro exemplo: se o interlocutor propuser que *o homem virtuoso é invejoso*, perguntamos — *que é invejoso, e que é a inveja*? Se a inveja for um sentimento de tristeza causado pela felicidade de alguém honrado, é claro que o homem virtuoso não é invejoso, pois, se o fosse, seria indigno. Outro exemplo: se *o homem que se indigna é invejoso*, perguntaremos o que significa cada uma
110 a dessas coisas, de modo a vermos se o juízo é falso ou verdadeiro. Se o invejoso é o que se amofina com o sucesso dos bondosos, e o homem que se indigna é o que se amofina com o sucesso dos maldosos, resulta que o homem que se indigna não pode ser um invejoso. Podemos ainda substituir os termos contidos nas definições pelas próprias definições, e nunca parar, até conseguirmos um termo conhecido porque, muitas vezes, formulada a definição por inteiro, ainda não nos apercebemos se o problema é verdadeiro ou falso, mas se um dos termos contidos na definição for substituído pela própria definição, a solução procurada logo se tornará patente.

Um problema é apresentável como uma proposição, contra a qual dirigiremos as nossas objecções, pois que a objecção será um argu-

mento contra a tese[63]. Este tópico é quase o mesmo dos casos em que um predicado se afirma ou nega universalmente, havendo a única diferença quanto à formulação do argumento.

Importa definir também que espécies convém, e que espécies não convém nominar como são nominados pelo comum dizer, sendo esta definição útil, tanto para construir como para destruir um problema. Podemos, assim, dizer que importa distinguir os sujeitos pela distinção das nominações comuns, mas quando nos interrogamos que sujeitos são ou não são de tal espécie, não nos acomodaremos aos tópicos vulgares. Por exemplo: é preciso afirmar que o são é o agente da saúde tal como toda a gente sabe, mas quanto a saber se tal ou tal sujeito é ou não é agente de saúde, não o podemos aduzir pelos termos do vulgo, mas segundo os termos do médico.

3

Se um termo se emprega em várias acepções, e se tivermos proposto que ele se predica ou não se predica de um sujeito, necessário se torna demonstrar uma das duas diferentes acepções, caso não possamos efectuar a demonstração de ambas. Convém que nos sirvamos deste tópico sempre que a homonímia está oculta, pois se não se ignorar que o

termo dispõe de várias acepções, o interlocutor argumentará não ter sido este o significado posto em discussão, mas outro. Este tópico serve tanto para a construção como para a destriução de um problema. Se quisermos enunciar uma tese, mostraremos como, em um dos seus significados, o predicado se diz do sujeito, embora o não possamos fazer em ambos os significados; se, pelo contrário, tratamos de uma refutação, mostraremos como, em um dos dois sentidos, o predicado não se predica do sujeito, quando não pudermos fazer a demonstração quanto aos dois sentidos. Só no caso da refutação não é necessário levar a discussão a depender de uma concessão do opositor, quer a tese proponha uma predicação universal afirmativa, quer uma predicação universal negativa, pois, se pudermos provar que, em um caso qualquer, o predicado não se predica do sujeito, teremos desde logo destruído a predicação universal afirmativa, e o mesmo teremos conseguido se mostrarmos que, pelo menos em um caso, o predicado se diz do sujeito, pois aí teremos refutado a predicação universal negativa. Em contrapartida, quando enunciamos uma tese, temos de admitir previamente com o opositor que, seja em que caso for, se o predicado se diz do sujeito, este será dele universal, supondo que se tem em vista um postulado plausível. Na demons-

tração de uma predicação universal não basta considerar um único caso, por exemplo: não basta demonstrar que a alma do homem é imortal para afirmar que toda a alma é imortal; por conseguinte, é preciso acordar previamente que, se qualquer alma é imortal, toda a alma é imortal. Isto, porém, não se deve fazer sempre, mas apenas onde e quando não pudermos facilmente construir um argumento comum a todos os casos, ao modo do geómetra, quando este afirma que o triângulo tem os ângulos iguais a dois rectos. Além disso, se os diferentes significados de um termo não forem ocultos, cumpre distinguir os seus diferentes significados antes de construir ou de destruir a tese. Admitamos que o dever é útil ou honesto. Importa fazer um esforço para afirmar ou para refutar as duas asserções para o sujeito proposto, mostrando, por exemplo, que ele é honesto e útil, ou que ele não é, nem honesto, nem útil. Se não pudermos provar simultaneamente as duas acepções, importa provar ao menos uma delas, advertindo que o sujeito proposto é verdadeiro em um dos dois sentidos, falso em outro. A regra é a mesma, mesmo quando o número de acepções no qual o sujeito se divide é mais de dois. 110 b

Há ainda a considerar as expressões com vários significados, resultantes, não da homonímia, mas de algum outro modo, por exem-

plo: *a ciência de muitas coisas é só uma.* Aqui, *muitas coisas* pode significar, ou o fim e os meios de atingir este fim, como a Medicina é uma ciência que ao mesmo tempo produz a saúde e o regime; ou ambas as coisas assumidas como fins, como dizemos, por exemplo, que a ciência dos contrários é só uma, pois um dos contrários não é mais fim do que outro; ou ainda no caso de um predicado essencial e de um acidental, como, por exemplo, o predicado essencial que o triângulo tem os ângulos iguais a dois rectos, e o predicado acidental que a figura do equilátero tem os ângulos assim, pois é acidente o triângulo equilátero ser um triângulo, mas sendo por isto que sabemos que os seus ângulos são iguais a dois rectos. Se em nenhuma das acepções do termo é possível que a ciência de muitas coisas seja só uma, podemos dizer ser absolutamente impossível que a ciência de muitas coisas seja só uma: ou, se numa destas acepções ela for só uma, é evidente podermos afirmar que a ciência de muitas coisas é só uma. Importa fazer a divisão em tantas acepções quantas as úteis. Se queremos enunciar uma tese, temos de evidenciar todos os significados que a tese envolve, e dividir somente os necessários à enunciação; se, pelo contrário, pretendemos refutar, produziremos todas as acepções susceptíveis de desacordo com a

tese, pondo tudo o mais de lado. E temos de fazer isto também quando não vislumbramos em quantas acepções o termo é proposto. Por outro lado, mediante os mesmos tópicos, cumpre saber que uma coisa se diz ou não se diz de uma outra, por exemplo, que tal ciência é de tal coisa particular, seja assumida como fim, ou como meio para atingir este fim, seja como acidente; ou, na inversa, que tal coisa não é de tal coisa segundo alguma das formas indicadas. Esta mesma regra também se aplica ao desejo e a tudo o que se diz de várias coisas. O desejo de uma coisa pode significar o desejo da coisa enquanto fim em si mesma — veja-se o desejo da saúde — ou da coisa enquanto meio para conseguir o fim, veja-se o desejo de se tratar, ou da coisa enquanto acidente, como se vê no caso do vinho, em que o amador das doçuras deseja o vinho, não enquanto vinho, mas enquanto doce. O que ele deseja é o doce, desejando vinho só por acidente, pois, se o vinho for seco, já não o deseja. É de facto por acidente que o deseja. Este tópico também é útil para os termos relativos, pois os casos deste tipo são quase todos de termos relativos[64].

111 a

4

Portanto, convém transitar de um termo para outro mais familiar, por exemplo, num

juízo, substituir *exacto* por *claro*, e *meter-se* em muitos assuntos por gostar de se meter *onde não é chamado*, pois como a expressão se tornou mais conhecida, a tese torna-se também mais fácil de atacar. Aliás, este tópico é comum a ambos os propósitos, ou seja, para construir e para destruir uma asserção.

Para demonstrar que os contrários são predicáveis do mesmo sujeito, importa saber qual o género do sujeito, por exemplo, se queremos mostrar que, na sensação, pode haver verdade e inverdade [55] diremos que perceber é julgar, e que podemos julgar com exactidão ou sem exactidão, ainda que na percepção sensível possa haver também exactidão e erro. Neste exemplo, a demonstração faz-se a partir do género e aplica-se à espécie; julgar é do género de perceber, pois quem percebe de algum modo julga. Na inversa, podemos transitar da espécie para o género, uma vez que todos os predicados da espécie o são do género, por exemplo: se houver uma ciência boa e má, é porque também há uma disposição boa e má, tendo em vista que a disposição é género da ciência. O tópico primeiro é falso para construir uma tese, mas o tópico segundo é verdadeiro. Não é necessário que todos os predicados do género o sejam também da espécie. Assim, animal é alado e quadrúpede, mas homem nem é alado, nem quadrúpede. Por outro

lado, todos os predicados da espécie o são do género necessariamente: se o homem é virtuoso, o animal também é virtuoso. Por outro lado ainda, para refutar uma tese, o tópico indicado em primeiro lugar é verdadeiro e, o segundo, falso, pois tudo quanto não se predica do género não se predica também da espécie, mas nem tudo quanto se nega da espécie se nega necessariamente do género. Posto que aquilo de que se predica o género deve receber também necessariamente como predicado alguma das espécies, e posto que tudo quanto o género possui, ou se designa pelos termos derivados do género [38], deve também necessariamente possuir alguma das espécies, ou ser designado por termos derivados de alguma das espécies (por exemplo, se ciência foi dito de algo, então Gramática, Música, ou alguma das outras ciências também será dita de algo, e se alguém detém a ciência 111 b ou for designado por um termo derivado da ciência, ele possuirá também a Gramática ou a Música, ou uma das outras ciências, ou será designado por um termo delas derivado, por exemplo, *gramático*, *músico*); por conseguinte, se afirmarmos que alguma expressão deriva de certo modo do género, por exemplo, que a *psiqué* é movimento, importa verificar se, conforme a uma das espécies de movimento, a alma é móvel, se ela pode aumentar, corrom-

per-se, gerar-se, ou dispor de outra espécie de movimento. Se ela não for móvel à luz de qualquer um destes movimentos, claro é que a alma não se move. Este tópico é comum a ambos os nossos propósitos, tanto para construir como para destruir a tese, porque, se a alma se move dentro de uma das espécies de movimento, claro é que ela se move, mas se ela não se move em nenhuma dessas espécies de movimento, claro é que não se move.

Se não dispusermos de um suficiente número de argumentos para atacar a tese, convém ver se não os poderemos achar entre as definições reais do sujeito questionado, ou entre as suas definições aparentes, e, se uma não for suficiente, tirá-las de várias. Uma vez definido o sujeito, será mais fácil argumentar contra a tese, já que o argumento contra as definições é por via de regra mais fácil.

Também importa saber, quanto ao sujeito questionado, o que condiciona o sujeito, ou o que o sujeito necessariamente condiciona, uma vez dado. Quando pretendemos construir uma tese, importa inquirir o que há, de cuja realidade se siga a realidade disso que há, porque, se provámos a existência da primeira, teremos desde logo provado a existênciacia do sujeito em questão. Mas, quando queremos refutar uma tese, é preciso inquirir que coisa é real se o sujeito proposto for

dado porque, uma vez demonstrado que o consequente do sujeito proposto não existe, logo aí teremos destruído a coisa em questão.

Examinemos também o lugar relativo ao tempo, e ver se há discordância neste aspecto. Se o interlocutor disse que o que se alimenta necessariamente cresce, podemos retorquir que os animais, mesmo que se alimentem sempre, nem sempre crescem. De igual modo se for dito que saber é a memória, porque a memória é relativa ao tempo passado, e o saber é relativo ao presente e ao futuro, pois dizemos que conhecemos os presentes e os futuros (que haja, por exemplo, um eclipse) enquanto a reminiscência só é possível do relativo ao pretérito.

5

Há também no argumento uma fórmula sofística que consiste em induzir o opositor a uma situação em que lhe possamos opor abundantes argumentos. Este modo de proceder tanto pode ser uma necessidade real como nem sequer ser uma necessidade aparente. Será real quando o que responde haja negado alguma asserção útil para argumentação contra a tese, e, o que interroga, oriente a argumentação para o aspecto contestado, e quando este aspecto se considera ser um desses acerca

dos quais há numerosos argumentos. Analogamente, há necessidade real, quando o que interroga tiver efectuado uma indução assente numa asserção do que responde, procure refutar a proposição à qual foi induzido, porque, uma vez esta destruída, a asserção antes posta também fica rebatida. Há necessidade aparente, quando parece útil e adequado à tese, sem que todavia o seja, o aspecto para o qual a controvérsia se move, tanto se o opositor ao argumento se negou a conceder algo, como se o defensor da questão conseguiu primeiro isto por meio de uma indução plausível baseada na tese, e logo procura rebatê-la. O outro caso é quando o ponto para o qual a discussão se orienta não é necessário, nem real nem na aparência, sendo sobre outro ponto que o que responde se vê refutado. É preciso evitar este tipo de polémica indicado em último lugar, pois ele é, ao que parece, completamente estranho à Dialéctica, estando fora dela. Ainda por este motivo, o que responde deve, não irritar-se, mas conceder nos pontos que não são úteis à refutação da tese, assinalando todos os pontos que não são conformes com a sua opinião, ainda que os consinta. Com efeito, e por norma, a confusão dos propositores das questões aumenta, se, depois de lhes terem sido concedidas todas as proposições deste gé-

112 a

nero, ainda não consegue extrair uma conclusão.

Além disso, sempre que se enunciar uma asserção qualquer, enunciaremos, de um certo modo, uma multiplicidade, visto que cada asserção implica necessariamente várias consequências, por exemplo: quando dizemos que *fulano é homem*, dizemos também que ele *é animal*, que *é animado*, que *é bípede*, que *é capaz de razão e de saber*, de tal modo que, se uma só destas consequências, seja ela qual for, vier a ser rebatida, a proposição original também é rebatida. Convém evitar a passagem de um sujeito para outro mais difícil; por vezes, o mais fácil de rebater tanto é a consequência como a própria tese.

6

Quanto aos sujeitos aos quais só um de dois predicados contrários pertence necessariamente, como, por exemplo, ao homem pertencem necessariamente, ou a doença, ou a saúde, se tivermos vários argumentos a demonstrar que um destes predicados pertence ou não pertence ao sujeito, também os teremos para demonstrar o outro. Este tópico serve recíproca e simultaneamente para os nossos dois propósitos: depois de provado que um dos dois predicados não se diz do sujeito, teremos, por

isso mesmo, provado que o outro não se diz dele; se, pelo contrário, tivermos provado que um dos dois predicados não se diz do sujeito, teremos provado que o outro lhe pertence. Vemos como este tópico serve em ambos os casos.

Podemos também argumentar mediante a transposição de um termo no seu sentido etimológico, com a ideia de que é mais adequado pegar no termo deste modo do que na acepção corrente, por exemplo, podemos dizer que a expressão — *de grande coração* — não significa *homem corajoso*, conforme o uso vulgar, mas antes o homem cujo coração é bom, ao modo em que a expressão *boa esperança* pode significar o homem que espera coisas boas. Analogamente, podemos dizer que eudemonia [67] significa esse cujo génio é virtuoso, ao modo de como Xenócrates diz que é feliz quem tem a alma eudemónica, pois a alma é o demónio do homem [68].

112 b Posto que algumas coisas acontecem necessariamente, outras habitualmente, e outras ocasionalmente, se aduzirmos o necessário como constante, ou o constante (seja ele mesmo, seja o seu contrário) como necessário, isto dá sempre uma oportunidade para arguir. Se pusemos o necessário como constante, negámos que um predicado universal seja universal, pelo que cometemos erro; também

erramos, se enunciarmos um predicado constante como necessário, pois afirmamos o predicado universal, embora ele não seja universal. Se dissermos que o contrário de constante é necessário, porque o contrário de um predicado constante é sempre um predicado menos frequente, acontece o mesmo. Se, por exemplo, os homens são habitualmente maus, é porque são raramente bons, de modo que cometemos um erro ainda maior se dissermos que os homens são necessariamente bons. Isto mesmo é verdade, se considerarmos um acontecimento meramente ocasional como necessário, ou habitual, pois o que depende do acaso não é, nem necessário, nem habitual. Se o acontecimento acontecer muitas vezes, então, mesmo supondo que o interlocutor não definiu se ele é habitual ou necessário, podemos admitir na discussão que ele afirmou acontecer necessariamente, por exemplo: se afirmou, sem mais distinção, que *os deserdados são indignos*, podemos, na discussão, admitir que ele quis dizer que eram necessariamente indignos.

Ainda assim, cumpre examinar se o opositor afirmou algo como predicado acidental do sujeito, tomando-o por algo diferente, por ter outro nome, assim como fez Pródicos, que dividia os prazeres em *gáudio, deleitação* e *eufrosine*[60], pois todos estes são nomes da

mesma coisa, o prazer. Se, portanto, dissermos que regozijar-se é um predicado acidental de hilaridade, isso significará que a coisa é predicado acidental de si mesma.

7

Como os contrários se combinam entre eles de seis modos[70], e como quatro destas combinações são uma contrariedade, importa considerar os contrários em função da utilidade que podem ter, já para refutar, já para defender uma tese. Que os contrários se combinam de seis modos é evidente. Ou cada um dos predicados contrários se combina com cada um dos sujeitos contrários, e isto por dois modos, por exemplo: *fazer bem aos amigos e fazer mal aos inimigos*, ou, na inversa, *fazer mal aos amigos* e *fazer bem aos inimigos.* Ou ainda, podem os dois predicados contrários referir-se a um único sujeito, e isto por dois modos, por exemplo: *fazer bem aos amigos*, e *fazer mal aos amigos*, ou *fazer bem aos inimigos* e *fazer mal aos inimigos.* Ou, enfim, um só dos predicados contrários pode referir-se a dois sujeitos, e isto também por dois modos: *fazer bem aos amigos, fazer bem aos inimigos*, ou *fazer mal aos amigos* e *fazer mal aos inimigos.*

113 a As duas primeiras combinações indicadas

não são uma contrariedade, pois fazer bem aos amigos não é contrário a fazer mal aos inimigos, já que ambas as maneiras são desejáveis e mostram igual disposição; e fazer mal aos amigos não é contrário de fazer bem aos inimigos, pois são duas maneiras a evitar, e que relevam da mesma disposição. E não parece que o que tem de se evitar seja contrário a algo a evitar, a menos que uma não seja dita por excesso e a outra por defeito, porque o excesso, conforme se pensa, faz parte das coisas a evitar, e o mesmo se pensa do defeito [71]. Pelo contrário, as quatro restantes combinações são contrariedade. Fazer bem aos amigos é contrário a fazer mal aos amigos, procedendo de uma disposição contrária, sendo, uma, desejável e, outra evitável. Isto mesmo aplica-se às outras combinações — em cada par de combinações uma é desejável e, outra, evitável, uma provém de um bom sentimento e, outra, de um mau sentimento. De quanto acabamos de dizer conclui-se que um mesmo modo pode originar vários contrários. *Fazer bem aos amigos* tem como contrários *fazer bem aos inimigos* e *fazer mal aos amigos*, e o mesmo se diz de outras asserções; se as analisarmos deste modo compreenderemos que cada uma delas tem dois contrários. Por conseguinte, é preciso escolher um dos dois contrários que possa servir ao argumento

contra a tese. Se o acidente de um sujeito tiver um contrário, cumpre analisar se este contrário é predicável do próprio sujeito, do qual o acidente em questão foi dado como predicável. Se este último foi predicável do sujeito, o outro não lhe será predicável, por ser impossível que os contrários se prediquem simultaneamente do mesmo sujeito.

Há ainda que verificar se algo foi afirmado de alguma coisa tal que, a ser verdadeiro, os contrários devem pertencer necessariamente ao sujeito, por exemplo: se dissemos que *as ideias estão em nós*, resultará que elas são simultaneamente em movimento e em repouso, e que, além disso, são simultaneamente sensíveis e inteligíveis. As ideias, quando se propõe a existência das ideias, parecem estar em repouso e ser inteligíveis, mas se estão em nós é impossível que sejam imóveis, porque, quando nos movemos, segue-se necessariamente que tudo quanto está em nós se move connosco. É também evidente que, se as ideias estão em nós são sensíveis, uma vez ser pelo sentido da vista que reconhecemos a forma presente de cada espécie.

Se a tese propôs um acidente que tem um contrário, cumpre examinar se o sujeito susceptível de receber o acidente é também susceptível de receber o contrário deste acidente, uma vez que o mesmo sujeito admite os con-

trários, por exemplo: se dissemos que *o ódio é a consequência da ira*, o ódio estará no carácter impulsivo da alma, onde reside a ira; a seguir, cumpre ver se o contrário de ódio se acha também no carácter impulsivo da alma, pois, se não se achar aí, se a amizade estiver no carácter apetitivo da alma, o ódio não será uma consequência da ira. O mesmo se dissemos que o carácter concupiscente da alma é ignorante, porque, se fosse capaz de ignorância, seria também capaz de sabedoria. Ora, o que geralmente se admite não é isso, que a parte concupiscente da alma seja capaz de sabedoria. Portanto, ao refutar-se uma tese, há que cumprir esta norma, como afirmamos; pelo contrário, se pretendemos afirmar uma tese, este tópico não nos servirá para demonstrar que o acidente pertence ao sujeito, embora nos sirva para provar apenas que o acidente pode pertencer ao sujeito. Quanto tivermos demonstrado que o sujeito em discussão não é susceptível de receber o contrário do acidente afirmado, teremos por isso mesmo demonstrado que o acidente não se predica, nem é predicável, do sujeito; mas se provarmos que o contrário predica o sujeito, ou que o sujeito é capaz de receber o contrário, ainda aí não teremos provado que o acidente afirmado também lhe pertence; apenas teremos provado que lhe pode pertencer.

113 b

8

Suposto que o número de antíteses é de quatro[12], temos de inquirir se podemos extrair argumento dos contraditórios dos termos, invertendo a ordem da sequência, tanto ao rebater como ao estabelecer uma tese, garantindo os argumentos deste género por meio da indução. Por exemplo: *se o homem é animal, o que não é animal não é homem*, e o mesmo se fará em outros casos de contraditórios. Aqui, a sequência é invertida, porque homem tem por consequente animal, enquanto o consequente de *não-homem* não é *não-animal*, enquanto, inversamente, o consequente de *não-animal* é *não-homem*. Cumpre recorrer a um postulado deste género em todos os casos e dizer: *se o bom é agradável, o que não é agradável não é bom*; mas se esta última proposição não for verdadeira, a outra também não é. Mais: se o que não é agradável não é bom, o bom é agradável. Vemos como a sequência pela contradição é válida para os nossos dois propósitos, quando ela se efectua no sentido inverso.

Quanto aos contrários, convém saber se o contrário de um é o consequente do contrário do outro, seja na sequência directa, seja na inversa, e este tópico é útil, tanto para refutar

como para provar uma tese. Também podemos assegurar-nos dos argumentos deste género mediante a indução, na medida em que isso nos seja favorável. A consecução é directa, no caso, por exemplo, da valentia e da cobardia, pois o primeiro termo tem por consequente a virtude, e, o segundo, o vício. O primeiro tem por consequente que é desejável, e o segundo que é evitável. A sequência neste último caso também é directa, pois desejável é o contrário de evitável, e assim sucessivamente. Pelo contrário, a sequência é inversa num caso como o seguinte: a saúde é consequência do vigor, mas a doença não é consequência da fraqueza, pelo contrário, a fraqueza é a consequência da doença. Vemos como, neste último caso, a sequência é inversa. A sequência inversa raro ocorre nos casos de contrários, pois nas mais das vezes a sequência efectua-se na forma directa. Se o contrário de um termo não é o consequente do contrário de outro, nem directa, nem inversamente, torna-se claro que, no caso do problema exposto, um termo também não é o consequente de outro, mas se, no caso dos contrários, um for o consequente de outro, o mesmo se deve verificar quanto aos termos iniciais. 114 a

O que se passa com os contrários também é aplicável aos casos das privações e das pos-

sessões, só que, nas privações, não há sequência inversa, efectuando-se a sequência sempre na directa, por exemplo: a consequente de visão é sensação visual, e o consequente de cegueira é privação de sensação visual. A oposição da sensação à privação de sensação é a mesma de possessão e de privação, pois uma destas coisas é possessão, e, a outra, privação.

Tal como estudamos a possessão e a privação, devemos estudar o caso de oposição dos relativos, pois também neles a sequência é directa. Por exemplo, se triplo é um múltiplo, terço é um submúltiplo, porque triplo é relativo ao terço, e o múltiplo à fracção. Outro exemplo: se a ciência é uma opinião, o objecto da ciência é também objecto de opinião, e se a visão é uma sensação, o objecto da visão é também uma sensação. Podemos arguir que, nos relativos, a sequência não é necessariamente a indicada, porque o objecto da sensação é objecto da ciência, mas a sensação não é ciência. A objecção, todavia, não é verosímil, havendo quem afirme que não pode haver ciência dos objectos da sensação. O tópico de que falámos é útil para provar a asserção contrária, como, por exemplo, o objecto da sensação não é objecto da ciência, visto que a sensação também não é ciência.

9

Há também que analisar ao mesmo tempo os termos coordenados e as inflexões, para refutar e para roborar a tese. Dizem-se coordenados termos como: *acções justas* e *homem justo* são coordenados de justiça, e *acções valentes* e *homem valente* de valentia. Também os termos que tendem a produzir ou a conservar algo são coordenados do que tendem a produzir ou a conservar, como, por exemplo, coisas sãs de saúde e coisas vigorantes de vigor, e assim por diante. É isto o que ordinariamente se denomina de coordenadas, enquanto as inflexões[73] serão, por exemplo, *justamente, corajosamente, sãmente*, e todos os termos derivados. Parece que as inflexões também são termos coordenados, como, por exemplo, *justamente* de *justiça, corajosamente* de *coragem*, e por isso chamamos coordenados todos os termos da mesma série, como *justiça, homem justo, acção justa, justamente.* Vemos que, se um termo qualquer, entre os pertencentes à mesma série, for demonstrado como bom ou louvável, todos os outros se tornam por isso mesmo demonstrados. Se, por exemplo, justiça é elemento da série dos louváveis, homem justo, acção justa, e justamente tam- 114 b

bém farão parte dos louváveis. E também diremos que *justamente* equivale a *louvavelmente*, porque louvavelmente deriva de louvável, em virtude da mesma inflexão que deriva *justamente* de *justiça*.

Cumpre considerar não apenas o sujeito em discussão, mas ainda o seu contrário, quanto ao predicado contrário. Podemos dizer que o bem não é necessariamente agradável, porque o mal também não é necessariamente penável; ou, se o mal é necessariamente penável, o bem é outrossim necessariamente agradável. Se a justiça é ciência, a injustiça é também ignorância, e se *justamente é sabiamente e habilmente, injustamente é também ignorantemente e inabilmente*; e se estas duas últimas relações não forem verdadeiras, também as primeiras não são, tal como vimos no exemplo há pouco mencionado, pois é possível pensar que injustamente é habilmente mais do que inabilmente. Este tópico foi anteriormente exposto[71] nas sequências dos contrários, já que, agora, só pretendemos dizer que o contrário do predicado é o consequente do contrário do sujeito.

Importa ainda ter em mente os modos de geração e de corrupção de um sujeito, bem como os agentes que tendem à sua produção ou à sua corrupção, tanto para refutar como roborar uma tese. Aquelas coisas cujos mo-

dos de geração se acham no número das coisas boas, são em si mesmas boas, e se as coisas em si mesmas são boas, os respectivos modos de geração são-no também. Se, pelo contrário, os modos de geração são maus, também elas são más. Quanto aos modos de corrupção, o verdadeiro é o contrário; se os modos de corrupção são bons, as coisas em si mesmas são más, e se os modos de corrupção forem maus, as coisas em si mesmas são boas. Este mesmo argumento inere também aos agentes de produção e de corrupção — as coisas cujos agentes de produção são bons, também elas são boas, e as coisas cujos agentes de corrupção são bons, são em si mesmas más.

10

Há também que verificar os semelhantes do sujeito em questão, e saber se eles se comportam como semelhantes, por exemplo, se uma ciência una tem mais de um objecto, também a opinião o terá, e se ter vista é ver, ter ouvido é ouvir. O mesmo ocorre noutros casos, tanto nos reais como nos de aparência. Este tópico é útil para os nossos dois propósitos — se foi afirmado algo de um semelhante, isso vale também para os demais semelhantes, mas se não for assim em relação

a um, também não o será dos demais. Importa ainda examinar se os casos são semelhantes a respeito de um único aspecto, já que por vezes, há divergência, por exemplo: se saber algo é pensá-lo, saber várias coisas é também pensar várias coisas, mas este último juízo não é verdadeiro, uma vez ser possível saber várias coisas sem as pensar. Se o juízo não é verdadeiro, também não o será o primeiro, que se refere a uma só coisa, e não poderemos dizer que saber algo é pensá-lo.

Além disso, podemos argumentar com recurso ao mais e ao menos. Quanto ao mais, dispomos de quatro lugares: um, saber se o *mais* do predicado é consequente do mais do sujeito, por exemplo, se o prazer é um bem, cumpre saber se um maior prazer é também um maior bem, e se ser injusto é um mal, sa-
115 a ber se ser mais injusto é um maior mal. Este lugar serve os nossos dois desígnios: se o aumento do sujeito tiver por consequência o aumento do acidente, como dissemos, o acidente pertence ao sujeito, mas se o aumento do sujeito não tiver por consequência o aumento do acidente, o acidente não pertence ao sujeito. Esta norma é justificável por indução. Outro, quando um predicado se diz de dois sujeitos, caso não se predique desse do qual é mais natural, também não se deve predicar do que é menos natural dizer-se, mas se

for dito desse ao que é menos natural predicar-se, também se dirá desse ao que pertence de modo mais natural. Pelo contrário, quando dois predicados se dizem de um único sujeito, se o que parece predicar-se mais do sujeito não lhe pertence, o que parece pertencer-lhe *menos* não lhe pertence; ou se o que parece pertencer menos ao sujeito lhe pertence, o que parece pertencer-lhe mais também lhe pertence. Além disso, quando se afirmam dois predicados de dois sujeitos, se um deles parece pertencer mais a um dos sujeitos e não lhe pertencer, o outro também se dirá pertença do outro sujeito; ou, se um dos dois predicados que parece pertencer menos ao um dos dois sujeitos lhe pertence, o outro predicado também pertence ao outro sujeito.

Podemos arguir partindo do suposto de que um predicado pertence, ou parece pertencer, no mesmo grau, segundo os três modos indicados e relativos, aos três lugares do mais. Quando um só predicado pertence, ou parece pertencer, ao mesmo grau, a dois sujeitos, se não pertencer a um também não pertence ao outro, mas se pertencer a um, pertence ao outro. Ou, quando dois predicados pertencem em igual grau ao mesmo sujeito, se um não pertencer ao sujeito, o outro predicado também não lhe pertence, mas se um lhe pertencer, o outro há-de pertencer-lhe. Este caso é

análogo se dois predicados pertencerem, no mesmo grau, a dois sujeitos; se um dos predicados não se disser de um dos sujeitos, o outro predicado também não se diz do outro sujeito, mas se um dos predicados se disser de um dos sujeitos, o outro predicado dir-se-á do outro sujeito.

Podemos, assim, arguir com base no *mais*, no *menos* e no *igual*, de tantos modos quantos os acabados de indicar.

11

Também é possível extrair argumento da adição[75]. Se algo adicionado a outro torna este bom ou branco, quando antes isso não era nem bom, nem branco, o que se adiciona será bom ou branco, detendo o carácter que ele mesmo comunica ao todo. Se a adição de algo a um dado objecto aumentar uma qualidade já por este detida, o adicionado também possuirá esta qualidade, e o mesmo se verifica com outros predicados. Este tópico não é aplicável a todos os casos, sendo-o apenas no caso em que o aumento relativo ao mais é produzível. Este tópico não é reciprocamente útil para a refutação, porque, se o aditado não tornar o sujeito bom, não se segue logo por isso que o que se adita não seja bom. O bem

115 b aditado ao mal não torna o todo necessaria-

mente bom, assim como o branco aditado ao preto não faz o todo necessariamente branco.

Por outro lado, se um predicado se considerar como mais ou menos inerente a um sujeito, é porque também lhe inere em absoluto, pois o que não é bom, nem branco, não pode ser dito *mais bom* ou *mais branco*; não podemos dizer que algo mau é mais ou menos bom do que outro, mas apenas podemos dizer que é mais ou menos bom. Este tópico não é convertível para a refutação, porque muitos predicados que não são possíveis de mais e de menos predicam-se absolutamente do sujeito. Não dizemos, por exemplo, de homem que é mais ou menos homem, pois homem é homem.

Temos ainda de considerar os predicados segundo um modo relativo, ou segundo um tempo, ou segundo um lugar. Se um predicado for relativamente possível, também é absolutamente possível, e o mesmo ocorre com o que se predica segundo o tempo, ou segundo o lugar, pois o que absolutamente é impossível não é relativamente possível, nem segundo um tempo nem segundo um lugar. Há-de aduzir-se que se pode ser relativamente bom por natureza, uma vez podermos ser generoso ou moderado, embora absolutamente não sejamos naturalmente virtuoso. De igual modo, se o corruptível

pode escapar à corrupção num dado tempo, não é possível escapar absolutamente à corrupção. Por análogas razões, é bom, em um dado lugar, seguir uma dieta, a saber, nos locais insalubres, ainda que absolutamente não seja bom seguir-se a dieta. Também num dado local é possível viver isolado e só, mas absolutamente falando não é possível viver isolado e só. Assim mesmo, em certos sítios, é bom sacrificar o pai, como entre os Tríbalos[76], mas absolutamente falando isso não é bom. Ou talvez este costume revele, não uma relação de lugar, mas uma relação aos homens, pouco importando o sítio onde eles possam estar, porque, estejam onde estiverem, esta acção será boa para eles por serem Tríbalos. Outro exemplo: num dado instante é bom tomar remédios, se estivermos doentes, mas absolutamente falando não é bom tomar remédios. Talvez que, neste caso, não se trate de uma relação com o tempo, mas de uma determinada disposição de saúde, pouco importando o tempo, caso se esteja nessa disposição.

O que é absolutamente é o que é, quando, sem qualquer adição, podemos afirmar que é honroso, ou o contrário, por isso que não afirmaremos que sacrificar o pai é bem, embora para certos homens seja bem, mas isto não é um bem absoluto. Em contrapartida, diremos

que adorar os deuses é um bem, sem nada aditar, pois se trata de um bem absolutamente. Deste modo, tudo o que, sem adição, parece ser belo, ou feio, ou dispor de uma qualidade deste género, dir-se-á que é como é absolutamente ".

LIVRO III

1

116 a

A questão que se apresente mais opcionável ou melhor entre duas, ou mais, é quanto nos propomos examinar. Só que, em primeiro lugar, importa esclarecer que a nossa inquirição não abrange coisas extremamente afastadas umas das outras, com grandes diferenças entre elas — ninguém se interroga o que é preferível, se a felicidade, se a riqueza — antes abrange coisas próximas e acerca das quais nos encontramos na incerteza de saber a qual delas cumpre preferir, por não vermos que haja qualquer superioridade de uma em relação à outra. Como é óbvio, nas coisas deste género, desde que uma superioridade ou várias estejam demonstradas, o nosso ânimo decidirá que, seja qual for a superior, essa é a mais desejável.

Primeiro: o mais durável e o mais estável é preferível ao que for menos. É ainda pre-

ferível o que for escolhido pelo homem prudente, pelo homem bondoso, ou pela lei justa, ou por gente estudiosa enquanto escolhe nessa qualidade, ou ainda, em cada género de coisas, pelos que as conhecem, quer dizer, o que a maioria delas ou o que todas escolhessem, por exemplo: na Medicina ou na Carpintaria, o que fosse escolhido pela maioria ou por todos os médicos, ou, de um modo geral, qualquer coisa que a maioria dos homens, ou todos os homens, escolhessem, por exemplo, o bem, porque tudo apetece o bem. Temos de orientar o argumento que se pretenda utilizar para o fim de que se carece, mas o absolutamente melhor ou preferível é o ditame da melhor ciência, ainda que, para um determinado indivíduo, seja o ditame da ciência particular que lhe é própria.

Segundo: o que tem categoria de essência é preferível ao que não se acha neste género, a justiça, por exemplo, ao homem justo, porque uma é absolutamente o bem, enquanto o outro não é. Nada se diz por essência do género quando isso não pertence ao género, por exemplo: homem branco não é por essência a cor, e assim sucessivamente.

O que se deseja por si mesmo é mais desejável do que o desejável por outra causa: a saúde é mais desejável do que a ginástica, porque uma é desejável por si mesma, e a

outra por outra causa, e o que se deseja por si mesmo é mais desejável do que o que se deseja por acidente, por exemplo: é desejável que os nossos amigos sejam mais justos do que os nossos inimigos porque o primeiro é desejável por si mesmo e, o segundo, por acidente. Nós não desejamos, a não ser por aci dente, que os nossos inimigos sejam justos, a fim de que não nos possam causar dano. Este último tópico é idêntico ao anterior, diferindo apenas na formulação, pois deseiamos por si mesmo que os nossos amigos sejam justos, mesmo que daí nada nos advenha, mesmo que se encontrem na Índia, enquanto desejamos que os nossos inimigos sejam justos, por qualquer outra causa, a saber, a fim de que não nos causem algum dano.

O que em si mesmo é causa do bem é preferível ao que é causa dele por acidente: a virtude é preferível à sorte, pois uma é por si mesma causa da bondade, e a outra só por acidente é tal, e assim em todos os casos da mesma espécie. A regra vale também para o contrário: o que por si mesmo é causa do mal é mais evitável do que o que só por acidente é causa do mal, por exemplo, o vício e o azar, porque um é mau em si mesmo e o azar é-o por acidente. 116 b

O que absolutamente é bom é preferível ao que é bom apenas para alguém, digamos,

recuperar a saúde a sofrer uma amputação, porque um é absolutamente bom e outro só é bom para o que, por acidente, teve necessidade da amputação. O que é bom por natureza é mais desejável do que o que não é bom por natureza, digamos, justiça é preferível a homem justo, pois ela é boa por natureza, enquanto que para o homem justo a bondade é adquirida. E o predicado que pertence a um sujeito melhor é mais honorável e mais preferível, por exemplo, o que pertence a Deus é preferível ao que pertence ao homem, e o que pertence à alma preferível ao que pertence ao corpo. O que é próprio de um sujeito melhor é melhor do que o próprio de um sujeito menos bom: o atributo próprio de Deus é melhor que o predicado próprio do homem, pois os predicados comuns a ambos nada diferem, mas, pelos atributos próprios, um supera o outro. É também melhor o que inere às coisas melhores, ou anteriores, ou mais amáveis, assim como a saúde é melhor que o vigor e a beleza, porque a primeira inere às partes húmidas, secas, quentes e frias, numa palavra, aos elementos orgânicos do animal, enquanto as outras duas só inerem às partes secundárias, já que o vigor se acha nas fibras e nos ossos, e a beleza é, segundo parece, uma certa simetria dos membros.

E o fim [78] parece ser mais amável do que

os meios em vista do fim, e, entre dois meios, é mais amável o que mais se aproxima do fim. Por via de regra, o meio que apetece o próprio fim é preferível ao que apetece outro fim, por exemplo, o que contribui para a honra é preferível ao que contribui para a prudência. E o possível é preferível ao impossível. Entre dois agentes produtores, é preferível esse cujo fim é melhor, mas, caso se procure comparar um agente produtor com um fim, a preferência decide-se com a ajuda de uma proporção — sempre que o excesso de um fim sobre outro seja maior que o do último sobre os seus meios produtivos, por exemplo: se a felicidade excede a saúde, mais do que a saúde excede o que produz a saúde, o que produz a felicidade é melhor do que a saúde. O que produz a felicidade é mais desejável do que o que produz a saúde, porque supera a mesma norma, mas a saúde supera menos o que produz a saúde, logo, o que produz a felicidade supera o que produz a saúde, mais do que a própria saúde supera o que produz a saúde. Daqui resulta que o produtor de felicidade é preferível à saúde, por superar o próprio objecto.

Além disso, o que em si mesmo é mais belo é mais amável e mais louvável, por exemplo, a amizade é preferível à riqueza, e a justiça à força, porque a amizade e a justiça são

por si mesmas amáveis e louváveis, enquanto a riqueza e a força não são tal por si mes- 117 a mas, mas por alguma outra causa. Ninguém ama a riqueza por si mesma, mas por uma outra causa; mas amamos a amizade por si mesma, mesmo que dela não tiremos outro proveito.

2

Sempre que duas coisas são muito similares, e se não somos capazes de perceber qualquer superioridade de uma relativamente a outra, cumpre considerá-las do ponto de vista dos consequentes. A que for seguida de um bem maior é a preferível, mas se os consequentes forem maus, a que for seguida de um mal menor é preferível. Ainda que as duas sejam desejáveis, nada obsta a que numa delas se ache uma consequência penosa. Ao fazermos este exame do ponto de vista dos consequentes, temos em mente dois sentidos, porque há consequentes anteriores e consequentes posteriores, por exemplo: quanto a um homem que aprende, o consequente anterior é a ignorância, e o consequente posterior é o saber. O melhor consequente é, as mais das vezes, o posterior. Seja como for, cumpre escolher, entre os consequentes, o mais adequado ao nossos propósito.

De resto, um maior número de bens é preferível a um menor número, seja de modo absoluto, seja quando uns se acham implícitos noutros, isto é, o menor número no maior número. Poderá aduzir-se que um dos bens o seja em vista de outro, pois então os dois juntos não são mais desejáveis do que um só deles, por exemplo, recuperar a saúde e saúde não são preferíveis à simples saúde, pois não preferimos recuperar a saúde senão em vista da saúde, e nada impede que coisas que não são boas, juntas às coisas boas, não sejam preferíveis a maior número de coisas boas; por exemplo, que a felicidade junta a qualquer outra coisa que não é boa, não seja preferível à justiça, junta com a coragem. As mesmas coisas acompanhadas de prazer são preferíveis, se não acompanhadas de prazer. E as mesmas coisas indolores são preferíveis às dolorosas.

Qualquer outra coisa é também preferível no momento em que a sua consequência é maior, por exemplo, a ausência de dor é mais preferível na senectude do que na juventude, pois tem maiores consequências na velhice. Conforme a este princípio, a prudência é mais amável na velhice, pois ninguém escolhe os jovens para guias, porque ninguém os considera prudentes. Quanto à andria é o inverso: o exercício da andria na juventude é mais

imperativo e o mesmo ocorre com a sofrosíne, pois os jovens, mais do que os idosos, são perturbados pela cupidez.

É também mais amável o que for mais útil em qualquer tempo ou durante a maior parte do tempo, por isso que a justiça e a temperança são preferíveis à coragem, porque as duas primeiras são sempre úteis, enquanto a coragem só é útil em certos ensejos. Entre duas coisas, aquela que, se todos a possuem, faz com que a outra não se necessite, é mais desejável do que a outra que, sendo possuída por todos, não evita a necessidade da outra, como se vê no caso da justiça e da coragem; 117 b se toda a gente fosse justa, a coragem seria inútil, mas se toda a gente fosse corajosa, a justiça ainda seria útil.

Convém ainda extrair argumentos das corrupções e das abjecções, das gerações e das aquisições, e dos contrários, porque as coisas cuja destruição é mais evitável são em si mesmesmas preferíveis, e o mesmo é dizível das abjecções e dos contrários, porque uma coisa cuja perda é mais evitável, é por isso mesmo preferível. Quanto às gerações e às aquisições, a inversa é a verdadeira, porque as coisas cuja geração é mais amável são, por isso mesmo, mais amáveis.

Outro lugar comum — o que mais se aproxima do bem é melhor e preferível, isto é, o

que se mostra mais semelhante ao bem, por exemplo, a justiça, é melhor do que o homem justo. Cumpre preferir o mais semelhante a algo que é melhor do que outra coisa, por exemplo, Ajáx era, segundo alguns dizem, melhor do que Ulisses, porque era mais semelhante a Ulisses. Objectar-se-á que não é verdade, por nada obstar a que, nos aspectos em que Ulisses era melhor, Ajáx não se lhe assemelhasse mais do que Ulisses, e que Ulisses não fosse bom, caso não se assemelhasse a Ajáx. Há que ver se a semelhança é proposta com propósito ridículo, sendo por isso que o macaco se assemelha ao homem, enquanto o cavalo não se assemelha, pois que o macaco nem é tão belo como o cavalo, ainda que mais se pareça com o homem. Além disso, no caso de duas coisas, se uma for semelhante a uma melhor, e outra a uma pior, será melhor a mais semelhante à melhor. Ainda aqui, todavia, podemos objectar — nada obsta a que uma não seja ligeiramente semelhante à melhor e a outra fortemente semelhante à pior, se, por exemplo, Ajáx se parece ligeiramente com Aquiles, e Ulisses fortemente com Nestor. Pode ainda acontecer que o semelhante ao melhor se lhe assemelhe pelos aspectos piores, enquanto que o semelhante ao pior se lhe assemelhe pelos aspectos melhores, como

se vê na semelhança do cavalo com o burro e do macaco com o homem.

Outro tópico é o de que o bem mais evidente é preferível ao bem menos evidente, e o mais difícil ao que é menos difícil, pois apreciamos melhor a possessão do que não é de fácil aquisição. De igual modo, o próprio é preferível ao comum. É também preferível o que se acha mais isento de ligação ao mal, porque temos de amar mais o que não envolve qualquer dificuldade do que o que pode envolver alguma. Por outro lado, se A é absolutamente melhor do que B, o melhor do contido em A é melhor do que o melhor contido em B, por exemplo: se o homem é melhor que o cavalo, o melhor homem será também melhor do que o melhor cavalo, e, na inversa, se o melhor dos A for melhor que o melhor dos B, A é também, absolutamente melhor do que B, por exemplo: se o melhor homem é melhor do que o melhor cavalo, nesse caso, absolutamente falando, o homem é melhor do que o cavalo.

118 a As coisas das quais os nossos amigos podem partilhar são preferíveis àquelas de que não podem partilhar, e as coisas que preferimos fazer por um amigo são mais amáveis do que as que faremos por qualquer um, por exemplo: praticar a justiça e fazer o bem, mais do que parecer fazê-lo, pois preferimos

fazer um bem real aos nossos amigos do que parecer que o fazemos, enquanto, para os indiferentes, o que vale é a inversa.

Além disso, o que deriva do supérfluo é melhor do que o necessário, e, por vezes, também preferível, porque viver bem é melhor do que viver. Ora, viver bem é supérfluo, mas viver é em si mesmo necessário. Por vezes, o melhor não é o mais desejável, pois não é por uma coisa ser melhor que ela é necessariamente mais desejável, por exemplo: filosofar é melhor do que enriquecer, mas não é o melhor para o que carece do necessário. O supérfluo diz-se quando, possuindo o necessário, trabalhamos para obter mais do que o necessário. Falando com rigor, talvez o necessário seja preferível e, o supérfluo, melhor.

O que não se pode conseguir de outro é preferível ao que também se pode conseguir de outro, por exemplo, da justiça em relação à coragem. Entre duas coisas cumpre preferir A a B, se A for desejável sem B, enquanto B não é desejável sem A, por exemplo: o poder não é desejável sem a prudência, mas a prudência é desejável sem o poder. E se entre duas coisas repudiarmos uma para conseguirmos outra, a preferível é essa que queremos parecer possuir, assim: negamos que somos laboriosos, para que nos julguem engenhosos.

De resto, é mais desejável aquilo cuja ausência é menos reprovável na infelicidade e, reciprocamente, isso cuja ausência se torna mais reprovável, quando não estamos na infelicidade, é preferível.

3

Do que pertence à mesma espécie, o que dispõe da virtude própria da espécie é preferível ao que não dispõe dela, e, se ambos a possuírem, cumpre preferir o que a tem em maior grau.

Se uma coisa torna boa aquilo em que se acha presente, enquanto outra não o torna bom, cumpre preferir o que torna a coisa boa, tal como o que aquece é mais quente do que o que não aquece. E se ambas as coisas tornarem boa a coisa, importa preferir a que a torna melhor, ou a que faz boa a coisa que é melhor e mais importante, se, por exemplo, uma fizer a alma boa, e, a outra, o corpo bom.

Além disso, cumpre considerar os nomes segundo as inflexões, os seus usos, as suas acções e as suas operações e, inversamente, considerar estas por aquelas, por haver entre elas recíproca coordenação. Por exemplo, se *justamente* é preferível a *corajosamente*, e se a justiça é preferível à coragem, *justamente* é

também preferível a *corajosamente*, e assim por diante.

Se, para um mesmo sujeito, um dos predicados for um bem maior, e outro menor, cumpre preferir o maior; e se um pertencer a um sujeito mais elevado, ele também será maior. Aliás, se houver dois preferíveis a um só, o mais preferível é preferível ao menos preferível. E quando o excesso de um é preferível ao excesso de outro, é por si mesmo preferível a este outro, por exemplo: a amizade é preferível às riquezas, porque o excesso de amizade é preferível ao excesso de riquezas. E também o que se preferiria por si mesmo, pelo seu esforço e causa, é preferível ao que se receberia de outro: os amigos são preferíveis às riquezas. 118 b

Também podemos julgar pelo argumento de adição, e ver se a adjunção de A à mesma coisa que se adita a B torna o todo mais amável do que a simples adição de B, embora nos guardemos de tornar este tópico extensivo a isso cujo termo comum tem por instrumento uma das adições, ou disso nos sirvamos de qualquer outro modo, como se vê neste exemplo da serra e da foice aditadas à carpintaria, porque a serra é preferível nesta combinação com a arte da carpintaria, ainda que não seja em si mesma absolutamente desejável. De resto, uma coisa é preferível, se,

adicionada a uma menos boa, torna o todo melhor. Também podemos extrair argumento de toda a subtracção — porque, naquilo mediante cuja subtracção o resto vem a ser um bem menor, pode considerar-se como bem maior, seja qual for a coisa que torna o resto um bem menor.

Se algo é por si mesmo desejável, e outro somente desejável por vaidade, nesse caso a saúde é preferível à beleza. Definimos como desejável por vaidade isso que não desejaríamos possuir, se não conhecêssemos, e uma coisa é mais desejável se for simultaneamente desejável por si mesma e por vaidade, embora outra coisa só seja desejável de um dos modos. Tudo quanto é precioso por si mesmo é também melhor e preferível; uma coisa é mais preciosa em si mesma se a escolhemos de preferência por si mesma, mesmo que seja provável que dela não nos venha qualquer outra consequência.

Importa distinguir ainda quais os significados da palavra preferível e em vista de quais fins: a utilidade, a bondade ou o prazer. O que é útil para todos ou para a maior parte é preferível ao que é menos útil. Se as mesmas utilidades forem inerentes a duas coisas, importa saber qual delas as possui em maior grau, por exemplo, qual das duas é mais agradável, ou mais bela, ou mais útil. O que se

faz em vista de um melhor fim é também preferível, pois o que se faz por causa da virtude é preferível ao que se faz em vista do prazer. O mesmo se diz das coisas a evitar, importando evitar de preferência o que se opõe ao desejável, por exemplo, a saúde mais do que a fealdade, porque a doença se opõe mais ao prazer e à virtude.

Além disso, podemos argumentar pela demonstração de que a coisa em questão tanto é evitável como desejável, porque uma coisa deste género, a qual podemos, já desejar, já recusar, é menos desejável do que outra que seja apenas desejável. Por isso, as comparações das coisas entre si devem ser feitas conforme prescrevemos.

4

119 a Estes mesmos tópicos são úteis para mostrar que uma coisa qualquer é, ou simplesmente desejável, ou simplesmente evitável, bastando deduzir o elemento *mais* que damos a uma coisa contra a outra. Se o que é mais precioso é mais desejável, o que é precioso é também desejável, e se o que é mais útil é mais desejável, o que é útil é também desejável, e assim sucessivamente para tudo quanto admite este tipo de comparação. Para certos termos, no entanto, é pela comparação de um a outro que afirmamos que cada um

deles, ou que um deles, é desejável, por exemplo: quando dizemos que uma coisa é boa por natureza, e que outra não é boa por natureza, pois o que é bom por natureza é obviamente desejável.

5

Os tópicos relativos ao mais e ao menos devem ser assumidos com a maior universalidade possível, porque, entendidos deste modo, servem a um maior número de problemas. É possível tornar mais universais alguns dos tópicos referidos, mediante uma ligeira alteração prosogógica, por exemplo — o que é tal por natureza é mais tal do que o que não é tal por natureza, e se uma coisa reveste de si mesma o sujeito que a possui, enquanto outra não o reveste, tudo o que faz tal é também mais tal do que o que não faz tal; e se ambas fizerem tal, a que o fizer melhor dá-o em grau maior.

Se, num dado aspecto, quando a uma mesma coisa, um predicado é mais tal e outro menos tal, e se um é mais tal do que um terceiro é tal, enquanto o outro não é, torna-se evidente que o primeiro será mais tal. De resto, podemos extrair argumento da adição e ver se A junto à mesma coisa que B torna o todo mais tal do que B, ou se, quando junto

a uma coisa que é menos tal, torna o todo mais tal. O mesmo acontece se procedermos por subtracção, porque o que, uma vez subtraído, torna o resto menos tal, é em si mesmo mais tal. E as coisas que se acham menos misturadas com os seus contrários são também mais tal, por isso que é mais branco o que se acha menos misturado com o preto.

Além dos tópicos anteriormente versados, possui carácter em maior grau o que admite mais a definição própria do carácter dado, por exemplo: se a definição de branco é uma cor dissociante da visão, é mais branco o que é mais cor dissociante da visão.

6

Se o problema for posto na particular e não na universal, podem aplicar-se em primeiro lugar todos os tópicos universais que enumerámos, que permitem construir ou destruir uma tese. Construindo ou destruindo a tese universal, provamos também a particular — se o predicado se predica de todo A, também se predica de qualquer A, e se não se predica de nenhum A, também não se predica de qualquer A. Os mais cómodos e os mais comuns dos tópicos são os que se extraem dos opostos, dos coordenados e das inflexões, pois são igualmente prováveis, já

a proposição se todo o prazer é um bem, toda a dor é um mal, já a proposição se algum 119 b prazer é um bem, alguma dor é um mal. Por outro lado, se algum sentido não é uma capacidade, então, alguma carência de sentido não é uma carência de capacidade, e se qualquer objecto de opinião é objecto de ciência, qualquer opinião é também ciência; e se algo injusto é um bem, qualquer justo é um mal. Mais, se algo feito justamente é um mal, qualquer feito injustamente é um bem; e se algo agradável é evitável, qualquer prazer é também evitável. Conforme ainda ao mesmo tópico, se algo agradável é útil, algum prazer é útil. No que inere aos agentes de destruição, as gerações e as corrupções, o mesmo é dizível. Se qualquer agente de destruição do prazer ou da ciência é um bem, o prazer ou a ciência também pertencerão ao que é mal. Se qualquer destruição da ciência é um bem, ou se qualquer geração da ciência é um mal, qualquer ciência será um mal, por exemplo: se esquecer uma conduta indigna é um bem, e se lembrá-la é um mal, então o conhecimento da conduta indigna é um mal, e assim por diante: as premissas e a conclusão são igualmente prováveis em todos estes casos.

Também podemos extrair argumento do *mais*, do *menos* e do *igual*, porque se algo que depende de outro género é mais de tal

qualidade que o que depende do género em questão, e se nenhuma das coisas deste outro género é de tal qualidade, o sujeito desta questão também não será mais de tal qualidade, por exemplo: se qualquer ciência é mais um bem que o prazer, e sendo que nenhuma ciência é um bem, também o prazer não é um bem. E do mesmo grau e do menos podemos extrair argumento de igual modo: será então possível construir e refutar uma tese, embora, com a ajuda do mesmo grau, possamos simultaneamente refutar e construir uma tese, enquanto com o menos a podemos apenas construir, e não refutar. Se qualquer capacidade é um bem em igual grau, como a ciência, e se alguma capacidade é um bem, a ciência também é um bem, mas se nenhuma faculdade é um bem, a ciência não é um bem. Se, além disso, qualquer capacidade é um bem menor do que a ciência, e se qualquer capacidade é um bem, a ciência é um bem; mas, se nenhuma capacidade é um bem, não se segue necessariamente que nenhuma ciência é um bem. Por isso, partindo do menos, só podemos construir uma proposição.

Mediante outro género podemos refutar uma tese, que podemos refutar ainda mediante o mesmo género, tomando-se o que é mais de tal qualidade, por exemplo, se foi aduzido que qualquer ciência é um bem, tendo

sido também provado que a prudência não é um bem, nenhuma outra ciência será um bem, pois mesmo a espécie para a qual o mais foi admitido não é tal. Mais, podemos proceder mediante uma hipótese, admitindo que, se o predicado pertence, ou não pertence, a um só sujeito, também pertence, ou não pertence, a todos no mesmo grau, por exemplo: se a alma humana é imortal, também as outras almas o são, e se esta alma não é imortal, as outras também não são imortais. Se propusemos que o predicado se diz de qualquer sujeito, temos de provar que não se diz de qualquer sujeito, pelo que, por hipótese, se concluirá que não se diz de nenhum. Se, pelo contrário, se propôs que o predicado não se diz de qualquer sujeito, temos de provar que ele 120 a se diz de qualquer sujeito, pois deste modo se concluirá que se diz de todos. Admitindo esta hipótese, tornamos universal um problema enunciado como particular, porque pensamos que, concedendo o particular, concedemos o universal, pois de momento se julga que o predicado que se diz de um único sujeito, se diz analogamente de todos.

Quando o problema é indefinido[79], só há um modo de refutar. Se, por exemplo, o interlocutor afirmou que o prazer é um bem, ou não é um bem, sem juntar qualquer outra definição. Supondo que o interlocutor queria

dizer que qualquer prazer é um bem, importa demonstrar universalmente que nenhum prazer é um bem, caso desejemos destruir a proposição aduzida. Ainda mais, supondo que o interlocutor quis afirmar que algum prazer não é um bem, importa demonstrar o universal de que todo o prazer é um bem, de outro modo a refutação não é possível. Se provarmos que algum prazer não é um bem, ou que é um bem, a proposição aduzida ainda não se acha refutada. Temos, portanto, ser possível refutar de um só modo, embora se possa afirmar de dois modos. Quer mostremos universalmente que todo o prazer é um bem, ou que algum prazer é um bem, teremos provado a proposição aduzida. Se nos pedirem para discutirmos que algum prazer não é um bem, e provarmos que nenhum prazer é um bem, ou que algum prazer não é um bem,teremos de igual modo argumentado mediante dois modos, na universal e na particular, para mostrar que algum prazer não é um bem. Se a tese for definida, a refutação é de dois modos possível: se foi proposto que a bondade pertence a algum prazer, mas não pertence a outro, pois, quer provemos que todo o prazer é um bem, ou que nenhum prazer é um bem, a proposição aduzida terá sido refutada. Se o opositor propôs que só um prazer é um bem, de três modos a refutação é factível: ou

provando que todo o prazer é um bem; ou que nenhum prazer é um bem; ou que mais de um prazer é um bem; teremos refutado a proposição aduzida. Se a tese foi ainda mais definida, seja, que a prudência é a única das virtudes que é ciência, podemos refutá-la de quatro modos: provando que toda a virtude é ciência; que nenhuma virtude é ciência; ou que alguma outra virtude, seja a justiça, é também uma ciência; ou que a prudência não é uma ciência, já que, destes modos, a tese proposta terá sido refutada.

Convém atentar ainda nos casos singulares, em que algum predicado foi afirmado como predicando ou não predicando o sujeito, como ocorre fazer-se nos problemas universais. Além disso, são de considerar os géneros, dividindo-os segundo as espécies, até atingirmos os indivisíveis, tal como dissemos atrás, porque: quer o predicado apareça como predicando todo A, ou como não predicando nenhum A, cumpre, após apresentação de vários exemplos, postular, ou que o opositor aceita universalmente a tese, ou que apresenta um exemplo negativo, pelo qual prova que não é bem assim. Por outro lado, quando pudermos dividir o acidente, seja em espécie, seja em número, cumpre examinar se nenhuma destas formas lhe pertence, por exemplo: que o tempo não se move e que não é

movimento, depois de enumeradas quais as espécies de movimento. Se nenhuma destas definições predicar tempo, é evidente que o tempo não se move, e que não é um movimento. Também podemos mostrar que a alma não é um número, depois de termos dividido todo o número em par e ímpar, porque a alma nem é ímpar, nem par, logo se tornando claro que a alma não é um número [80]. No que respeita ao acidente, há que operar servindo-nos de meios como estes, e pelo método exposto. 120 b

LIVRO IV

1

A seguir, eis os tópicos pertinentes ao género e ao próprio, que cumpre considerar. São eles os elementos dos tópicos relativos às definições, ainda que raramente sejam objecto da inquirição dos dialectas.

Se tiver sido proposto o género de algo, temos, antes de mais, de atentar em tudo quanto inere ao género desse algo, para vermos se há algo a que o género não inira, tal como procedemos acerca do acidente: se o bem for aduzido como género do prazer[81] há que ver se algum prazer não é um bem, pois, se assim for, logo se conclui que o bem não é género do prazer, visto que o género se diz de tudo quanto se subordina à mesma espécie. Em segundo lugar, temos de analisar se o género se predica da categoria da essência apenas enquanto acidente, assim ao modo como se diz que o branco se predica da neve, ou

auto-móvel da alma [82]. Neve não é, deveras, uma espécie de branco, pelo que o branco não é género de neve, e alma não é por essência o que se move, sendo o seu movimento um acidente, tal como para o animal são acidentes o andar e o estar andando. A expressão *o que se move* não significa a essência, mas acção ou paixão, o mesmo ocorrendo com branco, pois ele exprime, não a essência da neve, mas uma dada qualidade da neve. Por isso, nenhum destes dois termos é afirmado como categoria essencial.

Há que considerar de modo especial a definição de acidente, e ver se ela se adequa ao género mencionado, como se vê nos exemplos citados: é possível a uma coisa automover-se e não se automover, ou ser branco ou não ser branco. Portanto, nenhum destes predicados é um género, antes são um acidente, já que designámos por acidente o que pode predicar ou não predicar um sujeito.

Há também que ver se o género e a espécie não se acham na mesma diarese, e se um é substância enquanto o outro é qualidade, ou um é um relativo e outro uma qualidade, como neste exemplo: neve e cisne são uma substância, mas branco não é uma substância, é uma 121 a qualidade, de modo que branco não é género, nem de neve, nem de cisne. Outro exemplo: a ciência pertence ao número dos relativos,

mas bem e belo são uma qualidade, de modo que ou bem ou belo não são o género da ciência, visto que os géneros dos relativos devem pertencer aos relativos, como no caso de dobro, pois que múltiplo, género de dobro, também pertence por si próprio aos relativos. Enfim, é necessário que o género se encontre na mesma divisão de espécie. Se a espécie é substância, o género também deve ser substância, e se a espécie é uma qualidade, o género também deve ser uma qualidade: se branco é uma qualidade, cor também é uma qualidade, e assim por diante.

Há que ver também se é necessário ou contingente que género participe do sujeito classificado dentro do género. Participar define-se: receber a definição do que é participação. Temos, assim, que as espécies participam dos géneros mas os géneros não participam das espécies. A espécie recebe a definição do género, mas o género não recebe a definição da espécie. Convém portanto verificar se um dado género participa ou pode participar da espécie, se, por exemplo, quisermos apresentar algo como género de ente ou de uno; então, a consequência é que o género participará da espécie, porque ente e uno[83] são afirmados de tudo quanto existe e, portanto, também a sua definição.

Além disso, há que ver se a espécie pro-

posta é verdadeira, enquanto o género não é verdadeiro. Se, por exemplo, ser objecto de ciência foi proposto como género do objecto de opinião. Como se sabe, objecto de opinião [84] é afirmável do não-ser, pois muitas coisas que não há são objectos de opinião, enquanto é óbvio que o ser ou o objecto da ciência não se afirmam do não-ser, de onde resulta que nem o ser, nem o objecto da ciência, são o género de objecto de opinião. Aquilo de que se predica a espécie deve também predicar-se o género.

Depois, há que ver se o termo situado no género não é participante de nenhuma das espécies, pois é impossível que o que não participa de qualquer espécie participe do género, salvo se for uma das espécies obtidas na primeira divisão, já que só estas participam do género. Se, pois, se afirmou a moção como género do prazer, cumpre ver se o prazer não é, nem uma locomoção, nem uma alteração, nem nenhum dos outros movimentos, pois então torna-se evidente o não poder participar de nenhuma das espécies, nem, por conseguinte, de nenhum género, dado que o participante do género é também partícipe das espécies. Portanto, o prazer não poderá ser uma espécie de movimento, nem tão-pouco ser um dos fenómenos individuais abrangidos pelo termo movimento, pois os particulares

partilham simultaneamente do género e da espécie, por exemplo, homem singular participa de homem e de animal.

Há que ver também se o termo proposto sob o género não tem uma extensão maior do que o género, por exemplo: o opinável é mais extenso do que o ser, pois tanto o ser como o não-ser são opináveis, de modo que o opinável não é uma espécie do ser, pelo que o género é mais extenso do que a espécie. E de igual modo ainda, cumpre ver se a espécie e o género têm igual extensão, se, por exemplo, os predicados predicáveis de todos os sujeitos, um se acha afirmado como espécie e outro como género, por exemplo, ser e uno. Com efeito, ser e uno predicam-se de todos os sujeios, de modo que nenhum deles é género do outro, e a sua extensão é igual. Ainda mais: se puséssemos a origem [85] e o princípio como subordinados um do outro, porque o princípio é origem, e a origem princípio, de modo que, ou estas duas expressões são uma e a mesma, ou, pelo menos, nenhuma delas é género da outra. O aspecto capital a reter em todos os casos análogos é o de que o género deve ser mais extenso do que a espécie e do que a diferença, porque também a diferença é menos extensa do que o género.

121 b

É necessário ver também se o género enunciado nem é, nem pode parecer o género

de algo não especificamente diferente do sujeito enunciado, ou, quando se propõe uma tese, se ele é o género de um dos sujeitos. Tudo quanto não difere na espécie tem o mesmo género. Se de uma só que seja tivermos provado ser género, logo ela é género de todas, e se de uma só que seja tivermos provado que não é género, ela não é género de nenhuma, como se, por exemplo, tendo aduzido as linhas indivisíveis, pretendemos que indivisível é o género. O termo mencionado não é género das linhas divisíveis, e estas não diferem na espécie das linhas divisíveis, pois as linhas rectas não são diferentes umas das outras na espécie.

2

Também se deve examinar se há outro género para a espécie aduzida, que nem contenha o género aduzido, nem lhe seja subordinado, por exemplo: se aduzimos que a ciência é género de justiça, pois a virtude é também aí o género, e nenhum destes dois géneros contém o outro, assim que a ciência não poderia ser o género da justiça, já que parece que, sempre que uma única espécie é subordinada de dois géneros, um fica compreendido no outro. Uma regra deste quilate suscita uma dificuldade em vários casos; al-

guns opinam que a prudência é simultaneamente virtude e ciência, embora nenhum destes dois géneros se ache contido um pelo outro. Há quem opine que a prudência seja ciência, mas, mesmo aceitando a verdade deste juízo, parecerá pelo menos necessário que os géneros de um mesmo sujeito sejam subordinados um do outro, ou que ambos sejam compreendidos pelo mesmo género, como no caso de virtude e de ciência, pois ambas se acham compreendidas no mesmo género, uma vez que ambas são, cada uma de per si, um estado e uma disposição. Por conseguinte, é preciso ver se nenhum destes neutros pertence ao género aduzido, pois se os géneros não forem subordinados um ao outro, e se não pertencessem ao mesmo género, o termo aduzido não poderá constituir o género. 122 a

Cumpre ainda considerar o género do género e assim sucessivamente, subindo até ao género superior, e ver se todos se afirmam da espécie e se são afirmados por definição, porque todos os géneros superiores devem ser predicados da espécie por definição. Se esta regra falhar nalgum caso, então o termo aduzido não é género. [Cumpre ainda ver se o género participa da espécie, seja em si mesmo, seja um dos seus superiores, pois o género superior não participa dos géneros inferio-

res] [80]. Se tivermos de refutar uma tese, cumpre obedecer a esta regra que ora demos, mas se tivermos de enunciar a tese, e uma vez admitido que o termo enunciado como género também se predica da espécie, e subsistindo a dúvida somente quanto à sua predicamentação enquanto género, basta demonstrar que um dos géneros superiores é afirmado por definição da espécie; se um só deles for predicado por definição, tanto os que lhe são superiores como os que lhe são inferiores, uma vez ditos da espécie, sê-lo-ão por essência, de modo que o termo aduzido como género é, também ele, aduzido como essência. A premissa: quando um género se predica na categoria da essência todos os outros, sendo absolutamente predicados, se predicarão da categoria da essência, pode garantir-se por epagoge. No entanto, se o duvidoso for que o termo afirmado como género corresponde em absoluto à espécie, não basta demonstrar que um dos géneros superiores se afirma da espécie por essência, por exemplo: se aduzimos a locomoção como género de andar, não basta provar que andar é um movimento para demonstrar que andar é uma locomoção, uma vez haver outras espécies de movimento, mas importa provar também que andar não participa de nenhuma das espécies de movimento resultante da mesma divisão, exceptuando a

locomoção. O que participa do género participa também necessariamente de alguma das espécies resultantes da primeira divisão do género; logo, se andar não participa, nem do aumento, nem da diminuição, nem de nenhuma das outras espécies de movimento, é claro que andar participará da locomoção, pelo que locomoção será o género de andar.

Há que ver ainda, quanto às coisas cuja espécie se aduz como se fosse género, se o aduzido como género é também afirmado por essência das próprias coisas às quais também se predica a espécie, e, de modo análogo, se todos os géneros superiores a este género também o são. Se, nalgum aspecto, esta concordância falhar, é claro que o termo aduzido não é o género, pois, se fosse o género, todos os géneros superiores a ele, e ele mesmo, se afirmariam por essência dessas coisas cuja espécie também se afirma por essência. Se tivermos de refutar uma tese, é útil ver se o género não vem afirmado como essência dessas coisas cuja espécie também é afirmada. Se tivermos de construir uma tese, é útil ver se o género se afirma por essência, porque, 122 b se assim for, daí resultará que o género e a espécie serão afirmados essencialmente do mesmo sujeito, de modo que o próprio sujeito é subordinado de dois géneros. Estes géneros devem ser necessariamente subordi-

nados um do outro e, logo, se provámos que o termo que desejámos aduzir como género não for subordinado da espécie, é claro que a espécie lhe será subordinada, pelo que, afinal, teremos demonstrado que esse termo é o verdadeiro género.

É preciso considerar ainda as definições dos géneros, e ver se elas se ajustam tanto à espécie como ao que participa da espécie. É necessário que as definições dos géneros sejam ditas da espécie e dos sujeitos que participam da espécie; se, portanto, nalgum aspecto, não houver esta concordância, é claro que o termo aduzido não é o género.

Também há que ver se o opositor apresentou a diferença como se fosse o género, por exemplo, imortal como género de Deus, pois imortal é uma diferença do animado, uma vez que, entre os animados, há os mortais e os imortais. Logo é evidente ter o opositor errado, pois a diferença nunca é género de algum sujeito. Que isto é verdadeiro, eis a evidência: nenhuma diferença exprime a essência, senão alguma qualidade, como pedestre e bípede.

Há que ver ainda se o opositor colocou a diferença no género, assumindo, por exemplo, ímpar como número, porque ímpar é uma diferença do número, não uma espécie, e também não parece que a diferença participe do

género, pois o que participa do género é sempre, ou espécie, ou indivíduo, enquanto a diferença não é, nem espécie, nem indivíduo. Temos, assim, que a diferença não participa do género, pelo que ímpar não é uma espécie, sendo uma diferença, uma vez não participar do género.

De igual modo, cumpre saber se o opositor colocou o género na espécie, tomando, diga-se, o contíguo[87], ou a mistura por fusão, ou, como na definição dada por Platão[88], locomoção por transporte. Não é efectivamente necessário que o contacto seja um contínuo, ainda que, na inversa, o contínuo seja um contacto, pois nem todo o contíguo é todo contínuo, enquanto o contínuo é contíguo. O mesmo com os demais exemplos: nem toda a mistura é uma fusão — a mistura dos secos não é uma fusão — nem tão-pouco o transporte é uma locomoção, pois andar não é, ao que parece, um transporte; transporte diz-se do que passa de um lugar para outro sem vontade própria, como se vê no caso dos inanimados. Temos, então, que, nos exemplos dados, a espécie é mais extensa do que o género, contrariamente ao que deveria ser.

Há ainda que olhar e ver se o opositor aduziu a diferença na espécie tomando, por exemplo, imortal como se Deus fosse, pois daí resultará que a extensão da espécie é

igual ou superior à diferença, enquanto, segundo a regra, a diferença tem sempre uma extensão igual ou superior à espécie. De resto, 123 a é preciso ver se o opositor colocou o género na diferença, afirmando, por exemplo, que a cor seja uma coisa que trespassa, ou que o número é um ímpar. Também é preciso ver se o opositor mencionou o género como diferença, por ser possível formular um juízo deste tipo, dizendo, por exemplo, que mistura é a diferença de fusão, ou que o transporte é a diferença de locomoção. O exame de todos os casos deste tipo tem de efectuar-se com a ajuda das mesmas regras, porque os lugares são comuns a todos. Ao mesmo tempo, é sempre necessário que o género seja mais extenso do que a diferença, e que não participe da sua diferença, mas se for tomado pela forma indicada, nenhuma das duas regras indicadas opera: o género será ao mesmo tempo menos extenso do que a diferença e participará desta diferença. Se, além disso, nenhuma das diferenças do género for predicado da espécie, também o género não será predicado: da alma não predicamos que é ímpar, nem par, de modo que a alma não é um número [89]. Além disso, cumpre ver se a espécie é por natureza anterior ao género, e se oculta o género quando ela se oculta, pois, segundo parece, o contrário é que deve

ser. Por outro lado, se o género, ou a sua diferença, podem estar ausentes da espécie, por exemplo, se o movimento está ausente da alma, e se verdade e falsidade se acham ausentes de opinião, então nenhum destes termos será, ou género, ou diferença, parecendo que o género e a diferença acompanham a espécie, enquanto esta subsiste.

3

Há que ver ainda se o que se acha no género participa, ou pode participar, de algum contrário do género, porque, nesse caso, o mesmo sujeito participa simultaneamente dos contrários, pois que o género não se lhe acha ausente, pelo que ele participa, ou é participante, do género contrário. Por outro lado, cumpre ver se a espécie partilha de algum predicado que não possa pertencer aos sujeitos subordinados ao género, por exemplo, se a alma participa da vida, e como nenhum número pode ter vida, a alma não pode ser uma espécie de número. Também é preciso ver se a espécie é um homónimo do género, para tanto nos servindo dos princípios elementares já indicados, porque o género e a espécie são sinónimos.

Como todo o género compreende várias espécies, temos de ver se é impossível haver

outra espécie que seja predicável do género indicado; se o não houver, o termo enunciado não pode ser de modo nenhum o género. Mas cumpre examinar se, ao enunciar o género, o opositor utilizou uma metáfora, como ao dizer, por exemplo, que a moderação é uma harmonia, porque todo o género é literalmente predicável das suas espécies, embora a harmonia não seja predicada da temperança em literal acepção, mas por metáfora, pois a harmonia só se predica dos sons.

123 b Além disto, necessitamos de ver se há algum contrário à espécie, e este exame é diversamente factível. Antes de mais, temos de ver se o contrário também se acha no mesmo género, como a espécie, quando o género não tem contrário, porque os contrários devem ser do mesmo género, caso não haja contrário do género; mas, se o género tiver um contrário, cumpre examinar se o contrário da espécie se acha no género contrário, porque a espécie deve achar-se necessariamente no género contrário, sempre que haja algum contrário do género. Cada um destes aspectos é indutivamente verificável.

Há também que ver se o contrário da espécie não se acha de modo absoluto em qualquer género, sendo ele mesmo um género, por exemplo, no caso do bem: se este

termo não se acha em um género, o contrário respectivo também não se achará em um género, mas será por si mesmo um género, como se vê em bem e mal, pois nenhum destes se acha num género, porque cada um deles é um género. Além disso, temos de ver se o género e a espécie são simultaneamente contrários de algo, e se um par destes contrários tem um termo médio, embora o outro não o tenha. Se os géneros tiverem um termo médio, as espécies também terão um, e se as espécies têm um, os géneros também terão um, como vimos nos exemplos da virtude e do vício, da justiça e da injustiça, onde há um termo médio para cada uma destas parcerias ou pares. Objectar-se-á que saúde e doença não apresentam termo médio, ainda que haja um médio entre bem e mal. Ainda temos de ver se, havendo um médio simultâneo, tanto para os géneros como para as espécies, este médio não se comporta igualmente em ambos os casos, sendo, num, uma pura negação e, noutro, um sujeito. A vulgar opinião é a de que o termo intermédio deve comportar-se de igual modo em ambos os casos, como nos exemplos relativos de virtude e vício, justiça e injustiça, porque, em cada uma destas coplas, o intermédio funciona como pura negação. Por outro lado, quando o género não tem contrário, temos de exa-

minar, já se o contrário da espécie se acha no mesmo género, já se o intermédio aí se acha, porque, onde os extremos se acham também se acha o médio, como no exemplo de branco e de preto: a cor é simultaneamente o seu género e o de todas as cores intermédias. Podemos objectar que a carência e o excesso são do mesmo género, porque ambos são subordinados do mal, enquanto que a justa medida — o meio termo — não é subordinado do mal, mas do bem. Cumpre examinar ainda se, enquanto o género tiver algum contrário também a espécie o terá, como nos exemplos de virtude, contrário de vício, e de justiça, contrário de injustiça. Se considerarmos outros exemplos, veremos com nitidez que é bem como dizemos. Objectaremos com o exemplo de saúde e de doença: a saúde é em geral o contrário de doença, mas uma doença qualquer, que é uma espécie de doença, não é contrário de algo, como sucede com os casos de febre, oftalmia, ou qualquer outra doença em particular.

124 a Caso desejemos refutar uma tese, teremos de proceder a uma análise segundo diversos modos: se os predicados mencionados não pertencerem ao género proposto, é porque o termo proposto não é género, mas se pretendermos levantar uma tese, dispomos de três

vias. Primeiro, ver se o contrário da espécie se acha no género indicado, quando o género não tiver contrário — se o contrário se achar no género, resulta que a espécie aduzida também se encontra no género. Depois, temos de ver se a espécie intermédia se acha no género aduzido, pois os extremos acham-se onde se achar o médio. Por fim, quando houver um contrário para o género, cumpre ver se a espécie contrária se acha no género contrário, porque, se ela se achar nele, resulta que a espécie aduzida também se acha no género aduzido.

De resto, é preciso atentar nas inflexões e nos termos coordenados, e ver se eles se seguem de igual modo, seja na refutação, seja na enunciação da tese, pois todo o predicado que se diz, ou não diz, de um só termo, diz-se ou não se diz simultaneamente de todos os demais, por exemplo: se justiça é uma ciência, *justamente* significa *sabiamente* e *justo sábio,* mas se uma destas coisas não for assim, também as demais o não são.

4

Há que ter em conta também os casos que apresentam uma relação análoga entre si. Por exemplo, agradável é para o prazer o que útil é para o bem, porque, em cada um dos casos, um é produto do outro. Se o prazer é

por essência um bem, o agradável também será por essência um útil, pelo que será um agente do bem, uma vez que o prazer é um bem. De análogo modo cumpre ver os casos das gerações e das corrupções: se *construir* é ser activo, *ser construído* é ter sido activo; se aprender é recordar, ter aprendido é ter recordado; e se ser dissoluto é ser destruído, ter sido dissoluto é ter sido destruído, pois a dissolução é uma espécie de destruição. O mesmo acontece quanto aos agentes de geração e de corrupção, e bem assim quanto às aptidões e aos usos e, de um modo geral, seja na construção, seja na destruição de uma tese, é preciso considerar os casos à luz de alguma analogia, tal como dissemos quanto à geração e à corrupção. Se o agente de destruição é um agente de dissolução, então, *ser destruído* é *ser dissoluto*, e se o agente de geração é um agente de produção, *ser gerado* é também *ser produzido*, e a geração é uma produção. Quanto às aptidões e aos usos o mesmo se verifica: se a potência é uma disposição, ser capaz é também estar disposto, e se o uso de algum instrumento é uma actividade, usar é actuar, e ter usado, ter actuado. Se o oposto da espécie for uma privação, a tese é refutável de dois modos. Primeiro, vendo se o oposto se acha no género proposto, porque, ou a privação nunca se acha

absolutamente no mesmo género, ou pelo menos não se acha no género próximo, por exemplo: se o género próximo que contém a vista é a sensação, a cegueira não será uma sensação. Segundo, se houver uma oposição simultânea ao género e à espécie, mas o oposto da espécie não se acha no oposto do género, a espécie dada também não pode achar-se no género dado. Quando se refuta uma tese, temos de usar as regras indicadas, mas quando a enunciamos, há só um método: se a espécie oposta se acha no género oposto, também a espécie aduzida se achará no género aduzido, por exemplo: se a cegueira é uma espécie de anestesia [90], a vista é uma espécie de estesia.

124 b

É preciso verificar as negações [91] e inverter a ordem dos termos, tal como procedemos no acidente. Se o agradável é por essência um bem, o que não é um bem não é agradável, pois, se assim não fosse, até algo não-bom seria agradável. Sendo o bem o género de agradável é impossível que algo não-bom seja agradável, pois as coisas de que o género não se predica também não se predica das respectivas espécies. Temos de proceder ao mesmo exame na construção da tese, porque, se o que não é bom não é agradável, o agradável é um bem, pelo que bem é o género de agradável.

Se a espécie for um termo relativo, temos de ver se também o género é relativo, porque, se a espécie se acha nos relativos, também o género se acha, como vemos nos casos de dobro e de múltiplo, ambos relativos. Se o género estiver no número dos relativos, já não é necessário que o mesmo aconteça com a espécie, por isso que ciência é um termo relativo, embora Gramática não seja um termo relativo. Ou quiçá nem o primeiro juízo se considere verdadeiro, porque a virtude é por essência algo de belo e, por essência, um bem, e, no entanto, embora virtude seja uma relação, o bem e o belo não são relações, mas qualidades. Há que ver também se a espécie deixa de utilizar-se na mesma relação quando ela se utiliza pelo seu próprio nome, e quando se designa pelo nome do respectivo género, por exemplo: se dobro é o dobro de metade, é porque o múltiplo é múltiplo da metade, de outro modo o múltiplo não seria o género do dobro.

Não obstante, é preciso ver se o termo deixa de utilizar-se na mesma relação, já quando se designa pelo nome do seu género, já quando se designa pelos nomes de todos os géneros do seu género. Se dobro é múltiplo de metade, excesso também se dirá de metade, e, de um modo geral, o dobro dir-se-á de todos os géneros superiores relativos à metade. Po-

demos objectar que não é necessário que um termo seja dito em relação a uma mesma coisa quando se designe pelo próprio nome, ou quando se designe pelo nome do seu género, porque a ciência é dita ciência do seu objecto, embora seja dita um estado e uma disposição, não do seu objecto, mas da alma.

Veja-se ainda se o género e a espécie se empregam de igual modo nas suas derivações, por exemplo, se são ditos *a algo* [92], *de algo* [93], ou de algum outro modo, porque o género tem a sorte da espécie, como nos casos de dobro e dos seus géneros superiores, uma vez que dizemos simultaneamente *dobro de*, e *múltiplo de*. O mesmo sucede no caso de ciência, porque ciência em si mesma e os respectivos géneros, por exemplo, a disposição e o hábito, 125 a dizem-se ser de algo. Podemos objectar que, às vezes, não é assim, porque dizemos *superior a*, e *contrário a*, enquanto outro, que é o género destes termos, conduz, não a *a* mas a *que*, pois dizemos *outro que*.

Há que olhar ainda a se os termos utilizados de modo semelhante nos casos das palavras não são de igual modo convertíveis, como sucede com dobro e múltiplo. Cada um destes termos diz-se de alguma coisa, já em si mesma, já por conversão, pois tanto dizemos *metade de* como *fracção de*. O mesmo quanto à ciência e à opinião: elas dizem-se de algo e,

por conversão, objecto de ciência e objecto de opinião também se dizem objectos *para.* Se, nalguns casos, as construções não forem iguais, é porque um termo não é o género de outro.

A seguir, vejamos se a espécie e o género deixam de usar-se em igual número de casos, pois em geral admitimos que ambos se dizem de modo análogo e para um mesmo número de casos, como ocorre, por exemplo, com *doação* e *dom*, pois doação é de algo ou a algo, e dom é de algo a algo, e dom é o género de doação, e doação é um dom que não se devolve. Todavia, em certos casos, não há igualdade numérica: enquanto dobro é *dobro de,* excesso e maior tanto se dizem *exceder em,* como *exceder de,* pois o que é em excesso, ou é maior, é sempre em excesso em alguma coisa ou de alguma coisa. Por isso, os termos mencionados não são os géneros de dobro, pois não são relativos a um mesmo número de casos como a espécie, ou então não é universalmente verdade que o género e a espécie sejam relativos a igual número de casos.

Há que ver ainda se o oposto da espécie tem como género o oposto do género, por exemplo, se o género do dobro é múltiplo, o género de metade é submúltiplo, pois o oposto do género deve ser sempre o género da espécie oposta. Se dissermos que a ciência é por

essência uma sensação, é também necessário que o objecto da ciência seja por essência sensível, o que não é verdade, pois nem todo o objecto de ciência é sensível, havendo inteligíveis que são objectos de ciência. Por conseguinte, o sensível não é o género do objecto da ciência, e, se não é, a sensação também não é o género de ciência.

Como, entre os termos relativos, alguns se acham necessariamente nas coisas, ou são relativos às coisas com as quais se utilizam — por exemplo, a disposição, o hábito, a simetria, pois estes termos não se podem achar senão nas coisas com as quais são empregados — enquanto outros não se acham necessariamente nas coisas com as quais são utilizados, embora se possam achar nelas — como no exemplo se a alma é objecto de ciência, pois nada obsta a que haja uma ciência da alma em si mesma, ainda que isso não seja necessário, uma vez ser possível que esta mesma ciência se ache em outra coisa; e que outros não se possam achar nas coisas com as quais são utilizados, por exemplo: quanto ao contrário estar no contrário, ou a ciência estar no objecto da ciência, salvo se o objecto da ciência não for alma ou homem. Nestes casos, cumpre ver se o opositor aduziu um termo de uma ordem em género que não é dessa ordem, por exemplo, se disse que a memória é a mansão da

125 b

ciência [104]. Toda a mansão reside no objecto em repouso, e a ele se refere, de modo que a mansão da ciência está também na ciência. Por isso, também a memória está na ciência, visto ser ela a mansão da ciência, o que não é possível, visto que a memória se acha na alma. Este lugar comum é comum ao acidente. Pouco importa que se diga que mansão é género da memória, ou que é um acidente, pois de qualquer modo que a memória seja mansão, este mesmo argumentário, de que ela é objecto, continuará aplicável.

5

Veja-se ainda se o opositor situou o hábito na acção, ou a acção no hábito, se, por exemplo, disse que a sensação é um movimento comunicado através do corpo, porque a sensação é um hábito e o movimento é uma acção. De igual modo, se foi dito que a memória é um hábito cuja propriedade é a retenção da ideia, porque a memória nunca é um hábito, sendo uma energia.

Também nos iludimos quando situamos o hábito na potência, que é seu consequente, definindo, por exemplo, a clemência como o domínio da ira, e a coragem e a justiça como o domínio do medo e da cupidez, por chamarmos corajoso e clemente ao homem isento de toda a paixão, e dono de si mesmo ao que

se acha exposto a uma paixão, mas não se deixa vencer por ela. É absolutamente possível que ambos os hábitos tenham por consequência uma potência tal que, expostos a uma paixão, não seriam vencidos mas dominá-la-iam. Não é menos verdade que isto não é a essência da coragem num caso, e da clemência noutro: a sua essência é a imunidade a quaisquer paixões desta espécie.

Às vezes, também se propõe como género qualquer consequente, por exemplo, a dor como género da ira, e a crença como género de convicção. Estes dois termos são, de certo modo, o consequente das espécies mencionadas, mas nenhum deles é o seu género, porque o homem irado sente a dor, mas a dor aparece nele anterior à ira. A ira não é causa da dor mas a dor é causa da ira, de modo que, absolutamente falando, a ira não é dor. Por causa deste mesmo juízo, a convicção não é uma crença, pois é possível que a crença seja a mesma, sem que a convicção subsista, o que não aconteceria se a convicção fosse uma espécie da crença. Uma coisa não permanece a mesma se mudar completamente de espécie, pois um mesmo animal não poderia ser homem e não ser homem. Se defendermos que ter uma crença é necessariamente ter também uma convicção, a crença e a convicção

6 a receberão nesse caso uma extensão igual, de

modo que, mesmo desta maneira, uma não será o género da outra, pois o género deve ser mais extenso do que a espécie.

Há outrossim que ver se o género e a espécie podem por natureza situar-se ao mesmo tempo no mesmo sujeito, pois o que compreende a espécie também compreende o género, por exemplo: o continente do branco também é continente da cor, e o continente de Gramática é também continente de ciência. Neste caso, se alguém disser que vergonha é temor, e ira dor, daí virá que género e espécie não estarão contidos em um mesmo sujeito, pois, de um lado, a vergonha acha-se na alma racional e o temor na alma irascível, enquanto, por outro lado, a dor se acha na alma (é também nesta que se acha o prazer) e a ira na alma irascível. Logo, os termos aduzidos não são géneros, pois não se produzem de modo natural na mesma faculdade da alma, como as espécies. Além disso, se a amizade se acha na faculdade concupiscente da alma, não será uma espécie da vontade, porque a vontade reside sempre na alma racional. Aliás, este tópico é também útil quanto ao acidente; o acidente e aquilo de que isto é acidente encontram-se na mesma coisa, de modo que, se não aparecerem na mesma coisa, é porque não estamos perante um acidente.

Vejamos ainda se a espécie só participa num certo aspecto do género aduzido, pois geralmente admite-se que o género não é apenas participado sob um certo aspecto, por exemplo, o homem sob um certo aspecto não é um animal, nem a Gramática, sob um certo aspecto, uma ciência. O mesmo sucede nos outros casos. Importa ver se, quanto a algumas das espécies, o género só é participado sob um certo aspecto, por exemplo: se animal foi descrito como sendo por essência um sensível ou um visível, pois só sob um dado aspecto é que o animal é sensível ou visível. É quanto ao corpo que ele é sensível e visível, não quanto à alma, de modo que sensível e visível não são género de animal.

Por vezes, não nos apercebemos que colocamos o todo na parte: se dissermos que animal é um corpo animado. A parte não é de modo nenhum afirmada do todo, de modo que corpo não pode ser género de animal, visto ser apenas uma parte do animal.

Convém atentar se algo de reprovável ou de evitável foi colocado na categoria da potência, isto é, no possível, como, por exemplo, se definimos o sofista, ou o caluniador, ou o ladrão, como o que é capaz de se apropriar sub-repticiamente do que pertence a outro, pois nenhum destes dois caracteres recebe a denominação da potência respectiva, pois até

Deus e o homem honesto têm a potência das más acções e, no entanto, não é esse o seu carácter. Só nominamos malfeitores os que fazem o mal por livre alvedrio. Digamos que toda a potência pertence aos desejáveis, pois até as potências de fazer o mal são desejáveis, sendo por isso que dizemos que até Deus e o homem honesto as possuem, porque eles são capazes, digamos, de fazer más acções. Por 126 b conseguinte, a potência não é o género do reprovável, de outro modo resultaria que o reprovável é desejável, por haver uma certa potência de reprovável.

De igual modo convém ver se colocámos algo de precioso ou de apetecível por si mesmo na categoria da potência, ou capaz, ou produtivo de algo, pois toda a potência, todo o possível, e todo o produtor, são sempre desejáveis em vista de outra coisa. Ou mais, temos de ver se algo que se acha em dois ou mais géneros foi colocado apenas em um, pois há coisas que não se podem colocar num género apenas, por exemplo, impostor e caluniador, porque não basta dispor de livre arbítrio sem capacidade, nem capacidade sem livre arbítrio, para ser caluniador e impostor, importando reunir ambas as qualidades. Portanto, os termos indicados não podem ser colocados num só género, mas devem sê-lo nos dois.

Às vezes, invertendo a ordem, propomos

o género como diferença e a diferença como género, ao dizermos que o pasmo é um excesso de admiração e que a convicção é uma crença veemente. Ora, nem o excesso nem a veemência são um género, sendo apenas diferenças, porque comummente se aceita que pasmo é uma admiração excessiva, e que convicção é uma crença firme, de modo que o género se acha em admiração e em crença, achando-se a diferença em excesso e firmeza. Se propusermos excesso e firmeza como géneros, também os inanimados estarão convictos e pasmados, pois a firmeza e o excesso de seja o que for acham-se presentes onde houver firmeza e excesso; se o pasmo é um excesso de admiração, o pasmo estará presente na admiração, de modo que a admiração estará pasmada. Também a convicção se achará na crença, caso seja exacto haver uma firmeza de crença, de modo que a crença estará convicta. Aliás, quem der uma resposta deste teor ver-se-á a si mesmo chamando *veemente* à *veemência* e *excessivo* ao *excesso*. Há uma convicção veemente e um pasmo excessivo, logo, se a convicção é uma veemência, haverá uma veemência veemente, e o mesmo se diz se houver um pasmo excessivo — se o pasmo é um excesso, haverá um excesso excessivo. Ora, nenhuma destas coisas é admissível, pois também não dizemos

que a ciência é um objecto da ciência, nem o movimento um móvel.

Também nos enganamos quando colocamos uma afecção no sujeito afectado, como se ela fosse o seu género, por exemplo, quando dizemos que a imortalidade é uma vida perpétua, porque a imortalidade parece ser uma certa afecção, ou acidente da vida. A verdade deste juízo seria evidente se concordássemos que, de mortal, um homem pode tornar-se imortal, pois ninguém postularia que este homem assume uma outra vida, admitindo apenas que um certo acidente, ou 127 a afecção, acontece a esta vida, de onde se segue que vida não é o género de imortalidade.

Veja-se ainda se atribuímos a uma afecção, como género, o sujeito de que ela é uma afecção, definindo, por exemplo, que o vento é o ar em movimento. Antes diremos que vento é um movimento do ar, porque o mesmo ar persiste, tanto quando se move, como quando se acha em repouso; logo, o vento não é ar, já que, então, poderia haver vento mesmo quando o ar não se movesse, dado que o mesmo ar que era vento persiste. Análogo comentário vale para outros casos deste tipo. E mesmo supondo que, neste exemplo, devêssemos conceder que o vento é ar em movimento, não seria no entanto necessário admitir que um tal juízo fosse extensivo a

tudo isso de que o género não é o verdadeiro predicado; somente para aqueles casos em que o género proposto é um verdadeiro predicado, porque, em certos casos, parece que o género não é o verdadeiro, por exemplo, nos casos de lama e de neve: dizemos geralmente que a neve é água congelada, e a lama terra molhada, embora a neve não seja água, nem a lama terra, de modo que nenhum dos termos indicados pode ser um género, porque o género é verdadeiro de todas as suas espécies. Também o vinho não é água fermentada, segundo a definição de Empédocles, quando alude à «água fermentada na madeira»[95] porque, absolutamente falando, o vinho não é água.

6[96]

De ver é também se o termo aduzido não é género de seja o que for em absoluto, pois nesse caso também não é género da espécie mencionada. Este ponto deve ser examinado tendo em mente se o que participa do género não é diferente um do outro em espécie, como no caso das coisas brancas, que não diferem especificamente uma da outra, embora as espécies do género sejam sempre diferentes, de onde resulta que branco não pode considerar-se como género de coisa alguma.

Também cumpre ver se, como género ou como diferença, se colocou um predicado universal, por haver um certo número de predicados universais, por exemplo: *ser* e *uno* contam-se entre os universais[97]. Se tivermos dado ser como género, resulta que ele será género de todas as coisas, pois se afirma de todas as coisas, e o género só se aplica às suas espécies. Portanto, uno será por si mesmo uma espécie de ser. Então, tudo isso de que o género é afirmado predica-se também da espécie, pois ser e uno são ditos absolutamente de tudo, enquanto a espécie deve ser menos extensa do que o género. Se, além disso, indicámos uma diferença como predicado universal, resulta que a diferença terá uma extensão, ou igual, ou superior, à do género, pois se o próprio género se acha entre os universais, a diferença terá uma extensão igual à do género, mas, se o género não é um predicado universal, a diferença será mais extensa do que ele.

127 b Há que ver também se o género é atribuído à espécie em um sujeito, como sucede a branco no caso de neve; então, ele não pode ser o género, pois é somente de um sujeito que o género se diz da espécie.

Temos de ver ainda se o género não é sinónimo da espécie, porque o género afirma-se de todas as espécies segundo uma sinonímia.

Convém ver ainda se, quando há um contrário, já da espécie, já do género, colocámos o melhor dos contrários no género pior, pois daí advirá que a outra espécie ficará no outro género, pois os contrários acham-se nos géneros contrários; pelo que a melhor espécie achar-se-á no pior género, e a pior no melhor. Ora, a opinião comum admite que a melhor espécie se coloca no melhor género. Há erro ainda se a mesma espécie, que se comporta de igual modo perante dois géneros, foi colocada no género pior e não no melhor, se, por exemplo, definimos *psiqué* como sendo por essência um movimento ou um móbil. Crê-se, com efeito, que a mesma *psiqué* é também um princípio de estática e um princípio do movimento, de modo que se a estática é melhor, convém que a *psiquê* seja colocada neste último género. Julguemos ainda extraindo argumentos do mais e do menos. Ao refutarmos uma tese, cumpre ver se o género admite o mais, embora a espécie não o admita, nem em si mesma, nem mediante o termo por ela denominado: se a virtude é capaz do mais, também a justiça e o justo o são, porque um homem diz-se mais justo do que outro. Se o género dado for capaz do mais, enquanto a espécie não, nem em si mesma, nem mediante os termos por ela denominados, o termo aduzido não será o género.

Por outro lado, se o que parece ser mais, ou do mesmo grau, um género, não for um género, também o termo indicado não o é. Este lugar serve quando as espécies parecem ter vários predicados essenciais, e quando não se deduziu qualquer distinção entre eles, e não podemos dizer qual deles é o género, por exemplo: a dor e a suspeita de desprezo são ordinariamente predicados por essência à cólera, porque o homem em cólera sente ao mesmo tempo a dor, e julga-se desprezado. A mesma forma de pesquisa também se aplica à espécie, quando a comparamos com alguma outra espécie: se o que parece ser mais, ou em igual grau, no género dado, não se achar no género, então a espécie aduzida também não se achará no género.

Ao refutarmos uma tese, temos de proceder como dissemos. Se, pelo contrário, temos de a confutar, se o género e a espécie aduzidos forem simultaneamente capazes de mais, o lugar não se aplica, porque, mesmo se os dois termos não admitirem o mais, nada obsta a que um seja o género de outro. Deste modo, o belo e o branco são capazes de mais, pelo que nenhum deles é género do outro. A comparação dos géneros uns com os outros e das espécies umas com as outras é útil, por exemplo, se esta coisa e aquela coisa parecem igualmente ser um género. Então, se uma for

128 a

género, a outra também o é. De igual modo, se o que parece menos ser um género for um género, o que parece mais é também um género — se o poder, mais do que a virtude, for o género do autodomínio, e se a virtude é um género, o poder também o será. Esta observação é também aplicável à espécie — se esta e aquela parecem ser em igual grau uma espécie do género em causa, se uma for uma espécie, a outra também o será; e se o que parece ser menos uma espécie for uma espécie, o que parece sê-lo mais também o será.

Para fundamentar uma tese, cumpre ver se o género se afirma por definição daquilo que se propôs como género, supondo que as espécies aduzidas não constituem uma espécie única, antes sendo espécies múltiplas e diferentes, pois então será claramente um género. Se a espécie aduzida for única, cumpre ver se o género se afirma também na categoria da essência de outras espécies, pois também aí a conclusão obtida é a de que o género se afirma de múltiplas e diferentes espécies.

Posto haja quem pense que também a diferença se afirma por essência das espécies, é preciso distinguir o género da diferença, recorrendo aos princípios elementares enunciados atrás: que o género é mais extenso do que a diferença; que, para formular a defini-

ção de algo, é melhor indicar o género do que a diferença, pois, dizendo que o homem é animal, exprimimos melhor a essência de homem do que se dissermos que é um pedestre; por fim, que a diferença significa sempre uma qualidade do género, enquanto o género não significa uma qualidade da diferença — ao dizermos pedestre referimos um animal de uma dada qualidade, mas dizendo animal não significamos um pedestre de uma dada qualidade.

A diferença deve ser distinguida do género, tal como dissemos. Agora bem, como parece que músico é algo de sábio, então também a Música é alguma ciência; e como o que caminha se move por andar, então andar é algum movimento. É do modo indicado, nestas condições, que nos cumpre considerar um género no qual queiramos fundamentar seja o que for, por exemplo, se quisermos demonstrar que a ciência é essencialmente uma convicção, cumpre ver se o que possui a ciência, enquanto possui a ciência, está convicto, pois será evidente que, nesse caso, a ciência será uma convicção. O modo de proceder é o mesmo em todos os casos deste tipo.

Quanto ao mais, dado que é difícil distinguir do género o predicado que se segue sempre a uma coisa com a qual não é con-

vertível, se essa coisa seguir universalmente uma outra, enquanto esta não segue universalmente a primeira — por exemplo, o repouso segue sempre a tranquilidade, e o divisível o número, mas não inversamente, pois que o divisível nem sempre é um número, nem o repouso a tranquilidade — temos, ao argumentar, de admitir que o termo que acompanha sempre o outro é o género, sempre que o outro não seja com ele recíproco. Em contrapartida, caso seja o opositor a apresentar este argumento, não devemos aquiescer sempre. Podemos objectar-lhe que o não-ser é sempre o consequente do que devém, pois o que devém não é, não sendo com ele convertível, pois o que não é nem sempre devém, e que, não obstante, o não-ser não é o género de devir, pois o não-ser não contém qualquer espécie [98].

128 b

Por conseguinte, os problemas relativos ao género devem ser tratados pelo método que acabámos de expor.

LIVRO V

1

Se o predicado aduzido é ou não é um próprio eis a questão a analisar mediante os termos seguintes.

Mas próprio é sempre, ou *essencial*[99], ou relativo a outro no tempo, por exemplo, é próprio essencial do homem o ser um animal naturalmente manso, e é um próprio relativo o da alma em relação ao corpo, porque uma está feita para imperar e, o outro, para servir; é um próprio perpétuo o que se diz de Deus, que é um ser vivo imortal; enfim, é um próprio temporário o homem passear-se no ginásio.

[O próprio relativo dá lugar ao surgimento de dois ou de quatro problemas. Se este mesmo próprio atribuído a um sujeito é negado ao mesmo tempo de outro, apenas teremos dois problemas, como ao dizermos que

o próprio do homem relativamente ao cavalo, é o de ser bípede, uma vez que podemos intentar fazer duas demonstrações: que o homem não é bípede, e que o cavalo é bípede, por isso que de um modo ou de outro o próprio será destruído. Se, agora, aplicarmos cada um dos dois predicados a cada um dos sujeitos negando-se em cada caso do outro, teremos quatro problemas: como ao dizermos que o próprio do homem relativamente ao cavalo é o de um ser bípede, e outro quadrúpude, uma vez que podemos ensaiar a demonstração de que, ao mesmo tempo, o homem não é bípede, sendo naturalmente quadrúpude, e ainda que o cavalo é bípede, não sendo quadúpude. Seja qual for destes juízos o demonstrado, o próprio aduzido é refutado.] [100]

O próprio *per se* é o que se formula de um sujeito em comparação com todos os outros, e que o distingue de tudo o mais, por exemplo: é próprio do homem o ser um animal mortal passível de receber o conhecimento. O próprio relativo é o que delimita o sujeito, não de tudo o mais, mas apenas de algum definido, assim, o próprio da virtude relativamente à ciência é o de que a primeira produz-se naturalmente nas várias faculdades da alma, e a segunda só se produz na alma racional e nos seres de razão. O próprio per-

pétuo é o que é verdadeiro em todo o tempo, sem nunca falhar, como, do vivente, o ser 129 a composto de alma e de corpo. O próprio temporal é o que só é verdadeiro durante um certo tempo e não segue sempre o sujeito necessariamente, por exemplo, quanto ao homem, o passear-se na ágora. Apresentar o próprio relativo consiste em indicar a diferença que se acha, já universal e perpetuamente, já a maior parte do tempo e na maioria dos casos, por exemplo, uma diferença que se acha universal e perpetuamente é, quanto ao homem, relativamente ao cavalo, o ser bípede, porque um homem é sempre e em todo o caso um bípede, enquanto o cavalo nunca é, em momento algum, um bípede. Sobre a diferença presente na maior parte do tempo e na maioria dos casos apenas, temos o próprio da faculdade racional de a alma imperar sobre a faculdade concupiscente e irascível, ordenando uma e obedecendo a outra, pois a faculdade racional nem sempre impera, sendo por vezes dominada, e também a faculdade concupiscente não é sempre dominada, por vezes dominando, se a alma humana estiver viciada.

Os próprios mais adequados à disputa [101] são os essenciais e perpétuos e os próprios relativos. Um próprio relativo dá lugar a múltiplos problemas, como já dissemos aci-

ma [102], porque os problemas gerados são em número, ou de dois, ou de quatro, logo os argumentos que eles suscitam são múltiplos. Sobre o próprio essencial e perpétuo podemos discuti-lo em relação a múltiplos sujeitos, ou considerá-lo em relação a vários períodos temporais. Se for um próprio essencial, discuti-mo-lo, dizemos nós, em relação a múltiplas coisas, pois o próprio deve dizer-se do sujeito em relação a todos os demais, de modo que se o sujeito não for separado relativamente ao todo, o próprio não será correctamente apresentado. Sobre o próprio essencial considerá-lo-emos em relação a vários períodos de tempo, pois se ele não se predicar, ou não se predica, ou se não vier a predicar-se, é porque não constitui um próprio. Quanto ao próprio temporário, só o consideramos no momento presente, e, portanto, os argumentos a ele relativos não são numerosos, enquanto que um problema arguível é o que pode suscitar simultaneamente argumentos numerosos e belos.

O próprio chamado relativo deve ser considerado com a ajuda dos lugares inerentes ao acidente, e temos de ver se ele se predica de um sujeito, e se não se predica de outro. Sobre os próprios perpétuos e essenciais, têm de ser teorizados mediante os seguintes tópicos.

2

Antes de mais cumpre ver se o próprio foi, ou não, correctamente formulado. Para saber se foi ou não correctamente formulado, temos de ver, em primeiro lugar, se o próprio foi formulado mediante termos menos conhecidos ou mais conhecidos do que o sujeito; na refutação da tese, cumpre ver se foi mediante termos menos conhecidos, e, na fundamentação da tese, se foi mediante termos mais conhecidos. Quanto a saber se é mediante termos menos conhecidos, um primeiro meio é o de ver se o próprio aduzido é de modo absoluto menos conhecido que o sujeito, cujo próprio foi mencionado, pois, se assim for, a formulação do próprio não terá sido correcta. A formulação do próprio destina-se a conhecer o sujeito, portanto, ele deve ser formulado através de termos mais conhecidos, pois então será possível conhecer o sujeito com maior justeza. Se tivermos aduzido que próprio do fogo é o semelhar-se mais com a alma, dado que nos servimos do termo *alma*, que é menos conhecido do que o termo *fogo* — pois conhecemos melhor a natureza do fogo do que a natureza da alma — não teremos formulado correctamente ser próprio do fogo o parecer-se mais com a alma. Outro 129 b

meio é o de ver se a predicação do próprio ao sujeito é menos conhecida do que o sujeito propriamente dito. Cumpre, já que o próprio seja mais conhecido do que o sujeito, já que a sua predicação deste seja também mais conhecida, pois se não soubermos se o próprio pertence a tal sujeito, também não conheceremos se ele se predica de um só sujeito, de modo que, tanto num como noutro caso, o próprio fica obscuro. Se tivermos aduzido, por exemplo, que o próprio do fogo é ser o elemento primeiro no qual a alma naturalmente se acha, servimo-nos de algo de menos conhecido do que o fogo, isto é, se a alma lhe pertence e se lhe pertence primordialmente, pelo que, nestas condições, não teremos formulado correctamente o próprio do fogo, caso tenhamos dito que é o elemento primeiro onde a alma se acha naturalmente. No estabelecimento da tese, cumpre ver se o próprio é formulado mediante termos mais conhecidos, e se é mediante termos mais conhecidos segundo cada um dos modos que acabámos de explicar. Então, o próprio terá sido correctamente formulado segundo os modos explicados. Entre os lugares que mostram se o próprio é correctamente aduzido, uns mostram que ele é aduzido correctamente segundo somente estas regras, e outros de modo absoluto. Assim, quando dis-

semos que um próprio de animal é o de ter sensação, utilizámos simultaneamente termos mais conhecidos e apresentámos o próprio mais conhecido de acordo com os dois modos acima; de modo que teremos procedido correctamente neste aspeco, apresentando como próprio de animal o ele possuir sensação.

Em segundo lugar, quando se trata da refutação de uma tese, cumpre ver se um dos termos aduzidos no próprio é assumido em várias acepções, ou se a expressão no seu todo tem diversas significações, porque, então, a formulação do próprio não terá sido correcta, por exemplo: como *sentir* tem vários significados, primeiro ter sensação, segundo servir-se da sensação, não poderemos propor correctamente como próprio do animal o facto de sentir por natureza. O motivo pelo qual o termo que aduzimos, ou a expressão significativa do próprio, não devem apresentar vários significados, é que o termo, ao revestir-se de múltiplas acepções, obscurece o que dizemos, visto que, na disputa, nos interrogamos em qual das diferentes acepções ele é considerado, pois o próprio é aduzido em vista do conhecimento do sujeito. Além disso, convém acrescentar que, ao darmos o próprio desta maneira, nos expomos inevitavelmente a alguma refutação, logo que o opositor oriente o raciocínio para uma das

130 a

diferentes acepções do termo que não se conforma com o que está a ser questionado. Quanto à fundamentação da tese, cumpre ver se nenhum dos termos e nenhuma das expressões no seu todo apresentam várias acepções, pois então o próprio terá sido correctamente formulado neste aspecto [103]. Por exemplo: como não apresentam várias acepções nem o termo *corpo* nem o que *se move mais rapidamente para cima no lugar*, nem sequer toda a expressão composta destes dois elementos, será correcto dizer que, neste aspecto, é próprio do fogo o ser um corpo que se move mais rapidamente para cima no lugar.

Quando se trata da refutação de uma tese, é preciso ver se o sujeito cujo próprio se aduz é considerado em várias acepções, sem termos definido em que acepção foi aduzido, porque, nesse caso, o próprio não terá sido correctamente formulado. As causas pelas quais assim deve ser derivam de quanto dissemos acima [104], pois se produzem necessariamente os mesmos efeitos. Considerando, por exemplo, que expressão *conhecimento disto* apresenta vários sentidos (pois ela significa ao mesmo tempo que este sujeito tem conhecimento, que este sujeito se serve da ciência, que temos a ciência deste sujeito, que nos servimos da ciência que possuímos deste sujeito) não teremos formulado correctamente

o próprio de *conhecimento disto,* caso não hajamos definido em qual dos sentidos foi aduzido. Ao fundamentarmos a tese, temos de ver se o termo cujo próprio se aduz não apresenta vários significados, mas se é uno e simples, porque então o próprio terá sido aduzido de modo correcto. Como, por exemplo, o termo *homem* se aduz numa só acepção, aduziremos correctamente o próprio do homem se dissermos que é um animal de natural manso.

Quanto se trata de rebater uma tese, é preciso ver se o mesmo termo foi variamente repetido no próprio, pois, muitas vezes, não nos apercebemos de que cometemos esta falta também nos próprios, tal como a cometemos nas definições. Mas o próprio atingido por esta falta não terá sido posto correctamente, porque a repetição confunde o ouvinte; assim, o significado torna-se necessariamente obscuro, e, além disso, mais parece uma tautologia. A repetição do mesmo termo produzir-se-á de dois modos: um, quando nomeamos várias vezes o mesmo nome, se, por exemplo, dessemos como próprio do fogo o ser *o corpo mais subtil dos corpos* (aí repetimos a palavra *corpo*); outro, quando, no lugar das palavras pomos as suas definições, se, por exemplo, déssemos como próprio da terra *ela será a substância que entre todos os corpos por* 130 b

sua natureza se move mais facilmente para baixo, e que a seguir disséssemos, em vez da palavra *corpo,* a expressão *substância de tais espécies,* porque *corpo* e *substância* de tais espécies são uma só e a mesma coisa, pelo que não teríamos senão repetido o termo substância. Portanto, nenhum destes próprios foi correctamente formulado. Ao fundamentarmos a tese, cumpre ver se cuidámos de não nos servir várias vezes do mesmo termo, porque aí o próprio terá sido dado correctamente, por exemplo: como em dizendo que próprio do homem é o de ser um animal susceptível de adquirir a ciência, não nos servimos diversas vezes do mesmo termo, teremos, neste aspecto, formulado correctamente o próprio do homem.

Para refutar uma tese, é preciso ver se no próprio foi colocado um termo tal que constitua um predicado universal. O termo que não separa o sujeito dos outros, não será útil; o necessário é que os termos integrantes dos próprios distingam o sujeito, tal como o distinguem os termos integrantes das definições. No caso vertente, o próprio não está formulado com rigor, por exemplo: se dissemos que o próprio da ciência é o ser uma crença que não pode ser controvertida por via argumentativa, porque ela é una, utilizamos no próprio um termo qual *uno,* que é

um predicado universal e, portanto, o próprio da ciência não terá sido formulado rigorosamente. Para formular a tese, cumpre ver se, de facto, não aduzimos qualquer predicado comum a tudo, mas se utilizámos um termo que separa o sujeito do demais, porque então o próprio terá sido, neste aspecto, correctamente formulado. Como dizendo, por exemplo, que é próprio do ser animado o ter uma alma, não nos servimos de qualquer predicado comum, teremos, neste caso, formulado correctamente como próprio do ser animado o ter alma.

Em ordem à refutação da tese, é preciso ver se damos vários próprios do mesmo sujeito, sem ter indicado que aduzimos vários, pois assim o próprio não terá sido correctamente formulado. De igual maneira, nas definições, não deve haver nenhuma adição ulterior fora da expressão que revela a natureza do sujeito, pois tal adição de nada serve. Dizendo, por exemplo, que o próprio do fogo é o ser o corpo mais subtil e mais leve, formulámos vários próprios, pois cada um destes predicados é dizível em verdade do fogo, e portanto não teremos formulado correctamente o próprio do fogo, dizendo que é o corpo subtilíssimo e levíssimo. No laborar duma tese, cumpre ver se cuidámos em não dar vários próprios do mesmo sujeito, e se

apenas apresentámos um, porque, nesse caso, o próprio foi rigorosamente formulado. Dizendo, por exemplo, que o próprio líquido é o de ser um corpo moldável a qualquer forma, damos apenas um próprio, não vários, pelo que, neste aspecto, o próprio do líquido terá sido correctamente formulado.

3

Ainda assim, quanto à refutação, cumpre ver se o opositor se serviu, ou do próprio sujeito cujo próprio foi formulado, ou de alguma das suas espécies, pois então o próprio não terá sido devidamente aduzido. O próprio aduz-se deveras em vista do conhe- 131 a cimento do sujeito; ora, por um lado, o sujeito permanece tão ignorado como era, e, por outro lado, uma das suas espécies é-lhe posterior e, assim, não é também conhecida. Portanto, não adquirimos um maior conhecimento do sujeito apesar da ajuda destes termos. Dizendo que um próprio do animal é o ser uma substância cuja uma das espécies é o homem, servimo-nos de uma das suas espécies e, por conseguinte, o próprio não terá sido correctamente posto. No estabelecimento da tese, é preciso ver se cuidámos de não nos servir, nem do próprio sujeito, nem de nenhuma das suas espécies, porque, nesse

caso, o próprio terá sido aduzido com rigor. Se dissemos, por exemplo, que um próprio do animado é o de ser composto de alma e de corpo, não nos servimos nem do próprio sujeito, nem de nenhuma das suas espécies, e, portanto, neste aspecto, teremos aduzido com rigor o próprio do animado. De igual modo temos de examinar os outros termos que fazem, ou que não fazem, o sujeito mais conhecido. Na refutação, por exemplo, cumpre ver se o opositor se serviu, ou de um oposto do sujeito, ou de um modo geral de algo que lhe é naturalmente simultâneo, ou posterior, pois aí o próprio não terá sido aduzido com rigor. O oposto é naturalmente simultâneo do seu oposto, e o que é naturalmente simultâneo de um sujeito, ou posterior, não o torna mais conhecido. Quando dizemos, por exemplo, que o próprio do bem é ser o que há de mais oposto ao mal, servimo-nos do oposto do bem, e o próprio não é correctamente estabelecido. Na elaboração da tese, cumpre ver se evitámos utilizar, já um oposto, já de um modo geral o que é naturalmente simultâneo ou posterior ao sujeito, pois, aí, o próprio terá sido rigorosamente proposto. Por exemplo, se aduzimos que o próprio da ciência é o de ser a crença mais persuasiva, não utilizámos qualquer oposto, nem qualquer termo naturalmente simultâneo

do sujeito, nem dum termo a ele posterior, pelo que, neste aspecto, o próprio da ciência terá sido correctamente formulado.

A seguir, com fins destrutivos, cumpre ver se o opositor aduziu como próprio algo que não segue sempre o sujeito cessando, por vezes, de ser um próprio, pois então o próprio não terá sido correctamente aduzido. Nesse caso, não há nenhuma necessidade de o nome do sujeito ser também verdadeiro disso de que supomos que tal próprio é pertença, nem sequer que o nome do sujeito seja verdadeiro disso a que um tal próprio é suposto não predicar. Por outro lado, podemos aditar que, mesmo depois de o próprio ter sido aduzido, não teremos compreendido com nitidez se é predicável do sujeito, visto ser de uma natureza tal que pode falhar, pelo que não veremos com nitidez se estamos perante um próprio. Quando aduzimos, por exemplo, que um próprio do animal é já o mover-se, já o quedar-se, teremos dado essa espécie de próprio que por vezes deixa de ser, e, portanto, não podemos ter aduzido correctamente o próprio. Na elaboração da tese, cumpre ver se demos como próprio o que o é

131 b necessariamente, porque o próprio terá sido correctamente aduzido, neste aspecto. Se aduzimos, por exemplo, que o próprio da virtude é o que torna bondoso o seu possuidor, tere-

mos dado, como próprio, algo que está sempre junto da virtude, e, portanto, teremos aduzido correctamente o próprio da virtude.

Na refutação, cumpre ver se, expressando o próprio presente em acto, o opositor omitiu que o próprio expresso é o presente em acto, pois aí o próprio não terá sido correctamente expresso. Em primeiro lugar, tudo o que se faz de contrário ao que se faz habitualmente carece de ser esclarecido, e habitualmente damos como próprio o predicado que está sempre junto do sujeito. Em segundo lugar, carecemos de clareza quando não precisamos se era o próprio actual que se julgava propor, e importa não fornecer pretextos à crítica. Quando tivermos aduzido, por exemplo, como próprio de tal homem, o estar sentado com alguém, expressamos o próprio presente, e portanto não teremos expresso correctamente o próprio, caso tenhamos feito a adução sem a definirmos. Na elaboração da tese, cumpre ver se, de facto, dando o próprio presente, o expressámos definindo que ele é o próprio presente, pois, então, o próprio terá sido expresso com rigor. Se, dizendo, por exemplo, que o próprio de tal homem é o de estar agora a passear, o dissemos com com esta adição, o próprio terá sido correctamente expresso.

Com fins refutativos, cumpre ver se o opositor expressou um próprio tal, que a sua

predicação só é naturalmente conhecida por sensação, pois, nesse caso, o próprio não terá sido correctamente expresso. Todo o predicado sensível, uma vez que tenha lugar fora da sensação, torna-se incerto, pois não vemos com clareza se ainda se predica do sujeito, pois que só mediante a sensação o podemos conhecer. Isto há-de ser exacto no caso dos predicados que não se acham sempre juntos necessariamente ao sujeito. Quando dissemos, por exemplo, como próprio do Sol o ser um astro, o mais luminoso que se move acima da terra, servimo-nos, no próprio, de uma expressão tal como *mover-se acima da terra,* o que se conhece mediante a sensação, e, por conseguinte, o próprio do Sol não terá sido correctamente dado, pois não veremos bem se o Sol, no momento em que se põe, continua a mover-se acima da terra, porque aí a sensação nos falha. Na elaboração da tese, cumpre ver se aduzimos um próprio não percebido pela sensação, ou se, embora sendo sensível, é com toda a clareza predicável necessariamente do sujeito, pois aí teremos formulado correctamente o próprio. Se dissemos, por exemplo, que o próprio da superfície é o ser o elemento primário suporte da cor, servimo-nos de uma qualidade sensível, isto é, da cor, mas de um tipo tal, que se predica sempre

do sujeito; logo, teremos aduzido com rigor o próprio de superfície.

Na refutação, é preciso verificar se o opositor formulou a definição como um próprio, porque, nesse caso, o próprio não terá sido rigorosamente expresso, pois não é necessário que o próprio exprima a essência do sujeito. Dizendo, por exemplo, que um próprio do homem é o ser um animal pedestre-bípede, exprimimos com isso um próprio do homem significando a sua essência, logo, o próprio de homem não se acha correctamente dado. Na elaboração da tese, vejamos se o próprio expresso é um predicado convertível com o sujeito, sem todavia lhe exprimir a essência, pois então o próprio terá sido, neste aspecto, devidamente expresso. Se dissemos, por exemplo, que um próprio do homem é o ser um animal de natural manso, demos o próprio que, mesmo sendo um predicado convertível com o sujeito, não lhe exprime todavia a essência, e, portanto, neste aspecto, teremos expresso devidamente o próprio do homem.

132 a

Com vista à refutação, temos de ver se o opositor exprimiu o próprio sem cuidar de pôr o sujeito na definição. Cumpre, aliás, tanto nos próprios, como nas definições, que o primeiro termo expresso seja o género, dado que os restantes termos devem seguir-se de imediato, e há que distinguir o sujeito do

resto. Portanto, um próprio que não seja expresso desta forma não pode ser correcto. Dizendo, por exemplo, que um próprio do animal é o ter uma alma, não exprimimos o animal na sua essência, e portanto o próprio de animal não está correctamente posto. Na elaboração da tese vejamos se incluímos na sua essência o sujeito cujo próprio aduzimos, e se depois juntámos os restantes termos, pois então o próprio terá sido devidamente expresso. Se dissemos, por exemplo, que um próprio de homem é o ser um animal capaz de adquirir ciência, demos o próprio depois de definido o sujeito, pelo que, neste aspecto, teremos colocado devidamente o próprio do homem.

4

A interpretação de o próprio ser correctamente expresso tem de ser efectuada através dos lugares indicados. Quanto a saber se o indicado como próprio é, ou não é, absolutamente um próprio, temos de o considerar através dos lugares seguintes. Os lugares que garantem absolutamente que o próprio se acha devidamente expresso serão os mesmos que fazem dele um verdadeiro próprio: por isso serão expostos simultaneamente.

Em primeiro lugar, na refutação, cumpre

considerar cada uma das espécies do sujeito cujo próprio o opositor formulou, vendo, por exemplo, se o próprio não se predica realmente de nenhuma delas, ou se não é delas verdadeiro neste particular, ou se deixa de ser próprio de cada uma delas a respeito desse carácter cujo próprio se exprimiu, porque, então, o que aduzimos como próprio não é um próprio. Como, por exemplo, do geómetra não é verdadeiro o ser incapaz de ser enganado por um argumento (pois o geómetra se engana quando desenha incorrectamente uma figura) não poderíamos dar como próprio do sábio o não poder ser enganado por um argumento. Na construção da tese, vejamos se o próprio é verdadeiro de todos os casos, e verdadeiro sob este aspecto referido, porque o que não se acha aduzido como próprio será um próprio. Dado que o ser um animal capaz de adquirir a ciência é verdadeiro de todo o homem enquanto homem, será próprio do homem o ser um animal capaz de adquirir a ciência. Este lugar serve para refutar — cumpre ver se o enunciado não é verdadeiro disso cujo nome é verdadeiro, e se o nome não é verdadeiro disso cujo enunciado é verdadeiro; e para confutar — vejamos se também o enunciado se afirma disso cujo nome é afirmado, e se o nome é também afirmado disso cujo enunciado se afirmou.

132 b

Quanto à refutação, cumpre ver se, deveras, a oração não é afirmada disso cujo nome se afirma, e se o nome não é afirmado disso cuja oração se afirma, porque, no caso, o que se põe no lugar de próprio não será um próprio. Como, por exemplo, a descrição *ser um vivente que participa do conhecimento* é verdadeira acerca de Deus, e enquanto homem não se afirma de Deus, não poderíamos dar como próprio de homem o ser um vivente que partilha do conhecimento. Na construção da tese cumpre ver se o nome também é afirmado disso cujo enunciado se afirma, e se o enunciado é também afirmado disso cujo nome se afirma, pois então o que se aduziu como não próprio será um próprio. Como, por exemplo, o predicado *vivente* é verdadeiro disso de que *ter uma alma* é verdadeiro, e como ter uma alma é verdadeiro disso de que o predicado *vivente* é verdadeiro, *ter uma alma* será próprio de vivente [103].

Na refutação, cumpre ver se o opositor aduziu o sujeito como um próprio do que se acha no próprio sujeito, porque, nesse caso, o que se aduziu como próprio não será um próprio. Enunciar o fogo como próprio do corpo composto das mais finas partículas, é dar o sujeito como próprio do seu predicado — o fogo não poderia ser o próprio do corpo composto pelas mais finas partículas. O motivo

pelo qual o sujeito não será o próprio do que se acha contido no próprio sujeito é o de que o mesmo seria o próprio de uma multiplicidade de sujeitos diferentes na espécie, porque o mesmo sujeito tem vários predicados em espécie diferentes, que só a ele predicam, e o sujeito será um próprio de todos estes predicados, caso enunciemos o próprio desta maneira. Para construir a tese, vejamos se demos como próprio do sujeito o que se acha contido no sujeito, porque então, o que foi posto como não sendo um próprio, será um próprio, desde que seja afirmado dos sujeitos dos quais somente dizíamos que era o próprio. Dizendo, por exemplo, que um próprio da terra é o *ser o corpo especificamente mais pesado,* demos como próprio do sujeito algo que só se diz do sujeito, e que dele se diz do modo pelo qual o próprio se afirma, e portanto o próprio da terra foi proposto com rigor.

Na refutação, há que ver se o adversário enunciou o próprio participado, porque, nesse caso, o que foi aduzido como próprio não será um próprio. O predicado do qual o sujeito

3 a participa é uma parte da sua essência, e um predicado deste tipo será uma diferença aplicável somente a uma definida espécie. Dizendo, por exemplo, que um próprio do homem é o ser um *pedestre-bípede,* damos um

próprio participado, e portanto *pedestre-bípede* não pode ser um próprio do homem. Na construção da tese, cumpre ver se evitámos dar o próprio participado como exprimindo a essência do sujeito, ainda que o sujeito lhe seja reeciprocamente predicável, porque então o que foi aduzido como não sendo o próprio, será o próprio. Se dissemos, por exemplo, que um próprio do animal é o ser naturalmente sensível, não demos o próprio, nem participado, nem como essencial do sujeito, ainda que o sujeito lhe seja reciprocamente predicável, e, portanto, ser naturalmente sensível será deveras um próprio do animal.

A seguir, na refutação, vejamos se não é possível que o próprio seja simultâneo disso cujo nome se afirma, mas se é posterior ou anterior ao sujeito, porque, então, o que foi aduzido como próprio não será um próprio, ou nunca, ou nem sempre. Como é possível, por exemplo, que o predicado *passear na ágora* pertença a qualquer sujeito enquanto anterior e enquanto posterior ao homem, o passear na ágora não será um próprio do homem, nem nunca, nem sempre. Para construir a tese, vejamos se o predicado é necessariamente sempre simultâneo do sujeito, sem dele ser uma definição, nem uma diferença, porque, nesse caso, o aduzido como não próprio

será um próprio. Dado que, por exemplo, o predicado ser um animal capaz de adquirir conhecimento é sempre necessariamente simultâneo de homem, sem ser dele, nem uma diferença, nem uma deefinição, o ser um animal capaz de aquisição de conhecimento será um próprio do homem.

Na refutação, temos de ver se o mesmo predicado não é um próprio de coisas que são as mesmas que o sujeito, enquanto são as mesmas, porque o que se aduziu como próprio não será um próprio. Como, por exemplo, o que é de pesquisar não tem como próprio o parecer bem a certas pessoas, o desejável também não poderá ter como próprio o parecer bem a certas pessoas, pois há identidade entre o que é de *pesquisar* e *desejável*. Na elaboração da tese cumpre ver se o mesmo predicado é um próprio de algo com identidade com o sujeito, enquanto tem essa identidade, porque, aí, o que se exprimiu como não próprio será um próprio. Dado que dizemos próprio do homem, enquanto homem, o ter uma alma tripartida, isso também será um próprio do mortal, enquanto mortal, ter uma alma tripartida. Este lugar também é útil quanto ao acidente, porque os mesmos predicados devem pertencer, ou não pertencer, aos mesmos sujeitos, enquanto mesmos sujeitos.

Na refutação, vejamos se o próprio das coisas que são especificamente as mesmas como o sujeito, não é sempre especificamente o mesmo do próprio em causa, porque, então,
133 b o que se aduziu como próprio não será o próprio do sujeito em causa. Dado haver identidade específica entre homem e cavalo, e dado não ser sempre próprio do cavalo o manter-se de pé por vontade própria, o mover-se por si mesmo não seria um próprio do homem — porque há identidade específica entre *mover-se* e *estar de pé* por vontade própria, cada um destes predicados sendo dito de cada um destes animais, enquanto animais.

Na elaboração da tese vejamos se, quanto ao que é especificamente idêntico ao sujeito, o próprio que é o mesmo especificamente que o próprio em causa, é sempre verdadeiro, porque, então, o que não se aduziu como próprio será o próprio. Dado que um próprio do homem é o ser pedestre-bípede, um próprio da ave será também o de ser alada-bípede, porque nenhum destes termos é especificamente o mesmo, enquanto dois deles são quais espécies subordinadas ao mesmo género, pois se subordinam ao género animal, enquanto as duas outras são quais diferenças do género, isto é, de animal. Este lugar é falso, aliás, quando um dos próprios aduzidos predica somente uma única espécie, o outro predicando

vários, como é o caso do termo *pedestre-quadrúpude.*

Dado que *mesmo* e *outro* têm várias acepções, é difícil aduzir, a quem assume os modos sofísticos, um próprio que predique só um sujeito, e só ele. O predicado de um sujeito afectado por um acidente predicará também o acidente assumido junto do sujeito do qual é acidente. O predicado, por exemplo, que predica *homem* também predicará *homem branco*, caso haja homem branco, e o predicado de homem branco também predicará homem. Poderíamos, assim, brincar com a maior parte destes próprios, dizendo que o sujeito é outro quando se assume em si mesmo, e outro quando é assumido com o respectivo acidente, afirmando que *outro* é homem e *outro* homem branco e, além disso, propondo como diferentes o estado e o que se enuncia após o estado. O predicado de um estado predicará ainda o que vem a seguir a este estado, e o predicado que predica isso que vem designado após o estado também predicará o estado, por exemplo: dado que a condição de sábio se designa segundo a ciência, um próprio da ciência não poderia ser o ela ser irrefutável pelo argumento, pois então o sábio também seria irrefutável pelo argumento. Para construir a tese, importa dizer que o sujeito do acidente não é absoluta-

mente diferente do acidente assumido com o sujeito do qual ele é acidente, ainda que seja dito outro, porque o modo de ser de ambos é diferente, pois não é o mesmo um homem ser um homem, e um homem branco ser um homem branco. De resto, considerem-se ainda as inflexões, dizendo, por exemplo, do sábio, que ele será, não o que é irrefutável pelo ar- 134 a gumento, mas aquele que é irrefutável pelo argumento, e, da ciência, não o que é irrefutável pelo argumento, mas aquilo que é irrefutável pelo argumento. Contra um objector que não hesita na escolha das armas, cumpre replicar com todos os meios.

5

Depois, com vista à refutação, há que ver se, tentando aduzir o predicado que naturalmente predica o sujeito, o opositor o aduz, exprimindo-se de molde a significar o predicado que predica sempre o sujeito, porque, nesse caso, parecerá que o aduzido como próprio é de rejeitar. Dizendo, por exemplo, que um próprio do homem é ser bípede, pretendemos dar o predicado que o predica naturalmente, enquanto este termo significa o predicado que predica sempre homem, pelo que o próprio de homem não seria bípede, pois que nem sempre o homem tem dois pés.

Na confirmação da tese, vejamos se pretendemos aduzir o predicado natural do sujeito, e se é esta a via certa de o indicar, porque, nesse caso, o próprio não será, neste aspecto, refutável. Se dermos, por exemplo, como próprio do homem o termo *animal capaz de adquirir a ciência*, entendemos e indicamos na oração simultaneamente o próprio natural do sujeito e, portanto, não refutaremos o próprio desse modo aduzido, nem mostraremos que não é próprio do homem o ser um animal capaz de adquirir a ciência.

Quanto ao que se diz do sujeito em razão de algum outro sujeito primeiro, ou do próprio sujeito enquanto primeiro, é difícil, em casos deste género, aduzir o próprio. Se aduzirmos um próprio de um sujeito enunciado após outro sujeito, será também verdadeiro deste sujeito primeiro, mas se aduzirmos o próprio do sujeito primeiro, então ele também será afirmado do que se diz segundo o outro. Assim, por exemplo, se tivermos dado como próprio da superfície o ser colorida, também será verdadeiro do corpo, mas se o ser colorida for dado como próprio do corpo, também será afirmado da superfície. Portanto, o nome não será em si mesmo verdadeiro daquilo de que se predica a oração verdadeira.

Quanto a alguns próprios sucede, as mais

das vezes, que um erro nasce por não se definir de que modo, e a que coisas, se afirma pertencer o próprio. Todos tentamos sempre aduzir como o próprio de algo, ou o seu predicado natural, como de homem bípede; ou o seu predicado actual, como de tal homem o ter quatro dedos; ou o predicado específico, como do fogo o ser composto de finas partículas; ou o predicado absoluto, como do animal o ânimo; ou o predicado que se diz do sujeito enquanto dependente de outro, como da alma a prudência; ou o predicado do sujeito assumido enquanto sujeito primeiro, como da faculdade racional da alma, a prudência; ou porque o sujeito se acha num certo estado, como do sábio se diz o ser irrefutável pelo argumento, pois só por o sábio se achar neste estado é irrefutável pelo argumento; ou porque o sujeito é um estado patente em qualquer outro, como a ciência per- 134 b tence o ser irrefutável pelo argumento; ou porque é participado por outro, como de animal se diz ser sensível, pois há outros que são sensíveis, por exemplo, o homem, embora não sejam sensíveis senão porque já participam de animal; ou porque participa de algum outro, como tal animal participa da vida. Por conseguinte, erramos se não aditarmos o advérbio *naturalmente*, uma vez ser possível que o predicado natural não predi-

que isso que *naturalmente* predica, como, por exemplo, o homem ser bípede. Também erramos se não fomos rigorosos dizendo que pomos como próprio o predicado actual, porque, num dado instante, este predicado pode não predicar o sujeito, como, por exemplo, de homem o ter quatro dedos. Ainda nos enganamos se não indicarmos que aduzimos algo como sujeito primeiro, ou como sendo dito após outro sujeito, porque o próprio nome não será verdadeiro disso de que o enunciado do próprio é verdadeiro, como, por exemplo, o ser colorido, se for dado como um próprio, ou da superfície, ou do corpo. Também erramos, se não dissermos antes de mais que se aduziu um próprio de um sujeito porque este sujeito, ou possui um hábito, ou porque é um hábito possuído por algo, pois então isso não será um próprio. Se dermos o próprio a algo por ser um hábito possuído por outro, o próprio também predicará o que possui este hábito, e se o dermos a algo por possuir um hábito, também se dirá do hábito possuído, como se vê no caso de ser irrefutável pelo argumento, quando isto se aduz como um próprio da ciência, ou do sábio. Erramos ainda se não indicámos antes que o próprio se diz do sujeito, porque participa de outro, ou é por este participado, porque então o próprio também se dirá de

alguns outros. Se aduzirmos o próprio por o seu sujeito ser participado por outro, ele também será próprio dos participantes; e se o aduzirmos porque o sujeito participa de outro, também se dirá dos participados, como, por exemplo, se dizemos que viver é um próprio de qualquer espécie particular de animal, ou do animal. Outro erro se comete se não indicarmos com rigor que aduzimos o próprio da espécie, pois então predicará apenas um dos sujeitos contidos pelo termo aduzido no próprio, pois o que se predica em grau superior predica-se apenas de um só entre vários, por exemplo: se dermos, como próprio de fogo, *o mais subtil*. Às vezes, juntando o termo *especificamente*, podemos errar, porque é necessário que haja uma só espécie de sujeitos capaz de receber o próprio, sempre que o advérbio *especificamente* for acrescentado. Em certos casos, todavia, isto não ocorre, por exemplo, não ocorre no caso de fogo. Não há, de facto, uma única espécie de fogo, pois são especificamente outros o carvão, a chama e a luz, ainda que cada uma destas coisas se diga do fogo. O motivo porque, sempre que o advérbio *especificamente* se acrescenta, não é necessário haver outra espécie que não só uma única, a indicada, é porque o próprio também se dirá mais de umas e menos de outras, como su-

cede no exemplo de fogo, por ser composto das mais finas partículas. De facto, a luz é composta de partículas mais finas do que o carvão e do que a chama. Ora isto não deve suceder, a menos que também o nome não se predique também disso cuja expressão do próprio é mais verdadeira, senão não observaríamos a regra segundo a qual, onde a enunciação do próprio for mais verdadeira, o nome também deve ser mais verdadeiro. Convém acrescentar que sucederá que o mesmo predicado vem a ser o próprio, já do termo que simplesmente o possui, já do que o possui em mais alto grau, no termo que simplesmente o possui, como se vê no exemplo de ser composto das mais finas partículas, no caso do fogo, pois este mesmo predicado também o será da luz, pois a luz é composta das mais finas partículas. Concluindo, se o opositor propuser o próprio da forma que explicámos, cumpre atacá-lo, não dando ensejo a tamanha objecção, mas deveremos, logo que o próprio haja sido enunciado, determinar o modo em que o próprio foi enunciado.

135 a

Na refutação, ver se o opositor aduziu algo como próprio de si mesmo, porque, então, o aduzido como próprio não será um próprio. Uma coisa em si mesma exprime a sua própria essência, e o que define a essência não é um próprio, antes é uma defini-

ção, por exemplo, dizendo que *honesto é próprio do belo*, damos o sujeito como próprio de si mesmo, por haver identidade entre o *belo* e o *honesto* e, portanto, honesto não poderá ser o próprio de belo. Na confirmação da tese, ver se cuidámos em não dar o sujeito como próprio de si mesmo, mas se pusemos um predicado convertível, porque, então, o que se aduziu como não próprio será um próprio, por exemplo: se dissemos que o próprio de animal é ser *uma substância animada*, não pusemos a coisa como própria de si mesma, mas demos um predicado convertível e, portanto, *substância animada* será um verdadeiro próprio de animal.

No caso dos compostos de partes iguais, cumpre ver, na refutação, se o próprio do composto não é verdadeiro da parte, ou se o da parte não se afirma do todo, pois, então, o que se aduziu como um próprio não será um próprio. Isto pode acontecer em alguns casos, quando aos compostos de partes iguais, podemos aduzir o próprio considerando por vezes o todo, e, por vezes, o que se afirma da parte; e, por isso, em nenhum destes casos teremos enunciado correctamente o próprio. Um exemplo relativo ao todo: dizendo que o próprio do mar é ser *o maior volume de água salgada*, aduzimos o próprio de algo composto de partes iguais, mas tam-

bém demos um próprio que não é verdadeiro da parte, pois um mar particular não é o maior volume de água salgada, e, portanto, o ser *o maior volume de água salgada* não seria o próprio de mar. Exemplo relativo à parte: pondo como próprio do ar *ser respirável*, indicamos o próprio de algo composto de partes iguais, mas também aduzimos um próprio que é verdadeiro de algum determinado ar, e não é afirmado da totalidade, pois o ar assumido na totalidade não é respirável e, portanto, *respirável* não seria próprio de ar. 135 b Na confirmação da tese, cumpre ver se o que é verdadeiro de algum sujeito composto de partes iguais é também um próprio do sujeito considerado como um todo, pois então o que se aduziu como não próprio será um próprio. Como é verdadeiro dizer de toda a terra o mover-se por um movimento natural para baixo [108], e como isto é também próprio de um determinado pedaço de terra, enquanto terra, será um próprio de terra o mover-se para baixo, por um movimento natural.

6

A seguir, temos de considerar os opostos, e, antes de mais, os contrários, para vermos, na refutação, se o contrário do próprio não é, deveras, um próprio do sujeito contrá-

rio, porque, então, o outro contrário também não será um próprio do outro sujeito contrário, por exemplo: como *injustiça* e o contrário de *justiça*, e que *mal maior* é contrário de *bem maior*, mas como bem maior não é um próprio da justiça, o maior mal não será um próprio de injustiça. Para a construção, ver se o contrário do próprio aduzido é o próprio do sujeito contrário, pois o outro contrário será também o próprio do outro sujeito contrário, por exemplo: como *mal* é contrário de *bem*, e *odiável* o contrário de *amável*, e como amável é um próprio de bem, *odiável* será um próprio de mal.

Em segundo lugar, cumpre considerar os relativos e, na destruição, ver se o correlativo do próprio aduzido não é de facto um próprio do correlativo do sujeito, pois, aí, o outro correlativo também não será um próprio do sujeito correlativo, por exemplo: como *dobro* é relativo à metade, e excesso à *carência*, como excesso não é um próprio de dobro, carência não será um próprio de metade. Na construção da tese, ver se o correlativo do próprio enunciado é um próprio do correlativo do sujeito, pois, então, o outro correlativo será um próprio do sujeito correlativo, por exemplo: como *dobro* é relativo à *metade*, e a relação de 1 para 2 relativa à proporção de 2 para 1, então, como é próprio do dobro

ser uma proporção de 2 para 1, será próprio da metade o ser uma proporção de 1 para 2.

Em terceiro lugar, na refutação, temos de ver se o termo enunciado como um hábito não é, de facto, um próprio do hábito, pois nesse caso o predicado aduzido da privação também não será um próprio da privação. Se, por outro lado, o termo dito da privação não for um próprio da privação, o termo dito da possessão também não será um próprio da possessão, por exemplo: como não afirmamos próprio da surdez a falta de sensação, também não será próprio da audição o ser uma sensação. Na confirmação da tese, ver se o termo aduzido quanto à possessão é um próprio da possessão, pois aí o termo afirmado da privação será um próprio da privação. Mais, se o termo afirmado da privação for um próprio da privação, também o termo dito da possessão será um próprio da possessão, por exemplo: como um próprio da vista é *ver,* enquanto temos vista, um próprio da cegueira é *não ver* enquanto não temos a vista que naturalmente deveríamos ter. Depois, são consideráveis as afirmações e as negações e, em primeiro lugar, os predicados em si mesmos. Este lugar serve apenas na refutação, por exemplo: cumpre ver se o termo afirmativo, ou o termo enunciado pela afirmação, é um próprio do sujeito, pois aí o termo negativo,

136 a

ou o termo enunciado pela negação, não será um próprio do sujeito. E ainda se o termo negativo, ou o termo enunciado pela negação, é um próprio do sujeito, e nesse caso o termo afirmativo ou o termo enunciado pela afirmação, também não será um próprio do sujeito, por exemplo: como *animado* é um próprio de *animal*, *inanimado* não será um próprio de *animal*. Em segundo lugar, cumpre tomar em conta os predicados afirmativos ou negativos, e os sujeitos dos quais eles são, ou afirmados, ou negados, e ver, no acto da refutação, se o termo afirmativo não é deveras um próprio do sujeito afirmativo, pois então o negativo não será também um próprio do sujeito negativo. Se o negativo não for um próprio do sujeito negativo, o afirmativo também não será um próprio do sujeito afirmativo, por exemplo: como *animal* não é próprio de *homem*, *não-animal* não poderá ser um próprio de *não-homem*. Mais, se *não-animal* parece não ser um próprio de *não-homem*, *animal* também não será um próprio de *homem*. Na elaboração da tese, temos de ver se o termo afirmativo é um próprio do sujeito afirmativo, pois então o termo negativo será também um próprio do sujeito negativo. Se o termo negativo for um próprio do sujeito negativo, o termo afirmativo será também um próprio do sujeito afirmativo, por exem-

plo: como *não-viver* é um próprio de *não-animal, viver* será um próprio de *animal;* e se *viver* parece um próprio de *animal, não viver* pareceria um próprio de *não-animal.* Em terceiro lugar, cumpre considerar os sujeitos em si mesmos, e, na refutação, ver se o próprio aduzido é um próprio do sujeito afirmativo, pois então o mesmo termo não será também um próprio do sujeito negativo. E se o termo aduzido for um próprio do sujeito negativo, não será um próprio do sujeito afirmativo, por exemplo: como animado é um próprio de *animal, animado* não poderia ser um próprio de *não-animal.* Na tese, se o termo dado não for um próprio do sujeito afirmativo, será um próprio do negativo, mas este lugar é falso, pois, na verdade, um termo afirmativo não é um próprio de um sujeito negativo, nem um termo negativo é um próprio de um sujeito afirmativo, dado que um termo afirmativo não se predica de um sujeito negativo, e um termo negativo, ainda que se predique de um sujeito afirmativo, não o predica enquanto próprio. 136 b

A seguir, consideremos os elementos da mesma diarese, e vejamos, na refutação da tese, se nenhum dos elementos da divisão é um próprio de algum dos restantes elementos, pois então o termo aduzido não seria um próprio disso de que foi aduzido como

próprio, por exemplo: como *ser um vivente sensível* não é próprio de nenhum dos outros viventes, ser *um vivente inteligível* não seria um próprio de Deus. Na elaboração da tese, cumpre ver se algum dos restantes elementos da divisão é um próprio de cada um dos termos compreendidos na divisão, porque, nesse caso, o termo restante será também um próprio disso de que se aduziu não ser um próprio. Como um próprio da prudência é o ela ser por definição a faculdade racional da alma, por isso, assumindo deste modo cada uma das outras virtudes, da temperança será um próprio o ser, por definição, a virtude da faculdade concupiscente.

7

Na refutação convém examinar em seguida os casos, e ver se o caso do próprio aduzido não é um próprio do caso do sujeito, pois então o outro caso não será um próprio do outro caso, por exemplo: como o advérbio *bem* não é um próprio de *justamente*, *belo* também não será o próprio de *justo*. Com fins construtivos, é preciso ver se o caso do próprio aduzido é um próprio do caso do sujeito, pois ainda então o outro caso será um próprio do outro caso, por exemplo: se *pedes-*

tre-bípede é um próprio de homem, também o termo *pedestre-bípede* será próprio do homem. É preciso examinar os casos não só quanto ao termo agora em causa, mas também nos casos dos seus opostos, tal como indicámos quanto aos lugares anteriores. Para refutar uma tese, cumpre ver se o caso do oposto do próprio que se aduziu não é um próprio do caso do oposto do sujeito, pois então o outro oposto não será também um próprio do caso do outro oposto, por exemplo: como o advérbio *bem* não é o próprio de *justamente*, o advérbio *mal* também não poderia ser o próprio de *injustamente*. Na construção da tese, vejamos se o caso do oposto do próprio aduzido é um próprio do caso do oposto do sujeito que se aduziu, pois então ainda o caso do outro oposto será um próprio do caso do outro oposto, por exemplo: como *óptimo* é um próprio de *bom*, *péssimo* será também um próprio de *mau*.

A seguir, consideremos os sujeitos que se comportam por analogia e, na refutação, vejamos se o que se comporta por analogia ao próprio não é deveras um próprio disso que se comporta por analogia com o sujeito, porque então, o outro que se comporta por analogia não será também um próprio disso que se comporta por analogia, por exemplo: como *arquitecto* se comporta por analogia com

arquitectura e *médico* por analogia a *produção de saúde,* e como produzir saúde não é um próprio de médico, o construir uma casa
137 a não será um próprio de arquitecto. Na construção da tese, ver se o que se comporta por analogia ao próprio aduzido é um próprio do que se comporta por analogia com o sujeito, pois, também aí, o outro que se comporta por analogia, será um próprio disso que se comporta por analogia, por exemplo: como *médico* se comporta quanto à capacidade de *produzir saúde,* por analogia ao *ginasta* quanto à capacidade de *produzir vigor,* e como é um próprio do ginasta a capacidade de produzir vigor, do médico será um próprio a capacidade de produzir saúde.

Considerem-se agora os sujeitos que se comportam de modo idêntico e, na refutação, ver se o predicado que se comporta de modo idêntico com dois sujeitos não é de facto um próprio do sujeito que relativamente a ele se comporta de um modo idêntico com o sujeito em causa, porque então o predicado que se comporta de modo idêntico com um e com outro sujeito, não será um próprio do sujeito que se comporta, relativamente a ele, de modo idêntico ao primeiro sujeito. Se, por outro lado, o predicado que se comporta de modo idêntico quanto aos dois sujeitos é um próprio do sujeito que relativamente a ele se

comporta de modo idêntico ao sujeito em causa, então não será um próprio disso do qual se afirmou ser um próprio [por exemplo: como *prudência* se comporta de modo idêntico quanto a *belo* e quanto a *torpe*, por ser a ciência de cada um deles, e como não é um próprio da prudência ser a ciência do belo, não poderia ser próprio da prudência ser a ciência do torpe], porque é impossível que o mesmo seja próprio de vários sujeitos. Na construção da tese, este lugar carece de utilidade, porque o que se comporta de modo idêntico é um predicado único que comparamos com vários sujeitos. Em seguida, na refutação, vejamos se o predicado qualificado pelo verbo ser não é um próprio do sujeito qualificado pelo verbo ser, pois então a corrupção também não será um próprio do outro qualificado pela corrupção, nem geração um próprio do que se qualifica com geração, por exemplo: como do homem não é um próprio ser *um animal*, também não será um próprio da geração de homem a *geração de animal*, nem um próprio da *corrupção de homem* a *corrupção de animal*. De modo análogo, cumpre derivar argumentos de geração, de ser e de corrupção, e de corrupção, de ser e de geração, tal como o fizemos relativamente do ser à geração e à corrupção. Para elaborar a tese, vejamos se o sujeito

qualificado pelo verbo ser tem como próprio um predicado qualificado com o verbo ser, pois então o sujeito qualificado por *ser gerado* terá como próprio o predicado qualificado por *ser gerado,* e o sujeito qualificado por *ser corrompido,* o predicado qualificado por *ser corrompido,* por exemplo: como um próprio do homem é ser mortal, também será um próprio de ser gerado homem o ser gerado mortal, e um próprio de o homem ser corrompido o mortal ser corrompido. Também temos 137 b de relacionar de igual modo a geração, a corrupção e o ser, e tudo quanto deriva destas noções, como dissemos no caso da refutação.

Em seguida, temos de considerar a ideia do sujeito afirmado, e ver, na refutação da tese, se o próprio aduzido não predica deveras a ideia, ou se não a predica enquanto ideia do sujeito cujo próprio se aduziu, pois então, o que se aduziu como próprio não será um próprio, por exemplo: como *estar em repouso* predica, não a ideia de homem enquanto homem, mas enquanto ideia, *estar em repouso* não poderia ser um próprio de homem. Na construção, ver se o próprio predica a ideia, e a predica enquanto ideia do sujeito de que dizemos ser o próprio, pois então o que se disse não ser um próprio será um próprio, por exemplo: como do animal se diz ser um *composto de alma e corpo,* e como este próprio

lhe pertence enquanto animal, então do animal será próprio o ser composto de alma e de corpo.

8

A seguir, tenhamos em consideração o *mais* e o *menos,* e, em primeiro lugar, na refutação, ver se o que é mais tal predicado não é, de facto, um próprio do que é mais tal sujeito, pois o que é menos tal predicado também não será um próprio do que é menos tal sujeito, nem o que é menos tal predicado um próprio do que é menos tal sujeito, nem o que é mais tal predicado um próprio do que é mais tal sujeito, nem sequer o predicado puro e simples um próprio do sujeito puro e simples, por exemplo: como ser *mais colorido* não é um próprio *do que é mais um corpo, ser menos colorido* não será também um próprio *do que é menos um corpo,* nem *ser colorido* um próprio do *corpo puro e simples.* Para construir a tese, ver se o que é mais tal predicado é um próprio do que é mais sujeito, pois, nesse caso, o que é menos tal predicado será um próprio do que é menos tal sujeito, o que é menos tal predicado um próprio do que é o menos tal sujeito, o que é o mais tal predicado um próprio do que

é mais tal sujeito, e o predicado puro e simples um próprio do sujeito puro e simples, por exemplo: como *sensação* é um próprio do que é mais animal, *menor sensação* será um próprio do que é *menos animal, e maior sensação* o próprio do que é o *mais animal, sentir o menos* um próprio do que é *o menos animal,* e o *sentir simplesmente* um próprio do *animal puro e simples.*

Cumpre ainda passar do termo simples aos termos acima indicados, e ver, na refutação, se o predicado puro e simples não é deveras um próprio do sujeito puro e simples, pois então o que é mais tal predicado não será um próprio do que é mais tal sujeito, nem o que é menos tal predicado um próprio do que é menos tal sujeito, nem o que é o mais tal predicado um próprio do que é o mais tal sujeito, nem o que é o menos tal predicado um próprio do que é o menos tal sujeito, por exemplo: como *virtuoso* não é um próprio de homem, ser *mais virtuoso* não será o próprio do que é *mais homem.* Na construção da tese, ver se o predicado puro e simples é deveras um próprio do sujeito puro e simples, pois então, e ainda, o que é mais tal predicado será um próprio do que é mais tal sujeito, o que é menos tal predicado um próprio do que é menos tal sujeito, o que é o menos tal predicado um próprio do que é o menos tal

sujeito, e o que é o mais tal predicado um próprio do que é o mais tal sujeito, por exemplo: como próprio do fogo é o *elevar-se naturalmente,* próprio do que é mais fogo será o 138 a *elevar-se mais naturalmente.* De igual modo também, cumpre ter isto em mente do ponto de vista das demais noções.

Depois, na refutação, vejamos se o que é mais um próprio não é, deveras, um próprio do que é mais sujeito, pois então o que é menos um próprio também não será um próprio do que é menos sujeito, por exemplo: como *sentir* é mais um próprio do animal do que *conhecer* é um próprio de homem, e como sentir não é um próprio de animal, conhecer não seria um próprio de homem. Na construção da tese, ver se o que é menos um próprio é um próprio do que é menos sujeito, porque, nesse caso, o que é mais um próprio será um próprio do que é mais sujeito, por exemplo: como *ser naturalmente manso* é menos um próprio de homem do que *viver* do animal, e como próprio do homem é *ser naturalmente manso, viver* será um próprio de animal.

Em terceiro lugar, na refutação, ver se o predicado não é deveras um próprio do que ele é mais um próprio, pois então também não será um próprio disso que é um próprio, mas, se for um próprio do sujeito primeiro, não será um próprio do sujeito segundo, por

exemplo: como *ser colorido* é mais um próprio da superfície do que do corpo, e como não é um próprio da superfície ser colorida, também não será um próprio de corpo; mas se for um próprio da superfície, não o será do corpo. Em contrapartida, para a construção da tese, este lugar não é útil, pois é impossível que o mesmo seja próprio de vários sujeitos.

Em quarto lugar, na refutação, ver se o que é mais um próprio de um dado sujeito não é deveras o seu próprio, pois então o que é menos um próprio deste sujeito também não será dele um próprio, por exemplo: como *sensível* é mais um próprio de *animal* do que *divisível*, e como *sensível* não é um próprio de *animal*, *divisível* não seria um próprio de animal. No levantamento da tese, ver se o que é menos um próprio do sujeito é deveras o seu próprio, pois então o que é mais um próprio deste sujeito será também o seu próprio, por exemplo: como *sentir* é menos um próprio de animal do que *viver*, e como *sentir* é um próprio de animal, *viver* será um próprio de animal.

Em seguida, temos de considerar os predicados que predicam de igual modo os seus sujeitos, e, antes de mais, na refutação, ver se o que é verosimilmente um próprio não é, deveras, um próprio verosimilmente um pró-

prio, pois então o que é verosimilmente um próprio não será também um próprio disso de que é verosimilmente um próprio, por exemplo: como *desejar* é um próprio da faculdade concupiscente da alma, tal como *raciocinar* é próprio da faculdade racional, e como *desejar* não é um próprio da faculdade concupiscente, *raciocinar* não poderia ser um próprio da faculdade racional. Para estabelecer a tese, ver se o que é verosimilmente um próprio é deveras um próprio disso de que é verosimilmente próprio, pois, nesse caso, o que é verosimilmente um próprio não será um próprio disso de que é verosimilmente um próprio, por exemplo: como ser o *sujeito primeiro da prudência* é um próprio da faculdade racional, assim como o ser o sujeito primeiro da temperança é um próprio da faculdade concupiscente, e como é um próprio da faculdade racional o ser o sujeito primeiro da prudência, da faculdade concupiscente será um próprio ser o *sujeito primeiro da temperança.* 138 b

Em segundo lugar, na refutação, ver se o que é verosimilmente um próprio de um sujeito não é deveras o seu próprio, pois então o que é verosimilmente um próprio não será também um próprio do sujeito, por exemplo: como são verosimilmente um próprio de homem *ver* e *ouvir*, e como ver não é um próprio de homem, ouvir também não será um

próprio de homem. Na elaboração da tese, ver se o que é verosimilmente um próprio do sujeito é seu próprio, pois ainda então o que é verosimilmente um próprio desse sujeito não o será, por exemplo: como é verosimilmente próprio da alma o ser o sujeito primeiro da faculdade concupiscente e da faculdade racional, como é próprio da alma o ser o sujeito primeiro da faculdade concupiscente, da alma será um próprio o ser o sujeito primeiro da faculdade racional.

Em terceiro lugar, na refutação, ver se o próprio não é um próprio disso de que se aduz como verosimilmente próprio, pois então também não será um próprio disso de que se formula como verosimilmente próprio, mas se for um próprio do sujeito primeiro, não será um próprio do sujeito segundo, por exemplo: como *queimar* é verosimilmente um próprio da *chama* e do *carvão,* e como *queimar* não é um próprio da chama, *queimar* não será também um próprio do carvão; mas se for um próprio da chama, não o poderá ser do carvão. Para erguer a tese, este lugar não é útil.

O lugar extraído dos sujeitos que se comportam de modo semelhante difere do que se extrai dos predicados que predicam o sujeito de modo semelhante, porque o primeiro é entendido por analogia, sem levar em conta

qualquer predicação de um sujeito, e o segundo, pelo contrário, tira a sua comparação de alguma predicação de um sujeito.

9

Para refutar convém ver, a seguir, se, exprimindo o próprio em potência [107], o opositor também formulou o próprio relativo ao não-ser, uma vez que *potência* não se predica do *não-ser*, porque, neste caso, o que foi aduzido como um próprio não será um próprio, por exemplo: dizendo que um próprio do ar é *respirável*, aduzimos, por um lado, o próprio potencial (pois o respirável é isso que pode ser respirado), e, por outro, o próprio relativo ao não-ser, enquanto que, mesmo que não haja animal constituído para respirar, pode haver ar, mesmo que não haja qualquer animal. Logo, o ar ser respirável não é um próprio do ar, se não houver qualquer animal que possa respirá-lo, pelo que o respirável não poderia ser um próprio do ar. Para construir a tese, ver se, aduzindo o próprio potencial, colocamos o próprio relativo a um ser, ou relativo a um não-ser, se a potência puder predicar o não-ser, pois, nesse caso, o que se aduziu como não próprio será um próprio, por exemplo: se dermos como um próprio do ser a capacidade de sofrer ou de agir, dando

139 a

o próprio potencial, demos o próprio relativo a um ser, pois, quando um ser existe, ele será capaz de sofrer ou de agir de algum modo, por isso que a potência de sofrer ou de agir será um próprio do ser.

Por fim, para refutar, ver se o opositor aduziu o próprio do superlativo, porque, então, o que se aduziu como um próprio não será um próprio. Quando aduzimos o próprio deste modo, acontece que o nome não vem a ser verdadeiro do sujeito cujo enunciado do próprio é verdadeiro, porque, uma vez destruído o sujeito, o enunciado do próprio não permanecerá, uma vez predicar qualquer sujeito no modo superlativo. Por exemplo, se aduzimos como próprio do fogo o ser *o corpo mais leve*, porque, uma vez extinto o fogo, ainda continuará a haver corpo que seja *o mais leve*, por isso que *o ser o corpo mais leve* não seria o próprio do fogo. Para construir a tese cumpre ver se evitámos aduzir o próprio no superlativo, pois então, neste aspecto, o próprio não estará correctamente aduzido, por exemplo: se dissermos que um próprio do homem é o ser um animal naturalmente manso não pomos o próprio no superlativo, e o próprio estará, aí, rectamente posto.

LIVRO VI

1

A pragmática das definições divide-se em cinco partes. Ou não é de todo verdadeiro aplicar a expressão da definição ao sujeito a que se aplica o nome, pois a definição de homem deve ser verdadeira de qualquer homem; ou ainda, que se o objecto tiver um género, não cuidámos da adução do objecto definido no género, ou, pelo menos, não o aduzimos no género que lhe é próprio (porque, ao definir, é preciso colocar o objecto no seu género e, só então, juntar as diferenças, porque, de todos os elementos da definição é sobretudo o género, ao que parece, que significa a essência do definido); ou ainda, que a expressão da definição não é própria do definido (pois é necessário que a definição seja própria do definido, tal como vimos mais

acima) [108]; ou ainda, é preciso ver se, uma vez observadas todas as regras anteriores, todavia não definimos o definido, isto é, não exprimimos a sua essência. Por fim, e para além do que dissemos, temos de ver se, uma vez definido o sujeito, todavia não o definimos bem [109].

Se a expressão da definição não for também verdadeira do sujeito que recebe o nome, a nossa análise tem de se concentrar nos tópicos do acidente. Ainda aqui, a questão que 139 b se põe é sempre esta: é isto verdadeiro, ou não verdadeiro? Porque, quando, na controvérsia, estabelecemos que o acidente se predica do sujeito, declaramos que ele é verdadeiro; e quando postulamos que não predica o sujeito, declaramos que não é verdadeiro. E se não cuidámos de colocar o sujeito no género próprio, ou se a expressão enunciada não é peculiar ao objecto, é sobre os lugares indicados para o género e para o próprio que a nossa análise deve apoiar-se.

Só nos resta dizer como inquirir se o objecto foi definido, ou se não foi rectamente definido. O que em primeiro lugar temos de ver, é se o objecto não foi rectamente definido, pois é mais fácil, não importa em que caso, fazê-lo do que fazê-lo bem. Assim, pois, o erro é mais frequente neste caso, uma vez que a tarefa é mais difícil. Por conseguinte,

o ataque torna-se mais fácil do que no primeiro caso.

A incorrecção da definição divide-se em duas partes: primeira, quando nos servimos de uma obscura enunciação, pois é necessário, ao definir, servirmo-nos da enunciação mais clara possível, visto que é neste propósito de tornar algo conhecido que elaboramos a definição; segunda, é quando a enunciação é mais longa do que o necessário, pois tudo quanto se acrescenta à definição é supérfluo. Cada uma destas divisões de que falámos divide-se, por sua vez, em várias partes.

2

Uma primeira regra sobre a obscuridade da definição é a de ver se o termo empregado é homónimo de algum outro, se dissermos, por exemplo, que a geração é uma passagem à substância, ou que a saúde é uma simetria dos elementos quentes e frios. Aqui, passagem e simetria são termos homónimos, logo, não vemos bem qual dos significados do termo de múltiplas significações queremos designar. Se o termo definido tiver múltiplas acepções, então enunciámos a definição sem distinguir as acepções, pelo que, nesse caso, não sabemos com rigor qual delas definimos, pelo que o opositor pode objec-

tar, dizendo que a definição não é aplicável a todas as coisas cuja definição enunciámos, e este tipo de objecção pode aduzir-se, sobretudo quando a homonímia se oculta ao que define. Depois de termos distinguido os diferentes significados do termo proposto na definição, podemos, por nós mesmos, argumentar, pois se a expressão utilizada não for adequada a nenhum dos significados do sujeito, é porque não efectuámos uma correcta definição do sujeito.

Outro lugar comum consiste em ver se o opositor falou por metáfora, por exemplo, se definiu ciência como *irrevogável*, ou terra como *nutriz*, ou *temperança* como *harmonia*, uma vez que tudo quanto se diz por metáfora é obscuro. Também é possível objectar ao que usa uma expressão metafórica, como se a tivesse expresso em acepção literal, porque a definição indicada não se aplicará ao termo definido, por exemplo, no caso da temperança, pois que harmonia inere aos sons. Além disso, se harmonia for o género de temperança, então um mesmo objecto estará em dois géneros, dos quais um não contém o outro, porque harmonia não contém virtude, nem virtude contém harmonia.

140 a

Além disso, cumpre ver se o adversário utiliza termos insólitos, como quando Platão descreve o olho[110], por exemplo, como *véu*

dos cílios, ou a *tarântula* como dotada de garras venenosas, ou a *medula* como *produto dos ossos*. Um termo insólito é sempre obscuro.

Há certas expressões que não se empregam, nem por ambiguidade, nem por metáfora, nem por sentido literal, como quando se diz que a lei é a medida ou a imagem do que é justo por natureza. Expressões deste quilate são inferiores à metáfora, já que a metáfora ainda procura dar um certo conhecimento do objecto significado, em virtude da semelhança que estabelece, pois quando nos servimos da metáfora servimo-nos sempre dela em vista de alguma semelhança[111]. Pelo contrário, esta outra forma de expressão não dá qualquer conhecimento, por não haver qualquer semelhança em função da qual a lei possa ser medida ou imagem, e a lei não se define comummente de tal modo. Logo, se dissermos que a lei é, em acepção própria, uma medida, ou uma imagem, erramos, porque uma imagem é algo produzido por imitação, predicado que não inere à lei. Se, por outro lado, não assumirmos o termo na sua acepção própria, resulta que empregámos uma expressão obscura e inferior a não importa que metáfora.

Cumpre ver também se a definição do contrário da definição proposta não se torna

evidente, pois as definições correctamente feitas também indicam os contrários; ou ainda, se a definição não indica por si mesma com evidência o que ela define, mas se, pelo contrário, é como nos trabalhos dos pintores antigos em que, sem uma inscrição, as respectivas figuras seriam irreconhecíveis.

Se a definição não for clara, teremos de a examinar do modo que expusemos.

3

Se o enunciado da definição for muito longo, examinemos em primeiro lugar se utilizámos um predicado universal, seja dos objectos reais em geral, seja dos que se situam no mesmo género do definido, já que um predicado como esse é necessariamente redundante. Importa que o género separe, uma das outras, as coisas que pertencem ao mesmo género. Ora, o predicado universal não separa o objecto dado dos outros que se acham no mesmo género, nem o separa do que se situa no mesmo género. Qualquer adição deste tipo é supérflua.

Vejamos também se, ainda que o predicado aditado seja próprio do termo definido, todavia, se o retirarmos, o que fica da definição continua próprio e exprime com evidência a essência do termo definido. Por exemplo, na definição de *homem*, a adição *capaz de*

adquirir ciência é supérflua, pois, mesmo que este predicado seja subtraído, o resto da definição continua a ser própria de homem e exprime a sua essência. Numa palavra, é supérfluo tudo o que, uma vez subtraído, não obsta a que o resto exprima o termo definido. É esta, por exemplo, a definição de *alma*, se dissermos que *alma é um número que a si mesmo se move*, pois o que a si mesmo se move é justamente a alma, conforme à definição de Platão [112]. Também pode acontecer que a expressão utilizada, ainda que própria do sujeito, não exprima a essência da alma, caso o termo número seja eliminado. É difícil determinar qual destas duas coisas é na realidade, mas o que importa, em todos os casos desta espécie, é ter em mente o que traz vantagens à discussão. Dizemos, assim, que a definição de fleuma é o *húmido não digerido que primeiro se produz do alimento*. Aqui, o que está em primeiro lugar é único e não múltiplo, de modo que o termo não digerido é supérfluo, e se o eliminarmos, o resto da definição não será menos própria do sujeito, pois não é possível que a fleuma e outra coisa qualquer provenham simultanea primeiro do alimento. Ou talvez a fleuma não seja, absolutamente falando, o que primeiro se produz do alimento, mas apenas o primeiro entre os não digeridos, de modo que

140 b

haja de se aditar o termo não digerido; se nos exprimirmos de outro modo, a definição não é verdadeira, a não ser que a fleuma seja o primeiro de todos os produtos do alimento, sem distinção.

Há que ver, ainda, se um dos elementos compreendidos na definição não é próprio de todos os objectos compreendidos na mesma espécie, pois este tipo de definição é também inferior àquelas em que nos servimos de um predicado próprio de todos os seres. No caso que precede, se o resto da expressão foi próprio do definido, também o todo lhe será próprio; podemos, de modo absoluto, dizer que, se juntarmos um predicado verdadeiro ao próprio, seja ele qual for, toda a expressão no seu todo se torna também própria. No presente caso, pelo contrário, se um dos elementos compreendidos na definição não predicar todos os termos da mesma espécie, é impossível que toda a expressão seja própria do definido, pois não será um predicado convertível com o termo. Digamos *animal-pedestre-bípede com a altura de quatro côvados* — uma expressão deste quilate não constitui um predicado convertível com o termo, pois *com a altura de quatro côvados* não é próprio de todos os sujeitos subordinados à mesma espécie.

Vejamos ainda se o opositor repetiu vá-

rias vezes a mesma coisa, se disse, por exemplo, que *apetite é o desejo do agradável.* Todo o apetite tem por objecto o agradável, pelo que tudo o que for idêntico ao apetite terá também o agradável por objecto. A nossa definição de apetite vem a formular-se, nesse caso, assim: *o desejo do agradável do agradável,* por não haver nenhuma diferença, entre dizer *apetite* e dizer *desejo do agradável,* de modo que cada um destes termos terá o agradável por objecto. Pode suceder, é verdade, que não haja aí qualquer absurdo, pois podemos dizer — *o homem é um bípede,* logo, o que é idêntico a homem também será bípede; ora *animal-pedestre-bípede* é idêntico a homem; logo, *animal-pedestre-bípede* será um bípede. Nenhum absurdo deriva daqui, pois bípede não é um predicado de animal-pedestre (se fosse, bípede seria afirmado duas vezes do mesmo sujeito), mas bípede diz-se, de facto, de animal-pedestre-bípede, de modo que bípede só se emprega uma só vez como predicado. O mesmo no exemplo de apetite: não é do desejo que o ter-se o agradável por objecto se afirma, mas da expressão no seu todo, pelo que, ainda aqui, a predicação só se faz uma vez. Absurdo não é repetir duas vezes a mesma palavra, mas atribuir várias vezes o mesmo predicado a um sujeito; se disséssemos, por exemplo, como Xenócrates, 141 a

que a prudência é o que define e contempla os seres[113], porque a definição constitui já uma certa contemplação (teorética), pelo que, aditando ainda as palavras *e que contempla*, repetimos duas vezes a mesma coisa. Cometem o mesmo erro os que dizem que *o arrefecimento é uma privação de calor natural*. Toda a privação é, deveras, privação de um predicado natural pelo que é supérfluo aditar a palavra *natural*; bastaria dizer *privação de calor*, pois o termo privação por si só indica que se trata de um calor natural. Veja-se ainda se, enunciado o universal, aditámos um termo particular; se dizemos, por exemplo, que *equidade* é uma *atenuação do que é útil e justo*. Justo é, com efeito, uma espécie de útil, e por conseguinte acha-se contido em útil, de onde o termo justo ser supérfluo, pois, ao indicarmos o universal, já fizemos a adição do particular. Assim também, se definimos a Medicina como uma ciência do que é saudável no animal e no homem, ou a Lei como uma imagem do que por natureza é belo e justo, pois justo é uma espécie de belo e, portanto, repetimos várias vezes a mesma coisa.

4

Para saber se a definição é correcta ou incorrecta temos de proceder em conformidade com estas e outras análogas regras. Para sa-

ber se indicámos ou não indicámos e definimos a quididade do sujeito, temos de proceder como segue.

Antes de mais, vejamos se o opositor omitiu constituir a definição com a ajuda de termos anteriores e mais conhecidos. Como a definição tem por objectivo dar a conhecer o termo proposto, e como tornamos as coisas conhecidas tomando não importa quais termos, mas sempre os termos anteriores e mais conhecidos, tal como na demonstração (é assim em todo o ensino, seja ele didascálico ou matemático [114]) é evidente que, se não efectuarmos a definição através destes termos, nada teremos definido. De outro modo, haveria múltiplas definições do mesmo sujeito — é evidente que utilizar termos anteriores e mais conhecidos é também formular uma definição, e uma definição mais perfeita, de modo que ambas seriam definições do mesmo sujeito. Este modo de ver não é comummente aceite; de cada um dos sujeitos há uma só definição, logo, se quisermos que haja várias definições do mesmo sujeito, a essência do sujeito definido será idêntica à expressão que toma em cada uma das definições, e estas expressões não são as mesmas, porque as definições são diferentes. É portanto claro que não definimos, quando a definição não se

141 b

formula através de termos anteriores e mais conhecidos.

A afirmação de que a definição não se formulou através dos termos anteriores e mais conhecidos é entendível por duas maneiras: ou supomos que os seus termos são absolutamente menos conhecidos, ou supomos que são menos conhecidos por nós, pois ambos os casos são possíveis. Assim, absolutamente falando, o anterior é mais conhecido do que o posterior, por exemplo: o ponto é mais conhecido do que a linha, a linha do que a superfície, e a superfície do que o sólido, tal como a mónada é mais conhecida do que o número, por ser anterior a todo o número, e princípio de todo o número. De igual maneira, a letra é mais conhecida do que a sílaba. Quanto ao que nós conhecemos melhor, sucede por vezes o inverso: o sólido cai antes de tudo o mais sob o nosso sentido, e a superfície mais do que a linha, e a linha mais do que o ponto, pois a maior parte dos homens conhece em primeiro lugar estas noções, já que qualquer inteligência ordinária as pode compreender, enquanto as outras exigem excepcional perspicácia.

Absolutamente falando, é preferível tornar conhecidos os posteriores através dos anteriores, pois este método é mais acomodado ao saber. No entanto, para os incapa-

zes de conhecer através destes termos, talvez seja necessário formular a definição mediante termos que lhes são mais conhecidos. Entre as definições deste tipo acham-se as do ponto, da linha e da superfície, pois todas explicam o anterior pelo posterior, já que o ponto, diz-se, é o limite da linha, a linha o da superfície, e a superfície o do sólido. Não devemos esquecer que, ao definirmos deste modo, é impossível exprimir a quididade do definido (a menos que, por acaso, não haja identidade entre o mais conhecido para nós e o mais conhecido em absoluto), porque uma definição correcta deve definir mediante o género e as diferenças, e porque estas pertencem ao que é, absolutamente falando, mais conhecido do que a espécie, e a esta anteriores. A supressão do género e da diferença suprime também a espécie, de modo que aquelas são noções anteriores à espécie. São também mais conhecidas, porque se a espécie é conhecida, o género e a diferença devem necessariamente ser também conhecidos, — conhecendo o homem, conhecemos simultaneamente o animal e o pedestre; mas se o conhecido for o género ou a diferença, não se segue daí necessariamente que a espécie seja também conhecida; logo, a espécie é mais desconhecida. Além disso, se dizemos que são verdadeiras definições as que têm como caracterís-

tico o serem formuladas a partir de termos mais conhecidos de tal ou tal, seremos levados a dizer que há várias definições do mesmo sujeito, pois sucede que tais termos são mais conhecidos por tais pessoas, e tais outros por tais outras, não sendo os mesmos para toda a gente, de modo que será necessário formular para cada pessoa uma dife-
142 a rente definição, caso seja exacto que a definição se deve fazer a partir dos termos mais conhecidos desta e daquela pessoa. Além disso, para as mesmas pessoas, e em diversos tempos, são diversas as coisas mais conhecidas: a princípio, são os objectos sensíveis, mas quando a mente se torna mais perspicaz é o inverso, pelo que, até para a mesma pessoa, não será necessário dar sempre a mesma definição, caso pretendamos que a definição se formule a partir de termos mais conhecidos por este ou por aquele. Portanto, não devemos definir através destes termos, antes devendo definir através de termos mais conhecidos em absoluto; só desta forma poderemos obter uma definição que seja uma e a mesma. No entanto, o que é mais conhecido em absoluto não é o que toda a gente conhece, mas apenas o que é conhecido pelos de espírito inteligente, tal como, em absoluto, *são* é *o que é são,* para os que têm súde. Convém precisar cada um destes pontos, e servirmo-

-nos deles em vista do maior interesse da discussão. O que acima de tudo é irrefutável é que uma definição pode ser destruída, caso se verifique que não foi enunciada, nem a partir do conhecido em absoluto, nem a partir do mais conhecido por cada um.

Uma primeira forma errónea de não operar através dos termos mais conhecidos é a de exprimir o anterior pelo posterior, tal como acima fizemos notar. Outra forma consiste em formular a definição do que está em repouso e é definido, pelo que é indefinido e está em movimento, já que *o que está em repouso* e *que é definido*, são noções anteriores respectivamente ao que é indefinido e ao que está em movimento.

O erro que consiste em não formular a definição através dos termos anteriores apresenta três formas. A primeira, quando o oposto foi definido pelo oposto, por exemplo, o bem pelo mal, porque os opostos são por natureza simultâneos. E há quem pense também serem eles dois objectos da mesma ciência, de modo que não podemos afirmar que um é mais conhecido do que o outro. Todavia, importa não esquecer que alguns objectos talvez não sejam definíveis de outra forma, como é o caso de *dobro*, que não é definível sem *metade*, como sucede a todos termos que em si mesmos são relativos.

Quanto a todos os objectos desta natureza, a essência é o mesmo que alguma definida relação com outro, de tal forma que é impossível inteligir um termo sem o outro, motivo pelo qual, na definição de um, deve achar-se contida necessariamente a de outro. Importa conhecer tudo quanto se comporta deste modo, servindo-nos disso nos casos em que nos pareça conveniente.

Uma outra forma revestida por este erro é a de quando, na definição, nos servimos do termo definido. Este erro não é notado quando utilizamos o próprio nome definido, como é o caso, por exemplo, ao definirmos
142 b *sol como um astro que se mostra durante o dia,* pois, ao empregarmos o termo *dia*, também nos servimos do termo *sol.* Para evidenciar erros deste tipo, convém substituir a palavra pela sua definição, e definir *dia* como o movimento do sol acima da terra. Quando dissemos *o movimento do sol acima da terra* dissemos o *sol*, de modo que utilizamos o termo *sol* e também utilizamos o termo *dia.* Uma terceira forma deste erro é a de quando definimos um termo coordenado de uma divisão por outro termo da mesma divisão, por exemplo, *ímpar* como sendo *maior do que o par de uma unidade.* Os termos coordenados de uma divisão derivada do mesmo género são por natureza simultâneos. Ora, o

ímpar e o par são termos coordenados de uma divisão, pois tanto um como outro são diáforas do número.

Do mesmo passo, cumpre ver se o opositor definiu um termo superior através de um termo subordinado, se disse, por exemplo, que *par é um número diviso em metades*, ou que *bem é um hábito de virtude*, porque metade deriva de dois, que é um número par, e a virtude é uma espécie de bem, pelo que ambos estes termos são subordinados a outros. Além disso, quando utilizamos o termo *subordinado*, também nos servimos necessariamente do outro, pois, quando utilizamos o termo *virtude*, também utilizamos o termo bem, por virtude ser um certo bem; e o mesmo acontece quando utilizamos o termo *metade*, logo nos servimos do termo *par*, pois ser dividido em metades significa ser dividido em dois, e dois é par.

5

De um modo geral, há somente um lugar para a definição que não seja formulada mediante termos anteriores e mais conhecidos; e as subdivisões deste lugar são as que acima enumerámos. Um segundo lugar consiste em saber se, ainda que o sujeito se ache num gé-

nero, o opositor cometeu o erro de não o formular dentro de um género. Este tipo de erro encontra-se sempre que a essência do sujeito não foi mencionada no enunciado da definição, por exemplo: a definição de corpo como *o que é tridimensional*, ou a definição de homem, supondo que alguém a dera assim, *como o que sabe contar*. O género visa precisamente significar a essência do objecto, sendo este o primeiro a colocar entre os elementos da definição.

Além disso, cumpre ver se o termo definido é aplicável a vários objectos, e cometemos o erro de não o relacionar com todos, como, por exemplo, quando se definiu Gramática como *a arte de escrever ao ditado*, pois temos de acrescentar *e de ler*. Se definirmos Gramática como *a arte de escrever*, não se definiu mais do que se tivéssemos dito que é a *arte de ler*, de modo que não é indicando uma ou outra, mas ambas as coisas ao mesmo tempo, que obtemos a definição, pois não é possível haver várias definições do mesmo objecto. Todavia, só em certos casos 143 a o que acabamos de dizer é verdadeiro, pois em outros casos não é assim, como, por exemplo, com todos os termos que não têm uma relação essencial com os dois objectos ao mesmo tempo. Assim, quando dizemos que a medicina é a ciência da produção da doença

e da saúde, pois se diz que a medicina por si mesma produz a saúde, produzindo a doença por acidente, pelo que a produção da doença é algo de estranho à medicina. Neste caso, quando propomos a medicina como algo de simultaneamente relativo a estas duas acções, não a definimos melhor do que se a relacionássemos apenas com uma delas; mas talvez essa definição seja pior, pois que qualquer um, mesmo estranho à medicina, é capaz de produzir a doença.

É preciso ver, além disso, se o termo definido foi relacionado, não com o melhor, mas com o pior, no caso de o definido ter várias relações possíveis, pois toda a sapiência, toda a potência, se relaciona, ao que parece, com o melhor.

Por outro lado, se o termo não foi colocado no seu próprio género, cumpre analisá-lo em conformidade com as regras elementares aplicáveis aos géneros, tal como explicámos atrás.

Não obstante, há que ver se, na indicação dos géneros, fomos para além deles, definindo, por exemplo, justiça como um *hábito produtor de igualdade* ou *distribuidor do que é igual*, pois, ao definirmos deste modo, definimos para além da virtude, e deixando de lado o género da justiça, não mencionámos a sua essência, pois que, em todos os casos,

a essência vem acompanhada do género. Procedendo dessa forma não colocamos o sujeito dentro do seu género mais próximo, pois ao colocarmo-lo no género mais próximo, indicámos por isso mesmo todos os géneros superiores, visto que todos os géneros superiores se afirmam dos subordinados. Logo, ou se coloca o sujeito dentro do género mais próximo, ou então cumpre ligar ao género superior todas as diferenças pelas quais se define o género mais próximo, pois deste modo nada seria omisso, tendo-se mencionado somente o género subordinado, em vez de se fazer menção do seu nome. Pelo contrário, mencionando apenas o género superior em si mesmo, não indicámos ao mesmo tempo o género subordinado; se, por exemplo, dizemos *uma planta*, não dizemos, por isso mesmo, *uma árvore*.

6

Quanto às diferenças, temos de examinar se também as diferenças mencionadas são deveras as diferenças do género. Se não tivermos definido mediante as diferenças próprias do definido, ou se aduzimos um termo que não seja absolutamente considerável como diferença, seja do que for, ou do animal, ou da substância, é evidente que não

teremos uma definição, pois estes termos não são diferenças em absoluto. Além disso, cumpre ver se a diferença mencionada possui um termo oposto dentro da mesma divisão; se o não possuir, a diferença mencionada não será a diferença do género. Um género é sempre dividido pelas diferenças, que são termos coordenados de uma divisão, por exemplo: *animal* é dividido por *pedestre, alado, aquático* e *bípede*. Também é preciso ver se, não obstante a presença de uma diferença oposta à aduzida, esta diferença não é, todavia, verdadeira do género, pois então é claro que nem uma nem outra serão uma diferença do género, porque as diferenças coordenadas de uma mesma divisão são todas verdadeiras do género próprio do definido. Também importa ver se, embora a diferença oposta à diferença aduzida for verdadeira, a sua adição ao género não constitui uma espécie, pois aí ela não seria uma diferença essencial do género, porque toda a diferença essencial aditada ao género constitui uma espécie. Se não for uma diferença, a diferença mencionada também não é diferença, porque se lhe opõe dentro da divisão. 143 b

Há que ver ainda se dividimos o género por negação, ao modo dos que definem a linha como *uma longitude sem latitude,* pois tanto nada significa senão que a linha não

tem latitude. O resultado será o de que, neste caso, o género participa da sua espécie — toda a longitude deve ser, ou sem latitude, ou com latitude, pois para todas as coisas, ou a afirmação ou a negação, é verdadeira, pelo que o género da linha, que é a longitude, será, ou sem latitude, ou com latitude. Todavia, a longitude sem latitude é a definição de uma espécie, tal como o é também a longitude com latitude, porque *sem latitude* e *com latitude* são diferenças, sendo a partir da diferença e do género que se formula a definição da espécie. O género receberia assim a definição da sua espécie. E também receberia a definição da diferença, porque ambas as diferenças indicadas são necessariamente afirmadas do género. Aliás, o lugar referido é útil para enfrentarmos os que admitem o ser das ideias. Se a ideia de longitude em si mesma é, como se poderá afirmar do género que ele é, com latitude ou sem latitude? Cumpre que, quanto à longitude considerada na plenitude da sua noção, um destes predicados seja verdadeiro, porque ele tem de ser verdadeiro do género. Ora, o que ocorre neste caso não é isso, pois há simultaneamente longitudes sem latitude e longitudes com latitude. Por isso, esta regra é somente válida contra os que professam que um género é sempre numericamente um, opinião apenas sustentada pelos defensores das

ideias, pois da *longitude em si mesma* e do *animal em si mesmo* dizem ser um género[115].

É possível que, em alguns casos, ao definirmos, tenhamos necessidade de uma negação, por exemplo, para definir as privações: *cego* significa *que não tem vista enquanto naturalmente a deveria ter.* Aliás não há nenhuma diferença entre dividir o género por uma negação e dividir o género por uma afirmação tal, que ela tem necessariamente uma negação como termo oposto na divisão. Se, por exemplo, definimos algo como uma longitude com latitude, pois o que tem latitude tem por termo coordenado na divisão o que não tem latitude, e nada mais, pelo que ainda aí o género se divide mediante uma negação. Há que ver ainda se aduzimos a espécie como se fosse uma diferença, ao modo dos que definem a contumélia como sendo *uma insolência acompanhada de irrisão*, pois a irrisão é uma espécie de insolência, de onde resulta que a irrisão não é uma diferença, mas uma espécie.

144 a

Além disso, vejamos se mencionámos o género como se fosse uma diferença, se dissemos, por exemplo, que *virtude é um hábito bondoso ou honesto,* pois o bem é deveras o género da virtude. Talvez aqui, *bem* não seja o género, mas a diferença, caso seja verdadeiro que a mesma coisa não se pode achar em

dois géneros que não se contém um ao outro; porque nem o bem contém o hábito, nem o hábito o bem, pois nem todo o hábito é um bem, nem todo o bem um hábito. Daqui se segue que estas duas noções não poderiam ser géneros e, portanto, se o hábito é o género da virtude, logo o bem não é género, mas diferença. Podemos acrescentar que o hábito exprime a essência da virtude enquanto o bem exprime, não a essência, mas uma qualidade. Ora, parece que a função da diferença é a de significar uma certa qualidade.

Cumpre ver ainda se a diferença aduzida significa, não uma qualidade, mas uma dada coisa singular, porque, na opinião comum, a diferença exprime sempre uma certa qualidade.

Também temos de analisar se a diferença predica o definido só por acidente, pois nunca a diferença deve considerar-se entre os predicados acidentais, por não ser possível que a diferença de algo predique e não predique simultaneamente esse algo.

Adiante: se a diferença, ou a espécie, ou uma das coisas subordinadas à espécie, for um predicado do género, não haverá definição. Nenhum destes termos é afirmável do género, porque o género é de todos eles o mais extenso. E também há que ver se afirmámos o género da diferença, pois parece que

o género se afirma, não da diferença, mas disso de que a diferença em si mesma é afirmada. *Animal* afirma-se de *homem*, de *boi* e de *outros animais pedestres*, e não da diferença em si mesma, a qual se afirma da espécie. Se quisermos que animal seja afirmado de cada uma das suas diferenças, *animal* será então afirmado múltiplas vezes da espécie, 144 b porque as diferenças são afirmadas da espécie. Acrescento que as diferenças se dirão todas, já das espécies, já dos indivíduos, se forem ditas dos animais, porque cada animal é, já uma espécie, já um indivíduo.

De modo análogo examinemos se a espécie, ou um dos objectos situados dentro da espécie, é afirmada da diferença, o que é impossível, pois a diferença é mais extensa do que as espécies. Além disso, o resultado será o de que a diferença é uma espécie, se uma das espécies for dela afirmada, por exemplo: se homem for predicado à diferença, é claro que a diferença é homem. E também há que ver se a diferença não é anterior à espécie, já que a diferença deve ser posterior ao género, mas anterior à espécie.

Há que ver ainda se a diferença mencionada predica um género diferente, que não é, nem contido, nem continente, pois, de um modo geral, admite-se que a mesma diferença não pode predicar dois géneros, dos quais um

não contenha o outro, caso contrário a mesma espécie estará em dois géneros, dos quais um não contém o outro; cada diferença arrasta consigo mesma o seu próprio género, *pedestre* e *bípede* arrastam *animal.* Se cada um dos géneros for verdadeiro, também disso de que a diferença é verdadeira, segue-se que a espécie deverá estar em dois géneros que não se contém um ao outro. Ou talvez não seja impossível que a mesma diferença esteja em dois géneros dos quais um não contém o outro, mas temos de acrescentar: excepto quando os dois são eles mesmos subordinados de um mesmo género. É assim que *animal pedestre* e *animal alado* são géneros, em que um não contém o outro, sendo bípede a diferença entre eles. É portanto necessário acrescentar *excepto quando os géneros são eles mesmos compreendidos sob o mesmo género,* pois neste caso estão ambos subordinados a animal. É também claro que não é necessário que a diferença arraste todo o seu género próprio, dada a possibilidade de a mesma diferença pertencer a dois géneros, dos quais um não contém o outro; mas é necessário que ela arraste apenas um dos géneros, e, com ele, todos os que lhe são superiores, tal como *bípede* arrasta, ou *animal alado,* ou *animal pedestre.* É preciso ver ainda se aduzimos a existência em algo como sendo a diferença da

substância de um objecto, dado parecer que uma substância não difere de uma substância pelo lugar. É por este motivo que se condenam os que dividem animal pelos termos pedestre e aquático, visto que pedestre e aquático indicam apenas o lugar. Ou talvez que, nestes casos, a censura seja injustificada: *aquático* não significa *existência em*, nem um certo lugar, mas antes uma dada qualidade, pois, se o objecto se encontrar em seco, nem por isso é menos aquático, e o mesmo se diz de *animal pedestre* que, mesmo na água, será pedestre, e não aquático. Mas, sempre que a diferença signifique *existência em*, é claro que se terá cometido um erro na definição. 145 a

Há que ver ainda se aduzimos como diferença uma afecção, pois toda a afecção, quando se torna mais intensa, destrói a substância, enquanto a diferença nunca se acha neste caso. A diferença mais parece, com efeito, salvaguardar isso de que é diferença, sendo absolutamente impossível a cada objecto existir independentemente da sua própria diferença — se não há pedestre, não haverá homem. Absolutamente falando, nenhuma coisa pode ter para a sua diferença algo a respeito do qual a alteração esteja sujeita, porque todas as coisas deste tipo, se não intensificadas, acabam por destruir a essência. Por conseguinte, se aduzimos alguma

diferença deste teor, cometemos um erro, porque não experimentamos qualquer alteração no que respeita às nossas diferenças.

Demais, cumpre examinar se aduzimos como diferença um termo relativo, uma diferença que não é por si mesma, porque as diferenças dos relativos são por si mesmas relativos, como também se verifica no caso da ciência. Esta última diz-se teorética, poética [116] e prática, e cada uma destas diferenças assinala uma relação: a ciência é a teoria de algo, a produção de algo, e a acção de algo.

Ainda importa ver se, na definição, expressámos cada um dos termos relativos a isso de que cada um é relativo por natureza. Enquanto em alguns casos o termo particular relativo só pode utilizar-se em relação com o seu natural, com exclusão de toda outra relação, noutros casos pode ser empregado em relação com outro objecto, por exemplo: a vista serve apenas para ver, enquanto a almofaça também pode servir para apanhar água. Contudo, se definíssemos *almofaça* como um instrumento de apanhar água, erraríamos, pois não é esse o seu uso natural. A definição do relativo natural de um objecto é a função natural daquilo em que o objecto seria utilizado pelo homem prudente, e em virtude da ciência própria a esse objecto.

Ou ainda, há que ver se, sempre que um

termo se acha em relação com vários, não o aduzimos na sua relação primeira, se definimos, por exemplo, prudência como sendo *a virtude do homem ou da alma,* e não como sendo *a virtude da faculdade racional da alma,* pois a prudência é em primeiro lugar a virtude da faculdade racional, só em relação a esta faculdade se dizendo que a alma e o homem se dizem ter a prudência.

Além disso, se o objecto, cujo termo definido foi considerado uma afecção, ou uma disposição, ou não importa qual outra determinação, não for susceptível de a receber, é porque errámos na definição. Toda a disposição e toda a afecção se produzem naturalmente no objecto de que é uma disposição ou uma afecção, tal como a ciência se produz na alma, sendo embora uma disposição da alma. Por vezes, enganamo-nos nos casos deste tipo, quando dizemos, por exemplo, que *o sono é uma impotência da sensação, a incerteza uma igualdade de juízos contrários,* e *a dor uma separação violenta das partes naturalmente unidas.* De facto, o sono não é um predicado da sensação (embora o devesse ser, caso fosse uma impotência da sensação); e a incerteza também não é um predicado dos juízos contrários, nem a dor é um predicado das partes naturalmente unidas, pois os inanimados também teriam então dor, porque a

145 b

dor estaria neles presente. Tal é ainda a definição de saúde, quando dizemos ser uma harmonia dos elementos quentes e frios, porque então será necessário que os elementos quentes e frios possuam a saúde — a harmonia de cada objecto é, deveras, um predicado inerente aos objectos de que é harmonia, de modo que a saúde seria um predicado desses objectos. Por outro lado, sucede que os que definem deste modo aduzem o efeito pela causa, ou inversamente. A separação das partes naturalmente unidas não é uma dor, mas apenas uma causa de dor, nem tão pouco o sono é uma impotência da sensação, mas um é a causa da outra, porque, ou dormimos porque a sensação falece, ou a sensação falece porque dormimos. De igual modo, a igualdade entre os juízos contrários pareceria ser a vera causa da incerteza; raciocinando nos dois sentidos, todas as razões de uma parte e de outra nos parecem iguais, sendo então que ficamos na incerteza sobre a acção a empreender.

Além disso, cumpre prestar atenção a todos os períodos de tempo, e ver se, neste aspecto, não há qualquer discordância, se, por exemplo, definimos *imortal como um vivente presentemente incorruptível,* pois o vivente presentemente incorruptível só presentemente será imortal. Ou talvez suceda, neste caso,

que a consequência não se segue, em virtude da ambiguidade da expressão *presentemente incorruptível,* que pode significar, ou que a coisa não foi presentemente destruída, ou que não pode ser presentemente destruída, ou que é presentemente tal, que nunca pode ser destruída. Quando dizmos que um vivente *é presentemente incorruptível,* queremos significar que é presentemente um vivente tal, que é de natureza a jamais ser destruído; ora, tanto significa que é imortal, pelo que daí não resulta que seja imortal somente no momento presente. Todavia, se suceder que o que foi dado na definição pertence apenas ao presente ou ao passado, então isso que é significado pelo nome é-lhe estranho, e não haveria identidade [117].

Há, pois, que servirmo-nos deste lugar, tal como dissemos.

7

É preciso verificar ainda se há outra forma de exprimir mais correctamente a natureza do definido do que a definição formulada; é o caso, por exemplo, quando definimos justiça como *a faculdade distributiva da igualdade.* Ora, *justo* significa mais *o homem que quer, livremente, distribuir a igualdade,* do que o *homem que só tem essa possibilidade,* de modo que a justiça não seria a facul-

dade distributiva da igualdade, pois nesse 146
caso também o homem mais justo seria o homem que possuísse maior capacidade de distribuir a igualdade.

Também importa ver se o objecto é passível de *mais,* enquanto o que consta da definição não é disso passível, ou, na inversa, o que consta da definição é passível de *mais,* enquanto o objecto não é tal. Cumpre que o objecto e a definição sejam ambos susceptíveis de mais, ou que nenhum deles o seja, caso seja verdadeiro que o constante da definição é idêntico ao objecto. Mais, vejamos se, embora objecto e definição sejam suceptíveis de *mais,* o seu aumento não é simultâneo, como quando definimos, por exemplo, amor concupiscente como sendo *o apetite do amor concubino,* porque, no real, o que ama mais não tem um desejo mais intenso de união carnal, pelo que estas duas coisas não aumentam ao mesmo tempo, e, contudo, seria necessário que aumentassem, caso houvesse identidade de definição e de definido.

De resto, dados dois objectos, cumpre ver se, a esse cujo definido é passível de *mais,* demos uma definição susceptível de *menos,* se, por exemplo, definimos o fogo como sendo o corpo composto das partículas mais finas. De facto, a chama é mais fogo do que a luz, mas a chama é menos do que a luz composta

das mais finas partículas; ora, seria necessário que a definição e o definido pertencessem ambos ao mesmo objecto, caso seja verdade haver identidade entre os dois. E mais, temos de ver se, definido e definição, um se aplica no mesmo grau aos dois objectos propostos, enquanto outro não se aplica aos dois no mesmo grau, mas antes mais a um do que a outro.

Há que ver ainda se formulámos a definição relativamente a dois objectos em separado, por exemplo, se definimos belo como o *agradável à vista ou ao ouvido*, e ser *o que é capaz de sofrer ou de agir*. O mesmo objecto será então simultaneamente belo e não belo, e, do mesmo modo, será ao mesmo tempo ser e não-ser. O que é agradável ao ouvido será idêntico ao belo, pelo que o não-agradável ao ouvido será idêntico ao não-belo; com efeito, os opostos dos idênticos também são idênticos, e o oposto de belo é o não-belo, enquanto que o agradável ao ouvido tem como oposto o não agradável ao ouvido, e, por isso, vemos que há identidade do não-agradável ao ouvido com o não-belo. Se, portanto, um objecto for agradável à vista e não ao ouvido, ele será ao mesmo tempo belo e não-belo. Mostraremos de modo análogo que o mesmo objecto tanto é ser como não-ser [118].

Além disso, quanto aos géneros, às diferenças e a todos os demais termos enunciados na definição, poremos as definições no lugar dos nomes, e veremos se há alguma discordância.

8

Se o termo definido for um relativo, ou em si mesmo, ou em virtude do género, cumpre ver se não indicámos, na definição, como devíamos, isso de que é relativo, já em si mesmo, já em virtude do género; se, por 146 b exemplo, definimos ciência como *um juízo irrefutável*, ou *vontade como um desejo sem dor*. A essência de todo o relativo é ser relativo a outro, e já dissemos que todo o ser de cada relativo só consiste em se achar numa dada relação. Seria preciso, então, dizer que ciência *é um juízo do cognoscível*, e vontade *um desejo do bem*. De igual modo, se definimos Gramática como *a ciência das letras*, pois era necessário formular, na definição, já isso a que o termo definido em si mesmo é relativo, já, pelo menos, isso de que o seu género é relativo. Mais, vejamos se cometemos o erro de não enunciar um termo relativo em relação ao seu telos [110], pois o telos é, em cada caso, o que há de melhor, ou isso em vista do que todo o demais é. É portanto necessário indicar o melhor elemento ou o

elemento último e dizer, por exemplo, que o apetite é o apetite, não do agradável, mas do prazer, pois é em vista deste que também procuramos o agradável.

Também há que ver se isso a que referimos o termo é uma geração, ou uma acção, pois nenhuma destas coisas é um fim. O que é um fim é o termo da acção e da geração, mais do que a acção e a geração em si mesmas. Ou talvez que esta regra não seja sempre verdadeira, pois a maioria dos homens prefere o deleite ao fim do deleite, pelo que se considera como fim mais a acção em si mesma do que o seu fim.

Por outro lado, em certos casos, é preciso ver se omitimos a distinção de quantidade, ou de qualidade, ou de lugar, ou das outras diferenças, por exemplo: quanto ao ambicioso, da quantidade e da qualidade das honras desejadas, pois como todos os homens desejam honras, segue-se que não basta designá-los de ambiciosos, mas cumpre acrescentar as diferenças que acabámos de mencionar. O mesmo para o cúpido, é preciso dizer a quantidade de riqueza que deseja, ou, do incontinente, de que prazeres ele é tal; pois, o que se entrega a qualquer espécie de prazer, não é designado por incontinente, mas apenas o que se entrega a uma determinada espécie de prazer. Também é o caso,

quando definimos a noite como uma sombra sobre a terra, o terramoto como um movimento da terra, a nuvem como uma condensação do ar, ou o vento como um movimento do ar. É também preciso dizer a quantidade, a qualidade, o lugar e a causa. Igual observação quanto aos casos análogos: quando se omite uma diferença, seja ela qual for, não se consegue indicar a quididade do objecto. E importa orientar o ataque contra o que se acha omisso na definição — um movimento da terra, compreendido independentemente da sua natureza e da sua amplitude, não será um terramoto; um movimento do ar, com omissão da sua natureza e da sua amplitude, também não será vento.

No caso dos desejos, é preciso ver se cometemos a omissão da palavra *aparente*, e o mesmo se diz dos demais casos em que isto se aplica; se dissemos, por exemplo, que 147 a vontade *é um desejo do bem*, ou apetite *um desejo do agradável*, sem indicar que nos referimos ao *bem* ou ao *prazer aparente*. Muitas vezes, quando se deseja, não se liga ao bom ou ao agradável, de modo que não é necessário que o objecto seja bom ou agradável, bastando que pareça tal. Também devíamos formular a definição observando este limite. Por outro lado, mesmo se o termo em causa foi acrescentado à definição, cumpre

trazer a terreiro as ideias do opositor, que sustenta a existência das ideias. Não há, com efeito, ideia de nada disso que é aparente, antes parece que a ideia se diz sempre em relação a uma ideia, por exemplo: o apetite em si mesmo é o do agradável em si mesmo, e a vontade em si mesma do bem em si mesmo; não podem, portanto, ter como objecto um bem aparente, nem um prazer aparente, pois a existência de um bem absolutamente *aparente* ou de um prazer absolutamente *aparente* é um absurdo.

9

Além disso, se a definição tiver por objecto o hábito, é preciso considerar o sujeito que o possui; e se a definição é a do sujeito que possui o hábito, é preciso considerar o hábito. E o mesmo se diz dos outros casos deste género. Se o agradável, por exemplo, for idêntico ao útil, também um homem que sente prazer extrai utilidade. Numa palavra, nas definições deste modelo, sucede, ao que define, definir numa certa acepção vários objectos em vez de um só; definindo a ciência, definimos também de certo modo a ignorância e, paralelamente, ainda *sábio* e *ignorante*, e ainda *saber* e *ignorar*. De facto, esclarecido o primeiro termo, também o resto de algum modo se esclarece. Portanto, é preciso evitar,

em todos os casos deste género, qualquer discordância, para tanto nos servindo dos princípios elementares extraídos da consideração dos termos contrários e dos termos compreendidos em uma mesma série.

No caso dos termos relativos, é preciso ver se a espécie se formula como relativa à espécie da qual o género em si mesmo é relativo. Se, por exemplo, a crença for relativa ao objecto da crença, cumpre ver se uma dada crença é relativa a um dado objecto de crença; e se o múltiplo é relativo ao submúltiplo, cumpre ver se um dado múltiplo é relativo a um dado submúltiplo; se estas relações não forem enunciadas, é evidente que errámos na definição.

Cumpre ver ainda se o oposto do termo tem definição oposta, isto é, se a definição de metade é o oposto da definição de dobro, pois se o dobro é o que ultrapassa uma quantidade igual, a metade é o que é ultrapassada por um quantidade igual. Dos contrários, a regra é a mesma: ao termo contrário aplicar-se-á a definição contrária, segundo um dos modos da composição dos contrários. Se útil, por exemplo, é *o que produz o bem*, daninho *é o que produz o mal* ou *o que destrói o bem*, pois uma destas últimas expressões é necessariamente o contrário do termo inicial. Se nem uma nem outra for o contrário

147 b

do termo inicial, é claro que nenhuma das definições formuladas em último lugar seria a definição do contrário do termo inicialmente definido; logo, a definição inicial não foi correctamente formulada. E como, em certos contrários, um só é designado pela privação do outro, como, por exemplo, a desigualdade parece ser a privação da igualdade — pois se chamam desiguais as coisas que não são iguais — é evidente que o contrário designado em função da privação deve ser necessariamente definido pelo outro, enquanto o outro não é definível pelo termo designado segundo a privação, pois nesse caso sucederia que, cada um deles, seria conhecido pelo outro. Portanto, é preciso ter cautela, nos casos dos termos contrários, para evitar um erro deste quilate, definindo, por exemplo, igualdade como *o contrário de desigualdade*, pois isso significa definir em função do termo que designa a privação. Além disso, se assim definirmos, seremos obrigados a servir-nos do próprio definido na definição, e isto é evidente se ao nome substituirmos a definição. Dizer *desigualdade* nada difere do dizer *privação de igualdade*; assim definida, igualdade será o contrário de privação da igualdade, pelo que teremos utilizado o próprio termo que tínhamos de definir. Admitamos que nenhum dos dois contrários é designado

pela privação, mas que, no entanto, a definição é formulada tal como antes; se, por exemplo, definimos bem como *o contrário do mal*; então, como é evidente que o mal também será o contrário do bem (pois a definição dos objectos deste modo contrários deve formular-se do mesmo modo), o resultado será, ainda aqui, que utilizamos o próprio definido; porque o bem acha-se contido na definição do mal. Se, portanto, o bem é o contrário do mal, e se o mal não difere do contrário do bem, o bem será o contrário do contrário do bem. Vemos, pois, como nos servimos do próprio termo a definir.

Por outro lado, cumpre ver se, aduzindo o termo designado segundo a privação, omitimos o termo de que ele é privação, isto é, o hábito, ou o contrário, ou qualquer outro objecto de que ele é privação; e ainda, se omitimos a junção do termo no qual a privação é natural, já não juntando qualquer termo, já não juntando o sujeito primeiro, no qual a privação ocorre por natureza. É o caso, por exemplo, se, ao definirmos ignorância como *uma privação*, não dissemos que é uma privação de sabedoria; ou se não juntámos o sujeito no qual ela se produz por natureza; ou se, mesmo juntando o sujeito, não juntámos o sujeito primeiro no qual ela tem lugar: se dissemos, por exemplo, que ela está,

não na faculdade racional da alma, mas no homem, ou na alma. Se faltámos a alguma destas regras, errámos. O mesmo acontece, se não dissemos que a cegueira é uma privação da vista num olho, pois, para definir correctamente, é preciso dizer ao mesmo tempo de que é privação, e qual é o sujeito desta privação. 148 a

Cumpre ver ainda se definimos pela privação um termo que não se diz segundo a privação, por exemplo: no caso da ignorância, um erro deste tipo se crê geralmente se comete quando se julga que a ignorância não é uma simples negação. O sujeito que não detém a ciência não ignora, ao que parece; antes é o que se enganou. Eis porque não dizemos, nem dos inanimados, nem das crianças, que se enganam. A ignorância não deve, por isso, formular-se segundo a privação da ciência [120].

10

Vejamos também se as inflexões semelhantes à definição concordam com as inflexões semelhantes do nome definido; se, por exemplo, *útil* significa produtivo de saúde, *utilmente* significa *produtivamente de saúde*, tendo sido útil o que produziu a saúde.

É preciso examinar ainda se a definição indicada também será aplicável à ideia. Em

certos casos, esta equivalência não se verifica, por exemplo: quando Platão adita o termo mortal à definição de animais, porque a ideia, por exemplo, homem em si mesmo, não pode ser mortal, pelo que a definição não é aplicável à ideia. Absolutamente falando, sempre que se juntem os termos *capaz de agir* ou capaz de *ser agido*, há necessariamente discordância da definição com a ideia, porque para os que professam o ser das ideias, elas são, ao que parece, apáticas e imóveis. É contra estes teóricos que, mesmo os argumentos deste género, são úteis. Quanto ao mais, temos de ver se, nos termos utilizados por homonímia, formulámos uma só definição comum a todos os significados. Porque só os termos sinónimos têm uma só definição da sua comum denominação; logo, a definição formulada não se adequa a nenhum dos termos contidos no termo homónimo, pois ela aplica-se de igual modo a tudo quanto se acha compreendido neste termo. Ora, é este o vício da definição que Deniz [121] enunciou da vida, ao dizer que ela é um movimento de um género de seres nutrível, congenitamente presente nele. Este carácter não se aplica mais aos animais do que às plantas, enquanto a vida, ao que parece, não tem um só significado, mas é uma nos animais, e outra nas plantas. Talvez se queira delibera-

damente formular a definição daquele modo, considerando que a vida é um termo sinónimo, e sempre utilizado para significar uma só espécie de objectos; mas também pode acontecer que, mesmo percebendo a homonímia, e desejando formular uma definição de um só dos dois significados, não nos apercebamos que formulámos uma definição inadequada ao significado que nos propúnhamos definir, mas que é comum a ambos os significados. Seja como for, cometemos erro. E como, por vezes, os termos homónimos escapam à atenção, importa que o que interroga deles se sirva como se fossem sinónimos, porque a definição de um dos significados não será aplicável ao outro, de modo que o que responde não dará a impressão de o ter definido como convém, porque o termo sinónimo deve ser aplicável a tudo quanto ele compreende, enquanto que o que responde deve, pelo contrário, distinguir os diferentes significados do termo. Além disso, como alguns dos respondentes, por um lado chamam *homónimo* ao *sinónimo*, quando a definição não se adequa a tudo o que se acha contido no definido, e, por outro lado, chamam sinónimo o que realmente é homónimo, quando a definição se aplica aos dois significados do termo, então, nestas condições, cumpre acordar previamente com o opositor estes

148 b

pontos, ou, se não for possível, demonstrar previamente que o termo é homónimo, ou sinónimo, conforme o caso. O acordo é mais fácil, quando não se prevê a consequência. Se, no entanto, não se obteve qualquer acordo, e se pretende que o realmente sinónimo é homónimo, embora a definição não se adeque ao segundo significado, cumpre ver se a definição do segundo significado se adequa também aos restantes significados; se assim for, é evidente que este significado deve ser sinónimo dos restantes, caso contrário haveria várias definições desses restantes significados, pois se lhes aplicam duas definições diferentes, para a explicação do termo, a formulada antes e a formulada depois.

Por outro lado, se, ao definir um termo compreendido em várias acepções, a definição não se aplica a todas elas, o opositor pretendesse, não que o termo é homónimo, mas que o nome não se aplica adequadamente a todas as acepções, precisamente porque não faz a sua definição, nesse caso cumpre replicar a tal opositor que, embora em certos casos não nos devamos exprimir vulgarmente, temos, não obstante, de nos servir da terminologia tradicional e comum, não transtornando os significados de tal maneira.

11

Caso tenhamos formulado uma definição de um termo complexo, cumpre tomar em separado a definição de um dos elementos do termo complexo, e verificar se o resto da definição define o resto do termo; caso contrário, é claro que a totalidade da definição também não define o termo total. Por exemplo: se definimos *linha recta* como *o limite de um plano limitado em que o centro está no alinhamento dos extremos*; e se a definição de *linha finita* é o ela ser *o limite de um plano finito*, o resto, isto é, isso cujo centro está no alinhamento dos extremos, deve ser a definição de recto. Ora, a linha infinita não tem centro nem limites, e por isso é recta. Logo, este resto não define o resto do termo.

Além disso, quando o termo definido é uma noção composta, cumpre ver se a definição é formada de tantos elementos como o definido. Dizemos que uma definição é formada de tantos elementos como o definido, quando o número de elementos compreendidos no definido é igual ao número de nomes e de verbos compreendidos na definição; em casos deste género, é inevitável que haja simples troca de termo a termo, seja para todos os termos, seja de alguns pelo menos, pois não

149 a se utilizam mais termos agora do que antes. Quando se define, é necessário que os termos sejam dados por frases, de preferência todos, senão a maior parte; porque, deste modo, até os termos simples poderiam ser definidos por uma simples troca de nome, pondo, por exemplo, *manto* em lugar de *capa*.

O erro é ainda mais grave quando se substituem os termos primeiros por termos menos comuns, se, por exemplo, em vez de *homem branco* dissemos *mortal cândido*; aí não definimos e, de facto, esta expressão é menos clara.

Também cumpre ver se, na comutação dos termos, o significado não é o mesmo, por exemplo: se definimos *ciência teorética* como uma *concepção teorética*, porque a concepção não é o mesmo que ciência, como o deveria ser, se o todo devesse também ser o mesmo, pois ainda quanto o termo teorético é comum a ambas as expressões, não obstante, o resto é distinto.

Na mutação de um dos termos, cumpre ver se mudámos o género e não a diferença, como no exemplo acabado de dar, porque o termo *teorético* é menos conhecido do que o termo *ciência*, visto que este último é o género e o outro a diferença, e de todos os termos o mais conhecido é o do género. Por conseguinte, o que seria necessário mudar não

é o género, mas a diferença, por ser menos conhecida. É verdade que se poderia considerar ridícula a nossa repreensão. Nada obsta, com efeito, a que a diferença não se exprima pelo termo mais conhecido, e não pelo género; seja como for, é evidente ser do género, e não da diferença, que cumpre mudar o nome. Se, todavia, substituímos ao nome, não apenas um nome, mas toda uma expressão, é claro que é mais da diferença que do género que a definição é dada, porque a diferença é menos conhecida do que o género.

12

Caso hajamos dado a definição da diferença, temos de ver se a definição enunciada é também comum a algum outro objecto, por exemplo: quando dissemos que *o número ímpar é um número com um termo médio*, é necessária uma definição ulterior, pela qual ele tem um *termo médio*, porque o termo *número* é comum às duas expressões, e a frase foi posta aqui em vez do termo ímpar. Ora, uma linha e um corpo têm um médio e, no entanto, não são ímpares, pelo que aquela não seria a definição de ímpar. Se, por outro lado, a expressão *com um termo médio* apresenta vários significados, temos de definir qual é, neste caso, o significado de *com*

um termo médio. Daqui resultará, ou repreensibilidade da definição formulada, ou a prova de que não se deu qualquer definição.

Depois, há que ver se, isso cuja definição se formulou, é entre as coisas que são, embora o conteúdo sob a definição não seja entre as coisas que são, se, por exemplo, definimos *branco* como sendo *uma cor mesclada com o* 149 b *fogo.* É deveras impossível que um incorpóreo se misture com um corpo, de modo que não poderia haver uma cor misturada com o fogo, enquanto o branco existe de verdade.

Por outro lado, sempre que, no caso dos relativos, não distinguimos com rigor isso de que cada objecto é relativo, e englobamos este correlativo num grande número de objectos, equivocamo-nos, ou total, ou parcialmente, por exemplo: se afirmámos que *medicina é a ciência do que é.* Se Medicina não for ciência do que é, logo é evidente que o erro é total; se, pelo contrário, for a ciência de algo de real, mas não de outra qualquer coisa, o erro é parcial, porque Medicina deve ser ciência de tudo o que é, caso entendamos em si, e não por acidente, a ciência do que é. O mesmo ocorre com os demais relativos, pois todo o objecto de ciência é um termo relativo à ciência. E o mesmo ocorre quanto aos outros relativos, pois os relativos são todos convertíveis. Se o modo correcto de

enunciar a definição de algo é expressá-la tal como esse algo é, não em si mesmo, mas por acidente, então cada um dos termos relativos e todos eles se utilizariam em relação, não a um só objecto, mas a múltiplos, pois nada obsta a que o mesmo objecto seja simultaneamente real, e branco, e bom, de modo que relacionar o objecto com uma qualquer das suas determinações, constituiria uma definição verdadeira, caso a definição por acidente fosse a boa definição. Acrescento ser impossível que uma tal definição seja adequada ao termo aduzido, porque, já a Medicina, já a maior parte das outras ciências, se dizem em relação ao que é, pelo que cada uma das ciências é a ciência do que é. Temos, por conseguinte, que uma definição deste modo não é definição de nenhuma ciência, importando que a definição seja própria do definido, e não comum a outros.

Por vezes definimos, não o objecto, mas o objecto em condições boas, ou em perfeito estado; são estas as definições de *retórico* e de *ladrão,* quando definimos o retórico como *o que é capaz de inteligir o que é mais persuasivo em todas as circunstâncias, sem nada omitir,* e ladrão *como o que rouba em segredo*; é claro que, sendo ambos assim definidos, um será o bom retórico e outro o bom ladrão, embora na verdade o ladrão seja, não

o que rouba em segredo, mas o que deseja roubar em segredo, que é ladrão.

Ainda assim, cumpre ver se expressámos o que é desejável em si mesmo, em vez do que o desejável produz ou faz, ou, de um modo geral o definimos como o desejável por causa de outra coisa; se dissemos, por exemplo, que *justiça é a salvaguarda das leis,* ou *sabedoria a causa da felicidade* — pois o que produz ou salvaguarda inclui-se no desejável por outra coisa. No entanto, não é menos defeituoso o definir assim o que é desejável em si mesmo, pois o melhor de cada objecto acha-se na sua essência, e é melhor uma coisa ser desejável em si mesma, do que ser desejável por outra coisa, de modo que este predicado é o que a definição deve de preferência conter.

13

150 a Há que olhar ainda a se, ao enunciarmos uma definição, definimos o objecto como sendo *isto e aquilo,* ou como sendo um produto *de isto e daquilo,* ou como sendo *isto mais aquilo.*

Se definimos como *isto e aquilo,* sucederá que a definição será verdadeira de ambos ao mesmo tempo, mas não será verdade de um separado do outro, se, por exemplo, definimos

justiça como sendo *temperança e coragem*. Supondo dois homens, se cada um deles possuir somente um destes predicados, ambos serão justos e nenhum deles o será, porque os dois assumidos em conjunto possuem a justiça e, assumidos em separado, nenhum deles a possui. Ainda quando o que acabamos de dizer não pareça, até certo ponto, totalmente absurdo, porque de facto se dão também outros casos deste tipo — já que é completamente possível que dois homens tenham uma mina entre eles, embora nenhum deles por si mesmo a tenha — contudo, pelo menos, parece totalmente absurdo que possam deter predicados contrários. E, não obstante, é o que acontecerá, se um destes homens possuir a temperança e a cobardia, e o outro a coragem e a intemperança, pois, neste caso, ambos possuirão a justiça e a injustiça; se justiça é temperança e coragem, injustiça será cobardia e intemperança. De uma forma geral, os argumentos destinados a provar que o todo não é idêntico às suas partes, podem ser utilizados em vista da presente discussão, porque, ao definirmos desta maneira, parecemos dizer que as partes são idênticas ao todo. Estes argumentos são deveras adequados aos casos em que a unificação das partes é evidente, como acerca de uma casa, ou de outra coisa deste género; aí, de facto, é claro que

nada obsta a que as partes sejam sem que o todo seja, de modo que as partes não se identificam com o todo.

Todavia, se dissemos que o definido é, não isto e aquilo, mas o produto *disto e daquilo,* temos de ver, antes de mais, se não há uma objecção natural à produção de um só objecto por estes termos; com efeito, algumas coisas acham-se relacionadas umas com as outras de tal modo, que delas nada se produz, por exemplo, uma linha ou um número. Por outro lado, temos de ver se o definido se encontra, por causa da sua natureza, num só sujeito primeiro, embora os termos dos quais dizemos ele provir não se achem num só sujeito primeiro, sendo, cada um deles, num sujeito distinto. Nesse caso, é evidente que o definido não derivaria destes termos, pois onde as partes estão, também é o todo, pelo que o todo se acharia, não em um só sujeito primeiro, mas em vários. Se, por outro lado, as partes e o todo se acham ao mesmo tempo num só sujeito primeiro, temos de ver se este sujeito não é o mesmo, mas se é outro para o todo, e outro para as partes. Há ainda que ver se as partes se destroem com o todo, porque, inversamente, tem de acontecer que, destruídas as partes, o todo se destrói também, mas se o todo for destruído, não há necessidade de que as partes sejam destruí-

das. Mais, cumpre ver se o todo é bom ou mau, embora as partes não sejam, nem boas, nem más; ou, na inversa, se as partes são boas ou más, embora o todo não seja, nem bom, nem mau. Não é possível que, de coisas nem boas nem más, derive algo de bom ou de mau, nem que, de coisas boas ou más, derive algo que nem é bom nem mau. Mais, temos de ver se, caso um dos elementos seja melhor, outro é pior, o que deriva destes elementos não é, contudo, também ele, melhor do que pior. Por exemplo, é o caso, quando definimos a impudícia como produto *da coragem e da pseudo opinião.* Aqui, *coragem* é melhor do que *pseudo opinião é pior,* por conseguinte, seria também necessário que o produto de ambas seguisse a espécie do melhor e fosse absolutamente bom, isto é, melhor do que pior. Podemos dizer que esta consequência só é necessária se cada uma destas qualidades for em si mesma boa ou má, porque muitas coisas que produzem outras não são boas em si mesmas, mas apenas quando compostas com outras; na inversa, cada coisa tomada em separado não pode ser boa, e, composta com outras, má, ou nem boa, nem má. Quanto dissemos é evidente em casos como a saúde e a doença; alguns remédios actuam de tal modo, que cada um deles tomado em separado é bom,

150 b

mas, sendo administrados em conjunto, são maus.

Por outro lado, cumpre ver se o todo, derivado de um elemento melhor e de um elemento pior, não é pior do que o melhor, e melhor do que o pior. Podemos dizer que isto não acontece necessariamente, a não ser que os elementos de que o todo se compõe sejam bons em si mesmos; de outro modo, nada obsta a que o todo não seja bom, como nos casos acabados de mencionar.

Além disso, cumpre examinar se o todo é sinónimo de uma das suas partes, pois não o deve ser, como também no caso das sílabas, em que a sílaba nunca é sinónimo de nenhuma das letras de que se compõe.

Depois, temos de ver se omitimos a indicação da forma de composição, pois não basta, para dar algo a conhecer, mencionar os elementos de que procede. De facto, a essência de cada composto não consiste apenas nos elementos de que se compõe, mas também no modo pelo qual estes elementos se reúnem, como vemos no exemplo de uma casa: não há casa, se não levarmos em conta o modo pelo qual os materiais são combinados.

Se definimos algo como sendo *isto mais aquilo,* temos de começar por dizer que isto mais aquilo é o mesmo que *isto e aquilo* ou

o produto *disto e daquilo;* com efeito, dizer *mel mais água* é dizer *mel e água,* ou o *produto de mel e água,* por conseguinte, se admitimos que *isto mais aquilo* é idêntico a qualquer uma das outras duas expressões, as mesmas objecções que indicámos atrás serão também aplicáveis neste caso. A seguir, depois de termos distinguido os diferentes significados, segundo os quais dizemos uma coisa mais outra coisa, temos de ver se não podemos dizer isto mais aquilo em nenhum dos significados. Por exemplo: se a expressão *uma coisa mais outra coisa* significar que elas são, já num mesmo sujeito capaz de as receber (como a justiça e a coragem pela alma) já no mesmo lugar, já no mesmo tempo, e se nenhum destes significados for verdadeiro para os termos em causa, é evidente que a definição enunciada não seria aplicável, pois não há maneira de podermos dizer *isto mais aquilo.* Mas se, entre os diferentes significados acima distinguidos, for verdadeiro que cada um dos termos se acha ao mesmo tempo que o outro, temos de ver se um e outro não se dizem relativamente ao mesmo, como no caso, por exemplo, de definirmos *coragem como uma audácia do mais recto juízo.* É possível, na verdade, que possuamos audácia no roubo e recto juízo sobre os remédios; mas ainda não somos corajosos quando possuí- 151 a

mos, ao mesmo tempo, a primeira qualidade sem a segunda. Além disso, mesmo se estas qualidades se afirmarem ambas em relação ao mesmo, por exemplo, em relação aos remédios (pois nada obsta a que não haja simultaneamente audácia e recto juízo nos *remédios*) nem por isso se é corajoso quando possuímos uma mais a outra. As duas qualidades não devem referir-se a um objecto ocasional idêntico, e também cada um deles não deve referir-se a um objecto distinto; antes devem referir-se ao próprio escopo da coragem, aos perigos de guerra, por exemplo, ou a qualquer outra coisa que, propriamente falando, seja mais o seu fim.

Algumas das definições desta forma não se enquadram de modo nenhum nesta classificação, por exemplo, se definimos *ira como uma tristeza acompanhada do sentimento de desprezo*. O que esta definição quer dizer é que é devido a um sentimento deste tipo que a tristeza se produz; mas dizer que algo se produz por causa de outra, não significa dizer uma mais outra, em nenhum dos sentidos acima indicados.

14

Além disso, se descrevemos o todo como a composição das suas partes, por exemplo,

um animal como uma composição de alma e de corpo, temos de ver em primeiro lugar se omitimos referência à forma da composição; se, por exemplo, definimos *carne* ou *osso* como *uma composição de fogo, de terra e de ar*. Não basta dizer que isto é uma composição, temos de dizer que espécie de composição; porque estes elementos não formam a carne sem ter em conta o modo da sua composição, mas que, quando se combinam de um modo formam a carne, de outro modo o osso. Parece, aliás, que nenhum destes mencionados compostos é idêntico a uma composição, pois toda a composição tem por contrário uma decomposição, embora nenhuma das coisas mencionadas tenha contrário. Além disso, se for igualmente provável que todo o composto é uma composição, ou que nenhum deles é, e que toda a espécie de seres vivos, mesmo sendo um composto, não é uma composição, nesse caso nenhum dos outros compostos seria também uma composição. Por outro lado, se os contrários podem predicar qualquer sujeito em virtude da sua natureza, e se o objecto só foi definido por um dos dois, é claro que o objecto não foi definido. De outro modo, o mesmo objecto teria várias definições; que motivo haveria para preferir a definição por um dos contrários à definição pelo outro, caso ambos se achem, de igual

modo, predicando o mesmo sujeito? Esta é
151 b a definição de alma, quando a definimos como *uma substância capaz de adquirir ciência,* visto que também é capaz de adquirir ignorância.

Ainda assim, quando não se possa atacar a totalidade da definição, por não se conhecer a sua totalidade, temos de atacar pelo menos uma das suas partes, caso a conheçamos e caso vejamos que não foi correctamente formulada. Uma vez destruída a parte, toda a definição fica também destruída. Sempre que as definições são obscuras, temos, em primeiro lugar, de as corrigir e de as reformular para esclarecermos qualquer aspecto e extrair daí apoio para as atacar, procedendo então à sua análise. O que responde deve necessariamente, ou aceitar o que lhe é proposto pelo que questiona, ou explicar-lhe com clareza tudo o que a sua definição pode significar. Tal como nas assembleias é costume, quando se propõe uma nova lei, abrogar a anterior se a nova for melhor, assim temos de proceder também quanto às definições, propondo nós mesmos uma outra; se ela parecer melhor e melhor exprimir o objecto a definir, então a definição anterior será preterida, por não poder haver várias definições do mesmo objecto.

Ao combater as definições, o princípio

nunca desdenhável é o de atinar por si mesmo, com rigor, uma definição do objecto em causa, ou adoptar uma definição já correctamente enunciada, pois temos necessariamente, e como que contemplando um modelo, de entender simultaneamente os elementos que faltam na definição, e o que foi inutilmente acrescentado; de forma que, assim, ficamos melhor providos de argumentos para a refutação.

Quanto ao que às definições se refere, seja isto suficiente.

LIVRO VII

1

Se duas coisas forem idênticas ou diferentes, na máxima das acepções indicadas para o termo *idêntico* (e dissemos que idêntico[122], na acepção superior, se diz do que é uno em número) é questão a examinar mediante os seus casos, os seus conjugados e os seus opostos. Se *justiça* é idêntica a *coragem*, também *justo* é idêntico a *corajoso*, e *justamente* a *corajosamente*. E o mesmo vale para os opostos: se esses termos são idênticos, também os respectivos opostos são idênticos, seja qual for a espécie de oposição considerada. De facto, pouco importa que aduzamos o oposto de um ou de outro, pois que eles são idênticos. A análise deve fazer-se ainda a partir
52 a dos factores de produção ou de destruição dos objectos considerados, da sua geração e da sua destruição[123], e, de um modo geral,

de tudo quanto se refere de modo análogo a cada um deles. Quando os objectos são simplesmente os mesmos, as respectivas gerações e corrupções são também as mesmas, e bem assim os factores de produção e de destruição.

Também há que ver, quando um dos dois objectos em causa se diz ser um objecto qualquer em grau superlativo, se outro destes mesmos objectos também é dizível, sob o mesmo ponto de vista, no grau superlativo. É por esta forma que Xenócrates demonstra como a vida eudemónica e a vida virtuosa são o mesmo, porque, de todas as vidas, a virtuosa é a mais desejável, o mesmo se dizendo da vida feliz, pois a expressão *o mais desejável* se aplica a uma só coisa, pois equivale a dizer *o maior*. E o mesmo sucede nos outros casos deste tipo. Com efeito, cada uma das coisas qualificadas de *o maior* ou de *o mais desejável* são uma em número. Senão, não teremos demonstrado ser a mesma, pois de os peloponésios e de os lacedemónios serem os mais corajosos dos gregos, não se segue necessariamente que os peloponésios sejam o mesmo que os lacedemónios, visto não haver unidade numérica, nem de peloponésios, nem de lacedemónios; o que de facto se segue, apenas, é que um dos termos deve ser compreendido sob o outro, como os lacedemónios sob os peloponésios, isto é: se um des-

tes povos não for compreendido sob o outro, sucederá que eles serão reciprocamente os melhores, tanto um como o outro. Os peloponésios são então necessariamente melhores que os lacedemónios, porque um destes povos não se acha compreendido sob o outro; porque eles são melhores que todos os outros; e, por sua vez, os lacedemónios são também necessariamente melhores que os peloponésios, pois são, também eles, melhores que todos os outros; pelo que, neste caso, cada um destes povos será reciprocamente melhor do que o outro. Vemos, por isso, que o que se diz *o melhor*, *o maior*, deve ser um em número, caso desejemos demonstrar a identidade dos termos. É por isso também que a demonstração de Xenócrates é inconsequente, pois não há unidade numérica de vida feliz e de vida virtuosa, pelo que não se segue necessariamente, por ambas serem as mais desejáveis, que sejam o mesmo, mas apenas que uma se acha compreendida sob a outra.

Cumpre ainda ver se, ao supormos que uma de duas é a mesma que uma terceira, a outra é também a mesma que esta terceira, pois se as duas não forem as mesmas desta mesma, então também não são as mesmas entre elas.

Além disso, as duas coisas devem ser vistas com base nos acidentes, ou com base nas

coisas de que são acidentes, porque tudo o que é acidente de uma deve também ser acidente de outra; e as coisas que uma delas predica por acidente, devem também ter a outra por acidente. Se, num destes casos, houver discordância, é porque, obviamente, as coisas consideradas não são idênticas.

Mais, temos de ver se as duas, em vez de pertencerem a uma só categoria, significam uma, a qualidade, e a outra, a quantidade, ou 152 b a relação. Há ainda que ver se o género de cada uma delas não é o mesmo, mas se o género de uma é *boa* e o de outra *má*, ou de uma *virtude* e de outra *ciência*; ou ainda, se o género é o mesmo, enquanto as diferenças predicadas de cada uma delas não são as mesmas, diferenciando-se uma, como ciência teorética, e outra, como ciência prática. E assim sucessivamente.

Quanto ao grau *mais*, temos de ver se uma das coisas é capaz de *mais*, e outra não, ou se ambas admitem aquele grau, embora não ao mesmo tempo; é por isso que o que ama mais não tem um apetite mais intenso de comércio carnal, pelo que não há identidade de eros e de cupidez [124].

Também temos de nos socorrer da adição, e ver se, adicionando cada uma das duas coisas em questão à mesma coisa, não obtemos por resultado o mesmo todo, ou se, sub-

traindo a mesma coisa de cada uma delas, obtemos um resto diferente; se, por exemplo, afirmámos que *dobro de metade* é idêntico ao *múltiplo de metade*; nesse caso, restando a cada uma das expressões o termo *metade*, os restos deveriam ter o mesmo significado; ora, não significam o mesmo, porque *dobro* e *múltiplo* não significam o mesmo.

Há ainda que ver, já se alguma consequência impossível resulta directamente da proposição, já se esta impossibilidade pode resultar de uma hipótese; é o que acontece a quem pretende que *vazio* é idêntico a *cheio de ar*. É evidente que, supondo o ar uma vez expulso, não haveria vazio menor, mas, pelo contrário, vazio maior, mesmo já não havendo cheio de ar. Assim, mediante uma hipótese, que aliás pode ser verdadeira ou falsa, pouco importa, uma das coisas é destruída e não a outra, pelo que não são idênticas.

De um modo geral, temos de ver se há alguma discordância entre os predicados afirmados de um modo qualquer de cada um dos dois termos, e nas coisas de que estes termos são eles mesmos afirmados, pois tudo o que é predicável de um deve ser predicável do outro, e de tudo quanto um é predicado deve também ter o outro como predicado.

Além disso, visto que o termo *idêntico* se assume em diversas acepções, temos de

ver se também as coisas são as mesmas em diferentes acepções. Com efeito, não é necessário, nem sequer possível, que os objectos especificamente ou genericamente os mesmos, sejam também numericamente os mesmos; ou se o que temos de considerar é se eles são os mesmos nesta última acepção, ou se não são os mesmos.

Enfim, cumpre ver se pode haver um dos dois objectos sem o outro, pois nesse caso eles não serão o mesmo.

Tal é o número de tópicos relativos ao idêntico.

2

De quanto acabámos de dizer segue-se que todos os lugares de identidade válidos na refutação também podem servir para refutar a definição, conforme já dissemos mais acima [125], porque, se o que é significado pelo nome e pela sua expressão não são o mesmo, é claro que a expressão enunciada não poderia ser uma definição. Por outro lado, nenhum dos lugares válidos para construir é útil para construir a definição, pois não basta demonstrar a identidade do que se acha compreendido na expressão e no nome, para fazer com que a expressão seja uma definição, mas a definição deve também possuir os outros predicados já mencionados. 153 a

3

Este é o modo e estes são os silogismos com os quais sempre tentamos refutar uma definição. Mas se o nosso intento for o de construir uma definição, temos de saber, antes de mais, que nunca, ou só raramente, se atinge, nas disputas, uma definição por razoamento, mas sempre se toma a definição como ponto de partida, pois é assim que se procede em Geometria, em Aritmética, e nas outras análogas disciplinas. Em seguida, temos de saber com rigor o que é uma definição, e de que se deve formular, mas isto pertence a outro tratado [126] que não a este. Por agora, baste-nos considerar apenas o que nos pode ser útil; por conseguinte, tudo o que temos a dizer é que é possível obter por raciocínio a definição e a essência. Se, na verdade, uma definição é uma expressão que designa a essência do objecto; se é necessário que os predicados incluídos na definição sejam os únicos predicáveis do objecto na sua essência; e se os géneros e as diferenças também são deste modo afirmados nas categorias da essência; então, considerando os predicados unicamente afirmados do objecto na sua essência, a expressão que contiver estes predicados será necessariamente uma defini-

ção; porquc é impossível que alguma outra coisa seja uma definição, suposto não haver outra coisa que se predique do objecto na categoria da essência.

É evidente que uma definição deve conseguir-se assim, mediante o raciocínio. No que inere aos meios através dos quais ela se deve formular, já foram indicados noutro local [127] com maior precisão, mas, quanto à nossa actual pesquisa, serão estes os mesmos lugares de que vamos servir-nos. Cumpre-nos iniciar o exame dos contrários e dos outros opostos, considerando as expressões, já na sua totalidade, já nas suas partes, porque, se a definição oposta é a do termo oposto, a definição deve ser necessariamente a do termo proposto. Contudo, como há múltiplas composições dos contrários, é preciso escolher entre estas composições de contrários aquela cuja definição contrária nos parecer mais clara. Assim, temos de considerar as definições na totalidade, tal como indicámos. Quanto ao exame das partes, procede-se do seguinte modo. Primeiro, ver se o género foi correctamente proposto, pois se o objecto contrário se achar no género contrário, e se o sujeito não se acha no mesmo género, é porque se acha no género contrário, porque os contrários estão necessariamente, ou no mesmo género, ou nos géneros contrários.

Também as diferenças afirmadas dos contrários serão contrárias, por exemplo, as do *branco* e do *preto,* pois uma é o diacrítico e, o outro, o sincrítico da visão. Se, neste caso, 153 b as diferenças contrárias se afirmam do termo contrário, as diferenças enunciadas na definição também se afirmarão do termo em causa. Por conseguinte, como o género e a diferença foram correcta e simultaneamente enunciados, é claro que a definição formulada será uma definição perfeita. Replicar-se-ia não ser necessário que as diferenças contrárias se afirmem dos contrários, salvo se os contrários não pertencerem ao mesmo género; quanto aos objectos cujos géneros são em si mesmos contrários, nada obsta a que a mesma diferença não se afirme de ambos, por exemplo, da justiça e da injustiça, porque uma é uma virtude, e a outra um vício da alma, pelo que o termo *da alma* é a diferença entre os dois casos, visto que também o corpo tem a sua virtude e o seu vício. O que, todavia, e pelo menos, é verdadeiro é que as diferenças dos contrários são, ou contrárias, ou idênticas. Se a diferença contrária se afirmar do termo contrário e não do termo proposto, é claro que a diferença proposta deve ser afirmada deste último. De uma forma geral, porque a definição se constrói a partir do género e das diferenças, se a definição do termo con-

trário for evidente, a definição do termo proposto também será evidente. Como o seu contrário se acha, já no mesmo género, já no género contrário, e como também as diferenças afirmadas dos contrários são contrárias ou idênticas, é claro que do termo proposto se afirmará, ou o mesmo género do seu contrário, embora as diferenças sejam contrárias às do seu contrário, sejam todas, sejam pelo menos algumas delas, continuando as demais idênticas; ou, inversamente, as diferenças serão as mesmas, e os géneros serão contrários; ou ainda, ambos serão contrários, isto é, os géneros e as diferenças, pois que os géneros e as diferenças sejam idênticos, é uma impossibilidade, senão os contrários teriam a mesma definição.

Além disso, há também que olhar para os casos e para as conjugações, porque os géneros devem corresponder necessariamente aos géneros e as definições às definições. Assim, se *olvido é a perda do conhecimento, olvidar* será *perder o conhecimento*, e *ter olvidado ter perdido o conhecimento.* Sendo concedido qualquer um destes termos, tudo o mais deve também ser concedido. Se a destruição é uma dissolução da essência, *ser destruído* é *ter a essência dissolvida*, e *destrutivamente* é *dissolvidamente*; e se *destrutivo é dissolvente da essência*, a *destruição é também uma dis-*

solução da essência. E assim por diante. De modo que, uma vez proposto um destes termos, todo o resto deve ser admitido. Também temos de olhar a partir das coisas que se acham nas mesmas relações de uma com a outra, porque se *são* é o *que produz a saúde*, *saudável* será *o que produz a boa saúde*, e *útil o que produz o bem*: cada um dos termos citados comporta-se de modo análogo em relação ao seu próprio fim, pelo que, se um dos dois se definir como produtivo deste fim, isso será também a definição de cada um dos restantes termos. 154 a

Além disso, cumpre considerar os graus de superioridade e de igualdade, e ver de que modos podemos formular a definição, comparando os termos aos pares, por exemplo: se uma definição define melhor um objecto que uma outra definição define um outro objecto, e se a definição que define menos bem seja todavia una, enquanto a que define melhor é também una. E se essa definição define um objecto no mesmo grau que outra definição define outro objecto; e se esta outra definição define este outro objecto, a restante definição também define o restante objecto. Pelo contrário, quando temos de comparar uma única definição a dois objectos, ou duas definições a um único objecto, não podemos extrair qualquer utilidade da consi-

deração da superioridade, pois não é possível que possa haver uma só definição para dois objectos, ou duas definições para o mesmo objecto.

4

Os tópicos mais aptos são os que indicámos, e bem assim os que se extraem dos termos conjugados e dos casos. Por isso mesmo, são estes os que mais importa possuir e manejar, por serem estes os mais úteis, na maior parte dos casos. Entre os outros, os mais importantes são os que se consideram mais comuns, por serem os mais eficazes; é por isso que cumpre ter em conta os casos singulares e então analisar, quanto às espécies, se a definição é aplicável, visto que a espécie é sinónima com os indivíduos. Este tópico também serve para refutar os que admitem a existência das ideias, tal como dissemos atrás. Por outro lado, cumpre verificar se o opositor aduziu um termo em acepção metafórica, ou se o termo foi predicado de si mesmo, como se fora algo distinto. E se houve qualquer outro lugar que seja comum e eficaz, devemos socorrer-nos dele.

5

Veremos claramente, depois de quanto iremos dizer, como é mais difícil construir do

que destruir uma definição. Não é simples, deveras, ver por si mesmo e conseguir dos que interrogamos, proposições do género por exemplo, das seguintes: que *os elementos compreendidos na definição um é o género e outro a diferença,* e que apenas *o género e as diferenças são afirmados dentro da categoria da essência.* Todavia, sem estas prótases, é impossível conseguir uma definição racional, pois se alguns outros predicados forem afirmados do objecto dentro da categoria da essência, é incerto se a definição do sujeito é esta expressão indicada, ou se é outra expressão diferente, porque uma definição é o que exprime a essência de um sujeito. Esta regra é evidente por causa desta prova: é mais fácil extrair uma única conclusão do que muitas. Ora, ao refutarmos uma definição, basta que argumentemos contra uma única das suas partes (pois ao destruirmos uma única, seja ela qual for, teremos desde logo destruído a definição), mas, para a construir, havemos necessidade de concluir todas as partes da definição que pertencem ao sujeito. Além disso, quando formularmos uma definição, devemos basear-nos numa conclusão universal, porque a definição deve ser predicada de tudo isso de que o próprio
1b termo é predicado, e também deve ser convertível, caso desejemos que a definição for-

mulada seja adequada ao sujeito. Na refutação, pelo contrário, não é necessário provar o universal, bastando provar que a expressão da definição não é verdadeira quanto a um dos sujeitos compreendidos pelo nome. E mesmo que fosse necessário refutar mediante uma proposição universal, até nesse caso não seria necessário provar a inversa da proposição, para refutar a definição; para a refutar universalmente basta mostrar que a expressão não é predicável de nenhuma das coisas às quais o termo se atribui, não sendo necessário provar a inversa, mostrar que o termo não se afirma dos objectos cuja expressão se afirma. Além disso, mesmo que ela se aplique a tudo quanto se acha compreendido pelo mesmo termo, e não se aplicar somente a este, a definição fica por si mesma destruída.

Isto mesmo vale para o próprio e para o género, pois, tanto em um como em outro, a refutação é mais fácil do que a construção. Quanto ao próprio, isso resulta do que dissemos. As mais das vezes, com efeito, o próprio é aduzido em ligação com outros termos, pelo que podemos refutá-lo pela destruição de um só termo, enquanto que, para o construir, temos necessariamente de os demonstrar racionalmente a todos. E quase todas as outras normas relativas à definição

serão também aplicáveis ao próprio. Quando formulamos um próprio, temos de mostrar que ele predica todos os sujeitos compreendidos sob o termo em causa, enquanto que, se o refutamos, basta mostrar apenas que ele não predica um só dos sujeitos. Além disso, mesmo se o próprio pertencer a todos os sujeitos compreendidos sob o termo, mas não somente a eles, mesmo assim a refutação fica realizada, tal como, acerca da definição, dissemos. No que respeita ao género, há um só modo de o formular, e consiste em mostrar que ele predica a totalidade do sujeito, mas quanto à refutação, é de dois modos possível: porque se demonstrámos, ou que não lhe pertence nunca, ou que não lhe pertence em algum caso, desde logo fica destruído o que, no início, propusemos como género. Pelo mais, para formular o género, não basta demonstrar que ele predica o sujeito, cumprindo ainda mostrar que o predica enquanto género; pelo contrário, ao refutarmo-lo, é suficiente mostrar que ele não lhe pertence em algum caso singular, ou que não pertence a nenhum. Parece que, tal como sucede em outros domínios, onde é mais fácil destruir do que construir, também aqui é mais fácil contradizer do que afirmar.

No que se refere ao acidente: se ele for universal, é mais fácil de refutar do que de

afirmar; para o afirmar, temos de mostrar que predica a totalidade do sujeito, mas, para o refutar, basta mostrar que não predica um só dos casos compreendidos no sujeito. Pelo contrário, se o acidente for singular, é mais fácil de afirmar do que de refutar: para o afirmar, basta mostrar que ele predica um
155 a caso singular, enquanto que, para o refutar, cumpre demonstrar que não predica nenhum caso.

Vemos então como o mais fácil dos problemas é o de refutar uma definição. Dado ser ela que contém maior número de elementos, faculta-nos, por isso mesmo, um grande número de pontos para a atacar, e a multiplicidade de elementos favorece ainda mais o raciocínio, pois bem parece que o erro é mais frequente quando o número de coisas é grande do que quando é pequeno. Além disso, para atacar a definição, também podemos servir-nos das outras regras estabelecidas, porque, ou a expressão não seja própria do sujeito, ou o termo aduzido não seja o género, ou um dos elementos da definição não predique o sujeito, de qualquer modo a definição fica destruída. Pelo contrário, na refutação de outros problemas, não os podemos atacar, nem mediante os tópicos extraídos das definições, nem mediante todos os demais que restam; só os tópicos relativos ao aci-

dente são comuns a todas as espécies de predicados a que nos referimos.

Enquanto cada uma das espécies de predicados acima indicadas deve predicar o sujeito em causa, o género pode predicá-lo somente enquanto próprio, sem por isso ser destruído. De igual modo, não é necessário que o próprio predique o sujeito enquanto género, nem o acidente como género ou como próprio, bastando que haja predicação. Por conseguinte, não é possível servir-nos de uns contra os outros, excepto na definição. Vemos ainda que o mais fácil de todos os problemas, é o de refutar uma definição, enquanto o mais difícil é o de a estabelecer, por ser necessário formular ao mesmo tempo todos estes elementos pelo raciocínio (isto é: que todos os predicados mencionados predicam o sujeito, que o termo proposto é o verdadeiro género, e que a expressão é apropriada ao sujeito) e, ainda, além disto, que a expressão explica deveras a essência do objecto; e tudo isto formulado com rigor.

Dos outros problemas, o mais semelhante à definição é o próprio. É mais fácil refutá-lo, porque as mais das vezes se compõe de vários termos, enquanto o mais difícil é afirmá-lo, uma vez ser necessário provar vários elementos, e que, além disso, temos de provar que ele predica somente o sujeito com o qual

é convertível. O mais fácil de todos os problemas é o de formular o acidente, porque, nos outros casos, é preciso não somente mostrar que o predicado predica o sujeito, mas também que o predica de tal ou tal modo, enquanto que, para o acidente, basta mostrar que ele predica apenas o sujeito. Pelo contrário, o mais difícil de refutar é o acidente, por ser ele o que apresenta menor número de elementos; porque, ao propor-se um acidente, não se explica de que modo ele predica o sujeito. Por conseguinte, enquanto que, noutros casos, podemos refutar por dois modos, mostrando, ou que o predicado não pertence ao sujeito, ou que não lhe pertence segundo um determinado modo, no caso do acidente só o podemos refutar, demonstrando que não predica o sujeito.

Os tópicos, em virtude dos quais ficaremos munidos de silogismos para arguir acerca de cada problema, foram objecto de uma enumeração que julgamos suficiente na prática.

LIVRO VIII [128]

155 b

1

Em continuação, falta tratar da disposição e do método a seguir nas interrogações. Em primeiro lugar, quando nos propomos formular interrogações, convém escolher o tópico a partir do qual o ataque deve partir; em segundo lugar, formular as interrogações e dispô-las uma por uma, para si mesmo; em terceiro e último lugar, apresentá-las ao adversário. A selecção e a invenção dos tópicos é a mesma, tanto para o filósofo como para o dialecta, mas logo que tenhamos disposto e formulado as interrogações, a tarefa é própria do dialecta, porque em tudo isto se trata de referências com o adversário. Isto não incumbe ao filósofo, nem ao que investiga por si mesmo: pouco lhe importa que as premissas do seu raciocínio, mesmo que verdadeiras e conhecidas, sejam rejeitadas pelo respondente, porque elas são vizinhas da

questão inicial, e porque com isso prevê o que se irá deduzir delas, caso as admita ou conceda. Ainda mais: deve procurar que os axiomas sejam os mais conhecidos e os mais próximos da questão, por ser deles que os raciocínios epistemónicos procedem.

Já indicámos mais atrás as fontes onde é necessário procurar os tópicos da argumentação; cumpre-nos, agora, versar a disposição e a formulação das interrogações, e, em primeiro lugar, distinguir as premissas que, além das necessárias, temos de adoptar. Entendemos por premissas necessárias as que nos servem para construir o raciocínio. As adoptadas, além daquelas, são de quatro espécies: elas servem já por indução, para tornar aceite a premissa universal, já a amplificar o argumento, já a dissimular a conclusão, já a esclarecer o argumento. Além destas, não é necessária qualquer outra premissa, sendo estas as únicas mediante as quais é preciso tentar amplificar e formular as questões. Quanto ao resto, as proposições destinadas a dissimular a conclusão só se utilizam mediante as necessidades da controvérsia; mas, dado que uma tarefa desta natureza se dirige sempre contra um opositor, também temos de nos servir delas.

As premissas necessárias mediante as quais o raciocínio se processa não devem ser

imediatamente propostas, importando partir de proposições o mais possível afastadas daquelas, por exemplo: se queremos obrigar o opositor a conceder que a ciência dos contrários é uma e a mesma, pedir-lhe-emos que admita, não os contrários, mas os opostos: se esta última proposição for concedida, concluiremos que a ciência dos contrários é também uma e a mesma, uma vez que os contrários são opostos; e, se não for concedida, temos de tornar admitida a proposição mediante a épagoge, apoiando-nos em contrários singulares. Temos de garantir a aceitação das premissas necessárias, já por silogismo, já por indução, ou umas por indução e outras por silogismo, com a reserva de que as proposições demasiado óbvias devem ser propostas de imediato. A conclusão a encontrar é sempre mais difícil de discernir a distância pela indução, e, ao mesmo tempo, caso não sejamos capazes de obter as necessárias premissas por este método, nada obsta a que as proponhamos em si mesmas.

156 a

Quanto às premissas distintas das premissas necessárias, de que falámos mais atrás [129], devem ser assumidas em vista destas premissas necessárias, e a seguir dizemos como as devemos utilizar. A épagoge procede dos casos singulares para o universal e do conhecido para o desconhecido, e os objectos

sensíveis são mais conhecidos, já por todos, já pela maioria. A dissimulação da conclusão faz-se pela formulação através de prossilogismos, de premissas pelas quais a prova do problema inicialmente colocado possa obter-se, importando formular o maior número possível de premissas. Poderemos levar isso a cabo, se conseguirmos provar por silogismo, não somente as premissas necessárias, mas também algumas das que são úteis à formulação destas últimas. Por outro lado, não é necessário enunciar as conclusões destes prossilogismos, mas há que as deduzir logo uma após outra, por ser desta forma que manteremos o opositor à maior distância possível da tese inicial. De um modo geral, ao pretendermos utilizar a dissimulação, temos de interrogar por forma a que, visando a interrogação a totalidade do argumento, e uma vez estabelecida a conclusão, o interlocutor ainda continue à procura *do porquê*[180]. Ora este efeito será obtido através do método descrito. Enunciando apenas a conclusão final, deixamos na penumbra o método pelo qual a obtivemos, porque o que responde não viu antecipadamente quais as proposições de onde ela deriva, uma vez que os silogismos anteriores não lhe foram expostos em pormenor, uma vez que o silogismo da conclusão é o menos pormenorizado possível, porque propusemos,

não apenas as proposições que o formam, mas somente aquelas das quais estas proposições são extraídas.

É também útil não respeitar a ordem própria das proposições requeridas pela formação dos silogismos, mas cumpre tomar alternadamente as que levam a uma conclusão e as que levam a outra, porque se as que são próprias a cada conclusão forem dispostas umas a seguir às outras, a conclusão resultante será desde logo óbvio. Também é preciso, na medida do possível, garantir a concessão da premissa universal através de uma definição que refira, não os termos em causa propriamente ditos, mas os seus conjugados; porque os que respondem caem por si mesmos no erro, quando a definição envolve um termo conjugado, julgando que não concedem a proposição universal. Seria este, por exemplo, o caso, se tivéssemos de tornar aceite que homem irado deseja a vingança por causa da ofensa, e se lhe fizéssemos admitir que a ira é um desejo de vingança causado por uma ofensa; por ser óbvio que, uma vez esta última proposição aceite, teríamos obtido o que queríamos em acepção universal. Pelo contrário, se enunciarmos as premissas referindo os próprios termos, acontece muitas vezes que o respondente recusa concedê-los, porque o termo em si mesmo se oferece melhor à sua objec-

ção, por exemplo: que o homem irado não deseja a vingança, pois ficamos irados com os nossos pais, sem por isso desejarmos a vingança. A objecção não é, sem dúvida, válida, porque, para certa gente, a vingança é bastante para causar uma pequena dor, ou o arrependimento; mas, ainda assim, tem certa 156 b plausibilidade e algo de razoável para negar a proposição. Pelo contrário, quando é a ira que se define, não é fácil encontrar uma objecção.

Além disso, cumpre formular a proposição como se a formulássemos, não por si mesma, mas mediante outra, porque os que respondem estão precavidos contra tudo o que possa servir a sua tese. Absolutamente falando, importa tornar tão obscuro quanto possível o saber se é a proposição adiantada ou se é o seu oposto o que desejamos seja concedido; porque, se o que serve à argumentação permanecer incerto, os que respondem predispõem-se mais a dizer o que pensam.

Ainda assim, podemos tentar a interrogação servindo-nos da similitude, pois esta forma de interrogar é persuasiva, e o universal escapa melhor à atenção. É, por exemplo, o caso de levar a admitir que, mesmo que a ciência ou a ignorância dos contrários sejam a mesma, também assim a sensação dos contrários é a mesma; ou inversamente, uma vez

que a sensação é a mesma, a ciência também é a mesma. Este argumento é semelhante à indução, embora não lhe seja idêntico, porque na indução é a partir de casos particulares que tiramos o universal, enquanto que, no caso da semelhança, o que tomamos não é o universal sob o qual se acham compreendidos todos os semelhantes.

Por vezes, é boa regra propor a si mesmo uma objecção: porque os que respondem abrandam a sua posição de cautela face aos que parecem argumentar com imparcialidade. É também útil acrescentar que o que se sustenta é uma proposição geralmente aceite, porque os que respondem receiam confrontar-se com a opinião geral, quando não dispõem de objecção contra ela; e como, ao mesmo tempo, se servem de argumentos deste género, evitam refutá-los. Além disso, não convém insistir num argumento, por muito útil que seja, porque a insistência reforça a oposição do adversário. Outra regra: cumpre adiantar a proposição como se fosse uma simples comparação, porque o que se propõe por outra coisa e não é útil por si mesma, é aceite com mais facilidade. Também não é necessário enumerar a proposição cuja aceitação nos é necessária, mas antes convém enunciar uma proposição de que a primeira é a necessária consequência: o opositor aceita mais facil-

mente esta proposição, porque não se apercebe bem de qual será a consequência; e caso a última tenha sido aceite, a outra também o terá sido. Mais, só em último lugar se deve perguntar o que acima de tudo desejamos ver concedido, porque os que respondem são particularmente levados a negar as primeiras questões, porque a maior parte dos que interrogam falam em primeiro lugar do que lhes é mais caro. Pelo contrário, perante certos adversários, é preciso avançar desde logo com estas proposições, porque as gentes de mau génio aceitam mais facilmente o que se lhes propõe em primeiro lugar (a menos que a conclusão a resultar não lhes salte de imediato à vista), enquanto que é para o final do argumento que mostram mais o seu mau génio. Esta mesma atitude tem de ser observada perante os que se julgam espertos nas respostas, porque, depois de admitidas as coisas propostas em primeiro lugar, levantam argúcias para o fim, pretendendo que a conclusão não se segue das proposições aduzidas. Mas aquiescem facilmente, confiando no seu carácter, imaginando que não lhes acontecerá qualquer con-

157 a tratempo. Por outro lado, é bom alongar o argumento, inserindo nele temas sem utilidade para a discussão, como fazem os que desenham falsas figuras geométricas, porque a abundância de pormenores impede a visão do

lugar onde se acha o erro. É também por este motivo que, por vezes, os que interrogam não se apercebem de que avançaram nesta obscuridade das coisas que, apresentadas em si mesmas, não teriam sido concedidas.

O método de ocultação apela às regras das quais acabamos de falar. Para ornamentar o discurso, procedemos por indução e pela divisão das noções pertencentes ao mesmo género. O que seja a indução, eis o que é fácil de ver. A divisão é, por exemplo, dizer que tal ciência é melhor do que tal outra, já pelo seu maior rigor, já pela elevação do seu objecto; ou que umas ciências são teoréticas, outras práticas, e outras poéticas. Cada uma destas distinções acrescenta um novo ornamento à discussão, embora não sejam necessárias à enunciação, que tem em vista a conclusão.

Quanto à claridade da discusão, cumpre aportar paradigmas e parábolas [131], mas paradigmas adequados e extraídos das coisas conhecidas, como em Homero, e não como em Querilo [132]. Desta forma, a proposição enunciada pode resultar mais clara.

2

Nas controvérsias dialécticas, cumpre que nos socorramos mais do silogismo com os dialectas do que com o vulgo; pelo contrário,

com o vulgo, é preciso que nos socorramos mais da épagoge. Aliás, este aspecto já foi anteriormente versado [138]. Na épagoge podemos, em certos casos, propor a interrogação na sua forma universal, mas, em outros, não é propício, por não haver um nome comum fixo para todas as semelhanças; assim, quando necessitamos de aduzir o universal, servimo-nos da expressão e em todos os casos deste tipo. Todavia, o que é mais difícil, é determinar quais são, entre os objectos propostos, os que são deste tipo, e os que não são deste tipo; e daí deriva, muitas vezes, que nos enganamos mutuamente nas discussões, afirmando uns a semelhança das coisas dissemelhantes, outros duvidando da semelhança de coisas semelhantes. Por este motivo, temos de procurar cunhar nós mesmos uma palavra aplicável a todos os objectos da espécie discutida, para que não se permita, nem ao que responde duvidar e dizer que o objecto proposto não se assume numa acepção semelhante, nem ao que interroga sugerir falsamente que o objecto se assume em acepção semelhante, visto que muitas coisas parecem ser assumidas numa acepção semelhante, e na verdade não são tal.

Quando se processou uma indução relativa a múltiplos casos, e quando o respondente rejeita conceder a proposição universal,

é lícito pedir-lhe a objecção. Todavia, a menos que não se tenham indicado os casos em que o objecto é de tal modo, não é lícito pedir-lhe que declare em que caso o objecto não é de tal modo; primeiro temos de induzir e, só então, pedir a objecção ao opositor. Além disso, cumpre exigir que as objecções não se refiram ao próprio objecto proposto, a menos que esse objecto não seja o único da sua espécie, como, por exemplo: a díade é, entre os números pares, o único número primeiro; porque é preciso que o que objecta refira a objecção a outro objecto, salvo se não puder afirmar que o objecto discutido é o único da sua espécie. Os que objectam a uma proposição universal, referindo a objecção, não ao objecto em si mesmo, mas a um homónimo, e que sustentam que se pode ter uma cor, ou um pé, ou mão distintos dos seus próprios (pois o pintor pode ter uma cor que não é a sua, e o cozinheiro um pé que não é o seu) [134] temos, antes de mais, em casos deste género, de só propor a questão uma vez a distinção efectuada; porque, enquanto a homonímia estiver oculta, a objecção à proposição parecerá válida. Se a objecção, já relativa, não a um homónimo, mas ao próprio objecto, puser a interrogação em causa, o que interroga deve pôr de lado a parte ferida de objecção e propor o resto no modo universal, até

157 b

conseguir a concessão do que lhe interessa; é este o caso, por exemplo, para o *olvido* e para *ter olvidado*, porque os opositores recusam admitir que o que perdeu o conhecimento haja olvidado, porque, objectam, se o objecto muda, perdeu-se o conhecimento, mas não se esqueceu. Nesse caso, o que há a fazer é retirar a parte ferida de objecção, e defender o resto; dizer, por exemplo, que, continuando o objecto a subsistir, se perdeu o conhecimento, nesse caso se esqueceu. O mesmo comportamento é válido perante os que objectam à proposição que a um bem maior se opõe um mal maior, porque alegam que à saúde, que é um bem menor que a boa constituição, um mal maior se opõe, visto que a doença é um maior mal do que a debilidade. Portanto, é preciso retirar, também aqui, a parte ferida de objecção, porque, uma vez retirada esta parte, o opositor estará mais disponível para conceder à proposição, isto é, no nosso exemplo: que a um maior bem se opõe um maior mal, salvo se um dos dois bens não implicar o outro, pois que a fortaleza implica a saúde. Devemos proceder assim, não apenas quando o opositor formula uma objecção, mas ainda quando, mesmo não objectando, nega o que propomos, porque prevê formular uma proposição deste género. Uma vez retirado o ponto a que

objecta, o opositor ver-se-á compelido a conceder à nossa proposição, porque não consegue prever no resto qualquer caso que não seja como foi dito; e se recusar a concessão, pedir-lhe-emos uma objecção, e ele não a conseguirá formular. Pertencem a este tipo todas as proposições parcialmente falsas e parcialmente verdadeiras, para as quais é possível, retirando uma parte, deixar que o resto continue verdadeiro. E se, quando a proposição é extensiva a vários casos, o opositor não ergue objecção, temos de julgar que ele a admitiu, porque, na dialéctica, é válida uma premissa que assim se aplica a vários objectos, não suscitando uma objecção contra ela.

Quando se puder atingir a mesma conclusão, já sem redução ao absurdo, já por redução ao absurdo, nesse caso, se demonstrarmos, e se não discutirmos dialecticamente, é indiferente concluir por um ou por outro dos métodos; mas se discutirmos dialecticamente com um adversário, não devemos socorrer-nos do raciocínio por absurdo. Se raciocinámos sem a redução ao absurdo, nenhuma dúvida pode ser levantada pelo opositor; mas se, pelo contrário, concluímos uma proposição impossível, o adversário, salvo se a sua falsidade não for por demais evidente, põe em causa a sua impossibilidade, e os que 158 a

interrogam não conseguem ver aceite o que pretendem.

Importa adiantar todas as proposições aplicáveis a uma pluralidade de casos, em conformidade com o que dissemos, e aos quais percebamos não haver qualquer objecção, seja de modo absoluto, seja, pelo menos, à primeira vista, porque, se não formos capazes de perceber os casos em que as coisas não são como dissemos, o adversário concede a proposição como verdadeira.

A interrogação não deve conter a conclusão, senão, no caso de o opositor a negar, parece que não raciocinámos. Muitas vezes, até quando ela não é posta como uma interrogação, mas apresentada como uma consequência, os opositores negam-na, e, procedendo assim, parecem não estar refutados por aqueles que não vêem ser ela a consequência das premissas concedidas. Quando, por isso, sem mesmo se dizer que ela é uma consequência, a propomos como uma questão, e quando o opositor a nega, é como se o raciocínio tivesse falhado.

Nem toda a interrogação universal, segundo parece, é uma proposição dialéctica, por exemplo: *que é o homem*? ou, *quantos são os significados de bem*? Porque uma proposição dialéctica é aquela a que se responde com *sim* ou com *não*, e isto não o podemos

fazer com as proposições mencionadas. É por este motivo que as questões deste género não são dialécticas, salvo se o que interroga não efectuou as distinções ou as divisões antes de as enunciar, dizendo, por exemplo: *o bem é entendido neste* ou *naquele sentido?* Às questões desta espécie é fácil de responder com uma afirmação ou com uma negação. Daí ser sob esta forma que convém propor as proposições deste género. Ao mesmo tempo, talvez seja lícito perguntar ao interlocutor em quantas acepções *bem* é entendível, quando, o que puser a questão, tendo-as distinguido e formulado, o opositor recusa firmemente concedê-las.

O que interroga apenas acerca de uma questão durante muito tempo é um mau inquiridor, pois, se assim procede, ainda que o interrogado responda ao que se lhe pergunta, é evidente que, ou ponha-lhe várias questões diferentes, ou ponha-lhe várias vezes a mesma questão, daí resultará, ou uma verborreia, ou ausência de raciocínio, pois o raciocínio se constitui sempre a partir de um pequeno número de premissas. Se, pelo contrário, assim proceder porque o opositor não responde, então faz mal, ou porque não o repreende, ou porque não põe termo à discussão.

3

Há determinadas hipóteses simultaneamente difíceis de atacar e fáceis de defender: tais são as coisas primeiras e as coisas últimas da ordem natural. As primeiras carecem de definição, e as últimas concluem-se mediante múltiplos termos intermédios por quem pretende garantir uma demonstração contínua a partir dos primeiros princípios; de contrário, sem isso, toda a discussão em torno delas parece simplesmente sofística, pois somos incapazes de demonstrar algo, se não tomarmos como ponto de partida os princípios que lhe são próprios, e se não encadearmos a série de raciocínios até à última conclusão. Ora, definir os primeiros princípios é o que os que respondem não pensam fazer, e não prestam qualquer atenção ao que interroga, quando ele define; e, portanto, até o que se propõe ficar claro, não o podemos atacar com facilidade. É isto o que sucede, sobretudo nos casos dos princípios, porque, enquanto as outras proposições se demonstram pelo termo intermédio, os princípios não podem ser demonstrados por outras coisas fora deles — temos de conhecer cada uma das proposições deste género mediante uma definição.

158 b

É também difícil combater as proposições que se acham muito próximas do princípio, porque não se conseguem obter muitos argumentos contra elas, dado haver poucos termos intermédios entre a conclusão e o princípio, sendo por estes termos intermédios que as proposições subsequentes devem ser necessariamente provadas. Entre todas as definições, as de ataque mais difícil são as que utilizam termos que, em primeiro lugar, não sabemos bem se são aduzidos na acepção simples ou em várias acepções, ou que, por outro lado, não sabemos se são aduzidos em acepção literal, ou por metáfora, por quem define. É em virtude da sua obscuridade que não se torna possível argumentar contra estes termos; e como se ignora se essa obscuridade é devida ao carácter metafórico, torna-se impossível refutá-los.

Resumindo, sempre que um problema é difícil de atacar, convém supor a necessidade de uma deefinição; entre ele, ou nas coisas com várias acepções ou em acepção metafórica; ou ainda, que não se ache afastado dos princípios; ou ainda que não nos apercebamos desde logo disso, a que modalidades das acima enumeradas se refere o que nos embaraça; uma vez esclarecido o modo cuja dificuldade se apresenta, é evidente que nos cumpre definir, ou distinguir, ou procurar as

proposições intermédias, pois é dessa forma que as conclusões finais se demonstram.

Sucede com frequência, por a definição não se formular com rigor, que não é fácil discutir e atacar as teses, por exemplo: se um objecto tem ou não tem múltiplos contrários. Uma vez definidos os contrários, como importa, é fácil de concluir se ao mesmo objecto é possível ter ou não ter vários contrários. Procede-se também de igual modo quanto aos demais termos que carecem de definição. Parece também, nas matemáticas, que a dificuldade na demonstração das figuras se deve por vezes a um defeito da definição; quando, por exemplo, provamos que a recta que corta o plano paralelo a um lado divide de modo semelhante a linha que corta a superfície; mas se a definição tiver sido dada, o que se diz torna-se desde logo óbvio, porque as superfícies suportam o mesmo corte das linhas; e esta é a definição de mesma proporção. De maneira simples, os primeiros princípios elementares, uma vez as definições propostas, por exemplo, a natureza da linha e a natureza do círculo, são de fácil prova; os argumentos suscitáveis a respeito de cada uma delas não são numerosos, por não haver muitos termos intermédios. Em contrapartida, se as definições dos princípios não foram formulados, a prova é difícil, e pode, até, ser

completamente impossível. O que sucede nas noções matemáticas aplica-se também aos conceitos dialécticos. 159 a

Podemos ter a certeza, quando a tese é difícil de discutir, de que isso resulta de ela apresentar um dos defeitos acabados de mencionar. Mas quando é mais difícil discutir o postulado, ou seja, a premissa, do que discutir a tese em si mesma, podemos perguntar-nos se importa propor ou não tais proposições; porque, se não concedemos o postulado, mas pretendemos sujeitá-lo também à discussão, imporemos ao opositor uma tarefa mais árdua do que a de provar a tese proposta no início; se, pelo contrário, o concedermos, o opositor extrairá a sua opinião de elementos menos dignos de crédito. Se, portanto, é indispensável não tornar o problema mais difícil, temos de conceder o postulado; se, por outro lado, é indispensável raciocinar mediante premissas mais conhecidas, não o devemos propor. Por outras palavras, quando procedemos a uma pesquisa séria, não o devemos propor, salvo se ele for mais conhecido do que a conclusão; mas, no exercício dialéctico, cumpre propô-lo, na condição de que se esteja convencido de que parece verdadeiro. Vemos, assim, que o modo pelo qual tais postulados são pedidos não é o mesmo, conforme o que interroga, ou o que ensina.

4

Quanto à formulação das questões e ao modo de as dispor, o que dissemos parece suficiente para o mostrar.

Acerca da resposta, cumpre saber, antes de mais, o que temos de fazer para responder com rigor, e ainda o que temos de fazer para interrogar correctamente. A tarefa do que interroga é a de orientar a controvérsia, por forma a levar o que responde a sustentar os mais extravagantes paradoxos, que são a consequência necessária da tese; pelo contrário, a tarefa do que responde é a de proceder de modo a que o que diz de absurdo ou de paradoxal pareça provir, não dele, mas da sua tese. De facto, há uma diferença entre a falta que consiste em propor como ponto de partida o que como tal não deve ser proposto, e a que consiste em não garantir a conveniente defesa do objecto da proposta.

5

Considerando que ainda ninguém definiu as regras a observar pelos que argumentam unicamente para se exercitarem e ensaiarem (porque o propósito não é o mesmo para os que ensinam ou se instruem, e para os que

se entregam a um debate, tal como o propósito destes últimos não é o mesmo para os que discutem em conjunto em vista de uma pesquisa; porque o que se instrui deve propor sempre o que lhe parece verdadeiro; e, de facto, nunca se procura ensinar-lhe o que é falso. Num debate dialéctico, pelo contrário, o propósito do que interroga é o de parecer, por todos os meios, que efectua uma refutação, e o propósito do que responde, de parecer que não é afectado; por outro lado, nas reuniões dialécticas, onde se argumenta, não para debater, mas para ensaiar forças e inquirir, ainda não se definiu bem o propósito a visar pelo que responde, e que coisas ele deve ou não deve conceder para a correcta ou incorrecta defesa da sua tese), dado que os nossos predecessores nada nos ensinaram, temos de dizer por nós mesmos algo acerca deste tema [135].

Importa que o que responde sustente a disputa, propondo uma tese, seja ela provável, ou improvável, ou não seja nem provável nem improvável; e que seja provável ou improvável, já absolutamente, já restritamente, por exemplo, por alguma pessoa dada, ou pelo que responde, ou por qualquer outro. Qual destes dois modos, se a tese é provável ou improvável, pouco importa, porque a forma de responder correctamente, admitindo ou

159 b

não admitindo o solicitado, será a mesma em ambos os casos. Logo, se a tese do respondente for improvável, a conclusão solicitada pelo interrogante deve ser provável, sendo improvável mediante uma tese provável — pois a conclusão extraída pelo interrogante é sempre oposta à tese proposta. E se o que tiver sido proposto não for, nem provável, nem improvável, também a conclusão será do mesmo tipo. Posto que quem razoa correctamente demonstra a conclusão que propõe a partir de premissas mais prováveis e mais conhecidas do que ela, é evidente que, se a tese for absolutamente improvável, o que responde não deve conceder, nem o que é absolutamente improvável, nem o que, mesmo provável, é menos provável do que a conclusão do interrogante. Se a tese do respondente é improvável, a conclusão do interrogante será provável, pelo que as premissas aduzidas pelo interrogante deverão ser todas prováveis e mais prováveis do que a conclusão que propõe, uma vez que temos de concluir o menos conhecido através de premissas mais conhecidas. Logo, se alguma das interrogações aduzidas não for deste tipo, o que responde não deve conceder. Se a tese do que responde for absolutamente provável, a conclusão do que interroga será absolutamente improvável. Nesse caso, o que

responde deve conceder em tudo o que for provável, e, em tudo o que não for provável, deve conceder em todas as que são menos improváveis do que a conclusão do interrogante; pois aí pensar-se-á que ele argumentou de maneira satisfatória. De igual modo, se a tese do que responde não for, nem provável, nem improvável, porque ainda aí, temos de conceder em tudo o que for provável, e entre o que não for provável, tudo o que for mais provável do que a conclusão do interrogante, já que, por este processo, os argumentos serão mais prováveis. Se a tese proposta for absolutamente provável, deve ser assumido como termo de comparação; mas se não for absolutamente provável nem absolutamente improvável, sendo provável ou improvável apenas para o que o responde, o termo de comparação pelo qual o que responde tem de julgar o que é improvável ou não provável e conceder ou rejeitar o solicitado, é ele mesmo. Se o que responde defender a opinião de outro, é a opinião deste último que deve considerar para conceder ou rejeitar os diferentes pontos de vista. É esta a razão porque também os que se tornam introdutores das opiniões alheias, por exemplo, que o bem e o mal são idênticos, como diz Heraclito [136], se negam a admitir a impossibilidade de que os contrários pertençam simultaneamente ao mesmo su-

jeito, não porque eles mesmos não creiam isso, mas porque, atendo-se a Heraclito, têm de o dizer assim. É também deste modo que procedem os que defendem reciprocamente as teses um do outro, pois tendem a exprimir-se conforme ao que propôs a tese.

6

O que deve ter em mente quem responde, é óbvio, seja a sua tese absolutamente provável ou apenas provável para uma determinada pessoa.

Como toda a interrogação tem de ser necessariamente, ou provável, ou improvável, ou nem provável nem improvável, e como tem de se referir ao argumento, ou de não se referir ao argumento, se a interrogação for provável sem apresentar relação com o argumento, o respondente terá de admitir que ela 160 a é provável. Se não for provável, e não apresentar relação com o argumento, tem de admitir, mas dizendo também que ela não é provável, para que não seja considerado um simplista. Se ela apresentar relação com o argumento e se for provável, terá de dizer que é provável, mas que se encontra muito próxima da tese inicial, e que, se for admitida, o problema proposto se desvanece. Se o que o interrogante pretende estiver em relação com o argumento, mas for deveras improvável, o

que responde deverá admitir que, se ela for concedida, a conclusão desejada se infere, embora a proposição seja muito simplista para ser concedida. Se a proposição não for, nem improvável, nem provável, no caso de ela não ter qualquer relação com o argumento, cumpre admiti-la sem restrições; mas se estiver em relação com o argumento, o que responde deve acrescentar o comentário de que, se ela for admitida, o problema inicial se desvanece. Cumprindo estas regras, o que responde não dará aso a que seja considerado ele mesmo responsável pelo que ocorra, caso preveja a consequência de cada uma das proposições concedidas e, além disso, o que interroga poderá chegar a uma conclusão, porque todas as premissas mais prováveis do que a conclusão lhe foram admitidas. Agora, os que tentam extrair uma conclusão a partir de premissas mais improváveis do que a conclusão, não raciocinam com rigor, como é óbvio, por isso que não as devemos conceder aos que as solicitam.

7

Ao que responde às questões temos de o refutar de modo análogo, nos casos em que os termos forem obscuros, ou seja, tiverem múltiplas acepções. Como ao que responde sempre se permite, caso não compreenda,

dizer que não compreende, e como a uma questão de múltiplas acepções nunca é obrigado a responder *sim* ou *não,* torna-se claro, antes de mais, que, se a expressão não for clara, ele não deve hesitar em dizer que não a compreende; porque, muitas vezes, encontramos dificuldades quando respondemos a questões que não foram claramente propostas. Se compreender a expressão, ainda que esta tenha múltiplas acepções, então, se a expressão for em todas as acepções, ou verdadeira ou falsa, ele deve admiti-la ou rejeitá-la totalmente; se, pelo contrário, for parcialmente falsa e parcialmente verdadeira, deve declarar que a expressão é compreensível em várias acepções e ainda que, numa das acepções ela é verdadeira e, noutra, falsa; porque, se fizer esta declaração no final, ficamos na dúvida se, também no início, ele percebeu ou não a homonímia. Se o que responde não se apercebeu previamente da homonímia, dando assentimento à questão, tendo em mente apenas uma única das acepções, nesse caso deve dizer ao opositor que está a orientar a questão noutro sentido, que não era esse o sentido que considerara, mas outro, ao admitir a proposição. Se um termo ou uma expressão abarcam várias coisas, a homonímia produz-se com facilidade. Se, todavia, a questão for clara e simples, basta responder ou *sim,* ou *não.*

8

Dentro de um silogismo, a prótase é sempre, ou uma das proposições a partir das quais o silogismo se constrói, ou uma proposição formulada para estabelecer uma destas proposições construídas (e vemos sempre quando ela se assume em vista de uma outra proposição, uma vez que várias questões análogas foram propostas, pois é através da épagoge, ou por analogia, que, quase sempre atingimos o universal), pelo que o que responde pode admitir todas as proposições particulares, se forem verdadeiras e prováveis. Contra 160 b a proposição universal devemos tentar formular uma instância [137], pois, sem uma objecção deste género, real ou aparente, o acto de estorvar o desenvolvimento do silogismo constitui uma perturbação. Se recusarmos admitir a proposição universal obviamente resultante de muitos paradigmas singulares, sem que se apresente qualquer instância, é evidente que isso equivale a um estorvo. Se, além disso, nem sequer se pode demonstrar, mediante contra argumento, que a proposição não é verdadeira, mais daremos a impressão de nos entregarmos a má intenção, ainda que esse contra argumento não seja suficiente, pois, muitas vezes, somos postos face a argu-

mentos contrários das opiniões comuns, e cuja solução é difícil. É o caso, por exemplo, do argumento de Zenão acerca da impossibilidade do movimento, ou sobre a impossibilidade de atravessar o estádio. Mesmo assim não há qualquer razão para não adoptar os opostos destas proposições.

Portanto, se, sem qualquer objecção, nem contra argumento, recusarmos admitir a proposição do opositor, é evidente que temos uma duscolia[138]. Entendo por duscolia, nas disputas, uma resposta formulada de modo diferente daquelas de que acabámos de falar, e destrutiva do raciocínio.

9

Antes de se sustentar uma tese ou uma definição, o que responde deve pôr-se a si mesmo todas as objecções, já que lhe cumpre assumir o contrário dos argumentos mediante os quais os que interrogam refutam as suas propostas.

Evitará sustentar uma hipótese improvável. Uma tese pode ser improvável de dois modos: é improvável, quando resulta de proposições impossíveis, por exemplo, se disséssemos que *tudo se move* ou que *nada se move*. São também improváveis as que fossem escolhidas apenas por gentes de costumes

depravados e que são implicitamente contrários aos sentimentos humanos, por exemplo, que *o prazer é um bem,* e que *fazer injustiça* é melhor do que *padecer injustiça.* Detestamos os que sustentam estas máximas, pensando que as sustentam, não por exigência das disputas, mas porque é isso que pensam.

10

Para todos os argumentos que conduzem ao pseudo-silogismo, a solução correcta é a de rebater o ponto de onde o erro procede, porque a supressão de um ponto qualquer não restabelece o silogismo, mesmo se o suprimido for falso. O argumento pode conter mais de um erro. Admitamos, por exemplo, que tomámos as seguintes premissas: *o que está sentado escreve,* e *Sócrates está sentado* — consequência: *Sócrates escreve.* Suprimindo a premissa *Sócrates está sentado,* não nos aproximaremos da solução do silogismo, uma vez verificar-se que a proposição solicitada é falsa, dela não dependendo, todavia, a falsidade do argumento. Se alguém estiver sentado mas não escrever, será impossível, em tal caso, aplicar a mesma solução. Logo, esta proposição não é a que temos de rebater, pois o que está sentado nem sempre escreve. A solução total a dar ao silogismo consiste em

suprimir o ponto de onde o erro procede, e se soubermos que é deste ponto que o argumento depende, logo conhecemos a solução, tal como sucede no caso das falsas figuras. Não basta objectar, mesmo se o ponto suprimido for um erro, mas cumpre ainda demonstrar a causa do erro; deste modo, veremos claramente se, ao pôr-se a objecção, a consequência foi ou não foi prevista.

161 a Há quatro modos possíveis de impedir a conclusão de um silogismo. Ou suprimindo o ponto de onde o erro procede. Ou pondo uma objecção ao que interroga, porque mesmo quando não se possa encontrar uma solução, o que interroga torna-se incapaz de prosseguir a sua argumentação. Em terceiro lugar, a objecção pode constituir uma instância ao interrogante, pois é possível que a conclusão desejada pelo interrogante não derive das interrogações propostas, porque as interrogações foram viciosas, enquanto o aditamento de algum outro elemento conduziria à conclusão. Se o que interroga for incapaz de levar a argumentação por diante, a objecção será proposta contra o que interroga, mas se for capaz de prosseguir o silogismo, a objecção valerá contra as suas questões. A quarta e pior espécie de instância é a que se orienta para o tempo permitido à disputa: há, de facto, gente que levanta objecções tais, que

a sua análise exigiria mais tempo do que o disponível para a disputa.

Deste modo, como dissemos, há quatro modos de objectar; mas só o primeiro constitui uma verdadeira solução, os outros não sendo mais do que impedimentos e obstáculos ao achamento das conclusões.

11

A repreensão [139] dirigida contra um argumento não é a mesma quando visa o argumento em si mesmo e o argumento apresentado sob a forma de questões. O mau andamento da argumentação decorre, muitas vezes, do que interroga, porque este rejeita admitir as proposições de onde legitimamente se poderia extrair um argumento contra a tese por si proposta; pois não está somente ao alcance de um dos dois opositores o satisfazer a tarefa a ambos comum. Portanto, é necessário, por vezes, atacar o próprio interlocutor e não a sua tese, sempre que o respondente se atém na expectativa de tudo quanto é contrário ao interrogante; porque, em virude destas diatribes, as discussões transformam-se em contenciosas e perdem a natureza dialéctica. Além disso, como os argumentos deste género são formulados para exercício e provação, não para instrução,

claro que temos de concluir, o verdadeiro e também o falso, e proceder, não sempre mediante premissas verdadeiras, mas algumas vezes mediante premissas falsas. De facto, com frequência, quando se propõe uma premissa verdadeira, somos compelidos, durante a disputa, a destruí-la, de modo que temos de adiantar premissas falsas. Por vezes também, quando se propõe uma premissa falsa, temos de a destruir mediante proposições falsas; nada obsta a que um opositor julgue mais o que não é do que o que é verdadeiro, de onde resulta que, se o argumento depender de proposições que lhe parecem verdadeiras, o persuadiremos ou o ajudaremos com maior facilidade. Todavia, o que desejar transitar correctamente do verdadeiro para o falso ou do falso para o verdadeiro, tem de efectuar dialecticamente esta transição, que nunca pode efectuar eristicamente, ao modo do geómetra, que razoa segundo a Geometria, quer a conclusão seja verdadeira, quer seja falsa. Quais os silogismos dialécticos já o dissemos mais atrás [142].

O princípio, de acordo com o qual um mau opositor é o que impede a obra comum, também se ajusta à disputa, pois, com efeito, há nos argumentos um propósito comum a que nos cometemos, excepção feita aos que só discutem por causa da agonística em si

mesma, dado que uns e outros não seriam capazes de prosseguir o mesmo fim, uma vez que a vitória não pode ser atribuída a mais do que a um. Aliás, pouco importa que seja 161 b ao que responde ou ao que interroga — o que propõe interrogações erísticas é tão mau dialecta como o que, respondendo, não dá a resposta que lhe parece verdadeira, ou recusa definitivamente a compreensão do ponto acerca do qual versa a indagação do interrogante. Assim, conforme ao que acabámos de dizer, não se pode criticar do mesmo modo o argumento em si mesmo e o interrogante, nada obstando a que o silogismo esteja viciado, e que o interrogante haja discutido o melhor que podia com o que responde; face aos maus disputadores, não se pode raciocinar como se quer, mas apenas como se pode.

Enquanto se não definiu quando se tomam os contrários, e quando se toma o que foi proposto no início — porque, muitas vezes, quando as pessoas falam para si mesmas, admitem os contrários, e depois de rejeitarem uma premissa, acabam por a admitir — sendo por este motivo que, quando interrogados dão o assentimento aos contrários e ao que inicialmente foi proposto — os argumentos apresentam-se necessariamente viciados. Em todo o caso, o que está em causa é o que responde, quando recusa admitir uns pontos e aceita

admitir outros da mesma classe. Assim, é evidente que a crítica não deve portar-se de igual modo face aos interrogantes, e face aos argumentos.

Um argumento em si mesmo é passível de cinco espécies de críticas. Primeiro, quando, das questões aduzidas, não se extrai a conclusão proposta, nem qualquer outra conclusão, e quando são falsas ou improváveis, senão todas, pelo menos a maior parte das premissas nas quais a conclusão assenta, e quando, além disso, nem por subtracções, nem por adições, nem por subtracções e adições conjuntas, conseguimos obter a conclusão. A segunda crítica, é quando o raciocínio não pode efectuar-se em relação à tese, ainda que constituída sobre premissas deste tipo, e segundo os métodos antes indicados. A terceira, é quando algumas adições permitem obter a conclusão, mas estas adições são todavia inferiores às questões propostas, ou seja, menos prováveis do que a conclusão. Outra espécie de crítica: quando, tendo-se feito algumas supressões, a conclusão não é obtida, dado que, por vezes, adiantamos mais premissas do que as necessárias, de modo que o raciocínio não se efectua por causa da sua presença. Por fim, a última crítica: é quando, se as premissas são mais improváveis e menos persuasivas do que a conclusão, ou se, embora

verdadeiras, são mais difíceis de demonstrar do que o próprio problema.

Não se deve pretender que os problemas sejam igualmente prováveis e persuasivos, pois uma consequência imediata do ser das coisas é a de que alguns sujeitos são de abordagem mais fácil, e outros de mais difícil abordagem, pelo que, se concluímos, baseando-nos nas opiniões mais prováveis, que o sujeito possa admitir, discutimos correctamente. Assim, verificamos que, mesmo considerando o próprio argumento, a crítica é diferente conforme ele se considere em relação ao problema ou em relação a si mesmo — pois nada obsta a que o argumento seja em si mesmo criticável e que, não obstante, seja louvável em relação ao problema; ou ainda, na inversa, em si mesmo louvável e criticável quando ao problema, sempre que haja várias proposições ao mesmo tempo prováveis e verdadeiras, das quais se poderia facilmente extrair uma conclusão. Pode até acontecer, por vezes, que um argumento, mesmo conclusivo, seja menos bom do que um argumento não-conclusivo, e isto acontece quando o primeiro extrai a conclusão de premissas frágeis, enquanto o problema não é frágil, e quando o segundo, mesmo necessitando destas adições, só as exige como adições prováveis e verdadeiras que, além do

162 a

mais, não são a solução para o nó do problema. Os que concluem o falso mediante premissas falsas não são licitamente criticáveis, porque, enquanto o falso se conclui sempre e necessariamente mediante premissas falsas, o verdadeiro pode ocasionalmente ser concluído mediante premissas falsas, tal como pudemos verificar nos *Analíticos*.

Sempre que se demonstra algo pelo argumento estatuído, e se houver outra coisa que não apresenta qualquer relação com a conclusão, o mesmo argumento não demonstrará simultaneamente esta outra coisa; e se der a ilusão de a demonstrar equivalerá a um sofisma, nunca a uma demonstração.

O *filosofema* [141] é um silogismo demonstrativo; o *epiquerema* [142] é um silogismo dialéctico; o *sofisma* [143] é um silogismo erístico; um *aporema* [144] é um silogismo dialéctico da contradição.

Se tivermos que demonstrar algo com base em premissas ambas prováveis, mas não igualmente prováveis, nada obsta a que a conclusão demonstrada seja mais provável que cada uma das duas; mas se uma das premissas for provável e a outra não for, nem provável, nem improvável, ou se uma for provável e a outra improvável, nestes casos, se as duas premissas forem do mesmo grau, também haverá igualdade de grau para a con-

clusão; mas se uma for superior à outra, a conclusão seguirá o grau da superior.

Cometemos também uma falta nos silogismos, e é a seguinte: quando a prova se efectua através de um grande número de termos intermédios, embora se pudesse efectuar mediante menor número, e pelos que se acham compreendidos no argumento; se, por exemplo, desejando mostrar que uma opinião é mais opinião que uma outra, propuséssemos os seguintes postulados: *A em si mesmo é mais plenamente A do que qualquer outra coisa; há genuinamente um objecto de opinião em si mesmo* — o que vem a dar por conclusão: *o objecto de opinião em si mesmo é mais plenamente um objecto de opinião do que os objectos particulares da opinião.* E depois: *um termo relativo é mais plenamente ele mesmo, quando o seu correlativo é mais plenamente ele mesmo,* e *há uma genuína opinião em si mesma que será opinião num sentido mais rigoroso, do que as opiniões particulares.* Ao mesmo tempo foi proposto: *há uma opinião genuína em si mesma* e *A em si mesmo é mais plenamente A do que qualquer outra coisa;* de onde se conclui: *a opinião em si mesma será mais plenamente uma opinião.* Qual o vício do silogismo? É o de que simplesmente dissimula a causa *do argumento.*

12

Um argumento é perspicaz, antes de mais, e de acordo com o senso comum, quando a conclusão é tal, que não admite outra questão depois dela. Noutro sentido, que também é o habitual, é quando as proposições aduzidas são tais, que a conclusão se revela neces-
162 b sariamente, e quando o argumento se conclui através de premissas que são, em si mesmas, conclusões. Em último sentido, é quando o argumento silencia um elemento muito provável.

Dizemos que um argumento é falso de quatro modos. Primeiro, quando parece concluir, sem deveras concluir; a isto se chama *silogismo erístico.* Segundo, quando obtém uma conclusão, mas esta não é a conclusão proposta; é este o caso, sobretudo, das reduções ao absurdo. Terceiro, quando o argumento leva à conclusão proposta, mas não de acordo com o método próprio do sujeito; é o que acontece, quando um argumento não-médico parece médico, ou um argumento não-geométrico geométrico, ou um argumento não-dialéctico dialéctico, seja a conclusão verdadeira ou falsa. Enfim, o último modo, é quando a conclusão se obtém através de falsas premissas; e a conclusão deste tipo

pode ser umas vezes verdadeira e outras vezes falsa; porque, enquanto uma conclusão falsa é sempre o efeito de premissas falsas, uma conclusão verdadeira pode extrair-se de premissas que não são verdadeiras, tal como já antes dissemos [145].

A falácia deriva mais de um erro do arguente do que do próprio argumento, por isso, nem sempre é falta do arguente, sendo-o apenas quando ele não se apercebeu de que incorre em falácia; pois admitimos amiúde, pelo seu valor, preferentemente a muitos outros verdadeiros, um argumento que refuta uma proposição verdadeira, caso faça isso a partir de premissas prováveis o mais geralmente possível. Um argumento deste tipo é uma demonstração de outras coisas que são verdadeiras, porque uma das premissas aduzidas não devia sê-lo, dela resultando a demonstração. Mas se uma conclusão verdadeira for obtida através de premissas falsas e muito simplistas, o argumento será bem inferior a muitos argumentos que levam a uma falsa conclusão, embora um argumento conducente a uma falsa conclusão possa também ser deste tipo. Vemos, portanto, que há que analisar, antes de mais, num silogismo em si mesmo, se há uma conclusão; depois, se a conclusão é verdadeira ou falsa; em terceiro lugar, de que espécie de premissas ele pro-

cede; porque, se as premissas forem falsas, mas prováveis, o argumento é dialéctico; se forem verdadeiras, mas improváveis, é falacioso; se forem ao mesmo tempo falsas e muito improváveis, é claro que é falacioso, tanto em si mesmo, como em relação ao objecto questionado.

13

Nos nossos *Analíticos*[146], já tratámos, segundo o critério da verdade, o modo pelo qual a petição de princípio e a petição de contrários são cometíveis pelo interrogante. Falta agora falar disso segundo o critério da opinião.

Segundo parece, podemos cometer petição de princípio de cinco modos. O primeiro, e mais óbvio, é quando se postula o próprio sujeito a demonstrar — isto é uma falta que dificilmente escapa à atenção, sempre que é o próprio termo em causa que se postula; mas é mais difícil de desvelar no caso dos sinónimos, ou de um termo e de uma expressão com o mesmo significado. O segundo, é (163 a) quando se postula universalmente um sujeito que carece de demonstração particular, se, por exemplo, tentando provar que a ciência dos contrários é una, disséssemos que a ciência dos opostos em geral é una; porque então,

parece que o sujeito a provar por si mesmo, é postulado juntamente com outros. Terceiro, quando postulamos particularmente o que propomos provar universalmente, se, por exemplo, propondo-nos provar que a ciência dos contrários é sempre una, se postulasse isto a respeito de certos pares de contrários; porque, também aqui, parece que o sujeito a provar com outros, é proposto em separado. Há também petição de princípio se postularmos o problema depois de o termos dividido, se, por exemplo, tendo de provar que a Medicina é a ciência do são e do molesto, aduzíssemos estas duas qualidades separadamente. Enfim, se postularmos uma de duas proposições que se implicam necessariamente uma à outra; se, por exemplo, tendo de provar que a diagonal é incomensurável com o lado, disséssemos que o lado é incomensurável com a diagonal.

Há tantas petições de contrários como petições de princípios. Em primeiro lugar, quando propomos a afirmação e a negação opostas. Em segundo lugar, se aduzimos os termos contrários de uma antítese, por exemplo, que *o mesmo objecto é bom e mau.* Em terceiro lugar, se, tendo aduzido uma contradição universal, pedimos a sua contraditória para um caso singular; se, por exemplo, tendo dito que *a ciência dos contrários é una,* pre-

tendessemos que *é diferente* nos casos da saúde e da doença. Mais ainda, se, tendo postulado esta última proposição, tentássemos assumir universalmente a antítese. Por fim, se postularmos o contrário da conclusão extraível necessariamente das premissas aduzidas, e isto mesmo se, sem tomar as premissas opostas em si mesmas, postulássemos duas premissas tais, que a proposição oposta à primeira conclusão seria deduzível.

A diferença entre a petição dos contrários e a petição de princípio é a de que, nesta última, a falácia ocorre relativamente à conclusão — pois é considerando a conclusão que dizemos que a questão inicial foi proposta —, enquanto a petição de contrários ocorre relativamente às premissas, ou seja, a uma certa relação de uma para com a outra.

14

O melhor para nos exercitarmos e provarmos nos exercícios deste tipo, consiste, em primeiro lugar, em nos acostumarmos à conversão dos argumentos, porque, deste modo, seremos mais capazes de discutir as proposições questionadas, e, depois de algumas tentativas, conhecermos muitos argumentos em profundidade. A conversão de um argumento consiste em propor a inversa da conclusão

com as proposições pedidas que restam, destruindo uma das admitidas; porque daí se segue necessariamente que, se a conclusão não for verdadeira, uma das premissas é destruída, porque, estando dadas todas as premissas, a conclusão tem necessariamente de extrair-se. No estudo de uma tese, seja ela qual for, cumpre questionar os argumentos pró e contra, e, uma vez identificados, procurar saber o modo de os refutar; porque, deste modo, se verá imediatamente que nos exercitámos ao mesmo tempo tanto a propor questões como a responder às questões. E se não tivermos ninguém com quem discutir, fá-lo-emos com nós mesmos. Temos, ainda assim, de escolher os argumentos pelos quais podemos combater a mesma tese, pondo-os em paralelo com os presentes — pois isso equivale à aquisição de abundantes argumentos para constranger o opositor, e também a uma poderosa ajuda para refutar, ficando bem provido de argumentos pró e contra, assim nos achando armados contra as proposições contrárias à que desejamos estabelecer. Uma outra vantagem: no que se refere ao conhecimento e à prudência filosófica, não é negligenciável o poder abarcar, com um simples olhar, ou o ter já abarcado, as consequências resultantes de uma e de outra das hipóteses, pois então só nos resta escolher justamente

163 b

entre as duas. Para uma tarefa como esta, é precisa uma feliz disposição natural, e esta feliz disposição natural consiste apenas na recta faculdade de escolher o verdadeiro e de evitar o falso. É precisamente disto que os indivíduos honestos são capazes, pois, em virtude de uma tendência, ou de uma feliz repugnância, face ao que se lhes propõe, sabem avaliar o melhor.

Quanto aos problemas mais frequentemente suscitados na disputa, é útil conhecer em profundidade os argumentos a aduzir, mormente quando estão causa os princípios, pois, ao discuti-los, os que respondem sofrem, muitas vezes, revés. Por outro lado, convém dispor de abundância de definições, manejando as mais prováveis e as que são primeiras, por ser através delas que os silogismos se constroem. Também importa dispor dos lugares comuns sob os quais os argumentos a maior parte das vezes se encontram, pois, tal como em Geometria é bom ser versado no conhecimento dos elementos, e, em Aritmética, saber na ponta do dedo a multiplicação dos dez primeiros números — o que é muito importante também para o conhecimento dos múltiplos dos outros números — também nos argumentos é uma grande vantagem deter os princípios e conhecer as premissas de cor. Assim como os lugares atribuídos à memória

bastam para nos fazer lembrar de imediato a lembrança das coisas em si mesmas, assim as disposições de que falamos agora nos tornarão mais capazes de raciocinar, uma vez que temos presentes as proposições definidas em número. Aliás, é preferível confiar à memória uma premissa comum, por não ser grande a dificuldade na posse abundante de princípio ou de hipótese.

Por outro lado, cumpre habituarmo-nos a desdobrar um único argumento em vários, dissimulando o melhor possível esta operação. Tamanho efeito atingir-se-á mantendo-nos o mais longe possível dos tópicos próximos do sujeito do argumento; os argumentos mais universais são os que melhor podem surtir este efeito, por exemplo: a proposição 164 a de que não pode haver uma única ciência de várias coisas, pois é isto que se verifica simultaneamente quanto aos relativos, aos contrários e aos termos coordenados.

As recensões das disputas anteriores devem ser efectuadas de modo universal, mesmo quando a argumentação do opositor haja arguido acerca do singular, pois, deste modo, de um único argumento extraíremos vários. A mesma norma aplica-se ainda, em Retórica, aos *entimemas* [147]. Quanto a nós, temos de evitar na medida do possível a apresentação dos nossos silogismos sob uma forma univer-

sal. E temos de examinar sempre se os argumentos se apoiam em princípios do saber comum, pois todos os argumentos particulares são também universalmente demonstrados, isto é, numa demonstração particular reside sempre uma demonstração universal, uma vez não podermos construir qualquer silogismo sem utilização dos universais.

Há que utilizar a prática dos silogismos epagógicos contras os noviços, e a prática dos silogismos dedutivos contra os peritos [144]. Cumpre tentar, além disso, a aceitação das premissas pelos que raciocinam de modo dedutivo, e das comparações pelos que raciocinam de modo dedutivo, e das comparações pelos que raciocinam por modo indutivo, por ser neste ponto que eles se exercitaram. De um modo geral também, dos seus exercícios dialécticos temos de nos esforçar por extrair, seja um silogismo acerca de qualquer sujeito, seja um elenco, seja uma premissa, seja uma instância, seja um aditamento sobre a questão de saber se a interrogação foi bem ou mal proposta por si mesmo ou por outro, e o motivo porque foi bem ou mal proposta. É daí que se colhe a energia, e é em vista da aquisição desta energia que nos exercitamos, sobretudo no que se refere às proposições e às objecções. Numa palavra, um dialecta é o que se acha apto a formular proposições e objec-

164 b

ções. Ora, formular uma proposição é unir várias coisas em uma só (pois temos de assumir numa geral acepção, como uma coisa única, a conclusão a que o argumento conduz), enquanto formular uma objecção é desdobrar uma só coisa em várias, pois aí dividimos ou destruímos, admitindo tal ponto, e recusando tal outro, das proposições aduzidas.

Convém não discutir com toda a gente, nem praticar a dialéctica com o primeiro que aparece, porque, face a certas pessoas, os silogismos degeneram sempre. Contra um opositor que procura todos os meios para evitar a derrota, é lícito tentar chegar a uma conclusão por todos os meios, mas este método carece de dignidade. Por isso, é preferível não nos entregarmos de ânimo leve a disputas com o primeeiro que nos aparece, porque então, e sem remédio, gera-se uma disputa infeliz. E os que assim procedem são incapazes de impedir uma discussão que acaba em altercação.

Enfim, cumpre deter os argumentos preparados para este tipo de problemas em que, com módicos recursos, deles nos poderemos servir no maior número possível de casos. Tais são os argumentos universais, e aquilo que é mais difícil de encontrar, através da ajuda da experiência corrente.

NOTAS

[1] O livro intitulado Τά τοπικά ou Τοπικῶν — *Tópicos* — é considerado um escrito autêntico de Aristóteles, pesem embora as indecisões sobre o livro V, e sobre alguns trechos que o texto apresenta, como se constituíssem interpolações. A redacção de alguns livros é anterior à dos *Analíticos*, testemunhando a favor desta anterioridade a ainda patente ignorância da arte demonstrativa (elevada à perfeição nos citados *Analíticos*) e a constância das motivações extraídas da dialéctica, conforme ela se achava nos tempos de Platão, e nas técnicas da academia platónica. Tem viabilidade a hipótese de que o livro dos *Tópicos*, incluindo o *Elencos Sofísticos* (que, afinal de contas, é um mero apêndice, ou um nono livro do grupo incluído em *Tópicos*) é obra de juventude, redigida logo a seguir ao tratado sobre as *Categorias*. Se esta hipótese fosse confirmada, teríamos deduzido duas importantes conclusões, a saber: *a*) que a ordenação do *Organon* deveria ser logicamente reformulada; *b*) que Aristóteles construiu a lógica nova, constante dos *Analíticos*, depois de ter estudado a gramática da sua língua (*Categorias*, *Periermeneias*) e os lugares comuns do grego enquanto língua

de expressão e de comunicação de uma sociedade e de uma cultura. Sendo assim, Aristóteles estudou a gramática nos dois primeiros livros orgânicos, efectuou a hermenêutica da dialéctica em *Tópicos* e *Elencos*, e construiu a lógica, a partir dos prévios estudos, nos livros dos *Analíticos*.

O tema dos oito livros contidos neste tratado é a dialéctica, assumida como técnica antiga, mas pelo autor transformada em sistemática da teoria das probabilidades e dos opináveis. Os oito livros constituem quatro partes bem definidas: uma introdução, uma exposição geral dos temas, uma compilação dos tópicos ou lugares comuns derivados dos argumentos, — que ocupa a maior parte da obra — e uma norma sobre a formação dialéctica e a prática desta arte, constante, por exemplo, de todo o sétimo livro. Uma análise contextual mais estrita mostra que a introdução consta dos três primeiros capítulos do primeiro livro. A segunda parte, sobre a exposição geral dos temas, inicia-se no capítulo quarto do livro primeiro; a terceira parte engloba os livros terceiro a sétimo, inclusive, sobre os tópicos (acidente, género, propriedade, definição, identidade); a quarte parte, versando a dialéctica prática e o exercício da dialéctica, ocupa todo o livro oitavo e bem assim o nono livro, os *Elencos*, que, por motivos editoriais e normativos, tem sido separado do grupo dos *Tópicos*. Em síntese, estes oito livros constituem uma propedêutica dialéctica à teoria demonstrativa e epistemológica, que a lógica formal levaria às últimas instâncias.

[2] Sobre o silogismo cf. *Analíticos Anteriores*, I, 1, 24 b.

[3] Premissas evidentes e primeiras, isto é, prótases, ἐξ ἀληθῶν καὶ πρώτων. O adjectivo ἀληθῶν, análogo do substantivo ἀλήθεια, diz que a premissa é evidente ou revelada, não carecendo de demonstração para ser aceite como verdade, já pelo senso crítico, já pelo senso comum. O indemonstrável é o que não carece de demonstração para ser aceite comummente enquanto é. O silogismo demonstrativo parte de premissas evidente e primeiras.

[4] O silogismo dialéctico parte de premissas prováveis, não evidentes, que podem ser meras opiniões demonstráveis, ἐνδόξων συλλογιζόμενος.

[5] Silogismo erístico, 'ἐριστικὸς συλλογισμὸς, ou silogismo contencioso, ou silogismo sofístico. Cf. *Elencos Sofísticos*, 11, 171 b.

[6] Paralogismo, παραλόγισμο, de algum modo equivalente ao silogismo, chamado ἀγεώμετρητος, que não faz correcto uso demonstrativo dos princípios da geometria. Cf. *Analíticos Posteriores*, I, 12, 77 b. Este silogismo é também chamado pseudógrafo, por constituir uma descrição mentirosa. «Silogismo pseudógrafo é aquele que, da matéria própria de alguma ciência, deduz uma conclusão, não, porém, de premissas verdadeiras, mas que parecem verdadeiras e necessárias, como neste exemplo: as coisas, cuja circunscrição é igual, são iguais; ora o triângulo e o quadrado, que resultam de uma linha igual, têm uma circunscrição igual; logo, são iguais. A matéria deste silogismo é nitidamente geométrica. Na verdade, a proposição maior, ainda que pareça verdadeira e necessária, é sem dúvida falsa». (Pedro da Fonseca, *Instituições Dialécticas*, VIII, 1).

[7] Na interpretação de Pedro da Fonseca

(*ob. cit.*, VII, 1) o silogismo simples apresenta-se em quatro géneros: demonstrativo (cujo fim é fazer ciência, *efficere scientiam*), dialéctico (cujo fim é o de produzir a opinião, *gignere opinionem*), pseudógrafo (ou falso juízo, à maneira de ciência) e sofístico (pura falácia, engano, *deceptionem*).

[8] No texto latino da edição Didot lê-se: «Est autem utilis ad tria, ad exercitationem, ad congressus, ad scientias philosophicas». Como exercício: πρὸς γυμνασίαν; nos encontros casuais; πρὸς τὰς ἐντεύξεις; nas ciências filosóficas: πρὸς τὰς φιλοσοφίαν επιστήμας.

[9] Aristóteles utiliza os nomes *doxa* (δόξα) e *dogma* (δογμα) para designar, por um lado, as opiniões estranhas e, por outro, as opiniões próprias, pelo que, no contexto, *dogma* e *doxa* são sinónimos, enquanto etimológica e conceptualmente não há sinonímia entre dogma e opinião.

[10] A aporia, ἀπορία, é o confronto de duas opiniões contrárias, mas ambas racionais, em resposta a um mesmo problema, ou questão. O desenvolvimento da aporia é uma diaporia, do verbo διαπορῆσαι. Aristóteles socorre-se frequentemente do método diaporemático. Cf., por exemplo, os exercícios diaporemáticos do livro B da *Metafísica*.

[11] O adjectivo do texto é ἐξεταστική, que Didot traduz pelo termo latino *indagatrix*.

[12] O capítulo III, embora identificado como tal, acha-se incluído, na edição de Didot, no capítulo II. Análoga situação ocorre com outros capítulos, pelo que, em vista de uma clara visão da sequência capitular, autonomizámos todos os capítulos, em conformidade com as mais modernas edições, e conforme já fizemos nos res-

tantes volumes desta tradução. Aliás, como se sabe, a introdução de capítulos numerados no texo de Aristóteles é uma convenção artificial dos editores e das escolas.

[13] Faculdades, δυνάμεων. A dialéctica é uma arte, ou faculdade, ou dinâmica, δύναμις.

[14] Considerar o método, θεωρητέον... ἡ μέθοδος, ver, teorizar o método.

[15] Próprio, carácter, propriedade, ἡ ἴδιον. Diz-se maximamente próprio de uma coisa o que dela é recíproco. O próprio é duplo, complexo e simples, «duplex est complexum, e simplex». Complexo enquanto se divide em definição e oração; simples, enquanto acidental. (P. da Fonseca, *ob. cit.*, II, 6).

[16] Definição, ἡ ὅρον. «Definitio est oratio, quae essentiam aliquam naturamve declarat» (Fonseca, *ob. cit.*, V, 1). Diz-se que a definição é oração, porque um só nome não pode ser definido de um sujeito, havendo apenas uma definição para cada sujeito. Sobre as regras da definição cf. *Analíticos Posteriores*, II, 10; *Tópicos*, VI; Fonseca, *ob. cit.*, V, 9-13.

[17] Género, ἡ γένος. «Genus itaque est universale quiddam, sub quo species collocatur» — «o género é um universal sob o qual se coloca a espécie» (Fonseca, *ob. cit.*, II, 3).

[18] Acidente, ἡ συμβεβηκός. É o que se predica acidentalmente de uma coisa — «nomine... quicquid de re accidentaliter praedicatur» (Fonseca, *ob. cit.*, II, 7). Espécie é o que se coloca imediatamente sob algum género — «species est id quod proxime sub aliquo genere collocatur» (Fonseca, *ob. cit.*, II, 4).

[19] São estes — próprio, definição, género, acidente — os predicados gerais, também ditos

voces, vozes, ou *modi praedicandi* — com que se elaboram as proposições e os argumentos.

[20] O próprio, à semelhança da definição, diz-se apenas do nome definido (μόνῳ) e de todo o definido (παντί), mas só lhe exprime a quididade, διάθεσις, não lhe exprimindo a essência.

[21] Isto é: próprio, definição, género, acidente.

[22] Cf. *Tópicos*, I, 1, 101 a.

[23] Idêntico, ταὐτό, *eodem*. Cf. *Metafísica*, Δ, 9, 1017 b.

[24] Cf. *Tópicos*, I, 7, 103 a.

[25] Indução, épagoge, ’επαγωγή, ou exame dos casos particulares.

[26] Predicáveis são, pois, as diferenças, compreendidas nos quatro termos — próprio, definição, género, acidente — objecto deste livro. «Diferença pode dizer-se a forma pela qual uma coisa difere, ou de si, em tempos diferentes, ou de outra» (Fonseca, *ob. cit.*, II, 5).

[27] Cf. *Categorias*, 4, 1 b-2 a.

[28] O termo οὐσία é, neste caso, sinónimo de τί ἐστι.

[29] Isto é, dez, dado serem dez as categorias. Cf. *Categorias*, 4, 1 b - 2 a.

[30] Leia-se também: os problemas e as proposições dos argumentos dialécticos.

[31] Proposição dialéctica, πρότασις διαλεκτική.

[32] Problema dialéctico, πρόβλημα διαλεκτικόν.

[33] Cf. *Periermeneias*, 14, 23 b; *Tópicos*, II, 7, 113 a.

[34] O problema dialéctico é um teorema, θεώρημα, ou, como se diz na nomenclatura latina, uma *quaestio tendens aut expetendum et fugiendum aut ad veritate et cognitionem*.

[35] Tese, θέσις, Cf. *Analíticos Posteriores*, 1, 2,

72 a. A tese apresenta dois predicados próprios: é um juízo contrário à opinião comum, e é um problema.

[36] Antístenes, filósofo (455-360 ou 365 a.C.), discípulo de Sócrates e contemporâneo de Platão, presumível fundador da Escola Cínica, negou o valor dos universais e da arte dialéctica, privilegiando a teoria da felicidade, eudemonia.

[37] Esta tese de Heraclito aparece referenciada nos doxógrafos, e nos comentadores. Cf. Platão, *Crátilo*, 402 a e Aristóteles, *Física*, θ, 3, 253 b 9. No texto, Aristóteles diz πάντα κινεῖται, *tudo se move*.

[38] Melisso de Samos, Frag. 5.

[39] Epagoge ou indução, ou introdução, através dos particulares.

[40] Cf. *Tópicos*, I, 1, 100 a.

[41] Ou contraditores, ἀντιλογικούς.

[42] Cf. *Tópicos*, I, 4.

[43] Cf. *Tópicos*, I, 10, 104 a.

[44] Método da apostila, e também da glosa, técnica tornada exaustiva na escolástica medieval, que aprendeu muito bem esta lição de Aristóteles.

[45] Empédocles, Frag. 6. A melhor doxografia da tese de Empédocles sobre o quaternário elementar é a de Simplício (*Física*, 25, 21). Os elementos (στοιχεῖα, sing. στοιχεῖον) são o fogo, o ar, a água e a terra.

[46] Isto é, segundo a ἀλήθεια, verdade, do verbo ἀληθεύω.

[47] Justiça e coragem, δικαιοσύνη καὶ ανδρία. Coragem não traduz com rigor a noção de ανδρεία, o próprio do homem, a virilidade, já que coragem inere ao coração.

[48] Literalmente, no texto: branco (λευκός)

e preto (μέλας), adjectivos que, em português, não se ajustam aos termos adjectivados.

[49] Os predicados *bem* e *ser* aplicam-se em todas as categorias. Cf. *Ética a Nicómaco*, I, 4, 1096 a; *Metafísica*, Γ 2, 1003 a.

[50] No texto: ὄνος, que tanto significa *burro*, animal, como *burro* (cabrestante).

[51] Diáfora, ou diferença. O termo merece relação exegética com áfora, anáfora, metáfora, e outros nomes da mesma genealogia.

[52] Prudência, φρόνησις, fronése; temperança, σωφροσύνης. sofrosine.

[53] A expressão de Aristóteles diz: νοῦς ἐν ψυχῇ, «o *nous* é na psiqué».

[54] A teoria perifísica do ar, do éter e do vento acha-se versada com rigor epistemológico noutros escritos de Aristóteles. Cf. *Metafísica*, H, 2, 1043 a, a propósito das teses de Arquitas de Tarento.

[55] Universal, καθόλου; Particular, μερος.

[56] Isto é, a lição, lectio, λέξιν.

[57] O género afirma-se sempre da espécie; e a espécie afirma-se sempre em relação subordinada ao género, por exemplo, o género *animal* afirma-se da espécie *homem*.

[58] Justo e injusto enquanto termos contrários.

[59] Dobro e metade enquanto termos relativos.

[60] Cegueira e vista enquanto termos de privação e de possessão.

[61] Ser e não-ser, τοῦ εἶναι καὶ μὴ εἶναι. Aristóteles utiliza os termos em acepção verbal, isto é, como verbo ser afirmativo e verbo ser negativo, e, portanto, como verbos contraditórios.

[62] Injuriar a Deus, θεον ἀδικεῖν, ser injusto para Deus, do verbo δικαιόω, raiz do substantivo δίκη, justiça.

[63] Contra a tese, ou como antítese.

[64] Da categoria de relação, πρός τι.

[65] Leia-se também: exactidão e erro. Aristóteles escreve: ὀρθῶς καὶ μὴ ὀρθῶς.

[66] Ou parónimos.

[67] Eudemonia, εὐδαιμονία, traduzido por felicidade. Na raiz, significa ser assistido por um bom anjo (δαίμων).

[68] O autor joga com os substantivos εὐδαιμων e δαίμον, conforme ao gosto de Xenócrates. Cf. Xenócrates, Frag. 81 (Heinze).

[69] Gáudio, χαρὰν; deleitação, τέρψιν; hilaridade, ou eufrosine, εὐφροσύνην. Ver a relação com sofrosine.

[70] Sobre a oposição dos contrários, cf. *Periermeneias*, 14.

[71] A virtude é um meio termo entre o defeito e o excesso. Cf. Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, II, 8, 1108 b.

[72] Cf. *Categorias*, 10.

[73] Inflexões, casos ou flexões, πτώσις.

[74] Cf. *Tópicos*, I, 8, 113 b.

[75] Adição, aumento, πρόσθεσις.

[76] Povo do norte da Trácia.

[77] Isto é, simpliciter, ἁπλῶς.

[78] Leia-se, causa final, τέλος, *télos*, raiz de teleologia, a teoria dos fins do que é e do que existe, pois nada existe em vão, ou seja, sem a contemplação de um fim. Importa, não obstante, distinguir teleologia e finalismo.

[79] Problema indefinido é que não tem efectiva dependência de universalidade (προσδιορισμός

πᾶς), nem de particularidade (τις). Cf. *Periermeneias*, 7, 17 b.

[80] Xenócrates, Frag. 60 (Heinze). Aristóteles visa o ideísmo pitagórico e o idealismo platónico.

[81] Aristóteles, ao modo platónico, estabelece uma relação dependencial entre os conceitos de prazer, ἡδονή, e de bondade, ἀγαθός. Cf. Platão, *O Simpósio, O Fedro,* e outros diálogos, em torno da *areté* e da *païdeia.*

[82] Cf. Platão, *Fedro,* 245 c, sobre a automibilidade da alma.

[83] Ente e Uno, τὸ ὂν καὶ τὸ ἕν. O nome ἕν, ἑνός, neutro, deriva de εἷς, a unidade, o uno, a mónada. O nome ὤν, ὄντος, significa o ente, o ser, isso que é, e não pode deixar de ser. Para ulterior informação, cf. Aristóteles, *Metafísica,* I, 1.

[84] Ou opinável, *ente opinable.*

[85] No texto: αρχὴ πρῶτον, significando *primus,* primeiro, e πρῶτον ἀρχή, princípio, primeiro arcano, primeiro princípio.

[86] O trecho entre parênteses constitui, segundo alguns autores, uma repetição de algo já dito no princípio de 122 a. Pode constituir uma interpolação, ou um aditamento.

[87] Contíguo, τὸ ἐχόμενον, é o género de contínuo, ou seja, contíguo é uma espécie de contínuo. Cf. Aristóteles, *Metafísica,* K, 12, 1068 b.

[88] Platão, *Teeteto,* 181 d.

[89] Tese contra Platão e Xenócrates.

[90] No texto: ἀναισθησία, falta de sentido. Estesia, αἴσθησις é a posse de sentido.

[91] Negação do género e da espécie.

[92] Caso dativo, τινί.

[93] Caso genitivo, τινός.

[94] Mansão da ciência, τῆς επιστήμας μονή, do verbo μένω, repousar.

[95] A citação de Aristóteles diz: «σαπὲν ἐν ξύλῳ ὕδωρ». Cf. Empédocles, Frag. 81.

[96] Em algumas edições, o capítulo 6 não aparece autonomizado. A edição de Didot, todavia, distingue-o, muito embora, como já dissemos, apresente outros não autonomizados.

[97] Aristóteles refere-se às noções que, na escolástica, também se designam por transcendentais, que não são, nem géneros, nem diferenças.

[98] Isto é: não-ser não é género e, por isso, não pode conter espécie.

[99] Leia-se: *per se.*

[100] Segundo Tricot, na esteira de anteriores especialistas, o lugar natural deste trecho entre parênteses seria logo a seguir a 129 a.

[101] Leia-se: problemas disputáveis, λογικά προβλήματα.

[102] Cf. *Tópicos*, V, 1, 128 b.

[103] Ou seja, quanto à homonímia e à anfibologia.

[104] Cf. *Tópicos*, V, 2, 129 b.

[105] Ser vivente, ou ser animado. É, por essência, τοῦ ζῴου ἴδιον.

[106] Terra na acepção de porção de terra, πάσης γῆς, a qual entra em queda por efeito de gravidade.

[107] Em potestade, ou em potência, δύναμις.

[108] Cf. *Tópicos*, I, 4, 101 b.

[109] Pelo exposto, cinco são os vícios de que a definição pode sofrer, pelo que, em face da presença desses vícios a definição será incorrecta: a) a definição não se aplica universalmente, *omni definito*; b) não indica o género; c) não se aplica especificamente ao definido, *soli definito*; d) não indica a essência; e) está for-

mulada de modo irregular. Se a definição tiver um destes cinco vícios não é definição.

[110] A descrição a que Aristóteles alude, como sendo de Platão, pode achar-se em alguma obra perdida de Platão, já que não se encontra em nenhum dos livros platónicos do *corpus;* ou, o que seria possível, Aristóteles teria ouvido essa descrição de viva voz na Academia platónica, da boca de Platão.

[111] A definição correcta é clara é definitiva. Se os termos disponíveis para a definição não forem claros, podemos recorrer à técnica da *metalepse,* pelo uso de um termo mais evidente e mais conhecido, do qual podemos extrair vocábulos mais claros e evidentes. Por isso, a metalepse equivale à *locus transumptionis.* Cf. P. da Fonseca, *ob. cit.,* VII, 15.

[112] Cf. *Fedro,* 245 e. O termo número é supérfluo, e nada acrescenta à definição de *psiqué.*

[113] Xenócrates, Frag. 7 (Heinze) que, deste modo, incorre em truísmo, ou em tautologia.

[114] No texto: διδασκαλια και μαθησις.

[115] Esta passagem visa a crítica do ideísmo de Platão e de Xenócrates, como sucede noutros passos deste mesmo livro.

[116] Leia-se: θεωρητική... καὶ ποιητική... καὶ πρακτική.

[117] Não haveria identidade de definição e de definido.

[118] O mesmo sujeito é passível de ser e de não ser, de afirmação e de negação.

[119] Ou causa final, τέλος.

[120] Aristóteles implica, neste passo, uma distinção entre a ignorância κατ' απόφασιν, que é definível como privação de saber, e a ignorância

κατὰ διάθεσιν, que não é uma privação, mas uma disposição de alma, como que anóia, ἄγνοια, potência de dianóia, o acto de conhecimento.

[121] Deniz, o Sofista, acerca de quem nada mais se conhece. Aristóteles também o cita no tratado *Da Fisiognomia*, 3, 808 a.

[122] Sobre *idêntico*, cf. I, 7, 103 a; *Metafísica*, Δ, 9.

[123] Leia-se: γενέσις καὶ φθορά. Aristóteles escreveu um tratado especial sobre este tema, Περι γενεσεως και φθορας *Da Geração e da Corrupção*, que a escolástica baptizou com o título latino *De Horto et Interitu*.

[124] Cupidez, ἐπιθυμία.

[125] Cf. *Tópicos*, I, 5, 102 a.

[126] Cf. *Analíticos Posteriores*, II, 3.

[127] Cf. *Analíticos Posteriores*, II, 13, e *Metafísica*, Z, 17.

[128] Este livro também se chamou περὶ ἐρωτήσεως καὶ ἀποκρίσεως, ou περὶ τάξεως καὶ ἀποκρίσεως.

[129] Cf. *Tópicos*, VIII, I, 155 b.

[130] Isto é, à procura de saber porque é que a conclusão deriva das premissas.

[131] Paradigmas e parábolas, παραδείγματα καὶ παραβολάς.

[132] Poeta menor, também citado por Aristóteles na *Retórica*, III, 14, 1415 a.

[133] Cf. *Tópicos*. I, 12, 105 a.

[134] O enigma reside em que o pintor pode utilizar uma tinta cuja cor não é a sua cor, isto é, se o pintor for branco e usar tinta preta; ou o cozinheiro, que pode cozer um pé, que não é o seu, mas o de um animal.

[135] Aristóteles insiste, como já fizera em *Elencos Sofísticos, in fine,* sobre a originalidade da sua teoria lógica e dialéctica.

[136] Heraclito, frag. 58.
[137] Ou objecção.
[138] Ou iniquidade, δυσκολία.
[139] Ou επιτίμησις, epitimese.
[140] Cf. *Tópicos*, I, 1, 100 a.
[141] Filosofema, φιλοσόφημα. É o método próprio dos filósofos, «philosophorum propria ratio». Cf. Pedro da Fonseca, *ob. cit.*, VII, 2.
[142] Epiquerema, επιχείρημα. É um silogismo dialéctico, que quer dizer *ataque*, servindo para travar a discussão. Cf. Fonseca, *ob. cit.*, VII, 6.
[143] Sofisma, σόφισμα, ou silogismo sofístico, em que as coisas parecem prováveis, sem o serem. Cf. Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 2.
[144] Aporema, ἀπόρημα.
[145] Cf. *Tópicos*, VIII, 11, 162 a.
[146] Cf. *Analíticos Anteriores*, II, 16.
[147] *Cf. Analíticos Anteriores*, II, 27.
[148] Noviços, νέον, peritos, ἔμπειρον.

ORGANON

Primeiro Volume

I. CATEGORIAS
II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

III. ANALÍTICOS
ANTERIORES

Terceiro Volume

IV. ANALÍTICOS
POSTERIORES

Quarto Volume

V. TÓPICOS

Quinto Volume

VI. ELENCOS
SOFÍSTICOS

COLECÇÃO DE FILOSOFIA E ENSAIOS

A UTOPIA, de Tomás Morus
ELOGIO DA LOUCURA, de Erasmo
ESTÉTICA, de Hegel (7 vols.)
A CIDADE DO SOL, de Campanela
O BANQUETE, de Kierkegaard
A CONQUISTA DA FELICIDADE, de B. Russell
VIDA NOVA, de Dante
MONARQUIA, de Dante
O PRÍNCIPE, de Maquiavel
UM HOMEM NA SUA HUMANIDADE, de Fid. Figueiredo
A CONQUISTA DA FELICIDADE, de B. Russel
PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA DO DIREITO, de Hegel
A VERDADE DO AMOR, de Soloviev
ESCOLA FORMAL, de Álvaro Ribeiro
REFLEXÃO, de Agostinho da Silva
INTRODUÇÃO À MEDICINA EXPERIMENTAL, de C. Bernard
AS DUAS ESPANHAS, de F. Figueiredo
ENTRE DOIS UNIVERSOS, de F. de Figueiredo
PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, de Descartes
AS APROXIMAÇÕES, de Agostinho da Silva
OS CAVALEIROS DO AMOR, de Sampaio Bruno
O ENIGMA PORTUGUÊS, de F. da Cunha Leão
INICIAÇÃO FILOSÓFICA, de K. Jaspers
ECCE-HOMO, F. Nietzsche
A REPÚBLICA, de Platão (3 vols.)
O HOMEM, de J. Rostand
ASSIM FALAVA ZARATUSTRA, de F. Nietzsche
A GAIA CIÊNCIA, de F. Nietzsche
UMA INTERPRETAÇÃO DE FERNANDO PESSOA, de Pradelino Rosa

GUIMARÃES EDITORES, LDA.

COLECÇÃO • FILOSOFIA E ENSAIOS

ARISTÓTELES

ORGANON

VI

Elencos Sofísticos

GUIMARÃES EDITORES

O ORGANON

O *Organon* é o conjunto de seis livros sobre a arte de filosofar, a propedêutica a toda a arte de filosofar.

Organizador da lógica dedutiva, baseada no silogismo, ainda hoje a humanidade não dispõe de outro método que não seja a lógica fundamentada no sistema analítico e crítico de Aristóteles.

O presente volume contém o sexto e último livro do *Organon*, — *Elencos Sofísticos* — destinado a analisar os elencos pelos quais os Sofistas iludem os incautos e, por via disso, destinado a ensinar aos incautos o método de refutação dos argumentos sofísticos.

ARISTÓTELES

ORGANON

VI

Elencos Sofísticos

Tradução e Notas
de
PINHARANDA GOMES

LISBOA
GUIMARÃES EDITORES, LDA.
1986

ORGANON

Primeiro Volume

I. CATEGORIAS
II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

III. ANALÍTICOS ANTERIORES

Terceiro Volume

IV. ANALÍTICOS POSTERIORES

Quarto Volume

V. TÓPICOS

Quinto Volume

VI. ELENCOS SOFÍSTICOS

Autor: ARISTÓTELES

Título: ORGANON (ὌΡΓΑΝΟΝ)
VI. *Elencos Sofísticos*
Tradução: *Pinharanda Gomes*
1.ª edição: 1985

ORGANON

VI

ELENCOS SOFÍSTICOS

Περὶ τῶν σοφιστικῶν ἐλέγχων — *De Sophisticis Elenchis*

1

Vamos agora tratar dos elencos sofísticos[1], quer dizer, dos argumentos que parecem sê-lo, mas que deveras são paralogismos e não argumentos. Começaremos pelo princípio conforme a ordem natural. 164 a

Que alguns silogismos são verdadeiros, enquanto outros o parecem ser, embora o não sejam, é evidente. Esta confusão produz-se nos argumentos, tal como se produz em outras coisas, em virtude de uma certa semelhança entre o verdadeiro e o falso, sendo assim que, entre as gentes, há umas que têm saúde, enquanto outras só a parecem ter, porque se enfeitam e ornam ao modo das vítimas imoladas pelas tribos nos sacrifícios; uns são belos por virtude de beleza natural, enquanto outros parecem belos a poder de se enfeitarem. O mesmo ocorre nas coisas inanimadas, em que umas são de ouro ou de prata verdadeiros, enquanto outras não são tal, ainda que o 164 b

30 pareçam aos sentidos, por exemplo, os objectos de litargirina e de cassiterina parecem ser de prata, e os objectos de metal amarelo parecem ser de ouro. Do mesmo modo, o silogismo e o elenco umas vezes são verdadeiros outras falsos, ainda que a inexperiência os tome por verdadeiros, porque as pessoas inexperientes são comparáveis às que olham as coisas de longe.
165 a O silogismo é um razoamento em que, dadas certas premissas, se extrai uma conclusão consequente e necessária, através das premissas dadas; o elenco é um silogismo acompanhado de contradição da conclusão. Ora é isto o que os sofistas não fazem, ainda que pareçam fazê-lo, por vários motivos. Um destes motivos, o mais natural e o mais frequente, decorre dos nomes, pois, como não é possível trazer à colação as coisas em acto, e em vez delas temos de nos servir dos seus nomes como símbolos, supomos que o que se passa com os nomes se passa também com as coisas, o que aliás se ilustra com o exemplo das pedras, próprias da arte de cálculo. Ora, entre nomes e objectos, não há semelhança total: os nomes são em número limitado, bem como a pluralidade das definições, mas as coisas são em número infinito.

É portanto inevitável que vários objectos sejam significados tanto por uma única definição como por um único e mesmo nome e, assim, como no exemplo anterior, os inábeis na manipulação das pedras são enganados pelos hábeis no cálculo, assim temos quanto aos elencos: os inexperientes da virtude significativa dos nomes elaboram falsos silogismos, já quando discutem, já quando escutam os interlocutores. Por esta causa, e pelas ulteriores, há silogismos e elencos aparentes e falsos. Assim como há pessoas que preferem parecer sábios a sê-lo, em vez de o serem mesmo sem parecer, dado que a Sofística é uma sabedoria aparente e não real, e o sofista é o que negoceia uma sabedoria aparente e não real, assim é evidente que se lhes torna mais necessário parecer que fazem obra de sabedoria, do que fazer obra de sabedoria sem parecer. Para fazer uma comparação enumerativa, a meta de quem sabe, seja em que tema for, é a de não lisonjear o tema acerca do qual sabe e a de desmascarar quem assim proceda, e esta dupla meta consiste, uma em poder dar a razão do que se diz, e outra em exigir uma razão para o que outro diz. Daqui resulta necessariamente que, quem pretende ser sofista,

deve procurar os argumentos do tipo de que acabamos de falar; isso, com efeito, é-lhe proveitoso, pois esta capacidade fá-lo-á parecer sábio, e é isso que lhe cumpre ter em vista.

É deste modo evidente que há argumentos deste tipo, e que esses a quem chamamos Sofistas são os que procuram dispor de arte para essa espécie de argumentos. Quanto a saber quantas espécies de elencos sofísticos há, quais as partes de que a mencionada arte se compõe, isto é, em quantas partes esta disciplina se divide, e quais são os demais factores adjuvantes desta faculdade, é quanto iremos explicar.

2

Os argumentos utilizados na polémica são de quatro espécies: argumentos didascálicos[2], dialécticos, críticos[3] e erísticos[4]. São didascálicos os argumentos que ra- 165 b zoam a partir de princípios próprios de cada disciplina, e não a partir das opiniões de quem responde, pois importa que o discípulo deles esteja persuadido; são dialécticos os argumentos que concluem, a partir de premissas prováveis, a contradição da

tese dada; críticos, são os que razoam a partir de premissas que parecem verdadeiras a quem responde, e que deve conhecer necessariamente o tema que nelas se acha implícito, — de que modo, já explicámos em outro escrito[5] —; enfim, são erísticos os argumentos que concluem, ou parecem concluir, a partir de premissas prováveis na aparência, mas na verdade improváveis. Os argumentos demonstrativos foram tratados nos *Analíticos*, e os argumentos dialécticos e críticos em um outro tratado. Falemos agora dos argumentos litigiosos e erísticos.

3

Em primeiro lugar, cumpre ver quais os propósitos dos que polemizam e estudam o modo de vencer as disputas. Podemos mencionar cinco: a redarguição[6], a falsidade[7], o paradoxo[8], o solecismo e, em quinto lugar, compelir o interlocutor à redundância[9], quer dizer, obrigá-lo à vã repetição da mesma palavra; ou, em cada um destes casos, indagar, não o real, mas o aparente. O que os Sofistas preferem é, com efeito, parecer que refutam a outra parte; a seguir, mostrar que o opositor

comete um erro qualquer; em terceiro lugar, induzi-lo ao paradoxo; em quarto lugar, reduzi-lo ao solecismo, quer dizer, obrigar o opositor, em virtude do seu próprio argumento, a usar de expressões incorrectas; e, mas só por fim, levá-lo a repetir a mesma palavra uma e outra vez.

4

Há dois modos de elencos e falácias: o que inere à dicção e o que está fora da dicção. Os modos inerentes à dicção são seis: homonímia, anfibolia[10], composição[11], diarése[12], prosódia[13] e figura de dicção. Podemos fazer fé no haver seis, já por prova da indução, já por prova silogística, assente também noutros dados, embora haja algum outro modo, e ainda que de todos estes modos possamos omitir uma mesma coisa mediante os mesmos nomes e termos. À homonímia ligam-se argumentos como os seguintes: quem sabe aprende, dado que os gramáticos aprendem o que os discípulos lhes recitam. Aqui, aprender é ambíguo, significando ao mesmo tempo compreender usando o conhecimento, e adquirir conhecimento. Outro exemplo: os males são bens, porque o que há-de ser é um bem

e os males devem ser. Ora, o termo «devem ser» tem dupla acepção: significa o necessário, com é o caso frequente dos males, pois um mal é sempre de algum modo necessário; e também das coisas boas dizemos que devem ser. Mais um exemplo: Um mesmo homem está sentado e em pé, está doente e de saúde: com efeito, é ao mesmo tempo o que se põe em pé, que está em pé, e é o que recupera a saúde que está de saúde; ora, é este homem sentado que se põe em pé, e é o homem doente que recupera a saúde. De facto, o homem doente faz isto ou aquilo, não tem um único significado, tanto entendemos o homem que agora está doente ou sentado, como entendemos o homem que antes estava doente. É evidente que o homem que recuperou a saúde é o homem doente, que começou a recuperar a saúde quando estava actualmente doente; mas o homem que está de saúde não está doente ao mesmo tempo, ele é homem doente, não na acepção de que está doente, mas na acepção de que estava doente antes. 166 a

À anfibolia ligam-se exemplos como estes: desejar capturar-me o inimigo, e ainda, há conhecimento do que se conhece — dado que por esta expressão é possível

significar ao mesmo tempo que o conhecimento pertence ao sujeito que conhece, e que pertence ao objecto conhecido. E ainda: o que alguém vê seguramente vê; alguém vê a coluna, logo a coluna vê, ou, o que tu dizes que é, isso dizes tu que é, ora tu dizes que uma pedra é, logo tu dizes ser uma pedra. Ou: não é verdade que se pode falar calado?, pois aqui podemos significar, ou que o que fala está em silêncio, ou que isso de que se fala é calado. Há três modos de argumentos extraídos destas homonímias e anfibolias: um, é quando a expressão, ou o nome, na acepção própria, tem várias significações como *aetós*[14] e *kuon*[15]; outro, quando temos o hábito de utilizar um nome em mais de uma acepção; outro, enfim, quando as palavras, combinadas umas com as outras, têm vários significados, enquanto, em si mesmas, só têm um, por exemplo: conhecer as letras, pois nenhum destes termos pode, no caso vertente, ter mais de um significado, conhecer e letras, enquanto as duas combinadas têm vários significados, seja por exemplo que as letras em si mesmas conhecem, seja que alguém, distinto, conhece as letras. A anfibolia e a homonímia assumem estes modos no discurso. À composição ligam-se

exemplos, tais como: um homem pode passear estando sentado, e um homem pode escrever mesmo não escrevendo, porque o sentido não é o mesmo se dividirmos as palavras, e se as tomarmos combinadas, dizendo ser possível passear estando sentado, e escrever não escrevendo. A mesma observação é factível à última frase, se tomarmos as palavras escrever não escrevendo, em composição: o significado é, nesse caso, que se pode, ao mesmo tempo, escrever e não escrever; se, pelo contrário, não efectuarmos a composição, o significado é o de que, quando não se escreve, se é capaz de escrever. Outro exemplo: «ele entende agora as letras por que entendeu o que sabe», ou ainda «sendo capaz de levar uma coisa, é capaz de levar muitas».

Da diarése dependem proposições quais: como cinco é dois mais três, ele é par e ímpar, o maior é igual ao menor. Com efeito, a mesma frase, ao ser dividida, não terá sempre o mesmo significado de quando está composta. Por exemplo: «sendo escravo, fiz-te livre», e «cinquenta homens e cem deixou o divino Aquiles»[16].

Um argumento que releva da prosódia, não é fácil de construir em discussões não 166 b

escritas, mas nas discussões escritas e poéticas é mais fácil. Por exemplo, há quem corrija Homero, em resposta aos que criticam a falta de natural da sua frase τὸ μὲν οὗ καταπύθεται ὄμβρῳ[17] e resolvem a dificuldade pela mudança de acento, pronunciando οὐ oxítono. Outro exemplo: no trecho relativo ao sonho de Agamemnon, garantem que não é o próprio Zeus que diz — concedemos-lhe que se cumpra a sua súplica, antes convidava o sonho que lho concedesse. Tais são os exemplos relativos à prosódia.

Quanto aos elencos que dependem da dicção, ocorrem quando o que não é o mesmo se exprime da mesma forma, por exemplo: o masculino expressa-se pelo feminino, o feminino pelo masculino, e o neutro por um ou por outro; ou ainda, a qualidade pela quantidade, ou a quantidade pela qualidade, ou o activo pelo passivo, ou o estado pelo activo, e assim sucessivamente, de acordo com as distinções previamente feitas[18]. É possível que algo, que não é por natureza uma acção, seja expresso no discurso como pertencendo à categoria da acção, assim: sarar é um termo que, na forma de expressão, se parece com cortar e construir, mas aquele primeiro verbo

denota uma certa qualidade, quer dizer, uma certa disposição, e os outros dois uma determinada acção. E o mesmo se passa com os demais exemplos.

As falácias que relevam da dicção baseiam-se nestes tópicos. Quanto aos paralogismos independentes da dicção, há sete espécies: primeira, as relativas ao acidente; segunda, quando a expressão se utiliza em acepção universal ou não-universal, mas sob um determinado aspecto, ou considerando o lugar, o tempo, ou a relação[16]; terceira, quando há ignorância do argumento; quarta, em razão do consequente; quinta, em virtude da petição de princípio; sexta, quando se dá por causa o que não é causa; e, sétima, quando se juntam várias questões em uma só questão.

5

Os paralogismos de acidente ocorrem quando se julga que um dado predicado tanto pertence ao sujeito como aos seus acidentes. Com efeito, como o mesmo sujeito tem vários acidentes, não é necessário que os mesmos pertençam a todos os predicados de uma coisa e ao mesmo tempo

ao sujeito de que se predicam. Assim: se Corisco é distinto de um homem, é distinto de si mesmo, pois ele é um homem, ou ainda: se Corisco é distinto de Sócrates, e se Sócrates é um homem, então — dizem os Sofistas — admitimos que Corisco é distinto de um homem, porque é um acidente que isso de que se disse que Corisco é distinto é um homem.

Os paralogismos vinculados à questão de saber se uma expressão se emprega em acepção universal ou particular excluindo a sua acepção própria[20], ocorrem quando uma expressão, usada em particular, se toma como se usada em acepção universal. 167 a Por exemplo, se o não-ser é objecto de opinião, o não-ser é, pois não é o mesmo ser algo e ser em absoluto. Ou ainda: o que é não é, se não for algo particular de ser, por exemplo, se não for um homem. Com efeito, não é o mesmo não-ser-algo e não ser absolutamente, mas parece ser a mesma coisa, em virtude da estreita semelhança entre as duas expressões, de modo que ser algo parece diferir pouco de ser e não-ser-algo de não-ser. Análogo ocorre nos argumentos que dependem de saber se uma expressão é predicada em determinado aspecto, ou predicada em absoluto. Por

exemplo: suponhamos que um Etíope é todo preto, mas com dentes brancos; é, logo, simultaneamente branco e não branco. Ou mais, se os dois predicados corresponderem ao sujeito sob um aspecto particular, então os Sofistas dizem que os contrários predicam simultaneamente o mesmo sujeito.

Todos podemos facilmente verificar em certos casos um paralogismo deste tipo, por exemplo, se afirmarmos que o Etíope é preto, o Sofista perguntará se tem os dentes brancos, e se o Etíope for branco neste aspecto, julgará ter demonstrado por forma dialéctica que ele é ao mesmo tempo branco e preto, dando a sua interrogação por concluída. Todavia, em outros casos, este paralogismo costuma passar desapercebido, como em todos os casos em que, quando o sujeito é assumido sob um determinado aspecto, pareceria também que daí se pode seguir uma acepção absoluta; e também em todos os casos em que não é fácil de ver que predicado é predicável do sujeito. Um exemplo deste tipo ocorre quando os opostos são predicados a um sujeito de modo análogo, de forma que temos de aceitar, ou bem os dois absolutamente, ou não aceitar nem um nem outro,

por exemplo: se algo é meio branco e meio preto, é branco ou preto?

Outros paralogismos nascem por não se haver dado uma definição do que é um silogismo e do que é um elenco, e porque algo escapou à respectiva definição. O elenco é uma contradição de um predicado, e do mesmo predicado, não apenas pelo nome, mas pela coisa, e não de um nome sinónimo, mas de um nome homónimo, devendo a contradição assentar também em premissas dadas e deduzindo-se necessariamente delas, sem entrar em linha de conta com a proposição inicial a demonstrar; o todo, sob o mesmo aspecto, na mesma relação, no mesmo modo e no mesmo tempo da conclusão a refutar. Cumpre proceder do mesmo modo para definir a falsa refutação de qualquer juízo. Alguns, no entanto, omitindo o preenchimento de uma das citadas condições, dão apenas uma refutação aparente, provando, por exemplo, que algo é ao mesmo tempo duplo e não-duplo, porque dois é duplo de um, mas não é duplo de três. Até demonstram que a mesma coisa é simultaneamente duplo e não-duplo da mesma, contudo não é duplo no mesmo aspecto, porque se é duplo em comprimento, não é duplo em

largura. Ainda mais, mostram que a mesma coisa é ao mesmo tempo dupla e não-dupla da mesma coisa, sob o mesmo aspecto e o mesmo modo, ainda que o não seja no mesmo tempo. Também aqui há apenas uma refutação aparente. Concluiríamos, portanto, por inserir esta falácia no grupo das que relevam da dicção.

As falácias de petição de princípio[21] produzem-se de igual modo e de tantas maneiras quantas as formas em que é possível postular a petição de princípio; dão a aparência de concluir uma refutação, porque não conseguimos abranger, ao mesmo tempo e de um só olhar, o que é idêntico e o que é diferente.

A refutação relativa ao consequente[22] ocorre porque concebemos como recíproca a relação de consequência: se A é, B é necessariamente, supomos então que, se B é, A é necessariamente. Aí está a origem dos erros que acompanham a opinião fundada na percepção. Muitas vezes tomamos, com efeito, o fel por mel porque o mel se apresenta sempre com a cor amarelada, e, como sucede que a seguir à chuva o chão humedece, supomos que se o chão é húmido, é porque choveu, se bem que isto não seja necessário.

167 b

Na retórica, as demonstrações extraídas dos signos baseiam-se nas consequências. Quando os retóricos pretendem demonstrar que um homem é adúltero, tomam a consequência de uma vida adúltera, a saber, ou que o homem se adorna, ou que se tornou noctívago; e, no entanto, há muitas pessoas a que se aplicam estes caracteres, ainda que o predicado em questão não lhes seja aplicável. O mesmo ocorre na controvérsia silogística, por exemplo, o argumento de Melisso, de que o Universo é infinito levanta, por um lado, que o Universo é não-gerado (do não-ser não nasce o ser) e, por outro, o gerado foi gerado a partir de um princípio; se, pois, o Universo é não-gerado, não começou e, por conseguinte é infinito. No entanto, esta consequência não é necessária, pois mesmo que todo o gerado haja um princípio, não se segue que tudo o que tem princípio haja sido gerado, assim como não se segue que um homem com febre esteja quente, ou um homem que esteja quente deva ter febre.

A refutação dependente de tudo quanto se toma como causa e não é causa[23], ocorre quando incluímos no argumento uma falsa causa, como se o elenco dependesse dela.

Este vício ocorre nos juízos que conduzem ao absurdo, pois nestes juízos é necessário destruir uma das premissas. Se, portanto, o que não é causa se assume como causa das questões necessárias para obter a conclusão impossível, muitas vezes parecerá que a refutação procede desta falsa causa, por exemplo, no argumento de que *psiqué* e vida não são o mesmo. Se, com efeito, a geração é contrária à corrupção, nesse caso uma forma particular de geração será contrária a uma forma particular de corrupção; ora a morte é uma forma particular de corrupção, e é contrária à vida; por conseguinte, a vida é uma geração, e viver é ser gerado; mas isto é um absurdo, logo a psiqué e a vida não são a mesma coisa. Mas esta proposição não está provada, porque a impossibilidade ocorre, mesmo se não dissermos que a vida é a mesma coisa que a *psiqué*, mas se dissermos apenas que a vida é contrária à morte, a qual é uma forma de corrupção, e que a geração é contrária à corrupção. Estes argumentos, não sendo absolutamente impotentes para uma conclusão, são todavia impotentes para levar à conclusão proposta, o que escapa muitas vezes, mesmo aos que levantam as objecções.

Assim são, pois, os argumentos que dependem do consequente e da falsa causa. Os argumentos provindos da união de várias questões em uma única questão [24] ocorrem quando a pluralidade passa desapercebida, e damos uma única resposta, como se a questão fosse apenas uma. Em certos 168 a casos é fácil de ver que há mais de uma e que não é necessário dar uma resposta, por exemplo, a terra é mar, ou é céu?

Em contrapartida, noutros casos, é menos fácil, e tratamos a interrogação como se fosse única e, nesse caso, ou se dá o assentimento, não respondendo à interrogação, ou se sofre uma aparente refutação, por exemplo: A e B é homem? — Sim. — Então, se batermos em A e B bateremos em um homem e não em homens. De outro modo, nas coisas em que umas são boas e outras más. São todas boas ou más? pois, digamos o que dissermos, arriscamo-nos a ficar sujeitos a uma refutação aparente, ou a cometer um erro aparente. Dizer que entre o que não é bom tal ou tal é bom, ou que entre as coisas que são boas uma delas não é boa, é um erro. Por vezes, todavia, o assentimento às questões suplementares pode originar uma refutação verdadeira. É o caso, por exemplo, se

admitirmos que algumas coisas podem dizer-se brancas, nuas ou cegas, como se tanto se dissesse de uma só coisa. Se cego designa o que não tem a vista que deveria naturalmente ter, serão cegos todos os que não têm a vista que deveriam naturalmente ter. Quando, nesse caso, um ser tem vista e outro não a tem, eles serão ambos videntes, ou ambos cegos, o que é impossível.

6

Cumpre ou dividir os silogismos aparentes e os elencos aparentes do modo que indicámos, ou então referi-los todos à ignorância da refutação, e fazer desta o princípio de todos os sofismas[25]. É possível, com efeito, incluir todos os modos descritos em uma ignorância da definição da refutação. Em primeiro lugar, devemos ver se são inconclusivos, pois a conclusão deve resultar das premissas de antemão postas, de maneira que tiremos a conclusão por necessidade, e não por aparência. A seguir, cumpre analisar também a definição da refutação, parte por parte. Com efeito,

entre os paralogismos devidos à dicção, uns provêm da ambiguidade, por exemplo a homonímia, a ambiguidade da expressão e a similitude de forma (pois temos o hábito de tomar cada coisa como significando uma determinada substância), enquanto que os paralogismos relativos à divisão e à acentuação provém de a expressão utilizada não ser a mesma que a concedida pelo opositor, ou por não ser o mesmo o termo a receber uma acentuação diferente. Ora a expressão ou termo deveria ser o mesmo, assim como a coisa deveria ser a mesma, caso queiramos haver refutação ou prova. Por exemplo, se o sujeito é «manto», é preciso concluir, não vestuário, mas «manto», porque embora a conclusão relativa a vestuário possa também ser verdadeira, ela não ficou completa, sendo necessária uma questão suplementar para mostrar que a significação é a mesma, para satisfazer o que pergunta porque se conclui assim.

Os paralogismos que dependem do acidente incluem-se, em virtude da definição do silogismo, na ignorância do elenco. É necessário que a mesma definição se aplique também à refutação, com a simples diferença que se junte a ela a contradição, uma vez que a refutação é um silogismo da

contradição. Se, portanto, não há silogismo do acidente, não pode haver refutação, por exemplo: se temos A e B, e se há necessidade de que haja C, e se C é branco, não é necessário que C seja branco em virtude do silogismo. Se o triângulo tem os ângulos iguais a dois ângulos rectos, e se o triângulo é por acidente uma figura, um elemento ou um princípio, não deriva de ele ser nem uma figura, nem um princípio, nem um elemento, o possuir este carácter, porque a demonstração demonstra esta propriedade, não enquanto o triângulo é uma figura, não enquanto é um princípio, mas enquanto é um triângulo. E o mesmo se verifica em outros casos. Se, por conseguinte, a refutação é uma espécie do silogismo[28], um argumento que procede por acidente não poderá ser um elenco. Daí resulta, contudo, que as pessoas experientes e, de um modo geral, os Sofistas, são refutados pelos ignorantes, pois são logismos por acidente os que estes elaboram contra os que sabem; e os que sabem, se são incapazes de efectuar a distinção, ou assentem ao que se lhes pergunta, ou, ainda que não hajam assentido, é como se tivessem assentido.

168 b

As refutações que dependem de um

juízo postulado em acepção particular ou universal também se classificam como ignorância da refutação, porque a afirmação e a negação não relevam do mesmo sujeito. Com efeito, parcialmente branco tem como negativa não-parcialmente branco, enquanto que inteiramente branco tem por negativa não-inteiramente branco. Se, portanto, uma vez que nos foi dada apenas uma coisa que é branca de um lado, a tomarmos como sendo dada como inteiramente branca, não procedemos a uma refutação, antes parece que procedemos a ela, por causa da ignorância do que seja a refutação.

Mas os paralogismos mais evidentes entre os paralogismos são os que indicámos anteriormente como estando vinculados à definição de refutação, sendo por isso que têm este nome. A refutação aparente procede de um defeito na definição da refutação, e se dividirmos os paralogismos como dividimos, temos então de situar um defeito na definição da refutação como sendo um vício comum a todos eles.

Os paralogismos que decorrem da petição de princípio e os que derivam de tomarmos por causa o que não é causa, são evidentes casos de ignorância da refutação,

em virtude da própria definição do silogismo. É necessário que a conclusão haja lugar por efeito próprio das premissas, o que não acontece com premissas que não são causas; e, além disso, a conclusão há-de tirar-se sem incluir a proposição inicial a demonstrar, o que não é o caso nos paralogismos que relevam da petição de princípio.

Os que dependem do consequente são parte dos que dependem do acidente, pois o consequente é um acidente, diferindo do acidente nisso em que o acidente se aplica apenas a um único sujeito (por exemplo: afirmamos a identidade do amarelo e do mel, do branco e do cisne), enquanto o consequente está sempre em vários sujeitos, pois admitimos que as coisas idênticas a uma só e mesma coisa são idênticas entre si, sendo esta a fonte da refutação que releva do consequente. Não obstante, isto não é sempre verdadeiro, por exemplo, no caso em que se diz que A e B são o mesmo que C por acidente, pois neve e cisne, enquanto brancos, são brancos. É também o que acontece na definição de Melisso, onde se propõe a identidade de ser gerado e ter princípio, ou vir a ser igual ou idêntico e tomar a mesma gran-

deza. Porque o gerado tem um princípio, Melisso pretende também que o que tem um princípio seja gerado, com o fundamento de que estas duas noções, ao mesmo tempo, ser gerado e ser finito, são idênticas, porque ambas têm um começo. O mesmo quanto ao que devém igual, supõe-se que se as coisas que tomam uma só e a mesma grandeza se tornam iguais, então também as coisas que se tornam iguais tomam uma só grandeza, de modo que se pressupõe o consequente. Uma vez que a refutação que releva do acidente consiste na ignorância da refutação, é logo evidente que o mesmo se afirma da refutação que se atém ao consequente. Convém examinar este tema ainda de outro modo.

169 a

Os paralogismos que dependem da prótase de várias questões em uma só questão ocorrem por um lapso na definição de proposição. A proposição, com efeito, enuncia um só predicado de um só sujeito, pois a mesma definição predica-se de uma coisa singular, e só desta, o homem por exemplo, e de um homem singular, e assim sucessivamente. Se, pois, uma proposição singular é a que enuncia um predicado singular de um sujeito singular, uma proposição

assumida como singular será também uma proposição desta espécie. E como o silogismo parte de proposições, e como a refutação é um silogismo, a refutação partirá também de proposições. Se, portanto, a proposição enunciar um predicado singular de um sujeito singular, é evidente que tal paralogismo também consiste na ignorância da refutação, dado que, aquilo que não é uma proposição parece ser uma proposição. Se tiver sido dada uma resposta equivalente a uma única questão, haverá refutação; caso não se haja respondido, mas só na aparência se respondeu, haverá apenas elenco aparente. Concluímos então que todas as espécies de paralogismos se incluem na ignorância do elenco, uns (os paralogismos de dicção) porque a contradição, que é, como vimos, o carácter próprio da refutação, é somente aparente, outros, porque não se conformam com a definição de silogismo.

7

O erro provém [27], pelos argumentos vinculados à homonímia e à ambiguidade de expressão, da incapacidade de distinguir

as acepções de um termo assumido em acepções várias, pois certos termos não são fáceis de distinguir neste aspecto, por exemplo, uno, ente, mesmo [28], e, pelos argumentos que relevam da composição e da divisão [29], quando se pensa não haver diferença alguma entre expressão composta e expressão divisa, como acontece na maioria dos casos.

O mesmo acontece nos argumentos que dependem da acentuação: julga-se que a entoação grave ou aguda de uma palavra não altera nunca, ou raras vezes altera, o seu significado. Quanto aos argumentos que relevam da forma da dicção, o erro tem por causa a semelhança de expressões. É deveras difícil discernir o que se exprime com a mesma categoria e o que se exprime com categorias diferentes, porque, sendo possível fazer esta distinção, fica-se muito mais perto do conhecimento da verdade. No entanto, o que mais nos move ao abandono a este erro é o supormos que todo o predicado singular é uma substância singular e o entendermo-la como una, dado ser do uno e da substância que a singularidade e o ser parecem predicar-se sempre. Por este motivo também, é entre as refutações que relevam da dicção, que esta

espécie de paralogismo deve ser incluída; em primeiro lugar, porque o erro produz-se com maior facilidade quando fazemos a análise com outros do que quando a fazemos nós mesmos, porque a análise efectuada com outros processa-se mediante palavras, enquanto a análise pessoal se efectua de preferência pela consideração da coisa em si mesma; em segundo lugar, porque mesmo na análise solitária, acontece cometer-se erro, quando a dicção é a base da análise; em terceiro lugar, o erro provém da semelhança e, a semelhança, da dicção. Quanto aos paralogismos derivados do acidente, o erro gera-se na incapacidade de discriminação da identidade e da diferença, isto é, do uno e do múltiplo, e por quais espécies de predicados todos os acidentes são os mesmos que para o sujeito.

169 b

A mesma causa vale para os paralogismos que derivam do consequente, uma vez que o consequente é uma parte do acidente; e acrescento que, em muitos casos, parece, e como axioma se toma, que se A é inseparável de B, B é também inseparável de A. Quanto aos paralogismos vinculados a defeito de definição, e quanto aos que derivam da diferença entre um juízo qualificado e um juízo absoluto, o erro provém

da subtil diferença entre estes juízos, pois julgamos que a qualificação particular, um aspecto, ou o modo, ou o tempo, nada acrescentam ao sentido, e admitimos por consequência a universalidade da proposição. O mesmo se diz dos paralogismos que relevam da petição de princípio, dos que se atêm a uma causa falsa, e dos que unem questões múltiplas em uma única; em todos, o erro provém da subtil distinção entre as expressões, porque a carência de rigor na definição de proposição e de silogismo é devida à causa que acabámos de indicar.

8

Conhecendo quais os modos como os silogismos aparentes se formulam, conhecemos também esses dos quais se podem formar os silogismos sofísticos e os elencos sofísticos. Designo por elenco sofístico e por silogismo sofístico não apenas um silogismo ou um elenco que aparentam sê-lo, mas ainda o que, mesmo sendo-o deveras, só por aparência se ajusta ao sujeito de que trata. Estão neste caso os silogismos que nem refutam nem demonstram a ignorân-

cia dos opositores, acerca do sujeito em debate, o que constitui o objecto próprio da crítica[30].

A crítica é uma parte da dialéctica, e esta última tem a potência da defesa de uma conclusão falsa, por ignorância de quem responde. Além disso, os elencos sofísticos, mesmo quando demonstrem a contradição, não mostram se o propositor é um ignorante, porque os Sofistas até chegam a embaraçar quem sabe, através destes argumentos.

É evidente que os conhecemos mediante o mesmo método, pois os raciocínios que persuadem os auditores, seduzidos pelas aparências, de que o silogismo foi constituído a partir de proposições concedidas correctamente pelo propositor, são também os que determinarão o respondente a aceitá-lo; de modo que serão aduzidas falsas provas pelos métodos indicados, seja por todos, seja por alguns, porque o que se julga ter concedido sem ter sido interrogado, seria igualmente concedido se tivesse havido interrogação. No entanto, há elencos sofísticos nos quais, ao mesmo tempo que se adita a questão em falta, se salienta a sua falsidade, como acontece no caso dos paralogismos que de-

correm da dicção e do solecismo. Se, nesse caso, os silogismos que concluem pela contradição de uma tese são apenas refutação aparente, é claro que os modos de que dependem os argumentos das falsas conclusões, e esses de que depende a refutação aparente, serão em igual número. Mas a refutação aparente pode revestir-se de tantos modos quantos os que a refutação verdadeira tem, pois é o defeito de um destes modos que vai tornar a refutação puramente aparente, por exemplo: no vício de concluir sem ser por efeito do argumento, é o argumento que leva ao impossível; o que consiste em reunir duas questões em uma só e dá azo a um defeito na proposição; o que depende da substituição do acidente pela essência, e, o que constitui parte do último argumento, o vício do consequente; e também os vícios em que a conclusão é deduzível, não de facto, mas apenas verbalmente, e também com violação da regra que obriga a não considerar a proposição inicial a demonstrar, há a refutação que se restringe à petição de princípio. Deste modo, teremos todos os modos em que os paralogismos se produzem, pois não há outros modos de criar paralogismos além destes que estudámos. A re-

170 a

futação sofística não é uma refutação absoluta, mas apenas relativa a um interlocutor, e, quanto ao silogismo sofístico, o mesmo acontece. Porque, a menos que no paralogismo que depende da homonímia, o interlocutor ponha somente o homónimo, este tem apenas um sentido; que, no paralogismo que depende da analogia da forma, o interlocutor não ponha que a substância é a única categoria; e que, nos outros paralogismos, não proceda de igual modo, não haverá nem refutações, nem silogismos, nem em acepção absoluta, nem relativa ao que é interrogado [31]. Se, pelo contrário, em todos estes casos, o interlocutor conceder no que referimos, as refutações serão válidas relativamente ao que for interrogado, ainda que absolutamente o não sejam, porque os interlocutores não propuseram uma enunciação de um único significado, mas uma enunciação que só na aparência tem um significado, e partindo sempre de um interlocutor particular.

9

Quanto ao número de tópicos a que se subordinam os elencos dos que são refutados, não devemos procurar recenseá-los

sem dispormos do saber universal [32]. Mas este saber universal não é uma arte própria; as ciências são efectivamente e sem dúvida em número infinito, de modo que as demonstrações também são em número infinito. No entanto, as refutações podem ser, ou verdadeiras, ou falsas, porque todas as vezes que uma demonstração é possível, será também possível a refutação do que postula a contradição da verdade, por exemplo, se o opositor postula que a diagonal é comensurável, ele pode ser refutado pela demonstração de que a diagonal é incomensurável. Por conseguinte, cumpre possuir o saber de todas as coisas, pois algumas refutações hão-de depender dos princípios inerentes à Geometria, e das conclusões consequentes, outras da Medicina e, outras, dos princípios de outras ciências. Todavia, os falsos elencos serão também em número infinito, uma vez que, em cada arte, há falso silogismo, por exemplo, em Geometria, temos a falsa demonstração geométrica, e em Medicina temos a falsa demonstração médica. Pela expressão «em cada arte» pretendo dizer «segundo os princípios dessa arte». É portanto evidente que não é de todos os elencos, mas apenas dos que se subordi-

nam à Dialéctica, que se torna necessário conhecer os tópicos, porque os tópicos são comuns a todas as artes e a todas as potências. Quando à refutação aplicável a uma arte particular, cumpre ao artista particular analisar se ela é apenas aparente sem ser real, e, se for real, a causa porque é real; enquanto que a análise das refutações que procedem dos princípios comuns e que não caem na esfera de uma arte particular, pertence à competência dos dialectas. Se conhecermos os tópicos de onde se extraem os silogismos prováveis acerca de um qualquer sujeito, conheceremos esses de que se extraem as refutações inerentes a esse sujeito, porque a refutação é um silogismo da contradição, de modo que, seja um, sejam dois silogismos da contradição, constitui uma refutação. Conhecemos portanto os tópicos de que dependem todos os elencos deste género, e se os conhecemos, conhecemos também as respectivas soluções, dado que as objecções a estes elencos são soluções. Conhecemos ainda os tópicos de que dependem todas estas refutações, já as simplesmente aparentes, já as aparentes, digo, não a toda a gente, mas aos peritos, dado constituir uma tarefa indefinida a inquirição de todas as razões que tornam os

170 b

elencos aparentes, não importa agora a quem. É, pois, óbvio que compete ao dialecta a potência da apreensão de todos os modos de que depende a formação, através dos princípios comuns, já da refutação verdadeira, já da refutação aparente, seja dialéctica, seja de aparência dialéctica, seja crítica.

10

Entre os argumentos não há a diferença que alguns pretendem haver, quando afirmam que uns visam as palavras e outros o pensamento em si mesmo, dado ser absurda a suposição de que certos argumentos visam as palavras e outros o pensamento, e que são diferentes. Não é dizível, de facto, que não há disputa contra o pensamento do opositor, quando, supondo-se o mesmo interrogado, não nos servíssemos das palavras com o significado que o interrogado lhes concedeu? Isto significa disputar contra as palavras. Na inversa, o argumento visa o pensamento, quando utilizamos as palavras com o mesmo significado que o que responde tinha na mente quando as formulou. Então, como as palavras têm vários significa-

dos, se admitíssemos — tanto o interrogante como o interrogado — que apenas têm um significado — como, por exemplo, podermos admitir que ser e uno têm vários significados, e que o que responde responde, e o que interroga interroga, supondo haver apenas um significado, tendo o argumento por objectivo concluir que tudo é uno — poderemos então afirmar que esta controvérsia visa o pensamento do interrogado? Se, pelo contrário, supomos que uma enunciação tem vários significados, é óbvio que tamanha disputa não visa o pensamento, dado que, em primeiro lugar, nos argumentos que apresentam múltiplos significados, é possível visar as palavras e o pensamento; e que isto é possível perante qualquer argumento seja ela qual for. O visar o pensamento não interessa ao argumento em si mesmo, mas à atitude do que responde acerca do que lhe foi concedido. Depois, pode acontecer que estes argumentos se apliquem às palavras, porque aplicar às palavras não significa, no caso, mais do que não se aplicar ao pensamento. Se os argumentos não se aplicassem todos, já às palavras, já ao pensamento, haveria outros argumentos inaplicáveis tanto às palavras como ao pensamento, uma vez

pretendermos que todos os argumentos devem ser, ou um ou outro, e que os divisamos como sendo aplicáveis, já às palavras, já ao pensamento, e que não há outros argumentos. Os que, por outro lado, dependem apenas das palavras, são uma variedade dos silogismos subordinados à multiplicidade de significados, pois é um absurdo pretender que subordinado às palavras abarque todos os elencos que relevam do discurso, pois há outros paralogismos cujo vício não é o de o respondente adoptar uma certa posição, mas o de o próprio argumento encerrar uma proposição de uma natureza tal, que encerre vários significados.

171 a É também completamente absurdo discutir a refutação, sem primeiro se ter discutido o silogismo, porque a refutação é um silogismo, de sorte que é preciso haver discutido o silogismo antes de discutir a falsa refutação, em virtude de uma refutação deste género não ser mais do que um silogismo aparente da contradição de uma tese. A causa do erro estará, tanto no silogismo, como na antítese, porque a menção da antítese deve ser junta à definição do elenco, enquanto por vezes ela está em ambos, caso a refutação seja pura-

mente aparente. No argumento «o que está calado fala» o erro está na contradição, e não no silogismo; no argumento «pode dar-se o que não se tem», o erro está em ambos; e neste, «o poema de Homero é uma figura porque é um ciclo», o erro está no silogismo. Em contrapartida, o argumento que não estiver possesso de nenhum destes erros é um silogismo verdadeiro.

Regressando ao ponto de partida do nosso argumento, acaso as demonstrações matemáticas dirigem-se ou não ao pensamento? Se alguém postular que a palavra triângulo tem várias acepções, e que tomou esta palavra numa acepção diferente daquela pela qual se concluiria que a figura tem dois ângulos rectos, o argumento de quem põe a questão aplica-se, neste caso, ou não, ao pensamento do opositor?

Outra razão ainda, se a palavra tem vários significados, e se o que responde não se apercebe da ambiguidade, ou nem pensa nela, como não haveremos de dizer que, neste caso, o que interroga se dirige ao pensamento do que responde? De que outro modo se deverá pôr a questão, se não for a de fornecer uma distinção ao que responde — se, por exemplo, a interrogação for «é possível falar estando calado?»,

ou, pelo menos, sugerindo que «não em um sentido e sim em outro?» Se o interlocutor responder não ser possível em nenhum sentido, e o outro argumentar para o refutar, não é exacto que o elenco se dirige ao pensamento do respondente? Assim é, ainda que o argumento seja suposto estar no número dos que se aplicam às palavras. Por conseguinte, não há qualquer género especial de argumentos aplicáveis ao pensamento; há deveras argumentos que se aplicam às palavras, mas não devemos compreender neles, não digo todas as refutações, nem mesmo todas as refutações aparentes, porque entre as refutações aparentes algumas relevam do discurso, por exemplo, as que dependem do acidente, e outras mais.

Mas se for exigido que o interrogante distinga e diga, pela expressão «o que está calado fala entendo num sentido isto, e noutro aquilo», em primeiro lugar tamanha questão é absurda, pois algumas vezes o que interroga não se apercebe da ambiguidade da sua pergunta sendo-lhe impossível efectuar uma distinção que não tem na mente. Em segundo lugar, que será um argumento didáctico senão este? Com efeito, ele esclarecerá o modo como a coisa

se comporta, face ao que jamais a considerou e não conhece, e não supõe que possa ter outro sentido. Mesmo no que não é susceptível de dupla significação, que impede que esta distinção não se faça? Por exemplo: «as mónadas são iguais às díades, no número quatro?» precisando que as díades estão contidas em quatro num certo sentido de tal modo, e noutro sentido de outro modo. Mais um exemplo: «o conhecimento dos contrários é um ou não é?» precisando que uns contrários são conhecidos e outros desconhecidos. Então parece ignorar-se, ao fazer-se semelhante pergunta, que o argumento didáctico é diferente do argumento dialéctico, e que importa que quem ensina não interrogue, mas ensine, só ao que disputa cabendo o direito de interrogar. 171 b

11

Além disso, exigir uma resposta por «sim» ou por «não» não é tarefa de quem demonstra, mas do que procede à crítica. A crítica é uma espécie da dialéctica, e tem em vista não o que sabe, mas o que ignora e deseja saber. O que considera os princípios comuns na aplicação à questão é um

dialecta, mas o que só na aparência assim procede é um sofista. Por outro lado, o silogismo erístico[33] ou sofístico tem duas espécies: em primeiro lugar, há o que só tem a aparência de silogismo, no caso em que o exame dialéctico é crítico, mesmo que a sua conclusão seja verdadeira, pois nos ilude acerca da causa; em segundo lugar, a espécie compreende os paralogismos que, não estando em conformidade com o método hermenêutico, estão na aparência em conformidade com uma arte peculiar. Os falsos traçados das figuras geométricas não são erísticos, porque os paralogismos estão subordinados à arte em questão, e um falso traçado geométrico, que servisse para demonstrar uma tese verdadeira, como por exemplo a figura de Hipócrates (isto é, a quadratura do círculo efectuada por meio de lúnulas), também não é erístico. Pelo contrário, o método de Bríson para quadrar o círculo, mesmo que o círculo não seja quadrável, é sofístico, porque não se conforma com a coisa. É por isso que o silogismo puramente aparente, em coisas deste género, é um argumento erístico, e que o silogismo que tem somente a aparência de se aplicar à coisa em questão, mesmo que seja um verdadeiro silogismo, é um argu-

mento erístico, pois só na aparência se aplica à coisa, de modo que é enganador e ilícito. Assim como a injustiça cometida em uma corrida é uma espécie de justiça definida e uma espécie de combate desleal, assim o combate desleal na controvérsia é a erística, porque, no primeiro caso, os que estão decididos a vencer seja como for se servem de todos os meios, e o mesmo acontece com os controversistas. Os que, pelo simples prazer da vitória, assim procedem, são em geral considerados quesilentos e pedantes, enquanto que, os que visam adquirir a reputação que dá lucro, são os Sofistas. A Sofística, como dissemos, é uma espécie de arte de obter um lucro de uma sabedoria aparente, sendo este o motivo porque os Sofistas só procuram uma demonstração aparente. No mais, são os mesmos os argumentos utilizados pelos quesilentos e pelos Sofistas, ainda que seja em vista de diferentes fins; o mesmo argumento será sofístico e erístico, mas não sob o mesmo ponto de vista: enquanto visa uma vitória aparente, será erístico, e enquanto visa uma sabedoria aparente será sofístico, porque a sofística é uma certa sabedoria aparente, mas sem realidade. O argumento erístico está de algum modo para

o argumento dialéctico como o que traça falsas figuras está para o geómetra: discursa falsamente partindo dos mesmos princípios da dialéctica, como o que traça figuras falsas partindo dos mesmos princípios do geómetra. Mas enquanto no segundo caso não há razoamento erístico, porque o que traça as falsas figuras parte de princípios e de teoremas da arte da geometria, o argumento que demonstrar outra coisa pelos princípios da dialéctica será obviamente erístico. Assim, por exemplo, enquanto a quadratura do círculo pelas lúnulas não é erística, a solução de Bríson é erística, e o primeiro argumento não é transferível para fora da geometria, porque procede de princípios próprios à geometria, enquanto o outro se pode aplicar a todos os que não sabem o que é possível e impossível em cada caso, por se aplicar a ambos. Há também o método de Antífon para quadrar o círculo; e há o caso de negar ser preferível passear depois de cear, em virtude do argumento de Zenão: este argumento não é médico, porque o argumento de Zenão é um argumento comum[34]. Se o argumento erístico estivesse para o argumento dialéctico numa relação exactamente semelhante à do que traça falsas figuras

em relação ao geómetra, não haveria lugar para o argumento erístico nas matérias geométricas. Contudo, o argumento dialéctico não se confina a um género definido, nem demonstra seja o que for, nem sequer é um argumento de natureza universal. Não há, com efeito, nenhum género único que contenha todas as coisas, nem, se o houvesse, estariam subordinadas aos mesmos princípios. Nenhuma das artes demonstrativas procede pela interrogativa, pois não é possível conceder uma das partes da contradição, porque um silogismo não se forma a partir das duas. A dialéctica, pelo contrário, procede por interrogações, enquanto que, se demonstrasse, a interrogação se aplicaria, senão a tudo, pelo menos às noções primeiras e aos princípios peculiares à questão; porque, supondo que o respondente não as aceite, ela não teria qualquer fundamento para uma alongada discussão contra a objecção do opositor. A dialéctica é ao mesmo tempo uma crítica, porque a crítica não é da mesma natureza da geometria, sendo uma disciplina que se pode conhecer, mesmo sem se possuir a arte. É possível, mesmo para quem não tem arte, proceder ao exame crítico de quem não tem o conhecimento do su-

jeito, caso este conceda acerca das questões extraídas, não do que conhece, nem dos princípios peculiares à questão debatida, mas de todas as consequências que relevam do sujeito e que são de uma natureza tal, que bem podem ser conhecidas, mesmo que não se conheça a arte a que o sujeito se subordina, ainda que o conhecimento das questões não obste à ignorância da arte. Temos assim que a crítica não é a arte de um sujeito definido, pois todas as artes se servem de princípios comuns, de onde resulta que os homens, mesmo os ignorantes, fazem certo uso da dialéctica e da crítica, pois todos, até a um certo ponto, procuram sujeitar a provação os que pretendem ser sábios. Ora isto de que os ignorantes se servem aqui, são os princípios comuns, pois eles não os conhecem menos do que os que os conhecem, mesmo se, no que dizem, parecem estar bem longe da arte. Todos os homens elaboram elencos, pois fazem sem arte o que a dialéctica faz com arte, e o que critica através da arte silogística é um dialecta. E há muitos princípios que são os mesmos para tudo, sem com isso serem tais que constituam uma natureza particular, um género particular, mas sendo como as negações, en-

quanto outros princípios não são desta espécie, mas adequados a sujeitos particulares; nestas condições é possível, com base em princípios gerais, proceder ao exame de todas as coisas, e exercitar uma arte particular, arte que aliás não é da mesma natureza das artes demonstrativas. 172 b É justamente por causa disto que quem elabora um silogismo erístico não está na mesma situação de quem desenha as falsas figuras: o que faz um silogismo erístico não discursará falsamente a partir de algum género definido de princípios, antes se ocupará de todos os géneros.

São estes os diversos modelos de elencos sofísticos, e que ao dialecta incumba o seu estudo e a sua aplicação, eis o que não é dificilmente visível, porque a pesquisa das premissas compreende esse estudo na íntegra.

12

Tratámos das refutações aparentes. Quanto à demonstração de que o respondente comete erro e induz o argumento ao paradoxo[35] — era este, com efeito, o segundo artigo da arte da sofística — em primeiro lugar, este efeito obtém-se sobre-

tudo mediante um certo modo de efectuar o inquérito e por meio da interrogação. Questionar sem pôr a questão em relação com um objecto definido, eis uma boa via de prosseguimento destes objectivos, porque, quando falamos ao acaso, estamos muito sujeitos ao engano, e acontece que falamos ao acaso quando estamos em presença de um objecto definido. Propor frequentes interrogações, ainda que se haja definido o tema contra o qual se argumenta, e pedir que o opositor diga somente o que pensa, isso cria uma certa facilidade que induz ao paradoxo e ao erro; e também se, ao ser interrogado, responde sim ou não, conduzindo a asserções contra as quais estejamos bem armados para o refutar. No nosso tempo, esta possibilidade de disputar por tais meios é menor do que antes, pois os que respondem perguntam: — «Que tem isto a ver com a questão inicial?» É ainda um princípio elementar para obter do opositor a enunciação, seja do erro, seja de algum paradoxo, não apresentar imediatamente uma questão controvertida, antes fingindo que se pergunta com o desejo de aprender, pois este modo de perguntar dá lugar ao ataque.

Um tópico especialmente adequado a

mostrar o erro do opositor é a regra sofística de induzir o que responde à espécie de asserções contra as quais estamos providos de argumentos, o que se pode fazer correcta ou incorrectamente, conforme já explicámos atrás [39].

Além disso, para conduzir o opositor à enunciação de paradoxos, cumpre examinar a que escola pertence ele, e a seguir interrogá-lo acerca de um aspecto pelo qual a doutrina da escola é paradoxal aos olhos de muitos, pois em todas as escolas há sempre um aspecto deste tipo. É uma regra elementar, nestes temas, haver, entre as proposições, teses comuns a diferentes escolas, e a solução recomendada é a de levar a ver que o paradoxo se não produz em virtude do argumento, pois é isso que o opositor sempre deseja. No mais, cumpre argumentar a partir dos desejos e das opiniões expressas, pois o que se deseja e o que se exprime não é o mesmo: exprimimos o que tem uma aparência mais decente, enquanto se não deseja senão o que parece mais em conformidade com os próprios interesses, por exemplo, dizemos que uma boa morte vale mais do que uma vida gozosa, e uma pobreza honesta mais do que uma riqueza vergonhosa, embora na

173 a

realidade desejemos todo o contrário. Por conseguinte, o que fala segundo os desejos deve ser conduzido aos tópicos comuns, e o que fala segundo os lugares comuns, conduzido a expressar os que guarda ocultos; porque, em ambos os casos, os opositores são necessariamente empurrados para o paradoxo, uma vez que falarão contrariamente, já aos lugares comuns, já aos desejos ocultos.

O lugar mais comum de proferir paradoxos é o atribuído a Calícles, ao argumentar no *Górgias*[37], e na eficácia do qual todos os antigos acreditaram, sendo extraído da natureza e da lei[38]. Pretende-se que natureza e lei são contrários e que a justiça é bela segundo a lei, mas que não é bela segundo a natureza. Por conseguinte, diz-se, ao que fala segundo a natureza cumpre opor o discurso segundo a lei, e ao que fala segundo a lei, o discurso segundo a natureza, porque em os dois casos, acabam por cair nos paradoxos. Para estes filósofos, o que é segundo a natureza é a verdade, e o que é segundo a lei a opinião das gentes. Vemos portanto como, também os antigos, tal como os modernos, tentam, já refutar o respondente, já obrigá-lo a cair no paradoxo.

Algumas interrogações são tais que, em ambos os sentidos, a resposta é também paradoxal, por exemplo: — «Cumpre obedecer aos sábios ou ao pai?» e «Cumpre fazer o útil ou o justo?» e «É preferível sofrer ou cometer a injustiça?» Importa conduzir a asserções contrárias ao vulgo e aos sábios; se o interlocutor fala como os hábeis argumentadores, importa induzi-lo à oposição ao vulgo; e se fala como o vulgo cumpre induzi-lo a uma oposição aos hábeis argumentadores. Há os que dizem que o homem feliz é necessariamente justo, enquanto que para o vulgo é paradoxal que um rei não seja feliz. Induzir a paradoxos deste género corresponde a induzir na contrariedade da natureza e da lei, porque a lei é opinião do vulgo, e os sábios falam segundo a natureza, em obediência à verdade.

13

Importa agora obter paradoxos através dos tópicos mencionados[39]. Quanto a levar o opositor a cair na redundância, já indicámos o que entendemos por verborreia. É isso que pretendem produzir todos os argumentos da seguinte espécie: se não há

qualquer diferença entre um termo e a sua definição, «duplo» e «duplo da metade» são o mesmo; se, pois, «duplo» é «duplo da metade», ele será «duplo da metade da metade». E, se em vez de «duplo» pusermos «duplo da metade», então a mesma expressão será triplicada, «duplo da metade da metade da metade». Outro exemplo: «o apetite é o apetite do agradável, não é?» «Mas o apetite [40] é o desejo do agradável», por conseguinte, «o apetite é um desejo do agradável do agradável».

173 b Todos os argumentos desta espécie se reencontram: primeiro, nos termos relativos que, além de terem géneros relativos, são em si mesmos relativos, e são relativos a uma só e à mesma coisa, por exemplo, o desejo é desejo de algo, o apetite apetite de algo, o duplo duplo de algo, isto é, duplo da metade; em segundo lugar, onde se empregam termos que, não sendo relativos, são todavia afirmados de uma definida substância, da qual indicam, ou os estados, ou as afecções, ou qualquer outro predicado deste género, de modo que, na sua definição, se acha expressa a ideia dessa substância. Por exemplo, «ímpar» é um número «com um ponto médio», mas há o «número ímpar», logo, temos um «nú-

mero número que tem um ponto médio». Outro exemplo: se «chato» é a «concavidade do nariz», e se há «nariz chato», há, portanto, um «nariz nariz côncavo».

Por vezes, só na aparência se cai na redundância, ainda que na verdade se não caia, porque não se interrogou antes ao que responde se a palavra «duplo» por exemplo, em si mesma, tem ou não tem algum significado e, caso afirmativo, se tem o mesmo significado, ou um significado diferente, por onde se tira uma conclusão imediata. No entanto, há refutação aparente se o nome coincidir com a sua definição e tiver o mesmo significado.

14

Dissemos atrás o que é o solecismo[41]. Podemos simultaneamente cometer um solecismo e parecer que o cometemos sem o cometer, assim como cometê-lo sem que o pareça. Suponhamos, como dizia Protágoras, que μῆνις (ira permanente) e πήληξ (casco) são nomes masculinos. Quem nomear a ira permanente οὐλομένην (assassina) comete solecismo, na opinião de Protágoras, mas parece que não se comete na opinião dos outros, enquanto que chamando-lhe οὐλόμε-

νον (assassino) parece que cometemos solecismo, embora se não cometa, no ver de Protágoras. Verificamos assim que uma certa arte poderia também levar a este resultado, sendo por isso que muitos argumentos, mesmo não concluindo por solecismo, parecem cometê-lo, tal como acontece nas refutações.

Quase todos os solecismos aparentes provém da palavra τόδε (isto), e também de quando a inflexão não exprime, nem o masculino, nem o feminino, mas o neutro. Οὗτος (este) indica o masculino, e αὕτη (esta) o feminino, mas τοῦτο (isto) ainda que signifique o neutro, também significa muitas vezes o masculino e o feminino, por exemplo: «que é isto?» — «É Calíope, é madeira, é Corisco». Quanto ao masculino e ao feminino as inflexões são deveras diferentes, mas, quanto ao neutro, há as que o são e as que o não são. Algumas vezes, quando se admite τοῦτο (isto) concluímos como se fosse τοῦτον (este) a palavra proferida, e o mesmo ocorre quando se substitui uma inflexão por outra. O paralogismo decorre do facto de τοῦτο (este) ser uma forma comum a várias inflexões, porque τοῦτο (este) tanto significa οὗτος (este,

nominativo) como τοῦτον (a este, acusativo). Ora ele deve ter esses significados alternadamente: quando se combina com ἐστι (está, ou é) significa οὗτος (este, nominativo) e quando se combina com εἶναι (ser ou estar) τοῦτον (a este, acusativo), por exemplo: Corisco (Κορίσκος) é, ser Corisco (Κορίσκον). Quanto aos nomes femininos, passa-se o mesmo, assim como no caso chamado instrumentos (σκεύη), que têm uma denominação feminina ou masculina. Todos os nomes cuja desinência é em ο ou em ν têm a denominação peculiar aos instrumentos, por exemplo, ξύλον (madeira), σχοινίον (corda); os que assim não terminam são, ou do masculino, ou do feminino, mesmo que alguns deles se apliquem aos instrumentos, por exemplo: ἀσκὸς (odre de vinho) é um nome masculino, e κλίνη (leito) um nome feminino. É por isso que, nos casos deste tipo, há-de haver uma diferença da mesma natureza entre uma construção com ἐστι (é) e uma construção com εἶναι (ser). Além disso, o solecismo parece-se com o tipo de refutação própria dos termos similares usados para designar dissemelhantes, pois também, assim como cometemos solecismo acerca das coisas, aqui cometemos solecismo das palavras, porque

174 a

«homem» (e também «branco») é simultaneamente coisa e palavra.

É deste modo evidente que temos de nos esforçar por concluir o solecismo a partir das inflexões indicadas.

São estas as espécies de argumentos litigiosos, as subdivisões destas espécies e os métodos da sua aplicação são os indicados. Mas há uma diferença a ter em conta: se os elementos da interrogação estão dispostos de um certo modo para dissimular o objectivo que se tem em vista, como fizemos quanto aos argumentos dialécticos. Em seguida ao que explicámos, eis o tema que importa estudar em primeiro lugar.

15

Um método útil de refutação é em primeiro lugar a prolixidade da argumentação, pois é difícil abarcar de uma só vez muitos temas ao mesmo tempo, e, para conseguir esta prolixidade, cumpre recorrer aos elementos já anteriormente indicados[42]. Outro método é a celeridade do discurso, dado que os que se deixam atrasar vêem com menos clareza o que lhes é posto diante. Também há a ira e a paixão da contro-

vérsia, pois, sempre que nos perturbamos, somos menos hábeis na defesa. As regras elementares para provocar a ira consistem em se dizer abertamente a vontade de proceder na injustiça e sem vergonha. Outro método consiste em propor as interrogações alterando a respectiva ordem, quer haja vários argumentos tendentes à mesma conclusão, quer haja argumentos para demonstrar simultaneamente que algo é assim e não é assim, pois daí resulta que o opositor tem de se defender simultaneamente de vários argumentos, ou, até, dos seus contrários. Todos os métodos atrás descritos são de um modo geral úteis para ocultar o pensamento, e também para os argumentos contrários, uma vez que se oculta o pensamento com vista e evitar que o opositor veja onde queremos chegar, e não queremos que assim veja, para o enganarmos.

No trato com os que recusam dar o consentimento a algo que pensam ser favorável à refutação, a pergunta deve ser feita na negativa, como se visássemos obter a resposta oposta, ou, pelo menos, como se a pergunta fosse posta sem prejuízo, pois, quando duvidamos sobre a resposta que o opositor quer ver admitida, o que responde

é menos refractário. Além disso, quando a discussão versa acerca de casos particulares, e o opositor concede no individual, muitas vezes, a indução obtida, não devemos transferir a sua pergunta para o universal, antes o devemos prender ao consentido e prosseguir, porque, algumas vezes, os que respondem pensam que concordaram consigo mesmos, e parece, aos seus ouvintes, assim terem feito porque se lembram da indução e julgam que os casos particulares lhes teriam sido postos em vão. Onde não houver nome para designar o universal, podemos servir-nos da analogia, na medida em que a necessidade seja premente, pois com frequência a analogia escapa à atenção. Para se obter a premissa desejada, torna-se necessário incluí-la na questão, a par do seu contrário, por exem-
174 b plo, se quisermos obter esta proposição «é necessário obedecer sempre ao pai», temos de perguntar se «cumpre obedecer sempre aos pais, ou desobedecer-lhes sempre»; e se quisermos obter esta proposição, «cumpre obedecer aos pais muitas vezes», é necessário perguntar se «cumpre obedecer muitas ou poucas». Nesse caso, se o que responde for compelido a escolher, inclinar-se-á a julgar que se deve obedecer

muitas vezes; uma vez os contrários assim postulados, uns a par dos outros, acabam por nos parecer relativamente menores e maiores, piores e melhores.

Uma forte refutação aparente é com frequência produzida pela mais sofística de todas as más chicanas dos que interrogam, e é quando, sem nada terem mostrado, em vez de adiantarem a proposição final como questão, a apresentam como conclusão, como se a tivessem demonstrado: «não é verdadeiro que seja assim».

Outra treta dos Sofistas é a de quando, depois de um paradoxo, começam por propor no princípio qualquer asserção verosímil, e perguntam depois ao que responde para dizer o que pensa, pondo a pergunta acerca dos sujeitos desta forma: «pensas que...?» Porque então, se incluímos as premissas no argumento, daí resulta necessariamente para o adversário, ou uma refutação, ou um paradoxo; se dá o acordo à proposição, sofre refutação; se a recusa, e chega mesmo a reconhecê-la como verosímil, comete paradoxo; se recusa, mas a admite como opinião verosímil, torna-se passível de algo parecido com uma refutação.

Tal como nos discursos retóricos, tam-

bém nos elencos cumpre considerar se o que o respondente diz é contrário, já às suas asserções, já ao que dizem ou fazem os que ele reconhece como dizendo e fazendo bem, ou os que de um modo geral assim parecem, ou lhe são semelhantes, ou contrário enfim ao que diz, e faz, a maioria das pessoas ou todas as pessoas. E também, assim como muitas vezes os que respondem, quando se sentem refutados, formulam uma distinção quando se vêem atingidos pela refutação, também os que interrogam devem recorrer de tempos a tempos a este meio contra os que lhes põem objecções, precisando que, se a objecção é contra um dos significados, não o é contra o outro, sendo este último significado o adoptado, ao modo como procede Cleófon no *Mandróbulo*[43]. Também importa fazer uma brusca interrupção do argumento e cortar rente o que falta ouvir das objecções; pelo contrário, se, ao responder, pressentirmos este derrube, cumpre que nos antecipemos à advertência e à oposição. Por vezes, é necessário dirigir as objecções contra temas diferentes do que está em discussão, com a condição, bem entendido, de não contradizermos a posição anteriormente assumida, como fez Licofrón, a

quem se propunha o elogio da lira. Aos que exigem saber contra o que se objecta, e dado que é geralmente aceite que devemos dar parte da causa, e que, por outro lado, a declaração de alguns juízos serve de advertência ao opositor, contentar-nos-emos que nos mova de uma maneira geral o resultado das refutações, a saber, a antítese, isto é, que visemos negar o que a tese afirma, ou afirmar o que ela nega; mas nunca revelaremos que estamos a tentar estabelecer, por exemplo, que a sabedoria é a mesma, ou não é a mesma. Nunca se pedirá a conclusão sob a forma de premissa, enquanto que certas conclusões nunca devem ser postas como questões. Antes se devem tratar como algo de já admitido.

16

Vimos até agora as fontes de onde se extraem as questões, e como se devem colocar as perguntas nas controvérsias. Temos agora de tratar da resposta, e de dizer como se resolvem os sofismas, o que cumpre resolver, e que utilidade têm os argumentos sofísticos. 175 a

O seu estudo é útil à filosofia por duas razões. Primeiro, posto que em geral decorrem as mais das vezes da dicção, colocam-nos em melhor situação para vermos em quantas acepções cada termo é entendido, e que semelhanças e que diferenças há, tanto entre as coisas, como entre os respectivos nomes. Segundo, porque são úteis para a pesquisa das questões que brotam em nós mesmos, pois o que é facilmente induzível em erro por outro, e que de tal não se apercebe, sujeita-se frequentemente a cometer análogo erro, quando argumenta consigo mesmo. Terceira e última razão, são úteis também na aquisição de fama, a saber, a fama de ser perito em todas as coisas e de não ser inexperiente em nenhuma, pois, quem participa numa argumentação e argumenta contra ela sem definir o vício de que está possessa, faz aparecer a suspeita de que as dificuldades propostas bem poderiam ter como causa, não o amor da verdade, mas a inexperiência.

Quem responde pode ver sem dificuldade como urge objectar aos argumentos deste tipo, a serem verdadeiras as nossas precedentes explanações, acerca das origens dos paralogismos, e caso tenhamos

feito suficiente distinção dos diferentes artifícios utilizados pelos Sofistas, nas suas interrogações. Mas tomar um argumento e ver e destrinçar o vício não é o mesmo que ser capaz de encontrar com rapidez a resposta, quando somos interrogados, pois aquilo que conhecemos logo o ignoramos, caso nos seja proposto de modo diverso. Além disso, tal como noutros aspectos, embora a rapidez se possa melhorar com a prática, o mesmo acontece nos argumentos, de modo que, se, vendo claramente a coisa, nos falta experiência, demoraremos a oportunidade. E por vezes acontece o mesmo que acontece no traçado das figuras geométricas; porque, aí, com efeito, depois de analisada a figura, não a conseguimos reconstruir, e o mesmo se verifica nas refutações, pois, ainda quando conhecemos o encadeamento da argumentação, somos impotentes para a reduzir às suas partes.

17

Antes de mais, assim como, por vezes, dizemos ser necessário preferir uma prova verosímil a uma prova verdadeira, também devemos, por vezes, resolver os argumen-

tos mais segundo o verosímil do que segundo o verdadeiro. É regra geral que, na disputa com os argumentadores, cumpre tratá-los, não como se eles refutassem de verdade, mas como se refutassem apenas na aparência, pois dizemos que eles não demonstram as conclusões, de tal modo que, para dissipar essa aparência, operamos a sua correcção. Se a verdadeira refutação é uma contradição inequívoca, baseada em certas premissas, pode ser nulamente necessário efectuar a distinção dos termos, para evitar a anfibolia e a homonímia, porque então a prova não se faria.

Só quando a conclusão tiver a aparência de uma refutação verdadeira cumpre juntar as distinções. Aquilo de que importa nos defendamos, não é o ser refutado, mas o parecer sê-lo, porque a interrogação, baseada nas anfibolias ou nas homonímias, 175 b tal como em todas as argúcias deste tipo, obscurece a refutação verdadeira, não permitindo reconhecer o refutado e o não refutado. Quando, no fim, se chega a uma conclusão, de afirmar que o opositor negou, não a conclusão por si mesmo afirmada, mas apenas uma conclusão homónima, mesmo supondo que ele haja aplicado o seu argumento exactamente à

mesma conclusão, permanece a dúvida sobre se fomos refutados, pois é duvidoso se, neste momento, dizemos a verdade. Em contrapartida, se distinguíssemos, e se questionássemos o opositor sobre a homonímia ou a anfibolia, a refutação deixaria de ser incerta e, além disso, o objectivo perseguido pelos que usam dos argumentos erísticos, menos hoje do que antigamente, a saber, que o interrogado tem de responder sim ou não, estaria atento; não obstante, como sucede no nosso tempo, as formas imperfeitas em que os questionantes põem as interrogações, obrigam o interrogado a aditar algo à sua resposta, para corrigir o vício da questão proposta; se o que questiona fizesse as adequadas distinções, o que responde diria logo sim ou não.

Se supusermos que o argumento que releva da homonímia é uma refutação verdadeira, não será possível ao que responde evitar o ser refutado de um certo modo: que, quando se trata de coisas sujeitas à visão, temos a necessidade de negar o que o outro afirma, e de afirmar o que o outro nega. A correcção que alguns propõem para esta dificuldade carece de eficácia: dizem não que «Corisco» é simultaneamente

músico e não-músico, mas que «este Corisco» é músico e «este Corisco» não-músico. A dificuldade não é solvida, porque dizer «este Corisco», será o mesmo que dizer «este Corisco é músico», isto é, «este Corisco é não-músico»; sendo isto que o interlocutor afirma e nega ao mesmo tempo. Cumpre, se não me engano, vencer este sofisma, dizendo que não há identidade de significação, pois o nome não tem aqui a mesma significação. Há, com efeito, uma diferença, pois se atribui a uma personagem o simples nome de Corisco, enquanto a outra se junta *um* ou *este*, o que é um absurdo, porque nome simples e nome qualificado não pertencem mais a uma do que a outra, porque, seja qual for aquela a que se aditem, não faz a menor diferença.

É necessário, posto que não distingamos os significados de uma anfibolia, que continue duvidoso se fomos ou não fomos refutados, e como se reconhece o direito de distinguir nos argumentos, é evidente que, conceder a interrogação de um modo absoluto e sem ter em conta a distinção, é um erro, de tal modo que, senão o próprio interessado, pelo menos o seu raciocínio, aparenta ter sido refutado. Não obs-

tante, sucede que, mesmo vendo onde está a anfilobia, hesitamos em efectuar a distinção, por causa da muita frequência com que as questões deste tipo se nos propõem, para que não pareça que estamos sempre a criar dificuldades; então, ainda que não tenhamos pensado que era este o ponto em que o argumento se apoiava, expor-nos-emos ao paradoxo. Por conseguinte, uma vez o direito de distinção ser um direito reconhecido, nunca se deve hesitar em exercer esse direito, tal como já atrás afirmámos [44].

Se numa só questão não se apresentassem duas questões, o paralogismo derivado da homonímia e da anfibolia nunca se produziria, antes teria, ou uma refutação verdadeira, ou não teria refutação. Que diferença há, deveras, entre perguntar se Cálias e Temístocles são músicos, e perguntar o mesmo, se ambos, mesmo sendo outros, tivessem o mesmo nome? Porque se um nome indica mais do que um, então pergunta-se mais de uma questão. Se, pois, não for justo pedir uma só resposta para duas questões, é evidente que não convém dar uma resposta singela a uma questão homónima, mesmo que o predicado seja verdadeiro para todos os sujeitos, como

176 a

alguns exigem que o seja. Isto é o mesmo que perguntar: «Corisco e Cálias estão em casa, ou não estão em casa?», supondo que ambos estão, ou presentes, ou ausentes. Em ambos os casos, temos várias proposições, pois o facto de a resposta simples ser verdadeira não faz com que a questão seja una e singular. Há inúmeras outras interrogações às quais se pode responder em verdade com sim ou com não, mas ainda aí cumpre não responder com uma resposta simples, pois esta pode arruinar a discussão. Este caso assemelha-se àquele em que déssemos um nome idêntico a coisas diferentes. Se, pois, não se deve dar uma resposta simples a duas perguntas, é também evidente que não se deve responder apenas ou sim ou não nos casos de termos homónimos, pois responder assim não é responder, é apenas falar, ainda que, no círculo dos disputadores, se veja nisso uma resposta, porque lhes escapa a consequência.

Portanto, como já dissemos, assim como há elencos que não o sendo de verdade o são de aparência, também certas soluções parecem ser soluções, ainda que não sejam verdadeiras soluções. Destas, dizemos que são as que convém levar

por diante, de preferência às soluções verdadeiras, nos juízos litigiosos, e quando se defronta um termo ambíguo. A resposta a dar às questões sobre coisas que nos parecem verdadeiras é dizer «seja», porque, deste modo, ficam poucas hipóteses à produção de uma refutação falsa. Se, por outro lado, nos virmos compelidos a dizer algum paradoxo, cumpre ter o maior cuidado em acrescentar «assim parece», porque, assim, não daremos a ideia, nem de termos sofrido refutação, nem de defendermos uma tese paradoxal. E como o que entendemos por petição de princípio é evidente, e como admitimos que importa por todos os meios destruir as premissas próximas da conclusão, e que devemos recusar o acordo entre algumas delas alegando petição de princípio, assim também, quando nos for solicitada uma proposição tal, que seja a consequência necessária da nossa tese, mas que é, ou falsa, ou paradoxal, cumpre opor a mesma excepção, porque as consequências necessárias de uma tese parecem fazer parte da própria tese. Por outro lado, quando o universal se toma, não debaixo de um determinado nome, mas por comparação, é preciso dizer que quem pergunta não o toma na sua conclu-

são na acepção antes acordada, nem na acepção por ele posta na premissa, pois deste pormenor depende muitas vezes uma refutação.

Se estes meios defensivos nos forem interditos, importa nesse caso recorrer ao argumento de que a conclusão não foi correctamente provada pelo opositor, e atacar, com a ajuda da distinção previamente estabelecida.

No caso em que os nomes são aplicados na própria acepção, cumpre responder, ou simplesmente, ou por distinção; para os subentendidos implicados nas nossas proposições, como, por exemplo, quando respondemos a questões que não são postas com clareza, mas em elíptica, é daí que a refutação pode decorrer. Por exemplo: 176 b «o que pertence aos Atenienses é propriedade dos Atenienses? — Sim. — E isto é igualmente verdadeiro de outros quaisquer. Bem, mas o homem pertence ao reino animal? — Sim. — Então o homem é propriedade do reino animal». Aqui temos um sofisma, pois dizemos que homem pertence ao reino animal por ser um animal, assim como dizemos que Lisandro pertence ao povo lacedemónico, porque é lacedemónio.

Vemos como, nos casos em que a premissa carece de clareza, não devemos concedê-la simplesmente.

Quando admitimos comummente que uma de duas coisas é verdadeira, a outra é também necessariamente verdadeira, mas que se a segunda é verdadeira a primeira não é necessariamente verdadeira, podemos, caso nos perguntem qual das duas é verdadeira, conceder à menos extensa, pois é mais difícil concluir a partir de um grande número de premissas. E se o sofista tentar levar-me a admitir que um certo termo tem um contrário, enquanto o outro não tem contrário, e supondo que a sua asserção seja verdadeira, cumpre responder que cada um dos termos tem o seu contrário, mas que um dos contrários não foi nomeado.

Considerando que, para certas asserções, o vulgo diria que quem não as aceita se engana, enquanto não diria o mesmo para outras asserções, por exemplo as relativas a isso em que as opiniões se dividem, porque, quanto a saber, por exemplo, se a alma dos viventes é corruptível ou imortal, o vulgo não tem ideia distinta, em todos os casos em que se vê mal em que acepção a premissa é habitualmente proposta, cum-

pre responder: como as máximas, porque o vulgo dá o nome de máximas, tanto às opiniões verdadeiras como às negações gerais, qual esta de que a diagonal é incomensurável. Além disso, sempre que a opinião estiver dividida acerca da verdade, em todos estes casos podemos escapar melhor ao argumento trocando os nomes; de facto, sendo duvidoso qual dos dois sentidos da premissa é verdadeiro, não daremos a ilusão de fazer sofisma, e como a opinião está dividida, não daremos a ideia de cometer um erro. A troca de nome tornará o argumento irrefutável.

Enfim, todas as vezes que pressentirmos uma objecção, cumpre-nos ser o primeiro a adiantar a objecção e dizer o que se tem a dizer. É deste modo que podemos com maior eficácia criar embaraços ao que interroga.

18

Posto que a solução verdadeira consiste em tornar um juízo falso evidente, demonstrando qual a espécie de questão de que o erro depende, e que o falso juízo é assumido em dupla acepção, por haver juízo falso, ou por se ter obtido uma con-

clusão falsa, ou por o juízo, sendo falso, parecer no entanto uno, teremos ao mesmo tempo de considerar a espécie de solução acabada de referir, e também a ratificação de uma prova puramente aparente, destinada a mostrar de qual questão a aparência procede. Por conseguinte, os argumentos que são verdadeiros juízos resolvem-se por destruição, e os que são apenas aparentes resolvem-se por distinção. Além disso, como entre os argumentos que são juízos verdadeiros, uns, têm conclusão verdadeira, e outros conclusão falsa, os que são falsos em razão da conclusão são por dois modos resolúveis: dado que podemos ao mesmo tempo destruir uma das duas premissas solicitadas, e demonstrar que a conclusão não é tal como o afirmado; os que são falsos em razão das premissas não são resolúveis senão pela destruição de uma delas, pois a conclusão é verdadeira. Logo, quando pretendermos solucionar um falso silogismo, a primeira coisa a fazer consiste em examinar se ele conclui, ou não conclui; a seguir, ver se a conclusão é verdadeira ou falsa, a fim de solucionar o argumento, já por divisão, já por destruição, e destruindo-o deste ou daquele modo, conforme ao que antes já dissemos. Enfim, há

177 a

uma diferença muito grande entre resolver um argumento, conforme se é interrogado ou não, pois é difícil vislumbrar de imediato os ardis, enquanto é fácil vislumbrá-los quando estamos tranquilos.

19

Dos elencos que nascem da homonímia e da anfibolia, uns encerram uma questão com várias acepções, outros uma conclusão com várias acepções, por exemplo: no argumento acerca do que «diz coisas silenciosas fala», é a conclusão que é ambígua, enquanto o argumento de que «quem conhece não entende o que conhece», é uma das questões que está possessa de anfibolia. O que apresenta um duplo sentido, tanto é verdadeiro como não é: significa algo que tanto é, como não é.

Todas as vezes, por isso, que há multiplicidade de significados na conclusão, a refutação da nossa tese não ocorrerá, a menos que o sofista tome também a antítese da nossa tese, como por exemplo, no argumento «o cego ver», porque, sem antítese, não há refutação. Por outro lado, todas as vezes que há multiplicidade de significados

em todas as questões, não é necessário negar primeiro a premissa de duplo sentido, por ela não ser o fim do argumento, mas apenas um meio destinado a construí-lo. Logo ao princípio cumpre responder, chamando a atenção para a ambiguidade, já de um termo, já de uma proposição, dizendo que num sentido é assim, mas que noutro sentido não é assim, como, por exemplo, que dizer coisas silenciosas é possível em um sentido, mas impossível em outro, e também num sentido o argumento «deve fazer-se o que tem de ser feito», é assim, mas que noutro não é assim, uma vez que «o que deve fazer-se» reveste várias acepções. Se, apesar disso, a ambiguidade nos escapar, a rectificação tem de ser operada no momento da conclusão, mediante um aditamento à questão, em que se diga: «É possível dizer coisas silenciosas? — Não, mas falar acerca de tal coisa silenciosa é possível». E nos casos em que a multiplicidade de sentidos resida nas premissas, procede-se de igual modo: «Não se compreende então o que se conhece? — Sim, mas não quem conhece dessa maneira», pois não vale o mesmo dizer «os que conhecem não podem compreender o que conhecem», e dizer «os

que conhecem deste modo determinado não
podem compreender o que conhecem».
E, de um modo geral, o que responde
deve arguir, mesmo que o opositor extraia
a conclusão de forma absoluta, dizendo
que o que o opositor negou não é o mesmo
que por si mesmo fora enunciado, mas apenas o nome, e que, por conseguinte, não
houve refutação.

20

Vemos também como devem resolver-se refutações atidas à divisão e à composição: se a oração significa algo de diferente quando é dividida e quando é composta, quando o sofista tirar a sua conclusão, cumpre-nos assumir a expressão em sentido contrário ao dele. Todos os juízos, como os seguintes, se atêm à composição e à divisão: «isto porque viste este homem agredido, é por isto que ele foi agredido?» e, «isto porque ele foi agredido, é por isso que tu viste?» Este paralogismo contém ele algo de anfibólico nas suas interrogações, mas na verdade atém-se à
177 b composição. Com efeito, o significado que depende da divisão das palavras não constitui deveras um significado duplo, porque

a expressão, quando dividida, não é a mesma, a menos que se admita que o termo pronunciado, em virtude do seu acento, como ὄρος e ὅρος[45], é um termo de duplo significado. Na sua forma gráfica, com efeito, o nome é o mesmo quando se escreve com as mesmas letras e da mesma maneira, e mesmo aí, hoje em dia, colocamos um sinal para marcar a pronúncia, mas as palavras tal como são pronunciadas não são as mesmas. Daí resulta que uma expressão que depende da divisão não é uma expressão de duplo sentido. É também óbvio que nem todas as refutações dependem da ambiguidade, como alguns pretendem.

O que responde deve dividir a expressão, por não haver identidade entre o argumento «vi um homem agredido, com os meus olhos», e o argumento «vi um homem, agredido com os meus olhos». Há também o argumento de Eutídemo, que conclui: «Tu sabes, agora na Sicília, que há trirremes no Pireu». Outro exemplo: «um homem bom que é sapateiro pode ser mau? — Não. — Mas um homem bom pode ser um mau sapateiro, logo um bom sapateiro será mau». Mais um exemplo: «As coisas cujo conhecimento é bom são

coisas boas de conhecer? — Sim. — Mas o conhecimento do mal é bom, logo o mal é uma coisa boa de conhecer. — Sim. — Mas o mal é ao mesmo tempo um mal e uma coisa a conhecer, de modo que o mal é coisa má a conhecer, ainda que o conhecimento das coisas más seja bom». Ou ainda: «É verdade dizer agora que nasceste então agora». Na realidade, a expressão, uma vez divisa, tem outro significado, porque é verdade dizer «agora que tu nasceste», mas não dizer que «tu nasceste agora». Ou ainda: «Não poderemos dizer que fazes como és capaz de fazer, e que fazes as coisas que és capaz de fazer? — Sim. — Mas quando não tocas cítara, tens a potência de tocar a cítara, logo tu podes tocar a cítara, não tocando a cítara». Na verdade, não temos a capacidade de tocar a cítara quando não se toca a cítara, mas apenas temos capacidade de a tocar quando não a tocamos.

Há quem resolva este elenco ainda de outro modo. Se tiver sido acordado que se faz o que se pode fazer, não se segue daí, todavia, dizem, que não tocando a cítara, se toque a cítara, porque não foi acordado que se faz tudo de todas as maneiras que se pode fazer, e não é o mesmo

o fazer da maneira que se pode e de fazer de todas as maneiras que se pode. É no entanto evidente que esta solução não é correcta, porque, dos argumentos que dependem do mesmo lugar, a solução é a mesma, enquanto esta não seja aplicável a todos os casos do género, nem a todos os modos de propor as interrogações; ela vale contra o interrogante, mas não contra o seu argumento.

21

Não há paralogismos originados pela acentuação, sejam escritos, sejam orais, salvo talvez em um limitado número e do género deste: «Em onde (οὗ) tu te alojas é uma casa? — Sim. — Porém, tu não te alojas (οὐ) é a negação de tu te alojas? — Sim. — Mas tu disseste que em onde (οὗ) tu te alojas é uma casa. Logo a casa é uma negação». O modo de resolver esta dificuldade é bem clara, porque a palavra não tem o mesmo significado quando pronunciada com acento agudo, e quando pronunciada com acento grave[46].

178 a

22

Resulta também claro o modo como se podem resolver os paralogismos que giram em torno da ideia de que as coisas não idênticas se exprimem de idêntico modo, dado que estamos na posse das diversas espécies de categorias. Suponhamos que um dos interlocutores, sendo interrogado, concedeu que uma palavra, exprimindo uma substância, não se atribui a outra coisa, enquanto o outro interlocutor mostrou que o que é uma quantidade ou uma relação é predicado de uma outra coisa, ainda que pareça exprimir uma substância, em virtude da sua expressão. É quanto se verifica, por exemplo, no argumento seguinte: «É possível fazer e ter feito a mesma coisa ao mesmo tempo? — Não. — Contudo é seguramente possível ver e ter visto a mesma coisa ao mesmo tempo e nas mesmas relações». Outro exemplo: «Há uma paixão que seja acção? — Não. — Mas nesse caso, ser cortado, ser queimado, ou ser afectado por um objecto sensível, são expressões semelhantes, e significam todas alguma paixão, e, por outro lado, dizer, correr, ver, são de expressão semelhante; ora, ver é decerto uma forma de ser afec-

tado por um objecto sensível, de modo que, então, ver é ao mesmo tempo paixão e acção». Supondo todavia que, neste caso, depois de haver concedido que não é possível fazer e ter feito a mesma coisa ao mesmo tempo, dizemos ser possível ver e ter vista, ainda então não se sofreu já refutação, se acaso dissermos que ver não é acção mas paixão, porque também esta questão carece de ser acrescida, ainda que o auditor suponha que ela já fora acordada, quando se acordou que «cortar» é «fazer» e «ter cortado» «ter feito», e assim em todas as outras coisas exprimíveis de modo análogo. O auditor acrescenta por si mesmo o resto, pensando que o significado é o mesmo, embora o significado não seja o mesmo, ainda que o pareça, por causa da semelhança da oração. O mesmo que se dá aqui, dá-se com os homónimos: o ignorante da arte de argumentar pensa que o sofista negou o que havia afirmado e não apenas o nome, por isso que ainda se torna necessária uma nova questão, destinada a saber se pronunciámos o homónimo tendo em vista somente um único dos seus significados, pois só tendo havido acordo neste aspecto haverá lugar a refutação.

Vejamos ainda alguns argumentos, pares dos anteriores. Pergunta-se «se alguém perdeu o que tinha e já não tem, por isso, quem perdeu um dado não terá mais dez dados?» Não é bem assim, o que se perdeu é o que já não se tem e se tinha antes, mas não é absolutamente necessário que se tenham perdido tantas coisas, ou em número tão grande, que tudo deixou de ter. Deste modo, a questão aplica-se ao que tem, e a conclusão à quantidade do que tem, uma vez que dez é uma quantidade. Se logo no princípio tivesse sido perguntado se alguém, não tendo já o número de coisas que antes tinha, perdeu o total, ninguém teria dado o seu acordo, antes teria dado o seu acordo, ou ao total, ou apenas a uma unidade. Também há o argumento de que um homem pode dar o que não tem, pois o que não tem é apenas um dado. Ora, o que ele deu não é o que não tinha, mas que o deu segundo o modo em que o não tinha, quer dizer, um único dado. O advérbio não significa uma substância individual, nem esta qualidade, nem aquela quantidade, mas a relação em que uma

178 b coisa se acha com outras, a saber, que ela não se acha junta a outra. É como se, tendo perguntado exactamente — «alguém

pode dar o que não tem?», e à resposta, sendo negativa, se perguntasse se alguém pode dar algo rapidamente quando não o havia conseguido rapidamente, e, a resposta, sendo afirmativa, se concluísse então que alguém pode dar o que não tem. É óbvio que não concluímos, porque dar rapidamente não é dar algo, mas dar de certo modo, sendo claro que se pode dar algo de um modo pelo qual não se obteve, por exemplo: podemos ter obtido algo com prazer e dá-lo com pena.

Semelhantes são ainda os argumentos seguintes: «pode bater-se com uma mão que não se tem, ou pode ver-se com um olho que não se tem», uma vez que não temos, nem apenas uma mão, nem apenas um olho? Alguns resolvem estes paralogismos dizendo: quem tem mais de um olho, ou outra coisa qualquer, tem também apenas um. Outros resolvem estes paralogismos como resolvem a refutação do argumento segundo o qual, o que se tem, se recebeu. Porque um dos dois opositores dava apenas um único seixo, e o outro opositor só tem decerto o seu seixo. Outros, por fim, procedem por destruição imediata da questão, sustentando ser possível ter o que não se recebeu, por exemplo, tendo

recebido vinho doce, pode-se ter vinho amargo, caso o doce tenha azedado enquanto se recebia. Todavia, como já afirmámos acima, todas estas soluções se dirigem ao homem e não ao seu argumento. Se tal fosse uma solução verdadeira, seria impossível consumar uma solução por concessão ao oposto, como se verifica nos demais casos. Suponhamos que a verdadeira solução fosse: «esta expressão é verdadeira num sentido e não verdadeira noutro sentido», então, se o que responde concede a expressão de um modo absoluto, a conclusão do sofista admite-se. Se, pelo contrário, a conclusão não for admissível, não haverá verdadeira solução, e o que afirmamos dos precedentes exemplos é que, mesmo quando todas as premissas dos Sofistas fossem aceites, todavia nunca se realizaria qualquer demonstração.

Quanto ao mais, os exemplos seguintes pertencem ao mesmo grupo de argumentos: «Se algo está escrito, alguém o escreveu? — Sim. — Está escrito que estás sentado, juízo falso, mas que era verdadeiro no momento em que foi escrito; logo, o juízo escrito é simultaneamente falso e verdadeiro». Aqui está um sofisma, porque a verdade ou a falsidade de um juízo

ou de uma asserção indica, não uma substância, mas uma qualidade, o mesmo sendo afirmável do caso da opinião. Outro exemplo: «O que aprende o que estuda é o que aprende? — Sim. — Admitamos que aprende o lento rapidamente». De facto, a expressão utilizada pelo sofista indica, não o que o que estuda aprende, mas o modo como aprende. Outro exemplo: «Pisamos com os pés o que percorremos ao andar? — Sim. — Mas andamos todo o dia». Na verdade, o que aí se indica é, não isso sobre que se anda, mas o tempo durante o qual se anda, assim como dizer «beber um copo» indica, não o que se bebe, mas isso de que nos servimos para beber. Mais um exemplo: «Não é por aprendizagem, ou por descobrimento, que conhecemos o que conhecemos? — Sim. — Mas suponhamos que de duas coisas se descobriu uma e se aprendeu outra: não se descobriram nem se aprenderam as duas». Ora, o que se conhece significa, na conclusão, a totalidade, e, na proposição, cada uma das coisas separadamente considerada. Há também o argumento de que existe um terceiro homem entre o homem em si mesmo e os homens particulares. O que é um sofisma, porque homem, e todo o pre-

dicado comum sem excepção, não significa uma substância individual, mas uma qualidade, ou uma quantidade, ou uma relação, ou qualquer outra categoria desta espécie. O mesmo se verifica no caso de «Corisco» 179 a e de «músico Corisco», em que se põe a questão: são idênticos ou diferentes? Porque «Corisco» exprime uma substância individual, e «músico Corisco» uma qualidade, de modo que não a podemos considerar em separado. Portanto, não é o facto de se considerar a noção universal em separado que constitui a expressão terceiro homem, mas o facto de o reconhecer como uma substância individual. O termo homem em si não pode ser uma substância individual, como é precisamente Cálias. E de nada serviria pretender que o elemento considerado àparte é, não uma substância individual, mas uma qualidade, porque, seja como for, haverá sempre algo de uno, apesar da multiplicidade, como ocorre em homem. É evidente que não se deve conceder que o predicado comum a todos os particulares é uma substância particular, antes devemos dizer que ele refere, já uma qualidade, já uma quantidade, já qualquer outra categoria da mesma espépécie.

23

A regra geral para tratar os argumentos que relevam da dicção é a de que a solução tem de ser efectuada sempre pelo oposto daquilo em torno do qual gira o argumento. Por exemplo, se o argumento depende da composição, a solução consiste na divisão, e se releva da divisão, a solução está na composição. Se o argumento depende do acento agudo, a solução reside na acentuação grave, e se depende do acento grave, de uma acentuação aguda. Se o argumento se atém à homonímia, é resolúvel por recurso à antinomia, por exemplo, se concluirmos que algo é inanimado, cumpre contradizer a negação precedente que a coisa era tal ou tal, demonstrando em que sentido ela é animada; se, pelo contrário, declarámos que a coisa é inanimada, e se o sofista concluiu ser animada, é preciso demonstrar como ela era inanimada. O mesmo no caso da ambiguidade. E se o argumento provar da semelhança de expressões, a solução estará na antinomia, por exemplo: «pode dar-se o que não se tem? Não, não se pode dar o que não se tem, mas podemos dar de modo distinto ao como se tem, por exem-

plo, cada dado por si mesmo». Outro exemplo: «Não é verdade que o que se conhece, se conhece, ou porque se aprendeu, ou porque se descobriu? Sim, mas não o que se conhece assumido colectivamente». E se alguém «pisa isso em que anda, não é o tempo durante o qual anda». E assim sucessivamente.

24

Quanto aos argumentos que dependem do acidente, a mesma e única solução é aplicável a todos. Como não sabemos bem quando se deve afirmar acerca do sujeito o que se afirma do seu acidente, e como em certos casos esta predicamentação é geralmente consentida, enquanto noutros casos se nega a sua necessidade, nestas condições cumpre, uma vez a conclusão extraída, dar-se a mesma resposta para todos os casos, e dizer que não há necessidade de que um determinado predicado tenha de aplicar-se ao mesmo tempo ao sujeito e ao seu acidente, embora importe estar preparado para demonstrar a que espécie pertence este predicado. Todos os argumentos análogos aos que a seguir damos relevam do acidente. «Sabes o que

vou perguntar-te? Conheces quem se aproxima de nós, ou quem leva a cara tapada? A estátua é obra tua? Ou: O cão é teu pai? O produto da multiplicação de um número pequeno por um número pequeno é um número pequeno?» É óbvio que em todos estes casos não é necessário que o predicado, sendo verdadeiro do acidente, o seja também do sujeito. É somente aos indiferenciados por essência, e que são uma só e mesma coisa, que pertencem, ao que parece, todos os mesmos predicados, enquanto que, no caso de uma coisa boa, não é o mesmo o ser bom e dever ser interrogado; nem, no caso do homem que se aproxima ou que tem a cara tapada, não é o mesmo aproximar-se e ser Corisco, de modo que se conhecesse Corisco e não se conhecesse quem se aproxima, não se pode dizer que conheço e não conheço o mesmo homem ao mesmo tempo. Também não se pode dizer se esta coisa é minha e se ela é também uma obra, e que é a minha obra, antes pode ser, ou propriedade minha, ou coisa minha, ou alguma outra coisa. A solução para outros casos é a mesma.

Alguns resolvem estes elencos por destruição da questão proposta, pois afirmam ser possível conhecer e não conhecer o

mesmo, mas não sob o mesmo aspecto, por conseguinte, quando não conhecem o homem que se aproxima mas conhecem Corisco, pretendem conhecer e não conhecer o mesmo objecto, ainda que não sob o mesmo aspecto. Portanto, antes de mais, e como já explicámos, cumpre que a rectificação dos argumentos que dependem da mesma causa seja a mesma. Ora esta rectificação não se dará, se não adoptarmos a mesma premissa quanto a conhecer alguma coisa mas quanto a ser ou estar em certo estado, se supusermos, por exemplo, que tal ser é um pai, e que ele é o teu. Se, em certos casos, isto é verdadeiro, melhor, se é possível conhecer e não conhecer a mesma coisa, logo, no caso presente, a solução indicada carece de aplicação.

Nada impede que o mesmo argumento esteja possesso simultaneamente de vários vícios, mas a exposição destes vícios não constitui uma solução, podendo acontecer que demonstremos ter sido extraída uma falsa conclusão, sem mostrar a sua origem, como sucede no argumento de Zenão, provando que não pode haver movimento, de modo que, mesmo se nos esforçarmos por mostrar que esta doutrina é uma impossibilidade, estamos equivocados, e mesmo

que tenhamos fornecido dez mil provas, isso ainda não será a solução do argumento de Zenão; porque a solução consistia em demonstrar que o raciocínio é falso, demonstrando de onde deriva a sua falsidade. Portanto, se a outra parte nada prova, ou se procura definir, seja uma proposição verdadeira, seja uma falsa, é a exposição deste ponto que constitui a verdadeira solução. Nada impede, sem dúvida, que a solução proposta não possa aplicar-se a alguns paralogismos, mas, pelo menos nos casos que ora nos ocupam, ela não parece ser aceite, porque conhecemos ao mesmo tempo que Corisco é Corisco e que o que se aproxima se aproxima. Podemos, ao que parece, saber e não saber a mesma coisa, quando, por exemplo, sabemos que determinado homem é branco, mas não sabemos que ele é músico, porque, neste caso, sabemos e não sabemos a mesma coisa, ainda que sob aspectos diferentes. Enquanto que, quanto ao homem que se aproxima, e quanto a Corisco, sabemos ao mesmo tempo que o homem se aproxima, e que é Corisco.

Um erro semelhante ao cometido pelos que cometem os acabados de mencionar, deve ser imputado aos que resolvem o so-

fisma «todo o número é pequeno», pois, »se nenhuma conclusão foi inferida, passam por cima da dificuldade e dizem que a conclusão foi provada e é verdadeira, apoiando-se em que todo o número é ambas as coisas, grande e pequeno, e cometem um erro.

Alguns solvem também os raciocínios acima, dizendo que eles são ambíguos, por exemplo: «que tal ser é teu pai, ou teu filho, ou teu escravo». Não obstante, é evi-

180 a dente que, se a aparência de uma prova depende da pluralidade de acepções, o termo, ou a expressão em causa, deve ser assumido em vários sentidos próprios, embora na realidade ninguém fale de A como sendo filho de B em sentido próprio, caso B seja o dono do filho, mas a combinação deriva do acidente. «A é teu? — Sim. — A é um rapaz? — Sim. — Logo o rapaz A é teu, porque acidentalmente é ao mesmo tempo teu e rapaz, mas não é teu filho».

Também há o argumento de que algum mal é bom, porque a prudência é o conhecimento dos males. Mas a expressão «que isto é de entre tais ou quais coisas» não se toma em várias acepções, antes significa apenas que isto é a propriedade dessas coisas. Se, todavia, pretendermos que

esta expressão se reveste de vários significados, — pois também dizemos que o homem é dos animais, ainda que isso não seja a sua propriedade, e também que um termo relativo aos males pela partícula de, é por isso mesmo dos males, ainda que não seja um dos males — cumpre dizer que as diferentes significações aparentes derivam de o termo ser utilizado, ou de um certo modo, ou em acepção universal. Por isso que é, sem dúvida, possível achar uma anfibolia na expressão «qualquer mal é bom», dir-se-á, mas, em todo o caso, isso não se verifica no exemplo citado. A anfibolia é mais certa se dissermos um «escravo é bom de o mau», ainda que isto não seja completamente exacto mesmo neste caso, porque algo pode ser bom e de tal ser, sem ser ao mesmo tempo bom de tal ser. E dizer que «o homem é dos animais» também não é uma expressão de múltiplo significado, porque uma asserção não se reveste de várias acepções pelo simples facto de ser expressa em forma elíptica; é assim que exprimimos «dai-me a *Ilíada*», citando a metade de um dos seus versos, e dizendo por exemplo «dá-me: "Canta, Deusa, a ira..."»[47].

25

Quanto aos elencos que derivam de uma expressão própria dos particulares ou de um certo ponto de vista, ou em um certo tempo, ou de um certo modo, ou em uma dada relação, e nunca universalmente, cumpre resolvê-los considerando a conclusão comparada com a sua contradição, para se ver se a conclusão é afectável por alguma destas determinações. Se for impossível que os contrários, os opostos, a afirmação e a negação, pertençam absolutamente ao mesmo sujeito, nada obsta, todavia, a que um e outro destes opostos pertença simultaneamente ao mesmo sujeito de um certo ponto de vista, ou segundo uma certa relação, ou de um certo modo, ou que um não lhe pertença de um certo ponto de vista, enquanto outro lhe pertence em absoluto. Resulta, por isso que, se um pertence ao sujeito de modo absoluto, e outro de modo relativo, ainda não há refutação. E é isto que importa verificar na conclusão comparada com a sua contradição.

Os argumentos desta espécie têm todos estes caracteres: «É possível que o não-ser seja? — Não. — Mas ele é decerto algo,

ainda que seja não-ser». De maneira semelhante o ser não será, por não ser necessariamente alguma coisa das que são. — «É possível que o mesmo homem, ao mesmo tempo, guarde e perjure o seu juramento? — O mesmo homem pode, ao mesmo tempo, obedecer e desobedecer à mesma pessoa?» Na verdade, cumpre dizer que ser algo e ser significam ideias diferentes. Por outro lado, o não-ser, mesmo sendo, não é todavia em acepção absoluta.

Ainda mais, podemos afirmar que se um homem guarda o juramento em tal caso particular, ou segundo tal ponto de vista, não o guarda necessariamente de modo absoluto, porque o que jurou perjurar guarda, perjurando, o juramento apenas quanto a este aspecto, mas não o guarda absolutamente; assim, o que desobedece não obedece, mas obedece a uma determinada ordem. O raciocínio é aliás semelhante na questão de saber se o mesmo homem pode, ao mesmo tempo, dizer o que é falso e o que é verdadeiro; só que o sofisma apresenta dificuldades aparentes, porque não é fácil ver se a qualificação se aplica absolutamente ao verdadeiro e ao falso. Nada impede, contudo, que o discurso não seja falso em universal acepção

180 b

e verdadeiro de algum ponto de vista particular, melhor, verdadeiro em uns casos, não verdadeiro em acepção universal.

De modo análogo quanto às limitações resultantes da relação, do lugar e do tempo. Com efeito, todos os paralogismos do género seguinte dependem desses factores. — «A saúde, ou riqueza, é um bem? — Sim. — Mas para o insensato, para o que não sabe usar dela como convém, não é um bem; logo, ela é simultaneamente um bem e um mal». E: — «A saúde ou o poder político é um bem? — Sim. — Mas há circunstâncias em que ela não é um bem, logo a mesma coisa é ao mesmo tempo, e para o mesmo homem, um bem e não um bem». De facto, nada impede que algo, sendo universalmente um bem, não seja um bem para alguém, ou que uma coisa, sendo um bem para alguém, não seja um não-bem em tal momento ou em tal lugar. — «É um mal o que o homem prudente não quisesse? — Sim. — Mas ele não quer perder o bem, logo o bem é um mal». Eis aqui um sofisma, pois não é o mesmo dizer que «o bem é um mal» e «perder o bem é um mal». A mesma solução é válida para o argumento do ladrão, porque, se ladrão é mal, adquirir coisas não é também um

mal; logo, o que o ladrão quer não é o mal, mas o bem, pois adquirir o bem é um bem. Mais: «a doença é um mal, mas conseguir curar-se da enfermidade não é um mal». — «O justo é preferível ao injusto, e o que se obtém por meios justos preferível ao que se obtém por meios injustos? — Sim. — Mas morrer injustamente é preferível». E: — «É justo a cada um possuir o que lhe pertence? — Sim. — Mas todas as decisões que um juiz aplica segundo a sua opinião pessoal, mesmo sendo uma falsa opinião, são válidas em virtude da lei, por conseguinte, a mesma coisa é simultamente justa e não-justa». E ainda: — «É preciso decidir a favor do que profere coisas justas ou do que profere coisas injustas? — A favor do que diz coisas justas. — Mas é justo que o que sofreu a injustiça diga de forma completa o que sofreu; ora, o que ele sofreu foram coisas injustas». Isto são outros sofismas, porque, de ser preferível sofrer injustamente, não se segue que o que se obtém por meios injustos seja preferível ao que se obtém por meios justos; mas, em acepção universal, o que se obtém por meios justos é preferível, ainda que, em casos particulares, nada impeça que o que se obtém por meios

injustos não seja preferível ao que se obtém por meios justos. De resto, é justo que um homem possua o que lhe pertence, e não é justo que possua o bem alheio; por isso, nada obsta a que o juízo em causa não seja justo, por exemplo, se estiver em conformidade com a opinião do juiz, porque do que é justo em tal caso, ou de tal modo, não se segue que seja universalmente justo. E o mesmo se diz das coisas que, sendo injustas, nada obsta a que não seja justo dizê-las, porque do ser justo dizê-las não se segue que sejam necessariamente justas, assim como não são úteis, só porque é útil dizê-las. E o mesmo se diz das coisas justas. Por conseguinte, de as coisas serem ditas injustas não se segue que o que diz as coisas injustas deva vencer, porque ele diz coisas justas de dizer, ainda que, absolutamente falando, elas sejam injustas.

26

181 a Quanto às refutações que relevam da ignorância do elenco, conforme à descrição que atrás fizemos, cumpre responder comparando a conclusão com a sua antítese, e ver se o predicado será o mesmo, assumido do mesmo ponto de vista, segundo

a mesma relação, do mesmo modo e no mesmo tempo. Se esta questão adicional for proposta logo no início, não se admitirá a impossibilidade de a mesma coisa ser ao mesmo tempo «duplo» e «não-duplo», mas admitir-se-á que é possível, ainda que não, todavia, na acepção em que, se a aceitássemos, nos refutaríamos a nós mesmos. Todos os argumentos a seguir derivam de uma causa deste tipo: — «Sabendo que A é A, sabemos o que se chama A? — «De modo semelhante: «Ignorando que A é A, ignoramos o que se chama A? — Sim. — Mas sabendo que Corisco é Corisco, podemos ignorar que ele é músico, de tal modo que ao mesmo tempo sabemos e ignoramos a mesma coisa». Mais: — «Uma coisa de quatro côvados é maior do que outra de três côvados? — Sim. — Mas uma coisa pode aumentar de três a quatro côvados de comprimento. Ora, o que é maior é maior que o mais pequeno, por conseguinte, a coisa em questão será ao mesmo tempo maior e menor do que ela mesma, sob este aspecto».

27

Quanto às refutações que se apresentam postulando a petição de princípio, se o que responde disso se aperceber, não deve conceder ao que lhe é perguntado, mesmo quando for provável, mas deve dizer a verdade. Mas, se a petição de princípio escapar à nossa atenção, nesse caso, por causa do vício dos argumentos deste género, cumpre rejeitar a falta sobre o que interroga, e dizer que ele não argumentou, porque uma verdadeira refutação deve efectuar-se independentemente da questão posta no princípio. É preciso acrescentar que se consentiu na proposição em causa, admitindo que o adversário não se serviria dela assim, como se premissa fosse, mas como tese contra a qual devia discursar, o que é seguramente contrário ao que ocorre nas refutações aparentes.

28

As refutações que concluem pelo consequente devem ostentar o vício no próprio argumento. A consecução dos argumentos faz-se de duas maneiras: ou o universal é o consequente do particular, por

exemplo, animal é o consequente de homem, ou bem o particular é consequente do universal; pois se pretende que se A acompanha B, B acompanha sempre A. Ou então, o argumento procede por via das antíteses, porque, se A é o consequente de B, pretende-se que o oposto de A será o consequente do oposto de B. Daqui provém, aliás, o argumento de Melisso[45], pois ele pretende que, se o que tem princípio teve um começo, o não gerado não tem, de modo que se o céu é o não-gerado é também eterno. Ora isto não vale. A consecução só vale quando feita na inversa.

29

Para as refutações cuja argumentação depende de alguma adição, estranha à discussão, cumpre examinar se esta adição, uma vez retirada, a impossibilidade da conclusão é menor do que antes. E se assim for, o que responde deve mostrá-lo com clareza, e dizer que consentiu na adição em questão, não por a julgar verdadeira, mas por necessidade da disputa, embora o que pergunta dela não se haja servido no seu argumento.

30

Quanto às refutações que reunam várias questões em uma só questão, a distinção tem de ser feita imediatamente, e logo no princípio. Importa saber que uma questão é una quando lhe corresponde uma resposta una, de modo que não se deve, nem afirmar, nem negar, nem vários predicados de uma só, nem um só de várias, mas um por cada uma. Mesmo como 181 b nos homónimos, onde um predicado tanto convém aos dois significados do termo, como não convém a nenhum deles, de forma que, ainda que a resposta não seja simples, uma resposta simples não acarreta inconvenientes, assim se verifica no caso das questões duplas. Quando, portanto, vários predicados pertencem a um só sujeito, ou um só predicado a vários sujeitos, quem dá uma resposta simples não arrisca qualquer refutação, mesmo que cometa esta falta; pelo contrário, quando um predicado convém a um sujeito, e não convém a outro, ou ainda quando somos interrogados no sentido de saber se vários predicados pertencem a vários sujeitos, e que em um sentido os dois convém aos dois, mas que, noutro sentido, na inversa, não lhes

convém, é então que importa ser prudente. Assim se passa nos argumentos seguintes: «Se A é bom, e B mau», seremos levados a concluir ser verdadeiro dizer que estas coisas são boas e que é verdadeiro dizer que são más, e, na inversa, a dizer que não são nem boas nem más, porque nenhuma delas possui nenhum destes caracteres, de modo que a mesma coisa será simultaneamente boa e má, e nem boa nem má. A seguir, como cada coisa é idêntica em si mesma e diferente de tudo o mais, uma vez que — dando uma resposta simples a uma questão dúplice — somos levados a dizer que várias coisas são as mesmas, não que outras coisas mas aquelas mesmas, e que também elas são diferentes de si mesmas, as mesmas coisas serão ao mesmo tempo as mesmas que elas mesmas e diferentes delas mesmas. Enfim, se o que é bom vem a ser mau, e o que é mau, bom, então, as duas coisas devem, as duas, ser duas. Assim, de duas coisas não iguais, sendo cada uma igual a si mesma, resultará o elas serem ao mesmo tempo iguais e não-iguais a si mesmas.

Estas refutações entram também dentro de outras soluções. Na verdade, os termos *ambos* e *todos* têm vários significa-

dos, de modo que a conclusão afirmativa ou negativa não se refere ao mesmo sujeito, a não ser verbalmente, e não é isto o que nós entendemos por refutação. Mas é óbvio que, se várias interrogações não forem assumidas por uma só, e o que responde afirmar ou negar um único predicado de um só sujeito, nada de absurdo se poderá extrair daí, por absurdo, contra o respondente.

31

Quanto aos argumentos que tendem a levar à repetição dos dizeres, é evidente que não se deve admitir que as noções relativas apresentam um sentido, tomadas separadamente e em si mesmas, fora dos seus correlativos, por exemplo, é preciso dizer que a noção de «duplo» nada significa independentemente da expressão completa «duplo da metade»», pois só na aparência um se acha no outro. «Dez» torna-se evidente na expressão «dez menos um», e «fazer» na expressão «não fazer», e de um modo geral a afirmação na negação; portanto, se dizemos que tal não é branco, não dizemos que ele é branco. A simples palavra «duplo», dir-se-á, nada significa de

coisa alguma, tal como o artigo *a* na expressão «a metade»; e caso signifique algo, não é esse mesmo significado que terá na expressão composta. O termo conhecimento também não é a mesma coisa em uma das suas espécies (por exemplo, se se trata do conhecimento médico) ou em sentido geral, porque nesta última acepção se pretende dizer conhecimento do cognoscível.

No caso de predicados definidos pelos sujeitos, cumpre dizer também que não têm o mesmo significado quando considerados isoladamente, e quando considerados junto à noção que contém. «Côncavo», por exemplo, tem um significado geral que é o mesmo para «nariz chato» e «perna torta», mas quando vem junto a outros substantivos, nada impede que obtenha variados significados; com efeito, ele tem um significado se aplicado a nariz, e outro se aplicado a perna, porque, na primeira combinação, significa chato, e na segunda, torto; dizendo de outro modo, não há nenhuma diferença entre dizer «nariz chato» e «nariz côncavo». Acrescento que não se deve aplicar a expressão ao caso nominativo, porque isso é um erro. Com efeito, «chato» não é «nariz côncavo», mas algo

182 a

de, por exemplo, uma qualificação, do nariz; de modo que não há nenhum absurdo em supor que o nariz chato é um nariz com a concavidade do nariz [49].

32

Quanto aos solecismos, já atrás [50] explicámos de que parecem resultar e, quanto ao modo de os resolver, este tornar-se-á claro no decurso dos próprios argumentos. O solecismo é o resultado pretendido por todos os argumentos da seguinte espécie [51].

«O que (ὅ, *quod*) tu dizes com verdade, é verdadeiramente *isto* (τοῦτο, *hoc*?) — Sim. — Mas tu dizes que algo (τι, *aliquid*) é um calhau (λίθον, *lapidem*), logo algo (τι) é λίθον. De facto, dizer λίθον (*lapidem*) não é dizer ὅ (*quod*), mas ὅν (*quem*), nem dizer τοῦτο (*hoc*) mas τοῦτον (*hunc*). Se, portanto, se perguntasse: — Isto que está aqui (ὅν, *quem*) tu dizes com verdade é isso (τοῦτον, *hunc*)? pareceria não se falar grego, tal como se perguntasse: É ele de quem (ἥν, *quam*) tu dizes ser isto (οὗτος, *hic*)? Mas chamar deste modo um pedaço de madeira, ou qualquer outro termo que nem é masculino nem feminino, não importa. Por este motivo ainda, nenhum solecismo se produz

se perguntarmos: — É isto (ὅ, *quod*) o que tu dizes que é isso (τοῦτο, *hoc*)? Sim — Mas tu dizes ser um bocado de madeira (ξύλον, *lignum*), logo é um bocado de madeira (ξύλον, *lignum*). Todavia, *calhau* e este (οὗτος) são masculinos. Suponhamos agora que se pergunta: Pode *este* (οὗτος) ser um ela (αὕτη)? e mais: Como, este (οὗτος) não é Corisco? e que se acrescenta: logo este (οὗτος) é aquela (αὕτη), não se teria provado um solecismo, mesmo que o termo Corisco signifique um esta, ainda que o respondente recuse conceder nisto, mas este aspecto deve ser objecto de uma questão adicional. Se este ponto não for, nem verdadeiro, nem concedido, então o sofista não fez qualquer demonstração, nem de facto, nem contra o interrogado. Do mesmo modo, aliás, cumpre, no nosso exemplo, que seja conhecido que este (οὗτος) signifique pedra (λίθον). Se isto não for verdadeiro, nem consentido, a conclusão não se põe, mas a aparência de solecismo resulta, aqui, do caso do nome que, na verdade, é dissemelhante, mas aparece semelhante ao nominativo. Outro exemplo: É verdade dizer que isto (αὕτη, *haec*) é justamente o que tu dizes (αὐτήν, *hanc*)? — Sim. — Mas tu dizes que ela é uma áspida (ἀσπίδα, *escudo*, logo ela

é áspida (ἀσπίδα *escudo*, acusativo). Não, não necessariamente, porque o significado do termo αὕτη não é ἀσπίδα mas ἀσπίς. Áspida seria o significado de ταύτην (*hanc*). Também não se pode dizer: O que tu dizes ser τοῦτον (*hunc*) é οὗτος; ora, dizes que ele é Cléona (Κλέωνα), logo, οὗτος é Cléona. De facto, οὗτος não é Cléona (Κλέωνα), porque o que se diz é de facto o seguinte: O que digo ser τοῦτον é οὗτος, e não τοῦτον, porque a questão, proposta deste último modo, não seria grega[52]. Outro exemplo: conheces isto? — Sim. — Mas isto é λίθος, logo tu conheces λίθος Não. O termo isto não significa o mesmo que em conheces isto, e em isto é um calhau: no primeiro caso, significa τοῦτον e, no último, οὗτος. Isso de que (οὗ, *cujus*) tu tens conhecimento tu conhece-lo (τοῦτο, *hoc*)? — Sim. — Mas tu tens o conhecimento λίθον, logo tu conheces λίθου[53]. Na verdade, uma das expressões é οὗ λίθου, a outra, τοῦτο λίθον, e o que tinha sido acordado era: tu conheces isto (τοῦτο), e não de isto (τούτου) de que tens conhecimento, de modo que tu conhe-
182b ces não λίθου, mas λίθον. Eis porque estes argumentos não provam solecismo, antes parecem provocá-lo, e eis como parecem, e como cumpre responder-lhes, é quanto resulta evidente do exposto.

33

Deve ser anotado que, acerca de todos estes mencionados argumentos, é mais fácil nuns e mais difícil em outros, ver qual a causa e porque enganam eles o auditor, ainda que amiúde os últimos sejam idênticos aos primeiros. Um mesmo argumento pode parecer, a uns, viciado por causa da dicção, a outros, por causa do acidente, e a outros, ainda, por qualquer outro motivo, porque cada um deles, ao haver troca de termos, não fica tão claro como era. Exactamente como nos paralogismos que dependem da homonímia, e que constituem, ao que parece, a forma mais simplista de paralogismos, uns são claros mesmo para o mais inexperiente (porque os argumentos ridículos dependem quase todos da dicção, por exemplo: «um homem levava sobre a escada um carro», ou «Onde vais? — Na verga (do navio)» e: «qual das duas vacas parirá à frente? — Nenhuma, mas ambas parirão atrás», e: «Bóreas é puro? — Decerto que não, pois assassinou o mendigo e o mercador», e: «Ele é Evarco? Não, é Apolónido». E assim sucessivamente para todos os outros casos), enquanto outros parecem escapar aos mais ex-

perientes (e bem o demonstra o frequente desacordo acerca das palavras; acerca de saber, por exemplo, se o significado de ente e de uno é sempre o mesmo, ou se é diferente, porque, para alguns filósofos, o ente e o uno têm o mesmo significado, enquanto outros resolvem o argumento de Zenão e de Parménides, dizendo que o uno e o ente se assumem em várias acepções), e assim ocorre com os paralogismos decorrentes do acidente e de cada um dos outros tipos. Destes argumentos, uns serão de percepção mais fácil, enquanto outros serão mais difíceis; e conhecer a que género pertence um paralogismo, e se há ou não há refutação, é uma tarefa nem sempre fácil em todos os casos.

Argumento incisivo é o que produz a maior aporia[54], uma vez ser o mais penetrante. A aporia é de duas espécies: uma ocorre nos argumentos que concluem realmente, para saber qual das questões deve ser destruída, e a outra dos argumentos erísticos, para saber como proceder à defesa do que propusemos no início. É por isso que, nos argumentos de conclusão real, os argumentos mais incisivos obrigam o que responde à disputa. A argu-

mentação silogística mais incisiva é a que, partindo de premissas o mais verosímeis possível, destrói uma conclusão que é o mais possível verosímil. De facto, uma só e mesma argumentação, uma vez transposta a contradição, torna semelhantes todos os silogismos, porque, partindo sempre de proposições prováveis, se atingirá uma conclusão também provável, negativa ou afirmativa conforme o caso, sendo por isso que se está necessariamente em dúvida. Assim, o argumento mais incisivo é um argumento desta espécie, quer dizer, que põe a sua conclusão em pé de igualdade com as proposições solicitadas. Em segundo lugar, situa-se o argumento que parte de premissas todas igualmente prováveis, porque produz um embaraço igual para saber qual das premissas solicitadas cumpre destruir. Aí temos uma dificuldade: cumpre destruir uma premissa, mas não vemos bem qual delas é necessário destruir. Passemos aos argumentos erísticos. O mais incisivo é o que, antes de mais, se caracteriza pela incerteza inicial de saber se foi bem concluído ou não, e, ainda, se a solução depende de uma falsa premissa ou de uma distinção a efectuar. A segunda classe, entre os restantes argu-

183 a

mentos erísticos, é ocupada por isso cuja solução depende obviamente de uma distinção ou de uma destruição, mas que não mostra com evidência qual é a premissa solicitada, cuja destruição ou distinção trará a solução, e chega mesmo a deixar no vago se é da conclusão, ou de uma das questões propostas, que o erro depende.

Às vezes, o argumento que não conclui é inepto, se os dados forem deveras improváveis ou falsos, mas nem por isso, às vezes, merece ser desprezado. Quando é posta de parte uma das questões acerca da qual, ou pela qual, o argumento se efectua, o raciocínio que simultaneamente negligenciou compor e concluir correctamente, é um raciocínio inepto; mas, quando o que ficou de parte foi algo de estranho à própria argumentação, então não é de modo nenhum desprezível, mas o argumento é aceitável, ainda que o interrogante não haja formulado correctamente as questões.

Ainda que se possa dar uma solução dirigida, tanto ao raciocínio, tanto ao que interroga e à sua questão, como enfim a nada disto, ainda assim podemos interrogar e concluir apegando-nos à tese, e ao que responde, ao mesmo tempo, sempre que a solução exigir mais tempo do que o

que podemos dedicar à controvérsia presente.

34

Acerca de quantos modos e de quais os modos os paralogismos se produzem nas controvérsias, como demonstrar que o opositor comete um erro, e como obrigá-lo a proferir paradoxos; mais, de que provém o solecismo, e como deve ser inquirido, e qual a ordem de colocação das questões; a seguir, qual a utilidade de todos os argumentos desta espécie, e, quanto à resposta, o que ela é em geral, e como resolver os argumentos e os solecismos; tudo isto deve estar suficientemente esclarecido nas antecedentes explicações. Nada mais nos resta, depois de memorarmos o nosso propósito inicial, do que dizer algumas palavras, e dar o nosso tratado por concluído.

O nosso propósito foi o de descobrir uma certa faculdade de razoar acerca de todos os sujeitos propostos, partindo de premissas o mais prováveis possível, pois esta é a tarefa da dialéctica em si mesma e da arte da crítica. Mas como também se pede à dialéctica, por causa do seu pa- 183 b

rentesco com a sofística, não apenas a capacidade de avaliar o valor do opositor de forma dialéctica, mas também o conhecimento do tema em discussão, foi por este motivo que nos propusemos, neste tratado, não apenas a tarefa de que falámos, a saber, da capacidade de tirar partido das concessões do opositor, mas ainda, quando, na discussão, somos nós a responder, a capacidade de defesa da nossa tese de igual modo, mediante os argumentos o mais possível verosímeis. Demos a razão para tanto: por isso mesmo Sócrates costumava interrogar, mas nunca respondia, porque confessava ignorância. Explicámos, no decurso de quanto precede, o número de casos e por meio de quantos lugares isto se aplicará, e também onde achar materiais abundantes. Também mostrámos como interrogar, e a ordem a seguir em todas as interrogações, e as respostas e as soluções a utilizar em vista dos razoamentos de quem interroga. Também esclarecemos tudo o que se refere ao método de controvérsia. Juntámos a tudo isto um estudo pormenorizado dos paralogismos, como fizemos notar atrás.

Vê-se, portanto, que levámos a cabo o nosso propósito, mas não devemos omitir

o que caracteriza este estudo. Com efeito, entre todos os descobrimentos, uns, recebidos de mãos estrangeiras e anteriormente elaborados, foram avançando pouco a pouco graças aos cuidados dos que os tomaram a seu cuidado; pelo contrário, os descobrimentos originais realizam no início um progresso muito débil, mas que é muito mais útil do que o progresso ulterior que deles decorre. É uma grande verdade que, como soe dizer-se, o ponto de partida é o principal, e que, por este motivo, é, portanto, o mais difícil. Assim, quanto maiores são as suas possibilidades, mais a sua transposição para o acto é fraca e, por conseguinte, mais difícil de ver; mas, uma vez descoberto, podemos acrescentar e desenvolver o resto com maior facilidade. O mesmo se passou com a retórica, e com quase todas as demais artes. Os que inventaram os princípios só muito fragilmente fizeram progredir essas artes, enquanto os nossos mestres actuais que são, por assim dizer, os herdeiros de uma longa sucessão de autores, só pouco a pouco fizeram as suas artes progredir e desenvolver até ao ponto em que hoje as vemos. Tísias[55], junto dos primeiros inventores, depois Trasímaco[56] a seguir a Tísias, depois Teo-

doro[57], e muitos outros, que deram os seus particulares contributos. Por isso, não é admirável que a arte haja atingido tão considerável amplitude. Não obstante, quanto ao presente tratado, não se pode afirmar que uma parte haja sido já anteriormente elaborada, e que outra parte ainda não o tinha sido. De facto, acerca desta disciplina, nada havia, porque a educação dada pelos mestres que, mediante honorários, ensinam os argumentos erísticos, era par da arte de Górgias[58]. Eles transmitiam, para ensinarem de cor, uns, os discursos retóricos, outros, os discursos de controvérsia, nos quais julgavam estar inclusos os argumentos dos dois interlo- 184 a cutores. Desta forma, o ensino que eles davam aos alunos era rápido, mas grosseiro. Ensinando, não a arte, mas os resultados da arte, julgavam que a educação consistia nisso; como se, pretendendo transmitir o conhecimento de evitar as dores nos pés, ensinassem, não a arte de sapateiro, ou de como arranjar sapatos ajustados ao pé, mas se limitassem a apresentar muita variedade de sapatos de toda a sorte; o que significava dar um socorro prático, mas não ensinar uma arte. Assim também, no caso da retórica, havia nume-

rosos trabalhos e antigos, enquanto sobre o juízo não tínhamos literalmente nada anterior a mencionar, e passámos longos tempos em penosas buscas. Se, pois, vos parecer, mediante exame, que sendo esse o estado das coisas no princípio, a nossa pesquisa tem um lugar honorável em relação às outras artes, de que a tradição garantiu o desenvolvimento, só vos resta, a todos os que seguistes as lições, ser indulgentes para as lacunas do nosso método, e mostrar-vos gratos pelas invenções nele efectuadas.

184 b

FIM DO «ORGANON» DE ARISTÓTELES DE ESTAGIRA

NOTAS

[1] O Σοφιστικῶν Ἐλέγχων entrou na nomenclatura escolástica com variáveis títulos: *Sophisticis Elenchis*, *De Sophisticis Redargutionibus*, e outros, sempre na perspectiva da ideia de refutação dos Sofistas. O tratado parece constituir um apêndice ao livro dos *Tópicos*, embora a teoria refutatória já apareça definida nos *Analíticos Anteriores*, II, 20. Maugrado o esquematismo da obra, ela oferece a divisão dos sofismas e o exame dos paralogismos, com vista à crítica dos métodos do discurso sofista, e ao abuso que os Sofistas fizeram do elenco, isto é, do *silogismo pseudógrafo*.

[2] Διδασκαλικοί, didascálicos ou didácticos.

[3] O texto diz πειραστικοί, que melhor se diria tentativos. De facto, a nomenclatura escolástica traduziu sempre por *arte tentativa*, sendo a palavra *crítica* proveniente das traduções posteriores ao século XVI.

[4] Raro se manteve o helenismo nas traduções, que preferiram verter para *litigiosos* ou *contenciosos*. Cf. Pedro da Fonseca, *Instituições Dialécticas* VIII, 2.

[5] Cf. *Analíticos Posteriores*, I, 1 e *Tópicos*, VIII, 5.

[6] «Redargutio, seu reprehensio» (Pedro da Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 3), isto é, redarguição, repreensão ou refutação.

[7] Ψεῦδος, o falso.

[8] Fonseca (*ob. cit.*, VIII, 3) traduz *paradoxo* (cuja grafia grega manteve no seu texto) como «praeter opinionem, seu incredibile», — o que está para além da opinião, ou incrível.

[9] Ou «extremum nugatio» (Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 3), que também se traduz por *verborreia*.

[10] Ou ambiguidade.

[11] Σύνθεσις, síntese.

[12] Ou divisão.

[13] Ou acentuação.

[14] Águia, frontão.

[15] Cão, único.

[16] Ambos os exemplos são para nós intraduzíveis, pois constituem equívocos, que só a língua grega exprimia correctamente.

[17] Verso da *Ilíada*, XXIII, 328: «parte do qual se corrompe com a chuva».

[18] «Captio figurae dictionis est locus idoneus ad decipiendum propter similitudinem dictionem inter se» (Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 9).

[19] «Simpliciter, vel non simpliciter».

[20] «Captio eius quod simpiciter dicitur, et secundum quid...» (Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 11), com referência à falácia daquilo que se diz simplesmente, e de certo modo.

[21] Chama-se princípio à conclusão, porque se põe no início. «Dicitur autem conclusio principium, quia initio proponitur» (Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 13).

[22] «Captio consequentis», ou falácia do consequente (Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 14).

[23] Falácia de não-causa como causa — «captio non causae ut causae» (Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 15).

[24] Ou de várias interrogações como de uma só — «extrema captio, quod plurium interrogationum ut unius appellatur» (Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 16).

[25] Este capítulo versa sobre a redução dos paralogismos à «ignoratio elenchi».

[26] Συλλογισμὸς αντι φάσεως.

[27] Este capítulo expõe as causas dos paralogismos.

[28] Οἷον τὸ ἓν καὶ τὸ ὂν καὶ τὸ ταὐτόν.

[29] Isto é, diarése.

[30] Ηπειραστική, ou πειραστικὸς λόγος, que os latinos traduziram por *arte tentativa*.

[31] Para que haja elenco sofístico, ou silogismo sofístico, é preciso que o interlocutor aceite o que é causa do erro.

[32] Isto é: ὄντων επιστήμης ἁπάντουν — «rerum omnium scientia».

[33] Ou litigioso, ou contencioso.

[34] «Ratio comunis».

[35] Este capítulo versa sobre o segundo propósito dos Sofistas — levar o interlocutor ao paradoxo.

[36] Cf. *Tópicos*, II, 2.

[37] Diálogo de Platão.

[38] Φυσιν καὶ... τὸν νόμον.

[39] Capítulo sobre o modo de induzir o interlocutor à verborreia, envolvendo os vícios da redundância, da tautologia e da negação.

[40] Επιθυμία, «cupiditas», desejo, concupiscência.

[41] Capítulo sobre o solecismo, Σολοικισμός. Cf. 165 b, cap. III, fim. Mantemos, neste capítulo, e no texto, as formas gregas, que nos dão uma ideia mais correcta dos casos segundo as declinações.

[42] Cf. *Tópicos*, VIII, 1.

[43] Tragédia, que se julga perdida, da autoria de Espeusípo.

[44] Cf. *Tópicos*, VIII, 7.

[45] Ὄρος (monte) e ὅρος (termo).

[46] A diferença indicada deriva do espírito e da presença ou ausência do acento circunflexo.

[47] Τὸ μῆνιν ἄειδε θεά.

[48] Melisso, Fragmento 3. Cf. P. Gomes, *Filosofia Grega Pré-Socrática* (1980), 225-229.

[49] Cf. Pedro da Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 18.

[50] Cf. cap. 14.

[51] Introduzimos no texto, tal como fizeram Didot e Tricot, os equivalentes latinos dos casos gregos, para melhor percepção das dificuldades que o solecismo gera.

[52] Confusão do nominativo e do acusativo.

[53] Confusão do genitivo e do acuscativo.

[54] Απορεῖν.

[55] Retórico siciliano, fundador, com o seu mestre Corax, da retórica.

[56] Autor de um tratado e de escritos sobre arte oratória.

[57] Retórico.

[58] A arte de Górgias consistia em dar aos alunos os discursos já prontos sobre os temas redarguidos, pelo que não transmitia as regras teóricas da arte refutatória.